

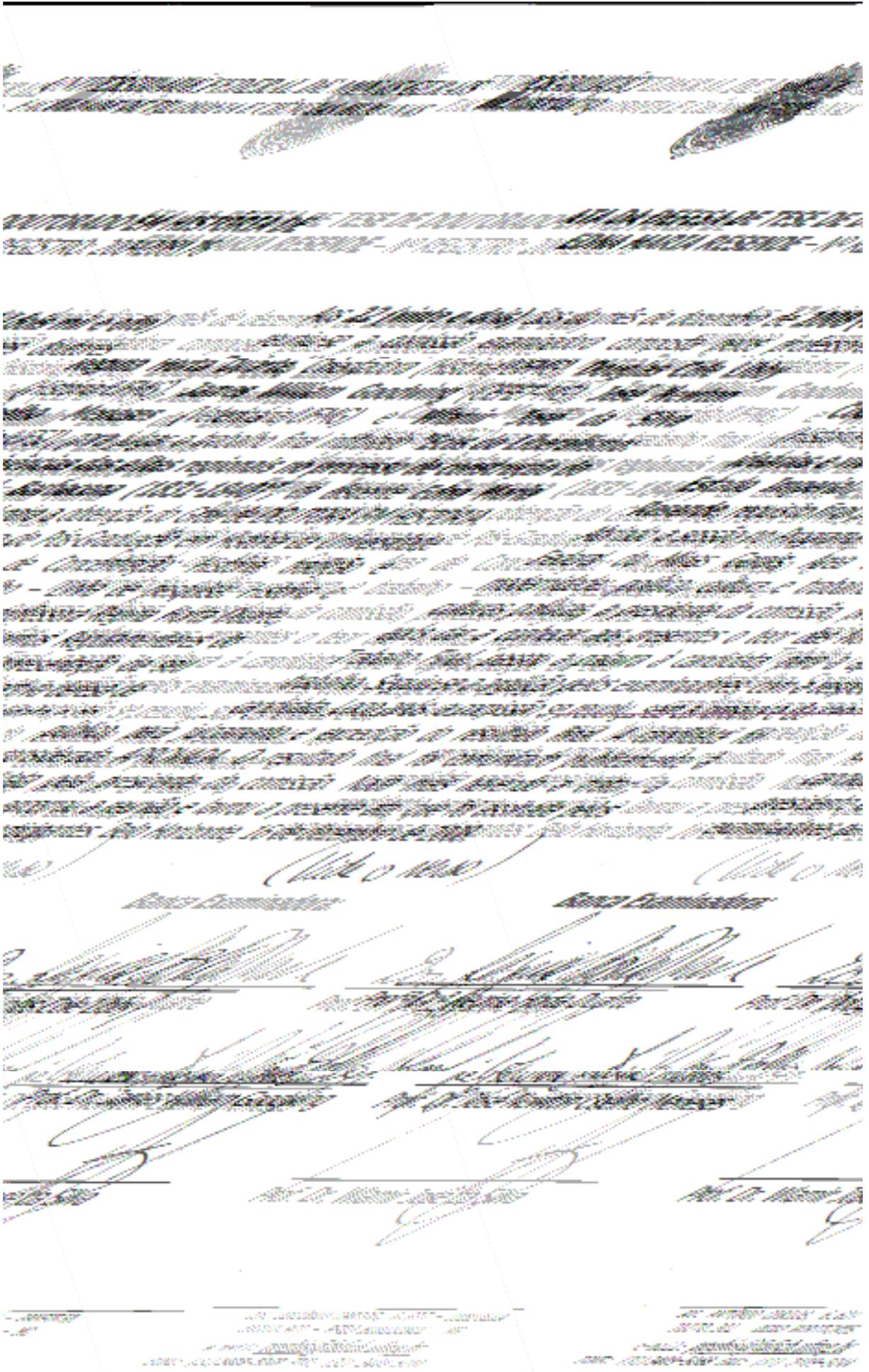
Edna Maria Resende

ECOS DO LIBERALISMO:
ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado imperial,
Barbacena (1831-1840)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História.

Área de concentração: História Tradição e Modernidade.
Linha de Pesquisa: História e Culturas Políticas

Orientadora: Professora Regina Horta Duarte



A banca gostaria de ressaltar a qualidade excepcional do trabalho apresentado e, portanto, recomendar a publicação da tese após algumas revisões sugeridas durante os arquivamentos.

Subvare
A. Pedreira
rec
J
Paul

Para o Mário e para a Ana,
por compartilharmos sonhos e vivências.

AGRADECIMENTOS

O processo de elaboração de uma tese é marcado por descobertas e amadurecimentos, mas também por percalços e angústias. As dificuldades ampliam-se quando não é possível dedicar-se exclusivamente à atividade que, por sua natureza, é extremamente absorvente. Realizar a pesquisa em arquivos dispersos, não contar com o suporte financeiro de uma bolsa de estudos e escrever a tese, tendo que me desdobrar na execução de outras atividades profissionais, não foi tarefa das mais fáceis. Por isso, a colaboração das pessoas ao longo dessa caminhada foi fundamental para a finalização do trabalho e não pode deixar de ser registrada.

A professora Regina Horta Duarte assumiu a orientação da tese em momento delicado. Havia muito a ser feito em curtíssimo prazo. No entanto, sua orientação séria e competente, sua leitura criteriosa, suas palavras de estímulo e seu cuidado com os prazos viabilizaram a finalização do trabalho. Preciso agradecê-la muitíssimo pela confiança.

Os professores Douglas Cole Libby e Wlamir Silva fizeram sugestões valiosas no Exame de Qualificação. Além disso, não posso deixar de registrar a colaboração do professor Douglas para minha formação acadêmica. Desde que o conheci, no processo de orientação de minha dissertação de mestrado, sempre tenho podido contar com o seu apoio. Com o professor Wlamir pude discutir algumas questões por ocasião da elaboração do projeto da tese. Aliás, muitas das inquietações que levaram à pesquisa foram despertadas nas suas aulas na Graduação e, principalmente, na Pós-Graduação *lato sensu* da UFSJ.

Agradeço à professora Carla Anastasia por ter aceitado ser minha orientadora quando ingressei no Doutorado. Infelizmente, por motivos alheios a sua vontade, ela não pode me acompanhar até o término da pesquisa.

Ao Colegiado do curso de Pós-Graduação em História da UFMG agradeço a concessão de mais alguns meses para a finalização dos trabalhos.

Realizei praticamente todo o curso sem contar com o auxílio de bolsa de estudos. Por isso, a bolsa de pesquisa que me foi concedida pelo Instituto Cultural Amílcar Martins (ICAM), durante o segundo semestre de 2007, foi fundamentalmente estratégica para a

finalização do curso. O apoio financeiro do ICAM viabilizou o acesso e a reprodução de fontes dispersas.

A realização dessa pesquisa, priorizando como recorte espacial o termo de Barbacena, não deixa de estar interligada às atividades profissionais que desenvolvi nos últimos anos. Em 2000, por iniciativa da Fundação Municipal de Cultura de Barbacena (FUNDAC), iniciei um trabalho de salvamento da documentação do Poder Judiciário de Barbacena, que culminou na implantação do Arquivo Histórico Municipal Professor Altair Savassi, em 2003. Agradeço à Maria da Glória Bittar de Castro Pereira, à época Presidente da FUNDAC, a oportunidade e a confiança. Estendo meus agradecimentos aos presidentes que a sucederam e continuaram apoiando o meu trabalho no Arquivo.

O Arquivo Histórico não apenas deu acesso às fontes locais. Ele tornou-se um espaço de encontro de pesquisadores. Assim, pude ter contato com genealogistas que, gentilmente, me ofereceram informações sobre suas famílias: Sr. Wilton Xavier, D. Stela Abreu, Sr. Valter Araújo. João Paulo Ferreira de Assis, com sua fabulosa memória genealógica, ajudou-me a puxar os primeiros fios da emaranhada rede familiar de meus personagens. Erlaine Januário, mais do que me repassar informações de suas pesquisas em Barbacena e Mariana, mais do que me colocar em contato com Lúcia Ribeiro Ferreira Armonde, sempre se preocupou com a minha pesquisa. Obrigada pelo apoio e atenção.

Perciliana Silva, Cláudia Falco e Renata Bergamaschi, estagiárias voluntárias do Arquivo Histórico, trabalharam com dedicação no primeiro semestre de 2008, poupando-me de algumas atividades no Arquivo.

À Lucy Fontes Hargreaves pela paciência e interesse com que sempre me ouviu falar da pesquisa, especialmente em nossas andanças pelos arquivos de Barbacena.

Além das atividades no Arquivo Histórico, em 2002, fui escalada para ministrar a disciplina História Local, no curso de História da UNIPAC. A incumbência mostrou-se um grande desafio, pois não havia historiografia sobre o tema, apenas obras de memorialistas. Assim, não tive outra escolha a não ser estruturar um curso centrado na utilização de fontes primárias da região e no levantamento de propostas de pesquisa. O objetivo era instrumentar os alunos para a realização de pesquisas sobre a região.

Felizmente, alguns alunos compraram a idéia. Agradeço ao Adriano, Carla, Fátima, Iriana, Roseli, Sheldon e Vilmara, que foram seduzidos pelo ofício do historiador e produziram monografias e dissertações de mestrado a partir do contato com as fontes e

das questões levantadas nas aulas de História Local. Ao acompanhar o desenvolvimento de suas pesquisas pude dimensionar melhor a história do termo de Barbacena. Ao Adriano Braga Teixeira agradeço ainda ter me repassado algumas fontes de sua pesquisa e por trazer-me da UFRJ teses que tinham acabado de sair do forno.

Finalmente, faço um tributo à minha família. Mário tem compartilhado comigo todos os projetos. No doloroso trabalho de elaboração dessa pesquisa, foi meu primeiro leitor, buscou fontes e bibliografias na internet, digitou tabelas e textos, assumiu tarefas domésticas. Ana, minha filha, há muito está impaciente com um “trabalho que não acaba nunca”. Mas sua alegria e bom humor tornam nossa vida mais divertida.

Meus pais, embora não estejam presentes nesta conquista, foram exemplos de luta, de garra, de coragem, ensinando-me, principalmente, a acreditar nos sonhos e a lutar para realizá-los. Ao meu tio Savinho, por encorajar meus pais a romperem com tradições, possibilitando-me construir outra trajetória.

Por último, uma lembrança da infância: meus tios-avós, Bernadete e Joaquinzinho. Suas histórias de escravos e fazendas faziam crer que o século XIX havia sido ontem. Talvez, por isso, o século XIX, em muitos aspectos, sempre me pareceu muito familiar.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| Introdução | 14 |
| | |
| PARTE I: BarbaCenas: camada senhorial e elite política em uma sociedade mercantil de abastecimento | 55 |
| 1. Os “senhores do Caminho” | 56 |
| 2. Da vila de Barbacena à Corte do Rio de Janeiro..... | 81 |
| 3. Camada senhorial e elite política em uma sociedade mercantil de abastecimento | 107 |
| 3.1 Barbacena: sociedade de tropeiros | 113 |
| 3.2 Negócios e negociantes em Barbacena | 126 |
| 3.3 Dos negócios de abastecimento | 137 |
| | |
| PARTE II: Ecos do liberalismo | 207 |
| 1. Espaços de atuação política..... | 208 |
| 2. Debates e Embates..... | 223 |
| 2.1 Clube dos Anarquistas | 239 |
| 2.2 No Curso do Parahybuna | 259 |
| 3. Em nome da “vontade da nacional” | 291 |
| | |
| Palavras finais | 303 |
| | |
| Fontes | 305 |
| | |
| Bibliografia | 308 |
| | |
| Anexos | 317 |

LISTA DE TABELAS, QUADROS E DIAGRAMAS

TABELAS

| | |
|---|-----|
| - Tabela 1: Relação de Bens de Francisco Ferreira Armonde (1751) | 71 |
| - Tabela 2: Primeiros moradores da região da Borda do Campo | 74 |
| - Tabela 3: Crescimento da população total e porcentagem de escravos da capitania de Minas Gerais por comarca (1767-1821) | 86 |
| - Tabela 4: Registro de Sesmarias do Termo de Barbacena | 87 |
| - Tabela 5: Relação dos bens de Rita Maria da Conceição e de Francisco Ferreira Armonde (1775) | 100 |
| - Tabela 6: Relação dos bens de Francisco Ferreira Armonde e Felizarda Maria Francisca (1814) | 103 |
| - Tabela 7: Distritos e população do termo de Barbacena (1834) | 114 |
| - Tabela 8: Posse de escravos no termo de Barbacena (1830-1849) | 115 |
| - Tabela 9: Posse de escravos no termo de Barbacena (1850-1888) | 115 |
| - Tabela 10: Distribuição da riqueza por faixa de fortuna (1830-1849) | 118 |
| - Tabela 11: Distribuição da riqueza por faixa de fortuna (1850-1888) | 118 |
| - Tabela 12: Atividades desenvolvidas pelos grandes proprietários do termo de Barbacena (1830-1888) | 121 |
| - Tabela 13: Relação dos bens do capitão Pedro Teixeira de Carvalho (1834) | 127 |
| - Tabela 14: Fundos da Sociedade “Teixeira Gualberto & Companhia” | 128 |
| - Tabela 15: Balanço da Sociedade “Teixeira Gualberto & Companhia” | 128 |
| - Tabela 16: Dissolução da Sociedade “Teixeira Gualberto & Companhia” | 128 |
| - Tabela 17: Relação dos bens do comendador João Fernandes de Oliveira Pena (1862). | 133 |
| - Tabela 18: Relação dos bens de Faustino Candido de Araújo (1876) | 137 |
| - Tabela 19: Relação dos bens de Carlos de Sá Fortes (1876) | 139 |
| - Tabela 20: Relação dos bens de Manoel Ribeiro Nunes (1862) | 144 |

| | |
|--|-----|
| - Tabela 21: Relação de bens de Felizarda Francisca de Assis e Francisco Ferreira Armonde (1845) | 148 |
| - Tabela 22: Escravos enviados do Rio de Janeiro pelos irmãos Armonde (1809-1830).. | 153 |
| - Tabela 23: Relação de bens dos irmãos Armonde (1837-1871) | 155 |
| - Tabela 24: Relação de bens de Mariano Procópio Ferreira Lage (1867-1872) | 169 |
| - Tabela 25: Relação de Bens do Conde de Prados (1882) | 176 |
| - Tabela 26: Relação de escravos e ingênuos do Conde de Prados (1882) | 177 |

QUADROS

| | |
|---|-----|
| - Quadro 1: Relação de personagens da peça Club dos Anarchistas (1838) | 243 |
| - Quadro 2: Relação dos proprietários do Termo de Barbacena com riqueza superior a 50:000\$000 réis | 318 |
| - Quadro 3: Ocupação dos habitantes do Termo de Barbacena por sexo e condição, 1831-1832. | 323 |
| - Quadro 4: Relação dos documentos do AHMPAS..... | 326 |

DIAGRAMAS

| | |
|---|-----|
| - Diagrama 01: Família Ferreira Armonde | 184 |
| - Diagrama 02: Família Rodrigues Pais | 187 |
| - Diagrama 03: Famílias Lopes de Oliveira/ Dias de Sá | 188 |
| - Diagrama 04: Famílias Vidal Barbosa/ Gonçalves Lage | 189 |
| - Diagrama 05: Família Aires Gomes | 191 |
| - Diagrama 06: Famílias Aires Gomes/ Lima Duarte | 192 |
| - Diagrama 07: Família Rodrigues da Costa | 194 |
| - Diagrama 08: Família Vale Amado | 195 |
| - Diagrama 09: Família Maquieiro de Castro | 196 |
| - Diagrama 10: Família Rodrigues de Araújo | 197 |
| - Diagrama 11: Famílias Carneiro Leão/Canedo/ Oliveira Pena | 198 |
| - Diagrama 12: Família Ferreira da Fonseca | 200 |
| - Diagrama 13: Família Ribeiro Nunes | 201 |
| - Diagrama 14: Família Teixeira de Carvalho | 202 |
| - Diagrama 15: Família Sá Fortes | 204 |

ABREVIATURAS

AEAM – Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana

AHMPAS – Arquivo Histórico Municipal Professor Altair Savassi/Barbacena

AMRSJDR – Arquivo do Museu Regional de São João del-Rei

APM – Arquivo Público Mineiro

CC – Casa dos Contos

RAPM – Revista do Arquivo Público Mineiro

RESUMO

Esta tese é um estudo da atuação e das características das elites políticas regionais mineiras no processo de construção do Estado imperial, entre 1831 e 1840. Para resgatar o papel desempenhado pelas elites regionais e as suas escolhas e vivências no processo de formação do Estado e da nação brasileira, buscou-se reconstruir a teia de relações políticas, econômicas e familiares que dava sustentação a essa elite. Investigou-se também a atuação política dessa elite, suas identidades, projetos e posicionamentos no debate político do período regencial e suas apropriações do ideário liberal. Além disso, tratou-se de circunscrever a atuação política dos cidadãos, contextualizando-a a partir das transformações do espaço público e das diversas formas de sociabilidade vivenciadas no momento. As novas vivências, marcadas pelo ideário liberal, estavam sendo experimentadas nas ruas, nas festas, no teatro, na imprensa, nas eleições. Pretendeu-se, assim, perscrutar as modificações do período quanto à construção e a afirmação de um espaço público, destacando a formação e a importância da opinião pública, discutindo o papel da imprensa e da participação política nesse processo. Dessa forma, espera-se demonstrar as diversas formas de atuação das elites políticas nas esferas de poder local/provincial/central. Para a consecução de tais objetivos foi utilizado um corpo de fontes constituído por inventários, testamentos, mapas de população, jornais, peça teatral, correspondências oficiais, atas de eleição e listas de cidadãos ativos.

PALAVRAS CHAVES: Elites políticas, liberalismo, construção do Estado imperial, século XIX, Barbacena.

ABSTRACT

This thesis is a study about the acting and the characteristics of the political regional elite groups in the state of Minas Gerais during the building process of the imperial State between 1831 and 1840. In order to rescue the role of the regional elite groups and their choices and experiences in the process of formation of the Brazilian State and nation, we tried to rebuild the political, economical and family relation structures which supported those elite. We also analyzed the political actuation from those elite, their identities, projects and position in public debates in the regency period and their appropriation of the liberal ideology. Furthermore, we circumscribed the citizens' political actuation, contextualizing it from the transformations in the public space and from the various forms of sociability occurring that moment. Those new experiences, signaled by the liberal ideology, were being experimented on the streets, in parties, in the theater, by the press and on the elections. Our intention, thus, was to scrutinize the modifications in that period regarding the construction and confirmation of a public space, highlighting the formation and importance of the public opinion, discussing the role of the press and the political participation on that process. Therefore, we intend to demonstrate the various forms of actuation of the political elites in the local, provincial and central spheres of power. In order to achieve such objective, it was used a set of sources composed of inventories, testaments, population maps, newspapers, dramatic plays, official mails, minutes of the elections and lists of actives citizens.

Keywords: Political elites, liberalism, construction of the imperial State, XIX century, Barbacena.

INTRODUÇÃO

I

Esta pesquisa propõe-se a analisar a atuação e as características das elites políticas regionais no processo de construção do Estado imperial, entre 1831 e 1840. Trata-se de investigar a atuação das elites regionais e locais, identificando seus posicionamentos em torno dos projetos políticos em embate no processo de construção do Estado imperial, esclarecendo sua identidade, suas origens, composição, sua representatividade em relação à classe senhorial, bem como as posições políticas que ocupavam na esfera local, provincial e nacional.

Para resgatar o papel desempenhado pela província, e mais especificamente por suas elites regionais, e as suas escolhas e vivências no processo de formação do Estado e da nação brasileira, entre 1831-1840, buscou-se reconstruir a teia de relações políticas, econômicas e familiares que dava sustentação a essa elite. Procurou-se investigar também a atuação política dessa elite, suas identidades, posicionamentos no debate político do período regencial e apropriações do ideário liberal. Além disso, tentou-se circunscrever suas vivências no novo contexto de transformação dos espaços públicos e das diversas formas de sociabilidade em construção no período. Para a consecução de tais objetivos foi utilizado um corpo de fontes constituído por inventários, testamentos, mapas de população, jornais, peça teatral, atas e correspondências oficiais.

A motivação para o estudo surgiu quando me deparei com a figura de Camilo Maria Ferreira, Conde de Prados¹. O Conde de Prados era um homem no seu tempo, um homem do século XIX, em todos os sentidos². Ele constitui um “caso modal”³, imbuído das

¹No ano de 2000, trabalhava na organização do Arquivo Histórico Municipal de Barbacena e identificava os documentos produzidos pelo Poder Judiciário local. Por acaso, caiu em minhas mãos o inventário do Conde de Prados, datado de 1882. Na época, tinha pouquíssimas referências e informações sobre a história de Barbacena e de seus habitantes. Ocorreu-me apenas que, atualmente, o Conde de Prados dá nome a uma das principais praças da cidade de Barbacena. Então, movida por uma curiosidade ingênua, abri o documento e me surpreendi. Embora registrasse a vultosa fortuna de 720:673\$828 de réis, o inventário não arrolava nenhum escravo. Tal constatação aguçou meu interesse por essa personagem. Passei a investigá-la e sua trajetória trouxe-me a percepção do papel das elites regionais no processo de construção do Estado imperial e das suas vivências do ideário liberal.

² Giovanni Levi, ao propor-se como objeto de estudo a pequena e banal aldeia de Santena e o tosco padre exorcista Giovan Battista Chiesa, justifica-se da seguinte forma: “[...] é exatamente esta cotidianidade de uma situação vivida por um grupo de pessoas envolvidas em acontecimentos locais mas, ao mesmo tempo, interligadas a fatos políticos e econômicos que fogem ao seu controle direto, a nos colocar problemas

características de seu grupo e de sua época. Nascido na freguesia de Barbacena, batizado na capela do Registro Velho, em 14 de agosto de 1815, era filho natural de Marcelino José Ferreira, Barão de Pitangui, e de Possidônia Leodora da Silva. Entre 1832 e 1837, cursou Medicina em Paris. Regressou ao Brasil em 1838, passando a atuar com médico em Barbacena. Além da atividade profissional, foi juiz de paz e presidente da Câmara Municipal de Barbacena. A partir daí sua atuação política foi constante, sempre ligada aos liberais. Em 1839, fundou e redigiu o jornal *O Echo da Rasão* até 1842, quando o periódico desaparece em meio ao Movimento Liberal de 1842.

Em 1841, foi eleito deputado à Assembléia Geral, mas não tomou posse em virtude da dissolução da mesma. Em 1842, teve participação ativa no movimento armado deflagrado em Barbacena, inclusive utilizando as páginas de seu jornal para mobilizar a opinião pública a favor do movimento. Em 1848, elegeu-se novamente deputado à Assembléia Geral, permanecendo no cargo durante quatro legislaturas⁴.

Foi agraciado com a comenda da Ordem de Cristo em 1855, com o título de barão de Prados em 1861 e de visconde de Prados, em 1871. Em 1856, redigiu seu testamento, no qual declarou que boa parte dos seus escravos fosse libertada por ocasião de sua morte. De fato, em 1882, data de seu falecimento, todos os 299 escravos foram libertos.

Em sua trajetória política também exerceu o cargo de presidente da província do Rio de Janeiro, em 1878. Em 1879, foi nomeado conselheiro de Estado e, em 1881, foi promovido a conde de Prados.

Com a morte de seu pai, em 1850, Dr. Camilo assumiu os negócios da família e deixou de exercer rotineiramente a medicina. Nesse momento, os negócios da família Armonde já estavam ligados à agricultura cafeeira. No entanto, a origem da fortuna e do poder de Marcelino José Ferreira Armonde encontrava-se no comércio⁵.

Nascido em Barbacena, em 1785, de origem açoriana, Marcelino, que não assinava Armonde, destacou-se no exercício das atividades comerciais. Juntamente com seus irmãos,

interessantes no que concerne às motivações e estratégias da ação política". LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVI*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 46-47.

³ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Julieta (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

⁴ ALBUQUERQUE, Antônio Luiz Porto e. *Formação e apogeu da aristocracia rural em Minas Gerais, 1808-1888*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1988.

⁵ ALBUQUERQUE, Antônio L. P. e. *Ibidem.*; PINHEIRO, Fábio W. *O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata c. 1809- c. 1830*. Dissertação (Mestrado em História) – IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

inicialmente negociava com as áreas mineradoras. Após a chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro, travou contato com os comerciantes dessa praça comercial, com os quais negociava fazenda, vestuário, metais, sal, ferramentas, bacalhau e escravos, além de debater as questões políticas da Independência e do governo regencial⁶. Além das atividades comerciais, Marcelino exercia a atividade de “banqueiro”, emprestando dinheiro a juros.

Marcelino, embora circunscrito à esfera local e provincial, participava da vida política regional, ligando-se aos moderados e, depois, ao Partido Liberal. Integrava também a Guarda Nacional, ocupando o posto de coronel. Em 1848, dois anos antes de sua morte, sua trajetória foi coroada com o título de Barão de Pitangui. Segundo Mattos, a trajetória de Marcelino liga-se ao desenvolvimento da vila de Barbacena, expressando seu crescimento:

Os caminhos da vila de Barbacena à Corte foram os caminhos da transformação de Marcelino José Ferreira Armond. Do comércio de abastecimento aos negócios cafeeiros; das emoções com as notícias dos sucessos de Portugal e do Rio de Janeiro à época da Independência à colaboração com o Governo provincial mineiro durante as Regências e à incorporação na oficialidade da Guarda Nacional; da participação imprecisa no movimento liberal de 1842 à adesão à Ordem representada pelo Império, que não só combatia as crescentes insurreições negras como resistia às pressões inglesas contra o tráfico internacional de escravos; do comerciante Marcelino ao Barão de Pitangui. Uma transformação que percorria o mesmo caminho, em contrário, da Corte à vila de Barbacena (...), onde o Barão de Pitangui representava exemplarmente os valores imperiais.⁷

Camilo Maria Ferreira, ao projetar-se no cenário nacional, complementou a trajetória de seu pai. O futuro Conde de Prados não se limitou à administração de suas fazendas e negócios, nem ao exercício da atividade política. Interessou-se também pela ciência, dedicando-se à botânica, correspondendo-se com cientistas estrangeiros, como Von Martius, preocupando-se em acumular uma volumosa biblioteca. Dedicou-se, na área científica, sobretudo à astronomia, assessorando Emanuel Liais, fundador do Observatório Nacional, a quem sucedeu na direção do mesmo⁸.

O conde de Prados, bem como seu pai, insere-se em um grupo social, chamado por Mattos⁹ de “boa sociedade”. A convivência com essas personagens será profícua para a reconstituição da trajetória da camada senhorial, no processo de construção do Estado imperial. De acordo com Mattos, as vidas de Camilo e Marcelino,

⁶ ALBUQUERQUE, Antônio L. P. e. *Ibidem*.

⁷ MATTOS, Ilmar R. de. *Vidas exemplares, arquivos notáveis*. In: ALBUQUERQUE, Antônio Luiz Porto e. *Formação e apogeu da aristocracia rural em Minas Gerais, 1808-1888*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1988. p. 12.

⁸ ALBUQUERQUE, Antônio L. P. e. *Ibidem*.

⁹ MATTOS, Ilmar R. de. *O tempo saquarema*. São Paulo: HUCITEC, Brasília: INL, 1987.

[...] Mesmo tomadas em suas individualidades, possibilitam reconstituir a trajetória de um segmento social que, em meio às expectativas e incertezas, sonhos e realizações que assinalavam o rompimento com a dominação colonial lusitana e anunciavam um tempo diferente, acabaria por encontrar no Estado imperial [...] o elemento necessário à continuidade de uma Ordem que, em não raras oportunidades, parecia querer lhes escapar. [Além disso], [...] tornam possível compreender como, em circunstâncias determinadas, ocorreu a progressiva convergência entre a expansão de interesses particulares e a institucionalização de uma ordem estatal, e assim revelam como os destinos individuais acabavam por se confundir com os destinos do Império.¹⁰

Camilo e Marcelino estão inseridos em seu tempo e compartilham a visão de mundo de seu grupo social. Por outro lado, contudo, não se pode negligenciar as singularidades dos caminhos percorridos por eles. Afinal, embora atuassem dentro das condições históricas de sua época, Camilo e Marcelino tiveram trajetórias únicas, marcadas pela ambigüidade, mas, ao mesmo tempo, profundamente bem sucedidas, seja nas estratégias econômicas seja pela sua imensa capacidade de negociação política. Por tudo isso, as vidas desses homens do século XIX podem conduzir-nos através das contradições que marcaram o processo de construção do Estado imperial.

Compreender a atuação das elites locais e regionais nos debates do período regencial implica na discussão sobre os liberalismos postulados pelos atores sociais da primeira metade do século XIX. As circunstâncias que marcaram a atuação política desses homens permitem-nos compreender as especificidades do liberalismo brasileiro, entendendo-o não como uma ideologia importada, sem vínculos com a nossa realidade, mas como um modelo teórico utilizado como referência pelos homens da época.

Dessa forma, cumpre-nos abordar o liberalismo como um ideário vivenciado concretamente pelos atores sociais, procurando apreender suas especificidades, seus limites e contradições, na tentativa de traduzir os significados que os conceitos liberais adquiriram para os homens inseridos no contexto histórico do período regencial¹¹.

A elite do termo de Barbacena, ligada à economia mercantil de abastecimento, nas suas andanças pelos caminhos provinciais, nas suas lidas cotidianas, tangendo tropas e transportando mercadorias, seguramente, perceberam, a partir de sua experiência prática, o sentido da liberdade. A necessidade de palmilhar com segurança o território fez com que

¹⁰ MATTOS, Ilmar R. de. Vidas exemplares, arquivos notáveis. 1988. p. 11.

¹¹ COSTA, Emilia Viotti da. Liberalismo brasileiro: uma ideologia de muitas caras. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 fev. 1985. Folhetim.

vivenciassem empiricamente o valor da liberdade. Essa experiência prática abriu as condições históricas para a necessidade de se eliminar os entraves e de perceberem-se como responsáveis pela construção do seu mundo.

Por outro lado, esta pesquisa, ao propor o estudo da atuação das elites políticas da região de Barbacena no contexto da construção do Estado nacional (1831-1840), insere-se na perspectiva de uma História Política renovada. Sabemos que a História Política, coroada por todo o século XIX, por algumas décadas esteve condenada ao esquecimento. Algumas gerações de historiadores que sucederam o movimento da *Escola do Annales*, em 1929, criticaram os estudos em História Política por considerá-los representantes dos interesses da elite. Um movimento recente dentro da historiografia tem mostrado novas possibilidades para as análises sobre os fatos políticos¹².

Dessa forma, tornou-se uma certeza não somente a compreensão de que o político é um legítimo objeto do conhecimento científico, como também as investigações nessa área podem explicar outras dimensões que compõem os fatos sociais.

O “Retorno da História política”, como foi chamado por René Remond¹³, demarca também uma ampliação dos objetos da pesquisa histórica, assim como o intercâmbio da História com outras ciências, como a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política entre outras. Os estudos sobre a participação política, sobre os processos eleitorais, sobre a opinião pública, tornaram-se cada vez mais recorrentes. A utilização de fontes variadas também contribui para o aprimoramento dos estudos sobre o político.

Na verdade, ao analisarmos as circunstâncias e motivações que levaram a elite política do termo de Barbacena a participar da construção dos diferentes projetos políticos em disputa na primeira metade do século XIX, estamos entendendo a história política como “o estudo dos sistemas de representações que comandam a maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais conduzem sua ação e encaram seu futuro.”¹⁴

Nesse sentido, aproximamo-nos da linha de pesquisa que aborda as Culturas Políticas, na medida em que estaremos trabalhando com um “conjunto de discursos e práticas”

¹² Somente a partir do final da década de 1980 que o preconceito em relação aos estudos em História Política começou a ser desfeito.

¹³ RÉMOND, René. (org.) *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

¹⁴ ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n.30, p. 9-22, 1995. p. 16.

construídos historicamente por um grupo social e que, ao mesmo tempo, pauta a atuação e a atitude desse grupo ¹⁵.

II

O recorte cronológico dessa pesquisa, delimitado entre 1831 e 1840, apresenta a possibilidade de observarmos, dentro do contexto local, os projetos políticos debatidos durante as Regências (1831-1840). Tal recorte permite acompanhar, ainda, os caminhos e escolhas dos Liberais Moderados durante o Regresso.

A Abdicação de D. Pedro I, em sete de abril de 1831, inaugurou o período regencial (1831-1840), comumente entendido pela historiografia como um interregno entre o Primeiro e o Segundo Reinado. As Regências, até muito recentemente, não mereceram a atenção dos historiadores. O período das Regências é apresentado como “caótico, desordenado, anárquico e turbulento”¹⁶.

Não obstante tratar-se de um momento histórico complexo, fundamental para a construção do estado e da nação brasileira, o período regencial é apresentado como um grande labirinto. Tal imagem labiríntica das Regências, apropriada dos discursos dos grupos dirigentes da época, foi perpetuada pela historiografia, preocupada em apresentar uma explicação esquemática e cristalizada, sem levar em conta os paradoxos, a riqueza das possibilidades e as dissonâncias dos processos em curso no período. As rebeliões do período, embora sejam mais estudadas, muitas vezes, são focalizadas a partir de uma perspectiva preocupada em denunciar situações da atualidade, ressaltando o conflito e a resistência da sociedade brasileira, correndo-se o risco de uma interpretação anacrônica¹⁷.

O período regencial, no entanto, foi um momento de grandes disputas políticas, de acirramento das paixões e de definição de posicionamentos no interior do grupo dos liberais, divididos em moderados e radicais. Nesse contexto, foram debatidas questões decisivas para a definição do projeto político de construção do Estado nacional, tais como federalismo,

¹⁵ NEVES, Lúcia M. B. Pereira. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003. p. 25.

¹⁶ MOREL, Marco. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 7. Esta obra apresenta um excelente panorama do período e parte das considerações sobre as Regências, discutidas neste trabalho, baseiam-se nessa obra.

¹⁷ MOREL, Marco. *O Período regencial*. p. 8.

centralização, o papel do Imperador, a participação popular, a proeminência do Legislativo ou do Executivo¹⁸. Segundo Morel,

O período regencial pode ser visto como um grande laboratório de formulações e de práticas políticas e sociais, como ocorreu em poucos momentos na história do Brasil. Nele foram colocados em discussão (ou pelo menos trazidos à tona): monarquia constitucional, absolutismo, republicanismo, separatismo, federalismo, liberais em várias vertentes, democracia, militarismo, catolicismo, islamismo, messianismo, xenofobia, afirmação de nacionalidade, diferentes fórmulas de organização do Estado (centralização, descentralização, posições intermediárias), conflitos étnicos multifacetados, expressões de identidades regionais antagônicas, formas de associação até então inexistentes, vigorosas retóricas impressas ou faladas, táticas de lutas as mais ousadas ...¹⁹

O Sete de Abril de 1831, qualificado e glorificado posteriormente pelos Moderados como uma revolução encerrada, pertencente ao passado, foi apresentado pela historiografia como um “inevitável divisor de águas na cena pública”²⁰. A Abdicação inaugurou uma época vertiginosa, descortinando aos diversos setores sociais amplas possibilidades para a construção de uma ordem nacional.

As Regências foram marcadas por um contexto de lutas internas, em que explodiram as rivalidades entre os defensores do poder centralizador, bastante enfraquecido no momento, e os grupos que defendiam reformas federalistas. Nesse momento, emergiram três partidos: Exaltado, Moderado e Restaurador²¹.

Não é tarefa fácil classificar as tendências políticas no Brasil do século XIX. Não se pode ter uma visão rígida dessas identidades políticas, nem esperar que o pertencimento político desses agrupamentos seja marcado por uma coerência exemplar, com a formação de grupos políticos restritos e monolíticos. No entanto, segundo Morel, as fronteiras políticas entre os Restauradores, os Exaltados e os Moderados podem ser demarcadas a partir da

¹⁸ SILVA, Wlamir. “*Liberais e Povo*”: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). 2002. 387 f. Tese (Doutorado em História) – IFCH/UFRJ, Rio de Janeiro, 2002. p. 15.

¹⁹ MOREL, MARCO. *O período regencial*. p. 9.

²⁰ MOREL, M. *Ibidem*. p. 20.

²¹ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005. p. 62. Segundo Morel, até o fim do século XIX não havia, nem mesmo na Europa Ocidental, partidos políticos organizados na compreensão atual de partido-máquina. Além disso, os partidos eram associados às facções, tidas como divisionistas e comprometedoras da ordem nacional. Daí, a partidização ser vista de modo pejorativo no contexto de consolidação da Independência e da unidade nacional. O partido político, no entanto, constituía-se, na primeira metade do século XIX, “em formas de agrupamento em torno de um líder, ou através de palavras de ordem e da imprensa, em determinados espaços de interesses e motivações específicas, além de se delimitarem por lealdades ou afinidades (intelectuais, econômicas, culturais etc) entre seus participantes. Tais grupos eram identificados por rótulos ou nomeações ou não”. MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. p. 67.

“tripartição de soberanias corrente em princípios do século XIX: a soberania do rei, a soberania do povo e a soberania da nação”²².

Os Exaltados, também chamados de jurujubas ou farroupilhas, não participaram do poder central. Profissionais liberais, militares, padres, funcionários públicos e alguns proprietários rurais agrupavam-se em associações como as Sociedades Federais e a Grande Loja Brasileira, entre outras. Embora apresentassem divergências entre seus integrantes, seu ideário, pautado na valorização da soberania popular, conseguiu alcançar as camadas pobres da população urbana e rural. Os líderes dessa corrente política posicionavam-se contra a opressão econômica, social e étnica, defendiam o federalismo e a descentralização administrativa e condenavam a escravidão. Na defesa de suas idéias utilizaram tanto a luta armada quanto a imprensa.

Os Moderados representavam os interesses dos proprietários e comerciantes das províncias do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas Gerais, embora tivessem ramificações por todas as províncias. Também chamados de chimangos, guiavam-se pelo lema do equilíbrio, da ponderação e razão²³. A moderação associava-se à idéia de “justo equilíbrio, liberdade limitada, monarquia constitucional, soberania nacional, além da recusa do absolutismo e do despotismo e ambigüidade diante da idéia de revolução”²⁴. O grupo político dos moderados formou os governos das Regências, agrupando-se em torno da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. Expressava-se por meio de dezenas de jornais e não incorporou ao jogo político, sob a bandeira da Moderação, as camadas pobres da população.

Em oposição aos Exaltados e Liberais Moderados colocavam-se os Restauradores. Este grupo político, conhecido também por “Caramurus”, agrupava-se na Sociedade Conservadora, expressava-se através de jornais e fazia apelo à luta armada. Os Restauradores defendiam um Estado centralizador, absolutista, e o “reforço do poder de antigos corpos sociais, como senhores locais, oligarquias, clero e suas clientelas”²⁵. Chamados de “corcundas”, por se curvarem ao despotismo geral, os Restauradores, após 1831, passaram a

²² MOREL, Marco. *Transformação dos espaços públicos*. p. 63. Segundo Morel, “a falta de coerência parlamentar ou nos comportamentos, não implica, necessariamente, ausência de outros laços sólidos, que em geral são construídos fora dos Parlamentos e nem sempre se submetem a um dogma pré-definido: ligações pessoais, de parentesco, de compadrio, interesses sociais, afinidades intelectuais, econômicas ou regionais, sem falar de alianças em questões pontuais”.

²³ Segundo Morel, a moderação era tida como sinônimo de razão. Moderação seria um comportamento, “uma espécie de visão de mundo que permitiria posicionar-se sobre qualquer assunto, um critério para distinguir o que é sábio e civilizado, em harmonia com os costumes e o bom senso”. MOREL, Marco. *O Período regencial*, p. 35.

²⁴ MOREL, Marco. *O período Regencial*. p. 35-36.

²⁵ MOREL, Marco. *O período Regencial*. p. 36.

defender o retorno de D. Pedro I ao trono. Enfim, valorizavam a supremacia monárquica, enfraquecida durante as Regências²⁶.

A chamada Revolução de Sete de Abril representou uma reafirmação da Independência e dos princípios liberais em prejuízo das tendências absolutistas e dos interesses portugueses, associados a D. Pedro I²⁷. Com a Regência iniciou-se um processo de revisão da estrutura institucional vigente. Já no ano de 1831, após a eleição da Regência Trina Permanente, foram colocadas em discussão algumas propostas de reforma constitucional bastante ousadas. Tais propostas se contrapunham ao modelo centralizador da Constituição de 1824. O projeto de reforma constitucional aprovado pela Câmara dos Deputados previa o estabelecimento de uma “monarquia federativa”, a criação de Assembléias Legislativas provinciais bicamerais, a extinção do Poder Moderador e do Conselho de Estado, determinava o fim da vitaliciedade do Senado e a realização de eleições parlamentares bienais²⁸.

As emendas interpostas ao projeto pelo Senado eliminaram seu caráter radical, resultando na lei de 12 de outubro de 1832, que lançou as bases para o Ato Adicional de 1834. Esta primeira reforma da Constituição deu nova configuração à estrutura política e administrativa do Império. O Ato Adicional à Constituição de 1834 aboliu o Conselho de Estado e estabeleceu a Regência Una eleita para uma gestão de quatro anos. As províncias, de simples unidades administrativas, ganhavam status político, com a criação de Assembléias Legislativas Provinciais poderosas, com a possibilidade de legislar sobre empregos e ordenados dos funcionários provinciais e municipais, além de escolher os vice-presidentes de províncias e ter ascendência sobre os municípios.

Embora a nomeação do presidente de província fosse prerrogativa do imperador, os “empregos gerais” e a partilha dos recursos financeiros permanecessem nas mãos do governo central, a primeira reforma da Constituição contemplava algumas demandas descentralizadoras e, desta forma, os poderes regionais.

Nesse contexto de definição sobre o tipo de Estado que seria construído, as reformas do sistema político-administrativo reforçaram a autonomia dos poderes locais. O Código do Processo Criminal de 1832 fortaleceu o poder local do juiz de paz, alterando a organização jurídica do país. A nova legislação instituiu o *habeas-corpus* e o júri popular, além de regular

²⁶ MOREL, Marco. *Ibidem.* p. 36-38.

²⁷ FERREIRA, Gabriela Nunes. *Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e o Visconde de Uruguai*. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo; Ed. 34, 1999, p. 25-26; NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. 5.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. v. 1.

²⁸ MOREL, Marco. O período regencial. p.27-28; FERREIRA, Gabriela Nunes. *Centralização e descentralização no Império*. p. 26-27.

o processo eleitoral e o recrutamento da Guarda Nacional. Na prática, foram concedidos amplos poderes ao juiz de paz. Esse cargo, criado em 1827, era ocupado por pessoas escolhidas diretamente pelos eleitores locais. Esses juízes eleitos tinham atribuições policiais e judiciárias, com o poder de formar a culpa, prender, julgar, além de convocar a Guarda Nacional e a força policial. O juiz de paz, o pároco e o presidente da Câmara Municipal eram responsáveis pela elaboração da lista de jurados do termo e pela qualificação dos eleitores e votantes.

A criação da Guarda Nacional, em 1831, para garantir a ordem interna ameaçada pelas turbulências e instabilidades que marcaram a Abdicação, também significou uma medida de fortalecimento dos proprietários e dos senhores locais. Embora estivesse subordinada ao presidente de província, a Guarda Nacional era uma milícia organizada por município, cujo funcionamento era regulamentado pelas Assembléias Provinciais. Sua autonomia era garantida ainda pelo fato do alistamento militar ser conduzido pelo juiz de paz.

Em 1835, Feijó foi escolhido, por eleição direta, o primeiro Regente Uno. No entanto, nem as reformas jurídicas, nem o governo de Feijó foram capazes de garantir a estabilidade e a ordem. Motins, sedições e inúmeras revoltas em diversas províncias, explosão de ataques da imprensa, disputas entre os grupos dirigentes levaram à renúncia de Feijó, em 1837²⁹.

A crise política e as rebeliões provocaram a cisão interna entre os Moderados que, até então, haviam atuado de forma hegemônica³⁰. Parte do grupo Moderado, convencida da necessidade de medidas para “pacificar” o país e garantir a ordem social escravista, aproximou-se dos Restauradores e organizou o Partido Conservador. Os defensores das reformas do período regencial passaram a integrar o Partido Liberal.

A posse de Pedro Araújo Lima, em 1837, inaugurou o Regresso, que abriu espaço para o fortalecimento político dos grandes proprietários de terras e escravos. Temendo uma participação mais ampla da população e a perda da unidade territorial do Império, o grupo Regressista restabeleceu o Estado centralizador, restaurando a autoridade monárquica e desmontando a legislação liberal, responsabilizada pela situação caótica em que se encontrava o país.

²⁹ Entre 1833-1838, ocorreram três revoltas escravas de impacto: Carrancas em Minas Gerais (1833), Malês (Bahia, 1835) e de Manoel Congo (Rio de Janeiro, 1838). Em 1835, embora chegue ao fim a Cabanada (Pernambuco e Alagoas, 1832-1835), têm-se notícia das revoltas da Cabanagem (Pará, 1835-1836) e a Farroupilha (1835-1845), no Sul do Brasil. Em 1837, ocorre a Sabinada, na Bahia e, em 1838, o Maranhão e o Piauí rebelaram-se no movimento conhecido por Balaiada (1838-1842). MOREL, M. *O período regencial*.

³⁰ É preciso lembrar que os Exaltados não participaram do poder central e que os Restauradores, após a morte de Dom Pedro I, em 1834, perderam sua principal bandeira.

O Ato Adicional de 1834 deu aos grupos provinciais um poder decisório real, produzindo um acirramento das disputas entre as forças locais. Tais conflitos foram agravados pela instrumentalização do posto de juiz de paz e do sistema de jurados pela elite local³¹. As atribuições dadas ao juiz de paz pelo Código do Processo Criminal de 1832 transformaram os juízes em homens poderosos, capazes de manipular e interferir nas disputas pelo poder dentro da localidade. Afinal, a facção que controlasse a magistratura controlava a política local. Além disso, por ser eleito localmente o juiz de paz poderia escapar do controle do governo central.

Após exaustiva batalha, foi aprovada em 12 de maio de 1840 a Lei de Interpretação do Ato Adicional. A principal modificação proposta pela Lei negava às Assembléias Provinciais o direito de legislar sobre empregos gerais e sobre a polícia judiciária. Tais medidas abriram caminho para a reforma do Código do Processo em 1841, promovendo o controle centralizado das autoridades judiciárias e policiais. Com a nova lei, inspirada em projeto de Bernardo Pereira de Vasconcelos, de 1839,

O juiz de paz perdeu suas atribuições policiais, transferidas para os delegados e subdelegados de polícia, submetidos ao chefe de polícia e ao Ministério da Justiça. Do juiz de direito ao inspetor de quartelão, todos estavam subordinados à Corte. Os juízes municipais e os promotores públicos passaram a ser nomeados pelo Imperador e as listas de jurados foram organizadas pelos delegados, ampliando-se as possibilidades de um controle efetivo do poder central sobre os municípios.”³²

A chamada “reação centralizadora” foi completada após a maioria de Dom Pedro II, com o restabelecimento do exercício do Poder Moderador, com a recriação do Conselho de Estado e com a manutenção do Senado vitalício. A reorganização da Guarda Nacional, em 1850, finalizou a obra de centralização do Estado imperial. Esse processo centralizador, contudo, sofreu reveses na década de 1840, quando os liberais de São Paulo e Minas Gerais, em 1842, pegaram em armas por discordarem das medidas centralizadoras. O período de instabilidade política foi encerrado em 1849, quando a Praieira foi sufocada em Pernambuco.

O Império do Brasil, na década de 1850, encontrava-se sólido, com uma estrutura política e administrativa centralizada, tendo sido afastado o risco de fragmentação territorial e

³¹ FLORY, Thomas. *El juez de paz y el jurado en el Brasil Imperial, 1808-1871: control social e estabilidad política en el nuevo Estado*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996. p. 189-190. / FERREIRA, G. N., *Centralização e descentralização*. p. 32.

³² RESENDE, Edna Maria. *Entre a solidariedade e a violência: valores, comportamentos e a lei em São João del-Rei, 1840-1860*. 1999. 153 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

preservada a ordem social escravista. A política de conciliação representou o auge da estabilização, em que os conflitos entre os grupos puderam ser dirimidos e os representantes dos grupos vencidos, não podendo simplesmente ser ignorados ou excluídos, foram incorporados.

Nem sempre foi possível respeitar uma cronologia rígida. Na verdade, os marcos cronológicos são como balizas que nos permitem olhar detidamente para um período, marcado por sua temporalidade própria. Assim, considerando-se a temporalidade e a historicidade de uma época, eventualmente houve necessidade de fazer incursões em períodos anteriores e posteriores às datas especificadas. A compreensão da atuação política das personagens envolvidas exigiu que fossem feitos recuos ao processo de Independência. Por outro lado, fontes, como os inventários, por exemplo, situam-se em períodos posteriores, pois representam a culminância de uma vida.

III

Quanto ao recorte espacial, é fundamental destacar que se a história mineira provincial e, particularmente a sua história política, ainda carece de estudos que elucidem seu desenvolvimento histórico tão peculiar e diversificado, os estudos sobre a história de Barbacena encontram-se em estágio incipiente. Enquanto a historiografia mineira sobre os Setecentos e os Oitocentos experimenta, desde a década de 1980, um vigoroso revisionismo, é enorme a lacuna existente a respeito do desenvolvimento histórico de Barbacena em seus múltiplos aspectos³³.

No entanto, Barbacena teve importância destacada na história política brasileira, participando ativamente de momentos decisivos de nossa história. No século XVIII, alguns inconfindentes eram proprietários de fazendas na região³⁴. No século XIX, seus moradores

³³ Os trabalhos de CARVALHO, José Murilo de. Barbacena: a família, a política e uma hipótese. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 20, jan. 1960.; RIBEIRO, Alexandre Muzzi de Paula. *Avantes, Liberais: o imaginário da Revolução de 1930 em Barbacena*. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – UFRJ, Rio de Janeiro, 1996; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira, 1780-1870*. 1999. Tese (Doutorado em História) – UFF, Niterói, 1999 e TEIXEIRA, Adriano Braga. *População, sistema econômico e poder na transição do século XVIII para o século XIX em Minas colonial -1791-1822*. 2007. 189 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007; CARVALHO, Sheldon Augusto Soares. *A Abolição da escravatura em Barbacena, 1771-1888*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 2008, são pioneiros no estudo da história de Barbacena.

³⁴ Podemos citar os Padres Manoel Rodrigues da Costa e José Lopes de Oliveira, José Ayres Gomes e Joaquim Silvério dos Reis. Além desses, Tiradentes também visitava a região. Seu irmão, o padre Antônio da Silva Santos, residia na Fazenda do Castelo. MASSENA, Nestor. *Barbacena: a terra e o homem*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985.

posicionaram-se a favor do Príncipe Regente acerca dos acontecimentos que marcaram o processo de independência. A Câmara Municipal enviou um Manifesto de apoio a D. Pedro II, obtendo, com esse gesto, o título de “Nobre e mui leal Vila” para Barbacena. Em 1842, Barbacena, mais uma vez, destacou-se no cenário político imperial, reagindo às medidas tomadas pelo Ministério Conservador, que extinguiu as prerrogativas liberais conquistadas pelas províncias com o Ato Adicional de 1834, deflagrando a Revolução Liberal.

Além desses episódios amplamente conhecidos, Barbacena sempre esteve representada na política imperial por eminentes políticos, como Camilo Maria Ferreira, conde Prados, e José Rodrigues de Lima Duarte, visconde de Lima Duarte, ambos deputados à Assembléia Geral e conselheiros do Império³⁵.

Durante o século XIX, Barbacena, ao lado de São João del-Rei, era um pólo comercial, centralizando o fluxo de mercadorias de diversas regiões. Situadas numa região de entreposto, “São João del-Rei drenava a maior parte das exportações de subsistência mineira, ao passo que Barbacena concentrava principalmente as exportações de algodão”³⁶

Esta vocação para entreposto manifestou-se desde a origem da região de Barbacena, ligada à incorporação do Caminho Novo por Garcia Rodrigues Pais, em 1698³⁷. O Caminho Novo, que encurtou a distância entre o Rio de Janeiro e a região mineradora, permitiu a incorporação do alto da serra da Mantiqueira, local genericamente identificado por “Borda do Campo”. O Caminho Novo cortava a fazenda da Borda do Campo, passando pelo Registro e, depois pela fazenda da Caveira, onde mais tarde, foi construído o arraial da Igreja Nova³⁸.

Ao longo do Caminho Novo estabeleceram-se inúmeras fazendas, fundamentais para o provimento dos viajantes. Durante toda a primeira metade do século XVIII, a paisagem da região foi marcada pela existência dessas fazendas, que tinham sua razão de ser no fornecimento de víveres para os viajantes e de gêneros de subsistência para o mercado minerador.

A sede da freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo, inicialmente situada na capela de Nossa Senhora da Borda do Campo (1711), foi transferida, em 1730, para a capela de Nossa Senhora do Pilar do Registro Velho. A partir de 1843, seguindo a orientação do bispo D. Frei Antônio de Guadalupe, que fez uma visita pastoral à Borda do

³⁵ MASSENA, Nestor. Barbacena: a terra e o homem.

³⁶ LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979. p. 89-90.

³⁷ VENÂNCIO, Renato Pinto. Caminho Novo: a longa duração. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 21, p. 181-189, jul. 1999. MASSENA, N. *Barbacena: a terra e o homem*.

³⁸ MASSENA, N. *Barbacena: a terra e o homem*. V. 2, p. 268.

Campo em 1726, foi iniciada a construção da nova igreja matriz, na fazenda da Caveira de Cima, que passou a abrigar, a partir de 1750, a sede da freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo³⁹.

Data de 1747 o despacho de Gomes Freire de Andrade concedendo licença para a ereção de um arraial na Igreja Nova do Curato Episcopal de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo. A construção das primeiras casas ocorreu somente em 1753, quando foram solucionadas as disputas travadas pelos fazendeiros da região em torno da posse das terras em que se localizavam a igreja e o arraial. Obviamente, o arraial da Igreja Nova da Borda do Campo foi construído em um momento em que a população já havia se fixado na capitania, dedicando-se ao comércio e às atividades agropastoris⁴⁰.

O arraial da Igreja Nova estava sob a jurisdição da vila de São José del-Rei, pertencendo, portanto, à comarca do Rio das Mortes. Diante das enormes dificuldades dos moradores em vencerem as grandes distâncias para tratarem dos negócios forenses, 105 representantes das freguesias da Borda do Campo, de Nossa Senhora da Assunção do Engenho do Mato e de Nossa Senhora da Glória de Simão Pereira dirigiram ao Visconde de Barbacena, governador e capitão-general da capitania de Minas, uma longa petição, solicitando a criação da vila do Arraial da Igreja Nova da Borda do Campo, separada de São José del-Rei e com pelourinho próprio. Assim, o arraial da Igreja Nova foi elevado à categoria de vila a 14 de agosto de 1791.

Devido à sua posição geográfica estratégica, localizada às margens do Caminho Novo e dando acesso ao Caminho Velho a partir de São João del-Rei, cabeça da comarca do Rio das Mortes e importante entreposto comercial, a vila de Barbacena destacava-se enquanto centro de abastecimento da região, tornando-se parada obrigatória para viajantes e tropas.

Barbacena integrava a região de ocupação mais antiga, que, durante o século XVIII, estava associada à extração aurífera ou às atividades econômicas estimuladas por esta atividade nuclear⁴¹. No final dos Setecentos, o declínio da mineração era evidente, levando a um reordenamento econômico da capitania de Minas Gerais. Dessa forma, no início do século XIX, a economia mineira baseava-se nas atividades ligadas à subsistência, marcada por um forte caráter mercantil.

³⁹ MASSENA, N. *Ibidem*. p.271.

⁴⁰ MASSENA, N. *Ibidem*. ; ALBUQUERQUE, Antônio L. P. E. I *Formação e apogeu da aristocracia rural em Minas Gerais*.

⁴¹ PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. 1996. Tese (Doutorado em História Social) – USP, São Paulo, 1996. p. 125.

A região de Barbacena passava, neste momento, por um processo de ampliação de fronteiras, com a ocupação de novas áreas e a constituição de um sistema agrário que mesclava grandes e pequenas propriedades. Com a vinda da Corte e a implantação da política de interiorização da metrópole, consolidaram-se os traços estruturais do sistema econômico do termo de Barbacena. Houve maior dinamização da economia regional, que, progressivamente, articulou-se com os circuitos mercantis, a partir do desenvolvimento de uma economia mercantil de alimentos⁴².

O crescimento econômico e demográfico da região de Barbacena teve como reflexo a conquista da autonomia política com a elevação do arraial da Igreja Nova à categoria de vila, com a denominação de vila de Barbacena. Mais tarde, em 1833, o termo de Barbacena foi desmembrado da comarca do Rio das Mortes, passando a integrar, juntamente com os termos de Baependi e Pomba, a comarca do Rio Paraibuna⁴³. A vila de Barbacena permaneceu como cabeça da comarca do Paraibuna até 1873, quando, então, foi criada a comarca de Barbacena, desmembrada da comarca do Rio Paraibuna⁴⁴.

A realização de pesquisas que tenham como recorte espacial o termo de Barbacena, certamente, delineará com mais clareza a importância econômica, política e estratégica dessa região no contexto da história mineira e brasileira. Obviamente, a opção por um recorte regional, pautado por fontes primárias, pode revelar a complexidade dos sistemas sócio-econômicos e permitir questionar generalizações e reformular o conhecimento de uma “história geral”⁴⁵. Dentro dessa perspectiva, o estudo da atuação das elites políticas locais, no período regencial, contribui para uma melhor compreensão do processo de construção do Estado imperial.

IV

A história da construção do Estado brasileiro, na primeira metade do século XIX, foi marcada pela tensão entre a unidade e a fragmentação, a autonomia e a centralização⁴⁶. Nos

⁴² OLIVEIRA, Mônica R. *Negócios de família*. Em sua pesquisa, a autora trabalha a estrutura agrária do termo de Barbacena somente como subsídio para compreender a formação do sistema agrário-cafeicultor, que se desenvolveu na Zona da Mata mineira a partir de meados do século XIX. Na verdade, o termo de Barbacena carece de pesquisas mais específicas.

⁴³ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Jogando caxangá: notas sobre as divisões jurídico-administrativas na comarca do Rio das Mortes durante o século XIX. *Vertentes*, São João del-Rei, n. 7, p. 29-37, jan./jun. 1996.

⁴⁴ SAVASSI, Altair. *Barbacena: 200 anos*. 2. ed. Belo Horizonte: Lemí, 1991. v. 1.

⁴⁵ AMADO, Janaína. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos A. (org.). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

⁴⁶ DOLHNIKOFF, M. O pacto federativo, São Paulo: Global, 2005, p. 11

anos 1850, o risco da fragmentação do território e do separatismo estava afastado. Era clara a opção do país por um regime monárquico e politicamente centralizado⁴⁷. No entanto, o processo de formação do Estado e da nação brasileira foi marcado pela existência de alternativas variadas quanto à organização da nova nação. A Independência colocou o desafio de construir o Estado e de se definir a nação. Há um consenso na historiografia quanto ao legado da colonização portuguesa⁴⁸. Da experiência colonial, na qual prevaleceu a iniciativa privada, emergiram regiões etnograficamente distintas, com dificuldades de comunicação entre si e com frouxos vínculos econômicos e políticos. Os proprietários de terras e escravos, os chamados “homens bons”, ligavam-se à sua localidade, à sua “pátria”⁴⁹. A Câmara Municipal era o lugar do poder local⁵⁰. Nesse contexto, as elites locais, acostumadas a gerir seus interesses e negócios sem a interferência das autoridades do Rio de Janeiro e de Lisboa, reivindicavam a manutenção da autonomia do município. A herança colonial pôs em movimento forças centrífugas capazes de levar a fragmentação. De acordo com Sérgio Buarque de Holanda,

[a] unidade, que a vinda da Corte e a elevação do Brasil a Reino deixará de cimentar em bases mais sólidas, estará ao ponto de esfacelar-se nos dias que imediatamente antecedem e sucedem à proclamação da Independência. Daí por diante irá fazer-se a passo lento, de sorte que só em meados do século pode dizer-se consumada.⁵¹

Embora a perspectiva da autonomia se apresentasse como a mais atraente para as elites locais e a desintegração fosse uma possibilidade real, também existiam razões que apontavam para a alternativa da unidade das províncias, sob uma autoridade central. Descartada a “solução unionista”, setores da elite brasileira apostaram na monarquia constitucional como alternativa capaz de evitar a fragmentação do País, garantir o controle social e a manutenção da ordem escravocrata. Acreditava-se que a solução republicana colocaria em risco a unidade

⁴⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial: sua desagregação. In: _____. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, t. II, v. 1. 6ª ed. São Paulo: Difel, 1985. p. 09 – 39.

⁴⁸ Sobre o tema ver: DOLHNIKOFF, M. O pacto federativo, p. 11; GRAHAM, R. Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/v0105-mesa1.html>. Consultado em: 18/01/2007; NEVES, Lúcia Maria Pereira das Neves, MACHADO, Humberto. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 199. p. 97; CARVALHO, José Murilo de. Federalismo e centralização no Império brasileiro: história e argumento. In: _____. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p.155-188.

⁴⁹ GRAHAM, Richard. Construindo uma nação no Brasil do século XIX.

⁵⁰ Sobre o papel das câmaras na América Portuguesa ver: RUSSEL WOOD, A. J. R. O governo local na América Portuguesa: um estudo de divergência cultural. *Revista de História*, São Paulo, v. 55, n. 109, p. 25-79, jan.-mar 1977.; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda B, GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁵¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial. p. 16

territorial e traria a ameaça da desordem social, abrindo espaço para movimentos sociais envolvendo homens livres pobres e escravos.

Se por temor do caos e da desordem as elites locais aceitaram a autoridade central, por outro lado, a ausência de laços de união entre as províncias e o espírito localista das elites regionais sugerem que o processo de construção do Estado imperial não pode ser tratado de forma simples e esquemática, natural e inexorável. A compreensão desse processo requer enxergá-lo em seus múltiplos aspectos, considerando as permanências e transformações que o permearam⁵².

A reorganização das estruturas de poder, visando à construção e a consolidação de uma autoridade central, não podia prescindir de um esforço de conciliação entre a herança das estruturas de poder coloniais e as concepções políticas e administrativas portuguesas entre as novas demandas do ideário liberal, que inspiravam as práticas políticas no início do século XIX⁵³.

A linguagem do ideário liberal é abstrata. Os enunciados do liberalismo, ao postularem o princípio do governo representativo, a primazia das leis, a soberania da nação, as liberdades individuais do cidadão, não esclarecem quem é a nação ou quem são os cidadãos. Somente a prática política pode estabelecer os limites e as possibilidades da apropriação do credo liberal. Daí resulta a existência dos liberalismos. Os postulados liberais acabaram assumindo “múltiplas feições, de acordo com as circunstâncias históricas e os grupos sociais a eles identificados”⁵⁴.

Os novos ventos soprados a partir da Revolução Industrial e das “heranças da Revolução Francesa”⁵⁵, vista, esta última, como paradigma da modernidade política, acabaram por se deparar com a cultura política remanescente do absolutismo português, compartilhada pela intelectualidade brasileira através da Universidade de Coimbra. Dessa forma, a atuação da elite brasileira, herdeira do reformismo ilustrado português, foi marcada pela persistência de práticas do Antigo Regime. A sociedade ainda era fortemente arraigada aos velhos hábitos, com uma estrutura social bastante rígida. Daí, a importância das redes de

⁵² Concebe-se a formação do Estado Nacional como um processo contínuo, permanente, dinâmico, enfim, histórico, cujo sentido não pode ser dado a priori. MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842 – 1889)*. 2005. 403 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

⁵³ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar*.

⁵⁴ GUIMARÃES, Lúcia. Liberalismo moderado: postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (831-1837) In: GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal, PRADO, Maria Emília. (Orgs.). *O Liberalismo no Brasil imperial: origens, conceito e práticas*. Rio de Janeiro: Revan, UERJ, 2001.

⁵⁵ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*, 2005, p. 40..

relacionamento e da manutenção dos vínculos entre famílias e oligarquias regionais, elementos remanescentes da hipertrofia do poder privado na colônia portuguesa. O Conselho de Estado, recriado em 1841, também é outro exemplo da permanência de instituições associadas ao Antigo Regime⁵⁶.

No contexto de construção do Estado imperial, marcado pelas resistências e persistências do Antigo Regime, as “novas idéias” formuladas na Europa e que aqui desembarcaram através do “comércio político da cultura”⁵⁷ (realizado por livreiros, editores, jornalistas em plena atividade a partir do 1º Reinado, e também via Península Ibérica), passaram por um processo de mediação.

O tema Revolução, especialmente Revolução Francesa, assunto central dos debates ao longo do século XIX, era contemplado em grande número das obras que circulavam pelas livrarias do Rio de Janeiro⁵⁸. As leituras sobre as Revoluções, seja das várias interpretações da Revolução Francesa, passando pela Restauração Monárquica ou pela trajetória das novas idéias via Península Ibérica, pela pluralidade de liberalismos ou pelos livros ingleses, eram “mediadas pela preocupação com a construção não só de uma ordem nacional, mas também constitucional, de uma ordem, por assim dizer, pós-revolucionária”⁵⁹.

Morel chama a atenção, assim, para o fato de não ter ocorrido um “processo retilíneo” e homogêneo entre a entrada de “novas idéias” e o eclodir de movimentos que se pretendiam revolucionários. Havia mediações entre a leitura e a realidade⁶⁰. A despeito das permanências do Antigo Regime e das mediações e metamorfoses por que passou o ideário liberal, não há dúvidas que as “novas idéias”, os diversos liberalismos, introduziam no Brasil inúmeras possibilidades diante das discussões travadas em torno do arcabouço do Estado nacional em

⁵⁶ De acordo com MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar*. p. 19, o Conselho de Estado “seguiu o modelo dos velhos conselhos áulicos europeus, com membros vitalícios, sofrendo a influência de uma prática político-administrativa do regime monárquico europeu”.

⁵⁷ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. p. 25

⁵⁸ Morel aponta a existência de uma “significativa rede comercial e cultural francesa, por meio das editoras” (p. 37) encontradas nas livrarias do Rio de Janeiro, sobretudo nas estantes da Livraria Plancher, de um lado, testemunhos diversos, mas ligados pelo mesmo sentimento de recusa à Revolução Francesa. Memórias para a elaboração de uma memória. De outro, autores iluministas relidos pela percepção pós-revolucionária. Eram encontrados autores como Abade Raynal, De Pradt, Edmund Burke, Montesquieu, Benjamin Constant, Guizot, Madame de Stäel, entre outros. MOREL, M. *As transformações dos espaços públicos*, p. 43.

⁵⁹ MOREL, M. *Ibidem*. p. 55.

⁶⁰ “As Revoluções, portanto, estavam presentes nas prateleiras da Rua do Ouvidor e diziam respeito diretamente ou indiretamente ao Brasil. Presentes não como Luzes fulgurantes e linearmente transformadoras, mas por mediações, leituras e releituras, com deslocamentos cronológicos e geográficos. A Revolução Francesa pelo filtro da Restauração monárquica, esta pela visão do liberalismo político, o Parlamentarismo e a Economia Política ingleses passando pelos liberais franceses, a Revolução Francesa intermediada pela Ilustração e liberalismos ibéricos, os liberalismos políticos lidos através de suas próprias diversidades, a construção de nações e organizações de Estados nacionais recebendo o crivo do constitucionalismo e sofrendo redefinições de outros (contra) exemplos e modelos, como as independências dos Estados Unidos ou do Haiti. MOREL, M. *As transformações dos espaços públicos*. p. 56-57.

construção. Questões até então ignoradas pela população passaram ao centro do debate político, discutidas à luz das “novas balizas políticas e culturais”⁶¹. A gramática liberal colocou em pauta questões como representações, eleições, soberania, partidos, liberdade de circulação das idéias e mercadorias, emergência da opinião pública e de novas formas e espaços de sociabilidade⁶².

O processo de formação do Estado brasileiro não passou incólume pela modernidade, inaugurada no mundo ocidental pelos acontecimentos da Revolução Industrial e das Revoluções Americana e Francesa. As idéias e práticas postas em marcha a partir de fins do século XVIII abalaram os alicerces do Antigo Regime e inauguraram novas formas de pensar, secularizadas, pautadas nas Luzes e na razão humana, confiantes no progresso⁶³. O Brasil recém-independente também vivenciou essa “época marcada por esta busca da legitimidade constitucional que não representasse nem um retorno ao Antigo Regime nem aprofundamento do processo revolucionário”⁶⁴.

A apropriação da tradição e do repertório europeu pelas elites do Brasil pós-Independência pode ser observada também na utilização dos mecanismos e aspectos clássicos que envolveram a formação dos Estados nacionais como princípios norteadores da construção de uma autoridade central⁶⁵.

As elites dos estados americanos, ao lançarem-se à tarefa de criar Estados nacionais, apropriaram o modelo europeu. No entanto, não tiveram condições de colocar em prática um modelo fechado. As especificidades locais levaram à opção brasileira pela monarquia, à elaboração de uma constituição que conciliava pressupostos liberais com a adoção do Poder Moderador e a presença da escravidão.

A construção do governo monárquico constitucional e centralizado precisou superar a ameaça separatista, lidar com os grandes potentados locais e acessar poderosas redes de relacionamento que os sustentavam. Esse processo envolveu a adoção de estratégias para alcançar o consenso bem como exigiu o uso da coerção e do monopólio da força militar e

⁶¹ MOREL, M. *Ibidem*. p. 51

⁶² MOREL, M. *Ibidem*.

⁶³ NEVES, Lúcia M. P.; MACHADO, H. *O Império do Brasil*. P. 21-29

⁶⁴ MOREL, M. *A s transformações dos espaços públicos*. p. 49.

⁶⁵ De acordo com Maria Fernanda Vieira Martins, a centralização do poder engloba: a unificação territorial; a superação de conflitos via controle de poderes paralelos e manutenção de hierarquias sociais pré-estabelecidas, a constituição de um aparato jurídico visando a normatização de sua ação legal; a formação de uma estrutura burocrática para garantir a administração e a transferência dos serviços básicos do poder privado para o poder público. MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar*. p. 40. A autora baseia-se em Charles Tilly. *Coerção, capital e estados europeu, 1990 – 1992*. São Paulo: EDUSP, 1996.

policial. Precisou também desenvolver a administração e a burocracia como mecanismo para a consolidação da ação pública do governo central⁶⁶.

É fundamental enfatizar que a construção do Estado como um “artefato cultural” e legítimo, precisa combinar “a ameaça da força com o consentimento”⁶⁷, porque expressa os interesses e conflitos existentes na sociedade. O pacto social que funda o Estado “não se constrói independente da sociedade”⁶⁸; resulta da ação dos grupos sociais⁶⁹. Tal pressuposto desdobra-se na questão central da relação entre Estado e elite no processo de construção do Estado imperial. Afinal, qual o papel das elites na constituição e direção desse Estado?

O papel da sociedade e das elites políticas na construção do Estado nacional brasileiro é comumente desconsiderado ou esmaecido pelas abordagens historiográficas que tratam da política imperial. A historiografia enfatiza diferentes aspectos e destaca diversos protagonistas que atuaram no processo. A grande maioria das interpretações enxerga o processo a partir de uma centralização e de um unitarismo inexoráveis. De um modo geral, estas interpretações ora pautam-se na economia, ora atribuem ao Estado o papel de fundador da sociedade, ou negam a importância do organismo político administrativo, valorizando exclusivamente o poder dos potentados locais⁷⁰. Uma interpretação mais recente defende a vitória do arranjo institucional federalista⁷¹.

A interpretação “economicista” não valoriza as ações das elites proprietárias e suas articulações em torno de um projeto político por considerar que a naturalidade do seu domínio dispensa um projeto de dominação. As crises políticas são explicadas como reflexo imediato de um movimento da estrutura econômica.

As interpretações com um viés “estatista” enfatizam o caráter autônomo do político, valorizando o “Estado como ator político”. Esta linha interpretativa toma como referência o conceito de patrimonialismo, afirmando, assim, a “autonomia estrutural do político” que

⁶⁶ MARTINS, Maria Fernanda Vieira.. A velha arte de governar. p. 40 – 49.

⁶⁷ GRAHAM, R. Construindo uma nação no Brasil do século XIX. p. 10.

⁶⁸ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *Ibidem*. p. 43.

⁶⁹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. O Tempo saquarema: a formação do Estado imperial. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994. SILVA, Wlamir. Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830 – 1834). 2002. 387 fls. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

⁷⁰ Wlamir Silva analisa as vertentes historiográficas acerca da formação do Estado brasileiro, no período imperial, sob a ótica da dinâmica da sociedade e da atuação das classes políticas nesse processo. Minhas observações baseiam-se, em grande parte, neste artigo. SILVA, Wlamir. Desafiando Leviatã: sociedade e elites políticas em interpretações do Estado imperial brasileiro. *Vertentes*, São João del-Rei, n. 11, p. 15-22, jan./jun. 1998.

⁷¹ DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

subordina as ações e projetos políticos a um contexto de poder secular, do “fenômeno histórico português-brasileiro”⁷².

Já na perspectiva do “mandonismo”, a importância do Estado é ofuscada pelo poder e pelo controle exercidos pelas elites locais. Não se trata, contudo, de uma ação política articulada em torno de um projeto de construção do Estado. Sua ação limita-se a estender ao poder central os mecanismos de controle exercidos na esfera local.

A atuação da elite no processo de formação do Estado brasileiro no século XIX é enfatizada nos trabalhos de José Murilo de Carvalho⁷³. Para o autor, a existência de uma elite política homogênea possibilitou a adoção de uma solução monárquica no Brasil e a manutenção da unidade territorial. Essa homogeneidade social, ideológica e de treinamento, alcançada pela educação formal universitária, pela ocupação e pela carreira política, reproduzida na Colônia, reduziu os conflitos intra-elite e possibilitou a implementação de um modelo de dominação política.

Segundo José Murilo de Carvalho, a importância da elite relaciona-se ao peso maior do Estado em forjar a nação. O Estado agiria através da burocracia, treinada nas tarefas de administração e do governo, socializada pela formação jurídica em Coimbra. O Estado seria, assim, o “ator político exclusivo” na tarefa de construção da ordem⁷⁴. Essa perspectiva evidencia a filiação de José Murilo de Carvalho à concepção patrimonialista de Estado.

A relação entre a elite, que conduzia o Estado e confundia-se com ele, com os outros setores da sociedade ocorria de forma ambígua e contraditória. O Estado, por depender do apoio político e das rendas dos proprietários, precisava assumir compromissos com os poderes locais, cooptando-os através do oferecimento de cargos e privilégios⁷⁵.

Percebe-se, na interpretação de José Murilo de Carvalho, que as elites locais são passivas no processo de construção do Estado Imperial, apenas sujeitando-se à ação das elites centrais. De acordo com Wlamir Silva, “esta interpretação da construção da ordem imperial não oferece espaço para a análise das elites locais e provinciais enquanto agentes de uma ação/formulação política própria, configuradora, em alguma medida, de projetos políticos em conflito e da construção do Estado”⁷⁶.

⁷² SILVA, W. *Ibidem*. p.16.

⁷³ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

Teatro de sombras: a política imperial. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

⁷⁴ SILVA, W. *Desafiando Leviatã*. p. 19

⁷⁵ CARVALHO, J. M. *A construção da ordem*. p. 180

⁷⁶ SILVA, W. *Desafiando Leviatã*. p. 19

A vertente interpretativa proposta por Ilmar Rulhoff de Mattos⁷⁷, ao redimensionar a “autonomia do político”, possibilita resgatar o papel desempenhado pelas elites locais no processo de definição do Estado imperial brasileiro⁷⁸. Mattos rompe com a caracterização dicotômica proposta pela historiografia acerca do elemento proeminente no processo de construção do estado. Segundo ele, o fundamental não é definir se, nesse processo, prevaleceu um “Estado forte e uma sociedade fraca” ou um “Estado fraco e uma sociedade forte”. O importante é “conceber a relação entre o governo da casa e o governo do Estado como uma relação dialética”, preocupando-se com “o que se passa, o que acontece”⁷⁹.

Mattos, orientando-se pelas premissas acima, aponta a indissociabilidade entre os “processos complementares de construção do Estado Imperial e de constituição da classe senhorial”. Dessa forma, o autor, ao discutir as semelhanças e diferenças entre liberais e conservadores, abre a discussão a respeito das “visões de mundo e os sistemas de classificação que lhes correspondem e que se impõem ao conjunto da sociedade”⁸⁰ e enxerga o “processo de construção do Estado monárquico brasileiro como o do confronto entre projetos políticos formulados no seio da sociedade oitocentista”, recuperando a “dinâmica centro/província” e o papel da sociedade enquanto “elemento constitutivo do projeto político que consolidou o Império”⁸¹.

Richard Graham⁸² procura focalizar as relações entre o poder local e o governo central, objetivando compreender os mecanismos que possibilitaram manter e reforçar a unidade brasileira, ao longo do século XIX, após o período crucial da Independência. Para Graham, a manutenção da unidade nacional só foi possível a partir da participação quotidiana das elites regionais na “comunidade política” criada por elas. Segundo o autor, o governo central não foi imposto à classe proprietária. Ao contrário, a centralização do poder decorreu de uma necessidade desse grupo de “um sistema em que pudessem resolver suas diferenças sem por em perigo a ordem”⁸³. Essa unidade, no entanto, só se manteria na medida em que o Estado assegurasse postos e favores a seus seguidores, objetivando o controle do poder nos diversos níveis do aparato estatal. De posse desses postos, que lhes conferiam uma autoridade

⁷⁷ MATOS, I. R. de. *O tempo saquarema*.

⁷⁸ SILVA, W. Desafiando Leviatã. p. 20

⁷⁹ MATTOS, I. R. de. *O tempo saquarema*. p. 138

⁸⁰ MATTOS, *Ibidem*. p. 112

⁸¹ SILVA, W. Desafiando Leviatã. p. 20-21

⁸² GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

_____. Mecanismos de integración en el Brasil del siglo XX. In: ANNINO, Antonio, LEIVA, Luis Castro, GUERRA, François-Xavier (Dir.). *De los imperios a las naciones: Iberoamerica*. Zaragoza: Ibercaja, 1994.

⁸³ GRAHAM, Mecanismos de integración em el Brasil del siglo XIX. p. 530

legítima, a “boa sociedade” tratava de construir uma clientela, estabelecendo sólidos laços de lealdade que garantiriam o exercício de seu poder. Assim,

O detentor do poder no Rio de Janeiro alcançaria seu posto graças ao firme apoio com que contava entre as elites provinciais e locais. Para conseguir seu fim comprará a lealdade de seus colegas potentados. Foi deste modo que a capital se converteu no centro. E ao aceitar a capital como centro do poder as elites locais e regionais chegaram a considerar-se brasileiras⁸⁴.

Se, por um lado, Graham afirma o papel do Estado enquanto mecanismo utilizado pela elite proprietária para integrar a nação, por outro, ele enfatiza a indeterminação entre o poder central e o poder local, sustentado por uma rede clientelista⁸⁵.

Diante da predominância do clientelismo nas relações políticas, os partidos, enquanto grupos que congregavam interesses opostos e dividiam uma ideologia, perdem sua razão de ser. De fato, para Graham, o “partido significava apenas uma afiliação de deputados, e não um compromisso duradouro com um programa ou uma política”. Em decorrência disso, não havia diferenças entre os partidos, e a principal preocupação do deputado era obter postos e não legislar⁸⁶.

Também Ricardo Arreguy Maia⁸⁷, ao abordar a política partidária em Minas Gerais na segunda metade do século XIX, preocupa-se com a articulação entre o poder local e o poder político provincial. Filiando-se à perspectiva teórico-metodológica de José Murilo de Carvalho, o autor vê no Estado o agente conformador das organizações de poder local, atuando através dos partidos políticos, a partir do “estabelecimento de extensas redes de clientela e compromissos locais quanto à distribuição de recursos públicos”⁸⁸.

Os partidos políticos imperiais, no entanto, não possuem uma estrutura ideológica clara nem propõem projetos distintos de sociedade. Sua atuação política não passa de “jogos de compadre”⁸⁹.

Mesmo não se preocupando com o ideário político desses partidos, Ricardo Arreguy Maia propõe-se a identificar a opção partidária dos políticos mineiros, relacionando-a com a

⁸⁴ GRAHAM, *Ibidem*. p. 530

⁸⁵ Segundo GRAHAM, R. Mecanismos de integración... p. 536 “Las relaciones entre la Corte y los pueblos eran íntimas, directas y recuentes, a pesar de la existencia de diversos niveles de autoridad formal. Por esta razón es equivocado distinguir demasiado entre gobierno central y caciques locales.”

⁸⁶ GRAHAM, R. *Ibidem*. p. 198.

⁸⁷ MAIA, Ricardo Arreguy. “*Jogo de compadres*”: a política partidária na Província de Minas Gerais. 1991. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – UFMG, Belo Horizonte, 1991.

⁸⁸ MAIA, Ricardo *Ibidem*. p. 5

⁸⁹ MAIA, R. *Ibidem*. p. 6

ocupação e com a origem. Adaptando os procedimentos utilizados por José Murilo de Carvalho, o autor conclui que na província de Minas Gerais predominou o partido Conservador. Os Conservadores também constituíam a maioria nas ocupações ligadas diretamente ao Estado e entre os comerciantes, embora o grupo “Profissões” se apresentasse equilibrado. Outro resultado apontado pela pesquisa indica a pequena representação das ocupações ligadas ao setor “Economia”. Isso, para o pesquisador, demonstra “uma baixa representatividade daqueles setores ou das categorias sociais responsáveis pela produção dos excedentes econômicos”⁹⁰.

Algumas dessas conclusões, no entanto, podem ser questionadas. Em primeiro lugar, os critérios para se definir os grupos ocupacionais não dão conta da complexidade do contexto estudado. A não inclusão dos comerciantes no grupo “Economia”, por exemplo, gerou uma sub-representação do mesmo. Outro problema refere-se à duplicidade de ocupações. Assim, um político pode ser identificado como médico ou advogado, mas ter como atividade principal a direção de uma fazenda. Dessa forma, descobrir a identidade e a origem da elite política deve ir além de levantamentos estatísticos que associem a filiação partidária ao perfil ocupacional. Buscar essas informações como fim último pouco acrescenta à compreensão da dinâmica político-social.

A contribuição historiográfica mais recente sobre a dinâmica política do Brasil imperial advém do livro de Miriam Dolhnikoff, sobre as origens do federalismo no Brasil do século XIX⁹¹. A autora, ancorada em uma documentação extensa e variada, contrapõe-se a alguns pressupostos da historiografia brasileira sobre a história da construção do Estado e a participação das elites nesse processo. A interpretação de Miriam Dolhnikoff propõe que

[...] a unidade de todo o território da América lusitana sob a hegemonia do Rio de Janeiro foi possível não pela neutralização das elites provinciais e pela centralização, mas graças à implementação de um arranjo institucional por meio do qual as elites se acomodaram, ao contar com a autonomia significativa para administrar suas províncias e, ao mesmo tempo, obter garantias de participação no governo central através de suas representações na Câmara dos Deputados. Desse modo as elites provinciais tiveram papel decisivo na construção do novo Estado e na definição de sua natureza. Participaram ativamente das decisões políticas, fosse na sua província, fosse no governo central. E ao fazê-lo constituíram-se como elites políticas⁹².

⁹⁰ MAIA, R. Jogo de compadres. p. 60

⁹¹ DOLHNIKOFF, Miriam. O Pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.

⁹² DOLHNIKOFF, Miriam. O Pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005. p. 14.

Miriam Dolhnikoff analisa dois dos principais projetos que, desde a época da Independência, polarizaram o debate político acerca da organização institucional do novo Estado. Tais projetos refletiam a diversidade de interesses e de concepções das elites brasileiras. O projeto federalista, implantado com a Abdicação de Dom Pedro I, em 1831, apoiado por liberais de diversas províncias, propõe a defesa da federação como instrumento capaz de “acomodar as elites provinciais no interior do novo Estado, garantindo a elas iniciativa política e participação efetiva no processo decisório”⁹³. Outro projeto intensamente debatido pelos contemporâneos, o projeto unitarista, foi a opção dos herdeiros da ilustração pombalina. Os representantes do liberalismo iluminista propugnavam um projeto de nação inspirados nos padrões europeus de civilização, que contemplasse uma proposta de inclusão dos variados setores sociais. Para eles, somente um Estado forte e centralizado, capaz de garantir ao governo central o monopólio da iniciativa política e de assegurar à elite branca e letrada as condições de direção administrativa, poderia empreender as reformas desejadas e forjar a identidade nacional.

No confronto entre os dois projetos, “o projeto federalista saiu vencedor”⁹⁴. As reformas liberais da década de 1830, em especial o Ato Adicional de 1834, deram um novo perfil institucional ao Império. Combinava-se autonomia provincial, com a divisão de competências entre os governos central e provincial⁹⁵. Propunha-se um regime representativo que garantisse a inclusão das elites provinciais e a monarquia federativa, capaz de oferecer representatividade apenas para os grupos dominantes.

Tal arranjo, para Miriam Dolhnikoff, não foi anulado com a revisão conservadora da década de 1840, promovida pela política do “Regresso”. Segundo a autora, as alterações implementadas pela Lei de Interpretação do Ato Adicional de 1840 não significaram o fim das franquias provinciais, uma vez que se conservaram intactas a maior parte das atribuições das assembleias provinciais, nem excluíram a participação das elites regionais no governo

⁹³ DOLHNIKOFF, Miriam. *Ibidem.* p. 23.

⁹⁴ DOLHNIKOFF, Miriam. O Pacto imperial. p. 14.

⁹⁵ Neste modelo, o governo central respondia pelas questões nacionais e os governos provinciais conduziam a política da província. Além disso, “a divisão territorial em províncias correspondeu à existência de governos autônomos em relação a matérias de grande importância, sobre as quais esses governos atuavam unilateralmente, com poderes irrevogáveis pelo governo central. A autonomia provincial incidia sobre a tributação, as decisões referentes a empregos provinciais e municipais, obras públicas, força policial, de modo que os governos das províncias dispunham de capacidade financeira para autonomamente decidir sobre investimentos em áreas vitais para a expansão econômica, o exercício da força coercitiva e o controle de parte da máquina pública.” DOLHNIKOFF, Miriam. O Pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005. p. 18.

central. A revisão constitucional limitou-se ao aparelho judiciário, preservando, segundo a autora, os pontos centrais do arranjo liberal vigente.

A análise de Miriam Dolhnikoff, sem dúvida, reabre o debate sobre a formação do Estado nacional ao propor novos encaminhamentos para se pensar a natureza do Estado imperial. Tais perspectivas merecem ser discutidas. Em primeiro lugar, a interpretação de Dolhnikoff inova ao evidenciar a participação das elites provinciais no processo de construção do Estado imperial no Brasil, até então subestimada pela historiografia.

De fato, o Ato Adicional de 1834 deu nova configuração ao modelo político-institucional do Brasil recém-independente, garantindo que os grupos provinciais preservassem o controle sobre suas províncias ao mesmo tempo em que estivessem comprometidos com a política nacional. Reconhecer a atuação das elites provinciais significa, portanto, repensar as interpretações historiográficas que defendem o fato da unidade nacional ter sido forjada através da centralização política e administrativa, imposta com mãos de ferro pela Corte do Rio de Janeiro às demais províncias. Entender o processo de construção do Estado centralizado como um processo que irradiou da Corte para as províncias é enxergá-lo de forma unilateral.

É fundamental compreender essa construção como uma via de mão dupla. O processo de centralização do poder que marcou a construção do Estado imperial não pode ser visto como um ordenamento imposto de cima para baixo. O Estado centralizado resultou de um embate entre propostas de organização do poder, que passaram pelo controle do poder local. No período regencial, prevaleceu um arranjo em torno da autonomia das províncias, que passaram a controlar os municípios.

O Ato Adicional de 1834 consagrou a autonomia provincial, criando as Assembléias Legislativas. Embora o Ato Adicional represente uma significativa mudança na organização político-institucional, não pode ser entendido como uma vitória do projeto federalista. Conforme admite Miriam Dolhnikoff, o Ato Adicional resultou de um difícil processo de negociação parlamentar, iniciado em 1831. Para aprovar a emenda constitucional, muitas concessões foram feitas: a expressão monarquia federativa foi retirada do texto, manteve-se a vitaliciedade do Senado, não foi aprovada a eleição do Regente pelas assembléias provinciais e aceitou-se que o presidente de província fosse nomeado pelo governo central⁹⁶.

Como se observa, o Ato Adicional não contemplou de forma ampla os interesses regionais. Além disso, na divisão de competências entre o governo central e o provincial, em

⁹⁶ DOLHNIKOFF, Miriam. O Pacto imperial. p. 93 – 118.

relação à divisão dos impostos, o governo central arrecadava os impostos sobre importação e ficava com a "parte do leão". Assim, a concentração dos recursos financeiros permaneceu nas mãos do governo imperial, cabendo à administração central a partilha dos recursos. Tal medida esvaziava os avanços descentralizadores, pois, dessa maneira, as províncias não tinham meios necessários para desenvolver seus projetos⁹⁷.

É importante ressaltar que, apesar dos esforços em se resguardar os interesses provinciais, as diversidades regionais continuavam vindo à tona, com a eclosão de crises políticas, de disputas entre os grupos dirigentes e com as revoltas se espalhando por toda a parte. Tais circunstâncias colocavam em risco a unidade do Império e a ordem social escravista. Diante disso, tornava-se premente que o governo central pudesse chegar às regiões. O sucesso da centralização dependia do controle político das localidades. A revisão conservadora da década de 1840, na prática, anulou os aspectos mais descentralizadores do Código do Processo Criminal e do Ato Adicional de 1834. Com a transferência dos poderes penais e policiais, pertencentes ao juiz de paz, para funcionários nomeados pela Corte pretendeu-se subordinar os poderes locais. A legislação revisionista fixou, também, a nomeação dos vice-presidentes das províncias pelo governo central, sem indicação das Assembléias⁹⁸. Com as leis centralizadoras, o governo imperial pôde interpor-se como administrador dos conflitos privados.

As alterações realizadas na legislação liberal indicam uma tendência centralizadora e sua importância, ao do que propõe Miriam Dolhnikoff, não deve ser desconsiderada. Segundo a autora, a revisão conservadora não alterou profundamente o arcabouço institucional erigido pelos liberais, mantendo as franquias provinciais e preservando a participação das elites regionais. Tratava-se apenas da realização de alguns ajustes, no aparelho judiciário⁹⁹.

⁹⁷ MOREL, Marco. O período das Regências, (1831 – 1840). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 30.

⁹⁸ Segundo Miriam Dolhnikoff: "Não era raro que um deputado geral viesse a exercer uma presidência, o que acabava por impedir que se dedicasse aos assuntos provinciais, pois nem bem se instalava, era chamado a atender às exigências de seu mandato parlamentar, deslocando-se para a capital do Império quando da abertura dos trabalhos na Câmara temporária. Além disso, à falta de quaisquer vínculos com a província presidida, abandonavam-na de bom grado, deixando-a aos cuidados do vice-presidente. O vice-presidente acabaria naturalmente por assumir uma grande importância no jogo político provincial, pois era a ele que cabia governar a província durante a maior parte do tempo". DOLHNIKOFF, Miriam. O Pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005. p. 102 – 103.

⁹⁹ "O uso do modelo norte-americano como justificativa para a interpretação do Ato Adicional fazia sentido porque o objetivo era adequar determinados itens, com a intenção de preservar a divisão de competências entre centro e províncias, cerne do pacto federativo. Tal foi o verdadeiro sentido da revisão conservadora: a centralização do aparato judiciário, garantindo ao governo central exclusividade nas decisões sobre os empregos gerais, enquanto ao governo provincial ficavam reservadas as decisões sobre empregos provinciais e municipais. Não se tratava de redesenhar os fundamentos da organização institucional vigente. Afirmar isso seria creditar à revisão conservadora uma abrangência maior do que realmente teve. Por não se confrontar com o modelo adotado pelo Ato Adicional e apenas fazer alguns ajustes é que o movimento conservador contou com o apoio e

Contudo, a questão sobre a prevalência da centralização ou do federalismo no arranjo institucional do Estado imperial talvez possa ser esclarecida através da compreensão desses conceitos. Afinal, o que os contemporâneos entendiam por centralização? Paulino José Soares de Souza, visconde do Uruguai, em seu “Ensaio sobre o direito administrativo”, publicado em 1862, propõe a diferenciação entre centralização política e administrativa, não obstante a inter-relação entre as duas. Segundo ele, a centralização política implica em concentrar nas mesmas mãos o poder de dirigir os “interesses que são comuns a todas as partes da Nação”. A centralização administrativa consiste em concentrar o poder de dirigir os interesses “especiais a certas partes da Nação”¹⁰⁰. Na concepção do visconde do Uruguai, a centralização política é fundamental, pois o poder executivo deve ter em suas mãos todo o poder necessário para bem dirigir os negócios comuns. Por outro lado, não se pode abrir mão da administração, complemento indispensável do poder político, espaço da neutralidade e da eficiência.

O visconde do Uruguai também tratou do conceito de descentralização, atribuindo-o dois sentidos:

A palavra descentralização tem dois sentidos que muito importa distinguir. Descentralizar no primeiro sentido consiste em renunciar a que a ação do centro esteja toda concentrada em um ponto, na capital, por exemplo; é disseminá-la pelas províncias e municípios entregando-a aos presidentes e outros agentes do governo que o representem. Nesse caso, por mais geral que seja a descentralização, há sempre uma única vontade. [...] Pela segunda espécie de descentralização o governo do Estado, em lugar de entregar uma parte da sua ação a seus agentes, restitui-a a sociedade. Em lugar de tratar dos negócios do povo, convida-o a tratar por si mesmo deles. A sociedade entra na confecção das leis, na administração e na justiça, como entra entre nós por meio das assembleias legislativas gerais e provinciais, pelas municipalidades, pelo júri, etc.

O visconde do Uruguai considerava que a província “era uma unidade mais administrativa que política”, ou seja: a província era um instrumento para executar o pensamento do governo. Ao funcionar como um mecanismo para aproximar o governo dos administrados, os agentes do governo promoviam a “descentralização da administração”, mas não a restituía à sociedade. As medidas implantadas pela política regressista certamente incorporaram essa perspectiva, retirando das províncias grande parte da possibilidade de tratarem por si mesmas de seus negócios.

a liderança de importantes políticos (...)”. DOLHNIKOFF, Miriam. O Pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005. p. 132.

¹⁰⁰ SOUZA, Paulino José Soares de. apud. Gabriela Nunes FERREIRA, *Centralização e descentralização no Império*. p. 69.

É importante ressaltar, ainda, que as obras do visconde do Uruguai foram escritas mais de vinte anos após ter ocorrido a “reação centralizadora”. Os anos 1860 foram marcados por grandes mudanças sócio-econômicas e ideológicas. Seus livros, segundo ele mesmo admitiu, eram “uma reação contra a reação de 1840”¹⁰¹, apresentando uma proposta de maior desconcentração administrativa em um momento que a centralização vigente começava a parecer excessiva. Portanto, os debates da década de 1860 levam-nos a supor que se a centralização implementada com o Regresso não foi totalmente eficaz, não irradiou do centro para as regiões, em um processo de mão única, ela existiu em algum grau, não se podendo minimizar sua importância.

Como é sabido, o visconde do Uruguai foi um dos maiores arquitetos da política centralizadora e era ardoroso opositor da federação. Para ele, federação era sinônimo de democracia¹⁰². A sociedade brasileira não tinha tradição de auto-governo, estava distante da modernidade e da civilização, faltando à população educação cívica. O mundo da política era desvirtuado e perigoso, sujeito às paixões e às facções. Nesse contexto, descentralizar o poder poderia gerar anarquia e desordem¹⁰³.

Miriam Dolhnikoff acredita que os conceitos de centralização e descentralização defendidos pelo visconde do Uruguai não comprometem a sua hipótese de que, mesmo depois da Interpretação do Ato Adicional, continuou prevalecendo o arranjo institucional federativo, implantado na década de 1830. A autora toma como pressuposto que a federação é um arranjo institucional cuja principal característica é a

[...] coexistência de dois níveis autônomos de governo (regional e central), definidos constitucionalmente. Enquanto o centro assume a responsabilidade do governo nacional, as instâncias regionais respondem pelos assuntos locais. Além disso, os grupos regionais têm capacidade de interferir nas decisões do centro, o que pode se dar com o estabelecimento de uma Câmara organizada a partir da representação regional, num sistema bicameral, ou garantindo a cada região legisladores extras que as representam em um sistema unicameral¹⁰⁴.

A autora dá ênfase às representações enviadas pelas províncias à Câmara dos Deputados. Por outro lado, procura demonstrar que a divisão constitucional de competências entre centro e região garantia a coexistência de dois níveis autônomos de governo (regional e central). No entanto, a existência de um Conselho de Estado, de um Senado vitalício, em que

¹⁰¹ Souza, Paulino José Soares de. apud FERREIRA, Gabriela Nunes Ferreira. Centralização e descentralização no Império, p. 69.

¹⁰² DOLNIKOFF, Miriam. *O pacto federativo*. p. 145.

¹⁰³ FERREIRA, Gabriela Nunes. *Ibidem*. p. 76-80.

¹⁰⁴ DOLNIKOFF, Miriam. *O pacto federativo*. p. 288.

o senador poderia afastar-se das demandas regionais, e a nomeação pelo governo central do presidente da província impediu a adoção plena do federalismo no Brasil do século XIX.

Embora a interpretação federalista de Miriam Dolhnikoff ressinta-se de argumentos definitivos e incontestáveis, a autora contribui para o debate sobre a construção do Estado imperial ao propor a participação das elites regionais nesse processo intensamente disputado. A compreensão adequada desses embates requer o exame dos projetos propostos. Isso implica, também, definir as identidades de vencidos e vencedores e entender como os vencidos foram incorporados, já que não poderiam ser excluídos ou simplesmente ignorados.

Além disso, nessa negociação nem todos os interesses regionais foram atendidos. As reformas negociadas da década de 1830 inviabilizaram a implementação integral do projeto liberal. Certamente as franquias obtidas não foram satisfatórias para algumas elites regionais, como as de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. Pode estar aí a explicação para conflitos que afloraram nas revoltas armadas encabeçadas pelas elites regionais mineira e gaúcha, especialmente quando o arranjo institucional caminhou para uma maior centralização¹⁰⁵. Dessa forma, torna-se imprescindível a análise desse processo sob a ótica da região, o que uma obra de síntese certamente não pode contemplar.

V

Para essa pesquisa, preocupada em estudar a atuação da elite política enquanto sujeito ativo no processo de construção do Estado e da nação, torna-se imprescindível não somente identificar a origem e a composição desses sujeitos, mas também compreender o grau de representatividade entre a elite e a classe senhorial a quem representa, levando em consideração a teia de relações políticas, econômicas e familiares que sustentam essa relação. Nessa perspectiva, as indicações de Alcir Lenharo são bastante pertinentes e não podem ser desconsideradas¹⁰⁶.

Para Alcir Lenharo, a política e os negócios são “duas faces de uma mesma moeda”. Ele demonstra que a projeção política dos grupos locais ocorreu de forma progressiva e

¹⁰⁵ Para Miriam Dolhnikoff, tais revoltas não passavam de disputas pelo poder, internas à província. A Revolta Liberal de 1842, a qual a autora dedica apenas um parágrafo, é explicada como “a reação armada da facção minoritária dos liberais moderados, cujos líderes concentravam-se nestas duas províncias [São Paulo e Minas Gerais] e que haviam perdido a grande influência de que gozavam no jogo político nacional, substituídos por lideranças provenientes de outras regiões”. DOLHNIKOFF, M. *Ibidem*. p. 220.

¹⁰⁶ O trabalho de Alcir Lenharo foi pioneiro ao propor um papel atuante das elites provinciais mineiras no processo de construção do Estado Imperial. LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*.

articulada à inserção e expansão dos negócios de abastecimento, a partir da chegada da Corte portuguesa e da política de “interiorização da Metrópole”. Segundo Lenharo,

[...] o envolvimento com a propriedade e com os negócios estava inserido na lógica da prática política desses homens [liberais moderados]. Políticos porque proprietários, somente através da garantia ou expansão de suas propriedades é que poderiam dar continuidade à atividade política¹⁰⁷.

Mas afinal, quem foram esses homens que se projetaram politicamente a partir da Abdicação de D. Pedro I, em 1831? Economicamente, inscreviam-se nos quadros da economia de abastecimento, dinâmica, diversificada e mercantilizada¹⁰⁸ e, provavelmente, pertenciam ao topo do grupo dos proprietários de escravos¹⁰⁹. Politicamente, a participação desse grupo ocorre já no processo da Independência brasileira, quando a atuação da elite mineira foi fundamental para a vitória do “projeto de autonomia construído em torno de Dom Pedro I”¹¹⁰. Com a Revolução do Porto, as elites regionais assumiram o controle político de suas províncias. É significativo, portanto, que os membros da família Armonde passem a ocupar posições políticas importantes a partir da Independência.

É dentro deste contexto que se situa a representação enviada pela Câmara de Barbacena ao Príncipe Regente, demonstrando o apoio da elite local à permanência de D. Pedro. O documento denota o apego da elite barbacenense ao “poder monárquico soberano e dinástico”, certamente pelo “temor da anarquia”¹¹¹.

De acordo com José Murilo de Carvalho¹¹², esse liberalismo pode ser explicado pela posição estratégica ocupada pela cidade. Barbacena, localizada às margens do Caminho Novo e dando acesso ao Caminho Velho a partir de São João del-Rei, destacava-se enquanto centro de abastecimento da região, tornando-se parada obrigatória para viajantes e tropas.

¹⁰⁷ LENHARO, Alcir. *Ibidem*. p. 120

¹⁰⁸ A economia de abastecimento que floresceu em Minas Gerais, na primeira metade do século XIX, ainda carece de estudos empíricos e regionalizados. Ver para São João del-Rei GRAÇA FILHO *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*: São João del-Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002; para Barbacena, OLIVEIRA, Mônica R. *Negócios de família* e TEIXEIRA, Adriano Braga. *População, sistema econômico e poder na transição do século XVIII para o XIX em Minas Colonial – 1791-1822*. 2007. 189 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007; para Campanha, ver ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Família, fortuna e poder no Império do Brasil, Minas Gerais, Campanha da Princesa (1799-1850)*. 2005. 356 f. Tese (Doutorado em História) – ICHF, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

¹⁰⁹ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

¹¹⁰ SILVA, W. *Liberals e povo*. 2002, p. 353

¹¹¹ SILVA, W. *Ibidem*. p. 84-87.

¹¹² CARVALHO, José Murilo de. Barbacena: a família, a política e uma hipótese. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 20, jan. 1960.

Esta característica de entreposto comercial possibilitou um maior contato da elite local com as elites do Rio de Janeiro e de Ouro Preto, resultando em “menor rigidez no pensamento da elite local e certo ‘urbanismo’ em seus costumes”, atestado pelo “precoce desenvolvimento da imprensa em Barbacena”, com as primeiras publicações constando de 1836¹¹³.

Diante dessas indicações podemos problematizar algumas questões. Parece seguro vincular a economia do termo de Barbacena aos negócios de abastecimento para o mercado interno com a concomitante projeção de sua elite política, tanto na esfera local, quanto regional e nacional¹¹⁴. Esses homens, que se lançaram à construção do Estado, fizeram-se na região, na província. Os Armonde, de modo semelhante ao grupo liberal paulista de Feijó, Paula Souza e Rafael Tobias de Aguiar, foram homens que se construíram ao mesmo tempo em que a região era construída¹¹⁵. Ao passo que se projetavam politicamente, contudo, esses homens preocuparam-se com a formação de seus filhos, preparando-os para alcançarem vãos para além da esfera provincial¹¹⁶. É importante destacar ainda que esses homens, ao construírem suas trajetórias, da região/província para a Corte do Rio de Janeiro, acabavam tecendo vínculos entre a Corte e a Província, contribuindo para fortalecer o processo de construção de um Estado unificado. Tais vínculos sustentavam-se tanto na rede de relações familiares¹¹⁷ quanto na importante rede de sociabilidade, concretizada através dos inúmeros jornais que instituem o debate político numa esfera cada vez mais pública.

À primeira vista, parece óbvio aceitar a tão propalada tradição liberal de Barbacena. Naturalmente, não se pode ignorar a presença desse grupo, sempre constante na Assembléia Provincial e Geral, atuante nos movimentos políticos. Aliás, Barbacena inclui-se na região apontada por Ricardo Arreguy Maia como preponderantemente liberal¹¹⁸.

A trajetória da família Armonde retrata, de forma exemplar, o caminho trilhado pelos liberais, no período. Marcelino José Ferreira Armonde desenvolveu atividades ligadas ao comércio de abastecimento, estabelecendo fortes vínculos comerciais com a Praça do Rio de Janeiro, adquirindo projeção na vida política regional. Mais tarde tornou-se cafeicultor e foi

¹¹³ CARVALHO, J.M. *Ibidem*. p.157.

¹¹⁴ LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. 1979; OLIVEIRA, Mônica R. *Negócios de família*. 1999. Esta projeção pode ser verificada, por exemplo, pela eleição de deputados da região para as Cortes e para a Constituinte de 1823, além de já estarem ocupando cargos na administração da Vila de Barbacena MASSENA, N. *Barbacena: a terra e o homem*; NOGUEIRA, Octaviano; FIRMO, João Sereno. *Parlamentares do Império*. Brasília, DF : Senado Federal, 1973.

¹¹⁵ Sobre os liberais paulistas, ver DOLHNIKOFF, M. *O pacto federativo*.

¹¹⁶ O Doutor Camilo Maria Ferreira cumpriu com louvor esse projeto: ele não apenas destacou-se no cenário político nacional assim como se tornou um cosmopolita, ao interagir com a comunidade científica internacional.

¹¹⁷ Maria Fernanda Martins destaca a importância dessas redes familiares entre os membros da elite integrante do Conselho de Estado. MARTINS, Maria Fernanda V. *A velha arte de governar*. 2006.

¹¹⁸ MAIA, R. *Jogos de compadre*.

condecorado Barão de Pitangui, em 1848. Camilo Maria Ferreira, primeiro filho do Barão de Pitangui, participou ativamente dos acontecimentos políticos de fins do período regencial e do Segundo Reinado, envolvendo-se no movimento liberal de 1842¹¹⁹. Com a derrota dos liberais, sua atuação política não escapa da direção imposta pelos conservadores, embora tenha permanecido filiado ao Partido Liberal.

Esse predomínio liberal não significa, contudo, desconsiderar a presença conservadora na região. Durante o Regresso, os Conservadores encontraram um espaço de atuação em Barbacena, provavelmente buscando suplantar a hegemonia liberal¹²⁰. Inúmeros e distintos foram os posicionamentos assumidos pelos grupos locais em relação ao jogo político da época. Estas posturas diferenciadas podem ser apreendidas nas páginas dos jornais *O Parahybuna* e *O Echo da Rasão*, editados na cidade de Barbacena entre os anos de 1836 e 1842.

O jornal *O Parahybuna*, publicado pela Typographia do Parahybuna, às quartas e sábados, entre 1836 e 1839, sob a responsabilidade do Padre Justiniano da Cunha Pereira e ligado a João Gualberto Teixeira de Carvalho e José Bento da Costa e Azedias, assumiu um posicionamento contrário à Regência de Feijó¹²¹. Como pode observar-se, o período de existência deste jornal compreende o período do Regresso.

O jornal *O Echo da Rasão* era publicado uma vez por semana, pela Typographia da Sociedade Typographica e, segundo informações de memorialistas locais¹²², era editado por Camilo Maria Ferreira, futuro Conde Prados, um dos baluartes do partido liberal em Barbacena. O jornal circula entre 1840 e 1842, portanto, entre a Maioridade, cujo projeto foi levado a cabo pelos Liberais, e a Revolução de 1842, momento em que os Liberais, tendo sido apeados do poder, recorrem à força das armas.

Os artigos veiculados por esses jornais preocupavam-se prioritariamente em discutir os acontecimentos e debates políticos predominantes no cenário nacional, fazendo-os ecoar na província de Minas Gerais e, particularmente, na região de Barbacena.

Tais artigos oferecem-nos algumas possibilidades de análise. A imprensa constitui uma fonte de pesquisas privilegiada para o estudo do debate político de uma época, mas não

¹¹⁹ ALBUQUERQUE, Antônio L. P. e. *Formação e apogeu...*

¹²⁰ Esta sugestão é feita por AMARAL, Alex Lombello. *O Astro de Minas contra a correnteza*. 2003. Monografia (Pós-Graduação *lato sensu* em História de Minas Gerais no século XIX) – UFSJ, São João del-Rei, 2003. O autor, em sua monografia, sugere que a existência do jornal *O Paraibuna*, filiado aos Regressistas, resulta da tentativa de neutralizar a influência que o periódico “Astro de Minas”, de posicionamento liberal-progressista, exercia na região.

¹²¹ SAVASSI, Altair. *Barbacena: 200 anos*. 2. ed. Belo Horizonte: Lemi, 1991. p. 66.

¹²² SAVASSI, A. *Barbacena*. p. 66; MASSENA, N. *Barbacena: a terra e o homem*, p. 63

pode ser tratada, simplesmente, como um veículo de divulgação de idéias, e sim local de criação das mesmas. Os jornais do século XIX tinham como característica instituir o debate político, deslocando as discussões para o mundo público¹²³. Por um lado, possibilita-nos identificar o posicionamento assumido pelo jornal e pelo grupo por ele representado diante do contexto político da época. Por outro, permite-nos apreender o ideário liberal subjacente ao seu discurso¹²⁴.

A observação do contexto local também aponta para a complexidade das relações sociais, econômicas, políticas e familiares, vivenciadas pela elite barbacenense. Mais uma vez, a família Armonde é uma lembrança elucidativa. Marcelino Ferreira Armonde e seus irmãos lidavam com o abastecimento de gêneros de primeira necessidade na região e com o comércio de escravos. Marcelino alcançou apenas uma projeção local, tendo sido chefe da Guarda Nacional¹²⁵. O primeiro barão de Pitangui construiu, na verdade, as bases para a projeção nacional de seu filho Camilo Maria Ferreira, conde Prados, partícipe da Revolta de 1842, deputado em várias legislaturas e Conselheiro do Império.

Podemos apontar, também, as contradições presentes durante o período regressista, confirmando que esse momento foi marcado por embates e tomadas de posicionamento em torno dos projetos políticos em curso. Estes posicionamentos contraditórios ficam evidenciados pela postura de João Gualberto Teixeira de Carvalho e José Bento da Costa e Azedias. Ambos eram comerciantes de fazendas secas. Em 1837 estavam ligados ao movimento regressista e ao grupo de Bernardo Pereira Vasconcelos. As subscrições para “O Parahybuna”, filiado a Vasconcelos, eram feitas nas residências de Azedias e de João Gualberto Teixeira de Carvalho. Além disso, a tipografia do Parahybuna localizava-se na casa de Azedias. João Gualberto, contudo, participou do Movimento Liberal de 1842.

Ressaltar as complexidades e contradições presentes nas relações entre poder local e poder central permite compreender mais adequadamente o processo de construção do Estado imperial. A discussão dessas questões, contudo, requer a explicitação do instrumental teórico a ser utilizado.

¹²³ Sobre a imprensa enquanto protagonista política ver BAILYN, Bernard. *As origens ideológicas da Revolução Americana*. Bauru, SP: EDUSC, 2003 e MOREL, Marco. *Transformações dos espaços públicos*.

¹²⁴ Os jornais, à primeira vista, reproduzem a cultura política do liberalismo no Brasil da primeira metade do século XIX: “(...) uma monarquia constitucional que continuava aliada à Igreja, colocada doravante a seu serviço, pois à falta de uma ideologia de nação, ainda se fazia necessária a doutrina cristã para reunir os indivíduos em um corpo social; uma sociedade em que reinavam os homens ilustrados, cujo papel era o de orientar a opinião pública; uma liberdade que não ultrapassasse os direitos alheios e uma igualdade que se restringisse ao plano da lei.” Liberalismo político no Brasil: idéias, representações e práticas (1820-1823). In: GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal, PRADO, Maria Emília. (orgs.). *O Liberalismo no Brasil imperial: origens, conceito e práticas*. Rio de Janeiro: Revan, UERJ, 2001. p. 100.

¹²⁵ ALBUQUERQUE, Antônio L. P. Formação e apogeu...; MASSENA, N. *Barbacena: a terra e o homem*.

O estudo da atuação da elite política¹²⁶ no processo de construção do Estado Imperial inscreve-se na perspectiva apontada por Ilmar Rohloff de Mattos¹²⁷. Dessa forma, entende-se a construção do Estado enquanto construção dialética, na qual a participação da sociedade e do governo central não pode, obviamente, ser vista de forma unilateral.

Acredita-se, como Giovanni Levi, que nesse processo tanto a sociedade quanto o poder central saíram transformados. Diante das incertezas provocadas pelas imprevisibilidades das transformações em curso, as pessoas desenvolveram estratégias para a obtenção de equilíbrio e, assim, modificaram a sociedade em que viveram. Ou seja:

[...] nos intervalos entre sistemas normativos estáveis e em formação, os grupos e as pessoas atuam com uma própria estratégia significativa capaz de deixar marcas duradouras na realidade política que, embora não sejam suficientes para impedir as formas de dominação, conseguem condicioná-las e modificá-las¹²⁸.

A elite não existe isoladamente na sociedade. Por isso, torna-se fundamental compreendermos como a elite política se relaciona com a classe de que faz parte e com os outros grupos sociais. É importante definirmos as relações de representação estabelecidas entre esses grupos e o papel desempenhado pela elite política na construção da dominação.

Sabemos que a elite barbacenense constituiu-se no bojo da construção da sociedade mercantil de abastecimento. Não podemos desconsiderar que ela é representante da camada economicamente dominante, assumindo o papel de porta-voz do grupo proprietário:

[...] o representante faz o grupo que o faz a ele: o porta-voz dotado do pleno poder de falar e de agir em nome do grupo e, em primeiro lugar, sobre o grupo pela magia da palavra de ordem, é o substituto do grupo que somente por esta procuração existe; personificação de uma pessoa fictícia, de uma ficção social, ele faz sair do estado de indivíduos separados os que ele pretende representar, permitindo-lhes agir e falar através dele [...] ¹²⁹.

De acordo com Bourdieu, é fundamental enxergar a verdade da relação de representação. Assim,

em aparência o grupo faz o homem que fala em seu lugar, em seu nome, [...] ao passo que na realidade é quase tão verdadeiro dizer que é o porta-voz quem faz o grupo. É porque o representante existe, porque representa (ação simbólica), que o grupo representado, simbolizado, existe e faz existir, em

¹²⁶ Genericamente, elite política pode ser definida como “um restrito círculo de pessoas” que detém o poder político em cada sociedade. Pessoas que tomam para si “o poder de tomar e impor decisões válidas para todos os membros do grupo”. BOBBIO, Norberto et. al. *Dicionário de política*. 5. ed. Brasília: Editora UNB, 1993. v.1. p. 385.

¹²⁷ MATTOS, I. R. de. *O tempo saquarema*.

¹²⁸ LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. 2000, p. 45.

¹²⁹ BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 157-158

retorno, seu representante como representante de um grupo. Percebe-se nessa relação circular a raiz da ilusão que, no limite, permite ao porta-voz ser considerado e considerar-se ‘causa sui’, já que ele é a causa do que produz o seu poder, já que o grupo que o investe de poderes não existiria (enquanto grupo representado) se ele não estivesse ali para encarná-lo¹³⁰.

Bourdieu observa ainda que “os indivíduos só se constituem (ou são constituídos) enquanto grupo, enquanto força capaz de se fazer entender, de falar e ser ouvida, na medida em que se despossuírem em proveito de um porta-voz”.

Embora a elite política tenha uma relação umbilical com os representantes da classe economicamente dominante, não se trata de enxergar as classes enquanto reflexo das relações econômicas. Na verdade, as classes são construídas historicamente. E ao construírem-se, constroem o Estado. A elite política atua como elemento mediador e organizador nessa construção. Ela representa, assim, os “intelectuais orgânicos” de um grupo social, responsáveis por “imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanente’”, visando a conquista do consenso e da hegemonia, necessários à “expansão da própria classe”¹³¹.

A elite política, também, é capaz de “naturalizar” a dominação, fazendo com que frações de classes e outros setores da sociedade incorporem as representações da camada dominante, buscando o consenso quanto ao projeto de sociedade proposto por ela. Por deter um “poder simbólico”¹³², a elite alcança uma dominação legítima e consentida de poder. Portanto, para manter sua posição no campo econômico, a classe proprietária, representada pela elite política, lança mão do capital simbólico para “fazer ver e fazer crer”, “confirmar ou transformar a visão de mundo e, desse modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo”¹³³. Essa estratégia do grupo dominante visa convencer a sociedade de que sua alternativa é válida para todos, legitimando a relação de dominação.

As elites políticas regionais tiveram uma atuação efetiva no processo de construção do Estado imperial. Esta atuação não se caracterizou pela participação de seus representantes em uma rede clientelista, nem pode ser vista enquanto atitude passiva perante o poder que emanava do centro. Ao contrário, propõe-se que as elites políticas regionais posicionaram-se, tendo em vista os seus interesses, em torno dos projetos de estado e de nação, debatidos

¹³⁰ BOURDIEU, P. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 189.

¹³¹ GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 7-18.

¹³² Para BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. p. 15, o poder simbólico “é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada das outras formas de poder”.

¹³³ BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. p. 14

durante o período regencial. Esta atuação pode ser comprovada a partir da observação do contexto de sua ação, durante a Regência.

Os liberais moderados, ligados organicamente à sociedade mercantil de abastecimento mineira e barbacenense participaram intensamente do processo de Independência e marcaram presença nos quadros da administração local, alcançando projeção política provincial e nacional, após a Abdicação. Os moderados, no decurso do Regresso, dividem-se, agrupando-se em torno de projetos políticos distintos. A batalha entre as propostas diversas está estampada nos artigos dos periódicos locais.

A presença e a atuação conservadora na região de Barbacena não podem ser vistas apenas como resultado das ligações clientelistas da elite local com Bernardo Pereira de Vasconcelos ou, ainda, como fruto dos vínculos familiares de Honório Hermeto Carneiro Leão com pessoas da região¹³⁴. Embora essas relações não possam ser ignoradas, elas não dão conta de explicar a adesão de parte dos barbacenenses ao projeto regressista. Pode-se supor, então, que a proposta conservadora de construção do Estado encontrou ressonância no seio de uma parte da elite política local. A atuação dos conservadores em Barbacena era estratégica, diante da necessidade de conquistar a “Casa” que, diga-se de passagem, era bastante sólida.

A maior parte da elite local, no entanto, integrou o Partido Liberal. Sua atuação não se limitou à esfera local. Seus integrantes projetaram-se em escala nacional e foram capazes, inclusive, de questionar o projeto conservador, apresentando uma proposta alternativa a ele. A força dos liberais revelou-se na maior capacidade de conseguir adesões, até mesmo arrebanhando antigos adeptos do Regresso. Ademais, mesmo tendo seu projeto de construção de Estado derrotado, não puderam ser ignorados pelos conservadores, ao longo do Segundo Reinado.

O estudo da atuação das elites políticas locais no processo de construção do Estado imperial requer a utilização de vários tipos de fonte, com tratamento específico. Essas fontes constituem-se de inventários, testamentos, mapas de população, jornais, discussões parlamentares, atas, peça teatral, relatórios e correspondências oficiais. Essa diversidade decorre, em grande medida, da necessidade de se abordar o tema sob vários aspectos. A abordagem desses vários aspectos, a partir de diversas fontes, no entanto, não compromete o trabalho do historiador, conforme atesta Jacques Le Goff:

¹³⁴ MASSENA, N. *Barbacena: a terra e o homem*. A irmã de Honório Hermeto Carneiro Leão, D. Balbina Honória Severina era sogra do Comendador João Fernandes de Oliveira Penna, dono de uma das maiores fortunas da região e representante do Partido Conservador em Barbacena.

Não penso que o método das aproximações múltiplas – se não se alimentar de uma ideologia eclética superada – seja prejudicial ao trabalho do historiador. Ele é por vezes mais ou menos imposto pelo estado da documentação, dado que cada tipo exige um tratamento diferente, no interior de uma problemática de conjunto¹³⁵.

Por outro lado, a escassez de pesquisas sobre o tema, sobre o período e sobre a região não deixa alternativa a não ser circunscrever a questão abordada, iluminando as suas várias facetas, através da utilização de fontes múltiplas.

Através dessa documentação ampla e variada pretende-se caracterizar e circunscrever a camada senhorial e a elite política do termo de Barbacena. Parte-se do pressuposto de que os homens que se lançaram à construção do Estado fizeram-se na região e, sobretudo, construíram-se enquanto classe senhorial e elite política concomitantemente à construção da região. A compreensão dessas vivências e atuações, pontuadas por permanências e transformações, foi feita sistematizando a análise em duas partes.

A primeira parte procurou localizar e situar o cenário de Barbacena, identificar e caracterizar a elite política e a camada senhorial do termo de Barbacena, discutindo sua origem, composição e redes sociais construídas por elas. Para melhor situar Barbacena, melhor acompanhar os protagonistas e, dessa forma, esclarecer como as famílias da elite enraizaram-se na região e como consolidaram suas posições e interesses, o texto foi demarcado em três momentos. Tal estratégia permitiu incursões em períodos anteriores ao proposto pelo recorte da pesquisa sem a necessidade de abordarmos essas temporalidades com toda a profundidade que um estudo específico do contexto exigiria.

Assim, no primeiro recorte da análise fez-se uma incursão no processo de ocupação da região da Borda do Campo, para investigar o enraizar das primeiras famílias proprietárias e suas formas de atuação econômica e política. O final do século XVIII foi marcado por significativa expansão econômica, observada pela intensificação da doação de sesmarias e pela ereção da vila.

No segundo momento, foi observado como essas famílias vivenciaram o processo de “interiorização da metrópole” e, concomitantemente, continuava enraizando seus interesses e construindo suas teias de relações econômicas, sociais e políticas.

O terceiro *flash* apresenta a vila de Barbacena como importante entreposto econômico/mercantil. Pretende-se visualizar sua elite, já consolidada, ascendendo politicamente, participando ativamente, desde o processo de Independência dos debates

¹³⁵ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4. ed. Campinas: Editora Unicamp, 1996. p. 46

políticos em torno da construção do Estado Nacional, e projetando-se politicamente para fora do âmbito local/provincial.

Nessa parte foi utilizado um conjunto diversificado de fontes. A compreensão da composição, do lugar social e das redes sociais construídas pela elite requer o cruzamento das informações retiradas dos inventários *post-mortem*, dos testamentos, dos processos de genere, do censo de 1831, das genealogias e das correspondências pessoais e comerciais. Em todas essas fontes a investigação terá como ponto de partida o nome das pessoas¹³⁶. Através do nome serão reunidas informações que permitiram visualizar a trajetória dos protagonistas, explicitar suas estratégias de atuação, suas relações com seus iguais, sua participação política, sua inserção econômica e social no termo de Barbacena.

Os inventários oferecem informações significativas sobre a “condição de vida dos inventariados e seus familiares”¹³⁷. Por serem elaborados após a morte dos inventariados, os inventários permitem resgatar a trajetória de vida dos mesmos.

Os testamentos, por sua vez, expressam a vontade última dos indivíduos e revelam suas relações familiares e sociais.

A utilização de inventários e testamentos, arquivados no Arquivo Histórico Municipal Professor Altair Savassi, em Barbacena, possibilitou recuperar informações que esclarecessem as origens, a identidade e a composição dos integrantes da elite política local, bem como iluminou seus vínculos com a classe senhorial e suas relações econômicas e familiares.

Os mapas de população existentes no Arquivo Público Mineiro são fragmentos de dois censos provinciais realizados por iniciativa do Governo Provincial, em 1831-32 e 1838-40. Tinham por objetivo mapear a população, tendo em vista o conhecimento do número de eleitores e das pessoas sujeitas ao recrutamento e à tributação.

As informações desses mapas de população, cruzadas com as dos inventários e testamentos, permitiram identificar os componentes da elite política, situando-os no interior do grupo proprietário.

¹³⁶ A utilização do método onomástico é proposta por GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In: _____. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 173-174. Segundo ele, “se o âmbito da investigação for suficientemente circunscrito, as séries documentais podem sobrepor-se no tempo e no espaço de modo a permitir-nos encontrar o mesmo indivíduo ou grupos de indivíduos em contextos sociais diversos. O fio de Ariana que guia o investigador no labirinto documental é aquilo que distingue um indivíduo de um outro em todas as sociedades conhecidas: o nome”.

¹³⁷ FRAGOSO, João; PITZER, Renato R. Barões, homens livres pobres e escravos: notas sobre uma fonte múltipla —inventários *post-mortem*. *Arrabaldes*, Rio de Janeiro, n. 2, v. 1, p. 29-52, set./dez. 1988. p. 33

Na segunda parte pretendeu-se enfatizar e detalhar a atuação das elites políticas regionais no processo de construção do Estado, analisando projetos, ideários, identidades e posicionamentos políticos. Buscou-se circunscrever a atuação política dos cidadãos, contextualizando-a a partir das transformações do espaço público e das diversas formas de sociabilidade vivenciadas no momento. As novas vivências, marcadas pelo ideário liberal, estavam sendo experimentadas nas ruas, nas festas, no teatro, na imprensa, nas eleições. Pretendeu-se, assim, perscrutar as modificações do período quanto à construção e a afirmação de um espaço público, destacando a formação e a importância da opinião pública, discutindo o papel da imprensa e da participação política nesse processo. Dessa forma, espera-se demonstrar as diversas formas de atuação das elites políticas nas esferas de poder local/provincial/central. Para dar conta dessas questões foram utilizadas atas de eleição, listas de cidadãos ativos, correspondência oficial, periódicos e uma peça teatral.

A análise das atas de eleição oferece, sobretudo, a possibilidade de vislumbrarmos o grau de aceitação dos candidatos pelos eleitores, avaliando, dessa forma, a ressonância dos projetos propostos dentro do grupo de cidadãos ativos. Foi analisada, parcialmente, a correspondência trocada entre a Assembléia Legislativa Provincial, a Presidência da Província e a Câmara Municipal de Barbacena, objetivando compreender a dinâmica da vida política local e provincial

Os periódicos foram imprescindíveis para a construção desse capítulo. A imprensa constitui fonte privilegiada para o estudo do debate político de uma época, por tratar-se de um “agente da história que ela [a imprensa] também registra e comenta”¹³⁸. A atuação da imprensa foi especialmente marcante durante o período regencial. Foi analisado o periódico *O Parahybuna* (1837-1839), editado em Barbacena. *O Echo da Rasão* e *O Tebyriçá* também foram cotejados. A comédia *Club dos Anarchistas*, composta, em 1838, pelo padre Justiniano da Cunha Pereira, redator do jornal *O Parahybuna*, foi de grande valia para a definição das identidades dos atores políticos e para a compreensão das disputas políticas durante o Regresso.

Os artigos veiculados por esses jornais preocupavam-se prioritariamente em discutir os acontecimentos e debates políticos predominantes no cenário nacional, fazendo-os ecoar na província de Minas Gerais e, particularmente, na região de Barbacena. Claramente, os periódicos, enquanto atores políticos, estavam inseridos no debate político, orientando sua atuação a partir dos diversos grupos em disputa, defendendo e representando seus interesses,

¹³⁸ CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista, 1920-1945*. São Paulo: Barsiliense, 1989. p. 12.

buscando intervir no jogo político, para alcançar um consenso. Dessa forma, os artigos possibilitam-nos identificar o posicionamento assumido pelo jornal e pelo grupo por ele representado, diante do contexto político da época.

Espera-se que a pesquisa contribua para a compreensão do processo de construção do Estado sob a ótica da região e ajude a construir o conhecimento historiográfico sobre a história de Barbacena no século XIX.

PARTE UM

BARBACENAS:

CAMADA SENHORIAL E ELITE POLÍTICA DE UMA SOCIEDADE

MERCANTIL DE ABASTECIMENTO

1. OS “SENHORES DO CAMINHO”

No início do segundo quartel do século XVIII, Francisco Ferreira Armonde, seduzido pelas notícias dos descobertos auríferos na América portuguesa, não hesitou em deixar a freguesia de São Sebastião, Ilha Terceira, Açores, e passar às Minas. Francisco, nascido por volta de 1697, havia se casado, em 1721, na igreja matriz de São Sebastião, com Ângela Maria da Conceição Camelo. Em 1722, nasceu na Freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo a primeira filha do casal, Maria Vicência de Jesus. Francisco e Ângela tiveram mais cinco filhos: Manoel Ferreira Armonde (nascido em 1724); Vicente (nascido em 1735); Francisco (nascido em 1737); Ana Maria de Jesus (nascida em 1740); José Ferreira Armonde (nascido em 1742) ¹³⁹.

Entre 1721 e 1722, Francisco Ferreira Armonde integrou as “grandes levas populacionais”¹⁴⁰ vindas do Reino de Portugal, que juntamente com “toda a condição de pessoas (...) das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil”¹⁴¹ vieram para as Minas em busca de fortuna e riqueza. A descoberta das minas, no final do século XVII, pelos bandeirantes paulistas desencadeou o processo de ocupação dos “sertões gerais dos Cataguás”. A primeira referência oficial ao descobrimento do ouro na região denominada

¹³⁹ Para dados biográficos da família Armonde, ver: AMATO, Marta. Título Ferreira Armonde. In: _____. *Povoadores dos Caminhos do Ouro, genealogia das Minas Gerais*. v. 3. p. 175-187. Disponível em CD-ROM; LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *A evolução patrimonial da família Ferreira Armonde através de três gerações (Comarca do Rio das Mortes – Minas Gerais, 1751-1850)*. In: _____. GUIMARÃES, Elione; MOTTA, Márcia Maria Menendes (Orgs.). *Campos em disputa: história agrária e companhia*. São Paulo: Annablume; Núcleo de Referência Agrária, 2007; CUNHA, Rui Vieira da. Armond, por quê? *Revista ASPRAP*, n.6, 1999. p. 223-228.; _____. *O Parlamento e a nobreza brasileira*. Brasília: Senado Federal, 1979; _____. *Figuras e fatos da nobreza brasileira*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975; BASTOS, Wilson de Lima. *Mariano Procópio Ferreira Lage: sua vida, sua obra, sua descendência, genealogia*. 2. ed., Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1991.; ALBUQUERQUE, Antônio Luiz Porto e. *Formação e apogeu da aristocracia rural em Minas Gerais, 1808-1888: elementos para um estudo de caso*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1988. Algumas datas foram coligidas a partir das fontes primárias existentes no Arquivo Histórico Professor Altair Savassi (AHMPAS), Barbacena, e Arquivo do Museu Regional de São João del-Rei (AMRSJDR, 1751). Ver diagrama 01, ao final dessa parte.

¹⁴⁰ FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócios: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 151, 149-196.

¹⁴¹ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*, 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. USP, 1982. p. 167.

Minas dos Cataguases encontra-se em um documento de 1664. É a partir de 1672, no entanto, que se intensificou o movimento de bandeiras, dando início ao processo de povoamento da região, com a fundação dos principais núcleos de aldeamento em torno dos veios auríferos¹⁴².

A notícia da descoberta do ouro provocou o afluxo de milhares de pessoas vindas do Reino e de outras partes da Colônia, seduzidas pela possibilidade de enriquecimento rápido e pelas facilidades oferecidas na exploração do ouro de aluvião, que não exigia grandes investimentos. Era possível chegar às Minas tanto pela Bahia quanto por São Paulo. A ligação com a Bahia, existente desde as primeiras incursões datadas de meados do século XVI, será importante no abastecimento dos núcleos mineradores, fornecendo-lhes gado. O caminho mais usado, porém, foi o Caminho Geral do Sertão, mais tarde chamado de Caminho Velho, que articulava a região das minas a São Paulo e ao Rio de Janeiro. Este caminho, utilizado inicialmente pelos sertanistas à procura de índios, passou a ser regularmente freqüentado a partir de 1696, constituindo-se na principal via de comunicação entre o litoral e as minas¹⁴³.

¹⁴² ANASTASIA, Carla; LEMOS, Carmen. Vila Rica: ocupação improvisada. *Oficina do Inconfidência*, Ouro Preto, v. 1, n. 0, p. 26 – 41. dez 1999. GUIMARÃES, Geraldo. O caminho novo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei*. v. 4. p. 27-43, 1986. GUIMARÃES, Geraldo. Povoamento das Minas Gerais. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei*. V. V; p. 39-48, 1987.

¹⁴³ VENÂNCIO, Renato Pinto. Caminho Novo: a longa duração. *Vária História*. Belo Horizonte, UFMG, n. 21, p. 161-189, jul., 1999. O Caminho Velho, segundo Geraldo Guimarães, “partia da Vila de São Paulo e percorria o vale do Paraíba passando, entre outros pousos, por Mogí, Jacaréi, Taubaté, Pindamonhagaba, Guaratinguetá. Nas alturas da Cachoeira Paulista tomava rumo norte, atravessando a Mantiqueira na Bocaina do Embaú. Daí seguia por Pouso Alto e Baependi. Chegava à Encruzilhada (atual Cruzília) e daí continuava para Ibituruna e Rio das Mortes que era transposto no Porto Real da Passagem, já nas paragens de São João del-Rei. Mais tarde foi feito um atalho de Encruzilhada à passagem do Rio das Mortes, deixando Ibituruna ao largo.

Do Rio das Mortes o Caminho rumava outra vez para o norte, passando nas proximidades de Lagoa Dourada, possivelmente pelo arraial de Catauá, infletia depois para nordeste, indo a Amaro Ribeiro (perto de Conselheiro Lafaiete). Daí ganhava a Serra de Itatiaia, de onde seguia para o Rio das Velhas, continuando para o norte, mais ou menos paralelo ao São Francisco, até os sertões da Bahia.

Na Serra de Itatiaia uma ramificação do Caminho tomava o rumo leste para a região de Ouro Preto e Ribeirão do Carmo (Mariana) já na bacia do Rio Doce.

Quem vinha do Rio de Janeiro para as minas seguia por mar até o porto de Parati. Daí, atravessando a Serra do Mar, encontrava o caminho que vinha de São Paulo, no vale do Paraíba, primeiramente em Taubaté, posteriormente em Guaratinguetá.” GUIMARÃES, Geraldo. *O Caminho Novo*. p. 24.

mercadorias entre o Rio de Janeiro e a Borda do Campo. Esta rota, concluída apenas em 1725, significou uma grande economia no tempo de viagem, agora realizada em vinte e cinco dias¹⁴⁴.

Nessa perspectiva tradicional, o Caminho Novo é o resultado da iniciativa de colonizadores paulistas e portugueses e das autoridades, preocupadas em garantir o abastecimento das minas. Tal esforço é personificado por Garcia Rodrigues Pais, a quem é atribuída tal empreitada. Um estudo mais recente, porém, propõe uma nova abordagem sobre o assunto. Renato Pinto Venâncio, contrastando o itinerário do Caminho Novo descrito no Códice Costa Matoso com os dados relativos à paisagem florestal e hidrográfica de Minas Gerais e lançando mão de pesquisas arqueológicas, conclui que a rota conhecida como Caminho Novo não foi construída pelos colonizadores. Na verdade, tal percurso, assim como os pontos de assentamento, era utilizado pelos indígenas há milhares de anos e foram conquistados pelos colonizadores, depois de vencida a resistência indígena¹⁴⁵.

A incorporação dessas rotas viabilizou o abastecimento da região aurífera, ocupada de modo rápido e provisório. Esta temporaneidade revelava-se nos precários arraiais, compostos de construções de madeira e sapé, na ausência de laços familiares entre a população, na violência e no desabastecimento generalizado na região. O período inicial do povoamento, orientado pela atividade mineradora em torno do leito dos rios, foi marcado por graves crises de fome (1697-98 e 1700-1701), estimulando o cultivo de roças próximas às datas e ao longo dos caminhos¹⁴⁶.

A utilização desses caminhos viabilizou não apenas a entrada de mercadorias e a saída de ouro e diamantes como contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento e a fixação de uma sociedade urbanizada e mais estável. O ir e vir das tropas requeria a existência de pontos de abastecimento que possibilitassem o empreendimento de longas viagens. Como se pode

¹⁴⁴ O trajeto do Caminho Novo está detalhado em: MATOSO, Caetano Costa. *Diário da jornada que fez o ouvidor Caetano da Costa Mattoso para as Minas Gerais*. In: FIGUEIREDO, Luciano R. de A.; CAMPOS, Maria Verônica. (Coord.). *Códice Costa Mattoso: relação das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Mattoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, e vários papéis*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999. v. 1, p. 896 e ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3.ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1982. p. 184-186.

¹⁴⁵ VENÂNCIO, Renato Pinto. O Caminho Novo. p. 181-189. As reclamações dos viajantes estrangeiros em relação ao traçado do Caminho Novo também pode ser argumento que corrobora o aproveitamento das rotas indígenas em detrimento de percursos mais confortáveis. John Luccock, em viagem por Minas Gerais em 1817, reclamou do traçado do Caminho Novo. “Viajamos através de belíssima região, mas por sobre estradas pessimamente traçadas, pois que por três ou quatro vezes fomos levados a altitudes de setecentos a oitocentos pés que facilmente poderiam ter-se evitado”. LUCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1975. p. 274.

¹⁴⁶ ANASTASIA, Carla; LEMOS, Carmen. Vila Rica: ocupação improvisada. p. 33-34.

observar, na descrição do itinerário entre o Rio de Janeiro e a região das minas são feitas inúmeras referências às diversas passagens, pousadas e roças que pontilhavam o trajeto. Nessas roças os viajantes podiam descansar nos ranchos oferecidos pelos fazendeiros, que, em troca, vendiam alimentos e cobravam o pasto para os animais¹⁴⁷.

Além dessa atividade comercial que se desenvolveu ao longo dos caminhos, impulsionando o desenvolvimento agrícola, o comércio também exerceu papel fundamental na consolidação urbana. Já nas primeiras décadas do século XVIII, os primeiros povoados que surgiram em torno da lide mineratória começaram a adquirir um caráter mais estável, com a construção das capelas, que muitas vezes emprestaram seus nomes aos arraiais, e das primeiras moradias, concentradas em torno dos templos e aleatoriamente ao longo dos caminhos e suas bifurcações. Após o conflito conhecido por Guerra dos Emboabas (1708-1709), a Coroa portuguesa, que até então pouco havia interferido na região, propõe medidas visando um maior controle das Minas. Entre 1711 e 1715 vários povoados foram elevados a vilas, consolidando-se enquanto aglomerados urbanos até 1729¹⁴⁸. Nestas vilas criaram-se as principais instituições públicas, instaurando-se, por exemplo, a Câmara, a Cadeia e o Pelourinho. Por outro lado, as edificações públicas e religiosas ganharam prédios mais sólidos¹⁴⁹.

A fixação da população nas vilas e arraiais ocorreu concomitantemente ao desenvolvimento do comércio. Afinal, podia-se acumular ouro e diamantes através da troca ou da prestação de serviços. Assim, inúmeras vendas e estabelecimentos comerciais, além do comércio ambulante, surgiram nos morros auríferos e nos aglomerados que se urbanizaram, garantindo o abastecimento dos núcleos mineradores e favorecendo a consolidação da sociedade mineira¹⁵⁰.

¹⁴⁷ VENÂNCIO, Renato Pinto. Caminho Novo: a longa duração. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 21, p. 184; SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974. p. 117.

¹⁴⁸ ANASTASIA, Carla; LEMOS, Carmen. Vila Rica: ocupação improvisada. p. 35-38.

¹⁴⁹ Neste período foram criadas as seguintes vilas: Vila Real de Nossa Senhora do Carmo, Vila Rica, Vila Real da Conceição de Sabará, Vila de São João del-Rei, Vila Nova da Rainha, Vila do Príncipe, Vila Nova do Infante das Minas de Pitangui, Vila de São José del-Rei e Vila do Bom Sucesso das Minas Novas do Fanado. PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. 1996. Tese (Doutorado em história social) – USP, São Paulo, 1996. p. 36.

¹⁵⁰ As vendas localizadas nas proximidades das minas foram combatidas porque, na visão das autoridades, promoviam a desordem. Esses estabelecimentos eram freqüentados por escravos, forros, prostitutas e artesãos. Além de favorecerem o contrabando, tais vendas eram acusadas de vender pólvora e chumbo para quilombolas, de abrigar escravos que planejavam fugas e de realizar bailes e batuques geradores de desordens e tumultos. FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

Além das vendas, a atividade aurífera estimulou, ainda, o aparecimento de diversas atividades econômicas, levando ao florescimento da indústria têxtil doméstica, da siderurgia e de atividades artesanais ligadas ao couro, à madeira, à cerâmica. A agricultura e a pecuária prosperaram. Nas fazendas produzia-se milho e mandioca, criavam-se porcos e carneiros, e contava-se com engenhos para a produção de aguardente, açúcar e rapadura¹⁵¹.

Ao chegar às Minas, Francisco Ferreira Armonde estabeleceu-se na fazenda dos Moinhos, na freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo. Francisco Ferreira Armonde, contudo, não foi o único nem o primeiro forasteiro que estava decidido a construir sua vida na Borda do Campo. A ocupação e o desenvolvimento das terras da Borda do Campo tiveram início com a incorporação do Caminho Novo. O bandeirante Garcia Rodrigues Pais foi o primeiro a tomar posse, oficialmente, de terras na região¹⁵². Em 1703, Domingos Rodrigues Fonseca Leme, primo e cunhado de Garcia Rodrigues Pais, edificou a casa sede da fazenda da Borda do Campo e concluiu, em 1711, a capela de Nossa Senhora da Piedade. Em carta de sesmaria datada de 22 de abril de 1713, o governador Fernando Martins Mascarenhas de Lencastro doou ao coronel Domingos Rodrigues da Fonseca Leme sesmaria de uma légua na Borda. As inúmeras modificações administrativas porque passava a região das Minas possibilitaram ao coronel Domingos Rodrigues Fonseca Leme reivindicar a confirmação de doação das terras da Borda (em 1713 e 1723), aproveitando as circunstâncias para requerer novas áreas e expandir seus domínios.

A ocupação da terra na Borda do Campo foi caracterizada pelo perfil concentrador das propriedades. Os primeiros povoadores empenhavam-se em ocupar novas áreas, incorporando cada vez mais terras às sesmarias originalmente concedidas e demarcadas pela Coroa portuguesa, ampliando indefinidamente os limites geográficos de suas terras.

¹⁵¹ Mesmo nas regiões mineradoras foi uma prática comum a obtenção de sesmarias para a agricultura juntamente com a aquisição de datas minerais, comprovando a preocupação com o abastecimento da região e demonstrando as raízes da diversificação econômica que marcou a economia mineira colonial e provincial. Ver: GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750). *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, UFMG, n. 2, 1986 p. 7-37.

¹⁵² Como recompensa pela construção do Caminho Novo, Garcia Rodrigues Pais foi nomeado Guarda Geral do Caminho. Foi agraciado ainda com sesmarias de três léguas de terras na região da Paraíba e do Paraibuna, uma sesmaria para cada um de seus 12 filhos na paragem da Borda do Campo, na qual instalou um registro de entrada. Obteve também o direito de ereção de uma vila às margens do Paraíba do Sul. RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo*. São Paulo: USP, 2002. p. 11-76. Ver também: RAPM (catálogo de sesmarias). Belo Horizonte, APM, n. 37, v. 1 e 2. 1988.

A concentração de terras era uma estratégia desses primeiros proprietários para transformarem-se em “senhores do caminho”¹⁵³. A expansão dos domínios territoriais, à beira das estradas, era um mecanismo de controle das terras e das rotas comerciais constitutivas do mercado interno. A posse das terras mais férteis e melhor localizadas garantia, sobretudo, a sustentação pelos potentados do poder de mando local e do seu prestígio. O acesso aos cargos de oficiais de milícias e ordenança e da administração colonial fortalecia esse poder, definindo os rumos das competições e das disputas por terras.

A história da fazenda da Borda do Campo, ponto de partida do povoamento da região, exemplifica perfeitamente esse processo. No decorrer do século XVIII, após o retorno, em 1724, de Domingos Rodrigues da Fonseca Leme para São Paulo, a fazenda da Borda passou às mãos de diversos proprietários¹⁵⁴. Ao ser adquirido por Manoel Dias de Sá, a fazenda da Borda teve suas terras anexadas às sesmarias obtidas por seu pai, Manoel de Sá e Figueiredo, na serra da Mantiqueira.

Manoel de Sá e Figueiredo era casado com Lucrecia Borges Leme de Serqueira, filha de Garcia Rodrigues Pais e neta do Alcaide mor João Rodrigues da Fonseca (ver diagrama 02). Na primeira metade do século XVIII, Manoel atuava como “assistente no Registro Velho da Borda do Campo”¹⁵⁵. Auxiliou seu tio Domingos da Fonseca Leme nas obras do Caminho Novo. Aproveitou-se dessa posição privilegiada para adquirir terras na região. Em 1742, obtém uma concessão de sesmaria de meia légua no sítio do Curral Novo, área de sertão, de posse antiga, onde desenvolve a agricultura e a pecuária. Tem confirmada sua posse em 1748¹⁵⁶. Em 1746, solicita a confirmação de uma sesmaria de três léguas em quadra no Registro Velho da Borda do Campo. As terras do chamado Registro Velho pertenciam a Garcia Rodrigues Pais e a Manoel de Sá e Figueiredo e seus parentes¹⁵⁷.

¹⁵³ SCHOOR, Eduardo. *Os senhores dos caminhos: a elite na transição para o século XIX*. In: PRIORE, Mary del. (Org.) *Revisão do paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história*. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 163-208.

¹⁵⁴ Para a compreensão das transmissões de propriedade por que passou a Fazenda Borda do Campo ver: RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira...* p. 29-38; BASTOS, Wilson de Lima. *A fazenda da Borda do Campo e o inconfidente José Aires Gomes*. Juiz de Fora: Paraibuna, 1992.

¹⁵⁵ As informações sobre Manuel de Sá e Figueiredo foram retiradas de: RODRIGUES, André F. *Um potentado na Mantiqueira...* p. 29-30, e RAPM (catálogo de sesmarias), p. 267. V. 1.

¹⁵⁶ Essa sesmaria limitava-se, a leste, com “terras pertencentes ao seu irmão Luiz Fortes Bustamante e Sá (fazenda Juiz de Fora) e, ao nascente, terras que foram de seu filho Manoel Dias de Sá, atrás do Sítio de José Pinheiro”, onde “tinha (...) cultivado a maior parte, fabricando mantimentos com gado vacum e cavalari e toda a mais criação, de que resulta uma grande conveniência aos dízimos”. Carta de sesmaria de Manuel de Sá e Figueiredo de 04/06/1742 apud. RODRIGUES, André F. *Um potentado na Mantiqueira*. p. 30.

¹⁵⁷ MATOSO, Caetano Costa. *Diário da jornada que fez o ouvidor Caetano da Costa Mattoso para as Minas Gerais*. In: FIGUEIREDO, Luciano R. de A.; CAMPOS, Maria Verônica. (Coord.). *Código Costa Mattoso: relação das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa*

A família Sá esteve presente nos primórdios do povoamento da região da Borda do Campo. Luís Forte de Bustamante e Sá, irmão de Manoel de Sá e Figueiredo, foi juiz de fora no Rio de Janeiro e, após a invasão francesa (1709-1711), veio com o irmão para as Minas, estabelecendo-se às margens do Caminho Novo. Caetano da Costa Mattoso, no diário da viagem que fez para as Minas, em 1749, registrou ter passado pelo sítio

(...) a que chamam o Juiz de Fora (...). É este sítio como os mais; tem uma casa de sobrado e suas acomodações porque foi erigido por um Luís Fortes, juiz de fora que tinha sido no Rio de Janeiro, a quem, parece, criminaam por amizade com os franceses na ocasião em que ultimamente se apoderaram daquela cidade, e depois veio para este sítio, em que viveu¹⁵⁸.

Em 1742, Luíza Maria Xavier da Fonseca, esposa de Luiz Fortes, obtém meia légua de terras no Curral da Borda do Campo. Tratava-se de uma posse antiga, ocupada há mais de 10 ou 15 anos¹⁵⁹. A estratégia de acumular sesmarias foi adotada por vários integrantes da família Sá. Em meados do século XVIII, filhos e parentes do casal foram agraciados com sesmarias na região do Caminho Novo. A incorporação de terras aos domínios da família prosseguiu no momento da intensificação do povoamento, a partir do final do século XVIII, adentrando as primeiras décadas dos Oitocentos¹⁶⁰.

Manoel Dias de Sá foi o terceiro proprietário da fazenda da Borda do Campo¹⁶¹. Casou-se com Ana Maria dos Santos e tiveram sete filhos (ver diagrama 03). Com o falecimento de Manoel Dias de Sá, em 1742, a viúva contraiu segundas núpcias com o seu compadre, o tenente-coronel Manoel Lopes de Oliveira, no ano seguinte.

Manoel Lopes de Oliveira e seu tio, tenente-coronel José Lopes de Oliveira, encontravam-se, em meados do século XVIII, entre os maiores proprietários de terras da região da Borda do Campo. Assim que as primeiras notícias dos descobertos auríferos espalharam-se por Portugal, os irmãos Lopes de Oliveira, Manoel, José, Francisco e Maria, decidiram deixar a freguesia de Olival, bispado do Porto, e aventurar-se nas Minas. Ao

Mattoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, e vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999. v. 1, p. 896.

¹⁵⁸MATOSO, Caetano Costa. *Diário da jornada que fez o ouvidor Caetano da Costa Mattoso para as Minas Gerais.*

¹⁵⁹RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira.* p. 30, 294-311. RAPM, v. 1.

¹⁶⁰Das 174 cartas de sesmaria localizadas para a região, no século XVIII, 16 foram doados aos membros da família Sá. O processo de anexação de terras ocorreu também através da posse, pois, em 1783, João Pedro Bustamante e Sá, filho do casal, encontrava-se entre os posseiros que ocupavam a Serra da Mantiqueira. RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira...* p. 296.

¹⁶¹Praticamente nada se sabe sobre a Fazenda da Borda neste período em que ela estava sob o domínio de Matias Domingos, Francisco Costa e Manoel Dias de Sá. RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira...*

percorrer o recém-aberto Caminho Novo, provavelmente perceberam as imensas possibilidades de enriquecimento oferecidas por uma estrada tão movimentada. Não tiveram dúvidas em obter sesmarias e se estabelecer na região. Seguramente, em 1711, já haviam se estabelecido na Borda, pois José Lopes e Francisco Lopes de Oliveira integraram as tropas que combateram os franceses no Rio de Janeiro¹⁶².

O tenente-coronel José Lopes de Oliveira obteve seis sesmarias na região, tendo fixado residência na fazenda do Ribeirão de Alberto Dias, erigida entre os anos de 1725 e 1730¹⁶³. Em 1738, casou-se na capela de sua fazenda com Bernardina Caetana do Sacramento, natural da freguesia de Nossa Senhora da Glória de Simão Pereira. O pai de Bernardina, Domingos Gonçalves Chaves, deixou a freguesia de São João de Cerveira, vila de Chaves, arcebispado de Braga, casou-se com Micaela dos Anjos Coutinho, natural da freguesia de São João de Meriti, bispado do Rio de Janeiro e, assim como muitos outros portugueses, estabeleceu-se às margens do Caminho Novo. Dos cinco filhos do casal, três deram origem a importantes famílias da região (ver diagrama 04). Teresa Maria de Jesus, primeira filha do casal, ao casar-se, em 1735, com o capitão Antonio Vidal, deu início às famílias Vidal e Barbosa Lage, que se uniram aos herdeiros da fazenda da Borda do Campo, descendentes de José Aires Gomes (ver diagrama 05).

Do segundo filho, Francisco Gonçalves Lage, e de sua esposa Teodora Maria da Assunção descende Felizarda Maria Francisca de Assis, mãe dos Ferreira Armonde. Do casamento do tenente-coronel José Lopes de Oliveira com Bernardina Caetana resultaram o padre José Lopes de Oliveira e Francisco Antônio de Oliveira Lopes, envolvidos na Inconfidência Mineira. A filha do casal, Ana Quitéria Joaquina de Oliveira uniu-se, em 1773, ao capitão Luiz Alves de Freitas Belo, natural da vila de Monte Real, comarca e bispado de Leiria. Desse casamento nasceram nove filhos, dentre os quais Bernardina Quitéria dos Reis e Mariana Cândida de Lima e Silva. Bernardina casou-se com o coronel Joaquim Silvério dos Reis, e Mariana Cândida de Lima e Silva desposou o general Francisco de Lima e Silva, e dessa união nasceu Luis Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias (ver diagrama 04).

O sobrinho de José Lopes de Oliveira (ver diagrama 03), o também tenente coronel Manoel Lopes de Oliveira, guiando-se pela estratégia familiar, expandiu suas posses na região. Antes mesmo de casar-se com a proprietária da fazenda da Borda do Campo, já era possuidor da fazenda da Cachoeira. Em meados do século XVIII, recebeu cinco doações de sesmarias. Além das fazendas da Cachoeira e da Borda, incorporou terras nas paragens do

¹⁶² MASSENA, Nestor. *Barbacena: a terra e o homem* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985. v. 1.

¹⁶³ Idem. p. 279-282; RAPM, v. 2. p. 67.

Quilombo e do Bananal, nos sertões da Mantiqueira, nos matos e sertões para além da sesmaria de Santo Antônio e nas cabeceiras do rio Pinho Velho. Após o falecimento de Ana Maria dos Santos, o viúvo tratou de obter sesmarias para os dois filhos pequenos que ficaram do seu matrimônio. Procurou também confirmar a posse da Borda.

Em 1768, Manoel Lopes de Oliveira, para cumprir pagamentos de dívidas e heranças, vendeu a fazenda da Borda ao coronel Francisco Gomes Martins, que, posteriormente, a vendeu a seu irmão José Aires Gomes. Esse futuro inconfidente era possuidor de inúmeras outras fazendas, constituindo-se no maior proprietário de terras da região, e o segundo maior da capitania de Minas Gerais¹⁶⁴.

José Aires Gomes casou-se, em 1785, com Maria Inácia de Oliveira, filha do tenente coronel Manoel Lopes de Oliveira. José Aires e Maria Inácia tiveram cinco filhos. A família, mesmo depois da prisão de José Aires no processo por inconfidência e do seqüestro de seus bens, continuou grande proprietária de terras na região, seja comprando nos leilões fazendas e terras seqüestradas (absurdamente subavaliados na devassa), seja solicitando, em nome de seus filhos, remedições e demarcações de sesmarias nas terras adjacentes à fazenda da Borda. A histórica fazenda da Borda continuou nas mãos da família, sendo repassada a João Aires Gomes e a Maria Antonia de Oliveira, casada com José Rodrigues de Lima (ver diagrama 06).

Os domínios sobre as terras e os caminhos requeriam o estabelecimento de relações familiares capazes de garantir os privilégios da riqueza e do prestígio. O casamento de José Aires Gomes, representante de abastada família, com Maria Inácia de Oliveira exemplifica essa estratégia.

José Aires Gomes era filho de João Gomes Martins, que havia chegado às Minas no início do século XVIII. Ao deixar a freguesia de São Félix de Gondifelos, termo de Barcelos, arcebispado de Braga, estabeleceu-se, inicialmente, na freguesia do Sumidouro, termo de Mariana. No entanto, após seu casamento, em 1725, com Clara Maria de Melo, em Irajá, Rio de Janeiro, fixou-se na freguesia do Engenho do Mato, às margens do Caminho Novo¹⁶⁵. A fazenda contava com uma capela dedicada a São Miguel e Almas e com rancho de passageiros e de tropas. O local era designado pelos viajantes que percorriam o Caminho Novo como sítio ou roça de João Gomes. José Aires Gomes era o filho mais moço do casal,

¹⁶⁴ Além das 10 léguas de terra da Fazenda da Borda, no processo de seqüestro dos bens de José Aires Gomes foram confiscadas mais sete fazendas. RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira*. FURTADO, João Pinto. *O manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

¹⁶⁵ Clara Maria de Melo era filha do português Manoel Neto Barreto e de Clara Soares de Melo, proprietários de grande fazenda com engenho de açúcar e aguardente na freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, no Rio de Janeiro. RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira...* p. 39-40.

que teve ainda mais três filhos (ver diagrama 05). A filha, Ana Joaquina de Melo, casou-se com o capitão Francisco Macedo Cruz, cuja filha Maria Perpétua uniu-se ao alferes Manoel Vidal Lage. O filho mais velho, Francisco Gomes Martins, incumbiu-se da administração das propriedades da família¹⁶⁶. Casou-se com Clara Maria de Jesus, tia do padre Manoel Rodrigues da Costa.

A família Rodrigues da Costa encontrava-se, também, já estabelecida na Borda do Campo em 1754, ocasião do batizado de Manoel Rodrigues da Costa, futuro padre inconfidente. O pai de Manoel Rodrigues da Costa, homônimo do mesmo, foi batizado em 1725, na freguesia de São Miguel das Marinhas, vila de Espozena do arcebispado de Braga. Em 1752, casou-se com Joana Tereza de Jesus (nascida em 1737), natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Campo dos Carijós. O pai de Tereza, José da Costa de Oliveira, era português, da freguesia de São Vítor, cidade de Braga (ver diagrama 07). Durante algum tempo, o coronel Manoel Rodrigues da Costa residiu na freguesia do Pilar de Ouro Preto, onde se ocupava de atividades comerciais. No processo de genere do padre Manoel Rodrigues da Costa, algumas testemunhas declararam conhecer a família em razão de serem vizinhas dos pais do habilitando à época que os mesmos residiam em Vila Rica. Antonio Mendes Matos, também português do arcebispado de Braga, declarou que “o dito Tenente Coronel Manoel Rodrigues da Costa é Familiar do Santo Ofício tanto assim que tem a própria carta [de] Familiar em seu poder que lhe deu a guardar”. Disse ainda que “tudo sabe pelo ver e ter sido em outro tempo caixeiro do dito Tenente Coronel quando foi morador nesta vila (...)”¹⁶⁷.

Em 1777, a família de Manoel Rodrigues da Costa vivia na freguesia da Borda do Campo, na fazenda do Registro Velho, onde o padre inconfidente passou a residir quando voltou do exílio. Padre Manoel Rodrigues permaneceu na fazenda do Registro até seu falecimento em 1844.

Como se viu, algumas famílias foram pioneiras na ocupação das terras às margens do Caminho Novo. Já em meados do século XVIII, elas estavam instaladas na região. E o processo de ocupação e de assenhoreamento das propriedades em torno do Caminho foi marcado pelo monopólio e concentração de terras. A obtenção de sesmarias nessa região tão

¹⁶⁶ Mesmo depois de vender a fazenda da Borda para seu irmão José Aires Gomes, Francisco Gomes Martins ainda contava com outras posses à beira do Caminho Novo (Pedro Alves, Sesmaria Real e João Gomes) que foram acrescidas de mais terras, recebidas por conta de sesmaria para seus filhos. Ver: RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira...* p. 50-51, 301-311.

¹⁶⁷ Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM), Processo de Habilitação à Ordem Sacra “*De genere et Moribus*” de Manoel Rodrigues da Costa, 1977, Armário 01. f. 09. Boa parte das informações sobre a genealogia da família Rodrigues da Costa foi retirada desse processo.

estrategicamente localizada ampliou as possibilidades de desenvolvimento de atividades agrícolas e pastoris, fortemente ligadas ao dinâmico mercado interno que se desenvolvia.

O estabelecimento da nova rota ligando as minas ao Rio de Janeiro resultou no processo de expansão da mineração. A capitania de Minas Gerais rapidamente concentrou um enorme contingente populacional, especialmente nos centros urbanos. O caráter citadino do povoamento demandou uma rede de abastecimento capaz de sustentar um processo de ocupação predominantemente urbano. A necessidade de provimento das vilas permitiu aos inúmeros proprietários rurais estabelecerem-se ao longo dos caminhos e desenvolverem atividades agrícolas e pastoris destinadas à manutenção e sobrevivência da população mineira. Os primeiros moradores da região da Borda do Campo certamente perceberam que a existência de roças e ranchos ao longo do Caminho seria essencial para o suprimento de viajantes e tropeiros que circulavam pela região.

Os sesmeiros que, no transcorrer do XVIII, obtiveram terras na região da Borda dedicaram-se prioritariamente à agricultura, e, secundariamente, à pecuária. Das 174 sesmarias concedidas, em 61 delas há menção a práticas agrícolas e em apenas 14 à pecuária. Em somente uma há referência à mineração¹⁶⁸.

As fazendas da região dedicavam-se a diversas atividades. O cultivo do milho e do feijão era fundamental para alimentar os viajantes e os animais que se deslocavam pelo Caminho Novo e paravam nos ranchos e estalagens para se refazerem do extenuante percurso. Nos relatos dos viajantes que percorreram o Caminho, tanto no século XVIII quanto no início do século XIX, são recorrentes as referências aos ranchos e pousos¹⁶⁹.

Embora a cultura do milho fosse amplamente difundida, não se constituía em cultivo exclusivo. Os moradores do Caminho Novo também se ocupavam em plantar feijão, arroz, mandioca, algodão, e até trigo. As fazendas contavam também com hortas e pomares, compostos principalmente por bananeiras, goiabeiras, marmeleiros, pessegueiros e “árvores de espinho”.

¹⁶⁸ RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira*. p. 182.

¹⁶⁹ Pohl, ao descrever seu trajeto pelo Caminho Novo, registra os lugares, os ranchos e as acomodações em que parou. Por exemplo: “Em confisco (dois ranchos e uma casinha) o terreno se torna inteiramente plano, uma légua além alcançamos a Borda do Campo, com grande edifício residencial e várias casas, estábulos e amplo rancho feito de pedra. (...)”. E continua: “Registro Velho, antigo posto aduaneiro, onde pousamos, é um lugarejo construído ladeira acima e consta de uma igreja, oito casas, edificadas para durar, e dois grandes ranchos”. POLH, Johann E. *Viagem no interior do Brasil (1817-1821)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976. p. 83.

Luccock também é profícuo em relatar os locais e as condições dos pousos e ranchos em que se acomodava. Não deixou também de registrar o intenso movimento do Caminho Novo, de seus pousos e registros, repletos de tropas e viajantes. LUCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 274-300.

A cana-de-açúcar foi outra cultura bastante disseminada. Era utilizada pelos pequenos agricultores basicamente para a produção de aguardente e rapadura¹⁷⁰. Já a fabricação de açúcar era dispendiosa, requerendo a montagem de um engenho mais estruturado. Alguns moradores do Caminho Novo e da Borda do Campo, dispostos a enfrentar as restrições metropolitanas, solicitaram à rainha Dona Maria I autorização para a construção de engenho de cana-de-açúcar. Foi o que fez, em 1788, João Alves de Araújo¹⁷¹. O requerente já havia obtido uma sesmaria na Borda do Campo em 1756. Provavelmente instalou-se nas vizinhanças da fazenda dos Moinhos em data anterior. Em 1751, foi indicado como um dos testamenteiros de seu vizinho Francisco Ferreira Armonde. Algum tempo depois, casou-se com Ana Antônia de São José, viúva de Francisco Ferreira Armonde¹⁷².

Outra propriedade dedicada à produção de açúcar pertencia a João do Vale Amado, morador na freguesia de Simão Pereira. A família de João do Vale Amado encontrava-se na região desde a primeira metade do século XVIII (ver diagrama 08). O tenente-coronel Manoel do Vale Amado, pai de João, recebeu inúmeras sesmarias na região¹⁷³. Além de grande proprietário de terras, Manoel do Vale Amado era administrador dos contratos no Registro de Matias Barbosa e tenente-coronel da cavalaria de Dragões da Mantiqueira e Paraibuna. Adquiriu em 1776, por compra, a sesmaria de Matias Barbosa. Seu filho João, capitão de ordenança, era, quando faleceu em 1799, um dos maiores fazendeiros do termo de Barbacena. Em sua fazenda do Ribeirão de São José plantava cana-de-açúcar e fabricava açúcar e aguardente. Em seu inventário são descritos um canavial, 50 arrobas de açúcar, 700 alqueires de milho e roças de milho. A fazenda estava equipada com moinho, engenho de cana tocado a boi, alambique e rancho para passageiros. Para desempenhar as diversas atividades desenvolvidas em sua fazenda, João do Vale Amado dispunha de 88 escravos. Não contava, porém, com tropas próprias¹⁷⁴.

Em muitas fazendas notava-se a presença de gado vacum, cavalos, bestas, porcos e ovelhas. A disponibilidade de algodão e da lã favorecia a produção doméstica de fios e panos.

¹⁷⁰ Embora a Coroa portuguesa tenha tentado proibir a instalação de engenhos nas Minas, receando o desvio de trabalhadores da mineração, tais medidas não surtiram efeito. O fabrico de rapadura e de aguardente estava presente em quase todas as fazendas. RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira*. p. 115-119.

¹⁷¹ AHU, Cx. 128, doc. 17, apud. RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira*. p. 117.

¹⁷² A filha de João Alves e Ana Antônia, Rita Maria da Conceição, casou-se, em 1773, com o alferes Francisco Ferreira Armonde, filho de Francisco Ferreira Armonde e de Ângela Maria da Conceição Camelo. Ver diagrama 01.

¹⁷³ Não foi localizado nenhum registro das concessões de sesmarias obtidas por Manoel do Vale Amado. Sobre Manoel do Vale Amado ver: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Negócios de família*. p. 49; RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira*. p. 99-100.

¹⁷⁴ AHMPAS, Inventário de João do Vale Amado. 1801, 1SVC. Cx. 74/14.

As inúmeras fazendas de José Aires Gomes e do tenente-coronel Manoel Lopes de Oliveira; a fazenda do Ribeirão de Alberto Dias, do tenente-coronel José Lopes de Oliveira; a fazenda do Registro Velho, do coronel Manoel Rodrigues da Costa, apresentavam uma produção agropastoril diversificada e integrada aos circuitos mercantis do Caminho Novo. Algumas dessas fazendas ofereciam ranchos e vendas para tropas e tropeiros, contavam com engenhos, alambiques e tendas de ferreiro. Todas dispunham de número significativo de escravos¹⁷⁵.

O acesso ao Caminho Novo, portanto, possibilitou aos fazendeiros desenvolverem atividades produtivas claramente vinculadas ao mercado e à circulação de mercadorias. Essa integração, contudo, não se dava somente através do fornecimento de gêneros de subsistência e da aquisição de escravos. Alguns moradores lançaram-se ao comércio e ao transporte de tropas. O capitão Manoel Monteiro Pinho, genro do coronel Manoel Rodrigues da Costa, era morador na freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo, em 1783, quando fez seu testamento. Natural da freguesia de São Martinho da Gandara, bispado do Porto, Manoel Monteiro Pinho dedicava-se, juntamente com alguns sócios, ao comércio e importação de muares do Rio Grande São Pedro, através do Caminho de Viamão. Conforme declarou o testador, ele

(...) tinha casa no Rio das Pedras e na Borda do Campo (...). Era sócio do Capitão Domingos Carvalho da Costa, morador nas Congonhas de Sabará em uma ponta de bestas que metemos de Viamão em que também era sócio o falecido Francisco José de Figueiredo em cujo lugar entrou seu irmão Antônio José de Figueiredo não tendo este principal algum na dita sociedade em razão de que o falecido irmão não entrou com dinheiro algum, porém se lhe toca de lucros tanto como a cada um de nós por ter sido o que foi buscar não obstante haver passado crédito da parte que lhe toca de principal sem juros que ficavam pelo seu trabalho porque esse credito ficou extinto por se tirar do produto das bestas¹⁷⁶.

Pode-se observar que o comércio de animais, especialmente o de longa distância, era uma atividade que envolvia a sociedade de parentes (pais, filhos, irmãos, genros) e de pessoas ligadas por relações de compadrio e amizade. Esta é a natureza dos negócios empreendidos pelo capitão João Pedro de Bustamante de Sá. O capitão João Pedro obteve, em 1758, a doação de uma sesmária no Ribeirão da Conceição e, em 1783, requereu outra meia légua de terras em quadra no lugar denominado Pitanga. Ambas as sesmarias localizavam-se na Borda do Campo. Além das terras obtidas legalmente, o capitão João Pedro apossou-se, na década de

¹⁷⁵ Para o conhecimento das atividades produtivas nas fazendas citadas ver: RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira*. p. 115-151. Segundo o autor, a fazenda da Borda contava com 22 escravos, o Engenho de São Sebastião com 51, a fazenda da Cachoeira com 49 e a fazenda da Mantiqueira contava com 13 cativos.

¹⁷⁶ AHMPAS, Testamento de Manoel Monteiro Pinho. 1783. 2SVC, Cx. 185/13.

1740, antes da proibição da ocupação dos matos gerais, de uma sorte de terras na entrada do Ribeirão do Salto¹⁷⁷. Por ocasião do seu falecimento, em 1811, residia na paragem e fazenda do Engenho Novo da Conceição do Salto, da aplicação de Ibitipoca, freguesia e termo de Barbacena. Sua fazenda de cultura compunha-se de “capoeiras e alguns matos virgens com seus logradouros de campo com um engenho de moer cana, casa de tenda, paiol, moinho, senzalas, estrebaria tudo coberto de telha e mais dois monjolos e senzalas cobertos de capim”. Possuía ainda terras minerais no Ribeirão do Salto e na Ibitipoca, embora a maior parte delas estivesse lavrada e com “limitadíssima faisqueira”¹⁷⁸. O capitão possuía 48 escravos, com os quais explorava suas terras e lavras, além de tomar parte no comércio de mercadorias com o Rio de Janeiro, feito pelas bestas de carga, sob o comando de seu compadre o capitão João Gonçalves Pires. Em seu testamento, redigido em 1810, o capitão João Pedro declara que

(...) em poder de meu compadre o Capitão João Gonçalves Pires [há] várias bestas de cargas minhas com um escravo, também meu, muitos anos unido a sua tropa para o Rio de Janeiro para as quais dava as cargas da minha fazenda e ainda para as suas bestas e ainda até o presente não ajustemos contas e menos recebi lucros alguns à reserva do sal que vinha para o meu gasto e algum ferro e aço para o meu uso (...) ¹⁷⁹.

Além de fornecer ao seu compadre João Gonçalves Pires, bestas, escravos e cargas para as tropas, o capitão João Pedro ainda lhe oferecia crédito. João Pires estava devendo a João Pedro um crédito de seis contos de réis (R\$ 6:000\$000). Certamente tais empréstimos eram fundamentais para custear a realização das longas viagens e para o pagamento dos impostos nos registros fiscais.

Outro morador da Borda do Campo a dedicar-se ao comércio e ao transporte de tropas é o já nosso conhecido Francisco Ferreira Armonde. Francisco residia na fazenda dos Moinhos, na Borda do Campo, desde o segundo quartel do século XVIII. Embora já estivesse ocupando as terras do sítio denominado Moinho há bastante tempo, somente em 1760 tem-se notícia da doação de uma sesmaria de meia légua em quadra, de posse antiga e dedicada à agricultura, em nome de seu filho Manoel Ferreira Armonde¹⁸⁰.

¹⁷⁷ *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Catálogo de sesmarias. Belo Horizonte, Arquivo Público Mineiro, n. 27, v. 2, p. 139; RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira*. p. 296.

¹⁷⁸ AHMPAS, Inventário de João Pedro de Bustamante de Sá (Capitão). 1812. 2SVC. Cx. 01/18.

¹⁷⁹ Idem.

¹⁸⁰ RAPM. Catálogo de Sesmaria.

TABELA 1

| RELAÇÃO DOS BENS DE FRANCISCO FERREIRA ARMONDE EM 1751 | | |
|---|------------|--------|
| BENS | VALOR | % |
| Bens de raiz | 1:480\$000 | 49,578 |
| Escravos (quatro escravos homens) | 640\$000 | 21,439 |
| Cavalos (5 cavalos) | 58\$000 | 1,942 |
| Bestas muares (7 bestas) | 287\$000 | 9,614 |
| Gado vacum (9 vacas, 4 garrotes e 8 bois de carro, avaliados em 80\$000). | 170\$460 | 5,710 |
| Porcos (28), cabras (18) e ovelhas (02). | 62\$200 | 2,083 |
| Ouro lavrado | 156\$129 | 5,230 |
| Cobre | 71\$300 | 2,388 |
| Estanho | 7\$020 | 0,235 |
| Prata | 2\$250 | 0,075 |
| Ferramentas (foices, machados, enxadas, cavadeiras e uma espada). | 15\$200 | 0,509 |
| Roupas | 23\$620 | 0,791 |
| Dívida ativa | 12\$000 | 0,401 |
| Monte-mor | 2:985\$179 | 100 |
| Dívida passiva* | 43\$338 | |

*Não entraram as dívidas das legítimas dos órfãos.

Fonte: Museu Regional de São João del-Rei, inventário de Francisco Ferreira Armonde, 1751. Apud LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *A evolução patrimonial da família Ferreira Armonde através de três gerações (Comarca do Rio das Mortes – Minas Gerais, 1751-1850)*. In: _____ GUIMARÃES, Elione; MOTTA, Márcia Maria Menendes (Orgs.). *Campos em disputa: história agrária e companhia*. São Paulo: Annablume; Núcleo de Referência Agrária, 2007.

A relação dos bens de Francisco Ferreira Armonde permite-nos observar que a propriedade, em meados do século XVIII, dedicava-se às atividades agropastoris. O inventário registra a existência de gado vacum, inclusive de bois de carro, fundamentais para o transporte das colheitas. Francisco Armonde ainda criava porcos, cabras e ovelhas, utilizando para tais atividades o trabalho de quatro escravos. Também chama a atenção a presença de cavalos e bestas. Francisco Ferreira Armonde mantinha uma tropa de oito animais (sete bestas e um cavalo). Quando faleceu, em 1791, seu filho Manoel encontrava-se em viagem ao Rio de Janeiro, conduzindo a tropa. Ao prestar contas das despesas e lucros da viagem, Manoel relacionou os bens adquiridos no Rio de Janeiro que provavelmente seriam vendidos nas minas. Ele trouxe “tecidos, linhas, fitas, sapatos, bombachas, roupas, vinagre e sal”¹⁸¹.

¹⁸¹ AMRSJDR. Inventário de Francisco Ferreira Armonde, 1751. Apud LACERDA, Antonio H. D. *A evolução do patrimônio da família Ferreira Armonde...* p. 69-70.

Os tropeiros que iam e vinham pelo Caminho Novo representavam os elos na “malha mercante”¹⁸² que se estabeleceu a partir da ocupação do território da capitania de Minas Gerais. Esta cadeia de negócios articulava diversas categorias de negociantes e, ao mesmo tempo, integrava produtores e consumidores de mercadorias das capitanias, agentes e mercadores do Rio de Janeiro, da Bahia, do Rio Grande de São Pedro¹⁸³, de Lisboa e até mesmo, interligava o Rei e seus súditos, na medida em que, ao estabelecer redes hierárquicas, reproduzia o poder metropolitano¹⁸⁴.

Os circuitos mercantis estabelecidos pelo Caminho Novo foram capazes de integrar diretamente as capitanias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Além disso, contribuíram para um novo posicionamento da cidade do Rio de Janeiro dentro do Império português, que consolidou “seu papel de empório principal da América portuguesa, através da encruzilhada das rotas externas e internas que ligavam Minas Gerais ao comércio exterior”¹⁸⁵.

Embora interligasse diferentes categorias de comerciantes, os agentes que palmilhavam os caminhos podem ser agrupados na categoria “comércio interno”, constituída por tropeiros, comboieiros, boiadeiros, atravessadores e mascates. Esses comerciantes interligavam o “comércio por grosso”, representado pelos negociantes de “grosso trato”, aos comerciantes de gêneros alimentícios e bebidas, tanto estabelecidos em vendas e lojas quanto voltados para o comércio ambulante¹⁸⁶.

Até fins do século XVIII, os fluxos comerciais estabelecidos entre Minas Gerais e as capitanias vizinhas, e em especial com a cidade do Rio de Janeiro, seguiam na direção das regiões mineradoras e refluíam no sentido da cidade do Rio de Janeiro, levando o ouro e os lucros resultantes das vendas de mercadorias. Como se viu na relação de produtos trazidos por Manoel Ferreira Armonde, as tropas que subiam os perigosos caminhos para as Minas traziam

¹⁸² GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. Negociantes mineiros depois da travessia dos tempos coloniais. *Tempo*. Rio de Janeiro, n. 15, p. 93-110, 2003.

¹⁸³ Sobre o Rio Grande de São Pedro ver: HAMEISTER, Martha Daisson. *O continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c.1727 - c.1763)*. 2002. 267 f. Dissertação. (Mestrado em História Social) – IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

¹⁸⁴ FURTADO, Júnia F. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.

¹⁸⁵ GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. Negociantes mineiros... p. 95; VENÂNCIO, Renato Pinto. Comércio e fronteira em Minas Gerais colonial. In: FURTADO, Júnia F. (Org.) *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001. p. 181-192.

¹⁸⁶ Apesar da heterogeneidade dos diversos tipos de comércio e de comerciantes, há uma tentativa de classificação feita por: FURTADO, Júnia F. *Homens de negócio...*; CHAVES, Cláudia. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999; FURTADO, Júnia F., VENÂNCIO, Renato Pinto. Comerciantes, tratantes e mascates. In: PRIORE, Mary del (Org.). *Revisão do Paraíso...* p. 95-113.

toda sorte de gêneros: artigos de luxo (alimentos vindos do Reino, tecidos), ferramentas, buacas de sal, chumbo, ferro, escravos, e toda variedade de secos e molhados.

A participação desses negociantes nas redes mercantis possibilitou a eles o acúmulo de riquezas e o enraizamento na região. Esse enraizamento, contudo, dependeu também do estabelecimento de outras redes, como as familiares, por exemplo. Como se pode observar na tabela abaixo, os primeiros moradores da região da Borda do Campo tiveram origem nas capitâneas de São Paulo, do Rio de Janeiro e no Reino de Portugal. Os paulistas foram os primeiros desbravadores dos caminhos para as Minas e, portanto, os primeiros a se fixarem na região. A abertura do Caminho Novo e a instalação do registro de fiscalização atraíram pessoas do Rio de Janeiro, facilitando o contato dos moradores do Caminho com as famílias do Rio de Janeiro. Não fortuitamente algumas das primeiras famílias que se fixaram na região formaram-se a partir de esposas oriundas do Rio de Janeiro e de Irajá, às margens do Caminho Novo.

| TABELA 2 | | | |
|---|-------------------------------------|--|---|
| PRIMEIROS MORADORES DA REGIÃO DA BORDA DO CAMPO | | | |
| DATA | IMIGRANTE | ORIGEM | DESTINO |
| 1698 | Garcia Rodrigues Pais | São Paulo | Fazenda Borda do Campo |
| | Domingos Rodrigues Fonseca Leme | São Paulo | Fazenda Borda do Campo |
| Início do Século XVIII | Capitão Antônio Vidal | ? | Freguesia de Simão Pereira |
| | Domingos Gonçalves Chaves | Freguesia de São João da Cerveira; Vila de Chaves, Arcebispado de Braga. | Freguesia de Simão Pereira |
| | João Gomes Martins | Freguesia de São Félix de Gondifelos | Sítio de João Gomes |
| | Manoel Monteiro Pinho | Freguesia de São Martinho de Gandara; Bispado de Porto. | Fazenda do Registro Velho |
| | Manoel Rodrigues da Costa | Freguesia de São Miguel das Marinhas, Arcebispado de Braga. | Ouro Preto; Fazenda do Registro Velho. |
| | Manoel de Sá e Figueiredo | Rio de Janeiro | Fazenda do Registro Velho |
| | Manoel do Vale Amado | ? | Freguesia de Simão Pereira |
| 1711 | Tenente José Lopes de Oliveira | Freguesia de Santa Maria de Olival | Fazenda Ribeirão Alberto Dias |
| | Luís Fortes de Bustamante e Sá | Rio de Janeiro | Sítio de Juiz de Fora |
| | Ten. cel. Manoel Lopes de Oliveira | Freguesia de Santa Maria de Olival, Bispado do Porto. | Fazenda da Cachoeira |
| 1721 – 1722 | Francisco Ferreira Armonde | Freguesia de São Sebastião, Ilha Terceira, Açores. | Freguesia de Nossa Senhora da Borda do Campo. |
| 1754 | Manoel Rodrigues de Araújo | Santa Marinha de Silva; Arcebispado do Porto. | Arraial da Igreja Nova. |
| 1756 | João Maquieiro de Castro | Reino da Galiza | Arraial da Igreja Nova |
| 1760 | Capitão Antônio Netto Carneiro Leão | Região de Guimarães, Arcebispado de Braga. | Vila de Paracatu |
| | João Netto Carneiro Leão | Vila de Paracatu do Príncipe. | Rio de Janeiro [viveu na Corte até 1830]. Vila de Barbacena |
| 1770 | Francisco Ribeiro Nunes | Freguesia de São Lourenço das Pias, Bispado do Porto. | Vila de Barbacena. |
| Início do Século XIX | Feliciano Coelho Duarte | Vila de Queluz | Vila de Barbacena. |
| | Francisco Coelho Duarte | Vila de Queluz | Barbacena. |
| | João Fernandes de Oliveira Pena | Comarca do Rio das Mortes, no Curato do Brumado do Campo. | Vila de Barbacena. |
| | João Ferreira da Fonseca | Natural de Prados | Ribeirão da Conquista, Freguesia de Barbacena. |
| | Capitão José Rodrigues de Lima | Vila de Paracatu do Príncipe. | Fazenda da Borda do Campo |
| | Pedro Teixeira de Carvalho | Distrito de Prados, Termo da Vila de São José del-Rei. | Vila de Barbacena. |
| 1820 | Manoel José da Silva Canedo | Aplicação de Santo Antônio do Monte, Freguesia de Tamandá. | Vila de Barbacena |

Fonte: AMATO, M. Povoadores dos caminhos do ouro. Título Ferreira Armonde; BASTOS, w. l. A fazenda da Borda do Campo; _____. Mariano Procópio Ferreira Lage; CUNHA, R. V. Armond, por quê?; FURTADO, W. X. Ensaio genealógico da família Marques da Silva; MASSENA, N. Barbacena: a terra e o homem; RODRIGUES, A. F. Um potentado na Mantiqueira; TRINDADE, Raimundo (Cônego). Velhos troncos mineiros; VALE, D. C. Memória histórica de Prados; AEAM, Processos de genere e processos matrimoniais; AHMPAS, Inventários e testamentos, ISVC e 2SVC.

Entre os primeiros povoadores da Borda do Campo, no entanto, predominaram os portugueses originários do norte do Portugal. A grande maioria veio da região do Porto e do arcebispado de Braga e, secundariamente das Ilhas Atlânticas. Os emigrados portugueses que se fixaram na Borda do Campo apresentaram a mesma procedência dos negociantes portugueses que vieram para as Minas na primeira metade do século XVIII. Segundo Júnia Furtado:

Entre os negociantes portugueses, também a maioria nascera no norte de Portugal, especialmente do Arcebispado de Braga, na região do Minho; seguido dos que vinham do Douro, principalmente do Porto; também da Beira e Trás-os-Montes; por último, havia ainda os que vinham das ilhas atlânticas. Os nascidos em Lisboa e províncias do Sul eram minoritários¹⁸⁷.

Os emigrados de Portugal para a Borda, ao fixarem-se em terras às margens do Caminho Novo, procuraram se reunir em torno de suas comunidades de origem. O contato com parentes e conterrâneos, certamente, reforçava uma identidade comum, favorecendo a criação de laços e o enraizamento¹⁸⁸.

Dentre os emigrados portugueses com destino às Minas predominavam os cristão-novos e judeus, que procuravam preservar suas ligações ao constituir núcleos de povoamento. De acordo com Júnia Furtado:

Os cristão-novos 'eram os donos do comércio, rancheiros à margem das estradas, compradores de ouro de contrabando, comboieiros de negros e ambulantes, tendo em suas mãos quase todo o comércio de movimento' e disso se aproveitavam para encaminharem parentes e estabelecer corporações de familiares e conterrâneos¹⁸⁹.

Outra forma de integrar-se na comunidade e vencer o preconceito e discriminação era congregando-se em irmandades. Pertencer a uma irmandade garantia o reconhecimento pela comunidade e o exercício de direitos como o enterramento e o sufrágio na hora da morte. Com esse intuito e, ainda procurando criar laços de identidade, os emigrados optaram por associarem-se em bloco em determinadas irmandades. A irmandade de São Miguel e Almas, da freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo congregou preferencialmente cristão-novos¹⁹⁰.

¹⁸⁷ FURTADO, Júnia F. *Homens de negócio*. p. 153..

¹⁸⁸ FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento: família e fortuna no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

¹⁸⁹ FURTADO, Júnia Faria. *Homens de negócio*. p. 157.

¹⁹⁰ FURTADO, Júnia Faria. *Homens de negócio*. p. 157; BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986. p. 159.

Não é possível afirmar, com base nas fontes consultadas, que os portugueses que se fixaram na Borda do Campo, cujas histórias estamos resgatando aqui, eram cristão-novos ou quais eram cristão-novos. De qualquer forma, pode-se trabalhar com alguns indícios e aventar algumas hipóteses.

Primeiramente, é importante destacar que nossos protagonistas ao se fixarem na Borda do Campo, estabeleceram entre eles arranjos familiares e rituais¹⁹¹. Alguns, para os quais temos informações, pertenciam a irmandade de São Miguel e Almas. É o caso de Francisco Ferreira Armonde, de José Aires Gomes e de Manoel Monteiro Pinho. João Gomes, pai de José Aires Gomes, chegou mesmo a erigir uma capela sob a proteção de São Miguel e Almas. Além disso, conforme exposto anteriormente, nossos protagonistas envolveram-se com o comércio, as tropas e os ranchos do Caminho Novo.

Por outro lado, alguns foram identificados como familiares do Santo Ofício ou tiveram filhos habilitados às ordens sacras. O coronel Manoel Rodrigues da Costa era Familiar do Santo Ofício. José Aires Gomes chegou a elaborar processo *de genere*, objetivando ordenar-se sacerdote, e para obter essa condecoração era necessário provar a limpeza de sangue. Ele era também Familiar do Santo Ofício. Alguns netos de Francisco Ferreira Armonde ordenaram-se sacerdotes. No processo *de genere* do padre José Joaquim Ferreira Armonde está atestada a pureza de sangue dos pais e avós do ordenando¹⁹². Essas informações, à primeira vista, encerrariam as dúvidas sobre as origens cristão-novas de nossas personagens. No entanto, a pureza de sangue era atestada, nos processos de *genere*, através do depoimento das testemunhas arroladas. Na maioria das vezes, as testemunhas tinham algum tipo de relação com os envolvidos, identificando-se como patrícios, vizinhos ou parceiros comerciais. É preciso, então, questionar até que ponto as testemunhas fariam afirmações com a intenção de beneficiar seus vizinhos e conhecidos. Na verdade, era possível silenciar, escamotear, manipular informações comprometedoras da origem do proponente, que poderiam impedir a nobilitação. De acordo com Evaldo Cabral de Mello, “não há que levar em conta as inquirições *de genere*, ao menos em se tratando de filhos de poderosos locais”¹⁹³.

¹⁹¹ As relações familiares serão abordadas adiante.

¹⁹² Sobre José Aires Gomes, ver: RODRIGUES, André F. *Um potentado na Mantiqueira...* Sobre a limpeza de sangue da família Ferreira Armonde, ver: AEAM, Processo de *genere* et moribus de José Joaquim Ferreira Armonde, 1805, A 14 P 0980. Nesse processo, o habilitando justifica para seu '*genere*' a fraternidade que tinha com o padre Francisco Antônio Ferreira Armonde. Também oferece como testemunhas pessoas residentes na vila de Barbacena, sendo que três delas eram naturais de Portugal (arcebispado de Braga e do Porto).

¹⁹³ MELLO, Evaldo Cabral de. *O nome e o sangue: uma parábola familiar no Pernambuco colonial*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, p. 119. Evaldo Cabral de Mello, ao investigar a história de um grande senhor pernambucano do século XVIII, desmonta o “mecanismo de uma fraude nobiliárquica”, arquitetada para

É preciso levar em consideração, ainda, o fato de que o processo de gênero de José Aires Gomes teve lugar em 1769 e o dos netos de Francisco Ferreira Armonde, no final dos Setecentos e início dos Oitocentos. Por essa época, o Marquês de Pombal já havia abolido os estatutos de sangue e, conseqüentemente extinguido, a “distinção entre cristão-velhos e cristão-novos para efeito de acesso aos cargos públicos e de concessão de honrarias e de outros prêmios da Coroa”¹⁹⁴. Assim, provavelmente, as diligências não seriam tão implacáveis. A existência de uma lei, contudo, não faz desaparecer imediatamente valores há muito cultivados. Para uma família, ser considerada de sangue limpo era, em uma sociedade hierarquizada, forma fundamental de preservar privilégios políticos e sociais.

Outro indício que faz pensar na possível origem cristão-nova da família Ferreira Armonde refere-se à questão do nome. Embora em documentos oficiais, envolvendo membros da família, o sobrenome Armonde seja sempre referenciado, nas assinaturas ele é comumente omitido. O Barão de Pitangui e o Conde Prados jamais assinaram Armonde. Atualmente, utiliza-se uma grafia afrancesada para o sobrenome, “Armond”. Talvez, em função disso, alguns estudiosos chegaram a defender a tese de origem francesa dos Armonde¹⁹⁵. Parece aceitável, contudo, que Francisco Ferreira Armonde, que emigrou para o Brasil no início dos Setecentos descendia de outro Francisco Ferreira Drummond, descendente de João Drummond, de origem escocesa. Ao estabelecer-se na ilha da Madeira, o sobrenome Drummond adquiriu a forma corrompida de Ormonde ou Armonde. Essa é a explicação dos genealogistas da família¹⁹⁶. Como são sabidas, tais explicações podem ser mitificadas. No entanto, não se pode descartar a hipótese de escolha arbitrária. Talvez a necessidade de esconder as origens judias tenha motivado a escolha de um sobrenome, aparentemente sem vínculos com as ilhas portuguesas. Ademais, não era difícil mudar de nome ou de identidade nos séculos XVII e XVIII¹⁹⁷. Os assentos de batismo, únicos registros da época, traziam apenas os pré-nomes. Na vida adulta, certamente, a pessoa poderia alterar ou acrescentar nomes e sobrenomes, conforme seus interesses e necessidades.

esconder as origens judaicas de Felipe Pais Barreto e, dessa forma, viabilizar suas pretensões à nobilitação mediante obtenção do hábito da Ordem de Cristo.

Júnia Furtado também demonstra as estratégias utilizadas pelo filho mais velho de Chica da Silva para esconder suas origens africanas e alcançar a nobilitação. FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia. das Letras, 2003.

¹⁹⁴ MELLO, Evaldo Cabral de. *O nome e o sangue*. p. 63.

¹⁹⁵ Sobre a discussão acerca da origem do nome da família ver: CUNHA, Rui Vieira da. *Armonde, por quê?*

¹⁹⁶ Conforme denota o artigo de Rui Vieira da Cunha. *Armond, por quê*, a origem da família é nebulosa e não se tem certeza dos nomes corretos dos ancestrais na Ilha da Madeira.

¹⁹⁷ DAVIS, Natalie Z. *O retorno de Martin Guerre*.

A sociedade que se constituía nas Minas e, em especial, na Borda do Campo, na primeira metade do século XVIII, certamente reproduziu os valores e as hierarquias do Antigo Regime. Assim sendo, ao instalarem-se nessas paragens, os primeiros sesmeiros trataram não apenas de controlar as terras, os caminhos e as redes mercantis, bem como de se constituírem enquanto “nobreza da terra”¹⁹⁸. Para sustentar a hierarquia estamental e distinguirem-se dos demais grupos de menor qualidade, os integrantes da “nobreza da terra” precisavam adotar estratégias para resguardar sua posição social e poder político. Dessa forma, procuravam assumir o poder sobre o governo, ocupando postos nas câmaras, exercendo os ofícios régios, arrematando impostos. Para diferenciarem-se em relação às camadas menos privilegiadas da população e garantir o comando da sociedade, os membros da “nobreza da terra” construíam redes de alianças. A partir dessas redes, sustentados pela política de casamentos entre as elites, urdiam teias de laços parentais. Esses laços parentais constituíam potentados que assentavam seu poder em imensas redes clientelares.

Os senhores do Caminho Novo não fugiram à regra. Eles integraram as milícias ou corpo de ordenanças (tropas de segunda linha). Obviamente, a obtenção de uma patente de milícia assegurava o poder e o prestígio do agraciado, refletindo seu prestígio econômico e social. Por outro lado, tornar-se um comandante das ordenanças significava ter controle sobre a força armada e, assim, impor a própria ordem. Manoel Lopes de Oliveira e José Aires Gomes enquadravam-se nesse perfil. Manoel Lopes de Oliveira foi instituído capitão de cavalaria de ordenança do distrito da Borda do Campo em 1746, obtendo, posteriormente, a patente de tenente coronel. José Aires Gomes foi nomeado, em 1786, coronel do regimento de cavalaria auxiliar do quartel do distrito da Igreja Nova e Caminho Novo. Além de comandar uma tropa de milícia, José Aires Gomes era fiador do contratador João Rodrigues de Macedo, administrando a cobrança dos dízimos na Borda do Campo. Esta tarefa foi realizada na década de 1760 por seu irmão, o tenente-coronel Francisco Gomes Martins. O capitão Luís Alves de Freitas Belo integrava a rede de colaboradores de João Rodrigues de Macedo, controlando a cobrança de dízimos em São José del-Rei. Igualmente envolvido com a arrecadação de

¹⁹⁸FRAGOSO, João. *Potentados coloniais e circuitos imperiais: notas sobre uma nobreza da terra, supracapitanias nos Setecentos*. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo F.; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da. (orgs.). *Optima Pars: elites ibero-americanas no Antigo Regime*. Lisboa: ICS Imprensa de Ciências Sociais, 2005. p. 133-168. Fragoso sugere que a expansão do povoamento ocorrida no século XVIII, que foi proporcionada pela ocupação das Minas, pela multiplicação das rotas comerciais e centralização da administração metropolitana, culminou com a formação de uma *nobreza da terra supracapitanias*. A conquista de novas áreas decorria da necessidade de alojar os integrantes mais jovens das famílias da nobreza. Assim, ao estabelecerem-se em novas regiões, os membros mais jovens da nobreza reproduziam a sociedade colonial, sob a lógica do Antigo Regime. Portanto, “estas emigrações davam margem à formação, nas terras conquistadas, de comunidades ceifadas por uma estratificação excludente, à imagem e semelhança das povoações de que partiram”. p. 140.

impostos estava o tenente-coronel Manoel do Vale Amado, responsável pela administração dos contratos de entradas no registro de Matias Barbosa, também arrematado por Macedo¹⁹⁹. O coronel Manoel de Sá Fortes Bustamante Nogueira, componente da primeira câmara da vila de Barbacena, na última década dos Setecentos e início do século XIX, era genro do coronel Carlos José da Silva, coletor de impostos. Era através dessas “pessoas principais, de maior crédito e fidelidade”²⁰⁰, através da “nobreza da terra”²⁰¹ que o poder metropolitano chegava às Minas.

Fazia parte necessariamente das atribuições desses homens, investidos de poder militar, zelar pela ordem e defender a população contra invasores, índios hostis, quilombolas e salteadores. As ordenanças do Regimento da Cavalaria da Igreja Nova e Caminho Novo certamente tinham muito com que se ocupar. Embora o Caminho Novo pudesse encurtar distâncias e oferecer boas condições de suprimento para os viajantes, a caminhada poderia ser perigosa e amedrontadora. O Caminho Novo, em especial no alto da serra da Mantiqueira, encontrava-se assolado por quadrilhas de salteadores. No último quartel do século XVIII, a população local e os viajantes estavam assombrados com as notícias a respeito de morte e desaparecimento de pessoas que transitavam pelo Caminho²⁰². Os comerciantes, temerosos diante dos perigos e incertezas da viagem, precaviam-se realizando seus testamentos antes de se “por a caminho”²⁰³. Nem todas as tentativas da Coroa portuguesa para coibir aqueles que andavam dispersos pelos caminhos, nem mesmo a proibição, já antiga, datada de 1736, de ocupar os sertões da Mantiqueira, surtiram o efeito desejado. Os caminhos continuavam infestados de ladrões e salteadores, como a Quadrilha do Montanha, desbaratada em 1783, graças à atuação do alferes José Joaquim da Silva Xavier e dos coronéis José Aires Gomes e Manoel Rodrigues da Costa.

O sertão, apesar da proibição da ocupação sem licença do governador, há muito estava sendo efetivamente ocupado. A Coroa portuguesa, preocupada em controlar o Caminho Novo e evitar o contrabando, proibiu a concessão de terras nas fronteiras não povoadas da capitania e interditou a abertura de caminhos e picadas. O fechamento dos “sertões gerais” não impediu que inúmeros posseiros se estabelecessem na região. Oficialmente, as autoridades metropolitanas desconheciam a ocupação sub-reptícia do Caminho Novo. Na verdade, a

¹⁹⁹ RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira...*

²⁰⁰ Idem, p. 196.

²⁰¹ FRAGOSO, João. *Potentados coloniais e circuitos imperiais*.

²⁰² ANASTASIA, Carla. Salteadores, bandoleiros e desbravadores nas matas gerais da Mantiqueira (1783-1786). In: PRIORE, Mary del. (Org.) *Revisão do Paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de história*. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 115 – 138.

²⁰³ FURTADO, Júnia F. *Homens de negócio*. p. 99 e 170.

abertura de novas rotas e a política de expansão e incorporação de novas terras foi promovida, clandestinamente, pelo tenente-coronel Manoel Lopes de Oliveira e por seu genro José Aires Gomes. As advertências por parte do governador da capitania não conseguiram coibir a ação dos potentados. Como pode observar-se, esses homens usavam do controle militar que tinham em mãos para defender seus próprios interesses e vaidades pessoais²⁰⁴.

A ocupação desordenada dos Sertões da Mantiqueira despertou a atenção do governador D. Rodrigo José de Menezes, que enviou expedições à região e, também, percorreu pessoalmente as matas proibidas. Ao constatar a ocupação efetiva que se processou furtivamente, durante anos, ao longo dos sertões, Dom Rodrigo decidiu repartir legalmente as terras agricultáveis e as datas minerais entre os numerosos posseiros instalados na região. Ao regulamentar a posse de mais de 280 moradores assentados no sertão da Mantiqueira, Dom Rodrigo esperava ordenar a região e controlar seus habitantes, ao transformá-los em vassalos e pagadores de impostos²⁰⁵.

Com essa atitude do governador de legalizar a posse da terra, os sertões da Mantiqueira deixaram de ser áreas proibidas. Com a liberação da ocupação, o sertão será cada vez mais empurrado para adiante. E a região da Borda do Campo passará por um processo de intenso crescimento populacional e econômico. Na passagem do século XVIII para o XIX, a antiga região da Borda, acompanhando a capitania de Minas Gerais, passa por significativas mudanças, culminando na criação da vila de Barbacena, em 1791.

²⁰⁴ ANASTASIA, Carla. Salteadores, bandoleiros e desbravadores nas matas gerais da Mantiqueira (1783-1786). In: PRIORE, Mary del. (Org.) *Revisão do Paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de história*. Rio de Janeiro: Campus, 2000; RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira*.

²⁰⁵ RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira*. Em consequência da visita do governador, foram distribuídas mais de 300 sesmarias, nos sertões da Mantiqueira.

2. DA VILA DE BARBACENA À CORTE DO RIO DE JANEIRO

O viajante que tomava o Caminho Novo, partindo do Rio de Janeiro em direção a Minas, regozijava-se ao alcançar a vila de Barbacena. Depois de iniciar a subida íngreme da serra da Mantiqueira, atravessar rios, enfrentar chuva, atoleiros, pedregulho na estrada, pousar em ranchos pouco confortáveis, povoados de porcos, galinhas, pulgas e bichos de pé, ficar exposto ao frio das madrugadas, o viajante ansiava por chegar a “um dos poucos povoados do interior que tem a aparência e o ar de uma cidade”²⁰⁶.

Após dias mergulhados nas densas florestas, tal não era a satisfação dos viajantes ao se depararem subitamente com os campos. Os viajantes estrangeiros registraram suas impressões diante do “panorama magnífico” que se descortinava a sua frente²⁰⁷. Charles Bunbury comentou que “o ar destas elevadas extensões abertas é fresco e vigorante, e logo a princípio se sente alguma coisa que alegra na vastidão e liberdade da vista depois de uma longa viagem através das florestas”²⁰⁸. Richard Burton também se deslumbrou:

Parece desnecessário dizer que nada pode haver de mais puro do que o ar desses campos; o prazer de respirá-lo combate mesmo a monotonia de uma viagem em lombo de mula, e o viajante europeu nos trópicos recupera toda a sua energia, mental e física. As manhãs e a última parte das tardes constituem a perfeição do clima; as noites são frias, claras e serenas, como em um deserto árabe sem areia. Não falta, também, aos campos a beleza da forma e do colorido. Há grandeza em sua vasta continuidade, que se vai perdendo à distância²⁰⁹.

Depois de passar pelo antigo posto de fiscalização chamado de Registro Velho, o viajante avista, “do alto de uma crista”, a vila de Barbacena, e em destaque as suas igrejas. Barbacena espalha-se irregularmente sobre uma montanha²¹⁰. Saint-Hilaire, ao chegar à vila, surpreende-se por não encontrar “uma reunião miserável de choupanas”, mas “uma pequena

²⁰⁶ WALSH, Robert. *Notícias do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1985. p. 114.

²⁰⁷ Idem. p. 114.; LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 355.

²⁰⁸ BUNBURY, Charles James Fox. *Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981. p. 59.; SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 55.

²⁰⁹ BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976. p. 79.

²¹⁰ SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. P. 61; BUNBURY, Charles James Fox. *Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais*.

cidade que pode rivalizar com todas as da França de igual população”, onde “o ar que se respira (...) é extremamente puro”²¹¹. Saint-Hilaire descreve a configuração geográfica de Barbacena:

Essa Vila foi edificada sobre a crista de duas colinas alongadas, uma das quais termina perpendicularmente no meio da outra. Sua forma é aproximadamente a de um T, e aí se contam duas ruas principais que são bem traçadas e bastante largas; uma delas é calçada em toda a largura, e as outras o são unicamente em frente às casas. Estas são, em geral, pequenas e baixas, e a maioria não consta de mais que o rés-do-chão; mas são todas caiadas, seus tetos pouco elevados são cobertos de telhas, e apresentam, exteriormente, um aspecto de limpeza que agrada a vista. As portas e janelas são menos multiplicadas que no Rio de Janeiro, e suas esquadrias pintadas de cinza ou amarelo contrastam agradavelmente com a brancura das paredes. Algumas janelas têm caixilhos, porém a maioria é feita de um gradeado cruzado obliquamente. A maioria das casas possui um pequeno jardim (...)

Saint-Hilaire percorreu as principais ruas da vila de Barbacena. O entroncamento entre a rua do Rosário e a rua da Boa Morte (antigo caminho da vila de São José del-Rei), formava um largo, onde estava edificada a igreja matriz de Nossa Senhora da Piedade e o pelourinho.

A rua do Rosário tinha início na pequena igreja dedicada a Nossa Senhora do Rosário. Ao longo dessa rua e no Largo da Matriz, encontravam-se os imóveis mais valorizados e residências dos moradores melhor posicionados na hierarquia social²¹³. Provavelmente ali se localizavam as “várias lojas muito bem sortidas, muitas vendas e algumas hospedarias” observadas por Saint-Hilaire²¹⁴.

Em 1821, as 240 casas recenseadas para o pagamento da Décima Urbana estavam distribuídas em nove ruas. Além da rua do Largo da Matriz, com 35 casas e a do Rosário, com 58 imóveis, a vila de Barbacena contava ainda com a rua do Jogo da Bola (20 propriedades),

²¹¹ SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. p. 61 – 62.

²¹² SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. p. 62.

²¹³ Além do relato dos viajantes pode-se conhecer o espaço urbano da Vila através dos lançamentos de cobrança e recebimento da décima dos prédios urbanos da Vila de Barbacena. As décimas urbanas possibilitam circunscrever o espaço urbano, identificar suas ruas, casas e moradores. A documentação permite, ainda, observar o ritmo do crescimento ou decréscimo dos núcleos urbanos. A respeito do uso desta fonte ver: CARRARA, Ângelo Alves. Espaços urbanos de uma sociedade rural: Minas Gerais, 1808 – 1835. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 25, jul. 2001, p. 144-164; BUENO, Beatriz Piccoloto Siqueira. Tecido urbano e mercado imobiliário em São Paulo: metodologia de estudo com base na Décima Urbana de 1809. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 13, n. 1, p. 59 – 97 jan. - jun., 2005. Para Barbacena, foram utilizadas as Décimas dos anos de 1821 a 1825. Casa dos Contos, Microfilmes: Rolo 84 – Volume 1471. Fotogramas 679 – 691 (ano – 1821); Rolo 84 – Volume 1476. Fotogramas 751 – 763 (ano – 1822); Rolo 84 – Volume 1474. Fotogramas 720 – 732 (ano – 1823); Rolo 84 – Volume 1472. Fotogramas 692 – 705 (ano – 1825). Agradeço a Adriano Braga Teixeira por ter-me, gentilmente, repassado essas fontes. As informações referentes à Décima da Vila de Barbacena do ano de 1811 encontram-se publicadas por FERREIRA, José Cipriano Soares. Notas históricas: Barbacena em 1811/1812. *O Sericicultor*. Barbacena, n. 293, 23 abr. 1922. p. 2.

²¹⁴ SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. p. 63.

do Areão e Pau de Barbas (41 imóveis), de São Francisco (13), da Boa Morte (27 imóveis), da Olaria (17), da Ladeira da Caveira (16 imóveis) e rua da Boa Vista (13)²¹⁵.

As Décimas referentes à década de 1820 não contêm a tipologia dos imóveis nem se seu uso era residencial, comercial ou misto. A Décima de 1810, contudo, relaciona 240 prédios. São discriminados sete sobrados, um sobrado com rancho e uma casa com ranchos, quanto aos demais não consta nenhuma informação. Na vila de Barbacena predominavam casas residenciais térreas, habitadas, em sua maioria (51,95%) pelos seus proprietários ou cedidas pelos mesmos a outrem (31,17%). Não havia, portanto, um mercado de aluguel urbano²¹⁶. Barbacena não apresentou grandes modificações no seu espaço urbano nas duas primeiras décadas do século XIX²¹⁷. Embora estivesse na décima segunda colocação quanto ao número de prédios urbanos, Barbacena encontrava-se entre as dez vilas com prédios mais valorizados da província de Minas. São João del-Rei tinha 768 prédios em 1812. Campanha contava, no mesmo ano, com 377 imóveis. Estas duas vilas detinham, respectivamente, o primeiro e o segundo lugares na relação de prédios mais caros da Província²¹⁸.

Certamente, os papéis preponderantes dessas duas vilas podem ser explicados pela importância política e econômica de Campanha e de São João del-Rei na primeira metade do século XIX, sobretudo, pela ascendência que exerciam nas respectivas regiões. A vila de Campanha é considerada o “berço do Sul de Minas”, por ser a vila mais antiga e importante da região²¹⁹. São João del-Rei era, desde 1714, cabeça da comarca do Rio das Mortes. Ademais, constituiu-se desde o início dos Oitocentos em um importante entreposto comercial e financeiro. Tamanho dinamismo fomentou a constituição de um espaço urbano dinâmico e diversificado²²⁰.

²¹⁵ Casa dos Contos, Rolo 84, v. 1471, Fotogramas 679 – 691. Em 1811, segundo as notas de Soares Ferreira Barbacena contava com 257 casas distribuídas nas seguintes ruas: Largo da Matriz (35 prédios), do Rosário (58 prédios), Jogo da Bola (25 prédios), do Areão (43 prédios), São Francisco (14 prédios), Facão/Campolide (2 prédios), Gerais /Pau de Barbas (7 prédios), da Olaria (20 prédios), Caveira (11 casas), Rua Nova da Boa Vista (10 prédios), Boa Morte (27 prédios) e Subúrbios (5 prédios). FERREIRA, José Cipriano Soares. Notas históricas: Barbacena em 1811/1812. *O Sericicultor*. Barbacena, n. 293, 23 abr. 1922.

²¹⁶ TEIXEIRA, Adriano Braga. *População, sistema econômico e poder na transição do século XVIII para o XIX em Minas Colonial – Barbacena – 1791/1822*. 2007. 189 f. Dissertação. (Dissertação em História Social). Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS, 2007. p. 62.

²¹⁷ No entanto, em 1834, Bunbury observa “diversas boas casas de dois andares, com janelas de vidraça (que são raras no interior do Brasil); assim como uma prisão, um pelourinho de pedra, onde são executados os criminosos, e duas igrejas grandes, mas feias, as quais, como ficam situadas no alto, são vistas de uma grande distância. BUNBURY, Charles. *Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais*. p. 59.

²¹⁸ CARRARA, Ângelo Alves. Espaços urbanos de uma sociedade rural. p. 148.

²¹⁹ Sobre a formação e o papel hegemônico de Campanha no Sul de Minas ver: ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Família, fortuna e poder no Império do Brasil – Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799 – 1850)*. Consultar especialmente o capítulo 1: “Campanha da Princesa: formação e expansão de uma vila no Império”.

²²⁰ Sobre São João del-Rei enquanto entreposto, ver: GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*: São João del-Rei (1831 – 1888). São Paulo: Annablume, 2002.

Barbacena, a exemplo de Campanha, não faz parte das primeiras nove vilas criadas no início dos Setecentos, como decorrência direta das atividades auríferas. Barbacena e Campanha integram o conjunto de oito vilas instituídas no final do século XVIII, em função do crescimento demográfico e econômico de regiões com marcante vocação agrária²²¹. Campanha emerge como centro urbano na medida em que assume posição hegemônica na região sul mineira. São João del-Rei já havia conquistado a preeminência, desde o início do Século XVIII. A história de Barbacena, como já foi dito, está inextricavelmente ligada ao Caminho Novo. O próprio desenvolvimento tardio do núcleo urbano, provavelmente, pode ser explicado, em parte, pela concorrência do Caminho, com seus ranchos e pousos. Os fazendeiros da região às margens do Caminho Novo não dependiam de um núcleo urbano para intermediar compra e venda de mercadorias. As tropas passavam às portas de suas fazendas, pernoitavam em seus ranchos. Os tropeiros compravam em suas vendas. Além disso, não era difícil, nem tão longe, levar suas mercadorias ao mercado do Rio de Janeiro ou às vilas mineradoras. Talvez por isso, o antigo arraial da Igreja Nova, criado em meados do século XVIII, tenha permanecido acanhado por muitos anos, e mesmo depois da elevação a vila, não tenha se alçado à condição de centro urbano nos mesmos moldes de São João del-Rei e Campanha.

De qualquer forma, a localização estratégica da vila de Barbacena fará dela um ponto de parada obrigatório para os viandantes do Caminho Novo. Walsh, ao passar por Barbacena em 1829, atentou para esta característica:

(...) a circunstância que conferiu maior importância à cidade foi sua localização na estrada que liga a capital à Província de Minas Gerais, no ponto onde se bifurcam as estradas que vão para São João del-Rei e Vila Rica, tornando-se assim um centro de ligação entre as mais importantes regiões da província, convergindo para ali o sal e artigos manufaturados, tanto nacionais quanto estrangeiros²²².

Inevitavelmente, diversas atividades comerciais desenvolveram-se na vila. De acordo com Pohl, “os habitantes da cidade vivem mais do comércio; quase todas as casas têm um

Sobre o caráter urbano de São João del-Rei, ver: RESENDE, Edna Maria. *Entre a solidariedade e a violência: valores, comportamentos e a lei em São João del-Rei, 1840-1860*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFGM; Fapemig; Barbacena: UNIPAC, 2008. (Coleção Olhares), especialmente o capítulo um: “São João del-Rei: cenas e cenários de uma cidade”.

²²¹ PAIVA, Clotilde A. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*.

²²² WALSH, Robert. *Notícias do Brasil*. p. 115.

armazém de secos e molhados”²²³. Saint-Hilaire, percorrendo a região em 1817, não deixou de reclamar:

Em parte alguma da província, a mão-de-obra é tão cara como nessa vila, o que decorre de que sendo esta continuamente atravessada por viajantes pressurosos de chegar a seu destino, se vêem estes forçados a aceitar as imposições dos artifices. Barbacena é célebre, entre os tropeiros, pela grande quantidade de mulatas prostituídas que a habitam, e entre cujas mãos esses homens deixam o fruto do trabalho. Sem a menor cerimônia vêm oferecer-se essas mulheres pelos albergues; muitas vezes os viajantes as convidam para jantar e com elas dançam batuques, essas danças lúbricas que, não o podemos dizer sem pejo, se tornaram nacionais na Província das Minas²²⁴.

Os viajantes que passaram por Barbacena no primeiro quartel do século XIX encontraram uma cidade totalmente integrada aos circuitos mercantis do Caminho Novo. Nesse momento, porém, o sentido do fluxo comercial do Caminho Novo havia sofrido uma completa inversão. Desde fins do século XVIII, as mercadorias produzidas nas Minas eram comercializadas preferencialmente nos mercados do Rio de Janeiro. A instalação da Corte portuguesa no Rio intensificou o ritmo e a quantidade das mercadorias exportadas por Minas Gerais. Obviamente, a exportação de gado, porcos, galinhas, tocinho, couros, alimentos (feijão, queijo, farinha, carne de boi), fumo, açúcar era contrabalançada pela importação de aço, chumbo, azeite, peixe, cera, chapéus, ferraduras, vinho, sal, escravos²²⁵. A essa altura, a capitania de Minas Gerais passava por uma rearticulação interna que alterou os ritmos e sentidos dos fluxos comerciais, agora predominantemente em direção ao Rio de Janeiro²²⁶. É dentro desse contexto que se pode compreender a expansão demográfica e econômica da região do arraial da Igreja Nova da Borda do Campo e a conseqüente elevação do mesmo à categoria de vila.

A diversificação econômica presente na capitania de Minas Gerais, desde o início do povoamento da região, intensificou-se, na segunda metade do século XVIII, com o declínio da atividade mineradora. Essa nova configuração da capitania mineira manifestou-se também na “redistribuição interna da população e dos recursos econômicos”²²⁷. Houve crescimento

²²³ POHL, J. E. *Viagem no interior do Brasil (1817 – 1821)*. p. 84.

²²⁴ SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. p. 64.

²²⁵ CHAVES, Cláudia. *Perfeitos negociantes*; POHL, Johann E. *Viagem no interior do Brasil (1817 – 1821)*. p. 80.

²²⁶ Sobre a rearticulação interna da capitania de Minas, consultar: ALMEIDA, Carla. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial (1750 – 1822)*. Niterói: UFF, 2001 (Doutorado).

²²⁷ Sobre a diversificação econômica da capitania de Minas Gerais consultar: PAIVA, Clotilde. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*; GUIMARÃES, Carlos M.; REIS, Liana. *Agricultura e escravidão em Minas Gerais no século XVIII*.

populacional em todas as comarcas de Minas Gerais. A comarca do Rio das Mortes destacou-se, contudo, por apresentar um elevado crescimento econômico e demográfico, superior às demais. Na passagem do século XVIII para o século XIX, nota-se um deslocamento do eixo econômico das regiões de mineração para as áreas predominantemente agro-pastoris. Esse reordenamento torna-se visível em dados populacionais.

TABELA 3

| CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL E PORCENTAGEM DE ESCRAVOS DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS POR COMARCA (1767 – 1821) | | | | | | |
|---|----------------|----------------|--------------|----------------|----------------|--------------|
| COMARCAS | 1767* | | | 1821** | | |
| | Pop. total | Pop. escrava | % | Pop. total | Pop. escrava | % |
| CVR | 60.249 | 38.647 | 64,1% | 75.573 | 26.936 | 35,6% |
| CRM | 49.485 | 26.891 | 54,3% | 213.617 | 84.995 | 39,8% |
| CRV | 69328 | 43.027 | 62,1% | 141.312 | 45.297 | 32,1% |
| CSF | 29.538 | 18.038 | 61,1% | 83.592 | 24.640 | 29,5% |
| Capitania | 208.600 | 126.603 | 60,7% | 514.094 | 181.868 | 35,4% |

Fonte: * Mapa geral de fogos, filhos, filhas, escravos – AHU/PR/BN – MS 544(R.84) doc. 58. **ESCHWEGE, Wilhem L. von. *Notícias e reflexões estatísticas sobre a Província de Minas Gerais. RAPM, v.4, n.º 4, 732-62, 1899. Apud: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial, 1750 – 1822. Niterói: UFF, 2001. (Tese de doutorado). p. 53. CVR: Comarca de Vila Rica; CRM: Comarca do Rio das Mortes; CRV: Comarca do Rio das Velhas e CSF: Comarca do Serro Frio.*

Entre 1767 e 1821, a população total da capitania de Minas Gerais cresceu 146,44%, tendo a população livre aumentado 405% e a população escrava crescido 143,65%²²⁸. Nesses 54 anos, a comarca do Rio das Mortes apresentou um crescimento populacional de 331,68%. Em 1821, residiam na comarca do Rio das Mortes 41,5% da população total de Minas Gerais, 38,7% dos livres e 46,7% dos escravos. Os habitantes da comarca do Rio das Mortes dedicavam-se basicamente às atividades agrícolas e pastoris, com forte caráter mercantil. Não por acaso, 58% dos inconfidentes ligados aos empreendimentos agropecuários tinham roças e casas de morada na comarca do Rio das Mortes. Ademais, 90% dos recursos seqüestrados ao conjunto dos inconfidentes advieram de moradores do Rio das Mortes²²⁹.

Os diversos termos da comarca do Rio das Mortes, obviamente, também manifestavam essa tendência de crescimento. Comparado aos demais, o termo de Barbacena

²²⁸ ALMEIDA, Carla. *Homens ricos, homens bons*. p. 52. Carla Almeida aponta uma taxa de crescimento de 305,17% para os livres e de 43,65% para os escravos. Tais números parecem ser um equívoco, pois o cálculo dos dados populacionais coligidos e organizados pela autora, no entanto, apresenta um crescimento ainda maior.

²²⁹ ALMEIDA, Carla. *Homens ricos, homens bons*. cap. 2; FURTADO, João Pinto. *O manto de Penélope*. p. 90.

apresentou o maior índice de crescimento (4,88%), entre os anos de 1808 e 1820²³⁰. Esse crescimento já vinha ocorrendo, como pode ser observado, desde as últimas décadas do século XVIII, com o movimento de ocupação dos sertões proibidos da Mantiqueira. O número de concessões de sesmarias na região evidencia o intenso e crescente processo de povoamento do termo de Barbacena. De acordo com Mônica Oliveira, foram concedidos entre 1791 e 1822, 531 cartas de sesmarias no termo de Barbacena²³¹.

TABELA 4

| REGISTRO DE SESMARIAS DO TERMO DE BARBACENA | |
|--|--------------------------|
| Período da doação | Número de títulos doados |
| 1791 a 1800 | 72 |
| 1801 a 1810 | 36 |
| 1811 a 1820 | 352 |
| 1821 e 1822 | 71 |
| TOTAL | 531 |

Fonte: Cartas de Sesmaria – Seção Colonial/APM. Apud: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Negócios de família.. p. 44.

Seguramente, o crescimento populacional encorajou os moradores das freguesias do arraial da Igreja Nova a suplicarem a criação da vila:

Prostrados omildemente aos pés de V Exa. Suplicão os Povos da freguesia da Borda do Campo, Engenho e Simão Pereira caminho do Rio de Janeiro com outros de remotas parages, Serra abaixo do Rio da Pomba, que elles experimentão, os mais desabridos incômodos nas dependências de suas demandas, convolando huns a Sam Joze e outros ao Termo de São João, em distancia os demais longe de trinta e seis legoas, em tempo de agoas e perigozos caminhos (...) imploram com suspiros o oportuno remédio na grandeza de V. Exa. facultando-lhes a graça da criação de huma nova Villa no arraial da Igreja nova da Borda do Campo, (...) por conter aquele dito arraial toda a capacidade para hua numeroza Povoação, cituado em Estrada geral do comercio dos viandantes do Rio de Janeiro, e para (...) os viandantes girarem seguros nos ditos caminhos e sinão experimentarem tão execrandas mortes e roubos acontecidos na parage da Mantiqueira e freguesia da Borda do Campo(...) ²³².

²³⁰ TEIXEIRA, Adriano Braga. *População, sistema econômico e poder...* p. 32.

²³¹ Vale lembrar que durante todo o século XVIII, foram concedidas apenas 174 sesmarias e registrados 198 posseiros na serra da Mantiqueira. RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira*.

²³² Autos de criação da Villa de Barbacena na Comarca do Rio das Mortes. RAPM. Ouro Preto, v. 1, n. 1 jan./mar. 1896. p. 119 – 120.

Os dados dos mapas de população do termo de Barbacena também atestam à intensificação do povoamento. Entre 1809 e 1819, a população do termo de Barbacena passou de 14.341 pessoas para 21.326, registrando um crescimento de 48,7%²³³. Os mapas revelam, ainda, um aumento da população livre de 46,9%, enquanto a população cativa cresceu 51,7%.

Evidentemente tais índices demonstram que a região do arraial da Igreja Nova da Borda do Campo estava atraindo pessoas de outros lugares. Para Mônica Ribeiro de Oliveira, a região, por ser fronteira aberta, despertou o interesse de grupos oriundos de áreas mineradoras:

Com o decréscimo da produção aurífera, esta sub-região passou a constituir a alternativa mais viável para a montagem de novas empresas agrícolas e para a aplicação de recursos acumulados. A expansão da fronteira representou, igualmente, uma alternativa à fixação de grupos sociais vinculados, tradicionalmente, à mineração. Com o esgotamento das terras e das oportunidades na mais antiga área de ocupação da capitania mineira, restava às gerações subseqüentes a migração para novas áreas, incentivadas pela política de doação de sesmarias e pelas estradas que facilitavam a penetração²³⁴.

O movimento migratório interno à capitania, na passagem do século XVIII para o século XIX, é atestado também pelos inventários *post-mortem*. Adriano Braga Teixeira analisou a totalidade dos inventários da freguesia da vila de Barbacena no período, e constatou que 62,86% dos inventariados eram naturais da capitania de Minas Gerais. Os demais, 30,86%, nasceram em outras capitanias, em Portugal, nas Ilhas portuguesas ou na África.

É muito provável que parte significativa dos novos imigrantes tenha deixado as regiões mineradoras para se estabelecer no termo da vila de Barbacena. Do mesmo modo, a extrema mobilidade dos homens livres facilitava a migração para áreas mais prósperas. Não é demais lembrar que a comarca do Rio das Mortes e, especialmente, o termo da vila de Barbacena oferecia imensas possibilidades de acesso a terra e de inserção nos circuitos mercantis do Caminho Novo, sobremaneira valorizados e atraentes, devido à política de interiorização da metrópole implantada por D. João VI após a chegada da família real ao Rio de Janeiro.

²³³ Para o ano de 1808, o mapa de população registra um total de 16.247 habitantes, entre livres e escravos. Essas discrepâncias ocorrem devido à sub-registros e às modificações e sobreposições administrativas freqüentes no período. Para os dados dos mapas de população, ver: TEIXEIRA, Adriano Braga. *População, sistema econômico e poder na transição do século XVIII para o XIX em Minas colonial – Barbacena – 1791 / 1822*. p. 34 – 49. Sobre a divisão administrativa da Comarca do Rio das Mortes, ver: GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *Jogando Caxangá*.

²³⁴ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de família*. p. 45.

Inventários, contudo, não se constituem em fontes adequadas para o conhecimento dos processos migratórios e para obtenção de informações acerca da naturalidade. Ideal seria estudar os registros paroquiais de batismos e casamentos para verificar as modificações e os fluxos populacionais para o período²³⁵.

De qualquer forma, foi possível identificar algumas famílias que chegaram ao termo da vila de Barbacena, apostando no crescimento da região: vieram de Paracatu, São João del-Rei, Prados, Queluz e Portugal. A criação do arraial da Igreja Nova, no início da segunda metade do século XVIII, atraiu pessoas interessadas em povoar o núcleo urbano²³⁶. Por volta de 1756, o mestre em cantaria João Maquieiro de Castro, natural do Reino de Galiza, casou-se com Maria Inácia Ferreira. Em 1757, nasceu Inácia Felipa de Jesus, primeira filha do casal. Inácia era mãe de José Bento Costa e Azedias, cidadão de elevado prestígio político e econômico na vila de Barbacena, no século XIX. Durante a segunda metade do século XVIII, João Maquieiro dedicou-se à cantaria. Em 1767, talhou o relógio de pedra da fazenda da Borda do Campo. Quando faleceu, em 1779, deixou 10 filhos e seis escravos. Maria Angélica, filha ilegítima da parda Francisca escrava, foi alforriada e reconhecida pelo pai (ver diagrama 09). Seus bens de raiz constituíam-se de uma “morada de casas” em frente à Matriz, e uma chácara alugada a Miguel Antonio de Paiva, na rua do Rosário²³⁷. Ao longo do século XIX, alguns de seus filhos e netos estabeleceram-se como fazendeiros, ou comerciantes de fazenda seca. Domingos Jaime Ferreira de Castro, seu filho caçula, conseguiu acumular a significativa fortuna de 122:071\$358 (cento e vinte e dois contos, setenta e um mil, trezentos e cinquenta e oito réis), dedicando-se à fazenda de cultura e tocando tropas. Domingos Ferreira de Castro casou suas quatro filhas ilegítimas com membros de importantes famílias (ver diagrama 09). Já o filho mais velho de Maquieiro, Silvestre Pacheco de Castro, em sociedade com seu sobrinho José Bento Costa e Azedias, tinha uma importante casa de negócios de fazendas secas na cidade de Barbacena²³⁸.

²³⁵ Para a utilização dos registros paroquiais com este propósito, ver: FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*.

²³⁶ Em 1747, Gomes Freire de Andrade concedeu licença para a ereção do arraial da Igreja Nova no local onde estava sendo construída a igreja de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo. A partir de 1753, teve início a construção das primeiras casas em torno do largo da Matriz. MASSENA, Nestor. *Barbacena: a terra e o homem*. v. 2. p. 271.

²³⁷ RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira*; MASSENA, Nestor. *Barbacena: a terra e o homem*. v. 2; AHMPAS. Inventário de João Maquieiro. 1SVC, Cx. 41-13, Inventário de Maria Inácia Ferreira, 2SVC, Cx. 118/16, Inventário de Domingos Jaime Ferreira de Castro, 1SVC, Cx. 291/09, Testamento de Silvestre Pacheco de Castro, 1SVC, Cx. 282/02, f. 43, Inventário de Antonia Augusta de Villas Boas, 1SVC, Cx. 186/08.

²³⁸ Em 1811, o Capitão Silvestre Pacheco de Castro era vereador em Barbacena.

A família Araújo é outro exemplo de portugueses que se fixaram no núcleo urbano do arraial da Igreja Nova²³⁹ (ver diagrama 10). Vários membros da família, geração após geração, dedicaram-se à medicina, à cirurgia e às artes da botica. O licenciado Manoel Rodrigues de Araújo, natural de Santa Marinha da Silva, arcebispado do Porto, casou-se com Inácia Joaquina de Oliveira, em 1754. Os pais dela, portugueses, fixaram-se em Santana do Barroso, pois Inácia ali nasceu em 1739. O inventário de Manoel, falecido em 1784, traz a descrição de 38 livros de medicina e inúmeros ferros de cirurgião. Seu filho mais velho, o licenciado Luiz Rodrigues de Araújo, nascido em 1754, seguiu a profissão do pai. Era cirurgião. Alguns membros da família Araújo participaram ativamente da vida política da vila de Barbacena. O cirurgião-mor Luiz Rodrigues de Araújo integrava a câmara Municipal de 1799 e Joaquim Rodrigues de Araújo assinou o auto de criação da vila de Barbacena, em 1791. Alguns dos Araújo também se dedicaram ao comércio²⁴⁰.

As atividades comerciais atraíram forasteiros como o capitão Pedro Teixeira de Carvalho. Já nos primeiros anos dos Oitocentos, o capitão Pedro Teixeira de Carvalho encontrava-se estabelecido na rua do Rosário, em uma das casas mais valorizadas da vila de Barbacena²⁴¹. Por ocasião do falecimento de sua primeira esposa, em 1819, dedicava-se a sua “loja de fazenda seca sortida de vários gêneros” e ao “armazém que se compõe de vários efeitos do Reino e da terra”²⁴². Não é possível saber o momento exato em que Pedro Teixeira de Carvalho deixou o distrito de Prados, termo da vila de São José del-Rei, onde nasceu, em 1770, para se fixar em Barbacena. É certo, porém, que em 1801, Pedro Teixeira casou-se em primeiras núpcias, com Ana Porfíria de Azevedo, na capela do Curral Novo. Desde os primeiros anos dos Oitocentos, Pedro Teixeira teve uma vida pública marcante, ocupando vários cargos judiciais, e uma participação política ativa desde 1811, quando integrou pela primeira vez a câmara da vila de Barbacena. Como não assinou o pedido de ereção da vila nem os autos de criação é possível que ainda não estivesse em Barbacena em 1791. Pedro Teixeira de Carvalho nasceu em uma família numerosa. Provavelmente, alguns de seus parentes também integraram o movimento migratório em busca das possibilidades de negócio

²³⁹ José Bento Costa e Azedias, segundo Nestor Massena, é membro da família Araújo. Silvestre Pacheco de Castro, em seu testamento, deixa um legado para sua “parenta Ana Carolina, filha do falecido Estanislau Rodrigues de Araújo”. AHMPAS 1SVC, cx 281/08; MASSENA, Nestor. *Barbacena: a terra e o homem*. Infelizmente, não é possível, sem consultar rigorosamente a documentação paroquial, checar essa possível ligação entre Azedias e a família Araújo.

²⁴⁰ SAVASSI, Altair. *Barbacena: 200 anos*. v. 1 p. 145 – 150; *Autos de criação da Vila de Barbacena*. p. 125; MASSENA, Nestor. *Barbacena: a terra e o homem*; AHMPAS, Inventário de Manoel Rodrigues de Massena. 2SVC – cx. 176/02. APM, Censo de 1831. CD-ROM elaborado pela professora Clotilde Paiva. Agradeço aos professores Valter Araújo e Erlaine Januário as preciosas informações sobre a família Araújo.

²⁴¹ CC. Décima Urbana 1821. Rolo 84 v. 1471. Fotogramas 679 – 691.

²⁴² AHMPAS, Inventário de Ana Porfíria de Azevedo. 2SVC, Cx. 171/06.

oferecidas pela região em crescimento. Na petição dos moradores do arraial da Igreja Nova suplicando a ereção da vila consta a assinatura de Sebastião Teixeira de Carvalho. Também residia no termo da vila de Barbacena João Gualberto Teixeira de Carvalho. Ao que parece, João Gualberto era irmão do capitão Pedro Teixeira de Carvalho. Em 1822, assinou a representação da Câmara de Barbacena, enviada ao Príncipe Dom Pedro²⁴³. O capitão Pedro Teixeira de Carvalho continuou trabalhando no comércio de fazendas e a participar da vida política local. Não deixou de preparar seus filhos, que seguiram seus passos nos negócios e na política, ao longo do século XIX²⁴⁴.

Os irmãos Carneiro Leão também escolheram a vila de Barbacena para se fixar e fortalecer seus negócios. O capitão Antônio Netto Carneiro Leão, ao deixar a região de Guimarães, arcebispado de Braga, dirigiu-se a povoação de Paracatu, por volta da década de 1760, atraído pelas notícias de ouro abundante. Os filhos do casal nascem em Paracatu, sendo batizados na freguesia de Santo Antônio do Manga (ver diagrama 11). Quando alcançaram à idade adulta, pelo menos dois filhos deixaram a vila de Paracatu do Príncipe. João Netto Carneiro estabeleceu negócios na Corte, envolvendo-se no comércio de alimentos e no tráfico de escravos para Minas Gerais e Rio de Janeiro. Viveu na Corte até 1830, tornou-se um “homem de negócios ordeiro e pertinaz, que ao cabo de alguns anos conseguira juntar apreciáveis haveres, fazendo-se conhecido e relacionado”²⁴⁵. O censo de 1831 registra a presença de João Neto Carneiro Lemes, negociante, viúvo e na posse de 33 escravos²⁴⁶. Seu irmão, o coronel Antonio Netto Carneiro, antes de estabelecer-se em Barbacena, morou em Ouro Preto. Por ocasião do casamento de sua filha Balbina Honoria Severina, em 1813, a família ainda morava em Ouro Preto, onde havia estabelecido importantes ligações familiares. Em 1798, casou-se com Joana Severina Augusta Lemos, natural de Ouro Preto e neta do coronel Nicolau Soares do Couto. Depois de enviuvar, Antonio Netto Carneiro contraiu segundas núpcias, em 1807, com Rita de Cássia Soares Couto, filha do coronel Nicolau Soares do Couto²⁴⁷.

²⁴³ De acordo com MASSENA, Nestor. *Barbacena: a terra e o homem*. v. 1, o primeiro João Gualberto era irmão do capitão Pedro Teixeira de Carvalho. A documentação mostra algumas pessoas com o sobrenome Teixeira de Carvalho, que, possivelmente, devem ser aparentadas entre elas, e entre João Gualberto e Pedro Teixeira de Carvalho. No entanto, não foi possível descobrir o grau de parentesco desses indivíduos. Tais relações, entretanto, poderão ser reconstituídas a partir da pesquisa em assentos de batizados e casamentos.

²⁴⁴ A presença dos Teixeira de Carvalho na Câmara Municipal e no exercício de funções públicas, especialmente até os anos de 1860, foi significativa.

²⁴⁵ TEIXEIRA FILHO, Henrique Carneiro Leão. *O Marquês do Paraná*. Apud MARTINS, Maria Fernanda V. *A velha arte de governar*. p. 210.

²⁴⁶ APM. Censo de 1831.

²⁴⁷ Nicolau Soares do Couto era pai de Manoel Soares do Couto, comandante da Sedição de 1833.

Balbina Honoria Severina Augusta casou-se com seu primo Manoel José da Silva Canedo. Manoel também havia sido batizado em Paracatu, no ano de 1786, e era filho do português, originário do Porto, José da Silva Canedo e de Angélica Netto da Silva, irmã do coronel Antônio Netto Carneiro. O processo matrimonial de Manoel e Balbina revela que o noivo residia na aplicação de Santo Antônio do Monte, freguesia de Tamanduá. Provavelmente, acompanhou a mudança de seu sogro e de seu tio para Barbacena no final da década de 1820, pois em 1831 estava estabelecido em Barbacena como negociante de fazenda seca, acompanhado de Balbina, que se ocupava da atividade de costureira e dos dois filhos. Nesse momento, a filha Guilhermina, ausente do censo, já estava casada com João Fernandes de Oliveira Pena, tendo em vista que a primeira filha do casal nasceu em 30 de abril de 1833.

A família de João Fernandes estabeleceu-se inicialmente no curato de Brumado do Campo. Após o casamento, o casal parece ter residido por algum tempo no Brumado, onde nasceram seus quatro primeiros filhos. João Fernandes foi deputado provincial, atuou como negociante e acumulou uma das maiores fortunas da região. Seu nome aparece na listagem dos negociantes envolvidos nas grandes remessas de cativos para Minas Gerais (1809–1830). Também estão relacionados na lista outros “Oliveira Pena” (José, Antônio e Manoel). Não foi possível saber o grau de parentesco entre eles, mas, certamente, o sobrenome em comum não deve ser mera coincidência. Percebe-se, portanto, que um dos mais lucrativos negócios da família, sobretudo nas primeiras décadas do século XIX, foi o tráfico de escravos²⁴⁸.

A região de Barbacena, na passagem do século XVIII para o século XIX atraiu também famílias interessadas em investir nas fazendas e na produção de gêneros agropastoris voltados para o mercado consumidor interno. João Ferreira da Fonseca, natural de Prados, estabeleceu-se na paragem chamada Ribeirão da Conquista, na freguesia de Barbacena²⁴⁹. Em 1804, casou-se com Josefa Maria da Assunção, com quem teve nove filhos (ver diagrama 12). João Ferreira da Fonseca dedicava-se à agricultura e à criação de gado de corte e leiteiro, contando com doze escravos para desenvolver essas atividades. João, plantando e criando gado, acumulou 5:091\$920 (cinco contos, noventa e um mil e novecentos e vinte réis)²⁵⁰.

²⁴⁸ PINHEIRO, Fábio W. *O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros*. p. 160-163; AHMPAS, Inventário 1SSV, Cx. 02/10; MASSENA, Nestor. *Barbacena: a terra e o homem*. v. 1. p. 187 – 189.

²⁴⁹ João Ferreira da Fonseca era filho do capitão João Ferreira da Fonseca e de Ana Jacinta da Conceição. Seus avós paternos eram naturais da Ilha Terceira e os maternos da Ilha do Fayal. VALE, Dario Cardoso. *Memória histórica de Prados*. 2. ed.rev. e aumentada. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 2000. p. 274..

²⁵⁰ AHMPAS, Inventário. 2SVC – Cx. 158/23.

Depois de seu falecimento, provavelmente precoce, em 1818, a viúva de João Ferreira da Fonseca, continuou tocando a fazenda, ao lado dos filhos²⁵¹. Os negócios prosperaram a partir de então. Em 1831, com 40 anos, Josefa Maria da Conceição mantinha 24 escravos e um feitor trabalhando em suas lavouras²⁵². A viúva também foi muito bem sucedida nos arranjos matrimoniais de seus filhos. O filho primogênito, Cândido Ferreira da Fonseca, casou-se com Camila Francisca Maria Ferreira Armonde, filha de Marcelino José Ferreira. Cândido Ferreira da Fonseca fixou-se na fazenda Santana, distrito de Juiz de Fora (hoje Santana do Deserto), tornando-se próspero cafeicultor. Ainda nos momentos iniciais da montagem da cafeicultura na Zona da Mata, Cândido, falecido em 1856, possuía 180 mil pés de café e 166 escravos, acumulando uma fortuna de 678:191\$345 (seiscentos e setenta e oito contos, cento e noventa e um mil e trezentos e quarenta e cinco réis). Destacou-se, ainda, como usurário, mantendo uma rede de 60 devedores e investindo 42,37% de sua fortuna nos empréstimos a terceiros. Além de grande fazendeiro e capitalista, também investia em ações da Companhia União e Indústria e da Estrada de Ferro Dom Pedro II, mantinha uma tropa de mais de 50 bestas de carga para transportar mercadorias para a Corte do Rio de Janeiro²⁵³.

A história de João Ferreira da Fonseca exemplifica a trajetória de imigrantes que vieram de diversas regiões da Província mineira, ou de fora dela, em busca de melhores oportunidades de trabalho. O êxito do empreendimento dependia da capacidade de inserção na sociedade. Assim, ocupar terras, adquirir escravos, dedicar-se à agricultura, à pecuária e participar das rotas mercantis eram alguns dos elementos do sucesso da empreitada. Os “forasteiros” seriam mais bem acolhidos e mais bem sucedidos se construíssem alianças matrimoniais e participassem da vida política local.

João Ferreira da Fonseca, ao casar-se com Josefa Maria da Assunção, repetiu a mesma estratégia adotada por seu sogro, Francisco Ribeiro Nunes, anos antes²⁵⁴. O patriarca da família Ribeiro Nunes deixou a freguesia de São Lourenço das Pias, bispado do Porto, para tentar a sorte nas minas. Estabeleceu-se na região da Igreja Nova em fins da década de 1770, quando se casou com Joana Maria da Conceição, neta de Francisco Ferreira Armonde e sobrinha de José Ferreira Armonde (ver diagrama 13). Ao ser integrado à família Armonde,

²⁵¹ Embora não se saiba a idade com que faleceu João Ferreira da Fonseca, é possível pensar em uma morte precoce. Primeiro, ele deixou filhos órfãos (o mais velho tinha 16 anos e o mais jovem seis meses). Em segundo lugar, ele faleceu sem fazer testamento, hábito ainda muito comum no início do século XIX, especialmente se o testador estivesse idoso, doente e pressentindo a morte.

²⁵² APM. Censo de 1831.

²⁵³ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Negócio de família*. p. 261 – 272.

²⁵⁴ Além de João Ferreira da Fonseca, seu irmão Felisberto casou-se com Joana Maria da Conceição, outra filha de Francisco Ribeiro Nunes.

Francisco Ribeiro Nunes encontrou o apoio necessário para montar seu negócio de tropa, comprar 21 escravos e adquirir as fazendas do Ribeirão da Conquista, do Quilombo e dos Teixeiras, com “campos de criar e terras de cultura, matos virgens e capoeiras”. Nas fazendas, Francisco Ribeiro construiu casa de vivenda, paiol, moinho, monjolo e outras benfeitorias. Suas terras faziam divisas com as propriedades de Felisberto Ferreira da Fonseca, do alferes Francisco Ferreira Armonde, de sua sogra Ana Maria de Jesus, viúva do alferes Francisco Pereira da Cunha, com as terras do falecido Antônio Teixeira Coelho e com as do coronel Manoel de Sá Fortes, entre outros²⁵⁵.

Francisco Ribeiro Nunes explicita, com gratidão, em seu testamento, os vínculos que o prendiam ao tio de sua mulher, José Ferreira Armonde:

Declaro que vago no Caminho quinze bestas, porém não as conto minhas por as não ter ainda pago a meu Tio José Ferreira Armonde que por me querer beneficiar as pagou e mas cedeu como todo o seu necessário para as arreaduras das mesmas a fim de me ajudar pelo meio do negocio do caminho para com os lucros do mesmo lhe satisfazer e como não pude fazer interesse que as pudesse pagar, recomendo que o meu testamenteiro lhas entregue amigavelmente sem contenda de justiça, ou nisso pôr dúvida.

Declaro que sempre mereci muito afeto ao dito meu Tio Jose Ferreira Armonde e nele encontrei sempre todo o patrocínio em querer ajudar, e por isso tanto para a compra das Fazendas que possuo, e negócios como para tudo que precisava me emprestou e me serviu sempre dos seus dinheiros e agora o prestando as nossas contas finais lhe estou devendo três contos e novecentos mil e trezentos e um mil reis cuja dívida recomendo e peço ao meu testamenteiro a satisfação logo pelos meus bens sem contenda de justiça ou dúvida alguma²⁵⁶.

O “patrocínio” do tio possibilitou a Francisco Ribeiro Nunes acumular a fortuna de 9:862\$425 (nove contos, oitocentos e sessenta e dois mil e quatrocentos e vinte e cinco réis), além de permitir que o filho mais velho se emancipasse e constituísse uma tropa de seis bestas próprias. Os filhos de Francisco Ribeiro Nunes seguiram os passos do pai, investindo em uma produção agropecuária diversificada e percorrendo o Caminho Novo com suas tropas. Seu filho Manoel Ribeiro Nunes acumulará, no decorrer do século XIX, a expressiva fortuna de 182:634\$360 (cento e oitenta e dois contos, seiscentos e trinta e quatro mil e trezentos e sessenta réis)²⁵⁷. Manoel, seus irmãos, filhos e sobrinho também continuaram com a estratégia de realizar bons casamentos, muitos endogâmicos. Especialmente a terceira geração da família escolheu casar-se entre si (ver diagrama 13).

²⁵⁵ AHMPAS, Inventário de Francisco Ribeiro Nunes. 1806, 2SVC, Cx. 67/06; Inventário de Joana Maria da Conceição. 1820. 2SVC, Cx. 170/28.

²⁵⁶ AHMPAS, Inventário de Francisco Ribeiro Nunes. 1806, 2SVC, Cx. 67/06. f. 10 v. – f. 11.

²⁵⁷ AHMPAS, Inventário de Manoel Ribeiro Nunes. 1862. 1SVC, Cx. 02/06.

O artifício de integrar-se às famílias já estabelecidas na região também foi utilizado pelo capitão José Rodrigues de Lima. Ele veio de Paracatu para a Borda do Campo, em fins do século XVIII, casando-se com Maria Antônia de Oliveira, filha de José Aires Gomes (ver diagrama 06). Ao assumir a fazenda da Borda do Campo, tendo arrematado-a em hasta pública, o capitão José Rodrigues de Lima pode controlar os diversos ranchos e as extensas terras que circundavam o Caminho Novo. Anos mais tarde, o capitão Rodrigues de Lima entregou aos genros alguns desses ranchos. A Joaquim Vidal, casado com Ana Cândida, coube o rendimento do rancho do Confisco. Manoel Vidal, ao casar-se com Maria Carlota, pode explorar o Rancho da Batalha.

O capitão José Rodrigues Lima dotou as filhas Constança e Francisca com sortes de terras na sesmaria do Posto das Éguas. Ao contrário de Ana e de Maria, que se casaram com membros da tradicional família Vidal Lage, as filhas Constança e Francisca uniram-se a dois irmãos, Feliciano e Francisco Coelho Duarte. Ambos eram naturais da vila de Queluz e chegam à Vila de Barbacena nas primeiras décadas do século XIX²⁵⁸. A geração seguinte estabelecerá inúmeros casamentos endogâmicos e estratégicos. Alguns membros assumirão papel destacado no cenário político do Império, especialmente na segunda metade dos Oitocentos²⁵⁹. Francisco de Paula Lima, único filho de Maria Antônia e do capitão José Rodrigues de Lima, casou-se em primeiras núpcias com sua sobrinha Maria Cândida, herdeira de Joaquim Vidal. Ao enviuvar-se precocemente, Paula Lima contraiu novo matrimônio com Francisca Benedita Monteiro de Barros, filha do primeiro casamento do visconde de Uberaba, que além de sogro era também seu cunhado. Estas alianças, especialmente com os Vidal e os Monteiro de Barros, envolveram outros membros e outras gerações dessas famílias (ver diagrama 6).

O dinamismo econômico e o crescimento populacional internos propiciaram aos moradores do arraial da Igreja Nova o acúmulo e a concentração de riquezas. A completa consolidação das posições sociais numa sociedade hierarquizada requeria que os ocupantes do topo da hierarquia obtivessem prestígio social. Para alcançar tal objetivo seria fundamental a criação da vila. A autonomia advinda da instalação da Câmara representava, sobretudo, a

²⁵⁸ AHMPAS, Inventário e testamento de José Rodrigues Lima. 1833. 1SVC. Cx. 54/02; Contas de testamentaria de Feliciano Coelho Duarte. 1874, 1SVC. Cx. 163/11; Inventário de Maria Cândida de Lima, 1837. 1SVC. Cx. 129/17; Inventário de Manoel Vidal Lage, 1836. 2SVC. Cx. 62/17.

OLIVEIRA, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira*. Cap. 4.

BASTOS, Wilson de Lima. *A fazenda da Borda do Campo e o inconfidente José Aires Gomes*.

²⁵⁹ BASTOS, Wilson de Lima. *A Fazenda da Borda do Campo e o inconfidente José Aires Gomes*. Juiz de Fora: Paraibuna, 1992.

possibilidade de ter acesso direto à Coroa portuguesa e, dessa forma, obter privilégios. Ocupar os cargos públicos também significava ter papel destacado na sociedade.

O Senado da Câmara foi instituição transplantada por Portugal em todo seu império e conquistas. Embora seguissem o modelo de suas congêneres de Lisboa e do Porto, as câmaras ultramarinas apresentavam variações locais e configuração própria, resultante das adaptações sofridas em decorrência da diversidade sociocultural dos diferentes domínios do ultramar²⁶⁰. Os senados da câmara exerciam funções jurídicas, políticas, fiscais e administrativas, sendo “responsáveis por todos os aspectos do governo local e freqüentemente serviam de porta-voz para a opinião pública em questões de interesse nacional”²⁶¹. As câmaras representavam um espaço de defesa dos interesses locais, constituindo-se “na principal via de exercício da cidadania no Antigo Regime português”. As câmaras tinham o direito de fazer representações e petições diretamente à Metrópole, à revelia dos governadores. Os integrantes do Senado da Câmara eram escolhidos por eleição e, ao exercerem as funções de governança, eram alçados à condição de cidadãos. Aos cidadãos competia o governo da comunidade, da “res publica”²⁶². Assim, as câmaras eram via de acesso a “honras, privilégios e signos de distinção”. Os cargos camarários eram exercidos por uma “nobreza civil e política”, recrutada entre os “principais” das terras, em geral, pertencentes às famílias dos mais antigos povoadores²⁶³.

De fato, os descendentes dos primeiros moradores predominaram entre os 112 signatários que assinaram o pedido de criação da vila de Barbacena²⁶⁴. Pode-se identificar entre os peticionários representantes das famílias Sá Fortes, Vidal Barbosa, Rodrigues da Costa, Aires Gomes, Araújo, Vale Amado, só para citar alguns exemplos. Manoel de Sá Fortes Bustamante Nogueira foi o primeiro presidente da câmara de Barbacena, entre 1791 e 1809, ano de seu falecimento. Bustamante Nogueira integrou a câmara de Barbacena por oito vezes, seis delas, consecutivamente²⁶⁵. Curiosamente, chama à atenção a ausência de

²⁶⁰ BICALHO, Maria Fernanda Baptista. As Câmaras Ultramarinas e o governo do Império. In: _____. FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda B., GOUVEIA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos*. p. 189 – 221.

²⁶¹ RUSSEL-WOOD, A. J. R. O governo local na América Portuguesa: um estudo de divergência cultural. *Revista de História*. São Paulo, v. 55, n. 109, p. 25-79, jan. – mar. 1977.

²⁶² BICALHO, Maria Fernanda Baptista. As Câmaras Ultramarinas e o governo do Império. p. 204–205. A “res publica” traduz-se por uma “comunidade de direito, de leis, em que a multidão de homens e mulheres vive sob o mesmo príncipe ou rei”. (p. 205).

²⁶³ Idem. p. 207, 203.

²⁶⁴ 53% das pessoas que assinaram a petição ao Visconde de Barbacena pertenciam a famílias presentes na região, desde o segundo quartel do século XVIII até o ano de 1870. TEIXEIRA, Adriano Braga. *População, sistema econômico e poder na transição do século XVIII para o XIX em Minas colonial, Barbacena, 1791-1822*. p. 150–151.

²⁶⁵ SAVASSI, Altair. *Barbacena: 200 anos*. v. 1, p. 145-147.

membros da família Armonde da Petição e Auto da Criação da Vila, bem como das primeiras câmaras formadas em Barbacena. A aparição dos Armonde no cenário político ocorrerá somente em 1822, quando o padre José Joaquim Ferreira e o capitão de ordenanças Mariano José Ferreira assinaram a representação encaminhada ao Príncipe Regente Pedro, propondo que Barbacena fosse a “capital do Reino do Brasil e de toda a Monarquia”²⁶⁶.

Já o coronel Manoel de Sá Fortes Bustamante Nogueira encerrou precocemente sua vida em 1809, quando no dia 11 de junho, num domingo, foi vitimado no centro de suas fazendas, por “grande delito e cruel morte”. Foram pronunciados e acusados do delito, o “Capitão José Ferreira Armonde, Manuel Dias crioulo forro, José Fernandes Lima e Antônio Rodrigues da Rocha.” Os acusados encontrando-se livres, andavam “rodeados de caboclos e outros facinorosos, armados em sua guarda e com disposição para resistirem” à prisão²⁶⁷. O assassinato do coronel Manoel Bustamante Nogueira é um indício de que havia disputas e tensões no interior da “nobreza da terra”. Não foi possível saber o motivo das desavenças entre eles. Há possibilidade de ter sido uma briga de família, uma vez que Mariana Leocádia, esposa de Bustamante, era irmã de Constança Cândida Raimunda da Silva, casada com o capitão José Ferreira Armonde. Não se pode, contudo, descartar a motivação política. Afinal, Bustamante dominava a preferência para exercer a representação na Câmara. Coincidência ou não, o fato é que somente depois de sua morte, os Armonde passam a ter preeminência política. É tentadora, portanto, a hipótese de motivação política para o assassinato. O coronel Manoel Bustamante devia ter grande prestígio político, ofuscando, ou mesmo inviabilizando, o acesso de outras famílias da região, mesmo as muito ricas e de ocupação antiga, como a família Armonde.

De qualquer forma, se a criação da vila, em 1791, acabou gerando disputas em torno do poder local, anos antes os moradores uniram-se em torno do projeto de obtenção do título de vila para o arraial da Igreja Nova. O êxito de suas pretensões foi considerável, pois entre 1730 e 1789 nenhuma vila foi criada na capitania de Minas Gerais. A idéia de criar uma nova vila implicava no desmembramento de território. Conseqüentemente encontrava a oposição das autoridades da antiga sede²⁶⁸.

²⁶⁶ BRASIL. Conselho Federal de Cultura. *As câmaras municipais e a independência*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1973. v. 1, p. 29.

²⁶⁷ APM, SG, Cx. 79. Doc. 43. Agradeço a Adriano Braga Teixeira a indicação dessa fonte.

²⁶⁸ Foi o que ocorreu com a Vila de São José Del-Rei, que se posicionou contrariamente à criação das vilas de Barbacena e de Campanha. Ver: VELLOSO, Herculano. *Ligeiras memórias sobre a Vila de São José nos tempos coloniais*. 2. ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1955.

Mesmo enfrentando a oposição das vilas que perdiam jurisdição sobre extenso território, a Coroa portuguesa, logo após os sucessos da Inconfidência Mineira, mudou de postura e instalou pelourinho e câmara em sete arraiais, sendo seis localizados na comarca do Rio das Mortes²⁶⁹. Foi nesse contexto que os moradores do arraial da Igreja Nova reuniram argumentos necessários para justificar a ereção da vila, que foram acatados pelo governador. Em primeiro lugar, apelou-se para as grandes distâncias existentes entre o arraial e as vilas de São João e São José del-Rei. Além “da incômoda jornada” de 30 léguas a que estavam obrigados os moradores, viam-se prejudicados com as “avultadas despesas” judiciais. Por outro lado, a criação da vila, às margens do Caminho Novo, supriria a “falta de polícia”, garantindo a segurança dos viajantes e o sossego público. Certamente, ainda estavam na memória de todos as atrocidades da Quadrilha da Mantiqueira, que aterrorizava os viajantes que passavam pelo Caminho Novo²⁷⁰. A presença do aparato jurídico-administrativo do Estado contribuiria para o ordenamento da região, transformando os habitantes em bons e fiéis vassalos. Significava, também, a possibilidade de “civilizar” o sertão, empurrando-o para mais longe²⁷¹.

Os moradores da Igreja Nova consideravam-se merecedores da distinção e do privilégio da criação da vila, não só por ter o Governador “facilitado a outros povos menos remotos com esta incomparável graça”²⁷², como também era uma região populosa, cuja localização estratégica às margens do Caminho Novo, era indispensável ao desenvolvimento do comércio. O visconde de Barbacena endossou os argumentos dos moradores ao justificar a concessão do título de vila ao arraial da Igreja Nova:

(...) que atendendo também, e principalmente ao bem, e socego publico, que padesse com a falta de Polícia em que necessariamente devem viver os Povos, que assim se achão retirados das Justiças encarregadas de os promoverem e aguardarem; sendo esta falta de muitos maiores conseqüências no Território assima mencionado em razão de ser atravessado pela Estrada que comunica esta Capitania, e as outras das Minas com a cidade do Rio de Janeiro, cujas relações políticas e comerciantes fazem hum objecto digno de toda a contemplação, e do mais providente cuidado que por todos estes motivos resolvera ele Excelentíssimo Senhor Visconde governador deferir ao requerimento dos moradores do sobredito Território (...), creando Vila este Arraial não só por ser o mais central, e populoso, deste distrito, mas porque á sua situação na extremidade do Matto, e onde da

²⁶⁹ A partir de 1789 foram criadas as seguintes vilas: vila de São Bento do Tamanduá, Nobre e Leal vila de Barbacena, vila de Queluz, vila de Paracatu do Príncipe, vila da Campanha da Princesa da Beira, vila de Santa Maria do Baependi e vila de São Carlos do Jacuí.

²⁷⁰ Sobre a atuação da Quadrilha da Mantiqueira, ver: ANASTASIA, Carla M. J. Salteadores, bandoleiros e desbravadores nas Matas Gerais da Mantiqueira. p. 115-138.

²⁷¹ RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira*. p. 78 – 108.

²⁷² AUTOS de criação da Vila de Barbacena. p. 119 – 120.

estrada do Rio de Janeiro se dividem as das Comarcas desta Capitania, e as que se encaminhão para a de Goiás, e Matto Grosso fazem mais necessárias, e interessantes neste lugar a Polícia, e Economia publica para segurança, e cômodo dos viajantes, para bem e melhoramento do comércio, o qual aqui tem como a sua chave (...)²⁷³.

Não obstante a importância política, social e estratégica da criação da vila, é importante observar que a maior parte da população residia nas áreas rurais, concentrando suas atividades em torno das ocupações agrícolas e pastoris, integradas aos circuitos mercantis²⁷⁴. As maiores fortunas acumuladas no termo de Barbacena, nas duas primeiras décadas do século XIX, tiveram origem nas atividades agropastoris vinculadas ao mercado interno e pertenciam às famílias que habitavam a região desde o início do século XVIII. Manoel de Sá Fortes Bustamante Nogueira, José Vidal de Barbosa e Francisco Ferreira Armonde estavam entre os maiores proprietários de Barbacena, no período²⁷⁵.

A trajetória de vida de Francisco Ferreira Armonde permite vislumbrar alguns aspectos dos processos vivenciados por ele e pelos moradores do termo da vila de Barbacena na passagem do século XVIII para o século XIX. Francisco, filho do primeiro matrimônio de seu pai homônimo, nasceu na freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo (ver diagrama 01). Foi batizado em 1733, tendo por padrinhos o capitão Manoel Dias de Sá e sua mulher Ana Maria dos Santos, moradores da fazenda da Borda do Campo²⁷⁶. Casou-se, em primeiras núpcias, em 1773, com Rita Maria da Conceição, filha do segundo casamento de sua madrasta. O casamento durou pouco. Rita faleceu em 1775. Nesse mesmo ano, Francisco casou-se com Felizarda Maria Francisca de Assis, filha de Francisco Gonçalves Lage, morador em Simão Pereira. (ver diagrama 04). Ao falecer, em 1814, deixou doze filhos e uma das maiores fortunas da região. As vicissitudes da vida do alferes Francisco Ferreira Armonde possibilitam ao historiador visualizar as intensas transformações porque passava o termo de Barbacena no período. A partir dos inventários de seus bens, realizados em dois momentos

²⁷³ AUTOS de criação da Villa de Barbacena na Comarca do Rio das Mortes. p. 122.

²⁷⁴ Adriano Braga Teixeira constatou, a partir da análise dos inventários *post-mortem* do período 1791-1822, que há uma predominância das propriedades nas áreas rurais, com 77,7% de propriedades relacionadas à terra. TEIXEIRA, Adriano Braga. *População, sistema econômico e poder na transição do século XVIII para o XIX em Minas colonial, Barbacena, 1791 – 1822*. p. 58, 76. Nesse sentido, Barbacena assemelha-se a Sorocaba, importante centro de comercialização de gado, que também se estruturou como zona de produção de gêneros de subsistência e de açúcar. Seu núcleo urbano era acanhado e “o grosso dos habitantes vivia de sua faina agrícola, internados em suas roças distantes até mesmo dezenas de léguas da vila”. BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma Vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001. p. 30.

²⁷⁵ Adriano Braga Teixeira, analisando 302 inventários existentes entre 1791 e 1822, identificou apenas 19 proprietários com monte-mor superior a 10 contos de réis, perfazendo 6,29% do conjunto. Tais dados demonstram que as possibilidades de acumulação de riquezas não estavam disponíveis a todos. TEIXEIRA, Adriano Braga. Idem. p. 88.

²⁷⁶ AEAM, Processo matrimonial. Cx. 03, Pasta 251, Reg. 2508.

distintos, em 1775 e 1814, pode-se acompanhar a diversificação econômica e a integração ao mercado vivenciado pelos novos e antigos moradores da vila de Barbacena.

Francisco Ferreira Armonde declarou, na condição de inventariante de sua primeira mulher, que tinha sociedade com seu irmão José Ferreira Armonde. Como o casal não teve filhos e Rita faleceu sem testamento, talvez a declaração de sociedade tenha sido uma estratégia para diminuir o valor dos bens, cuja meação seria, inevitavelmente, arrecadada pela Fazenda dos Órfãos e Ausentes.

TABELA 5

| RELAÇÃO DOS BENS DE RITA MARIA DA CONCEIÇÃO E DE FRANCISCO FERREIRA ARMONDE (1775). | | |
|---|------------|-------------|
| BENS | VALOR | PORCENTAGEM |
| Dívidas ativas | 1:499\$200 | 38,31 |
| Escravos (12) | 770\$000 | 19,67 |
| Sítio Cachoeira (terras/benfeitorias) | 600\$000 | 15,33 |
| Gado muar e cavalari (26 cabeças) | 394\$000 | 10,07 |
| Ouro em barra | 200\$000 | 5,11 |
| Gado vacum (80 cabeças, sendo 12 bois de carro). | 193\$600 | 4,94 |
| Porcos (20 grandes e pequenos) | 12\$000 | 0,31 |
| Milho (30 carros) | 72\$000 | 1,84 |
| Roupas | 38\$000 | 0,82 |
| Casa no Arraial (01) | 24\$000 | 0,61 |
| Equipamentos (2 carros ferrados, 6 cangas e 4 selas usadas). | 109\$800 | 2,99 |
| Monte Mor | 3:913\$000 | 100 |
| Monte partilhável | 3:885\$066 | - |

Fonte: AHMPAS, Inventário de Rita Maria da Conceição, 1775 – 2SVC, Cx. 168/04.

Em 1775, Francisco Ferreira Armonde, embora possuísse uma “morada de casas” no arraial da Igreja Nova, vivia no sítio da Cachoeira, em “casas de vivenda assoalhadas e cobertas de telhas”. O sítio da Cachoeira compunha-se de campos, matos e capoeiras. Contava, ainda, com inúmeras benfeitorias: paiol e moinho cobertos de telha, senzala e monjolo cobertos de capim, além de um rancho. Seus 12 escravos dedicavam-se ao plantio de milho, à criação de porcos e de gado vacum e cavalari. O milho produzido na propriedade certamente assegurava a alimentação dos porcos e complementava a ração de bois e vacas. Também devia ser comercializado no rancho existente na propriedade²⁷⁷. O sítio da Cachoeira é, portanto, um exemplo de complementaridade estabelecido entre os ranchos e fazendas

²⁷⁷ AHMPAS, Inventário de Rita Maria da Conceição. 1775. 2SVC, Cx. 168/04.

produtoras e fornecedoras de alimentos, tão fundamentais para o sustento das tropas e tropeiros que circulavam pelos caminhos de Minas²⁷⁸.

Além do lucro obtido com o comércio à beira da estrada, Francisco Ferreira Armonde certamente aventurava-se por mercados mais distantes. No último quartel do século XVIII, provavelmente já estava encaminhando seu gado para o mercado do Rio de Janeiro, no bojo da inversão do fluxo de mercadorias ocorrido com o declínio da mineração. Embora Francisco dispusesse de 17 éguas grandes e pequenas, quatro cavalos e 5 muares, tudo leva a crer que, naquele momento, ele estivesse investindo na criação de animal cargueiro. Para o transporte de sua produção aos mercados consumidores é provável que Francisco Armonde tenha lançado mão dos serviços das tropas de seu irmão José Ferreira Armonde e de seu sobrinho Francisco Ribeiro Nunes²⁷⁹ e do filho deste, Manoel Ribeiro Nunes. Observa-se, assim, a divisão de trabalho e a complementaridade de funções entre os membros da família. Tais práticas econômicas garantiam lucratividade ao conjunto dos negócios. Os vínculos mercantis de Francisco Ferreira Armonde evidenciam-se também através das dívidas ativas do casal. Os créditos perfazem 38,31% do montante de sua riqueza e, em pelo menos um caso, ficou explícito que o devedor era um viajante.

Mesmo tendo seu patrimônio reduzido à metade, Francisco Ferreira Armonde pôde, ao longo do segundo casamento, multiplicar suas posses. Seguramente, o crescimento de seu patrimônio acompanhou o dinamismo da região de Barbacena. O termo da vila de Barbacena, já em 1806, apresentava uma produção diversificada, com alguns itens predominantemente destinados aos mercados consumidores mais longínquos. O Mapa das produções, consumo e exportação das Paróquias do Termo da Vila de Barbacena, de 1806, enumera a produção de 17 itens, dos quais sete eram exportados: açúcar (88,10%), café (62,50%), porcos (46,43%), milho (8%), gado (90%), cavalos (40%) e muares (66,67%)²⁸⁰. O pequeno índice de exportação de milho pode ser explicado pela grande demanda local do produto, utilizado para alimentar os porcos, nas fazendas, e as tropas que se alojavam nos ranchos à beira da estrada.

O caráter policultor, diversificado e mercantil da produção do termo da vila de Barbacena intensificou-se com a ampliação do mercado consumidor, em decorrência da

²⁷⁸ LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. p. 70.

²⁷⁹ Conforme foi dito anteriormente, Francisco Ribeiro Nunes era tropeiro, e seus negócios foram financiados por seu tio José Ferreira Armonde.

²⁸⁰ Além dos sete itens exportados, o Mapa traz a relação dos outros dez produtos destinados ao consumo do Termo: algodão, goma, tabaco, linho, feijão, arroz, couros, atanados (couro curtido com casca de angico ou de outras plantas taninosas), ovelhas e madeira. Sobre os dados do Mapa, existente no Arquivo Público Mineiro, ver: TEIXEIRA, Adriano Braga. *População, sistema econômico e poder na transição do século XVIII para o XIX em Minas colonial: Barbacena, 1791- 1822*. p. 65.

chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro. Essa nova conjuntura apresentou desdobramentos no termo da vila de Barbacena. Nota-se uma intensificação do uso da terra. Não se trata apenas de um aumento do número de doações de sesmarias ou de terras apossadas. As terras ocupadas passaram a ser mais bem aproveitadas. Gradativamente, as matas virgens foram substituídas por campos de criar e terras de cultura²⁸¹.

A expansão do mercado exigiu mudanças no modo de produção. Os fazendeiros da comarca do Rio das Mortes passaram, desde fins do século XVIII, a investir na criação de bovinos. A criação de porcos, destinada anteriormente ao abastecimento das áreas mineradoras, não foi abandonada. Ao contrário, também aumentou. No entanto, as necessidades do mercado e as condições geográficas favoráveis, a fartura de milho, associadas a uma superioridade técnica no manejo do gado, tornaram a criação do gado *vacum* a atividade exportadora mais significativa da comarca do Rio das Mortes²⁸².

As atividades de criação de gado bovino eram predominantemente desenvolvidas em grandes propriedades. Na comarca do Rio das Mortes, no início do século XIX, predominava “os rebanhos com mais de 30 cabeças que representava 41,2% das unidades produtivas, detentoras de 90,5% dos animais”²⁸³. O predomínio dos grandes rebanhos denota claramente os vínculos da pecuária com o mercado exportador. Essa imensa concentração é ainda maior em Barbacena, onde 29% dos criadores detinham 83,40% dos animais. Apenas 29 proprietários (14,09%) possuíam mais de 100 cabeças de gado (64,5% do rebanho)²⁸⁴.

Tais dados evidenciam que as possibilidades de enriquecimento e de rentabilidade a partir da pecuária não eram acessíveis a todos. Apenas os grandes proprietários, possuidores de imensa quantidade de terra, geralmente ocupada desde o início do processo de povoamento, tiveram acesso ao mercado. A realização de negócios diretamente com o mercado consumidor cada vez mais só era possível para os grandes proprietários/comerciantes. Também o comércio de abastecimento apresentava uma tendência de concentração, sendo raros os pequenos comerciantes que dele participavam²⁸⁵. De fato,

²⁸¹ Mesmo a região sendo uma área de fronteira aberta, houve um maior uso da terra. Adriano Braga Teixeira observou uma diminuição do número de inventários com matas virgens (queda de 44% para 30%) e, simultaneamente, uma elevação do número de documentos que mencionavam campos de criar e terras de cultura (aumento de 0,4% para 12% referente aos campos de criar e de 21% para 32% quanto a terras de cultura). TEIXEIRA, Adriano Braga. *População, sistema econômico e poder...* p. 80 – 81.

²⁸² Sobre as modificações do rebanho suíno e bovino das comarcas de Vila Rica e do Rio das Mortes ver: ALMEIDA, Carla. *Homens ricos, homens bons*. p. 122 – 132.

²⁸³ ALMEIDA, Carla. *Homens ricos, homens bons*. p. 133 – 134.

²⁸⁴ TEIXEIRA, Adriano Braga. *População, sistema econômico e poder*. p. 96 – 97.

²⁸⁵ LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. Obviamente, a atividade agropecuária estava disseminada entre a população mais pobre. No entanto, a produção para o mercado e a conseqüente acumulação de fortunas a partir

Francisco Ferreira Armonde certamente preenchia esses requisitos. Quando faleceu, em 1814, era um dos maiores pecuaristas do termo da vila de Barbacena. A família ocupava terra em Barbacena desde o segundo quartel do século XVIII. Em 1760, Manoel Ferreira Armonde, irmão de Francisco, obteve carta de sesmaria de meia légua de terras na fazenda do Moinho, na Borda do Campo²⁸⁶. José Ferreira Armonde, acompanhando o processo de expansão do povoamento, ocorrido em fins dos Setecentos, foi agraciado em 1791, com uma sesmaria na paragem chamada o Ribeirão do Barro, freguesia da Igreja Nova. Esta sesmaria, constituída de matas devolutas, fazia divisa, ao norte, com terras do alferes Francisco Ferreira Armonde e, pelo leste, com as terras do coronel José Aires Gomes. Em 1798, Francisco Ferreira Armonde solicitou ao Juízo das Sesmarias a remedição e demarcação da dita sesmaria, para que dela pudesse tomar posse. José Ferreira Armonde havia feito “cessão e trespasso” da sesmaria em benefício de seu irmão²⁸⁷.

TABELA 6

| RELAÇÃO DOS BENS DE FRANCISCO FERREIRA ARMONDE E FELIZARDA MARIA FRANCISCA (1814). | | |
|---|--------------|--------------------|
| BENS | VALOR | PORCENTAGEM |
| Prata | 84\$100 | 0,34 |
| Utensílios/Mobiliário | 215\$640 | 0,87 |
| Equipamentos/Ferramentas (6 rodas de fiar, 2 teares, 3 caldeiras, 4 carros, 2 arados, 30 foices, 25 enxadas, 5 machados, 2 pilões, 2 aparelhos de ferrar e 2 bigornas). | 246\$000 | 1,00 |
| Gado Vacum (569) | 2:309\$400 | 9,41 |
| Gado Muar e Cavalari (147) – 32 bestas arreadas. | 1:507\$980 | 6,14 |
| Ovelhas (90) | 54\$000 | 0,22 |
| Porcos (250) | 100\$000 | 0,40 |
| Bens de Raiz | 8:800\$000 | 35,86 |
| Escravos (81) | 7:447\$600 | 30,35 |
| Dívidas ativas | 1:728\$320 | 7,04 |
| Dotes aos filhos sacerdotes | | |
| 1º Dote: casas de morada na Vila de Barbacena e dois escravos; | 800\$000 | 3,26 |
| 2º Dote: | 270\$000 | 1,10 |
| 3º Dote: | 170\$000 | 0,69 |
| 4º Dote: Sesmaria no Medeiros | Não consta. | - |
| Monte Mor | 24:533\$040 | 100 |

Fonte: AHMPAS, Inventário de Francisco Ferreira Armonde, 1814, 2SVC, Cx. 20/18.

dessa atividade foi privilégio de poucos. Sobre isso ver: TEIXEIRA, Adriano Braga. Idem; ANDRADE, Marcos Ferreira. Família, fortuna e poder no Império do Brasil.

²⁸⁶ *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Catálogo de sesmarias. Belo Horizonte, Arquivo Público Mineiro, n. 27, v. 1.

²⁸⁷ AHMPAS, Medição de sesmaria, 2SVC. Cx. 127/15.

Em 1814, Francisco Ferreira Armonde comandava a fazenda do Moinho e a fazenda Gerais do Barros. A fazenda do Moinho, residência de Francisco Armonde, estava estruturada com “casas de vivenda, moinho, monjolo, paiol, senzala, tudo coberto de telhas, quintal com benfeitorias tudo cercado e murado de pedra”. Compunha-se de campos de criar e terras de cultura que “parte com a Fazenda da Cachoeira”. A fazenda localizada no “Gerais”, denominada Barros abaixo da serra ao pé da Mantiqueira constituía-se de “terras de cultura e casas de telha térreas com moinho coberto de telhas e monjolo coberto de capim com dois paióis de pedra cobertos de telha com quintal cercado de madeira com árvores de espinho e outras benfeitorias”²⁸⁸.

Francisco Ferreira Armonde desenvolvia em suas fazendas atividades diversificadas. Nas terras de cultura, presentes nas duas fazendas, certamente eram plantadas roças de milho, feijão, arroz, mandioca²⁸⁹. Embora nenhuma produção agrícola tenha sido inventariada, parte dos 81 escravos devia ocupar-se do cultivo de gêneros de subsistência. A descrição de 42 bois de carro, dos quatro carros ferrados, dois arados e inúmeras foices e enxadas, além dos moinhos, monjolos e paióis são indícios claros de que a agricultura era uma atividade econômica fundamental nas propriedades de Francisco Ferreira Armonde.

Além de prover a alimentação de seus doze filhos e de 81 escravos, Francisco Ferreira Armonde necessitava de muitos carros de milho para engordar 250 porcos e tratar de 569 vacas, bois, novilhos e bezerros, 147 mulas e 90 ovelhas²⁹⁰. As atividades agrícolas, portanto, davam sustentação à principal atividade de Francisco Armonde: a criação e comercialização de animais. Na verdade, ele estava entre os maiores pecuaristas da freguesia da vila de Barbacena no início do século XIX²⁹¹. Como fazia desde a juventude, da mesma forma que seu pai e irmãos, Francisco Ferreira Armonde estava bastante familiarizado com o circuito mercantil do Caminho Novo e perfeitamente aparelhado para aproveitar as novas oportunidades abertas com a ampliação do mercado, decorrente da instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro. O contato com o mercado da Corte deve ter facilitado o encaminhamento de seus rebanhos para a Praça do Rio de Janeiro. Além de investir na criação

²⁸⁸ AHMPAS, Inventário de Francisco Ferreira Armonde. 1814. 2SVC, Cx. 20/18.

²⁸⁹ Os dois fornos de torrar farinha, listados no inventário de Francisco Ferreira Armonde demonstram que a farinha de mandioca deveria ser um alimento importante na alimentação das pessoas que moravam na fazenda.

²⁹⁰ AHMPAS, Inventário de Francisco Ferreira Armonde. 1814, 2SVC, cx. 20/18.

²⁹¹ TEIXEIRA, Adriano Braga. *População, sistema econômico e poder...* p. 97. O autor chegou a essa conclusão depois de analisar todos os inventários da freguesia da Vila de Barbacena entre 1791 – 1822. De fato, dentre os inventários disponíveis, Francisco Ferreira Armonde ocupa o topo dos proprietários. Mas é importante lembrar que a documentação está sub-representada, podendo ter existido, portanto, outros proprietários mais ricos.

de gado vacum, Francisco também impulsionou suas atividades com tropas, não se limitando apenas à utilização das 32 bestas arriadas para transportar queijos e toucinho para o Rio de Janeiro e retornar com sal, bebidas e fazendas secas. Ele também investiu na criação de bestas e cavalos. Dessa forma, garantia a reposição de animais na tropa e ampliava seus rendimentos, comercializando muares. As lides com bestas e tropas requeriam a utilização de aparelhos e ferramentas de ferrar e as bigornas de atarracar listadas no inventário.

Entre 1775 e 1814, a criação de suínos em suas fazendas aumentou consideravelmente. Boa parte dos 250 porcos seria direcionada ao mercado da Corte. Também em relação ao rebanho suíno, Francisco Armonde destacava-se como grande criador, figurando entre os 15 proprietários (13,4%) que possuíam mais de 100 cabeças, detendo 44% do rebanho suíno de Barbacena²⁹².

As ovelhas e carneiros estavam presentes nas fazendas de Barbacena, perfazendo 8% dos animais da freguesia. Entre 1791 e 1822, Francisco Ferreira Armonde criava 90 ovelhas²⁹³. Mesmo que parte dessas ovelhas fosse destinada à exportação, provavelmente a maioria delas seria utilizada dentro das fazendas. A lã era um produto indispensável para a produção de fios e panos. As mulheres da casa certamente ocupavam parte de seu tempo manipulando as seis rodas de fiar e os dois teares existentes na propriedade. Além da lã, também utilizavam o algodão, amplamente comercializado em Minas Gerais, e até mesmo o linho²⁹⁴. John Mawe, ao hospedar-se na fazenda da Borda do Campo, em 1809, surpreendeu-se ao ver “os dois pequenos campos cercados e muito limpos: em um crescia linho e, no outro, trigo”. O linho, “são e viçoso”, era cortado de três a quatro vezes por ano e preparado, fiado e tecido na própria fazenda²⁹⁵. A lã e o algodão eram utilizados também, segundo notícia de Luccock, em uma “Fábrica de Tecidos de Algodão e Lã que por cinqüenta anos estivera em funcionamento, produzindo mercadorias afamadas por sobre grande extensão do território brasileiro”²⁹⁶.

Percorrer as fazendas do Moinho e Gerais do Barro permite observar a imensa diversificação de atividades e os fortes vínculos com as redes mercantis e com a Praça do Rio de Janeiro. Ao adentrarmos por outras grandes fazendas da região, nesse período, a produção

²⁹² Em Barbacena, 44,6% dos proprietários, com mais de 30 porcos, respondiam por 81,44% do rebanho suíno. Ver: TEIXEIRA, Adriano Braga. *População, sistema econômico e poder*. p. 104.

²⁹³ Idem. p. 108.

²⁹⁴ Sobre a produção têxtil doméstica em Minas Gerais, no século XIX. Ver: LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

²⁹⁵ MAWE, John. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. USP, 1978. p. 115.

²⁹⁶ LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1975. p. 356.

de gêneros de subsistência para o abastecimento do mercado carioca salta aos olhos. Notar-se-á senhores e escravos envolvidos com a agricultura, com o fabrico de açúcar e de aguardente, com a criação de animais e com o comércio de tropas. Essas atividades garantiram a acumulação das grandes fortunas do coronel Manoel de Sá Fortes Bustamante Nogueira, do brigadeiro José Vidal de Barbosa, de João do Vale Amado, de Félix Gonçalves da Costa. Estes homens, descendentes das primeiras famílias que ocuparam a região, foram extremamente bem sucedidos em suas estratégias de enriquecimento. Tiveram muita habilidade para aproveitar as possibilidades da região em crescimento. Souberam catalisar em benefício próprio os desdobramentos decorrentes da instalação da Corte no Rio de Janeiro. O estabelecimento da Corte desencadeou o enraizamento dos interesses portugueses na Colônia, e deu início ao processo de interiorização da Metrópole, através da organização do comércio de abastecimento e da integração do Centro-Sul²⁹⁷. Os senhores do Caminho estavam estruturando-se na esfera local, investindo em suas propriedades, buscando angariar recursos políticos, distinguindo-se da maioria da população da vila de Barbacena. A política de integração do Centro-Sul, promovida pela Coroa, possibilitou àqueles homens, ligados ao comércio de abastecimento e à realização de bons negócios, o reconhecimento e defesa dos espaços conquistados²⁹⁸. Essas experiências serão fundamentais para suas atuações nas décadas cruciais que se seguirão, e darão a eles suporte para multiplicar suas fortunas e atuar nos espaços políticos descerrados a partir da Independência, em 1822²⁹⁹.

²⁹⁷ Maria Odila da Silva Dias, no seu ensaio *A interiorização da metrópole, 1808- 1853*. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822: Dimensões*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1986, trabalhou o conceito de interiorização e defendeu que esse processo, iniciado com a vinda da Corte, somente se consumou com o Gabinete da Conciliação do Marquês de Paraná.

Alcir Lenharo, no livro *As tropas da moderação*, define a política de integração do Centro-Sul: “Por integração entende-se aqui o processo de articulação mercantil desenvolvido entre as áreas produtoras e o mercado consumidor, viabilizado pelos meios de comunicação existentes entre os dois pólos” (p. 28). O autor acrescenta ainda que tal processo constituiu-se pelo encontro de elementos diversos (abastecimento, meios de comunicação, política administrativa), encadeados pela política joanina, implicando, também, na progressiva incorporação política e econômica de novos setores sociais.

²⁹⁸ Na verdade, não se trata de entender a projeção política como um desdobramento necessário e determinado pela ocupação do setor de abastecimento pela classe proprietária do Centro-Sul. O processo de construção do Estado Nacional só pode ser entendido a partir da interação das estruturas econômicas, sociais, política e ideológicas. Por outro lado, não podemos ignorar que a projeção política dos fazendeiros/negociantes/tropeiros do Centro-Sul ocorreu concomitantemente à sua projeção no espaço dos negócios de abastecimento da Corte. Ao ocuparem o mercado, ao caminharem “rumo à Corte através da própria prática mercantil”, os novos setores sociais, ligados aos negócios de abastecimento, “perceberam alargadas as possibilidades de participação” política. LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. p. 24.

²⁹⁹ Esses proprietários, após a Independência, atuarão também como cidadãos. E nessa condição não se furtarão ao debate político que marcará o processo de construção do Estado-Nação, em pauta após a Independência, e acentuado a partir da Abdicação.

3. CAMADA SENHORIAL E ELITE POLÍTICA DE UMA SOCIEDADE MERCANTIL DE ABASTECIMENTO

Nos primeiros meses do ano de 1822, os moradores da província de Minas Gerais afligiam-se com as notícias chegadas da Corte do Rio de Janeiro. Os anos Vinte trouxeram profundas transformações para o mundo luso-brasileiro. Em 1820, um movimento militar, deflagrado no Porto, influenciado pelas idéias liberais e impulsionado pela situação de abandono e marasmo vivida por Portugal desde 1807, deu início à agonia do Antigo Regime português. O chamado “Vintismo” propunha a “regeneração” do papel de Portugal no interior do Império. O movimento promoveu, também, a instalação de Cortes deliberativas com a missão de elaborar uma constituição que limitasse os poderes do soberano e garantisse a representação nacional. Colocava-se em pauta, dessa forma, uma nova ordem política³⁰⁰.

As notícias da Revolução Liberal do Porto rapidamente chegaram ao Brasil. Os novos ventos espalharam os valores do liberalismo. O constitucionalismo era uma realidade possível. As eleições, embora excludentes e indiretas, eram uma novidade. Despertaram interesse e repercutiram nas províncias. Nesse “clima de entusiasmo e otimismo em relação ao futuro”³⁰¹, começaram a ser eleitos os deputados às Cortes de Lisboa. Nesse momento, o regente Dom Pedro enfrentava dificuldades políticas e financeiras no Brasil. As províncias do Norte, por exemplo, não aceitavam se subordinar ao Rio de Janeiro e aderiram às Cortes de Lisboa. As Cortes, interessadas em “retomar a hegemonia portuguesa no interior do Império”, adotaram uma “política integradora, em que o Reino Unido deixa[ria] de significar a união de dois reinos distintos, para significar uma só identidade política”³⁰². Partindo dessa perspectiva, as Cortes autorizaram a formação, nas províncias, de Juntas Governativas eleitas e subordinadas a Lisboa. E, a partir daí, cada província passou a ser tratada isoladamente, na tentativa de esvaziar a governabilidade de Dom Pedro. Essas medidas constitucionalistas

³⁰⁰ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820- 1822)*. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

³⁰¹ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto. *Idem*. p. 74-75.

³⁰² *Idem*, p. 76.

levaram a posições de autonomia, de isolamento, de adesão às Cortes ou de apoio ao Príncipe Regente.

Dom Pedro pôde contar com o apoio das províncias de São Paulo e de Minas Gerais. A adesão da província mineira ao governo de Dom Pedro, contudo, não foi automática. A criação da Junta do Governo Provisório possibilitou a parte da elite mineira vislumbrar a construção de um governo autônomo e até mesmo questionar a própria opção monárquica. A “chama liberal” reacendeu rapidamente, em Ouro Preto, com a criação da Junta Governativa e com as notícias das agitações no Rio de Janeiro e em outras partes do Império. Os liberais, maioria na Junta, defendiam a independência das províncias em relação ao Príncipe Regente e às Cortes portuguesas³⁰³.

Por outro lado, algumas regiões da província mineira construíram, com o processo de integração do Centro-Sul, vínculos bastante estreitos com o Estado português e com a Praça do Rio de Janeiro. Os interesses comerciais de fazendeiros, tropeiros e comerciantes, envolvidos com os negócios de abastecimento no mercado carioca, podem ter sido decisivos para que as câmaras de São João del-Rei, Barbacena, Campanha, Tamanduá, São José, Mariana, Serro e Sabará aderissem ao governo pedrino. Estas vilas, diante das exigências das Cortes de Lisboa para que Pedro de Alcântara retornasse a Portugal, encaminharam representações a Dom Pedro, posicionando-se a favor da permanência do Príncipe como regente e da manutenção do centro de poder no Rio de Janeiro.

Mesmo angariando o apoio das vilas, que dependiam do Rio de Janeiro como “escoadouro para as produções de sua terra”, o Príncipe não conseguiu, de imediato, o acorde dos mineiros. As divergências na província manifestaram-se com a desistência dos deputados eleitos por Minas de embarcar para Lisboa, depois de terem declarado apoio a Dom Pedro. Contando com essas adesões, Pedro tirou partido das dissidências entre os dirigentes e os liberais da Junta Governativa de Ouro Preto. Em viagem a Minas, Dom Pedro conseguiu isolar a Junta ouro-pretana e estabelecer o consenso em torno do seu governo. Certamente, para alcançar o reconhecimento de sua autoridade, Dom Pedro precisou afirmar seu constitucionalismo e estabelecer negociações com as lideranças liberais.

Dom Pedro foi bem sucedido ao capitanear o apoio da província de Minas em torno de seu projeto de articular as províncias ao governo do Rio de Janeiro. Esta adesão, contudo, não eliminou as duas tendências presentes na “nascente sociedade civil mineira: a perspectiva da

³⁰³ Chegou-se mesmo a aventar a existência de tendências republicanas na província mineira. SILVA, Wlamir. *Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834)*. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro, UFRJ, 2002. p. 68-69.

autonomia e do constitucionalismo radical e o apego à tradição monárquica de mando, dois pólos equilibrados pela questão da unidade territorial e da preservação da ordem social”³⁰⁴.

É nesse contexto que se pode entender a diferença de posicionamento ocorrido na província de Minas e as atitudes dos 43 signatários que assinaram a representação de 28 de maio de 1822, protestando apoio à permanência de Dom Pedro na condição de Príncipe Regente. A elite política de Barbacena destacava o entusiasmo que marcou o período joanino e os males que adviriam da ausência de Pedro enquanto Regente:

O Brasil ainda comovido por aquelas primeiras impressões do entusiasmo, que lhe causou a Sua Emancipação, lembrado de que deve esta às benéficas intenções do seu Soberano, o senhor Rei Dom João VI, e lisonjeado por espaço de treze para quatorze anos com esperanças, que sólidos princípios de Política afiançavam infalíveis, e que agora se acham iludidos contra a expectativa geral, e com pasmo até das outras Nações, o Brasil (dizemos) considerando ter já feito muito para com a Mãe-Pátria em consentir privar-se da Presença do Pai, julga ambição descomedida, e cruel o exigir-se-lhe agora o novo sacrifício da ausência do Filho, que aquele lhe deixou como penhor do seu amor, e medida previdente contra os males, que previa ameaçarem este País³⁰⁵.

Os signatários barbacenenses acusavam as Cortes de Lisboa, o “Soberano Congresso Nacional”, de não respeitarem “a igualdade de direitos de que devem gozar os Portugueses de todos os Hemisférios”, propondo um projeto considerado pelos brasileiros “como uma usurpação, e entrevejam nele certa preferência para com seus irmãos da Europa, a que não querem de modo algum aquiescer, e que lhes parece (...) odiosa”³⁰⁶.

Os habitantes da vila de Barbacena, receosos de virem “frustradas as suas mais caras esperanças”, defendem a permanência de Dom Pedro e se apegam ao poder monárquico:

(...) o Soberano Congresso Nacional (...) teima em arrancar dos nossos braços a Adorada Pessoa de Nossa Alteza Real, sem ao menos refletir que sendo a obediência das três quartas partes dos homens fundada só no costume, mal se pode esperar, que um Povo nascido, e criado debaixo de um governo Monárquico (...) possa agora acomodar-se (e já de repente) com um governo, por ele, até agora, desconhecido, não vendo à sua testa, pelo menos um descendente daqueles, a quem seus Pais e Avós obedeceram, e a quem ele mesmo está no costume de obedecer³⁰⁷.

³⁰⁴ SILVA, Wlamir. *Liberais e povo*. p. 91, 79, 63-96.

³⁰⁵ *As Câmaras Municipais e a Independência*. p. 31.

³⁰⁶ *As Câmaras Municipais e a Independência*. p. 32.

³⁰⁷ Idem. p. 31.

Diante dos “acontecimentos desta mesma Província”, em que “os Povos descontentes achavam-se em fermentação, e uma terrível explosão estava iminente”, diante das novas circunstâncias em que os Povos

contemplavam Poderes tão extensos, e que até agora olhavam como inerentes à Majestade, (...) os Povos (dizemos) que de mais a mais tão poucas razões têm de estarem satisfeitos com os novos governos, que há meses a esta parte os têm regido, ou não hão de obedecer, ou então obedecerão contra a vontade, e sem respeito, o que é meio caminho andado para a desobediência formal; E o resultado final será, quando não há uma Anarquia completa, pelo menos separarem-se de todos uma das outras as Províncias deste vasto Continente: separação de que infelizmente já estamos presenciando os primeiros ensaios³⁰⁸.

A elite barbacenense receava um governo desconhecido, temia os “novos governos”, cujos “projetos arbitrários e disposições caprichosas” poderiam colocar em risco a “propriedade Pública, e a real, e pessoal do cidadão”. Disso, “correm a procurar o amparo” de Dom Pedro. Embora a representação da elite de Barbacena não esconda, à força do costume, o apego desses homens ao poder monárquico e a sua desconfiança em relação às novas formas de governo, havia uma situação nova. E esses homens não deixaram de percebê-la, ao reconhecer a existência da opinião pública. Opinião que “não é suscetível de se dobrar as disposições de um Decreto, de qualquer Autoridade que seja, e muitas circunstâncias, há que de um momento para outro a podem fazer desenvolver com uma força irresistível”³⁰⁹. Para evitar a “terrível explosão eminente”, para evitar a Anarquia, esses homens fizeram uma opção pelo Príncipe comandando o poder central. É importante destacar o fato de essa escolha apresentar-se como uma grande novidade. Não se trata aqui de cumprir uma determinação do Príncipe ou da Coroa Portuguesa, conforme era de se esperar em uma monarquia absolutista, por mais que estivessem “acostumados a obedecer”. A adesão ao poder centralizado no Rio de Janeiro era, naquele momento, uma escolha entre: “o constitucionalismo radical, o constitucionalismo moderado, o absolutismo e talvez, o republicanismo”³¹⁰. Essas posturas revelam a presença das novas idéias e das novas experiências. Agora, o soberano passa a ser

³⁰⁸ Idem. p. 32.

³⁰⁹ Idem. p. 32.

³¹⁰ SILVA, Wlamir. *Liberais e povo*. p. 88.

visto como executor da vontade dos cidadãos, que se constituíam em uma assembléia de representantes³¹¹.

Os homens que vivenciaram essas experiências políticas e econômicas eram “de uma espécie nova”³¹². E, com os sucessos da Independência, fazem sua estréia na vida política. Enraizados na região de Barbacena desde o século XVIII, percorrendo o Caminho Novo, levando e trazendo mercadorias para a Corte, ampliaram sua percepção de mundo. E se aperceberam atores responsáveis pela construção de seu dia-a-dia. As idas e vindas das tropas carreavam, além das mercadorias, novas idéias. Idéias que valorizavam a liberdade, principalmente. Conceito vivenciado empiricamente por fazendeiros, negociantes e tropeiros nas suas lidas cotidianas e andanças pelo Caminho Novo.

A percepção empírica do valor da liberdade possibilitou àqueles homens “acumularem forças” para, naquele momento, deixarem de ser apenas uma “nobreza da terra” e se firmarem também e, sobretudo, como cidadãos. Nessa interação entre suas práticas cotidianas e as novas experiências políticas, forjam-se como elite política³¹³. Nesse processo, constroem-se historicamente enquanto representantes políticos, e essas novas elites interagem com grupos sociais, tornando-se capazes de mediar, organizar e dirigir a sociedade, garantindo a hegemonia e o consenso. Essa capacidade de ordenar a sociedade diferencia a elite política da camada economicamente dominante, embora exista uma relação de representatividade entre elas³¹⁴. Nessa relação, os representantes assumem o papel de “porta-voz” dos representados. E é graças a essa atuação, na qual os representantes personificam os interesses de seus representados, que os representados passam a existir³¹⁵.

A palavra elite, de modo geral, refere-se aos indivíduos que estão no topo da hierarquia social, àqueles “portadores de liberdade e propriedade”³¹⁶. Numa sociedade excludente como a escravista, marcada por um “sentimento aristocrático”, a “boa sociedade”³¹⁷ difere-se de outras classes estabelecendo uma hierarquização entre os grupos

³¹¹ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das, MACHADO, Humberto. *O Império do Brasil*. p. 85.

³¹² MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. p. 49.

³¹³ LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. p. 122. SILVA, Wlamir. *Liberais e povo*. p. 97.

³¹⁴ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. p. 157-158, 189. Sobre a discussão entre o conceito de elite política e sua relação com os representados ver a Introdução dessa tese.

³¹⁵ BOBBIO, Norberto. Teoria das elites. In: BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. 5. ed. Brasília: Editora da UNB, 1993. v. 1. p. 385-391.

³¹⁶ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. p. 117.

³¹⁷ A expressão “boa sociedade”, cunhada pelo jurista Francisco de Paula Ferreira de Resende em suas “*Recordações*” da sociedade imperial, foi utilizada por Ilmar Rohloff de Mattos para designar “a reduzida elite econômica política e cultural do Império, que partilhava códigos de valores e comportamentos modelados na concepção européia de ‘civilização’”. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Boa sociedade. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 95-97. Ver também MATTOS, Ilmar Rohloff de Mattos de. Idem. p. 109-116.

sociais. Para se diferenciar do “povo mais ou menos miúdo” e da massa de escravos e circunscrever o lugar que cada grupo social deveria ocupar, a “boa sociedade” monopolizava os atributos da liberdade e da propriedade. Dessa forma excluía-se os escravos. As distinções aprofundavam-se com a divisão entre cidadãos. O voto censitário e a diferenciação entre cidadãos ativos e cidadãos não ativos definiam “a própria diferença entre sociedade civil e sociedade política”. À sociedade política, formada pelos cidadãos ativos, competia governar e ordenar o conjunto da sociedade³¹⁸.

Os signatários das representações enviadas ao príncipe Pedro pela Câmara de Barbacena, certamente representavam a elite barbacenense, assumindo o papel de porta-voz do grupo proprietário³¹⁹. Cabe, agora, procurar entender as características da camada senhorial e da elite política do termo da vila de Barbacena. Boa parte desse grupo era proprietária de terras e de escravos. Apenas uma pequena parcela desses homens conseguiu acumular fortunas expressivas. Muitos deles, além de proprietários bem sucedidos, atuaram no espaço político. Nesses espaços ocupavam cargos locais, como vereadores ou juizes de paz, ou ascendiam à Assembléia Provincial ou à Geral, à Presidência de Província ou à função de Conselheiro do Estado. Outros, ainda, destacaram-se como colaboradores e redatores dos jornais e na difusão do debate político.

Circunscrever a atuação e a identidade social dessa elite implica em mapear suas atividades econômicas, seus vínculos com a propriedade escravista e com a sociedade mercantil de abastecimento. É importante compreender como a camada senhorial construía suas teias de relações econômicas, sociais e políticas. Só assim, poderemos entender como a “nobreza da terra” se construiu e se firmou como “boa sociedade”³²⁰.

O perfil da camada senhorial de Barbacena, suas relações e posições sócio-econômicas, suas estratégias de enriquecimento e seus entrelaçamentos familiares, serão traçados lançando-se mão de trajetórias individuais e familiares. Utilizando o nome como fio condutor ³²¹, foi possível identificar os principais atores da sociedade barbacenense oitocentista. As informações dos inventários, principalmente, permitiram conhecer a

³¹⁸ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. p. 117.

³¹⁹ Em seu estudo sobre a elite política mineira, Wlamir Silva afirma que a “elite política da Província tinha uma relação orgânica com a propriedade”. A elite era porta-voz dos proprietários escravistas, a saber: os proprietários de terras e escravos e os comerciantes. O autor destaca, ainda, que esse vínculo entre proprietários e a elite política era mediado “por suas relações com o conjunto desta sociedade e pela influência do pensamento liberal”. SILVA, Wlamir. *Liberals e povo*. p. 97-98.

³²⁰ A atuação política da elite política e seu posicionamento em relação ao debate político do período serão estudados na próxima parte dessa tese.

³²¹ GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In: _____ *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1989.

sociedade escravista e mercantil de abastecimento bem como situar nela os representantes da camada senhorial³²².

3.1 – Barbacena: sociedade de tropeiros

O crescimento econômico e demográfico do termo da vila de Barbacena, em curso desde fins do século XVIII, intensificou-se a partir da chegada da Corte ao Rio de Janeiro³²³. O desenvolvimento da região culminou com a criação, em 1833, da Comarca do Rio Paraibuna, desmembrada da comarca do Rio das Mortes. A vila de Barbacena foi alçada à condição de cabeça da nova comarca, integrada pelos termos de Barbacena, Baependi e Pomba³²⁴.

Os dados da tabela abaixo, referentes aos escravos, chamam a atenção para o alto índice da população cativa. No termo da vila de Barbacena, 46,46% da população total constituía-se de escravos. Esse índice é superior aos termos de Mariana, São João del-Rei, São José del-Rei e Pomba. Em alguns distritos a população escrava chegava a um percentual superior a 50% da população³²⁵. Tratava-se, obviamente, de uma sociedade escravista. O dinamismo econômico da região possibilitou ampla utilização da mão-de-obra escrava nas propriedades do termo de Barbacena. O desenvolvimento da sociedade mercantil de abastecimento assentava-se no trabalho escravo. No entanto, embora amplamente difundida, a posse de escravos não era privilégio de toda a população³²⁶. O acesso direto ao mercado da

³²² Ao utilizarmos os inventários post-mortem, trabalhamos com dados agregados apenas para a identificação das faixas de fortuna e da posse de escravos, o que permitirá situar os proprietários investigados no contexto sócio-econômico do termo da vila de Barbacena. A análise mais detalhada dos bens, ocupação, vínculos com o mercado será feita, qualitativamente, a partir da trajetória de algumas famílias e/ou indivíduos.

³²³ Ver tópico anterior, especialmente a Tabela 4. Nota-se que o maior número de concessões de sesmarias ocorreu justamente entre 1811 e 1820. Com a chegada da Corte, o comércio da vila de São João del-Rei deixa de ter uma balança comercial desfavorável, desenvolvendo um comércio superavitário. Essa nova configuração do comércio são-joanense é mais um indício dos impactos sofridos pela região com a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil. Sobre o comércio de São João del-Rei, ver: GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste*. p. 55-102.

³²⁴ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *Jogando Caxangá*. p. 29-36.

³²⁵ MARTINS, Maria do Carmo Salazar. Revisitando a província: comarcas, Termos, distritos e população de Minas Gerais em 1833-1835. In: *V Seminário da economia mineira*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1990. p. 13-29. Para uma perspectiva comparativa entre os termos da província de Minas Gerais, ver: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de família*. p. 93-96.

³²⁶ A propriedade de escravos e de bens era apanágio de pequena parcela da sociedade. A maior parte das pessoas nada possuía. Os inventários post-mortem revelavam a realidade de um pequeno segmento da população, a que tinha cabedal. Na década de 1830, por exemplo, o termo da vila de Barbacena contava com

Corte e, conseqüentemente, o envolvimento com as atividades produtivas e comerciais mais lucrativas não estava ao alcance de todos. Poucas eram as propriedades com grande número de cativos.

TABELA 7

| DISTRITOS E POPULAÇÃO DO TERMO DE BARBACENA, 1834. | | | | | | |
|--|---------------------------|-----------------|---------|-------|--------|-------|
| Termo de Barbacena | DISTRITOS | POPULAÇÃO TOTAL | CATIVOS | % | LIVRES | % |
| | Barbacena | 2439 | 843 | 34,56 | 1596 | 65,43 |
| | Ribeirão | 1307 | 485 | 30,98 | 822 | 62,89 |
| | Remédios | 2098 | 1055 | 50,28 | 1043 | 49,71 |
| | Rio do Peixe | 1190 | 495 | 41,59 | 695 | 58,4 |
| | Santa Rita | 1013 | 338 | 33,36 | 675 | 66,63 |
| | Ibitipoca | 1052 | 404 | 38,4 | 648 | 61,59 |
| | Piau | 1042 | 532 | 51,05 | 510 | 48,94 |
| | Borda do Campo | 822 | 291 | 35,4 | 531 | 64,59 |
| | Barroso | 553 | 224 | 40,5 | 329 | 59,49 |
| | São José do Paraíba | 914 | 414 | 45,29 | 500 | 54,7 |
| | Espírito Santo | 1514 | 501 | 33,09 | 1013 | 66,9 |
| | Garambeo | 738 | 317 | 42,95 | 421 | 57,04 |
| | Bom Retiro/ Livramento | 1739 | 720 | 41,4 | 1019 | 58,59 |
| | Simão Pereira | 2501 | 1574 | 62,93 | 927 | 37,06 |
| | Rio Preto | 2420 | 1106 | 45,7 | 1314 | 54,29 |
| | Ilhéus | 482 | 124 | 25,72 | 358 | 74,27 |
| | Bom Jardim | 1427 | 553 | 38,75 | 874 | 61,24 |
| | São Domingos | 1270 | 456 | 35,9 | 814 | 64,09 |
| | Bertioga | 727 | 367 | 50,48 | 360 | 49,51 |
| | Curral Novo | 1042 | 627 | 60,17 | 415 | 39,82 |
| | Rosário | 782 | 328 | 41,94 | 454 | 58,05 |
| | São Francisco de Paula | 1701 | 809 | 47,56 | 892 | 52,43 |
| | Mercês do Cágado | 1491 | 960 | 64,38 | 531 | 35,61 |
| | Chapéu de Uvas | 2244 | 1128 | 50,26 | 1116 | 49,73 |
| | Juiz de Fora | 1532 | 949 | 61,94 | 583 | 38,05 |
| | João Gomes | 1087 | 545 | 50,13 | 542 | 49,86 |
| Quilombo | 1232 | 656 | 53,24 | 576 | 46,75 | |
| Bicas | - | - | - | - | - | |
| TOTAL | 28 | 36.159 | 16.801 | 46,46 | 19.358 | 53,53 |

Fonte: Mapas de População: Arquivo Público Mineiro. Apud: MARTINS, Maria do Carmo Salazar. In: Seminário sobre economia mineira: Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 1990. p. 22-25.

19.358 habitantes livres. Para o mesmo período, existem apenas 245 inventários. Mesmo considerando a hipótese de sub-representação, devido ao desaparecimento de parte dos documentos, a desproporção entre o número de habitantes e o de inventariados é gigantesca. Para dados populacionais ver a Tabela 7. Sobre o conjunto dos inventários ver: Arquivo Histórico Municipal Professor Altair Savassi (AHMPAS).

TABELA 8

| POSSE DE ESCRAVOS NO TERMO DE BARBACENA, 1830-1849. | | | | | | |
|---|-----------------------|------|----------|------|---------------------------|-------|
| INTERVALO DE POSSE | NÚMERO DE INVENTÁRIOS | % | ESCRAVOS | % | ∑ MONTE-MOR (em mil-réis) | % |
| 0 | 45 | 10,6 | 0 | 0 | 161:829\$124 | 3,09 |
| 1 – 5 | 127 | 29,9 | 376 | 6,7 | 348:430\$037 | 6,65 |
| 6 – 10 | 78 | 18,4 | 604 | 10,8 | 453:161\$363 | 8,65 |
| 11 – 10 | 96 | 22,6 | 1.397 | 24,9 | 1.186:341\$475 | 22,65 |
| 21 – 30 | 35 | 8,2 | 860 | 15,3 | 731:476\$273 | 13,97 |
| 31 – 50 | 28 | 6,6 | 1.054 | 18,8 | 952:612\$522 | 18,19 |
| 51 – 100 | 14 | 3,3 | 1.022 | 18,3 | 1.007:133\$706 | 19,23 |
| + 100 | 02 | 0,4 | 289 | 5,2 | 394:522\$680 | 7,53 |
| TOTAL | 425 | 100 | 5.602 | 100 | 5.235:507\$180 | 100 |

Fonte: Inventários post-mortem do termo de Barbacena, Arquivo Histórico Municipal Professor Altair Savassi.

TABELA 9

| POSSE DE ESCRAVOS NO TERMO DE BARBACENA, 1850-1888. | | | | | | |
|---|-----------------------|------|----------|------|---------------------------|------|
| INTERVALO DE POSSE | NÚMERO DE INVENTÁRIOS | % | ESCRAVOS | % | ∑ MONTE-MOR (em mil-réis) | % |
| 1 – 5 | 243 | 35,3 | 642 | 10,3 | 1.880:329\$406 | 10,2 |
| 6 – 10 | 125 | 18,2 | 1.006 | 16,2 | 2.290:652\$670 | 12,4 |
| 11 – 10 | 119 | 17,3 | 1.732 | 27,8 | 5.513:829\$603 | 29,9 |
| 21 – 30 | 36 | 5,2 | 879 | 14,1 | 1.794:399\$783 | 9,7 |
| 31 – 50 | 29 | 4,2 | 1.107 | 17,8 | 3.071:368\$895 | 16,7 |
| 51 - 100 | 09 | 1,3 | 596 | 9,6 | 1.197:939\$621 | 6,5 |
| + 100 | 02 | 0,3 | 258 | 4,2 | 594:320\$193 | 3,2 |
| TOTAL | 688 | 100 | 6.220 | 100 | 18.414:061\$842 | 100 |

Fonte: Inventários post-mortem do termo de Barbacena, Arquivo Histórico Municipal Professor Altair Savassi.

As tabelas acima permitem visualizar a distribuição de escravos nas propriedades do termo de Barbacena³²⁷. Em primeiro lugar, é importante observar que 10,5% dos

³²⁷ Foram coletadas aleatoriamente informações sobre o monte-mor e o número de escravos de aproximadamente 85% (1.113 documentos) dos inventários existentes no Arquivo Histórico Municipal Professor Altair Savassi. A documentação refere-se a todo o termo de Barbacena, no período de 1830-1888. Devido às especificidades dos contextos e às transformações socioeconômicas em curso, os dados foram agregados por décadas e, também, em dois períodos distintos, demarcados pelo ano de 1850. Pode-se, dessa forma, estabelecer uma comparação entre os dois momentos: 1830-1849 e 1850-1888. É importante lembrar que o termo de Barbacena passou por modificações territoriais, no decorrer do século XIX, sofrendo desmembramentos. A partir de 1873, por

inventariados, até 1850, não possuíam nenhum escravo. Na segunda metade do século XIX, esse número sobe para 18,2%. Esse crescimento intensifica-se na década de 1880, quando até mesmo os detentores de grandes fortunas já não possuíam escravos. Nos anos finais do regime escravista, 30% dos proprietários não têm cativos. Naturalmente, o índice de não proprietários de escravos, verificado a partir dos inventários, é bem inferior ao apontado por Douglas Cole Libby para a década de 1830. O autor, analisando dados do censo de 1830, constatou que em quase 20.000 domicílios, cerca de dois terços da população, não possuíam escravos. Como se sabe, os dados do censo referem-se ao conjunto de toda população de uma região, inclusive à ampla camada dos despossuídos. Já os inventários, ao contrário do censo, são produzidos por aqueles que têm bens a legar. Obviamente deixarão de fora uma parcela expressiva da população livre³²⁸.

No termo de Barbacena, na primeira metade do século XIX, 48,2% dos proprietários tinham entre um e dez escravos, representando 17,5% do conjunto dos inventariados. Já na segunda metade do século, o índice sobe, e alcança 53,5% dos proprietários na posse de 26,5% dos municípios. Os proprietários de escravarias médias (entre 11 e 30 escravos) sofrem uma redução, passando de 30,8% para 22,5%, embora o número de cativos permaneça estável na faixa entre 40,2 e 41,3%. Os grandes proprietários constituem 10,3%, e concentram 42,3% dos escravos no período de 1830-1849. Já na segunda metade do século XIX, os maiores proprietários (na faixa entre 31 e 100 escravos, ou mais) perfazem um total de 7,1%, concentrando 41,2% dos inventariados. Embora haja certa estabilidade na manutenção da mão-de-obra escrava nessa faixa, é expressiva a redução de municípios nas grandes propriedades escravistas, especialmente na década final da escravidão.

De modo geral, a estrutura de posse de escravos do termo de Barbacena não foge dos padrões encontrados para a província de Minas, em especial para a vila de Campanha e para a cidade de São João del-Rei, por exemplo. Havia uma disseminação da posse de escravos entre os pequenos proprietários. Por outro lado, grandes e médios proprietários, concentravam o maior número de escravos. Cerca de um terço deles empregava mais de dois terços da população cativa³²⁹. Deve-se salientar, contudo, que em Barbacena era expressivo o número

exemplo, ocorreu a subdivisão da comarca do Paraibuna, na qual o termo de Barbacena perde a região da Mata. Tais reduções, contudo, realçam ainda mais o apego à escravidão e a importância da mesma em Barbacena.

³²⁸ Para os dados censitários ver: LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. p. 97.

³²⁹ Para os dados de Campanha, ver: ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Família, fortuna e poder no Império do Brasil*. Capítulos 1 e 2. Para São João del-Rei, ver: GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste* p. 11-115. Para a Província mineira, ver: LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. Capítulo 2.

de grandes proprietários. Aqui, 84 proprietários tinham, em média, uma escravaria superior a 30 mancípios. Nestas mesmas condições encontramos 15 senhores de Campanha e 54 proprietários rurais da cidade de São João del-Rei. A média de escravos por proprietário do termo de Barbacena, no entanto, aproxima-se dos dados de São João del-Rei e de Campanha. Ao considerarmos as propriedades com mais de 20 escravos, Barbacena terá, em média, 38 escravos por proprietário, contra 37 e 36 escravos para fazendeiros de Campanha e de São João del-Rei, respectivamente.

Tais números confirmam as constatações de Clotilde Paiva, ao analisar as listas nominativas de 1831-1832. Segundo a autora, as regiões mais dinâmicas da província, tais com a Zona Mineradora Central Oeste, Pitangui-Tamanduá e Sudeste (onde se localizava a maior parte do Termo de Barbacena), concentravam as grandes propriedades escravistas da província³³⁰. De fato, no termo de Barbacena foram localizadas 27 propriedades com mais de 50 escravos, sendo que quatro desses proprietários possuíam mais de 100 mancípios. Mais uma vez esses números são ligeiramente superiores aos de São João del-Rei que contava com 22 fazendeiros na posse de mais de 50 escravos; e aos de Campanha, com 13 proprietários nessas mesmas condições. Cabe ressaltar aqui que parte das propriedades do termo de Barbacena localizava-se na região da Mata, onde se desenvolvia a cafeicultura. O alto número de propriedades com grande escravaria, contudo, não pode ser atribuído à atividade cafeeira. Como se discutirá mais adiante, esses proprietários com mais de 100 escravos não plantavam café.

As unidades produtivas do termo de Barbacena, em sua grande maioria, não se dedicavam à cafeicultura. Em termos de padrão de posse de escravos, no entanto, elas equiparavam-se às propriedades voltadas para o abastecimento do mercado externo. Também nesse aspecto, Barbacena aproximava-se de São João del-Rei e Campanha³³¹. Embora se dedicassem às atividades mercantis de subsistência, alguns fazendeiros dessas regiões concentravam a maior parte da população escrava da região.

As atividades agropastoris e os negócios mercantis possibilitaram somente a alguns proprietários rurais acumularem vultosas fortunas. A análise da distribuição da riqueza e da posse de escravos entre os proprietários do termo de Barbacena permite-nos especular sobre a

³³⁰ PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo: FFLCH/USP, 1996. p. 136-137. (Tese de Doutorado).

³³¹ Afonso Alencastro Graça Filho e Marcos Ferreira de Andrade comparam as posses de escravos de São João del-Rei e Campanha da Princesa, respectivamente, com algumas regiões escravistas do Império. Nesse sentido, vale a pena consultar: GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste*. p. 115-116; ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Família, fortuna e poder no Império do Brasil*. p. 36-37.

configuração da sociedade barbacenense oitocentista e, sobretudo, oferece-nos indícios acerca do *modus vivendi* da elite política da província de Minas Gerais.

TABELA 10

| DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA POR FAIXA DE FORTUNA, 1830-1849. | | | | | | |
|--|-------------|------|---------------|------|----------|------|
| INTERVALOS | INVENTÁRIOS | % | Σ MONTE-MOR | % | ESCRAVOS | % |
| MÉDIAS (até 10:000\$000) | 283 | 66,5 | 861.013.436 | 17,1 | 1605 | 28,7 |
| MÉDIAS ALTAS (de 10:001\$000 a 50:000\$000) | 126 | 29,5 | 2.623.221.054 | 52,1 | 2.728 | 48,7 |
| GRANDES (de 50:001\$000 a 100:000\$000) | 13 | 3,1 | 904.803.810 | 18,0 | 895 | 15,9 |
| MUITO GRANDES (mais de 100:000\$000) | 04 | 0,9 | 646.658.480 | 12,8 | 374 | 6,7 |
| TOTAL | 426 | 100 | 5.035.696.780 | 100 | 5.602 | 100 |

Fonte: Inventários post-mortem do termo de Barbacena, Arquivo Histórico Municipal Professor Altair Savassi.

TABELA 11

| DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA POR FAIXA DE FORTUNA, 1850-1888. | | | | | | |
|--|-------------|------|----------------|------|----------|------|
| INTERVALOS | INVENTÁRIOS | % | Σ MONTE-MOR | % | ESCRAVOS | % |
| MÉDIAS (até 10:000\$000) | 385 | 55,9 | 1.567.800.067 | 9,2 | 1.061 | 17,1 |
| MÉDIAS ALTAS (de 10:001\$000 a 50:000\$000) | 235 | 34,2 | 5.242.873.197 | 30,8 | 2.979 | 48,0 |
| GRANDES (de 50:001\$000 a 100:000\$000) | 35 | 5,1 | 2.467.777.133 | 14,6 | 910 | 14,7 |
| MUITO GRANDES (mais de 100:000\$000) | 33 | 4,8 | 7.694.452.705 | 45,4 | 1.250 | 20,2 |
| TOTAL | 688 | 100 | 16.972.903.102 | 100 | 6.200 | 100 |

Fonte: Inventários post-mortem do termo de Barbacena, Arquivo Histórico Municipal Professor Altair Savassi.

As tabelas acima nos permitem observar a distribuição da riqueza entre os proprietários de Barbacena, nos períodos de 1830 a 1849, e de 1850 a 1888³³². Os donos de fortunas avaliadas em até 10:000\$000 (dez contos de réis) perfaziam 66,5% entre 1830 a 1849, e 55,9%, dos inventariados entre 1850 e 1888. Embora essa camada de proprietários fosse a mais numerosa, há uma queda no montante total de sua riqueza: de 17,1%, no primeiro período, para 9,2%, no segundo. A faixa de proprietários de fortunas médias altas, entre dez contos e um mil réis e cinqüenta contos de réis, também passa por modificações. Na primeira metade do século XIX, 29,5% desses inventários concentravam 52,1% da riqueza. Já na segunda metade deste século, há um aumento do número de proprietários de fortunas médias altas, de 29,5% para 34,2%. Mas por outro lado, ocorre uma redução significativa do somatório da riqueza apropriada por eles, passando de 52,1% no primeiro período, para 30,8%, no segundo.

Todavia, percebe-se um crescimento dos índices nos intervalos das grandes fortunas. Os grandes proprietários, incluindo os possuidores das maiores fortunas, passam de 4% para 9,9%. A concentração da riqueza nessa faixa também dá um salto, passando de 30,8% para 60%. O número de proprietários que acumulou fortuna superior a 100 contos de réis cresceu significativamente. No período de 1830 a 1849 não passava de quatro proprietários. Já entre 1850 e 1888 chega a trinta e três. Obviamente não se pode desconsiderar as diferenças que marcaram a primeira e a segunda metade do século XIX. A inflação não pode ser ignorada. Além disso, após o fim do tráfico negreiro, em 1850, ocorreu uma elevação do preço do escravo. Esses fatores contribuíram, provavelmente, para aumentar o valor do monte-mor. O enriquecimento dos grandes proprietários, contudo, não pode ser atribuído somente a estas variações conjunturais. As alterações apresentadas nas tabelas acima indicam o enorme potencial de acumulação das atividades econômicas desenvolvidas pelos habitantes do termo de Barbacena.

Torna-se interessante, portanto, perscrutar as atividades econômicas de que se ocupavam os moradores de Barbacena. Em razão dos objetivos da pesquisa, optou-se por trabalhar com os 88 proprietários mais ricos da vila de Barbacena, que acumularam fortuna superior a 50:000\$000 (cinqüenta contos de réis)³³³. Esses proprietários, seguramente,

³³² A classificação das fortunas em intervalos de riqueza foi feita com base nos critérios utilizados por GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste*. e ANDRADE, Marcos Ferreira de Andrade. *Família, fortuna e poder no Império do Brasil*.

³³³ Marcos Ferreira Andrade trabalhou, para Campanha da Princesa, com 64 proprietários, donos de 20 escravos ou mais. Não adotei esse critério pela seguinte razão: o recorte a partir da posse de escravos excluiria 26

formavam a elite do regime escravista. Também entre eles encontravam-se os eleitores e elegíveis do termo da vila de Barbacena.

O desenvolvimento da região de Barbacena ligou-se, inextricavelmente, ao circuito mercantil do Caminho Novo. Foram analisados 88 inventários. Destes, apenas 13 são da primeira metade do século XIX. Percebe-se, porém, que as fortunas da segunda metade do século, refletiram o extraordinário dinamismo econômico de Barbacena, em curso desde início do XIX. Como se sabe, o inventário oferece o balanço dos bens amealhados ao longo da vida do inventariado. Naturalmente, a maioria de nossos protagonistas começou a acumular ativos na primeira metade dos Oitocentos. Aliás, foi nessa primeira metade do século XIX que a Corte portuguesa se instalou no Rio de Janeiro. Tal fato acelerou o crescimento da produção mercantil da vila de Barbacena e região. Estimulados a ampliar seus negócios, fazendeiros, tropeiros e negociantes, acumulam pequenas e grandes fortunas, produzindo e comercializando gêneros de abastecimento.

Onde se assentava a fortuna da classe senhorial barbacenense? A análise dos inventários permite tecer algumas considerações acerca das atividades econômicas da região. Pode-se, também, através deles, mapear o caminho da formação das grandes fortunas identificadas no termo de Barbacena. A primeira constatação que salta aos olhos é a predominância quase absoluta de proprietários rurais. Dos 88 grandes proprietários do termo de Barbacena, 79 (89,8%) eram fazendeiros. Dos 79 fazendeiros, apenas quatro tinham, também, empreendimentos desvinculados do universo rural. Antônio Marques da Silva Pereira e José Bento Costa e Azedias, embora desenvolvessem atividades agrárias, dedicavam-se, ainda, a seus negócios de fazenda seca. Mariano Procópio Ferreira Lage tinha fazenda, criava gado vacum e cavalariço. No entanto, o quilate de seus empreendimentos não nos autoriza a identificá-lo como fazendeiro³³⁴.

Nos Oitocentos, poucos eram os fazendeiros que se dedicavam somente a uma atividade econômica. Os grandes proprietários rurais, bem como os menos afortunados, desenvolviam atividades consorciadas³³⁵. Em geral, numa mesma fazenda, plantava-se milho, feijão, arroz, mandioca, e criavam-se galinhas, porcos, vacas e ovelhas. Vendia-se queijo, toucinho e couro. Muitos fazendeiros fabricavam açúcar e aguardente. E ainda, numa

proprietários, donos de grandes fortunas na vila de Barbacena. Homens ricos e poderosos que, ou não possuíam escravos, ou tinham menos de 20 deles em suas posses.

³³⁴ AHMPAS, Inventários post-mortem de Antonio Marques da Silva Pereira, 1868, 1SVC, Cx. 99/15; Antonia Augusta de Villas Boas, 1854, 1SVC, Cx. 106/8; Mariano Procópio Ferreira Lage, 1872, 1SVC, Cx. 122/23.

³³⁵ É importante destacar que as atividades agropastoris eram amplamente disseminadas. Mesmo proprietários que não possuíam escravos ou terras e viviam como agregados dedicavam-se a plantar e a criar gado.

sociedade com meio circulante bastante deficiente, os proprietários de grandes fortunas concediam créditos à população³³⁶.

Certamente, a diversificação de atividades era característica marcante das fazendas de Barbacena³³⁷. A observação dos bens arrolados nos inventários oferece imagem clara das inúmeras atividades desenvolvidas nas fazendas da região. Além das lides do campo, os fazendeiros carream suas produções para o mercado do Rio de Janeiro. Alguns deles aproveitavam o percurso das suas tropas para abastecer suas fazendas e as de seus vizinhos com sal, ferragens, tecidos e escravos. É esse quadro que se nos apresenta, quando procuramos identificar as atividades que se sobressaíam nas fazendas.

TABELA 12

| ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS GRANDES PROPRIETÁRIOS DO TERMO DE BARBACENA (1830 – 1888). | | | |
|--|--------------------------------------|-------------------------|------|
| OCUPAÇÃO | ATIVIDADE | NÚMERO DE PROPRIETÁRIOS | % |
| RURAL | Tropa | 34 | 43,0 |
| | Pecuária | 32 | 40,5 |
| | Engenho de cana | 16 | 20,2 |
| | Cafeicultura | 14 | 17,3 |
| | Dívidas ativas/Apólices/Ações | 12 | 15,1 |
| | Diversas atividades | 12 | 15,1 |
| | Rancho | 07 | 8,8 |
| | Fazendas secas | 03 | 3,8 |
| URBANA | Negociantes | 01 | 1,1 |
| | Dívidas ativas/Ações/Imóveis urbanos | 08 | 9,1 |
| | TOTAL | 88 | 100 |

Fonte: AHMPAS, Inventários post-mortem.

Obs.: Alguns inventários apresentam atividades consorciadas.

É indiscutível a força da agropecuária e do comércio tropeiro. Perto de 43% dos grandes proprietários rurais tinham suas tropas. Podiam levar e trazer remessas de

³³⁶ As dívidas ativas estão presentes na maioria dos inventários de proprietários de grandes fortunas. Em 15% dos documentos o percentual das dívidas ativas representava parcela significativa na composição das fortunas. Poucos eram os grandes proprietários que se ocupavam exclusivamente de suas terras e fazendas, não se dedicando a outras atividades como o comércio e o fornecimento de créditos a terceiros.

³³⁷ As propriedades escravistas do Sul de Minas e de São João del-Rei também caracterizavam-se pela diversificação das atividades rurais Neste sentido, ver: ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Família, fortuna e poder no Império do Brasil*. e GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste*.

mercadorias para a Corte, sem despender recursos com o transporte. A eliminação de intermediários ampliava os lucros e assegurava a fortuna do fazendeiro. Os números da tabela acima confirmam a “relação de complementaridade” existente entre proprietários e tropeiros, apontado por Alcir Lenharo. Geralmente o fazendeiro valia-se do trabalho dos filhos para conduzir a tropa. Assim, tornava-se o comerciante de seus produtos³³⁸. A autonomia para transportar sua produção torna pertinente caracterizar esse proprietário como “fazendeiro-negociante”³³⁹.

Nas fazendas vinculadas ao mercado de abastecimento³⁴⁰, a criação de animais, o cultivo das roças e as tropas mobilizavam parte expressiva da mão-de-obra escrava, e exigiam envergadura administrativa dos senhores. Para sustentar a pecuária, plantava-se o milho, alimento básico de suínos. Embora o volume do milho em grão exportado da província fosse inexpressivo, seu cultivo esteve presente em praticamente todas as fazendas. Gerou-se na província mineira uma “civilização do milho”³⁴¹, grão exportado “em lombo de porco”³⁴².

Fazendeiros de média e grande fortuna dedicaram-se ao fabrico de açúcar e aguardente. Em inúmeros inventários há referências a engenhocas e tachos, utilizados na produção de açúcar, para o consumo interno das fazendas. Proprietários rurais mais afortunados (cerca de 20%) produziam açúcar e aguardente em grande escala, e abasteciam mercados distantes. Grandes propriedades rurais contavam com alambique, formas de açúcar, barris e extensos canaviais. Os inúmeros bois de carro certamente eram empregados nos trabalhos do engenho. O vínculo com o mercado de abastecimento torna-se mais visível com a manutenção de bestas arreadas nas fazendas para transportar mercadorias.

Tocar engenhos não era atividade principal dos fazendeiros de Barbacena³⁴³. De qualquer forma, o vulto da produção de alguns deles chamava a atenção, tornando-os dignos de serem registrados no Mapa Estatístico da População do Município de Barbacena, em 1855³⁴⁴. Segundo o Mapa Estatístico de 1855, a maior parte dos moradores do município de

³³⁸ LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. p. 32; 89-98.

³³⁹ Marcos Ferreira de Andrade também identificou entre os proprietários de Campanha a figura do “fazendeiro-negociante”. ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Família, fortuna e poder no Império do Brasil*. p. 82-93.

³⁴⁰ Obviamente, o termo de Barbacena segue a tendência provincial. Segundo Douglas Cole Libby, “o grande sustentáculo da economia mineira do século XIX foi a agricultura mercantil de subsistência (...)”. LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. p. 14.

³⁴¹ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste*. Capítulo 3

³⁴² SLENES, Robert. *Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Campinas: cadernos, IFCH/UNICAMP, n. 17, 1985. p. 481. Mimeo.

³⁴³ Nesse aspecto, Barbacena diferencia-se de Campanha, onde 40% dos inventariados mais ricos dedicavam-se às atividades de engenho. ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Família, fortuna e poder no Império do Brasil*. p. 69.

³⁴⁴ Este Mapa, elaborado pelo Delegado de Polícia José Rodrigues de Lima Duarte, relaciona a existência de 148 fazendas de criar, 723 fazendas de lavoura, 24 engenhos de açúcar e 05 engenhos de serras. Em 1855, havia 1.870 famílias residindo no município de Barbacena. A população era constituída de 17.720 brasileiros livres, 74

Barbacena concentrava seus esforços nos trabalhos agrícolas. De um total de 3.217 homens livres, 1.399 (43,5%) foram classificados como lavradores. Apenas 203 (6,3%) eram criadores de gado. Entre as grandes propriedades do termo de Barbacena observa-se, em 14 delas (17,7%), a presença de cafezais. Trata-se, provavelmente, de agricultores pioneiros no investimento na cultura do café. Desses 14 cafeicultores inventariados, nove faleceram na década de 1840, e um em 1833. A essa altura, a cafeicultura está sendo implantada na Mata mineira³⁴⁵. O auge da produção de café na província de Minas ocorrerá na segunda metade do século XIX³⁴⁶. De qualquer forma, mesmo os grandes cafeicultores da região não deixaram de produzir alimentos e criar animais. O cultivo do café exigia o emprego de muitos escravos. Para sustentar sua escravaria e diminuir os gastos com alimentação, os senhores investiam na criação de porcos e no cultivo de roças de milho, arroz, feijão e mandioca. O transporte da produção despendia a manutenção de animais de carga. Bestas e bois de carro eram numerosos³⁴⁷.

Se alguns proprietários aventuravam-se na cafeicultura, outros optaram por manter um negócio certo e tradicional: o fornecimento de víveres para os viajantes. Em 8,8% dos inventários há referências explícitas aos ranchos para abrigo de tropas que circulavam pelo Caminho Novo. O rancho, além de viabilizar a venda da produção, poderia funcionar como entreposto. O capitão Luiz Antônio da Silva, por exemplo, morador no distrito do Chapéu d'Úvas, tinha, entre outros bens, um rancho com moinho na Estrada do Rio de Janeiro. No arrolamento dos bens do casal, por ocasião do falecimento de sua esposa, foram listados no rancho: 50 bruacas de sal, 05 arrobas de fumo e 20 barris de aguardente. Esses produtos não eram produzidos nas fazendas do capitão. Portanto, devem ter sido comprados ou trocados

estrangeiros e 7.005 escravos, distribuídos nos seguintes distritos: distrito da Cidade, Curral, Ibertioga, Quilombo, Santa Rita, Remédios, João Gomes, Melo Ribeirão, Barroso, Livramento, Ibitipoca, Dores do Rio do Peixe, São Domingos da Bocaina e Santa Ana do Garambéu. APM, SP570, 1855.

³⁴⁵ Sobre a implantação da cafeicultura na Zona da Mata mineira e seus vínculos com a economia de abastecimento do termo de Barbacena, ver: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de família*.

³⁴⁶ Para a segunda metade do século XIX, foram identificados somente quatro grandes cafeicultores em Barbacena. Esse número reduzido de grandes cafeicultores explica-se pelo desmembramento da Comarca do Paraibuna, ocorrido em 1773. Após essa dada, os inventários da Zona da Mata passaram a ser produzidos em Juiz de Fora e se encontram, atualmente, sob a guarda do Arquivo Histórico da UFJF. Os distritos que permaneceram sob a jurisdição da comarca de Barbacena não se dedicavam à cafeicultura. As fazendas dos quatro cafeicultores encontrados em Barbacena situavam-se na região da Mata. Para se conhecer os maiores cafeicultores da Zona da Mata mineira, originários de famílias são-joanenses e barbacenenses, ver: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Idem*.

³⁴⁷ Sobre a presença de lavouras de alimento e de rebanhos no interior das fazendas cafeeiras, ver: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Idem*. p. 205-206.

com os frequentadores do estabelecimento e, provavelmente, seriam novamente comercializados³⁴⁸.

O desenvolvimento da região de Barbacena confunde-se com o circuito mercantil do Caminho Novo. Essa identidade reflete-se nas ocupações dos habitantes do termo de Barbacena. A Lista Nominativa de Habitantes do Termo de Barbacena, de 1831-1832, traz informações sobre a ocupação de 4.383 habitantes³⁴⁹. Em consonância com o desenrolar histórico do termo de Barbacena, o número de pessoas envolvidas com as atividades agropastoris não é surpreendente. Mais da metade dos moradores, perto de 52% da parcela que se tem notícia, trabalhava na agricultura e na pecuária. Nesse mundo rural, fortemente vinculado ao mercado de abastecimento da Corte, chama à atenção a presença de ocupações ligadas ao universo tropeiro e pastoril. No termo de Barbacena, além de agricultores, criadores e tropeiros, viviam campeiros, boiadeiros, camaradas de tropas, arrieiros, carreiros, fazedores de chicote, seleiros, ferreiros, picadores e peareiros³⁵⁰. O desempenho dessas atividades, sem dúvida, era fundamental para garantir o ir e vir das tropas e os progressos dos negócios. Tais ocupações eram predominantemente masculinas.

As mulheres se ocupavam do serviço doméstico e das atividades têxteis. Eram parteiras e padeiras. No termo de Barbacena, 32,6% das mulheres que declararam ocupação, exerciam atividades marcadamente femininas. Havia 483 (11%) costureiras, 642 (14,5%) fiandeiras, 68 (1,6%) rendeiras, 62 (1,4%) tecedeiras, 107 (2,4%) cozinheiras, 07 (0,1%) bordadeiras, 12 doceiras, e uma costureira que também cozinhava. A menção às doceiras indica a importância da produção de doces para ser comercializada no mercado. Essa atividade também pode ser percebida através da enorme quantidade de tachos e caixetas relacionados entre os utensílios descritos nos inventários *post-mortem*³⁵¹.

³⁴⁸ AHMPAS, Inventário de Ana Marcelina Quitéria do Espírito Santo, 1845. 2SVC, Cx. 97/16.

³⁴⁹ APM, Lista Nominativa de Habitantes do termo de Barbacena, 1831-1832, consultada a partir da base de dados elaborada pela professora Clotilde Paiva, do CEDEPLAR/UFMG. As Listas Nominativas são o único conjunto de documentos censitários de Minas Gerais, referente à primeira metade do século XIX. Embora possibilitem conhecer a dinâmica demográfica e a estrutura ocupacional da população, essa fonte apresenta alguns limites ao pesquisador. Não há informações para a maior parte da população. Há também, uma multiplicidade de termos para designar ocupações análogas. Estas lacunas e sub-representações dificultam a pesquisa. Para uma discussão dessa fonte, ver: LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. e PAIVA, Clotilde. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Para informações sobre a estrutura ocupacional dos habitantes de Barbacena, ver a Quadro 3, em anexo.

³⁵⁰ Pear é prender com peia. Embaraçar, impedir, estorvar. Chamava-se de *peareiro* o peão que, no século XIX, era encarregado de laçar animais, principalmente gado vacum e cavalari.

³⁵¹ A venda de doces e de queijos aparece claramente na relação de rendimentos da fazenda Ponte Nova, de Antônio José Ferreira Armonde. AHMPAS, Inventário de Antônio José Ferreira Armonde, 1852. 1SVC, Cx. 74/02.

Fiar, tecer, costurar, bordar e cozinhar eram atividades desempenhadas por mulheres que viviam nas fazendas e nas casas da vila e dos arraiais. As chamadas “funções públicas”³⁵², contudo, eram exercidas pelos homens livres, e nos espaços urbanos. Embora oferecessem oportunidade de inserção social aos livres, essas *funções* abrangiam uma parcela reduzida dos homens.

As atividades artesanais e mecânicas eram acessíveis a um maior número de pessoas. Homens livres, escravos e libertos podiam atuar como alfaiates, sapateiros, relojoeiros, marceneiros, pedreiros, carpinteiros, barbeiros, e em inúmeros outros ofícios especializados. Boa parte desses artesãos trabalhava nos núcleos urbanos.

Negociantes de fazendas secas e caixeiros bem como boticários e vendeiros exerciam suas atividades comerciais preferencialmente nos núcleos urbanos. No termo de Barbacena, 5,6% das ocupações declaradas no Censo de 1831-1832 relacionavam-se ao comércio. No distrito da vila, foram relacionados 39 negociantes, 14 caixeiros, dois vendeiros e dois boticários. No Censo de 1836 foram identificadas 105 vendas e casas comerciais no termo de São João del-Rei. Na sede da vila de Campanha, havia 55 casas de negócio, 28 vendas nos distritos e 78 engenhos³⁵³. Seja em decorrência dos critérios utilizados pelos responsáveis pela lista nominativa³⁵⁴, seja porque o comércio de Barbacena estivesse em expansão, em 1855 foram identificados 259 negociantes no município de Barbacena³⁵⁵. O Relatório da Câmara de Barbacena enviado à Presidência da Província em 1855, informou a existência de 27 lojas, três boticas, quatro armazéns, 61 vendas e um engenho “movido à água em o qual fabrica açúcar, aguardente e rapadura”³⁵⁶.

Os dados imprecisos dessas atividades comerciais não traduzem a complexidade dos negócios do termo de Barbacena. Provavelmente, tais dados referem-se apenas ao comércio

³⁵² A categoria “funções públicas” foi proposta por Clotilde Paiva e engloba tanto as pessoas que realmente desempenhavam atividades públicas, quanto os profissionais liberais. PAIVA, Clotilde. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*.

³⁵³ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste*. p. 60; ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Família, fortuna e poder*. p. 72. Como se pode constatar para São João del-Rei, o número de casas comerciais varia, dependendo da fonte consultada.

³⁵⁴ A elaboração das listas nominativas era de responsabilidade dos juizes de paz, auxiliados pelo inspetor de quartelão, que confeccionava as listas parciais, e pelo escrivão, que as copiava na versão final. O envolvimento de várias pessoas na confecção dessas listas gerou problemas de uniformidade, além de conterem omissões e contradições. PAIVA, Clotilde. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Daí, as diferenças quanto ao número de lojas.

³⁵⁵ APM, SP-570, 1855. *Mapa Estatístico da População do Município de Barbacena*. O Mapa apontou a ocupação de 3.217 homens livres, distribuídos da seguinte forma: 14 sacerdotes, 63 empregados públicos, 04 advogados, 03 médicos, 259 negociantes, 203 criadores, 1.399 lavradores, 322 oficiais e aprendizes, 349 em ocupação doméstica, 559 jornaleiros, de 42 pessoas ignorava-se a ocupação, e ninguém se dedicava à mineração.

³⁵⁶ APM, SP-570, 1855, Correspondência enviada pela Câmara Municipal de Barbacena à Presidência da Província mineira.

fixo, representado por lojistas, vendedores e taberneiros. Se considerado o comércio volante, principalmente de tropeiros, comboieiros e boiadeiros, ampliam-se enormemente os setores sociais envolvidos diretamente com o comércio. Isso sem falar nos agricultores e criadores que também viviam de seus negócios.

As fontes censitárias e estatísticas permitem traçar um panorama da estrutura ocupacional do termo de Barbacena. As tipologias identificadas, embora possibilitem visualizar tendências, não dão conta de esclarecer os intrincados “negócios” de abastecimento. Para observar as nuances que as tipologias escondem e melhor circunscrever os lugares sociais ocupados por nossos protagonistas, torna-se necessária uma análise qualitativa das fontes. Visitar as propriedades desses ricos senhores, e acompanhar suas trajetórias, esmiuçando seus vínculos familiares, apanhá-los em suas estratégias de enriquecimento e diferenciação social, certamente auxiliará na construção do perfil e da identidade da classe senhorial do termo de Barbacena.

3.2– Negócios e negociantes na cidade de Barbacena

Em 1830, ao completar 60 anos, o capitão Pedro Teixeira de Carvalho poderia considerar-se um homem bem-sucedido. Casara-se em segundas núpcias com Augusta Villas Boas, jovem bordadeira que lhe deu Minervina, sua filha caçula. Do primeiro consórcio, com Ana Porfíria de Azevedo, resultaram quatro filhos, três homens e uma filha (ver diagrama 14). Os rapazes eram caixeiros no “negócio de fazenda seca e molhados” do pai. Ana Porfíria de Azevedo³⁵⁷, sua filha, ocupava-se das atividades de costura³⁵⁸.

A experiência adquirida no comércio e as limitações da idade, certamente, induziram o velho capitão a reestruturar seus negócios, para garantir-lhes a longevidade. Em 1830, firma com seu filho mais velho, João Gualberto Teixeira de Carvalho, uma sociedade denominada: “Teixeira Gualberto & Companhia”. Na constituição da sociedade, o pai entrou com a loja que possuía na vila de Barbacena, avaliada em 8:466\$000 (oito contos, quatrocentos e sessenta e seis mil réis). O filho, além de investir a quantia de 2:000\$000 (dois contos de réis),

³⁵⁷ Ana Porfíria de Azevedo era homônima da mãe. Sua mãe faleceu em 1819, ano de nascimento da filha. Provavelmente tenha morrido no parto. E o pai, enlutado, tenha dado à filha o nome da mãe.

³⁵⁸ APM, *Lista Nominativa de Habitantes de Barbacena, 1832*.

AHMPAS, Inventários post-mortem: Ana Porfíria de Azevedo, 1820, 2SVC. Cx. 171/06; Pedro Teixeira de Carvalho, 1SVC. Cx. 47/03.

empregados “nos gêneros e efeitos do mesmo negócio”³⁵⁹, ficava “com a obrigação de administrar a dita sociedade e negocio e fazer as viagens necessárias a Corte, e cobranças, visto estar com menos quantia de fundos”³⁶⁰.

Essa escritura de sociedade promoveu João Gualberto de caixeiro à negociante. Os negócios também ganharam novo fôlego. Passados quatro anos, a loja apresentou um balanço de 37:724\$952 (trinta e sete contos, setecentos e vinte e quatro mil e novecentos e cinquenta e dois réis), incorporando um lucro de 16:072\$306 (dezesesseis contos, setenta e dois mil e trezentos e seis réis).

Em 1819, a loja de Pedro Teixeira de Carvalho já era “sortida de vários gêneros”. O capitão possuía, ainda, um armazém composto de “vários efeitos do Reino e da terra com todos os seus trastes frascos e barris”, além de 100 bruacas de sal, tudo avaliado por 6:108\$000 (seis contos e cento e oito mil réis)³⁶¹. Em 1830, quando estabelece a sociedade com seu filho, a loja contava com um fundo de 8:466\$000 (oito contos, quatrocentos e sessenta e seis mil réis).

TABELA 13

| RELAÇÃO DOS BENS DO CAPITÃO PEDRO TEIXEIRA DE CARVALHO, 1834. | |
|---|-------------|
| Ouro e prata | 228\$720 |
| Utensílios/mobiliário (inclusive roupas) | 772\$039 |
| Escravos (14) | 4:170\$000 |
| Bens de raiz (urbanos) | 6:600\$000 |
| Dívidas ativas | 1:550\$000 |
| Parte da loja (partilhável) | 10:838\$244 |
| TOTAL: | 24:159\$033 |

Fonte: AHMPAS, Inventário de Pedro Teixeira de Carvalho, 1834. 1SVC. Cx. 47/23.

³⁵⁹Como se vê, a loja do capitão Pedro Teixeira de Carvalho negociava tanto fazendas secas como “molhados e efeitos da terra”. Por “molhados” se entendia “gêneros líquidos, comestíveis e o que não se veste como o azeite, o vinho, tintas, carne seca, pólvora e o milho”. Os “efeitos da terra” eram as mercadorias produzidas na região, como os gêneros de alimentação e a aguardente; enquanto as “fazendas secas” podiam ser os tecidos, bem como os artigos de vestuário, livros, instrumentos musicais, utensílios domésticos, peças em metal, louças, especiarias, objetos de armarinho, papelaria etc.”. GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste*. p. 61-62.

³⁶⁰ AHMPAS, Inventário de Pedro Teixeira de Carvalho, 1SVC. Cx. 47/04.

³⁶¹ AHMPAS, Inventário de Ana Porfíria de Azevedo, 1820, 2SVC. Cx. 171/06.

TABELA 14

| FUNDOS DA SOCIEDADE “TEIXEIRA GUALBERTO & COMPANHIA” | |
|--|--------------------|
| FUNDO DO SÓCIO PEDRO TEIXEIRA DE CARVALHO | 8:466\$138 |
| FUNDO DO SÓCIO JOÃO GUALBERTO | 2:000\$000 |
| DÍVIDAS DA CASA | 11:186\$508 |
| LUCRO ATÉ 04/01/1835 [FIM DA SOCIEDADE] | 16:072\$306 |
| TOTAL | 37:724\$952 |

Fonte: AHMPAS, Inventário de Pedro Teixeira de Carvalho, 1834. 1SVC. Cx. 47/23.

TABELA 15

| BALANÇO DA SOCIEDADE “TEIXEIRA GUALBERTO & COMPANHIA” | |
|---|--------------------|
| Dinheiro corrente (notas e cobs) | 10:019\$025 |
| Fazendas secas e ferragens | 6:875\$760 |
| Dívidas por crédito | 11:261\$988 |
| Dívidas por rol | 1:144\$875 |
| Retirada em dinheiro e conta de rol do sócio findo | 6:963\$003 |
| Retirada em dinheiro e rol do sócio João Gualberto | 1:460\$301 |
| TOTAL: | 37:724\$952 |

Fonte: AHMPAS, Inventário de Pedro Teixeira de Carvalho, 1834. 1SVC. Cx. 47/23.

TABELA 16

| DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE “TEIXEIRA GUALBERTO & COMPANHIA” | | |
|--|--|----------------------|
| TOTAL DO BALANÇO [CREDITADO]: | | 37:724\$952 |
| ANO: 1835 | PAGAMENTOS | |
| | DÍVIDAS DIVERSAS | 11:186\$508 |
| | À VIÚVA E HERDEIROS | 16:502\$292 |
| | AO SÓCIO JOÃO GUALBERTO TEIXEIRA DE CARVALHO | 10:036\$154 |
| | TOTAL DO BALANÇO [DEBITADO]: | - 37:724\$952 |

Fonte: AHMPAS, Inventário de Pedro Teixeira de Carvalho, 1834. 1SVC. Cx. 47/23.

A “Teixeira Gualberto & Companhia”, provavelmente, comercializava grande variedade de objetos e de gêneros de fazenda seca. O inventário não traz balanço detalhado das mercadorias estocadas. No resumo do balanço da Sociedade, as fazendas secas e ferragens foram avaliadas em 6:875\$760 (seis contos, oitocentos e setenta e cinco mil e setecentos e sessenta réis). Não se faz referência aos “gêneros molhados e feitos”, citados na Escritura de Sociedade³⁶². A loja “Teixeira de Carvalho” equiparava-se em termos de quantidade e variedade de mercadorias às lojas são-joanenses. O armazém do comendador Francisco de Paula de Almeida Magalhães contava, em 1849, com 6:770\$507 (seis contos, setecentos e setenta mil e quinhentos e sete réis). Já a botica e armazém de fazendas e molhados do major Francisco José Alves de Santiago apresentava livro de contas com créditos em mercadorias no valor de 7:906\$483 (sete contos, novecentos e seis mil e quatrocentos e oitenta e três réis)³⁶³.

Alguns dos 14 escravos do capitão Pedro Teixeira de Carvalho tinham ocupação especializada. Dois crioulos eram sapateiros e outros dois, alfaiates. Entre os escravos relacionados no Censo de 1831-1832, há dois sapateiros, um cozinheiro, um alfaiate, uma escrava “padeira”, duas costureiras e uma rendeira³⁶⁴. Não foi possível perceber se os escravos exerciam seus ofícios na loja ou se agenciavam seus serviços a terceiros. Mas é tentador imaginar que os cativos estivessem produzindo roupas, sapatos e pães para serem comercializados na loja. Não se pode esquecer que a esposa de Pedro, Antônia, e a filha mais velha, Ana, também estavam envolvidas com linhas e tecidos.

Além de vender “secos e molhados”, a loja de Pedro Teixeira de Carvalho fornecia créditos à população. No balanço, as dívidas por crédito superam as dívidas por rol. O dinheiro em “notas e cobres”, certamente era utilizado para o empréstimo a juros. Infelizmente, não foi possível conhecer o número de devedores da casa de negócio. No entanto, uma lista das dívidas ativas acrescentada ao inventário, após a avaliação dos bens, apresenta 29 devedores que fizeram empréstimos de pequenos valores³⁶⁵. Provavelmente, esse era o padrão dos empréstimos concedidos pela “Teixeira Gualberto & Companhia”.

³⁶² Para explicar essa omissão há duas hipóteses: ou a loja especializou-se nos negócios de fazenda seca ou, mais provavelmente, deixaram de especificar os tipos de mercadorias vendidas, definindo tudo como “fazendas secas”.

³⁶³ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste*. p. 71-74.

³⁶⁴ O escravo vendido a Francisco de Paula Lima, constante das dívidas ativas do casal, também era alfaiate.

³⁶⁵ Os “negociantes grossistas” de São João del-Rei também “concediam pequenos valores a inúmeras pessoas”. O comendador Francisco de Paula Almeida Magalhães, por exemplo, tinha 937 dívidas ativas, das quais 97,2% eram pequenos empréstimos. As dívidas ativas do comendador totalizavam 67:313\$680 (sessenta e sete contos, trezentos e treze mil e seiscentos e oitenta réis), correspondendo perto de 69% do seu patrimônio, avaliado em 113:689\$863 (cento e treze contos, seiscentos e oitenta e nove mil, e oitocentos e sessenta e três réis). Sua riqueza não se limitava aos negócios mercantis. Seguramente o Comendador era um dos negociantes que

As atividades de Pedro Teixeira de Carvalho eram exclusivamente urbanas. Negociando fazendas secas, sal e gêneros da terra e do Reino, ele acumulou uma fortuna média avaliada em 24:159\$033 (vinte e quatro contos, cento e cinquenta e nove mil e trinta e três réis). Pedro Teixeira de Carvalho conseguiu ajuntar mais que riqueza material. Sua condição de credor garantia-lhe ascendência e controle sobre a população, especialmente sobre os que tinham débitos com ele. Seu título de capitão denota sua importância e prestígio social. Conquistou, ainda, espaço político. Exerceu a vereança por vários mandatos e foi Juiz de Órfãos.

O capital social, político e econômico acumulado pelo capitão Pedro Teixeira de Carvalho foi usufruído por seus filhos. Eram os testamenteiros prediletos de muitos de seus pares. Por vários mandatos, os irmãos Teixeira de Carvalho assumiram funções públicas e eletivas. Integraram a Guarda Nacional. Inteiraram-se do debate político de seu tempo e participaram ativamente do Movimento Liberal de 1842.

O coronel João Gualberto Teixeira de Carvalho deu continuidade aos negócios da família. Durante algum tempo, os irmãos Teixeira de Carvalho devem ter trabalhado juntos na loja. Quando acumulou recursos suficientes no comércio, João Gualberto passou a direção da loja para seu irmão e genro, o capitão Antônio Teixeira de Carvalho e instalou-se na fazenda da Piedade. Não se tem informações sobre seu casamento. Certo é, porém, que teve duas filhas. Marciana casou-se com Antônio, irmão de João Gualberto. Berlamina contraiu núpcias com Marcelino de Brito Pereira de Andrade, futuro barão de Monte Mário. Ao falecer, em 1860, João Gualberto havia acumulado uma fortuna de 291:125\$397 (duzentos e noventa e um contos, cento e vinte e cinco mil e trezentos e noventa e sete réis). Possuía, na cidade de Barbacena, três casas, um pastinho, utensílios e roupas. Esses bens foram avaliados em 27:180\$923 (vinte e sete contos, cento e oitenta mil e novecentos e vinte e três réis). Empregou parcela significativa de sua fortuna em dívidas ativas, ações e dinheiro (68:523\$774 - sessenta e oito contos, quinhentos e vinte e três mil e setecentos e setenta e quatro réis). O grosso de sua riqueza, porém, encontrava-se na fazenda da Piedade. As terras, as benfeitorias, os cafezais, os animais, incluindo 30 bestas de carga, e os 78 escravos, totalizaram 195:125\$397 (cento e noventa e cinco contos, cento e vinte e cinco mil e trezentos e noventa e sete réis)³⁶⁶.

controlavam o crédito em São João del-Rei. GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste*. p. 72-80.

³⁶⁶ AHMPAS. Partilha Amigável. Coronel João Gualberto Teixeira de Carvalho. 1860. 1SVC. Cx. 32/9. O documento deixa claro que João Gualberto não negociava mais com fazendas secas e molhados. Por outro lado,

A trajetória de João Gualberto Teixeira de Carvalho, deixando os negócios mercantis urbanos para transformar-se exclusivamente em fazendeiro, não foi incomum. No Rio de Janeiro e na Paraíba do Sul, as grandes fortunas agrárias tiveram origem no comércio³⁶⁷. João Gualberto deve ter integrado os 85% dos proprietários que acumularam fortuna na comarca do Rio das Mortes, principalmente no termo de Barbacena, e investiram na nascente cafeicultura da Mata mineira³⁶⁸. A conversão do grande negociante em fazendeiro, embora comum, não foi regra geral. Em São João del-Rei, os negociantes grossistas adquiriram fazendas, mas continuaram a exercer seus negócios mercantis³⁶⁹. Por outro lado, negociantes como João Gualberto, não investiram seu cabedal na cafeicultura, movidos apenas pela perspectiva de alcançar prestígio social. Provavelmente, buscassem oportunidades mais rentáveis. A expansão das lavouras de café nas antigas “matas proibidas” revelou-se promissora. A fortuna acumulada pelo coronel João Gualberto atesta o êxito de seus empreendimentos.

O consórcio entre atividades mercantis e agricultura caracterizou os negócios de José Bento Costa e Azedias, em sua fase de maturidade. Mas, a exemplo do coronel João Gualberto Teixeira de Carvalho, José Bento também começou no comércio. Em 1831, com 19 anos, morava na casa de seu tio solteiro, Silvestre Pacheco de Castro. Dividia a moradia com uma tia e mais oito primos. Os sobrinhos de Silvestre trabalhavam como caixeiros na loja de fazendas secas. As mulheres da casa ocupavam-se em fazer rendas e costurar. O agregado da família e os 19 escravos prestavam serviços de barbeiro, de ferreiro, de pedreiro, de sapateiro ou eram alugados para fazer valos³⁷⁰.

Entre 1835 e 1837, José Bento Costa e Azedias contraiu núpcias com Antônia Augusta de Villas Boas, viúva do capitão Pedro Teixeira de Carvalho. Provavelmente esse consórcio possibilitou a José Bento tornar-se sócio de seu tio Silvestre, na loja de fazenda seca. A herança trazida do primeiro casamento da mulher, certamente lastreou os fundos investidos na sociedade³⁷¹.

há inúmeras referências às atividades mercantis de Antônio. Por exemplo, recibos anexados a contas de testamentaria, emitidos pela loja dele.

³⁶⁷ A passagem de negociante a fazendeiro foi demonstrada para o Rio de Janeiro por FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo nacional, 1992. Sobre a Paraíba do Sul, ver: FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento*.

³⁶⁸ Sobre as origens dos recursos que financiaram a cafeicultura na Zona da Mata, ver: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de família*.

³⁶⁹ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste*. p. 89.

³⁷⁰ APM. *Lista Nominativa do termo de Barbacena, 1831-1832*.

³⁷¹ AHMPAS, Inventário de Antonia Augusta Villas Boas, 1854. 1SVC. Cx. 106/08; Testamentaria de José Bento Costa e Azedias, 1884. 1SVC. Cx. 60/24. Não há indicação da data em que foi firmada a sociedade entre eles.

Anos mais tarde, os balanços apresentados no inventário da esposa evidenciaram a prosperidade dos negócios de José Bento. As 43 bruacas de sal, fazendas, dinheiro e os 270 créditos da casa de negócio que mantinha em sociedade com o tio foi avaliada em 10:657\$650 (dez contos, seiscentos e cinquenta e sete mil e seiscentos e cinquenta réis). José Bento, nesse período, conseguiu expandir seus investimentos. Adquiriu, também, uma loja de fazenda seca e armazém em Descoberto, município de Mar de Espanha, no valor de 14:801\$608 (catorze contos, oitocentos e um mil e seiscentos e oito réis). Tinha 383 dívidas ativas, no montante de 24:059\$210 (vinte e quatro contos, cinquenta e nove mil e duzentos e dez réis). Os dividendos de suas atividades mercantis foram utilizados na montagem de uma fazenda em Descoberto. Nos 400 alqueires de terras de culturas da fazenda plantava-se milho, arroz e criavam-se porcos. O café estava sendo introduzido.

Além de acumular uma fortuna de 101:404\$303 (cento e um contos, quatrocentos e quatro mil e trezentos e três réis), José Bento conseguiu prestígio social e projeção política. Morava em um imponente sobrado na praça da Matriz³⁷². A sua extensa lista de devedores (653) garantia-lhe imenso poder e controle sobre a população. Essa influência concretizava-se na escolha de seu nome para a Câmara Municipal. José Bento Costa e Azedias exerceu a vereança por vários mandatos³⁷³.

As atividades creditícias de José Bento Costa e Azedias, apesar do controle de 653 devedores, ficam esmaecidas diante da envergadura dos negócios do comendador João Fernandes de Oliveira Pena. O comendador concentrava 55,5% de seu patrimônio em dívidas ativas e dinheiro. Tratava-se de um “financista” ou “usurário”³⁷⁴.

João Fernandes de Oliveira Pena estabeleceu-se definitivamente em Barbacena na década de 1830. Tendo nascido no arraial de Brumado do Suassuí, em 1792, continuou morando por lá, mesmo depois de ter se casado com Guilhermina Teodolina da Silva Canedo. Sua esposa era filha de Balbina Honória Severina Augusta e de Manuel José da Silva Canedo, negociante de fazendas secas, recentemente instalado em Barbacena³⁷⁵.

³⁷² Em fins do século XIX, o sobrado passou às mãos da família Lima Duarte, que o destinou ao dote de Adelaide Lima Duarte, quando ela se casou com Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. O casarão, atualmente, ainda pertence à família Andrada.

³⁷³ A correspondência enviada pela Câmara Municipal de Barbacena à Presidência da Província, permite conhecer a formação das diversas Câmaras. José Bento Costa e Azedias esteve presente em inúmeras legislaturas.

³⁷⁴ Segundo Sheila de Castro Faria, o mercador financista ou usuário não era revendedor de mercadorias. Dedicava-se apenas à usura, fornecendo crédito à população. FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. p. 183-186.

³⁷⁵ Ver item anterior desta parte.

TABELA 17

| RELAÇÃO DOS BENS DO COMENDADOR JOÃO FERNANDES DE OLIVEIRA, 1862. | | |
|---|--------------|-------------|
| RELAÇÃO DE BENS | VALOR | PORCENTAGEM |
| Ouro/prata | 538\$600 | 0,1 |
| Utensílios/Mobiliário | 642\$000 | 0,1 |
| Mercadorias da loja | 1:081\$400 | 0,2 |
| Jornais dos escravos | 1:460\$000 | 0,3 |
| Animais (mulas e cavalos, seis). | 550\$000 | 0,1 |
| Escravos (35) | 30:550\$000 | 5,7 |
| Bens de Raiz (urbanos) | 12:183\$000 | 2,3 |
| Bens de Raiz (rurais) | 2:700\$000 | 0,5 |
| Dívidas ativas | 279:855\$070 | 52 |
| Ações | 190:500\$000 | 35 |
| Dinheiro | 18:938\$160 | 3,5 |
| MONTE-MOR | 537:659\$340 | 100 |

Fonte: AHMPAS, Inventário do João Fernandes de Oliveira Pena, 1862 – 1SVC, Cx. 02/10.

Antes de fixar-se definitivamente em Barbacena, João Fernandes estava envolvido com os negócios negreiros. Seu nome, bem como de outros três Oliveira Pena, está arrolado entre os negociantes responsáveis por enviar para Minas Gerais remessas superiores a 20 escravos, entre 1809-1830³⁷⁶. Possivelmente, o lucro advindo do tráfico de escravos esteja na base do processo de acumulação que resultou na impressionante fortuna de 537:659\$340 (quinhentos e trinta e sete contos, seiscentos e cinquenta e nove mil e trezentos e quarenta réis). É muito provável que o comendador tenha continuado a negociar escravos, quando já havia estabelecido sua “casa de negócio” em Barbacena.

No inventário do comendador foram listados 35 escravos, que correspondiam a 5,7% do seu monte-mor. Para nenhum dos 17 escravos e 18 escravas foi mencionada uma ocupação especializada. No entanto, boa parte dos escravos deveria estar prestando serviços na cidade. Os jornais dos escravos Joaquim, Felícia e de Francisco pedreiro, listados no inventário, são indícios de que os cativos eram alugados.

³⁷⁶ PINHEIRO, Fábio W. *O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros*. p. 160-163. Os quatro Oliveira Pena remetem para Minas, até 1830, 1.257 escravos, cabendo a José Fernandes de Oliveira Pena 783 escravos, a Antônio Joaquim de Oliveira Pena, 307; a Manoel Francisco Oliveira Pena, 105 e a João Fernandes de Oliveira Pena, 62 escravos. Dados obtidos pelo autor no banco de dados do IPEA.

João Fernandes tinha “uma casa de negócio contígua ao sobrado” em que residia, situado no Largo da Câmara. O inventário não apresenta um balanço das mercadorias. Algumas, porém, foram enumeradas: garrafas variadas, frisqueiras, caixotes de vela, 20 meios de sola mineira, 53 colchas mineiras e 1.082 e ½ varas de pano de algodão mineiro. O forte dos negócios do comendador, seguramente, era o fornecimento créditos. A relação de dívidas ativas anexada ao inventário contém 166 créditos e 143 devedores, totalizando 279:855\$070 (duzentos e setenta e nove contos, oitocentos e cinqüenta e cinco mil e setenta réis). Ao contrário dos negociantes de fazenda seca, mencionados anteriormente, João Fernandes priorizou os créditos com valor superior a 500\$000 (quinhentos mil réis). Apenas 73 créditos eram inferiores a esse valor e equivalia a 14:791\$904 (catorze contos, setecentos e noventa e um mil e novecentos e quatro réis), 5,3% do monte de suas dívidas ativas. Predominaram os créditos acima de 1:000\$000 (um conto de réis). Alguns ultrapassavam a casa dos 10:000\$000 (dez contos de réis).

Os negócios do comendador João Fernandes também se diferenciavam quanto às suas opções de investimento: 35% de seus ativos estavam empregados em ações. O comendador aplicou seus recursos em ações bancárias (Banco do Brasil, Banco Comercial Agrícola, Banco Mauá MacGregor e Cia.) e em diversas companhias (Cia. União e Indústria, Cia. Fidelidade de Seguros Marítimos, Cia. Niterói e Inhomirim, Cia. Sociedade Geral do Comércio). O dinheiro descrito também estava depositado em bancos e casas comerciais. Além disso, os bens de raiz do comendador, embora perfizessem apenas 2,8% de seu ativo, eram predominantemente urbanos. Na verdade, foi listada apenas uma chácara situada no Arraial do Rio Novo, com cafezais velhos e rancho de tropas. Ao que parece, o comendador não estava desenvolvendo nenhuma atividade na chácara. É possível que o imóvel tenha passado às suas mãos como pagamento de alguma dívida. O desinteresse de João Fernandes pelas lides agrícolas fica claro na declaração da viúva, ao justificar a ausência da avaliação de duas fazendas pertencentes ao casal, que estavam à venda. Segundo Dona Guilhermina, não foram descritas no inventário “duas fazendas que o casal possui no Município da Bagagem, e isto porque tendo ela e seu finado marido enviado para ali procuração e ordem para a venda das mesmas, não podia verificar na ocasião em que se procedeu a avaliação dos bens, se as ditas fazendas ainda estavam por vender”³⁷⁷.

A viúva, alegando ser necessário “ultimar-se o presente inventário e proceder-se a partilha, a fim de evitarem-se os prejuízos, que da demora desta resultarão aos herdeiros”,

³⁷⁷ AHMPAS, Inventário de João Fernandes de Oliveira Pena, 1862. 1SVC. Cx. 02/10.

encerra a descrição dos bens. Compromete-se, no entanto, a reservar “para uma sob partilha os dividendos, porcentagens e fazendas (...) a qual sob partilha requererá imediatamente que se liquidarem as contas com a Sociedade Geral, receber os dividendos e forem avaliadas as fazendas”³⁷⁸.

Como se vê, a fortuna do comendador era superior ao montante que foi dado em partilha. Também não podem ser esquecidos os dotes oferecidos aos filhos. D. Ubaldina, ao casar-se com seu tio, o coronel Fernando Augusto da Silva Canedo, recebeu em dinheiro e valores correspondente a importância de 14:328\$000 (catorze contos e trezentos e vinte e oito mil réis). Suas irmãs Guilhermina e Eudóxia foram dotadas com o mesmo valor. Já Dona Ambrosina, casada com o capitão Francisco José Diniz recebeu 14:000\$000 (catorze contos de réis) de dote.

O capitão Francisco Diniz deu continuidade aos negócios do sogro. Descendente de família de lavradores, de ascendência açoriana, Francisco Diniz era conterrâneo do comendador João Fernandes. Veio para Barbacena para trabalhar como caixeiro na casa de negócios do comendador. Conquistou-lhe a confiança e a filha Ambrosina (ver diagrama 11). Por ocasião do falecimento de sua esposa, em 1876, havia conseguido ampliar a fortuna recebida de seu sogro, investindo em apólices e fornecendo crédito. Os 56:692\$167 (cinquenta e seis contos, seiscentos e noventa e dois mil e cento e sessenta e sete réis) recebidos das legítimas paterna e materna da esposa alcançaram 182:153\$660 (cento e oitenta e dois contos, cento e cinquenta e três mil, e seiscentos e sessenta réis)³⁷⁹. Francisco José Diniz era o chefe do Partido Conservador em Barbacena. Em 1887, por ocasião de sua morte, o visconde de Lima Duarte chegou a admitir que naquele momento enterrava-se, também, o Partido Conservador de Barbacena, dada à importância e enorme identidade de Francisco José Diniz com os conservadores do município de Barbacena³⁸⁰.

Os avultados empreendimentos do comendador João Fernandes revelam as imensas possibilidades de acumulação das atividades mercantis. O dinamismo econômico do termo de Barbacena viabilizou o enriquecimento de muitos negociantes. Algumas fortunas comparavam-se a de negociantes da Corte³⁸¹. Obviamente, nem todos os negociantes da cidade de Barbacena conseguiram acumular tamanha riqueza. Muitos lograram apenas

³⁷⁸ Idem. Não constam no inventário, além das fazendas, o valor dos dividendos de algumas companhias e a porcentagem que a Sociedade Geral de Comércio ficou devendo ao Comendador, que era gerente da mesma.

³⁷⁹ AHMPAS, Inventário de Ambrosina Augusta Diniz. 1876. 2SVC. Cx. 69/20.

³⁸⁰ MASSENA, Nestor. *Barbacena: a terra e o homem*. v. 1. p. 367-368.

³⁸¹ Afonso de Alencastro encontra alguns comerciantes são-joanenses nessa situação. Pelo menos quatro deles apresentavam monte superior a 300:000\$000 (trezentos contos de réis). GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste*. p. 83-84. Em Barbacena, sete proprietários tinham fortuna superior a esse valor.

amealhar fortuna média. Tal é o caso do cirurgião-mor Faustino Cândido de Araújo. Faustino descendia de uma tradicional família de cirurgiões e boticários³⁸². Em 1867, quando faleceu, estava estabelecido no largo da Câmara, com uma botica sortida de medicamentos, detalhadamente descritos no inventário (3,1% do monte)³⁸³.

Casado com sua prima Ana Rodrigues de Araújo, Faustino pode ser considerado um negociante estritamente urbano. Além da casa onde residia e da “morada de casas onde exist[ia] a botica”, ele possuía mais três casas na cidade, além de partes em casas pertencentes à herança do pai, totalizando 40,7% do monte. Possuía também uma chácara e dois burros. Suas dívidas ativas eram de pequeno valor, devendo estar relacionada às vendas da botica. Ao observar os bens do cirurgião, chama a atenção suas jóias e utensílios em ouro e prata. O mobiliário de sua casa não era rústico. A presença de marquesas, sofás, armários, castiçais e salvas de prata o igualam, nesse quesito, aos mais afortunados proprietários de Barbacena. A posse e a ostentação desses bens era um atributo de distinção e de prestígio. Outro elemento configurador de distinção era, certamente, a educação. A família Araújo claramente investiu seus recursos na formação de seus filhos. O estabelecimento de boas relações sociais também contribuía para se construir uma sólida posição na sociedade. As estratégias da família, mais uma vez foram bem sucedidas. O testamenteiro de Faustino Cândido de Araújo foi ninguém menos que o Dr. Camilo Maria Ferreira, à época Barão de Prados³⁸⁴, que aceitou a missão.

O cirurgião-mor Faustino Cândido de Araújo foi vereador. Era juiz de paz, por ocasião do Movimento Liberal de 1842. Ele é representativo de uma parcela da elite que, embora não tenha acumulado grande fortuna, nos moldes dos fazendeiros-negociantes usurários, alcançou uma posição de relevo na sociedade, ancorada na boa educação e na “civildade”.

³⁸² Seu avô, Manoel Rodrigues de Araújo, era cirurgião. Esta também foi à ocupação de seu tio Luiz Rodrigues de Massena. O primeiro Joaquim Rodrigues de Araújo e Oliveira, vereador em 1842, e o irmão Cândido Pluciano de Araújo eram boticários. APM. *Lista Nominativa de 1831-1832*. MASSENA, Nestor. *Barbacena: a terra e o homem*. v. 1.

³⁸³ AHMPAS, Inventário de Faustino Cândido de Araújo. 1867. 1SVC. Cx. 152/14.

³⁸⁴ Não é demais lembrar que o testador nomeava como testamenteiro alguém da sua mais absoluta confiança e consideração.

TABELA 18

| RELAÇÃO DOS BENS DE FAUSTINO CANDIDO DE ARAÚJO, 1867 | | | |
|--|---------|-------------|-------------|
| RELAÇÃO DE BENS | | VALOR | PORCENTAGEM |
| Ouro/prata/jóias | | 1.092\$040 | 4,5 |
| Utensílios/Mobiliário | | 574\$960 | 2,9 |
| Ferramentas/equipamentos (botica/remédios/armações) | | 1:654\$360 | 6,2 |
| Animais | | 30\$000 | 0,1 |
| Escravos (11) | | 3:800\$000 | 14,4 |
| BENS DE RAIZ (11:550\$000) 43,8% | Urbanos | 10:750\$000 | 40,7 |
| | Rurais | 800\$000 | 3,0 |
| Dívidas ativas | | 2:938\$510 | 21,6 |
| Dinheiro | | 5:704\$000 | 21,6 |
| Dotes | | 4:091\$396 | 15,5 |
| Monte-mor | | 26:370\$000 | 100 |

Fonte: AHMPAS. *Inventário do cirurgião-mor Faustino Cândido de Araújo. 1867. 1SVC. Cx. 152/14.*

3.3 – Dos negócios de abastecimento

No início do ano de 1870, o coronel Carlos de Sá Fortes, do alto de seus 73 anos, encontraria dificuldades em supervisionar suas fazendas. Naturalmente, o peso da idade interferia em sua disposição para o trabalho. O maior limite, contudo, advinha das suas propriedades. Não se tratava simplesmente de uma grande fazenda escravista produtora de gêneros de abastecimento para o mercado, tão freqüentes no termo de Barbacena. Na verdade,

Carlos de Sá Fortes comandava um complexo produtivo. O velho coronel possuía seis fazendas, nos distritos de Curral Novo, Ibertioga e Ilhéus³⁸⁵.

Os antepassados de Carlos de Sá Fortes ocupavam terras na região do Caminho Novo desde os primórdios do povoamento da Borda do Campo³⁸⁶ (ver diagrama 15). A fazenda do Curral Velho estava em poder da família, pelo menos desde meados do século XVIII. A sesmária localizada na paragem de Domingos dos Reis foi obtida pela avó paterna de Carlos de Sá Fortes, em 1788³⁸⁷. Por ocasião da morte do pai, o coronel Manoel de Sá Fortes Bustamante Nogueira, em 1809, a família estava na posse de quatro fazendas. A julgar pelas datas de concessão das sesmárias, a fazenda do Curral Velho deve ter sido uma das primeiras a ser explorada pelos Sá Fortes. Compunha-se de três sesmárias, com “matos virgens, campos e capoeiras cercados de valos com casas de vivenda e sobrados, cozinha, senzalas, paiol, moinho e monjolo tudo coberto de telhas, com quintal cercado de mourão e curral de madeira”, avaliada em 8:800\$000 (oito contos e oitocentos mil réis).

³⁸⁵ Carlos de Sá Fortes nasceu em 1797 e faleceu em 1876, tendo feito seu testamento no ano de 1870, na fazenda do Curral Velho. AHMPAS, Inventário de Manoel de Sá Fortes Bustamante Nogueira, 1809. 2SVC, Cx. 45/11; Inventário de Carlos de Sá Fortes, 1876. 1SVC. Cx. 281/01.

³⁸⁶ Sobre a ocupação da região da Borda do Campo, ver tópico dois dessa parte.

³⁸⁷ RAPM. *Catálogo de sesmárias*. v. 1 e 2. O catálogo menciona 16 concessões à família Sá, no termo de Barbacena. Citamos algumas:

- Ana Maria Sá, Paragem do Rio Paraíba, 1818;
- Antônio Dias de Sá, Paragem da Batalha, Freguesia da Borda do Campo, 1747;
- Antônio Forte Bustamante e Sá, Curral da Borda do Campo para a Ibitipoca, 1742;
- Francisco Xavier Forte de Bustamante (Pe.), Gerais da Ibitipoca, 1799, (tio-avô);
- José Forte Bustamante e Sá, do Curral da Borda do Campo para a Ibitipoca, 1742, (tio-avô);
- Manoel Dias de Sá (Pe.), Matos Gerais da Mantiqueira, 1786, (primo);
- Rita Luiza de Bustamante, Paragem Domingos Reis, Fazenda da Borda do Campo, 1788, (avó);
- João Pedro Bustamante de Sá, Campos Gerais, na Paragem do Ribeirão da Conceição, Freguesia da Borda do Campo, 1758; Paragem das Pitangas, Freguesia da Borda do Campo, 1783;
- Silvestre Dias de Sá (Pe.), Matos Gerais, Roça do Calheiros, 1747;
- Luíza Maria Xavier da Fonseca, Sítio do Curral da Borda do Campo, 1742.

TABELA 19

| RELAÇÃO DOS BENS DE CARLOS DE SÁ FORTES, 1876. | | | |
|---|-------------------|--------------|-------------|
| RELAÇÃO DE BENS | | VALOR | PORCENTAGEM |
| Ouro/prata | | 1:487\$000 | 0,3 |
| Utensílios/Mobiliário | | 6:902\$709 | 1,4 |
| Instrumentos/Equipamentos/Ferramentas | | 2:291\$000 | 0,5 |
| Produção | | 10:574\$620 | 2,2 |
| ANIMAIS | Cavalar/Muar (50) | 3:629\$000 | 0,7 |
| | Vacum (438) | 25:803\$000 | 5,4 |
| | Carneiros (158) | 316\$000 | 0,06 |
| | Porcos (196) | 2:646\$000 | 0,5 |
| Escravos (131), 31 famílias. | | 128:520\$000 | 26,9 |
| Bens de raiz (imóveis rurais): Faz. Pouso Alegre, Cuia; Faz. Ribeiro Fundo, Pasta da Catinga; Faz. Do Curral Velho, Terras do Bernardo; Faz. Retiro do Paiol; Faz. Passa Três + benfeitorias. | | 212:790\$000 | 44,6 |
| Títulos da dívida pública | | 12:300\$000 | 2,5 |
| Dinheiro | | 18:638\$000 | 3,9 |
| Dívidas ativas | | 30:586\$553 | 6,4 |
| Dotes | | 23:100\$000 | 4,8 |
| Dívida passiva | | 37:000\$000 | 7,7 |
| Monte-mor bruto | | 477:090\$743 | 100,0 |

Fonte: AHMPAS, Inventário de Carlos de Sá Fortes, 1876. ISVC. Cx. 281/01.

As benfeitorias da fazenda do Curral apresentam uma sofisticação ausente na sesmaria do Bananal e seus anexos dos Olhos d'água, do Pinhal, da Cruz e da Serra. Aqui, paiol e senzalas eram cobertos de capim, e a casa de vivenda não era assobradada. Os herdeiros de Manoel Bustamante Nogueira receberam também a sesmaria “com anexos do campo que foi de Domingos Reis e do Curral Novo”, composta de matas virgens, campos e capoeiras. Às propriedades da família foi incorporada uma fazenda de cultura, situada na Ibitipoca, comprada por Manoel Bustamante ao seu tio João Pedro. Era uma antiga propriedade, que reunia campos, casas de vivenda, engenho, moinho, monjolo, senzalas e 59 escravos³⁸⁸.

³⁸⁸ AHMPAS. Inventário de Manoel de Sá Fortes Bustamante Nogueira. 1809. 2SVC. Cx. 45/11.

Em 1835, Mariana Leocádia da Silva, viúva de Manoel Bustamante, realizou a partilha dos bens do casal, reservando para sua subsistência apenas a terça. Coube a cada um dos seus seis filhos 2:674\$836 (dois contos, seiscentos e setenta e quatro mil e oitocentos e trinta e seis réis) de legítima³⁸⁹. Além do desmembramento das extensas sesmarias herdadas dos antepassados, a família de Carlos de Sá Fortes procurou ampliar suas propriedades adquirindo terras por compra. Tal prática é explicitada em um processo de divisão de terras, de 1854. Carlos de Sá Fortes e seu genro José Jorge de Sá compraram do tenente-coronel Lino José Ferreira Armonde a fazenda “Gerais do Barro”, com todas as suas benfeitorias e onze escravos. Tendo a compra sido feita em conjunto, ambos solicitam a regulamentação da divisão da fazenda³⁹⁰. Provavelmente a sede dela tenha ficado com José Jorge. No arrolamento dos bens de Carlos de Sá Fortes a sede da Fazenda “Gerais do Barro” não aparece. Mas, no inventário, há referência àquelas terras que foram de Lino Armonde, integradas à fazenda Passa Três. Esta fazenda, aliás, parece ter sido adquirida por compra. É possível que a fazenda Pouso Alegre, sita no distrito de Ilhéus, tenha chegado às mãos de Carlos de Sá Fortes também pelos mesmos mecanismos.

Obviamente, Carlos de Sá Fortes herdou de seus pais muitas terras. E, com certeza, quando recebeu sua herança já estava investindo nas propriedades mantidas em comum pela mãe. A essa altura já devia estar criando gado *vacum*. A opção pela agropecuária impulsionou a aquisição de novas terras e, conseqüentemente, de novas pastagens. Exceto uma parte na casa do arraial no Curral Novo, todos os bens de raiz de Carlos de Sá Fortes eram rurais. Constituíam quase a metade de sua fortuna (44,6%). Não é possível precisar a dimensão territorial das fazendas. As medidas das terras não foram declaradas³⁹¹. As benfeitorias descritas não deixam dúvida quanto à atividade principal desenvolvida nas fazendas de Carlos de Sá Fortes. Em quatro de suas fazendas predominam as atividades agropastoris. Ao todo, foram mencionados dois currais e quatro retiros, cinco campos de criar e seis pastos, três casas de queijo, nove moinhos e seis monjolos, oito paióis, uma casa de tenda, um engenho e uma casa de fumo. As cinco senzalas abrigavam os 131 escravos do coronel Carlos de Sá Fortes.

Toda essa estrutura dava suporte à criação de animais, que perfazia 6,8% de seu patrimônio. Eram 196 porcos, 158 carneiros, 50 cavalos e mulas e 438 vacas, novilhas e bois, minuciosamente identificados. Além da venda de gado, priorizava-se a produção de leite. As

³⁸⁹ AHMPAS. Partilha amigável e inventário do coronel Manoel de Sá Fortes, 1838, 1SVC. Cx. 22/09.

³⁹⁰ AHMPAS. Divisão de terras. Carlos de Sá Fortes e José Jorge de Sá, 1854. 1SVC. Cx. 60/04.

³⁹¹ O alto valor dos bens de raiz sugere que as fazendas compunham-se de centenas de alqueires de terra.

três casas de queijo e os 600 queijos existentes a época da feitura do inventário não deixam dúvidas a respeito da importância do laticínio nas propriedades do coronel Sá Fortes.

A diversificação das atividades, contudo, era marcante. Carlos de Sá Fortes não se descuidou da produção de alimentos. Ousou ainda plantar fumo, e fabricar cigarros. Em todas as suas fazendas havia terras de cultura. O milho era o produto mais abundante. Os paióis estavam abarrotados com 230 carros de milho. Foram arrolados ainda 608 hectolitros e mais 45 alqueires de feijão, 16 hectolitros de arroz, 180 quilos de algodão em rama, e 105 quilos de açúcar. Além de suprir as necessidades de consumo das fazendas, evidentemente, parte dessa produção era comercializada. Cinco fazendas contavam com ranchos de tropa.

A fazenda do Curral Velho era o núcleo das atividades agropastoris. Suas terras de campo e cultura foram avaliadas em 48:000\$000 (quarenta e oito mil réis). Contava ainda com o pasto da “Catinga” e com os retiros dos Valinhos do Amargoso e da Olaria. A criação de gado e o fabrico de queijos, associadas ao plantio de alimentos e a engorda de porcos, estava presente também nas fazendas do Pouso Alegre e do Ribeirão Fundo. Somente nas “terras que foram de Bernardo de Sá e dos herdeiros de Marques” praticava-se apenas a agricultura.

A expansão dos negócios de Carlos de Sá Fortes estava garantida com a incorporação das fazendas Retiro do Paiol e Passa Três. Nelas, além de pastos e terras de cultura, havia matos virgens a serem derrubados. Na fazenda Passa Três a produção era mais diversificada. Além dos pastos de grama e caatinga, a fazenda contava com uma casa de engenho, com tachas, formas de açúcar e um alambique. Plantava-se a mandioca e criavam-se porcos. De forma pioneira, Carlos de Sá Fortes cultivou fumo na fazenda Passa Três³⁹². Foi arrolado no inventário o aparato de fazer fumo e tabaco em diversos estágios de processamento. Aditou-se ainda 16 mil cigarros e toda a palha para cigarro vinda da Corte.

A negociação de gados, queijos, porcos e fumo possibilitou a Carlos de Sá Fortes acumular uma grande fortuna, visível, por exemplo, nas sedes de suas fazendas. Das oito construções, sete eram casas assobradadas. A variedade dos utensílios e do mobiliário, os bens em ouro e prata conferiam distinção e demonstravam o prestígio e a riqueza da família. O dote dos filhos foi generoso. Os investimentos em dívidas ativas e títulos da dívida pública não foram expressivos. Seus 45 créditos perfaziam 6,4% de seu monte. Ele adotou opções de

³⁹² Não foi encontrado registro de produção comercial de fumo em nenhum outro inventário da região. Pode-se especular que o interesse dos Sá Fortes pela cultura do tabaco tenha se originado da convivência com a família Junqueira, enraizada na região de Campanha, Baependi e Cristina, largamente envolvida com a produção do fumo. A irmã de Carlos de Sá Fortes foi casada com José Francisco Junqueira. Sobre os Junqueiras e a produção de fumo no sul de Minas, ver: ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Família, fortuna e poder no Império do Brasil*.

investimento conservadoras. Apenas 2,5% de sua riqueza estavam alocados em títulos da dívida pública. Os bens de raiz (44,6%) e os escravos (26,9%) agregavam 71,5% de seu patrimônio. Por outro lado, suas dívidas passivas limitaram-se às suas disposições testamentárias, 33:340\$000 (trinta e três contos e trezentos e quarenta mil réis), e ao repasse feito à sua irmã Maria Luíza de Sá, de 37:000\$000 (trinta e sete contos de réis). Tal dívida decorria da sociedade que tinha como a irmã e do gerenciamento que ele fazia dos negócios dela.

Desperta curiosidade o valor dos legados deixados a cinco pessoas. Luíza e Bernardo Francisco de Sá, filhos de Norata crioula, receberam, juntos, a quantia de 11:000\$000 (onze contos de réis). Pio, Luzia e Bárbara, nascidos de Tita crioula, foram agraciados com 19:000\$000 (dezenove contos de réis). É bem possível que fossem filhos ilegítimos do coronel Carlos de Sá Fortes.

Outro aspecto relevante no inventário de Carlos de Sá Fortes refere-se à sua escravaria. Um conjunto de 131 escravos não era comum na província de Minas Gerais. Interessante foi o modo encontrado pelo coronel para lidar com seus cativos. Para pelo menos 51 escravos de suas fazendas foi mencionado um vínculo familiar. Ao todo eram 31 famílias. Para os escravos maiores de 12 anos, não consta nos inventários o local de origem. De qualquer forma, é evidente a intenção de Carlos de Sá Fortes em reproduzir internamente sua escravaria. Essa configuração deve ter contribuído para a solução dos problemas de mão-de-obra que se interpunham com a iminência da Abolição. É provável que tenha sido mais fácil fixar na terra as famílias de libertos e, com isso, manter a disponibilidade da mão-de-obra, assegurando o funcionamento das atividades da fazenda.

Essa foi a estratégia adotada por Manoel Maria de Sá Fortes, filho de Carlos de Sá Fortes. Encarregado de administrar os bens de sua tia e madrinha, D. Maria Luíza de Sá, Manoel Maria, no dia 03 de maio de 1888, “declarou livres os escravos de sua curatelada (...). Fez contrato com os libertos de ficarem eles trabalhando na fazenda, mediante provimento de sua subsistência e o salário mensal de \$800 (oitocentos réis) para os homens e da mesma quantia trimestralmente para as mulheres, contrato verbal e devendo durar apenas três meses”. Ao prestar contas da administração dos bens da madrinha, Manoel Maria propõe que, decorrido o prazo de três meses, reúna os libertos “necessários aos trabalhos da fazenda por salários módicos”. E instale “os restantes em uma pequena área da fazenda que agricultavam,

dividindo a colheita pela metade em terra boa, pela terça parte em terra regular e o que for razoável em terra ruim”³⁹³.

A habilidade em lidar com os escravos, os investimentos nos negócios de abastecimento, a diversificação de atividades, a complementaridade entre as lides agropastoris e circuitos mercantis abriram caminho para o enriquecimento do coronel Carlos de Sá Fortes. Ele bem soube usufruir dessas oportunidades, acumulando uma fortuna de 477:090\$743 (quatrocentos e setenta e sete contos, noventa mil e setecentos e quarenta e três réis). Seguramente pode ser qualificado como um “fazendeiro-negociante” bem sucedido.

Manoel Ribeiro Nunes, proprietário das fazendas do Quilombo e da Cachoeira, a exemplo de Carlos de Sá Fortes, também fez fortuna com a venda de gado, porcos, queijos, manteiga, açúcar e aguardente. Trata-se, na verdade, de um fazendeiro-tropeiro. Seu pai, Francisco Ribeiro Nunes, vivia de conduzir 15 bestas pelo Caminho Novo. Seu irmão mais velho, Antônio, também se iniciou nos negócios “com uma tropa de 06 bestas próprias”³⁹⁴. Manoel, com 14 anos à época do falecimento do pai, deve ter sido introduzido na empresa de tropas da família. No final de sua vida tinha 15 bestas.

Possuir tropa própria significava eliminar os intermediários e ampliar os lucros. Ele poderia vender diretamente no mercado a sua variada e volumosa produção. Os negócios de Manuel Ribeiro Nunes não alcançaram o porte das atividades de Carlos de Sá Fortes. Suas fazendas, contudo, apresentaram uma diversificação produtiva impressionante.

A criação de animais ocupava cotidianamente Manoel, seu genro, Carlos Nogueira da Silva, e seus inúmeros escravos³⁹⁵. Afinal, precisavam cuidar do manejo de 339 vacas, novilhas e bezerros. Marcar a ferro, curar as bicheiras, separar novilhas e vacas falhadas, distribuir sal nos cochos, ajuntar e agrupar o gado de corte, esticar e curtir o couro, eram tarefas frequentes³⁹⁶. Havia-se ainda de apartar bezerros e ordenhar vacas. O leite tinha destino certo. Ali mesmo no retiro, era encaminhado à queijeira. Depois de alguns dias, os queijos estariam prontos para serem comercializados³⁹⁷. De parte do leite também se fazia manteiga. Na fazenda do Quilombo foi arrolado um barril de manteiga.

³⁹³ AHMPAS. Inventário de Maria Luíza de Sá. 1888. 1SVC. Cx. 79/08.

³⁹⁴ AHMPAS, Inventário de Francisco Ribeiro Nunes. 1806. 2SVC. Cx. 67/06.

³⁹⁵ AHMPAS. Inventário de Manoel Ribeiro Nunes, 1862. 1SVC. Cx. 02/06. Em seu testamento, Manoel Ribeiro Nunes recomenda que seja pago um conto de réis por ano a seu genro, justificando-se da seguinte forma: “Declaro mais, consta-me que alguns herdeiros meus dizem que meu genro Carlos Nogueira da Silva tem se arranjado a minha custa, adquirindo alguma coisa que tem, é por seus negócios, e se algum meio lhe tenho dado, mais lhe devo, sendo o único que me tem ajudado em tudo, e minha filha casada com o mesmo, e por isso ainda lhe faço porção de um conto de réis por ano se por minha morte faltar se pagar”.

³⁹⁶ Foram arrolados 18 couros curtidos, de vários animais, um couro curtido de onça e outro de veado matreiro.

³⁹⁷ No inventário há referências a uma queijaria no Retiro Pequeno.

TABELA 20

| RELAÇÃO DOS BENS DE MANOEL RIBEIRO NUNES, 1861-1862. | | | |
|--|---|--------------|-------------|
| RELAÇÃO DE BENS | | VALOR | PORCENTAGEM |
| Ouro/prata/jóias | | 581\$600 | 0,3 |
| Utensílios/Mobiliário | | 2:144\$469 | 1,2 |
| Equipamentos/ferramentas | | 3:450\$100 | 1,9 |
| PRODUÇÃO (5:172\$650) | Milho (74 carros) | 962\$000 | 0,52 |
| | Roça queimada | 116\$250 | 0,06 |
| | Canavial novo | 300\$000 | 1,64 |
| | Mamona (10 alqueires) | 20\$000 | 0,01 |
| | Arroz (42 alqueires) | 84\$000 | 0,04 |
| | Feijão (130 alqueires) | 260\$000 | 0,14 |
| | Fio de algodão (125 litros) | 50\$400 | 0,027 |
| | Algodão caroço (uma arroba e trinta litros) | 20\$000 | 0,01 |
| | Açúcar branco (500 arrobas) | 1:500\$000 | 0,82 |
| | Aguardente (120 barris) | 240\$000 | 0,13 |
| | Milho (oito carradas) | 120\$000 | 0,065 |
| | Cana (150 carradas) | 1:500\$000 | 0,82 |
| ANIMAIS (13:348\$000) | Muar e Cavalar (50) | 2:373\$000 | 1,3 |
| | Vacum (339) | 9:912\$000 | 5,4 |
| | Porcos (228) | 1:703\$000 | 0,9 |
| | Carneiros (30) | 60\$000 | 0,03 |
| Escravos (68) | | 61:560\$000 | 33,7 |
| BENS DE RAIZ (73:760\$000) | URBANO (Casa no Arraial do Quilombo). | 1:500\$000 | 0,8 |
| | RURAL (Faz. Do Quilombo e Faz. Da Cachoeira). | 72:260\$000 | 39,6 |
| Dívida ativa (19) | | 6:228\$690 | 3,4 |
| Dinheiro | | 6:866\$880 | 3,7 |
| Dotes (6) | | 25:656\$000 | 14,0 |
| MONTE-MOR | | 182:634\$360 | 100,0 |

Fonte: AHMPAS. Inventário de Manoel Ribeiro Nunes, 1862. ISVC. Cx. 02/06.

Alimentar os porcos e as galinhas fazia parte do labor diário nas fazendas³⁹⁸. Capados que não eram negociados em pé, eram abatidos para o mercado. De quando em quando, salgavam-se toucinhos para seguirem na tropa. Dos animais reservados ao consumo da fazenda, fritava-se o toucinho. A gordura derretida era armazenada em barris. Da carne faziam-se lingüiças. Do sangue, o chouriço. Defumavam-se as peles e lingüiças. Pedacos nobres da carne suína eram mergulhados em barris de gordura, para serem consumidos aos poucos. As cozinhas das fazendas de Manoel Ribeiro Nunes estavam repletas de panelas de ferro e de panelas de pedra, de tachos, gamelas, barris, canoas e uma salgadeira. As partes do porco sem serventia para o consumo, certamente, eram utilizadas para fazer sabão, depositado, depois de pronto, em cocho próprio.

Os inúmeros caixões de variados tamanhos guardavam os mantimentos consumidos nas fazendas. Foram arrolados 42 alqueires de arroz e 130 alqueires de feijão. Talvez armazenassem o açúcar e o polvilho “do gasto”. Os 82 carros de milho, certamente beneficiados no moinho da fazenda, garantiriam a ração dos animais.

A preocupação em suprir as necessidades da fazenda fica clara com a presença do algodão em caroço (uma arroba e 30 litros) e também já fiado (126 litros). As mulheres da família e as 21 escravas cardavam e fiavam o algodão e a lã de carneiro nas sete rodas de fiar existentes na propriedade. Os três teares produziam peças de lã e tecidos rústicos de algodão, inclusive os panos para secar o açúcar.

A variedade da produção nas fazendas de Manoel Ribeiro Nunes revela-se ainda na produção de azeite de mamona. Havia nada menos que 10 alqueires de mamona para ser transformada em azeite. A produção do azeite de mamona deveria ser significativa, sendo armazenada em parol específico³⁹⁹.

O carro chefe das atividades produtivas da fazenda do Quilombo era, sem dúvida, o seu “engenho de cilindro de cana e de farinha tocado por água”. A descrição das benfeitorias, dos utensílios e da produção do engenho denota o porte das atividades açucareiras de Manoel Ribeiro Nunes. Tratava-se de um engenho com seis tachas de cobre assentadas, dois alambiques, um grande e outro menor, um parol para aguardente, 12 barris, uma pipa e 57 formas de fazer açúcar. Encontravam-se, ainda, na casa do engenho mais oito tachos de cobre,

³⁹⁸ Comumente os porcos eram alimentados de fubá, tubérculos e abóboras, cozidos em tachas de cobre. Encontramos no inventário de Manoel Ribeiro Nunes “uma tacha de cobre para cozinhar para os porcos...”. As galinhas, geralmente, não eram arroladas nos inventários. Mas, obviamente, elas eram criadas tanto nas grandes fazendas quanto nos quintais mais humildes.

³⁹⁹ A produção e o consumo de azeite de mamona deviam ser extremamente difundidos nas fazendas da região. No entanto, esse produto não costumava ser arrolado nos inventários. Isso faz crer que Manoel Ribeiro Nunes produzia azeite para comercializá-lo. Daí ter sido avaliado.

três “esfriadeiras”, sendo uma para rapaduras, além de cinco cochos, alguns servindo de parol e outros adaptados para receberem a garapa⁴⁰⁰.

Por ocasião do falecimento de Manoel Ribeiro Nunes, o engenho devia estar funcionando a todo vapor⁴⁰¹. Na propriedade havia apenas um canavial novo, avaliado em 300\$000 (trezentos mil réis). Certamente seria cortado no ano de 1863. A safra daquele ano já estava sendo colhida. Havia 150 carradas de cana aguardando a moagem⁴⁰². Os 62 bois de carro da fazenda e os 55 escravos adultos estavam trabalhando há algum tempo. As 500 arrobas de açúcar branco e os 120 barris de aguardente aguardavam comercialização.

A penosa lide do engenho, ao certo, debilitava muitos trabalhadores. O hospital existente na fazenda do Quilombo dispensava cuidados e tratamentos aos escravos, contribuindo para a preservação da escravaria. Nota-se, ainda, a preocupação de Manoel Ribeiro Nunes com o bom funcionamento de suas propriedades na sua iniciativa de prover as fazendas de inúmeros recursos, evitando gastos com serviços de terceiros. A fazenda contava com tenda de sapateiro e olaria, que fabricava telhas. As duas tendas de ferreiro, com foles e bigorna, davam suporte às atividades pastoris e, sobretudo, à tropa.

A impressão de auto-suficiência das fazendas de Manoel Ribeiro Nunes se desfaz ao atentarmos para a sua condição de fazendeiro-negociante. São seus negócios de abastecimento que lhe possibilitaram acumular a fortuna de 182:634\$360 (cento e oitenta e dois contos, seiscentos e trinta e quatro mil e trezentos e sessenta réis), inserindo-o no topo da sociedade barbacenense⁴⁰³.

Nenhum dos integrantes da camada senhorial de Barbacena encarnou melhor a tipologia “fazendeiro-negociante” do que os Ferreira Armonde. Suas trajetórias conseguem reunir, de forma emblemática, os perfis e facetas de todos os nossos personagens apresentados até aqui. Os Armondes foram homens no seu tempo. Foram negociantes. Tangeram tropas, venderam as mais diversas mercadorias, traficaram escravos. Foram fazendeiros. Criaram gado, plantaram café. Foram financistas, investiram em ações.

Não se limitaram, contudo, aos horizontes de suas fazendas. No mesmo ritmo da prosperidade de seus negócios ascenderam politicamente. Conquistaram a Corte. Viajaram

⁴⁰⁰ O maior senhor de engenho da região de Campanha tinha em sua “fábrica de engenho de cana” 40 formas de fazer açúcar e apenas três tachos de cobre. ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Família, fortuna e poder no Império do Brasil*. p. 86.

⁴⁰¹ Manoel Ribeiro Nunes faleceu no dia 05 de junho de 1862 e o inventário teve início em 15 de agosto de 1862.

⁴⁰² Sobre a colheita e a moagem da cana ver: ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1982. p. 105-124.

⁴⁰³ Manoel Ribeiro Nunes é o 14º maior proprietário de escravos do termo de Barbacena, e o 11º na lista das 50 maiores fortunas. Ver lista em anexo.

pelo mundo. Os contatos com a Europa e com a América do Norte alargaram sua visão⁴⁰⁴. Tomaram conhecimento dos avanços científicos e das novidades tecnológicas da época. Estavam atentos às transformações em curso no século XIX. Imbuídos dos valores da civilização, empolgados com o novo mundo que se descortinava, construíram estradas e difundiram a imprensa. Efetivamente, promoveram a integração entre a região de Barbacena e a Corte. Construíram suas trajetórias ao mesmo tempo em que construíam o Estado imperial.

Os vínculos entre Barbacena e a Corte do Rio de Janeiro, permeados pelo circuito mercantil do Caminho Novo, começaram a ser construídos pela família Armonde desde o século XVIII⁴⁰⁵. Em 1814, os negócios de abastecimento do alferes Francisco Ferreira Armonde articulavam plenamente a produção agropastoril de suas fazendas e o comércio com a Praça do Rio de Janeiro. Seu falecimento, nesse mesmo ano, não desestruturou os negócios da família. A viúva, D. Felizarda, continuou à frente da administração das fazendas e dos negócios⁴⁰⁶. Certamente contava com o auxílio de seus filhos para levar a cabo a empreitada. O primogênito Francisco Antônio, e José Joaquim, o terceiro, foram ordenados padres e dedicavam-se às funções sacerdotais. Mariano, Marcelino, Simplício, Joaquim, Honório, Manoel e Antônio eram adultos e tocavam inúmeros negócios. Flávio e Lino logo estariam trabalhando com os irmãos. Ana Quitéria, além de fiar e tecer fazia companhia à mãe, “tratando e zelando a família”⁴⁰⁷. Os irmãos Armonde, desde cedo, ocupavam-se dos “negócios e da lavoura”⁴⁰⁸. Atuavam conjuntamente. Os seus negócios em comum parecem estar na base de sua fortuna.

Nos séculos XVIII e XIX, era usual que, com o falecimento de um dos cônjuges, aquele sobrevivente ficasse no controle dos bens do casal, principalmente quando os filhos eram pequenos⁴⁰⁹. A morte de um dos cônjuges poderia ser caótica para a unidade produtiva. As dívidas deveriam ser acertadas. A partilha efetiva poderia desestruturar os negócios.

⁴⁰⁴ Segundo Antonio Luiz Porto e Albuquerque, Marcelino viajou até para o Extremo Oriente. Camilo Maria Ferreira estudou na França e Mariano Procópio fez viagem de estudo aos Estados Unidos. ALBUQUERQUE, Antonio L. P. e. *Formação e apogeu da aristocracia rural em Minas Gerais, 1808-1888*; BASTOS, Wilson de Lino. *Mariano Procópio Ferreira Lage*.

⁴⁰⁵ A trajetória da família até o início do século XIX já foi mencionada anteriormente.

⁴⁰⁶ D. Felizarda procedeu ao inventário dos bens do casal, mas não fez a partilha. Em 1826, ela foi notificada pelo juiz para dar conta do estado dos bens do casal. Somente em 1845, após a realização do inventário de D. Felizarda, os herdeiros tomaram posse dos bens. AHMPAS, *Inventário de Francisco Ferreira Armonde, 1814*. 2SVC. Cx. 20/18; *Inventário de Felizarda Francisca de Assis e Francisco Ferreira Armonde, 1845*. 2SVC. Cx. 96/20.

⁴⁰⁷ AHMPAS. *Testamento de Felizarda Maria Francisca de Assis, 1844*. 2SVC. Cx. 96/20.

⁴⁰⁸ “Negócio e lavoura” expressão utilizada no *Censo de 1831* para classificar a ocupação da família Armonde.

⁴⁰⁹ Este é o caso da herança do coronel Manoel de Sá Fortes Bustamante Nogueira. Quando ele faleceu em 1809, foi feito inventário dos bens do casal. A partilha, porém, ocorreu apenas em 1835. AHMPAS. *Inventário de Mariana Leocádia da Silva e Manuel de Sá Fortes, 1835*. 1SVC. Cx. 22/09

Seguramente, a divisão dos bens acarretaria a diminuição do conjunto da fortuna da família. Seria, portanto, mais vantajoso para todos evitar a divisão. Dessa forma, todos os herdeiros teriam acesso ao conjunto dos bens, podendo usufruir da estrutura produtiva existente anteriormente⁴¹⁰.

Por outro lado, herdeiros adultos poderiam pleitear a divisão da herança⁴¹¹. Na ocasião do falecimento do alferes Francisco Ferreira Armonde, dez de seus doze filhos já eram adultos. Ademais, Francisco Armonde acumulou, à época, uma das maiores fortunas da região. Portanto, a legítima a que seus filhos tinham direito proporcionaria a eles condições de viver com tranquilidade. Os herdeiros, contudo, optaram por manter intacta a unidade produtiva da família. Tal estratégia, crucial para dar sustentação às atividades em que estavam envolvidos, revelou-se extremamente bem-sucedida.

TABELA 21

| RELAÇÃO DOS BENS DE FELIZARDA FRANCISCA DE ASSIS E FRANCISCO FERREIRA ARMONDE, 1845. | | | |
|--|--------------------|--------------|-------------|
| RELAÇÃO DE BENS | | VALOR | PORCENTAGEM |
| Ouro/prata/jóias | | 467\$400 | 0,1 |
| Utensílios/mobiliário | | 1:017\$860 | 0,3 |
| Equipamentos | | 1:369\$180 | 0,4 |
| Produção | | 5:042\$000 | 1,6 |
| ANIMAIS 19:340\$800 (6,0%) | Vacum (407) | 14:704\$300 | 4,5 |
| | Cavalar/muar (113) | 2:689\$000 | 0,8 |
| | Carneiros (83) | 124\$500 | 0,03 |
| | Porcos (349) | 1:823\$000 | 0,6 |
| Escravos (132) | | 51:040\$000 | 15,8 |
| Bens de raiz: 1. Fazenda dos Moinhos; 2. Fazenda Gerais do Barro; 3. Fazenda da Cachoeira; 4. Fazenda Ribeiro Fundo; 5. Fazenda do Mato; 6. Fazenda do Sítio. | | 106:202\$000 | 33,0 |
| Dívidas ativas (57 devedores) | | 160:845\$606 | 50,0 |
| Quantia aditada ao inventário | | 38:414\$600 | 11,0 |
| Monte-mor | | 321:751\$000 | 100,0 |

Fonte: AHMPAS, *Inventário de Francisco Ferreira Armonde, 1814*. 2SVC. Cx. 20/18; *Inventário de Felizarda Francisca de Assis e Francisco Ferreira Armonde, 1845*. 2SVC. Cx. 96/20.

⁴¹⁰ Sobre a herança e a partilha no século XVIII, ver FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. p. 256-273.

⁴¹¹ Tal foi a atitude dos herdeiros do comendador João Fernandes de Oliveira Pena. AHMPAS. *Inventário do Comandante João Fernandes de Oliveira Pena*. 1862. 1SVC. Cx. 02/10

O inventário de D. Felizarda, iniciado em 1845, permite visualizar os investimentos da família e captar as transformações da propriedade⁴¹². Nos 31 anos que transcorreram ao inventário do alferes Francisco Ferreira Armonde nota-se a expansão dos negócios da família. A simples comparação do monte-mor nos dois momentos traduz a envergadura dos empreendimentos. Em 1814, Francisco Armonde havia acumulado 24:533\$040 (vinte e quatro contos, quinhentos e trinta e três mil e quarenta réis). Em 1845, os bens do casal foram avaliados em 321:751\$000 (trezentos e vinte e um contos, setecentos e cinquenta e um mil réis), sofrendo um acréscimo de 1.284%. Mesmo levando em consideração a desvalorização da moeda e a inflação do período, é inegável a multiplicação da riqueza da família⁴¹³.

A criação e a comercialização de animais continuavam sendo uma atividade importante nas fazendas da família. O número absoluto de gado vacum sofreu um decréscimo de 569 para 407 cabeças, enquanto a criação de cavalos, muares e porcos aumentou. Esta modificação está, certamente, associada ao crescimento da produção de alimentos nas propriedades. Em 1814, nenhuma produção foi arrolada. Já em 1845, açúcar, feijão, arroz, milho e algodão perfizeram 1,6% do monte-mor.

A agricultura itinerante e a pecuária extensiva exigiram a utilização de grandes extensões de terras. Depois da morte do alferes Francisco Armonde, D. Felizarda e seus filhos ampliaram ainda mais suas terras. A família adquiriu a fazenda da Cachoeira, vizinha à fazenda do Moinho⁴¹⁴. O filho Manoel também contou com os recursos da família para comprar a fazenda do Ribeiro Fundo e as criações da propriedade⁴¹⁵. Pelo menos até o falecimento da mãe, a família manteve em comum a propriedade das fazendas.

O uso em comum das terras preservava as dimensões das propriedades. Na maioria dos inventários não há delimitações precisas quanto aos limites e às dimensões das terras. No caso da família Armonde, apenas o inventário de Flávio Armonde enumera com exatidão a quantidade de alqueires que ele possuía na fazenda da Cachoeira⁴¹⁶. Tendo como base o valor do alqueire

⁴¹² AHMPAS. *Inventário de Felizarda Francisca de Assis e Francisco Ferreira Armonde, 1845*. 2SVC. Cx. 96/20.

⁴¹³ O êxito dos empreendimentos dos Armondes mostra-se ainda mais impressionante quando se leva em consideração as fortunas acumuladas, individualmente, por alguns dos irmãos. Esses dados serão apresentados mais adiante.

⁴¹⁴ AHMPAS, *Inventário de Francisco Ferreira Armonde, 1814*. 2SVC. Cx. 20/18; *Inventário de Felizarda Maria Francisca de Assis, 1845*. 2SVC. Cx. 92/20.

⁴¹⁵ No inventário de D. Felizarda, há a declaração de que “recebeu o herdeiro Manoel da casa para comprar a fazenda do Ribeiro Fundo em lugar de bens de raiz desta herança, e para compra de criações como constará da Escritura de compra e venda do Ribeiro Fundo.” A “casa” investiu 22:718\$000 (vinte e dois contos e setecentos e dezoito mil réis) nessa compra. AHMPAS. *Inventário de Felizarda Maria Francisca de Assis, 1845*. 2SVC. Cx. 92/20.

⁴¹⁶ AHMPAS. *Inventário de Flávio Ferreira Armonde, 1864*. 2SVC. Cx. 118/05.

descrito no inventário, foi possível fazer uma estimativa da dimensão das fazendas da família Armonde, no termo de Barbacena. D. Felizarda e seus filhos tinham à sua disposição entre cinco e seis mil alqueires de terras de campo e cultura, distribuídas pelas fazendas do Moinho, do Sítio, Gerais do Barros, do Mato, da Cachoeira e do Ribeiro do Fundo.

O incremento das unidades produtivas pôde ser sentido também na ampliação das atividades desenvolvidas nas fazendas. Além do crescimento da agricultura e da pecuária, os Armonde passaram a produzir açúcar e aguardente. Seus negócios tropeiros exigiram a montagem de duas tendas de ferreiros e duas bigornas. A ampliação e a diversificação das atividades tornaram imprescindível a utilização de 132 escravos, 51 cativos a mais do que os listados em 1814⁴¹⁷.

A modificação mais sensível ocorrida entre 1814 e 1845 refere-se às dívidas ativas. Em 1814, foi declarado somente um crédito no valor de 1:728\$320 (um conto, setecentos e vinte e oito mil e trezentos e vinte réis), decorrente de um empréstimo feito ao filho Mariano José Ferreira. Em 1845, as 57 dívidas ativas representavam 50% do montante dos bens do casal. Entre os devedores encontravam-se os herdeiros, Flávio, Honório, Lino, Padre Francisco, Manoel, Simplicio e Joaquim. Foram oferecidos créditos também a Carlos de Sá Fortes, a Antonio Sanches Diniz Junqueira, aos Rodrigues Tostes, a Manoel Ribeiro Nunes, a Antonio Marques da Silva Pereira, a João Evangelista Sismando Alvim. Cerca de 50% dos créditos eram constituídos de valores inferiores a 500\$000 (quinhentos mil réis). Os empréstimos concedidos a fazendeiros e negociantes, geralmente superiores a 1:000\$000 (um conto de réis), permite especular que os Armonde estavam financiando a compra de escravos e as atividades produtivas na região. Como já dito anteriormente, Carlos de Sá Fortes e Manoel Ribeiro Nunes foram importantes fazendeiros. O major Antônio Marques da Silva Pereira tinha uma casa comercial de secos e molhados em Barbacena. Devia à casa de D. Felizarda 4:351\$227 (quatro contos, trezentos e cinquenta e um mil e duzentos e vinte e sete réis). Os vínculos entre o major e a família Armonde iam além das relações de parentesco⁴¹⁸. O major continuou dependendo dos empréstimos da família Armonde. Quando faleceu, em 1868, Antonio Marques estava devendo significativa quantia a Lino Armonde, ao seu cunhado, o barão de Pitangui, e a seu sobrinho, o Barão de Prados. Tinha também negócios com a casa Ferreira Lage e Cunha, pertencente a Mariano Procópio⁴¹⁹. O fornecimento de crédito a Antonio Sanches Diniz Junqueira (três contos, trezentos

⁴¹⁷ Além dos 132 escravos do monte-mor, havia mais sete escravos, pertencentes aos herdeiros falecidos Simplicio e Joaquim, que trabalhavam na propriedade da fazenda.

⁴¹⁸ Antonio Marques da Silva Pereira era irmão de Possidônia Leodora da Silva e, portanto, era tio dos filhos do Barão de Pitangui.

⁴¹⁹ AHMPAS. *Inventário do Major Antonio Marques da Silva Pereira*, 1868. 1SVC. Cx. 99/15.

e trinta e três mil réis) revela que os negócios dos Armonde estendiam-se para além do termo de Barbacena, chegando ao sul de Minas⁴²⁰.

Os créditos destinados aos filhos sugerem que os recursos advindos do patrimônio familiar foram utilizados para lastrear empreendimentos iniciados por cada um deles. Mariano José Ferreira certamente recebeu recursos da família para estruturar seus negócios na fazenda de Fortaleza de Santana, cujas terras lhe foram doadas por carta de sesmaria datada de 1794⁴²¹. Em 1831, já casado com D. Maria José de Santana, pai de dois filhos, declarou viver de negócio e lavoura. Contava com o trabalho de 44 escravos e dois agregados⁴²². Por ocasião do inventário da mãe, Mariano já havia falecido⁴²³. Sua viúva, então, solicitou que os bens de seus quatro filhos fossem pagos em dinheiro para serem aplicados em apólices.

Além de Mariano, os irmãos Honório, Simplício e Joaquim, também faleceram antes da partilha dos bens de seus pais. Simplício e Joaquim possuíam bens pessoais, que estavam inseridos no conjunto das propriedades da família. Afora sete escravos e alguns itens de uso pessoal (pistola, mala, relógio, arreios com fivelas de prata), Simplício e Joaquim detinham 89:860\$000 (oitenta e nove contos e oitocentos e sessenta mil réis) em créditos e cobranças, que foram acrescentadas à meação de D. Felizarda⁴²⁴. Certamente, dedicaram-se às atividades comerciais, creditícias e agropastoris. Em 1813, há referências no inventário de José Ferreira Armonde, à venda de duas fazendas e de vários bens pertencentes ao falecido José Ferreira Armonde. Os compradores foram os sobrinhos Simplício e Marcelino José Ferreira. Tal compra evidencia a efetiva expansão dos negócios e das terras dos irmãos Armonde. Entre os bens de Simplício não foi listado nenhum bem de raiz. As terras, talvez, tenham sido repassadas a Marcelino.

Honório José Ferreira Armonde também lançou mão dos recursos da família para tocar suas atividades. Devia à casa de sua mãe 12:517\$890 (doze contos, quinhentos e dezessete mil e oitocentos e noventa réis). Certamente, empregou esses valores nas lavras que possuía em Mariana⁴²⁵. É possível que Honório tenha se estabelecido no município de Mariana para cuidar

⁴²⁰ Antonio Sanches Diniz Junqueira era neto de João Francisco Junqueira e sobrinho de Gabriel Francisco Junqueira. Sobre a família Junqueira ver ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Família, fortuna e poder no Império do Brasil*.

⁴²¹ BASTOS, Wilson de Lima. *Mariano Procópio Ferreira Lage*. p. 206.

⁴²² APM. *Lista Nominativa de habitantes de Barbacena (1831-1832)*.

⁴²³ Mariano faleceu em 06/07/1837. AHMPAS. *Inventário de Mariano José Ferreira Armonde, 1837*. 1SVC. Cx. 292/55.

⁴²⁴ Não foram encontrados os inventários de Simplício e de Joaquim Ferreira Armonde.

⁴²⁵ AHMPAS. *Inventário de Honório José Ferreira Armonde, 1845*. 1SVC. Cx. 28/10.

dos negócios de abastecimento da família na região mineradora⁴²⁶. Enraizou-se por lá. Adquiriu uma lavra, 26 escravos e casas em Mariana. Chegou a integrar a Câmara Municipal de Mariana. Além dos utensílios pessoais, o inventário arrola inúmeros apetrechos e ferramentas usadas na mineração. Honório manteve uma intensa atividade comercial na primeira metade do século XIX. Correspondia-se regularmente com negociantes da Corte. Há centenas de cartas enviadas a Honório e a Marcelino pelo negociante da Corte Antônio J. M. Pinto. As cartas tratam do comércio de fazendas e de poaia, do preço dos metais, da variação do câmbio e dos negócios negreiros. Em correspondência datada de 31 de outubro de 1818, Antônio Pinto informa a Honório José Ferreira:

No dia 28 se recolheu felizmente neste porto vindo de Cabinda um dos barcos em que sou interessado com 461 escravos, gente toda limpa e boa, sendo esta uma das melhores negociações em que tenho interessado por prometer grandes lucros. Se precisar de alguns me avise para lhos remeter, o que farei prontamente (...) ⁴²⁷.

Antônio José Moreira Pinto tanto fornecia cativos para inúmeros negociantes envolvidos nas remessas para Minas Gerais, quanto se encarregava, por conta própria, de remetê-los⁴²⁸. Entre 1809 e 1830 enviou 412 escravos para Minas Gerais. Os irmãos Armonde também remeteram centenas de escravos para Minas Gerais.

⁴²⁶ ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto e. *Formação e apogeu da aristocracia rural em Minas Gerais, 1808-1888*.

⁴²⁷ Transcrito em ALBUQUERQUE, Antônio Luiz Porto e. *Formação e apogeu da aristocracia rural em Minas Gerais, 1808-1888*. p. 84. Segundo o autor, Antônio Pinto era traficante de escravos, comerciante de metais e outros produtos (tecidos, por exemplo). A correspondência de Honório Armonde encontra-se no Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis. É provável que a documentação da Fazenda Santa Sofia, digitalizada pelo Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, também contenha inúmeras correspondências. Certamente essas correspondências permitiram reconstruir as relações comerciais da família Armonde, e investigar as redes comerciais dos negociantes mineiros no século XIX. Lamentavelmente, até o presente, o Arquivo da cidade de Juiz de Fora não disponibilizou a documentação para consulta, inviabilizando estudos mais profundos sobre o tema.

⁴²⁸ PINHEIRO, Fábio. *O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros. Zona da Mata, c. 1809- c.1830*. O autor, a partir dos códices 390, 421, 424 e 425, do Arquivo Nacional, elaborou uma relação dos negociantes envolvidos nas remessas superiores a 20 escravos para Minas Gerais, entre 1809-1830. Utilizou-se aqui essa listagem. Os códices estão disponíveis em CD-ROM, no Banco de Dados do IPEA.

TABELA 22

| TABELA DE ESCRAVOS ENVIADOS PELOS IRMÃOS ARMONDE (NO PERÍODO DE 1809-1830) | |
|---|--------------------|
| NOME | NÚMERO DE ESCRAVOS |
| Marcelino José Ferreira Armonde | 337 |
| Honório José Ferreira Armonde | 195 |
| Simplicio José Ferreira Armonde | 133 |
| Mariano José Ferreira Armonde | 83 |
| Lino José Ferreira Armonde | 70 |
| Joaquim José Ferreira Armonde | 60 |
| Antônio José Ferreira Armonde | 39 |
| TOTAL | 917 |

Fonte: Arquivo Nacional. Intendência de Polícia. Códice 421 e 424 (Banco de Dados do IPEA). Apud PINHEIRO, Fábio. *O tráfico atlântico de escravos...* p. 160-163.

A venda de escravos pelos Armondes fica evidente também nas cobranças e justificações de dívidas interpostas por eles para serem ressarcidos do valor dos escravos. Em 1823, Marcelino José Ferreira, diante do falecimento de D. Maria Perpétua do Rosário, justifica uma dívida dela como sendo resultante da aquisição, em 1821, de dois escravos. Marcelino solicita ser embolsado da quantia de 464\$860 (quatrocentos e sessenta e quatro mil e oitocentos e sessenta réis), recorrendo ao viúvo Manoel Vidal Lage e demais herdeiros para que fosse reservado um quinhão para seu pagamento⁴²⁹.

O comércio interno de cativos não era um negócio especializado. Também não havia monopólio do fornecimento de escravos por alguns comerciantes. Entre 1809 e 1830, nada menos que 155 negociantes despacharam lotes superiores a 20 escravos para Minas Gerais⁴³⁰. Os escravos deviam ser trazidos na viagem de volta das tropas que levavam mercadorias para a Corte. Aqui chegados, abasteceriam os fazendeiros da região, que poderiam pagá-los a longo prazo, muitas vezes quitando-os com os produtos de suas fazendas⁴³¹.

Embora não fosse atividade exclusiva, seguramente negociar escravos era extremamente lucrativo. Os comerciantes que tinham acesso ao tráfico interno de cativos puderam acumular fortunas expressivas⁴³². Honório José Ferreira, contudo, representa uma

⁴²⁹ AHMPAS. *Justificação de dívida, 1823*. 2SVC. Cx. 48/05.

⁴³⁰ PINHEIRO, Fábio. *Tráfico atlântico de escravos...* p. 161-163.

⁴³¹ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste*. p. 84.

⁴³² Os proprietários das maiores fortunas do termo de Barbacena estavam envolvidos com o comércio interno de escravos. O comendador João Fernandes de Oliveira Pena e alguns membros da família Armonde amealharam fortunas superiores a 500:000\$000 (quinhentos contos de réis).

exceção. Dentre os irmãos envolvidos em atividades comerciais dessa monta, ele foi o único a acumular uma fortuna média. Ao final de sua vida, reuniu 37:984\$353 (trinta e sete contos novecentos e oitenta e quatro mil e trezentos e cinquenta e três réis). Seu passivo, devido à casa de sua mãe e referente à manutenção da lavra, chegou a 24:464\$380 (vinte e quatro contos quatrocentos e sessenta e quatro mil e trezentos e oitenta réis). O pagamento de suas dívidas e dos legados deixados para seus 32 afilhados consumiu 41:864\$222 (quarenta e um contos oitocentos e sessenta e quatro mil e duzentos e vinte e dois réis). O déficit foi descontado da meação de D. Felizarda. Curiosamente, Honório foi o único irmão que se dedicou às atividades da mineração.

TABELA 23

| RELAÇÃO DE BENS – IRMÃOS ARMONDE – (1837 – 1871) | | | | | | | | | | | | | |
|---|-----------------------|-------------------------|------------------------------|-------------------------|------------------------------|--------------|-------------------------------|-------------|-------------|-------------|----------------|------------|---|
| Irmãos | Ouro/prata /metais | Utensílio mobiliário | Ferramentas/ Equipamentos | Animais | Escravos | Bens de raiz | Dívida Ativa | Dinheiro | Ações | Apólices | Dívida passiva | Produção | Monte-Mor |
| Mariano José Ferreira (1837) | 703\$210 | 979\$540 | 233\$780 | 2:071\$000 | 14:600\$000 (44 escravos) | 13:700\$000 | 101:960\$397 | 5:637\$000 | - | - | - | - | 150:328\$127 |
| Honório José Ferreira (1845) | 7:456\$260 | 772\$300 | 192\$560 | 115\$000 (4 animais) | 13:900\$000 (26 escravos) | 4:100\$000 | 11:908\$313 | 550\$353 | - | - | 41:864\$380 | - | 37:984\$353 |
| José Joaquim Ferreira Armonde, Padre (1849) | 40\$000 | 117\$300 | - | 4:439\$400 | 7:270\$000 (15 escravos) | 7:770\$800 | - | - | - | - | - | - | 19:725\$600 |
| Antônio José Ferreira Armonde (1852) | 795\$500 | 703\$020 | 232\$000 | 10:002\$500 | 21:180\$000 (30 escravos) | 45:082\$400 | 58:608\$417 (58 devedores) | 35:054\$000 | - | - | 1:917\$706 | - | 172:725\$751 |
| Manoel Inácio Ferreira Armonde, Alferes (1854) | 224\$800 | 340\$500 | - | 4:497\$000 | 16:600\$000 (23 escravos) | 24:350\$000 | - | - | - | - | 10:678\$509 | - | 46:813\$600 |
| Francisco Antônio Ferreira Armonde, Padre (1863) | 142\$200 | 25\$000 | - | - | 3:090\$000 (08 escravos) | 6:000\$000 | - | 419\$000 | - | - | 102\$019 | - | 9:676\$200 |
| Flávio José Ferreira Armonde, Capitão (1864) | 1:082\$080 | 984\$800 | 250\$000 | 7:156\$000 | 13:600\$000 (31 escravos) | 35:960\$000 | 55:014\$258 (23 devedores) | 15:439\$186 | - | - | - | 1:022\$500 | 124:508\$824 |
| Ana Quitéria Umbelina de Barbosa (1865) | 86\$400 | 453\$000 | 332\$000 | 7:281\$000 | 18:660\$000 (32 escravos) | 28:000\$000 | 7:672\$095 | 6:308\$000 | - | - | - | 1:125\$000 | 97:018\$294 (inclui 30:446\$894 da terça de Flávio Armonde) |
| Lino José Ferreira Armonde (1871) | 1:653\$450 | 2:291\$040 | 650\$000 | 17:689\$000 | 31:650\$000 (38 escravos) | 48:200\$000 | 414:820\$499 | 28:515\$120 | 54:000\$000 | 19:950\$000 | - | 1:829\$000 | 630:698\$109 |

Fonte: AHMPAS. *Inventários post-mortem*. 1SVC. Cx. 292/55; 1SVC. Cx.122/23; 1SVC. Cx. 28/10; 2SVC. Cx. 08/11; 1SVC. Cx. 74/02; 1SVC. Cx. 46/05; 2SVC. Cx. 130/08; 2SVC. Cx. 28/23; 2SVC. Cx. 118/05; 2SVC. Cx. 04/12; 2SVC. Cx. 166/13

Inteiramente diverso foi o resultado dos empreendimentos de Marcelino José Ferreira. Sua fortuna chamou a atenção de Richard Burton. Segundo o viajante inglês, “na última geração, o Barão de Pitangui ganhou £ 400.000 (quatrocentas mil libras) no comércio; a indústria não oferece, hoje, perspectivas de tais fortunas”⁴³³. Como o inventário de Marcelino não foi localizado, não é possível saber exatamente o valor da riqueza acumulada por ele. A importância indicada por Burton, equipara a fortuna do Barão de Pitangui aos maiores negociantes da Corte⁴³⁴. De qualquer forma, mesmo que Burton tenha se equivocado, as atividades e a riqueza de Marcelino foram suficientemente significativas para impressionar o viajante inglês.

Marcelino José Ferreira, nascido na freguesia de Nossa Senhora da Piedade, em 1782, era o quarto filho do alferes Francisco Ferreira Armonde e de D. Felizarda Maria Francisca de Assis. Desde muito cedo, provavelmente, Marcelino acompanhava o pai nas viagens das tropas e nas lidas da fazenda. Ao chegar à idade adulta, dominava os segredos dos negócios e dos caminhos. Dominava também os ritmos das atividades agropastoris. Nos anos 1820, vivendo a maturidade dos 40 anos, seus negócios iam bem. Dedicava-se ao comércio de diversas mercadorias. Além de encaminhar ao mercado da Corte a produção de suas fazendas⁴³⁵, Marcelino enviava a seu correspondente na Corte pano de algodão. A correspondência remetida por Tristão Ramos da Silva, em 11 de novembro de 1823, informa: “tenho presente a sua [carta] de dois do corrente na qual me pede a conta de venda do pano de algodão que me deixou para dispor, verá da conta inclusa ser o líquido setenta e nove mil oitocentos e sessenta réis que fica levado em sua conta”. O correspondente presta contas, ainda, das “encomendas que na mesma [carta] me pede” e promete remetê-las “pelo primeiro portador que houver menos alguns (?) por estar muito caro”⁴³⁶. E outra carta, de 1º de maio de 1823, Tristão Ramos da Silva especifica os artigos que remeteu a Marcelino: quatro dúzias de pedra lipes, duas grosas de dedais e mercúrio⁴³⁷. Tristão faz

⁴³³ BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1976. p. 84.

⁴³⁴ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do Oeste*. p. 83-84 compara as fortunas dos principais negociantes de São João del-Rei às dos grandes comerciantes do Rio de Janeiro, estudados por João Fragoso. Observa-se um nivelamento das fortunas. Em meados do século XIX, os valores inventariados ficavam entre 30 e 50 mil libras.

⁴³⁵ Como foi citado acima, Marcelino comprou, juntamente com seu irmão Simplicio, duas fazendas de seu tio José Ferreira Armonde.

⁴³⁶ Correspondência de Tristão Ramos da Silva a Marcelino José Ferreira. 11 de novembro de 1823. Apud ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto e. *Formação e apogeu da aristocracia rural em Minas Gerais, 1808-1888*. p. 73-74.

⁴³⁷ Correspondência de Tristão Ramos da Silva a Marcelino José Ferreira. 01/05/1823. Apud Idem. p. 70.

considerações sobre a alta dos preços das fazendas portuguesas e inglesas. Como se vê, Marcelino vendia panos de algodão para a Corte e adquiria tecidos europeus e fazendas secas para revender em Minas Gerais.

Através da correspondência trocada com seus agentes, Marcelino não apenas gerenciava seus negócios. As cartas davam notícias dos acontecimentos políticos da década, integrando-o à Corte e à Europa. Em 21 de abril de 1823, Francisco Machado Coelho escreveu a Marcelino para encomendar dois selins e informou sobre o retorno dos deputados das Cortes portuguesas.

As notícias que lhe posso dar é que no 17 do corrente, foi a primeira junta preparatória do Congresso nesta Corte: chegaram mais seis deputados dos que estavam em Portugal, onde se diz houve novidade de sublevação contra a Constituição pelo Conde de Amarante, contra quem tinha saído Luís do Rego: a 1º de maio, o paquete, não deixará de trazer importantes notícias: a Espanha está em muita desordem⁴³⁸.”

Em outra carta, de 10 de junho de 1823, Manoel Machado Coelho prestou conta da remessa de gêneros solicitados por Marcelino e enviados através de Honório. Notícia, ainda, sobre a guerra de Independência na Bahia:

Muito boas notícias da Bahia! Tudo se concluiu amigavelmente, menos Madeira, que não quis entrar no arranjo, e tendo embarcado para Lisboa, ao sair o Lorde o prendeu e a outros: já as tropas brasileiras ficaram na Bahia (cidade), salvaram, e aclamaram o Imperador junto com as tropas de Portugal. Isto é o que corre agora⁴³⁹.

Para garantir o sucesso nos negócios e na política, Marcelino precisava estar bem informado. Além de controlar as informações, Marcelino controlava também o crédito. Ao negociar mercadorias e escravos, Marcelino, certamente, concedia longos prazos para o pagamento das dívidas. A escassez de numerário e a lentidão dos transportes impunham longos prazos ao sistema mercantil⁴⁴⁰. Não há como saber com precisão o número e a identidade de seus devedores, o montante e a característica dos créditos. Sabe-se, contudo, da existência de documentos comprobatórios dos

⁴³⁸ Correspondência de Francisco Machado Coelho a Marcelino José Ferreira. 21/04/1823. Apud ALBUQUERQUE, Antonio L. P. Idem. p. 68.

⁴³⁹ Correspondência de Manoel Machado Coelho a Marcelino José Ferreira. 10/06/1823. Apud ALBUQUERQUE, Antonio Luís Porto e idem. p. 72.

⁴⁴⁰ Sobre os mecanismos e entraves à circulação de capital na sociedade brasileira oitocentista ver: GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do Oeste*. p. 75.

empréstimos concedidos por Marcelino e Honório no arquivo da família⁴⁴¹. Alguns devedores não honraram a dívida, obrigando Marcelino a propor uma ação cível para ser ressarcido de seus créditos⁴⁴².

Atividades creditícias e mercantis possibilitaram a Marcelino expandir suas propriedades. Atento ao crescimento e à expansão do termo de Barbacena, Marcelino vislumbrou as oportunidades de acumulação que se apresentavam na região da Mata. Não hesitou em adquirir terras nas proximidades de Simão Pereira e de Matias Barbosa. Em 1829, Marcelino já possuía terras na região, quando comprou de Francisco da Costa Lage duas sesmarias vizinhas às suas terras. Na escritura de venda, Francisco da Costa Lage afirma ser “senhor e possuidor de duas sesmarias sitas nos fundos da fazenda de Simão Pereira”, as quais “compõem-se de matas virgens não tendo benfeitorias alguma e a primeira que parte com a mesma fazenda de Simão Pereira (...) e estas sesmarias dividem com terras da fazenda de Matias Barbosa e *por outro lado com terras de José Antonio da Silva e por outro lado com terras do mesmo comprador (...)*”⁴⁴³.

Depois de adquirir as terras que constituiriam a fazenda Santa Sofia, Marcelino deve ter derrubado a mata e plantado café. Em meados dos anos 1840, a correspondência trocada entre Marcelino e seu agente, José da Silva Carvalho, registra a remessa e venda de café para a Corte⁴⁴⁴.

De fato, Marcelino prosperou. Sua atuação no comércio de abastecimento, no tráfico interno de escravos, nos negócios cafeeiros fez dele um dos mais ricos proprietários de Barbacena. Seu lugar social, contudo, não se circunscrevia a sua fortuna. Além de eminente negociante e fazendeiro, projetou-se politicamente, exercendo a vereança e assumindo o comando geral da Guarda Nacional em Barbacena. Afirmou, sobretudo, sua posição de destaque ao preparar seus filhos com esmero para ocupar os lugares que havia construído para eles. Não poupou recursos para educá-los. Camilo foi enviado a Paris, onde se formou em Medicina. Honório estudou em Roma. Não seguiu, porém, a carreira eclesiástica. Assim como sua irmã Camila, realizou um casamento estrategicamente conveniente.

⁴⁴¹ ALBUQUERQUE, Antonio Luis Porto e. *Formação e apogeu da aristocracia agrária em Minas Gerais*. p. 76.

⁴⁴² No AHMPAS há várias ações cíveis proposta por Marcelino para reaver seus créditos.

⁴⁴³ Escritura de venda de duas sesmarias a Marcelino José Ferreira por Francisco da Costa Lage, transcrita em ALBUQUERQUE, Antonio Luis Porto e. *Formação e apogeu da aristocracia agrária em Minas Gerais*. p. 87-89. Grifos meus.

⁴⁴⁴ Carta comercial de José de Souza Carvalho a Marcelino Ferreira Armonde. 30/01/1846. Transcrita em ALBUQUERQUE, Antonio Luis Porto e. *Formação e apogeu da aristocracia agrária em Minas Gerais*. p. 125-126.

A trajetória de Marcelino foi coroada com a nobilitação, obtida no final de sua vida. O barão de Pitangui teria seus esforços recompensados com o sucesso de seus filhos. Camilo e Honório também foram agraciados com títulos de nobreza. Camila casou-se em segundas núpcias com o barão de Juiz de Fora. Os filhos de Marcelino, bem como seu sobrinho Mariano Procópio Ferreira Lage, muito bem representaram a camada senhorial. Souberam veicular os valores da civilização e construir a ordem imperial.

Não há dúvida sobre o êxito de Marcelino e de seus filhos. Seus irmãos, embora não tenham alcançado tamanha projeção, ainda assim marcaram presença. Não se pode ignorar os interesses em comum dos irmãos Armonde. Mesmo que cada um deles tenha, obviamente, construído uma trajetória única, durante boa parte de suas vidas atuaram conjuntamente. De mais a mais, a organização familiar e, conseqüentemente, as heranças daí resultantes contribuíram para a concentração, cada vez maior, dos bens da família Armonde.

Antonio José Ferreira Armonde, Flávio José Ferreira Armonde e Lino José Ferreira Armonde, a exemplo dos irmãos mais velhos, também exerceram diversas atividades integradas ao mercado. Exploraram suas fazendas, plantaram alimentos, engordaram porcos, criaram gado, venderam queijos e toucinho. Traficaram escravos e forneceram créditos. Lino, o caçula, investiu fortemente em apólices e ações. Amealharam consideráveis fortunas (ver tabela 23). Não se casaram.

As famílias da elite preocupavam-se não apenas em ampliar suas fortunas. Era crucial adotar estratégias para evitar o fracionamento do patrimônio e manter o prestígio social alcançado. Laços matrimoniais endogâmicos, entre pessoas do mesmo naipe, reforçavam a manutenção da fortuna, do nome e do prestígio das famílias abastadas⁴⁴⁵.

Os casamentos consangüíneos realizaram-se a partir da terceira geração. Foram bastante comuns casamentos por alianças. Nesses arranjos matrimoniais não havia interferência de parentesco consangüíneo entre as partes. A maioria dos casamentos realizava-se dentro dos limites dos municípios circunvizinhos⁴⁴⁶. Obviamente, há casos de casamentos por alianças envolvendo famílias mineiras e fluminenses. Os filhos de

⁴⁴⁵ Tratava-se, portanto, de conservar uma “herança imaterial”. LEVI, Giovani. *A herança imaterial*.

⁴⁴⁶ Mônica Ribeiro de Oliveira identifica esse comportamento entre as famílias da Zona da Mata no século XIX. A autora atribui a inexistência de “trocac matrimoniais regulares entre as províncias” à “presença de oportunidades dentro da própria região, existência de terras férteis e abundância de terras não exploradas”. Os novos casais poderiam instalar-se na região, não necessitando de um arranjo familiar externo, muito menos de migrar para outras regiões, como fez a elite fluminense no século XVIII. OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de família*. p. 284-313; FRAGOSO, João. *A elite supracapitanias*.

Mariano José Ferreira uniram-se aos filhos do negociante da Corte, José Machado Coelho e Castro. Trata-se de uma troca bilinear. Mariano Procópio casou-se com Amália Ferreira Lage e sua irmã Mariana casou-se com o irmão de Amália, Manoel Machado Coelho (ver diagrama 01). Da mesma forma, dois filhos de Cândido Ferreira da Fonseca e Camila Francisca casaram-se por aliança com os irmãos Rodrigues Horta: Francisco Ferreira de Assis desposou Maria José Rodrigues Horta e Sabina Cândida casou-se com José Luiz Rodrigues Horta. Em tais alianças recíprocas trocavam-se dotes, perpetuava-se o patrimônio das famílias e fortaleciam-se os laços de parentela, garantindo-se a reprodução social do grupo⁴⁴⁷.

Como foi visto anteriormente, a região do termo de Barbacena foi ocupada, no século XVIII, por pessoas vindas de Portugal, do Rio de Janeiro e de São Paulo. Na passagem do século XVIII para o século XIX, os forasteiros que chegavam de várias regiões da capitania mineira no bojo da expansão econômica e demográfica, procuravam enraizar-se, ligando-se pelo casamento às famílias já estabelecidas na região. Os primeiros casais, bem como seus filhos, em geral, não realizaram casamentos consangüíneos. No início do povoamento, as possibilidades de enlaces dentro da mesma família eram mínimas. Somente a partir da terceira e quarta gerações observam-se alianças matrimoniais entre primos e entre tios e sobrinhas.

Algumas das primeiras famílias do termo de Barbacena estabeleceram desde o início relações de parentesco consangüíneo: o casal de Domingos Gonçalves Chaves e Micaela interligava as famílias Armonde, Vidal Barbosa e Lopes Oliveira (ver diagrama.4). Felizarda era neta do casal. A filha Tereza Maria de Jesus casou-se com o capitão Antonio Vidal, dando origem à família Vidal Barbosa Lage que, por sua vez enlaçou-se às famílias Rodrigues Lima e Teixeira de Carvalho. Bernardina Caetana do Sacramento, ao casar-se com José Lopes de Oliveira fundou a família Lopes de Oliveira que se consorciou com os Teixeira de Carvalho e com os Freitas Belo.

Os Lopes de Oliveira uniram-se também aos Dias de Sá e aos Gomes Martins. Estes, por sua vez estavam ligados à família Rodrigues da Costa. Joana, mãe do padre Manoel Rodrigues da Costa era irmã de Clara, esposa de Francisco Gomes Martins. A família de José Aires Gomes ligou-se, ainda, aos Vidal Lage e aos Rodrigues Lima que também se consorciaram com as famílias Coelho Duarte e Cesário de Miranda.

⁴⁴⁷ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Idem.

João Ferreira da Fonseca e seu irmão Felisberto se casaram com filhas de Francisco Ribeiro Nunes e de Joana Maria da Conceição, que era neta do primeiro Francisco Armonde. As gerações seguintes dessas famílias realizaram entre si inúmeros consórcios (ver diagrama 13). A partir da terceira geração, os casamentos endogâmicos podem ser percebidos em quase todas as famílias. Honório, filho de Marcelino José Ferreira, casou-se com sua prima Maria José. O casamento entre primos deu-se também entre os netos de Marcelino. Três dos filhos de Camila e de Cândido Ferreira da Fonseca casaram-se com suas primas, filhas de Camilo (futuro Conde Prados) e de Honório (futuro segundo Barão de Pitangui). Damaso e Maria Camila casaram-se na família Ribeiro Nunes. Francisco e Sabina estreitaram os laços com a família Rodrigues Horta.

Nota-se também casamentos endogâmicos nas famílias Teixeira de Carvalho, Rodrigues Lima e Sá Fortes. A família Sá Fortes, além de laços endogâmicos, realizou matrimônios com os Junqueira, do Sul de Minas, e com os Teixeira de Carvalho. Estes, por seu turno, ligaram-se à família Pereira de Andrade, aos Castro e aos Siqueira de Barbacena (ver diagrama 15).

A família Canedo/Oliveira Pena promoveu vários casamentos endogâmicos na terceira e quarta gerações. No entanto, não interagiram com as famílias estabelecidas em Barbacena. Balbina Honória Severina casou-se com o primo Manoel José da Silva Canedo. Sua primeira filha casou-se com o forasteiro João Fernandes. Os outros dois filhos do casal se casaram com as filhas de João Fernandes, ou seja, com suas sobrinhas.

Os casamentos entre iguais foi hábito corriqueiro entre as famílias abastadas. O celibato, porém, não estava ausente. Vários dos irmãos Armonde e o coronel Carlos de Sá Fortes faleceram solteiros. Dos doze irmãos Armonde apenas dois casaram-se, oficialmente. Mariano teve quatro filhos. De Manoel não houve descendência. Marcelino não se casou. No entanto, manteve uma relação consensual com Possidônia Leodora da Silva. Eles não coabitavam a mesma casa, embora residissem no mesmo quarteirão. Em 1831, Possidônia tinha 40 anos e ocupava-se dos serviços de costura. Morava com quatro de seus cinco filhos⁴⁴⁸. Seus filhos, Clotildes (13 anos, costureira), Camila (12 anos), Honório (11 anos) e Lino (1 ano) foram identificados no censo como “enjeitados”. Os filhos de Possidônia e Marcelino, quando nasceram, foram expostos em casas de parentes. Camilo, o primogênito, foi exposto em casa de Maria Joaquina de

⁴⁴⁸ APM. Lista Nominativa de Habitantes de Barbacena, 1831-1832. O filho mais velho, Camilo, encontrava-se nesta data em Paris, cursando Medicina.

Souza e Lino foi deixado em casa de seu tio materno, major Antonio Marques da Silva Pereira⁴⁴⁹. Como se vê, os filhos conviviam com a mãe e eram providos pelo pai. Devem ter sido expostos por serem filhos ilegítimos⁴⁵⁰. Em algum momento passaram a residir na companhia da mãe. Marcelino cuidou em oferecer aos filhos educação esmerada, enviando-os ao Caraça e, depois, à Europa. Casou as filhas com prósperos fazendeiros. Em 1847, registrou uma carta de legitimação dos filhos que lhe restavam. Lino e Clotilde já haviam falecido. Como não eram adúlteros, não havia impedimento de legitimação. Diz a carta:

(...) faço saber em como o coronel Marcelino José Ferreira Armonde me enviou a dizer por sua pessoa que ele havia tido de uma mulher solteira três filhos a saber Doutor Camilo Maria Ferreira, Honório Augusto José Ferreira, e Camila Francisca de Assis, com cuja mulher nenhum impedimento tinha para se casar, cujos filhos queria legitimá-los competentemente para que como se nascido fosse de legítimo matrimônio, pudesse suceder-lhe em Testamento, ou abintestado⁴⁵¹, herdando seus bens, receber doações gozar todos os direitos honras e privilégios que por ventura tenha e possam vir a ter (...) ⁴⁵².

Não havia impedimento algum ao casamento de Marcelino e Possidônia, nem canônico, nem legal ou social. Possidônia advinha de família de posses. Era filha do capitão Joaquim Marques da Silva e seu irmão, o major Antonio Marques da Silva Pereira, encontrava-se entre os mais bem-sucedidos proprietários de Barbacena. Também não se tratava de uma aventura passageira. Afinal, tiveram cinco filhos e conviveram pelos menos entre 1814 e 1832.. Houve claramente opção pela relação consensual.

Comumente, explicam-se os casos de celibatários pela influência do modelo de nupcialidade encontrado no norte de Portugal, nos séculos XVIII e XIX. Os negociantes, originários de famílias da região do arcebispado de Braga, estariam preocupados em amealhar fortuna⁴⁵³. Não pretendiam criar raízes. Então, não se casavam. Nossos protagonistas, no entanto, encontravam-se completamente fixados à

⁴⁴⁹ Sobre as meninas não obtive informações, mas, provavelmente, também foram expostas. Agradeço ao Sr. Wilton Xavier Furtado por ter me passado o ensaio genealógico elaborado por ele, com as informações sobre Possidônia e sua família.

⁴⁵⁰ Sobre a origem e o destino dos expostos ver: FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. p. 75-87.

⁴⁵¹ Abintestado. (Termo Forense). Vale tanto, como dizer, sem fazer testamento. Morreu abintestado, ou seja, sem fazer testamento. BLUTEAU, D. Raphael. *Vocabulário português latino*. Coimbra: Colégio das Artes Companhia de Jesus, 1712. Dicionário on-line, disponibilizado pelo ieb, USP. Extraído no dia 27 de agosto de 2008.

⁴⁵² AHMPAS. Registro de carta de confirmação dos filhos do coronel Marcelino José Ferreira. 1SVC. Cx. 286/01. f. 1v. -f. 2.

⁴⁵³ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do Oeste*. p. 69-70.

região. Seus pais e vizinhos constituíam famílias. Permanecer solteiro, talvez, tenha sido uma escolha pessoal. Carlos de Sá Fortes também adotou postura idêntica à de Marcelino. Manteve relação consensual com Rita Cândida de Jesus, mulher solteira e sem quaisquer impedimentos, conforme atestou o próprio Carlos de Sá Fortes⁴⁵⁴. Rita e Carlos tiveram dez filhos. Ao serem legitimados posteriormente pelo pai, tornaram-se seus herdeiros.

Os celibatários sem filhos, geralmente, faziam testamento para determinar o destino de seus bens. Normalmente indicavam parentes, sobrinhos ou afilhados para receberem seus legados. Os irmãos Armonde não fugiram à regra. Manoel Inácio deixou a terça de seus bens para a esposa. O restante da meação seria dado em usufruto à mesma até sua morte, quando os bens seriam entregues aos seus herdeiros, ou seja, irmãos e sobrinhos⁴⁵⁵. Ana Quitéria e o padre José Joaquim elegeram os irmãos como herdeiros de seus bens. O padre José Joaquim deixou seus bens para seu irmão Antônio. Ana Quitéria legou seus bens a Lino. Em 1864, ela recebeu boa parte da herança de seu irmão Flávio.

Antônio José Ferreira Armonde, contrariando a prática adotada por seus irmãos, destinou a maior parte de sua fortuna para a construção da Santa Casa de Misericórdia de Barbacena. É razoável atribuir a disposição de Antonio Armonde em fundar Casa de Caridade e Hospital em Barbacena a seu sobrinho e afilhado, o Dr. Camilo Maria Ferreira⁴⁵⁶. Provavelmente, Antonio Armonde, seguindo os costumes da família, estava inclinado a legar seus bens a Camilo, que aconselhou a utilizá-los para construir o hospital. O Dr. Camilo, após terminar seus estudos de Medicina, regressou de Paris e clinicou em Barbacena entre 1838 e 1850. Nesse período em que se dedicou intensamente à Medicina, ressentiu-se da carência de um hospital em Barbacena. Convencido da necessidade do mesmo propôs ao tio o projeto, abrindo mão da fortuna a que teria direito.

⁴⁵⁴ AHMPAS. Inventário de Carlos de Sá Fortes. 1876. 1SVC. Cx. 281/01.

⁴⁵⁵ O padre Francisco Antonio não designou herdeiros (os bens ficaram para os irmãos e sobrinhos). AHMPAS. Inventários de:

- Padre Joaquim José Ferreira Armonde, 1849. 2SVC. Cx. 08/11;
- Manoel Inácio Ferreira Armonde, 1854. 2SVC. Cx. 130/08;
- Francisco Antônio Ferreira Armonde, 1863. 2SVC. Cx. 28/23;
- Flávio José Ferreira, 1864. 2SVC. Cx. 118/05;
- Ana Quitéria Umbelina Barbosa, 1865. 2SVC. Cx. 04/12.

⁴⁵⁶ SAVASSI, Altair. *Vultos que ornaram a galeria de retratos do Palácio da Revolução Liberal em Barbacena: resumo biográfico*. p. 21.

Na verdade, Dr. Camilo não apenas idealizou a construção do hospital. Como testamenteiro de seu tio, ele incumbiu-se da edificação do prédio e da apuração dos recursos para a montagem e manutenção do hospital. Vendeu escravos e fazendas, cobrou os créditos devidos ao tio e aplicou tudo no hospital⁴⁵⁷. Antonio Armonde, como de praxe, reservou alguns bens para a salvação de sua alma, da de seus pais, irmãos falecidos e de seus escravos. Preocupou-se, também, com as almas daqueles a quem serviu de ruína espiritual e “das pessoas com quem comerciou”. Para que sua alma tivesse um bom destino, ordenou que se distribuísse esmolas, legados e dotes aos pobres, aos afilhados, às órfãs carentes e a instituições de caridade de Mariana. Passou carta de liberdade a todos os escravos herdados de seu irmão padre José Joaquim e, ainda, aos escravos Julião e Leonardo. A esses últimos, legou uma parte de terras na fazenda da Ponte Nova e dez vacas paridas, com a condição de permanecerem nas terras, que seriam inalienáveis.

Antônio Armonde deixou terras, casas e significativa quantia em dinheiro para cinco legatários. Para Inácia, filha de uma escrava de sua irmã Ana Quitéria, deixou terras e dinheiro, no valor de 6:980\$000 (seis contos novecentos e oitenta mil-réis). Ernesto, Francisca e Bárbara, expostos em casas de conhecidos e parentes, foram contemplados com terras e dinheiro. Ele testou, ainda, a uma pessoa que indicou em carta particular a seu testamenteiro, uma casa e 6:600\$000 (seis contos e seiscentos mil-réis) em dinheiro. Embora Antônio não tenha legitimado nenhum herdeiro, pode-se especular que esses legatários sejam filhos que ele não quis reconhecer.

A Irmandade da Boa Morte e a Igreja Matriz também receberam doações. À Irmandade foi destinada uma casa com seus trastes. À Igreja Matriz, Antônio deixou dois contos de réis para compra de um órgão e “mais alguma quantia para o que precisar na matriz dessa cidade para seu decoro, e esplendor do culto divino”⁴⁵⁸. À irmã Ana Quitéria foi dado o usufruto das terras e benfeitorias da fazenda dos Moinhos e dos escravos. Ana Quitéria desistiu do legado e comprou, em sociedade com Lino Armonde, os bens a ela destinados. O dinheiro da venda foi empregado nas obras da Santa Casa. Depois de descontados os legados, foram apurados 151:875\$970 (cento e cinquenta e

⁴⁵⁷ AHMPAS. Testamentaria de Antonio José Ferreira Armonde, 1860. 1SVC. Cx. 46/05. (2 v.). A prestação de contas é extremamente detalhada. O documento é muito rico, permitindo reconstituir em detalhes a construção do hospital. Foram gastos, por exemplo, milhares de carros de pedras. As despesas com os carros, com os serviços dos pedreiros e carpinteiros e com todos os materiais utilizados foram minuciosamente comprovadas. O inventário de Antonio Armonde também é muito interessante por trazer o rendimento da Fazenda da Ponte Nova, após o falecimento de Antônio, em 1852, até o momento de sua venda, em 1860. AHMPAS. Inventário de Antônio José Ferreira Armonde, 1852. 1SVC. Cx. 74/02.

⁴⁵⁸ AHMPAS. *Testamento de Antônio José Ferreira Armonde, 1851*. 1SVC. Cx. 46/05.

um contos oitocentos e setenta e cinco mil, novecentos e setenta réis), empregados na construção da Santa Casa e em apólices para a manutenção do hospital.

Flávio José Ferreira Armonde destinou sua fortuna de 134:202\$063 (cento e trinta e quatro contos duzentos e dois mil e sessenta e três réis) a seus herdeiros. O testamento, porém, foi anulado “por falta de solenidade na sua aprovação”. Seus irmãos e sobrinhos foram, naturalmente, instituídos herdeiros de seus bens⁴⁵⁹. O Barão de Prados, sua irmã D. Camila, Mariano Procópio e sua irmã Mariana, seus respectivos cônjuges e D. Ana Quitéria desistiram da herança em favor dos herdeiros instituídos por Flávio. Ao final do inventário, contudo, a partilha é feita entre os irmãos e sobrinhos do falecido, não ficando claro quem eram os legatários.

Tal desprendimento não se observou quanto ao espólio do irmão caçula dos Armonde. Em 1852, Lino José Ferreira Armonde fez seu testamento, instituindo herdeiro universal de sua fortuna o seu sobrinho Mariano Procópio Ferreira Lage⁴⁶⁰. Em 1870, com o falecimento do testador e a abertura do testamento, Honório Augusto e José Ribeiro de Resende propuseram a anulação do testamento. Em carta dirigida a Mariano, o primo e o cunhado argumentaram ter o testamento “defeitos que o inquinavam de nulidade insanável, (...) e, neste caso, é visto que a herança é deferida aos herdeiros do finado”⁴⁶¹. Os sobrinhos preteridos de Lino alegaram haver dúvida em relação à assinatura de uma das testemunhas⁴⁶². Mariano Procópio defendeu-se afirmando ter sido escolhido como legatário pela “livre e espontânea vontade” do tio, e que “nem de longe concorr[eu] para ser preferido entre os seus parentes nos remanescentes de sua fortuna”. Desse modo, o testamento do tio não podia ser anulado “por uma falta que partiu do Tabelião e a que de nenhum modo podia afetar a vontade do testador”⁴⁶³. Mariano chama a atenção do primo para as circunstâncias que cercaram o testamento de outro tio, Flávio:

Neste havia uma nulidade, como era a falta de assinatura do testador na aprovação do testamento; entretanto, os meus

⁴⁵⁹ O inventário não contém o testamento nem cita os nomes dos herdeiros. AHMPAS. *Inventário de Flávio José Ferreira Armonde, 1864*. 2SVC. Cx. 118/05.

⁴⁶⁰ AHMPAS. *Inventário de Lino José Ferreira Armonde, 1871*. 2SVC. Cx. 166/13.

⁴⁶¹ Carta de Honório Augusto e José Ribeiro de Resende a Mariano Procópio. 05/02/1871. Transcrita em BASTOS, Wilson de Lima. *Mariano Procópio Ferreira Lage: sua vida, sua obra, sua descendência, genealogia*. p. 177.

⁴⁶² No testamento atuou como testemunha o comendador Francisco José Gonçalves. Na aprovação o tabelião registrou o nome de José Gonçalves da Silva. AHMPAS. *Inventário de Lino José Ferreira Armonde, 1871*. 2SVC. Cx. 166/13.

⁴⁶³ Carta de Mariano Procópio a Honório Augusto Ferreira Armonde, Barão de Pitangui I. 06/03/1871. Transcrita em BASTOS, Wilson de Lima. *Idem*. p. 178-179.

parentes respeitando as intenções de nosso tio, com o aplauso meu e de todos, pediram-me para desistir dessa herança, e intervir mesmo com a minha irmã Mariana (hoje falecida) a fim de dar posse aos seus legatários da fortuna que lhes destinou em seu nulo testamento. Deime pressa em anuir a tão justos pedido, obtendo de minha irmã e seu marido, sua desistência; praticando deste modo um ato inteiramente de acordo com nossas conveniência e convicção. Como, pois, pretendem os mesmos que assim procederão, anular hoje o testamento do nosso tio Lino (de cujas intenções não podem duvidar), somente pelo fato de um simples engano de Tabelião (...)⁴⁶⁴.

O Barão de Prados, embora não tenha sido reclamante direto da herança do tio, declarou que persist[ia] na convicção de nulidade do testamento de aprovação, e que nenhuma importância da[va] ao depoimento das testemunhas de fora, que não assistiram ao ato de aprovação de um testamento feito há quase 20 anos, no Cartório de um Tabelião, onde semelhantes atos passam despercebidos (...)”⁴⁶⁵. A ação de nulidade foi julgada após o falecimento de Mariano Procópio, ocorrido em 1872. As alegações dos autores, Honório Armonde e José Ribeiro de Resende, não foram suficientes para anular o testamento. Os herdeiros de Mariano Procópio puderam, então, tomar posse da fortuna de Lino⁴⁶⁶.

As disputas entre os sobrinhos de Lino em torno de sua herança podem ser explicadas pelo imenso valor de seu espólio. Seu monte-mor alcançou 630:698\$109 (seiscentos e trinta contos seiscentos e noventa e oito mil e cento e nove réis)⁴⁶⁷. Os seis sobrinhos, caso tivesse tido êxito em suas reivindicações, teriam embolsado na partilha dos bens de Lino, dez vezes o valor que receberam da herança do tio Flávio. Cada um deles seria contemplado com uma fortuna superior a cem contos de réis.

Metade dos bens do coronel Lino Armonde já se encontrava em poder de Mariano, na forma de dinheiro e de créditos repassados à casa Ferreira Lage e Cunha⁴⁶⁸. Mariano devia estar orientando os investimentos do tio. Além dos empréstimos de alto

⁴⁶⁴ Idem. p. 179.

⁴⁶⁵ Carta do barão de Prados a Mariano Procópio. 09/03/1871. Transcrita em BASTOS, Wilson de Lima. Idem. p. 182.

⁴⁶⁶ Não tive acesso ao processo de nulidade de testamento. Segundo Wilson de Lima Bastos, a sentença favoreceu Mariano Procópio, ficando o processo perdido para os autores. BASTOS, Wilson de Lima. *Mariano Procópio*. p. 177.

⁴⁶⁷ AHMPAS. *Inventário de Lino José Ferreira Armonde, 1871*. 2SVC. Cx. 166/13.

⁴⁶⁸ Idem. Do total de 414:820\$499 (quatrocentos e catorze contos oitocentos e vinte mil e quatrocentos e noventa e nove réis) que compunha as dívidas ativas de Lino, nada menos que 302:828\$350 (trezentos e dois contos oitocentos e vinte e oito mil e trezentos e cinquenta réis) estavam em poder da Ferreira Lage e Cunha.

valor, feitos principalmente a negociantes, 13,2% de sua fortuna estavam empregados em ações e apólices⁴⁶⁹ (ver tabela 23).

Mariano Procópio, atento às “mudanças de ventos da economia brasileira e internacional”⁴⁷⁰, aplicou recursos de seu tio em 54 apólices da dívida pública, em 50 ações do Banco do Brasil e em 105 ações da Companhia União e Indústria. Os tradicionais investimentos em bens de raiz e escravos não ultrapassaram 12,6%. Esse comportamento deixa claro como os grandes proprietários/negociantes do interior estavam inteirados das transformações em curso na segunda metade do século XIX. Logo perceberam o risco de continuarem investindo em escravos. Mantinham apenas os cativos necessários ao desempenho de suas atividades produtivas. Converter os ativos em títulos da dívida pública foi opção segura, especialmente, após as grandes falências da década de 1860. Alguns investidores arriscavam-se na imissão de ações de companhia (de seguros, por exemplo) e bancos da Corte. Muitos, preocupados com a melhoria dos transportes, apostaram na Companhia União e Indústria.

Mesmo na Europa, investir no mercado financeiro foi tendência que se acentuou a partir de 1875. No Brasil, o investimento em títulos e ações foi dificultado pelos entraves da lei de sociedades anônimas, de 1860⁴⁷¹. Isso torna significativa a presença de ações e apólices em pelo menos onze dos oitenta e oito inventários das maiores fortunas da região de Barbacena. O comendador João Fernandes de Oliveira Pena, falecido em 1862, aplicou 33,5% de sua riqueza em ações (ver tabela 17). Sua viúva e seus filhos ampliaram seus investimentos em ativos financeiros. No inventário de D. Guilhermina, realizado quatro anos mais tarde, as ações representavam 27,3% do total dos bens. O filho Urbano, em 1880, investiu em ações e títulos 89% de seu patrimônio, avaliado em 131:681\$000 (cento e trinta e um contos seiscentos e oitenta e um mil-réis). Da mesma forma, D. Francisca Cândida de Assis Lage, cunhada de Belizário Augusto de Oliveira Pena, Barão de Carandaí, deixou para seus sobrinhos uma fortuna de 142:347\$238 (cento e quarenta e dois contos trezentos e quarenta e sete mil e duzentos e

⁴⁶⁹ Idem. Antonio Vieira da Cunha estava devendo 40:000\$000 (quarenta contos de réis) a Lino, e Tristão Ramos da Silva tinha uma dívida de cobrança duvidosa no valor de 59:565\$694 (cinquenta e nove contos, quinhentos e sessenta e cinco mil e seiscentos e noventa e quatro réis).

⁴⁷⁰ FRAGOSO, João, MARTINS, Maria Fernanda. *Grandes negociantes e elite política nas últimas décadas da escravidão, 1850-1880*. In: FLORENTINO, Manolo; MACHADO, C. (Orgs.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 152.

⁴⁷¹ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do Oeste*. p. 90-91. O autor também observa a presença de investimentos em ativos financeiros nos inventários de alguns grandes comerciantes de São João del-Rei, na segunda metade do século XIX.

trinta e oito réis), dos quais 76,4% estavam empregados em títulos da dívida pública e em ações da Companhia União e Indústria⁴⁷².

Naturalmente, Mariano Procópio Ferreira Lage investiu a maior parte de seus próprios bens em ações e na abertura, no Rio de Janeiro, da casa comercial Firmino Lage & Cunha⁴⁷³. Na verdade, Mariano Procópio não se limitou a deixar-se conduzir pelos “novos ventos da economia brasileira”. Seus empreendimentos não deixam dúvida de que ele colaborou para que os novos ventos soprassem na província de Minas Gerais.

⁴⁷² AHMPAS. *Inventário do Comendador João Fernandes de Oliveira Pena, 1862*. 1SVC. Cx. 02/10; *Inventário de Guilhermina Teodolina Augusta Canedo, 1868*. 1SVC. Cx. 100/14; *Inventário de Francisca Cândida de Assis Lage, 1875*. 1SVC. Cx. 57/27; *Inventário de Urbano Augusto de Oliveira Pena, 1880*. 1SVC. Cx. 148/19.

⁴⁷³ A Firmino Lage & Cunha era uma casa atacadista e importadora de tecidos, sediada na Corte.

TABELA 24

| RELAÇÃO DOS BENS DE MARIANO PROCÓPIO FERREIRA LAGE⁴⁷⁴ | | | |
|---|---|---|---------------------|
| BENS RELACIONADOS NO TESTAMENTO DE 1867 | | VALOR | |
| BENS DE RAIZ | Casa e chácara na Rua D. Luíza | | 50:000\$000 |
| | Casa do Cais da Glória | | 10:000\$000 |
| | Canto da Chácara de Juiz de Fora e mobília | | 160:000\$000 |
| | Terreno atrás do Cemitério da Estação | | 4:000\$000 |
| AÇÕES | 600 ações do Banco do Brasil | | 120:000\$000 |
| | 20 ações da Cia. Argos Fluminense | | 50:000\$000 |
| | 40 ações F. F. Cantagalo – Cia. Sino Fluminense. | | 10:000\$000 |
| | 805 ações da Cia. União e Indústria. | | 161:000\$000 |
| DÍVIDAS ATIVAS | Liquidação da Firmino Lage Maia & Cunha | | 75:932\$484 |
| | Adiantamento para liquidar a Praça – o que a casa me ficará a dever, feitos os dois adiantamentos por conta da minha mãe, de 24:000\$000 (vinte e quatro mil-réis). | | 48:000\$000 |
| | Pago a Drumonnd Bahia (que ele faliu), se ele fizer fortuna... | | 24:000\$000 |
| | Importância de meu capital e lucros na casa até 31 de dezembro de 1866. | | 161:677\$472 |
| | Em escravos, parte dos Lages de Barbacena e outras pequenas colônias de que eu me lembro. | | 20:000\$000 |
| | TOTAL: | | 899:609\$000 |
| BENS INVENTARIADOS EM BARBACENA, 1872. | | VALOR | |
| Ouro e prata | | 1:642\$810 | |
| Mobiliário/Utensílios | | 1:967\$600 | |
| Equipamentos/ferramentas | | 1:130\$000 | |
| ANIMAIS (20:610\$000) | Vacum (359 cabeças) | | 14:036\$000 |
| | Cavalar/muar (162 cabeças) | | 6:174\$000 |
| | Carneiros (200 cabeças) | | 400\$000 |
| | Escravos (38) | | 31:950\$000 |
| BENS DE RAIZ | RURAL | 1. Fazenda do Sítio (180 alqueires) e 2. Fazenda dos Moinhos | 57:500\$000 |
| | URBANO | 1. 3 casas 2. ¼ prédio | 8:500\$000 |
| TOTAL: | | 123:300\$410 | |

Fonte: *Testamento de Mariano Procópio Ferreira Lage*, de 1867. Transcrito por BASTOS, Wilson de Lima. *Mariano Procópio*. p. 170.

AHMPAS. *Traslado de inventário de Mariano Procópio Ferreira Lage, 1872*. 1SVC. Cx. 122/23.

⁴⁷⁴ Não foram incluídos aqui os possíveis dividendos da liquidação de Firmino Lage Maia & Cunha, nem a herança pertencente a Lino Armonde e legada a Mariano Procópio.

Nascido em 1821, Mariano, aos quinze anos, matriculou-se no colégio de Congonhas do Campo, dirigido, na época, pelos padres do Caraça. Após o término do curso e uma curta temporada no Rio de Janeiro, onde se dedicou ao comércio, Mariano Procópio embarcou para uma viagem de estudos na Europa. Formando-se em Engenharia, se dirigiu para os Estados Unidos. As viagens foram decisivas para os projetos de vida de Mariano. Encantado com o avanço tecnológico e com as novidades a que foi apresentado, retornou ao Brasil disposto a colocar em prática o plano de construir uma estrada de rodagem, ligando Minas Gerais ao Rio de Janeiro. Realizaria, assim, um antigo sonho de seu pai⁴⁷⁵. A construção da estrada facilitaria o escoamento da produção cafeeira até o Rio de Janeiro. Ao diminuir as dificuldades de transporte, a estrada assegurou as possibilidades de expansão do café na Mata mineira, até a chegada da malha ferroviária, em 1870⁴⁷⁶.

Em 1852, Mariano Procópio obteve concessão pelo tempo de 50 anos para

construir, melhorar e conservar à sua própria custa, duas linhas de estrada que, começando nos pontos mais apropriados à margem do Rio Paraíba, (...) se dirijam uma até a barra do Rio das Mortes, passando por Barbacena, e com ramal desta cidade para a de São João del-Rei e outra pelo Município de Mar de Espanha, com direção à cidade de Ouro Preto, e desejando promover, quanto possível, o benefício da agricultura e do comércio das indicadas localidades, facilitando as comunicações entre aqueles pontos e as relações entre as duas Províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais⁴⁷⁷.”

Obtido o contrato, Mariano incorporou a Companhia União e Indústria, subscrevendo ações para custear as obras da rodovia. Em 1856, deu-se início às obras de construção da estrada. Utilizou-se novo processo de pavimentação conhecido como macadame⁴⁷⁸. Após cinco anos de trabalho, a Estrada União e Indústria chegou a Juiz de Fora. Deixava-se Petrópolis ao nascer do sol e alcançava-se Juiz de Fora antes do anoitecer. D. Pedro II e sua comitiva fez esse trajeto, passando por diversas estações, para inaugurar solenemente o trecho Petrópolis - Juiz de Fora.

Para viabilizar o funcionamento da estrada, Mariano Procópio encarregou-se de instalar, ao longo do percurso, estações para troca de animais, diversas oficinas,

⁴⁷⁵ BASTOS, Wilson de Lima. *Mariano Procópio Ferreira Lage*. Quando atuou como deputado na Assembléia Provincial de Minas Gerais nas duas primeiras legislaturas, Mariano José propôs a construção de uma ligação mais eficiente entre a Corte e a província de Minas Gerais.

⁴⁷⁶ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de família*. p. 208-209.

⁴⁷⁷ Decreto nº. 1.031, de 7 de agosto de 1852. Transcrito em BASTOS, Wilson de Lima. *Idem*. p. 23.

⁴⁷⁸ Tratava-se de uma mistura de cascalho e piche para revestir o leito das estradas, descoberta feita pelo escocês Mac Adam. BASTOS, Wilson de Lima. *Idem*. p. 15.

benfeitorias, atividades agropastoris, como a criação de cavalos. Preocupou-se também em instalar uma colônia de imigrantes em Juiz de Fora e em fundar a Escola Agrícola União e Indústria. Os colonos alemães ocupavam-se, desde sua chegada em 1858, da lavoura e do serviço da estrada. Já a Escola Agrícola União e Indústria, fundada em 1869,

destina-se, por meio do ensino teórico e prático, a formar lavradores com conhecimentos suficientes para atingirem estabelecimentos agrícolas, quer como proprietário quer como administradores. O programa de ensino adiante descrito abrange, além da agricultura em geral e ciências acessórias, a teoria e a prática, tanto das culturas geralmente usadas no Brasil como a da criação e aperfeiçoamento das raças de animais cavалares, bovinos, lanígeros, suínos etc. as economias e escriturações rurais⁴⁷⁹.

A preocupação com o melhoramento das raças de animais e com o aperfeiçoamento técnico está presente no rebanho de Mariano, em Barbacena. Embora criasse 359 cabeças de gado vacum e 200 carneiros, em suas terras da fazenda do Sítio e do Moinho, não deixou de inovar ao apostar na criação de cavalos. Dos 156 animais cavалares, havia apenas 19 bestas. Os demais se compunham de 86 éguas de criar, além de poldros e cavalos ingleses, normandos e espanhóis⁴⁸⁰.

Incansável na busca do progresso, Mariano Procópio conclamou seus pares a criar a *Sociedade Promotora dos Melhoramentos Materiais da Vila de Santo Antônio do Paraibuna e do seu Município*. De acordo com a ata de instalação da “Sociedade”, datada de 07 de setembro de 1855,

(...) patenteou os seus nobres sentimentos de patriotismo e desejo para o progresso não só dos melhoramentos materiais de nosso vasto Império, como particularmente para os que tocam mais de perto a órbita, atenção e zelo da sociedade, e que são relativos ao engrandecimento desta Vila e do seu Município, e para mais eficazmente se conseguir esses fins, propôs o Senhor Comendador Mariano Procópio Ferreira Lage a formatura de uma sociedade, que dedicasse um fundo pecuniário, conforme disposto no estatuto e que, com zelo, inteligência e boa vontade, se encarregasse de promover um acordo com a Câmara deste Município, aqueles melhoramentos de que ainda é insusceptível, tanto quanto couber ao alcance, forças e fundos disponíveis dos sócios da dita sociedade⁴⁸¹.

⁴⁷⁹ BASTOS, Wilson de Lima. *Mariano Procópio*. p. 88.

⁴⁸⁰ AHMPAS. *Traslado de inventário do Comendador Mariano Procópio Ferreira Lage, 1872*. 1SVC. Cx. 122/23.

⁴⁸¹ Ata da instalação da Sociedade Promotora dos Melhoramentos Materiais da Vila de Santo Antonio do Paraibuna e do seu Município. Citado por BASTOS, Wilson de Lima. *Mariano Procópio*. p. 100.

O empreendimento e o entusiasmo de Mariano Procópio não foram suficientes para evitar as dificuldades enfrentadas pela Estrada de Rodagem União e Indústria. A empresa não deu os lucros previstos. A concorrência da Estrada de Ferro Dom Pedro II, em relação aos pedágios e aos transportes, agravou ainda mais a situação da rodovia, que foi encampada pelo governo imperial, em 1864. Mariano Procópio, atento às novidades, voltou suas atenções para a ferrovia, tornando-se diretor da Estrada de Ferro Dom Pedro II, em 1869⁴⁸².

O falecimento de Mariano Procópio, em 1872, pôs fim a uma trajetória coroada de êxito. Sua visão progressista orientou seus projetos inovadores e seus investimentos. Embora possuísse fazendas⁴⁸³, optou por ampliar sua fortuna, aplicando-a em ações e atuando no comércio atacadista. O patrimônio da família paterna, certamente, ofereceu condições para a formação de Mariano. Propiciou, ainda, a inserção no mundo dos negócios da Corte. No entanto, o grande impulso para seus negócios deve ter sido dado pela herança recebida da família de sua esposa e pelas relações com os familiares do sogro. Mariano Procópio casou-se, em 1851, com Dona Maria Amália Machado, herdeira de uma rica família de comerciantes e financistas. José Machado Coelho de Castro, sogro de Mariano, era um importante homem de negócios. Ocupou, regularmente, as diretorias dos principais bancos e companhias do período, chegando a presidência do Banco do Brasil, entre 1872-1877 e entre 1881-1886⁴⁸⁴. A família Armonde tinha negócios com os Machado Coelho. Manoel e Francisco Machado Coelho remetiam a Marcelino José Ferreira mercadorias e notícias da Corte. Manoel Machado Coelho também cuidava das remessas de mesadas para o sustento de Camilo, em Paris⁴⁸⁵.

Em testamento redigido em 1867, Mariano Procópio declarou pertencer à mulher, por contrato nupcial, tudo que ela herdou dos pais e mais trinta contos de réis, de dote oferecido pelo marido, totalizando a quantia de trezentos e cinquenta contos de réis. Mariano avaliou seus bens em 899:609\$000 (oitocentos e noventa e nove contos seiscentos e nove mil-réis). Essa fortuna, mais os bens existentes em Barbacena, 123:300\$210 (cento e vinte e três contos trezentos mil e duzentos e dez réis), mais a

⁴⁸² BASTOS, Wilson de Lima. *Mariano Procópio*.

⁴⁸³ Mariano Procópio possuía fazendas em Barbacena. Sua mãe, agraciada com o título de Baronesa de Santana, no dia da inauguração da Estrada União e Indústria, era importante produtora de café da região.

⁴⁸⁴ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar*. p. 182-183.

⁴⁸⁵ Correspondências de Manoel Machado Coelho e de Francisco Machado Coelho a Marcelino José Ferreira. Apud ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto e. *Formação e apogeu da aristocracia rural em Minas Gerais*. p. 67-68, 70-72, 93-94.

herança de seu tio Lino Armonde, foram legados aos três filhos do casal. Mariano recomendou à mulher e a seus testamenteiros o cuidado na educação dos filhos, “excitando-lhes o gosto para a engenharia e agricultura ou medicina”⁴⁸⁶.

Mariano Procópio militou, também, na política. Como deputado pelo partido Conservador, representou a província de Minas Gerais na Assembléia Geral entre 1861-1864 e 1869-1872. Integrou a delegação brasileira à Exposição Universal de Paris, em 1867. Foi condecorado com a Ordem da Rosa e com a Comenda de Cristo. Abriu mão do título de Barão em favor da mãe, nomeada pelo Imperador Baronesa de Santana.

A exemplo de Mariano Procópio, seu primo Camilo Maria Ferreira também construiu brilhante trajetória profissional. Ambos conseguiram potencializar os esforços e investimentos da família e integrar, efetivamente, a cidade de Barbacena à Corte do Rio de Janeiro. Aos ilustres descendentes da família Armonde não pode ser aplicada a máxima “pai taverneiro, filho barão, neto mendicante”⁴⁸⁷. A geração de Camilo e Mariano viveu sob o signo da prosperidade. Ao mesmo tempo, incorporou os sonhos de uma época. Suas trajetórias e suas escolhas são emblemáticas das expectativas, das apostas e das frustrações de um tempo “vivido intensamente pelos habitantes do Brasil”⁴⁸⁸. Camilo usufruiu da abastança de sua família. Aos 13 anos foi matriculado no colégio da Serra do Caraça⁴⁸⁹. Em 1832, ingressou na Academia de Medicina de Paris. Concluiu o curso, em 27 de novembro de 1837, com a defesa da tese “*Essai de l'étude de La vie*”. Em 1838, Camilo regressou ao Brasil dedicando-se ao exercício da Medicina, em Barbacena.

A clínica médica, contudo, não absorveu toda sua atenção. Apaixonado pelo conhecimento científico, Dr. Camilo mantinha contatos com o botânico Von Martius. Auxiliou o cientista bávaro, coletando e enviando a ele a flora do Planalto da Mantiqueira. Colaborou também com o cientista francês Emmanuel Liais. Em homenagem ao barão de Prados, Liais deu o nome de *Machaerodus Pradossii* ao felino do período quaternário encontrado por eles nas cavernas de Lagoa Santa. Camilo auxiliou Liais, também, nas atividades do Observatório Astronômico da Corte. Em

⁴⁸⁶ Testamento de Mariano Procópio. Transcrito em BASTOS, Wilson de Lima. *Mariano Procópio*. p. 170-171.

⁴⁸⁷ Sheila de Castro Faria utiliza essa máxima para caracterizar as oscilações e fragmentações das fortunas, geralmente acumuladas nas atividades comerciais. FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. p. 161-166.

⁴⁸⁸ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. p. 1-6.

⁴⁸⁹ ZICO, José Tobias. *Caraça: ex-alunos e visitantes*. Belo Horizonte, s.i., 1979.

1872, foi indicado por Liais para sucedê-lo na direção do Observatório, cargo que exerceu gratuitamente por quatro anos⁴⁹⁰.

Além da Medicina e dos estudos científicos, Camilo ocupava-se da política e dos negócios familiares. Atuou como juiz de paz e juiz de órfãos em Barbacena. Em 1840, começou a editar o jornal “*O Echo da Rasão*”, lançando-se ativamente no debate político da época. Em janeiro de 1841, casou-se com Josefina Cândida Gomes de Souza, filha do major José Gonçalves Gomes de Souza e de D. Mariana Augusta da Gama. Por essa época, Dr. Camilo, certamente, estava atento aos novos investimentos que seu pai fazia na fazenda Santa Sofia. Progressivamente, Camilo assumiu os negócios da família. Quando Marcelino faleceu, sem testamento, aos 18 dias de janeiro de 1850, Camilo, “como filho mais velho, e presente ficou na posse, e cabeça do casal, e como tal, quem está administrando, e dirigindo todos os bens, e negócios pertencentes ao casal”⁴⁹¹. Camilo, em sua justificação, declarou que “o dito seu pai ainda em vida fez entrega ao justificante de todas as chaves, documentos, e papéis relativos aos negócios, e transações da casa, a fim de tudo tomar conta, bem como dos bens da casa, como efetivamente verificou-se”⁴⁹².

Na partilha dos bens de Marcelino, Camilo herdou as terras da fazenda Santa Sofia. Ao longo da segunda metade do século XIX, tratou de expandir suas propriedades, comprando terras e posses anexas à mesma fazenda⁴⁹³. Por ocasião do falecimento de Camilo, em 1882, a fazenda Santa Sofia contava com área de 274 alqueires geométricos, distribuídos entre matas virgens, capoeiras, pastos e cafezais. Com a plantação de 270 mil pés de café, a Santa Sofia estava entre as maiores da região⁴⁹⁴. A fazenda Santa Sofia especializou-se na produção cafeeira. No inventário não há referência a outros cultivos. Parece não ter havido diversificação de atividades. Os animais arrolados (38 bois e duas bestas) deveriam ser empregados nos serviços da lavoura. As nove vacas garantiam o leite para alimentar os moradores da fazenda. No

⁴⁹⁰ MASSENA, Nestor. *Barbacena: a terra e o homem*. v. 1. p. 145-154; ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto e. Formação e apogeu da aristocracia agrária em Minas Gerais; VEIGA, José Xavier da. *Efemérides mineiras*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais. Fundação João Pinheiro, 1998. 4 v. em 2. p. 760-763.

⁴⁹¹ AHMPAS. *Justificação do Dr. Camilo Maria Ferreira. 1850*. 2SVC. Cx. 40/20.

⁴⁹² Idem.

⁴⁹³ O inventário de Marcelino não foi encontrado. Sabe-se da transferência da fazenda Santa Sofia para Camilo através do inventário de Camilo Maria Ferreira. AHMPAS. *Inventário e partilha amigável do Dr. Camilo Maria Ferreira. 1885*. 1SVC. Cx. 61/17.

⁴⁹⁴ Pode-se chegar a tal conclusão, comparando-se o número de pés de café da fazenda Santa Sofia ao de outras grandes fazendas cafeeiras da região. Sobre a produção cafeeira da Mata mineira, ver: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Negócios de família*.

final do século XIX, os produtores de café já contavam com as facilidades do transporte, primeiramente, através da Estrada União e Indústria e, depois, da Estrada de Ferro Pedro II, dispensando a manutenção de tropas.

A fazenda Santa Sofia, administrada pela baronesa de Prados⁴⁹⁵, contava, em 1872, com 245 escravos, sendo 150 homens e 95 mulheres. Predominavam os escravos nascidos em Minas Gerais (200 escravos). Apenas 38 tinham origem africana, um era baiano e seis tinham procedência desconhecida. Os 110 homens adultos eram roceiros (87), carpinteiros (06), pedreiros (04), carroceiros (03), alfaiates (03), sapateiro (01), ferreiro (01), telheiro (01), arrieiro (01), formigueiro (01), copeiro (01) e capataz (01). As mulheres adultas (55) dedicavam-se ao cultivo do café (29), ao serviço do terreiro (03) e às atividades femininas: havia 14 costureiras, 03 cozinheiras, 03 lavadeiras, 02 engomadeiras e uma copeira. Os oito escravos existentes em Barbacena, cinco eram homens e três mulheres, exerciam atividades domésticas, como pajem (3), cabrioleiro (1) e engomadeira (3). A exceção fica por conta de um escravo tropeiro.

⁴⁹⁵ O Dr. Camilo, em virtude das atividades políticas e dos negócios, passava grande parte de seu tempo na Corte. Frequentemente, pelo menos até o falecimento da mãe, em 1876, viajava para Barbacena, onde se demorava longamente. Dessa forma, a administração da fazenda Santa Sofia ficava a cargo da esposa. D. Josefina, contudo, não deixava de se comunicar com o marido acerca das providências a serem tomadas na fazenda e quanto ao cuidado com os escravos. *Correspondências do Conde Prados enviadas a Josefina*. Apud ALBUQUERQUE, Antonio Luiz P. e, *Formação e apogeu da aristocracia rural em Minas Gerais*.

TABELA 25

| RELAÇÃO DE BENS DO CONDE PRADOS, 1885 ⁴⁹⁶ | | | | | |
|--|--|----------------|--------------|------------|--------------|
| BENS | | RIO DE JANEIRO | JUIZ DE FORA | BARBACENA | TOTAL |
| Ouro/prata | | - | 3:503\$626 | - | 3:503\$626 |
| Utensílios/mobiliário | | 2:270\$000 | 285\$000 | 1:988\$000 | 4:543\$000 |
| Equipamentos/ferramentas | | 1:500\$000 | 265\$000 | - | 1:765\$000 |
| Livros/material de estudo | | 240\$000 | - | - | 240\$000 |
| Animais | | 1:150\$000 | 2:077\$000 | - | 3:227\$000 |
| Produção (270 mil pés de café) | | - | 52:850\$000 | - | 52:850\$000 |
| BENS DE RAIZ | URBANO | 46:000\$000 | - | 8:200\$000 | 54:200\$000 |
| | RURAL (274 alqueires de terra, mais benfeitorias da Fazenda Santa Sofia e 30 alqueires de terra em Barbacena) | - | 100:310\$000 | 3:000\$000 | 103:310\$000 |
| Dívidas ativas | | - | - | 7:529\$000 | 7:529\$000 |
| Apólices da dívida pública (280) | | 298:480\$000 | - | - | 298:480\$000 |
| Ações da Cia. União Indústria (30) | | 300\$000 | - | - | 300\$000 |
| DINHEIRO | Com Joaquim Mello e Franco | 119:501\$242 | - | - | 131:348\$492 |
| | Com A. Vieira da Cunha & Cia. | 11:847\$250 | | | |
| DOTES | | - | - | - | 61:365\$000 |
| MONTE-MOR | | - | - | - | 720:673\$828 |

Fonte: AHMPAS. *Inventário e partilha amigável do Dr. Camilo Maria Ferreira, Conde de Prados. 1885.* 1SVC. Cx. 61/17; ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto e. *Formação e apogeu da aristocracia rural em Minas Gerais: 1808-1888.*

Em 1882, a viúva e os herdeiros do conde de Prados apresentaram certidões e uma relação de todos os escravos e ingênuos que foram libertados em 15 de agosto do ano de 1882, em cumprimento à determinação do conde de Prados. Nesta relação de escravos e ingênuos, os herdeiros declararam que “o mesmo senhor por seu falecimento, em 14 de agosto de 1882, deixou todos os seus 241 escravos libertos, com e sem ônus, conforme consta da presente relação e das cartas de liberdade registradas em 15 do

⁴⁹⁶ Não consta o valor dos 245 escravos, matriculados em 1871, libertados com condição de prestarem serviço, aos quais foi concedida liberdade plena pelos herdeiros.

referido mês de agosto próximo passado no Cartório dos Doutores _____ de Cerqueira Lima e Joaquim José Palhares no Rio de Janeiro”⁴⁹⁷. A relação de escravos e ingênuos especifica o número de libertos com obrigação de prestarem serviços:

TABELA 26

| RELAÇÃO ORIGINAL DE TODOS OS ESCRAVOS E INGÊNUOS, QUE PERTENCEU AO FINADO CONDE DE PRADOS, 1882. | |
|---|------------|
| RELAÇÃO ORIGINAL DE ESCRAVOS E INGÊNUOS | QUANTIDADE |
| Escravos libertos, menores de 35 anos, com obrigação de prestarem serviços até 13 de fevereiro de 1897. | 66 |
| Escravos libertos, menores de 45 anos, com obrigação de prestarem serviço até 13 de fevereiro de 1892. | 41 |
| Escravos maiores de 45 anos, com obrigação de prestarem serviço até de 13 de fevereiro de 1887. | 07 |
| Ingênuos que acompanham seus pais acima mencionados, com obrigação de prestarem serviços. | 26 |
| Escravos libertos sem qualquer ônus. | 101 |
| Ingênuos que acompanham seus pais acima mencionados, sem qualquer ônus. | 58 |
| Total | 299 |

Fonte: “Relação original de todos os escravos e ingênuos, que pertencerão ao Conde de Prados”. Fac-símile. Apud ALBUQUERQUE, Antônio Luiz Porto e. *Formação e apogeu da aristocracia rural em Minas Gerais*. p. 304.

O conde de Prados, atento aos desdobramentos da crise do sistema escravista e consciente da iminência da abolição, procurou solucionar o problema da mão-de-obra em sua fazenda. Como pode ser observado na tabela acima, foi dada à maioria dos escravos e ingênuos liberdade condicional. Ciente das dificuldades para substituir a mão-de-obra compulsória, o conde de Prados tentou garantir os serviços de seus escravos por mais 15 anos, pelo menos. Certamente, nesse tempo a mais, esperava encontrar solução para o trabalho na fazenda. Imediatamente após a morte do conde de Prados, os herdeiros libertaram todos os cativos, desistindo “de todos os serviços dos escravos, aos quais sem exceção de um só, concederam liberdade plena, sem ônus algum (...)”⁴⁹⁸.

Não foi possível saber a solução dada pela condessa de Prados e seus genros para a questão da mão-de-obra. Em 1885, Hipólito Albuquerque de Mello e o Dr.

⁴⁹⁷ Relação original de todos os escravos e ingênuos que pertencerão ao finado Conde de Prados. Fac-símile. In: ALBUQUERQUE, Antônio Luiz Porto e. *Formação e apogeu da aristocracia rural em Minas Gerais, 1808-1888*. p. 289-304.

⁴⁹⁸ AHMPAS. *Inventário e partilha amigável do Dr. Camilo Maria Ferreira, Conde de Prados. 1885*. 1SVC. Cx. 61/17.

Camilo Ferreira da Fonseca, genros do conde de Prados, assinaram um contrato com o barão de Santa Cecília, regulamentando o aluguel de quatro escravos para trabalharem na fazenda Santa Sofia⁴⁹⁹. Além do aluguel de cativos, outras alternativas, provavelmente, devem ter sido tentadas. A parceria com trabalhadores livres e libertos é uma estratégia que não pode ser descartada. No entanto, somente o acesso aos documentos da fazenda Santa Sofia pode esclarecer essa questão.

A crise da escravidão, certamente, motivou o conde de Prados a libertar todos os seus escravos. Contudo, quando em 1856 fez seu testamento, o comportamento dele em relação a seus mancipios não se distinguia das ações de outros senhores de escravos. Como era comum na época, Dr. Camilo deixou libertos incondicionalmente apenas nove de seus escravos. A dezoito deles ofereceu liberdade com prestação de serviços a seus herdeiros, por cinco anos (14 escravos) e por dez anos (4). Cada escravo deveria, ainda, pagar 200\$000 (duzentos mil-réis) aos herdeiros para conquistar definitivamente a liberdade. O testador também “fez batizar como libertos as suas crias seguintes: Luiz, pardo; Simplício, pardo claro; Clementina, parda clara; Ambrosina, parda; Tertuliano, pardo”⁵⁰⁰ Dr. Camilo deixou a cada um desses libertos o legado de 2:000\$000 (dois contos de réis) em apólices da dívida pública. Deixou libertas quatro mães de “suas crias”, deixando a cada uma delas o legado de 400\$000 réis (quatrocentos mil-réis). Dr. Camilo Maria Ferreira não negligenciou os cuidados com seus escravos, mantendo um hospital na fazenda Santa Sofia e passando instruções a Josefina quanto à higiene, ao vestuário e à disciplina a que deveriam ser submetidos⁵⁰¹.

A fazenda Santa Sofia contava com inúmeras benfeitorias, avaliadas em 40:000\$000 réis (quarenta contos de réis). Além do hospital, havia “casas, terreiros de pedra, senzalas, tulhas, engenho, máquinas e todas as mais benfeitorias existentes”⁵⁰². Em 1875, foi construído um moinho ou descaroçador de café, tocado a água, no sítio da Cachoeira⁵⁰³. Embora o inventário do conde de Prados não seja detalhado, o valor das

⁴⁹⁹ Contrato transcrito por ALBUQUERQUE, Antônio Luiz Porto e. *Formação e apogeu da aristocracia rural em Minas Gerais*. p. 305-307, p. 313-314.

⁵⁰⁰ AHMPAS. *Testamento de Camilo Maria Ferreira, 1856*. Transcrito no Inventário de 1885. 1SVC. Cx. 61/17.

⁵⁰¹ Correspondências do Conde de Prados. Apud. ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto e. *Formação e apogeu da aristocracia rural em Minas Gerais, 1808-1888*.

⁵⁰² AHMPAS. *Inventário de Camilo Maria Ferreira, 1885*. 1SVC. Cx. 61/17.

⁵⁰³ Procuração do Visconde de Prados a Hipólito Dorneles de Albuquerque Mello. Icarai, 10 de julho de 1875. Apud. ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto e. *Formação e apogeu da aristocracia rural em Minas Gerais, 1808-1888*. p. 205-206.

benfeitorias faz crer que a fazenda Santa Sofia estava bastante estruturada, inclusive, beneficiando o café que produzia e enviava aos comissários no Rio de Janeiro.

Também chama a atenção no inventário os utensílios e o mobiliário arrolados. A chácara do Rio de Janeiro, situada à Rua do Conselheiro Pereira da Silva, na freguesia de Nossa Senhora da Glória, era toda murada e arborizada. O terreno anexo à chácara, certamente, oferecia pastagem às bestas que puxavam os três carros (uma caleça, um coupé e uma vitória) da propriedade e à “vaca tourina” e seu bezerro. Nesse terreno havia uma nascente de água canalizada que abastecia a chácara. O interior da casa era ricamente mobiliado. Inúmeras cadeiras, sofás, dunquerqueques, vasos, tapetes, espelho, dois relógios compunham a decoração das salas. Havia ainda uma biblioteca contendo 17 estantes de ferro com livros, dois globos grandes com pés e um microscópio, além de escrivaninhas⁵⁰⁴. Nos quartos podiam-se encontrar guarda-roupas, camas austríacas e de vinhático, diversas mesinhas, cômoda, escrivaninha e baús com roupa de cama e mesa. Foram arrolados dois lavatórios e uma banheira. Além dos utensílios da cozinha, havia uma máquina de fazer gelo, louças, porcelanas, cristais e utensílios de “christofle”. No jardim, passeavam dois cisnes brancos, uma ave unicorne, marrecos e irerês.

Na fazenda Santa Sofia também podia-se usufruir de mobiliário sofisticado. Foi arrolada uma extensa quantidade de utensílio de prata. Talheres, salvas, castiçais, bules, tigela, bandejas, avaliados em 3:503\$626 réis (três contos quinhentos e três mil e seiscentos e vinte e seis réis). Na fazenda havia também louça para jantar, chá e café, guarda-roupa, mesas, cadeiras, sofás, escrivaninha e um relógio austríaco de parede, além de roupas de cama e mesa e utensílio da farmácia e enfermaria.

A chácara de Barbacena, descrita por Burton como a melhor residência da cidade⁵⁰⁵, achava-se provida com requintados utensílios e mobiliários. Além da indispensável escrivaninha, encontrava-se mobiliada com um relógio de parede, duas estantes grandes, armários, aparador, mesas, diversas cadeiras, lampiões, serpentinas, candelabro, 13 camas com cortinados, dois dunquerqueques, quatro lavatórios, criados mudos com mármore, diversos vasos e enfeites para mesas, capachos, tapetes e outros utensílios. Havia, ainda, serviço de cristais completo para 24 talheres e dois aparelhos de porcelana branca para jantar, chá e café⁵⁰⁶.

⁵⁰⁴ Lamentavelmente, não há a descrição dos títulos dos livros.

⁵⁰⁵ BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. p. 84.

⁵⁰⁶ AHMPAS. *Inventário e partilha amigável do Dr. Camilo Maria Ferreira, Conde de Prados*. 1885. ISVC. Cx. 61/17. Não foram citados aqui todos os itens descritos nos bens móveis. Foram recortados apenas alguns significativos para a discussão sobre os novos hábitos “civilizados”.

O interior das casas da elite modificou-se bastante no transcorrer do século XIX. Nota-se nas residências do conde de Prados, e também na de Mariano Procópio⁵⁰⁷, luxo e requinte impensáveis, se comparados à rusticidade das casas e mobiliário de seus pais e avós. Nos inventários da primeira metade do século XIX, os bens móveis arrolados caracterizavam-se pela simplicidade e pela exigüidade. Toscos bancos, poucas mesas e raras cadeiras compunham o mobiliário das fazendas da região. Caixas e baús eram freqüentes, embora a roupa de cama e mesa raramente fosse arrolada. Sofás e guarda-roupas eram raríssimos. Itens como tapetes, quadros e espelhos também não apareciam. Quando muito se tinham oratórios com suas imagens de devoção.

O processo de incorporação de novos hábitos e costumes na forma de construir e mobiliar as residências e de trajar foi desencadeado com a chegada da Corte portuguesa no Rio de Janeiro. A presença de estrangeiros e de portugueses europeus, a introdução de novos costumes, a criação de novos espaços de sociabilidade, a oferta abundante de produtos europeus e as novas práticas culturais modificaram a postura e o comportamento das elites⁵⁰⁸. Paulatinamente, a elite brasileira adotava hábitos tidos como civilizados. Demarcava, pelo comportamento e civilidade, um espaço social que a distinguia e a distanciava do mundo simples e rústico das populações pobres e do mundo da escravidão⁵⁰⁹.

Os novos hábitos “civilizados” requeriam a utilização de utensílios, como talheres, geralmente de prata, aparelho de porcelana para chá, jantar e café, serviços de cristal. A substituição das rótulas de madeira pelas janelas de vidro conduziu o olhar das ruas para o interior das residências⁵¹⁰. Criou-se, desse modo, a preocupação com os objetos de decoração como vasos, quadros e tapetes, roupas de cama e mesa. Os relógios, presentes nas três casas do conde de Prados, simbolizavam as transformações vivenciadas pela sociedade ocidental durante o século XIX⁵¹¹. Mesmo que a nova noção

⁵⁰⁷ Não foi possível ter acesso ao inventário de Mariano Procópio e, conseqüentemente, à descrição de seu mobiliário e utensílios. No entanto, o alto valor atribuído por ele à chácara de Juiz de Fora e sua mobília, 160:000\$000 réis (cento e sessenta contos de réis), além da imponência da construção, que atualmente abriga o Museu Mariano Procópio em Juiz de Fora, permite assegurar que se tratava de luxuoso edifício. BASTOS, Wilson de Lima. *Mariano Procópio*. p. 104-108.

⁵⁰⁸ NEVES, Lúcia M. B. P. das, MACHADO, Humberto F. *O império do Brasil*; DIAS, Maria Odila da Silva Dias. *A interiorização da Metrópole, 1808-1888*.

⁵⁰⁹ Sobre o conceito e os novos hábitos de civilidade, ver: ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v. 1. Ver também: ABEU, Martha. Civilização. In: _____ VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 141-143.

⁵¹⁰ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 10. Ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

⁵¹¹ Sobre as modificações da noção tempo e a incorporação da disciplina de trabalho na sociedade industrial européia ver: THOMPSON, Edward P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial.

de tempo não tivesse, nesse momento, chegado aos currais, roças e senzalas, a ostentação do relógio, objeto acessível apenas aos membros da elite, estabelecia a diferenciação social, ao assinalar a influência dos costumes europeus “civilizados”.

A sintonia com as transformações sócio-econômicas e culturais de seu tempo também marcou as atividades econômicas do Dr. Camilo. Ele não se limitou a investir em cafezais. Abriu uma casa comissária na Corte, administrada por seu genro Joaquim de Melo Franco. Mantinha negócios com a Casa A. Vieira da Cunha e Companhia. Investiu fortemente em ações e, sobretudo, em apólices da dívida pública (41% de seu monte-mor). Embora deva, ao longo da vida, ter fornecido crédito a terceiros, as dívidas ativas são insignificantes em seu inventário⁵¹². Dr. Camilo, além de se dedicar a seus negócios particulares, exerceu cargos técnicos, ligados à área econômico-financeira do Império. Foi vice-presidente, entre 1854-1859, da Companhia União e Indústria. Ocupou, ainda, por quatro anos (1872-1875) a presidência do Banco Nacional de Depósitos e Descontos, além de atuar, a partir de 1871, como fiscal da Companhia A Popular Fluminense, Associação de Benefícios Mútuos para criação de capitais e rendas⁵¹³.

As tênues fronteiras entre o mundo político e a área financeira no Brasil imperial e a familiaridade com o debate e as questões econômicas da época permitiram a participação de inúmeros conselheiros na seção de fazenda do Conselho de Estado⁵¹⁴. Com esse perfil, o conde de Prados, ao ser nomeado conselheiro, em 1879, integrou a seção da Fazenda da instituição⁵¹⁵. Interligando política e negócios, acumulando cargos e funções ligadas ao meio econômico financeiro, o conde de Prados pôde atuar diretamente sobre os destinos do país.

O conde de Prados era detentor de fortuna pessoal significativa, herdada dos negócios de abastecimento de seus familiares e, em parte, acumulada por ele ao ampliar sua fazenda de café e investir em títulos da dívida pública⁵¹⁶. Para além da sua vultosa

In: _____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 267-304.

⁵¹² AHMPAS. *Inventário de Camilo Maria Ferreira, Conde de Prados, 1885*. 1SVC. Cx. 61/17.

⁵¹³ Almanaque Laemmert. 1859. Apud. MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar*. p. 138.

⁵¹⁴ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *Idem*. p. 130.

⁵¹⁵ O Conselho de Estado distribuía seus 12 membros ordinários em quatro seções: Marinha e Guerra, Justiça e Estrangeiros, Império e Fazenda. MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *Idem*. p. 130.

⁵¹⁶ Ao elaborar um perfil da elite que integrava o Conselho de Estado, Maria Fernanda Martins não encontrou muitos membros que pudessem ser identificados exclusivamente como fazendeiros, ou seja, que se ocupasse unicamente do trato de suas terras e escravos, exceção deferida ao Visconde de Itaboraí. Os conselheiros, predominantemente, eram capitalistas, rentistas e homens de negócios, que também

fortuna, o principal recurso usufruído pelo conde de Prados, e pelos demais conselheiros, era de ordem imaterial. Este capital imaterial advinha da posição que ocupavam na sociedade. Dr. Camilo era portador dos valores da civilização, detentor de poder econômico, político, intelectual e cultural. Como legítimo representante da “boa sociedade”, Dr. Camilo estava habilitado para integrar a sociedade da corte do Segundo Reinado. Em 1855, Dr. Camilo foi nomeado Comendador da Ordem de Cristo. O título de Barão de Prados foi concedido em 1861, e o de Visconde, em 1871. Foi elevado à Dignitário da Ordem da Rosa, em 1874, pelos serviços prestados na Exposição Universal de Viena⁵¹⁷. Já no final de sua vida, em 1881, foi agraciado com o título de Conde de Prados⁵¹⁸.

Diferentemente das cortes européias, a sociedade da corte que floresceu no Império do Brasil era formada por uma “nobreza de posição”. A concessão de títulos nobiliárquicos e das honrarias dependia da vontade pessoal do Imperador. Alguns requisitos, contudo, favoreciam o recebimento das honrarias. Destacavam-se os serviços prestados, as provas de patriotismo, os atos de fidelidade e adesão à Sua Majestade Imperial. O exercício de cargos políticos, militares e acadêmicos, além do poderio econômico, favorecia a nobilitação⁵¹⁹.

A doação de títulos nobiliárquicos tem início no momento de consolidação do Estado imperial. Dom Pedro II distribuiu amplamente títulos entre os grandes proprietários do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. O baronato foi concedido, principalmente, a “aqueles que se distinguiam por seu poder e riqueza e não por sua projeção na vida política”⁵²⁰. A nobilitação, contudo, produzia, juntamente com a “formação, a carreira, as relações pessoais e o monopólio do discurso” uma diferenciação e uma hierarquização na sociedade e no “interior do mundo do governo”.

tinham fazendas. Quanto ao nível de fortuna, embora a amostra da autora seja bastante limitada, pode-se observar que o conde de Prados enquadrava-se em uma das faixas mais altas, entre 500:000\$000 réis (quinhentos contos de réis) e 1.000:000\$000 réis (Um mil contos de réis), estando entre os conselheiros mais ricos. MARTINS, Maria Fernanda Vieira. Idem. p. 140-150.

⁵¹⁷ A Imperial Ordem da Rosa foi criada em 1829 para celebrar o casamento de D. Pedro I com D. Amélia de Leutchemberg. Suas insígnias giravam em torno do simbolismo da rosa. GUIMARÃES, Lúcia. Nobreza. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. p. 555.

⁵¹⁸ As cartas de concessão de títulos e honrarias ao Conde de Prados encontram-se impressas em fac-símile em ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto e. *Formação e apogeu da aristocracia rural em Minas Gerais, 1808-1888*. p. 335-352.

⁵¹⁹ GUIMARÃES, Lúcia. Nobreza. In: Idem. p. 553-555. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das, MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. p. 269-275.

⁵²⁰ CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 257-259. Segundo o autor, 77% dos titulares de Dom Pedro II eram barões e “representavam apenas 14% dos ministros do Segundo Reinado que possuíam títulos. Para os proprietários que ingressavam na elite política, assim para os altos burocratas, eram reservados títulos mais elevados, até o máximo de duque, concedido apenas a Caxias”. (p. 258).

Era um instrumento de constituição dos dirigentes que constituíam o Estado imperial. Por outro lado, colocava em destaque o papel privilegiado da Coroa na sua tarefa de efetivar a conciliação entre as facções, de eliminar as clivagens entre os “cidadãos ativos e monopolizadores da ‘sociedade política’”⁵²¹.

Esta “elite brasonada”⁵²², em especial os barões, constituía um “estrato intermediário”, cujos elementos articulavam os “mais distantes” e os “mais próximos”, em torno da Coroa⁵²³. De fato, a maioria dos integrantes da elite agrária manteve uma atuação política restrita à esfera local. Somente alguns poucos alcançaram projeção política provincial e nacional. Naturalmente, a forma de representatividade proposta pela Constituição do Império, com voto censitário e eleição em dois níveis, limitava a participação política direta até mesmo no seio da “sociedade política”.

No entanto, as relações entre o poder local e o Estado imperial, entre a sociedade e o Estado não podem ser compreendidas de forma dicotômica. Trata-se de uma relação dialética, construída historicamente através da interação de processos econômicos, sociais, políticos e ideológicos⁵²⁴. Assim, se tal relação não é simples reflexo das condições materiais do grupo social, os condicionamentos sociais não podem ser esquecidos. A elite política forjou-se nas experiências vivenciadas nos negócios de abastecimento, no ir e vir pelos circuitos mercantis, nas atuações políticas inauguradas a partir da Independência. Organicamente ligada à camada proprietária, embora não se confundisse com ela, a elite política atuava como representante dos proprietários escravistas. Circunscrever as diversas formas de atuação dessa elite e o seu grau de representação durante o período regencial é o objetivo da parte que se segue.

⁵²¹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. p. 187, 178-179.

⁵²² NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das, MACHADO, Humberto Fernandes. *O império do Brasil*. p. 269.

⁵²³ Segundo Ilmar Rohloff de Mattos, a Coroa, atuando como Partido e apresentando-se por meio da figura do Imperador, contém diversos elementos, agrupados em seguimentos dispostos em círculos concêntricos traçados a partir do Paço. O seguimento “mais distante” era “constituído por ‘um elemento difuso, de homens comuns, médios, cuja participação é oferecida pela disciplina e pela fidelidade’ (...) não estando vinculada diretamente a vida política, deixam-se absorver pelo seu existir cotidiano (...): são os plantadores escravistas, os charqueadores sulinos, os fazendeiros de gado dos ‘Sertões do Norte’, os inúmeros proprietários de escravos na Província de Minas Gerais, os inúmeros sitiantes do Império e os contingentes que, vivendo em cidades, exercem atividades no comércio a retalho, no tabelionato e no funcionalismo”.

Os “mais próximos” são os “deputados gerais, os presidentes de província, os ministros de Estado, os senadores e conselheiros de Estado”.

O “estrato intermediário” é formado por aqueles elementos que articulam os “mais distantes” e os “mais próximos”, servindo-se da rede de instituições que o Estado imperial fora tecendo e das redes familiares. Exerceram o comando da Guarda Nacional nos municípios, criaram instituições e grêmios locais, como as Misericórdias, patrocinaram a fundação de jornais em seus municípios. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. p. 180-181.

⁵²⁴ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*

Diagrama 01

Família Ferreira Armonde

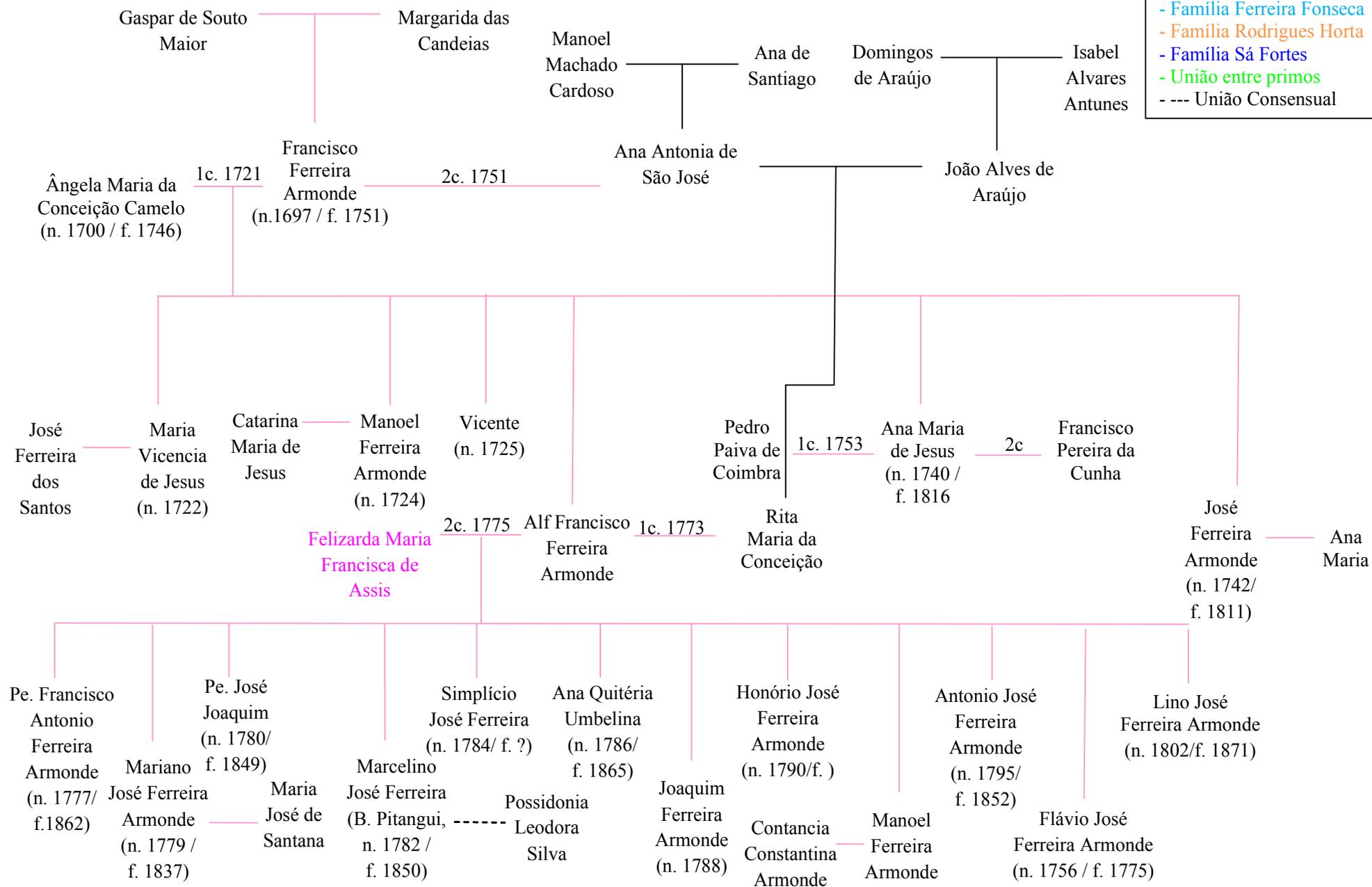


Diagrama 01
(continuação)

Família Ferreira Armonde

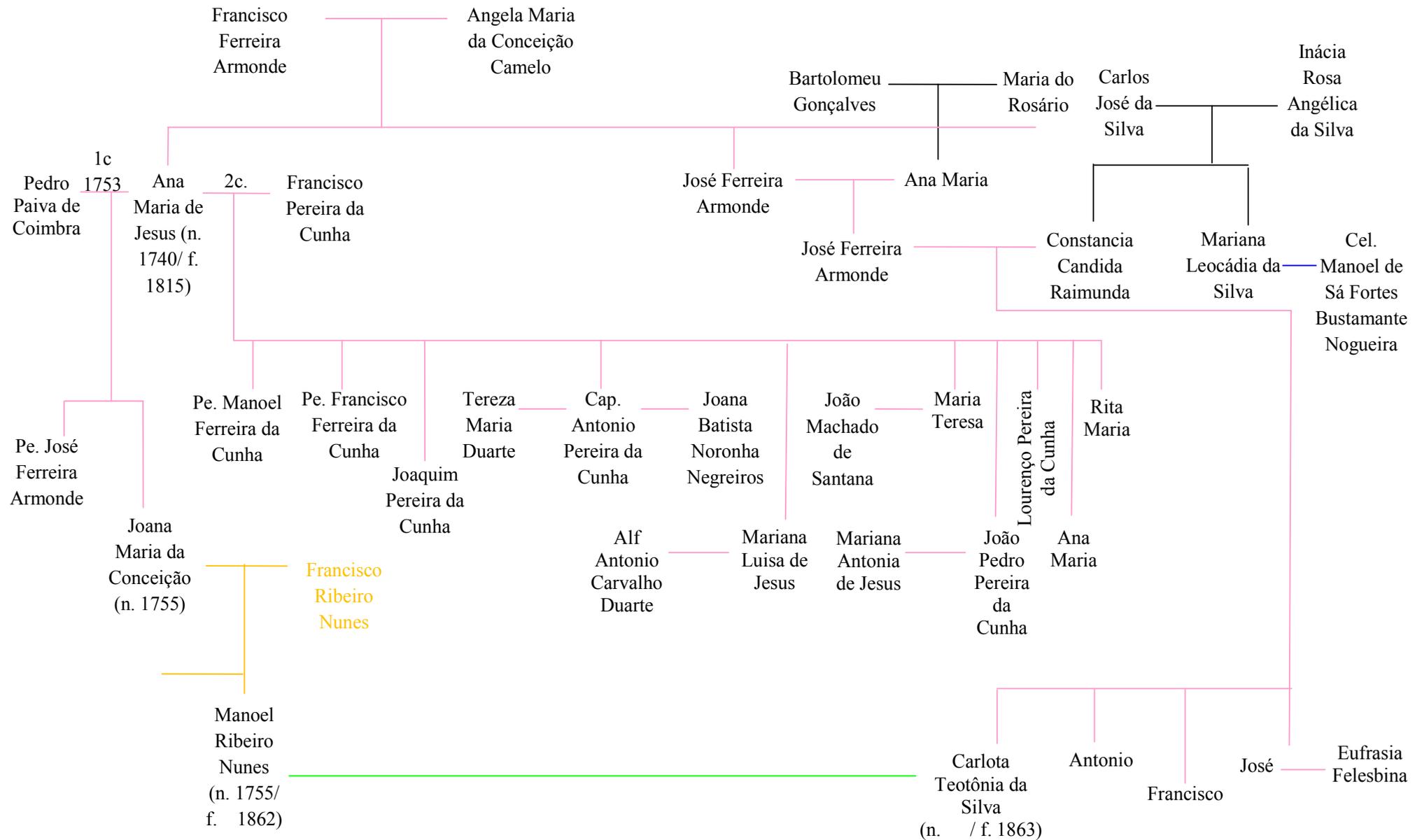
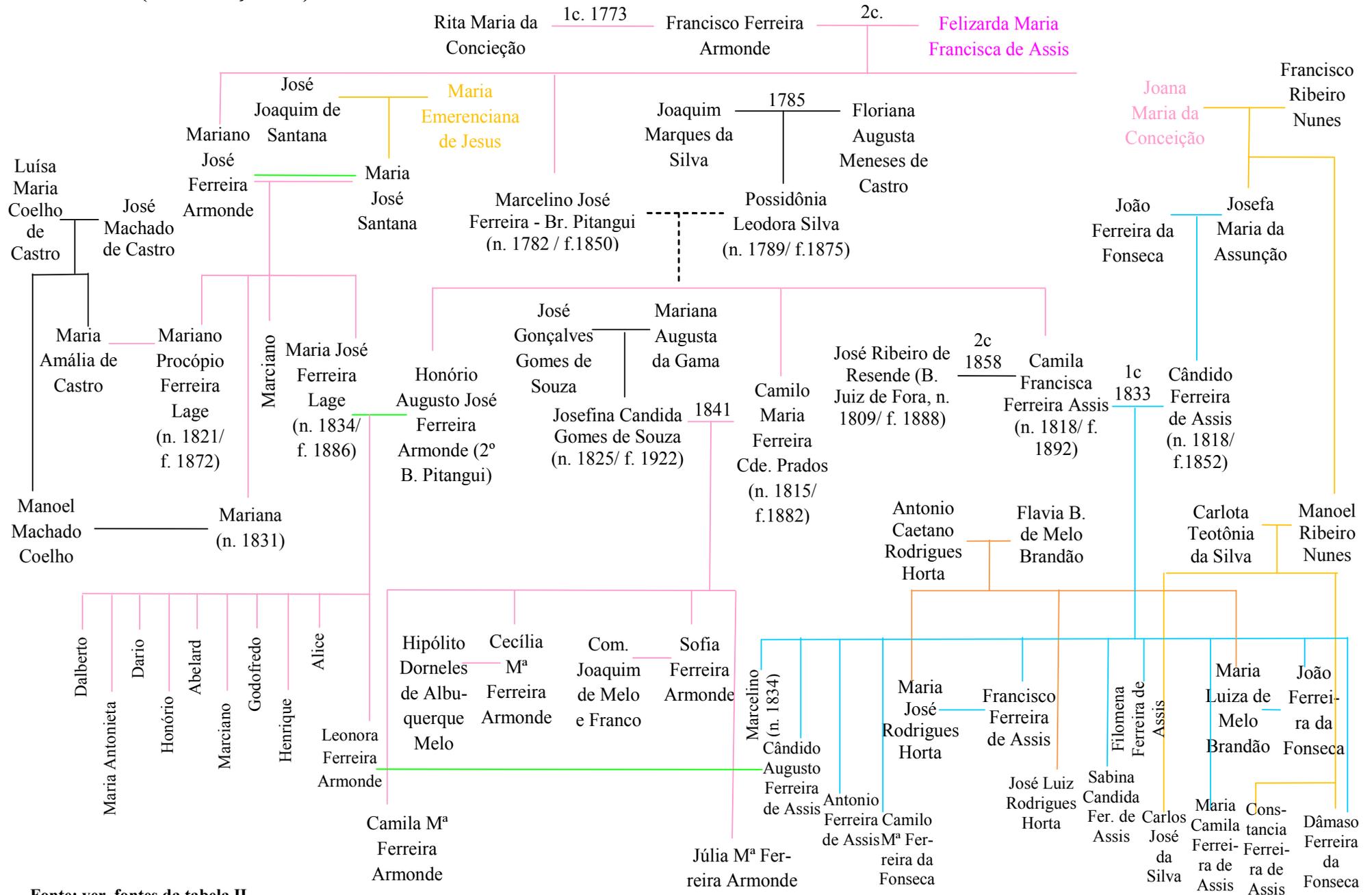


Diagrama 01
(continuação - a)

Família Ferreira Armonde



Fonte: ver fontes da tabela II

Diagrama 02

Família Rodrigues Pais

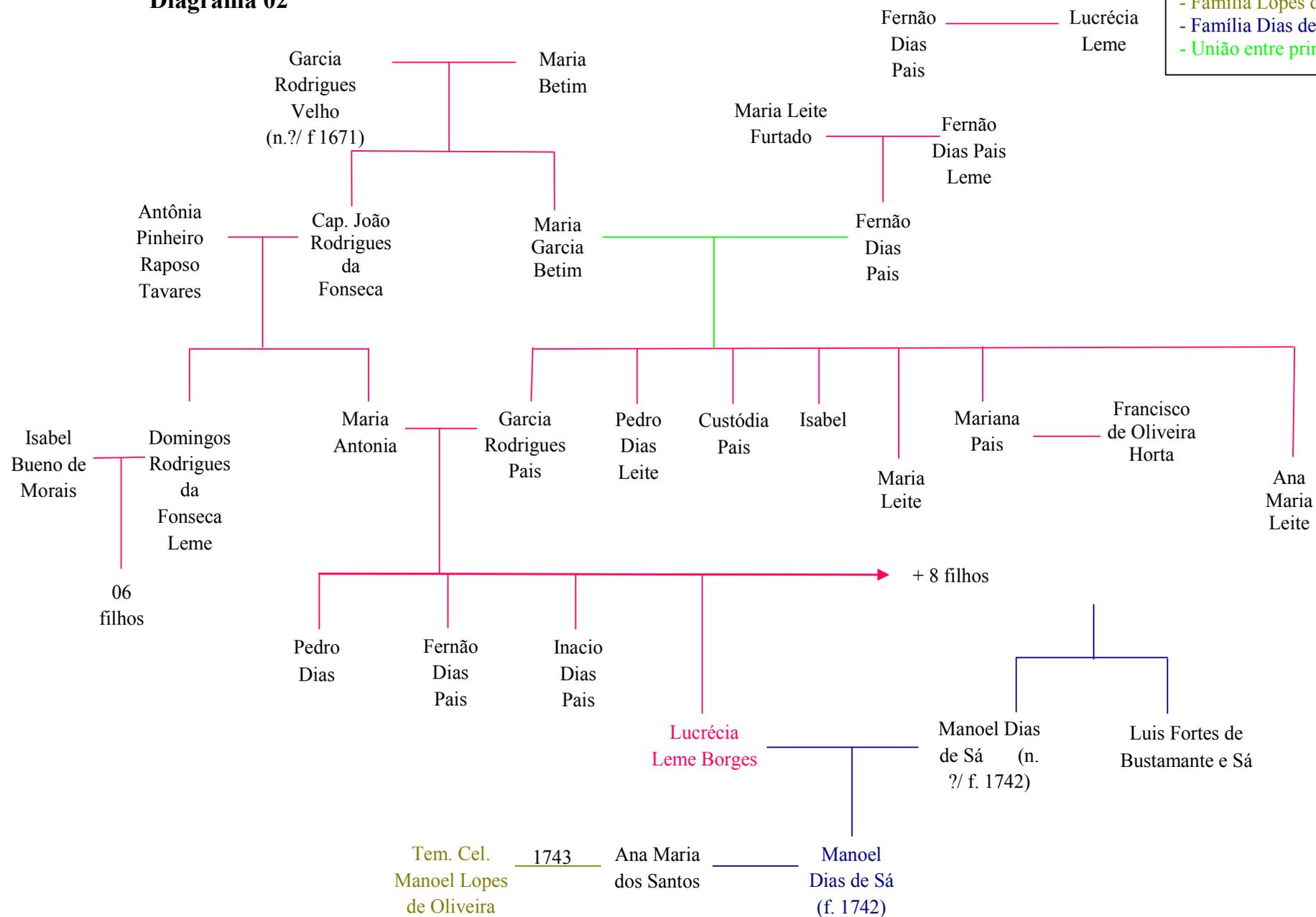


Diagrama 03

Família Lopes de Oliveira / Dias de Sá

- Família Lopes de Oliveira
- Família Dias de Sá
- Família Aires Gomes

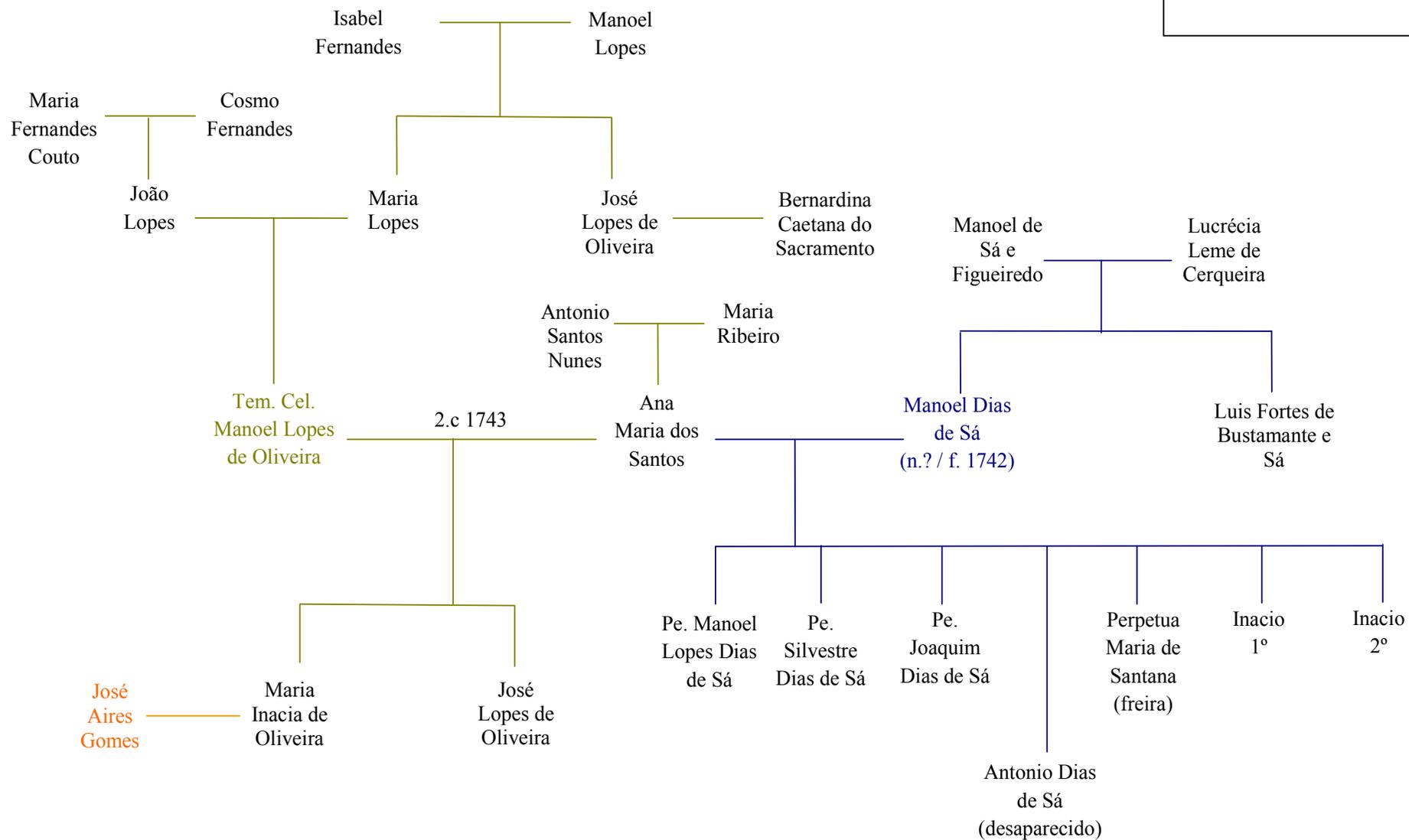


Diagrama 04
(continuação)

Família Vidal Barbosa / Gonçalves Lage

- União tio / sobrinha

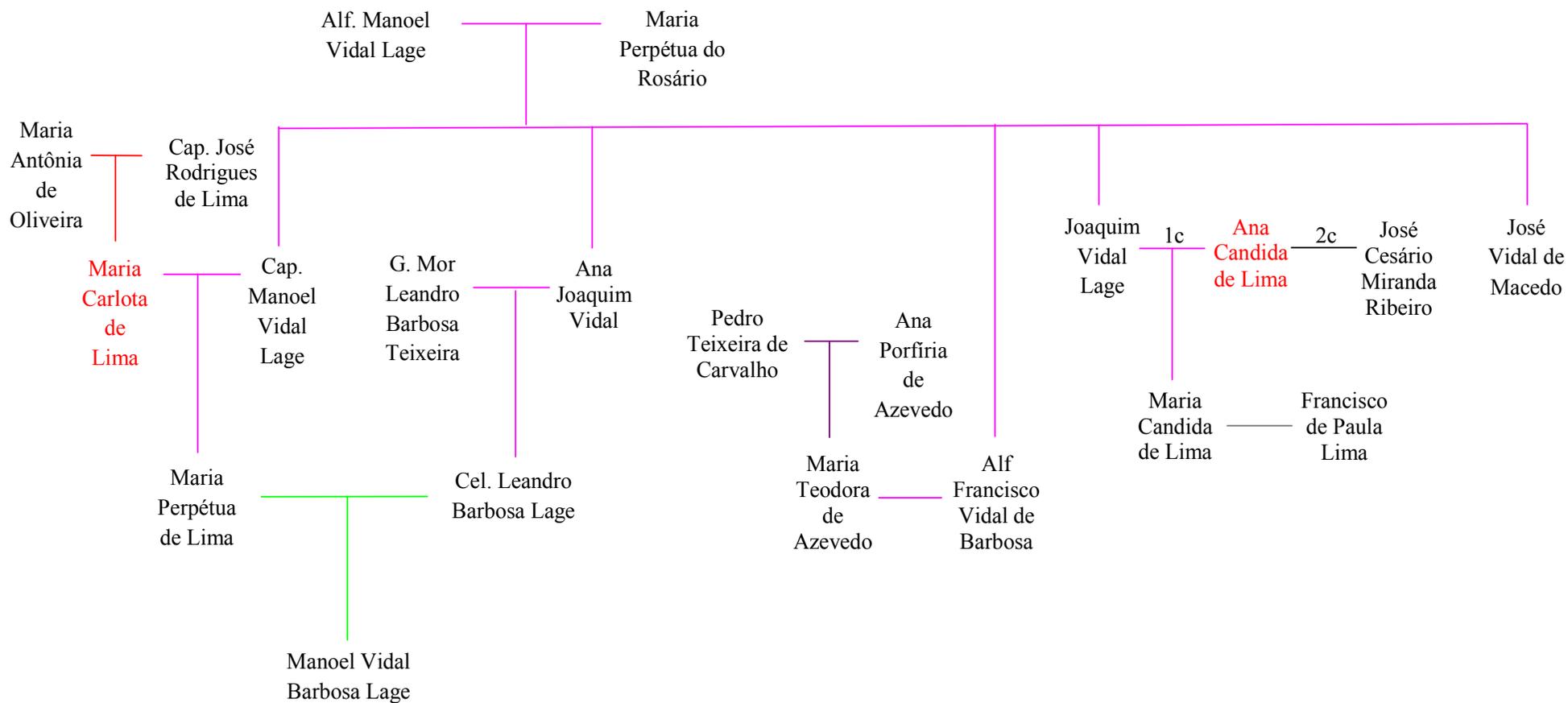
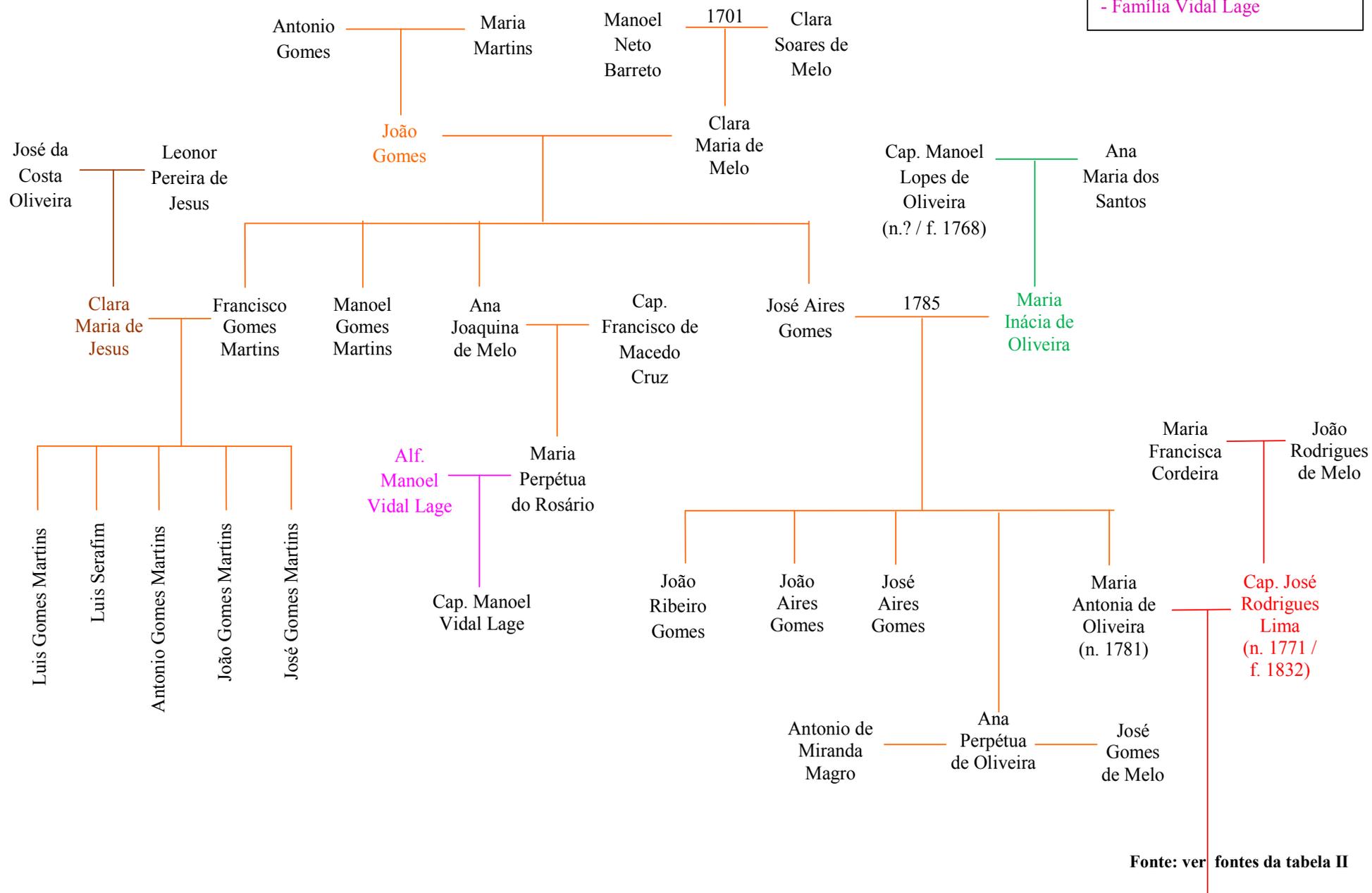


Diagrama 05

Família Aires Gomes

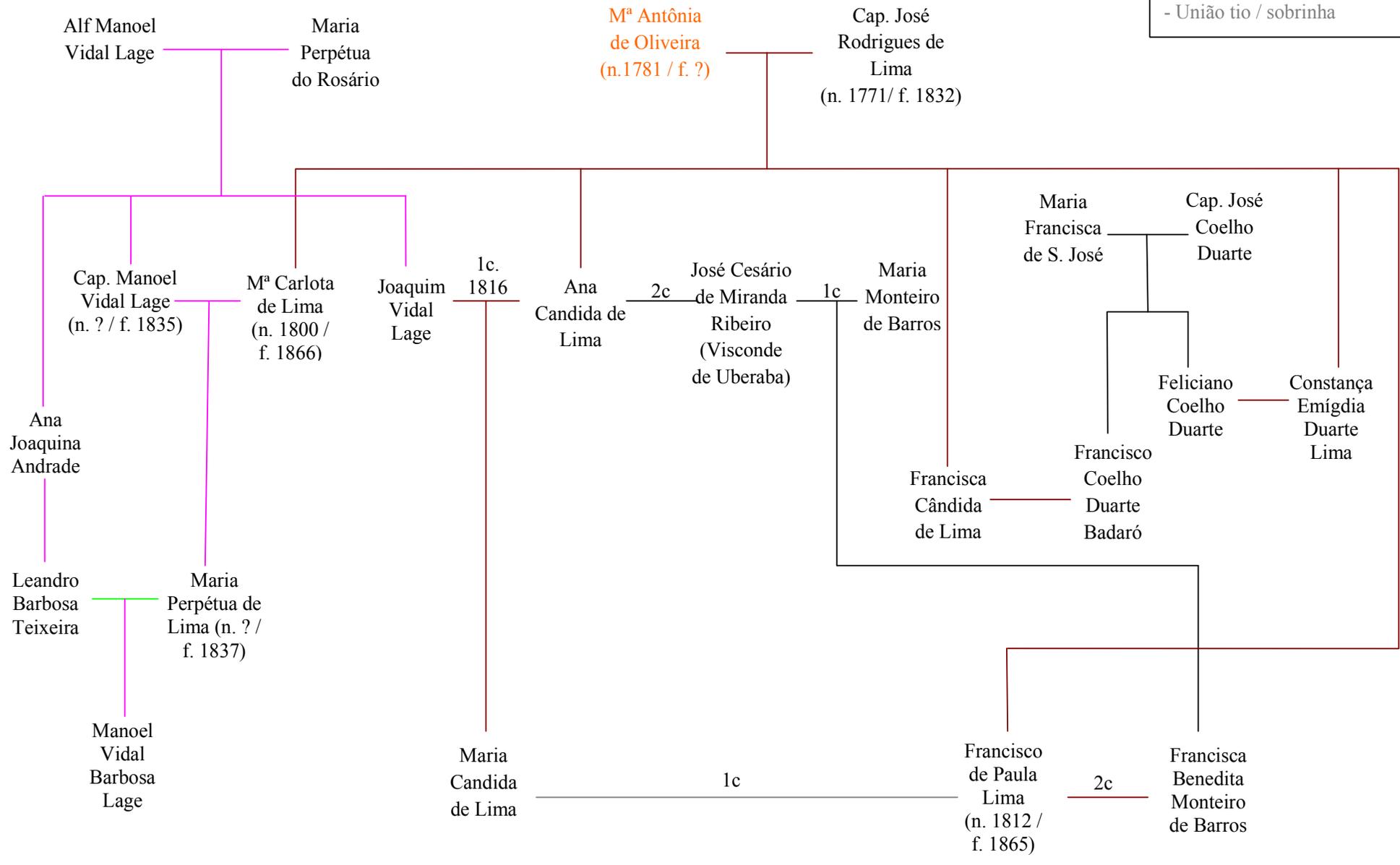
- Família Aires Gomes
- Família Rodrigues Costa
- Família Lopes de Oliveira
- Família Rodrigues Lima
- Família Vidal Lage



Família Aires Gomes / Lima Duarte

Diagrama 06

- Família Lima Duarte
- Família Aires Gomes
- Família Vidal Barbosa
- União tio / sobrinha



Família Lima Duarte

Diagrama 06
(continuação)

- Família Lima Duarte
- Família Vidal Barbosa

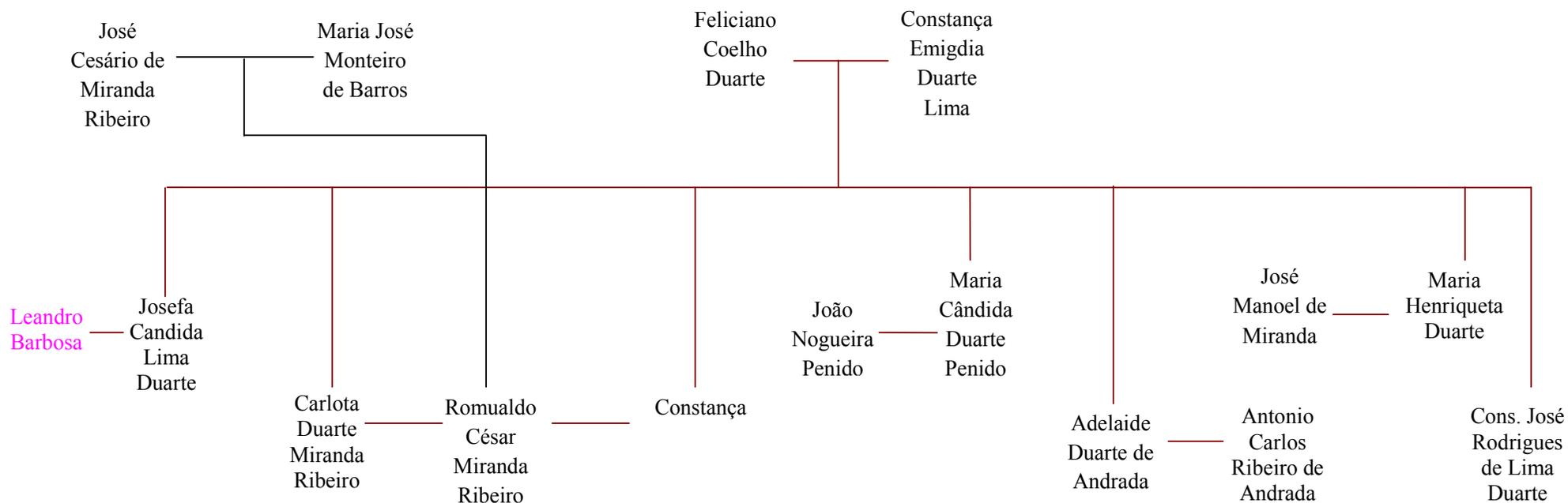


Diagrama 07

Família Rodrigues Costa

- Família Rodrigues Costa
 - Família Aires Gomes

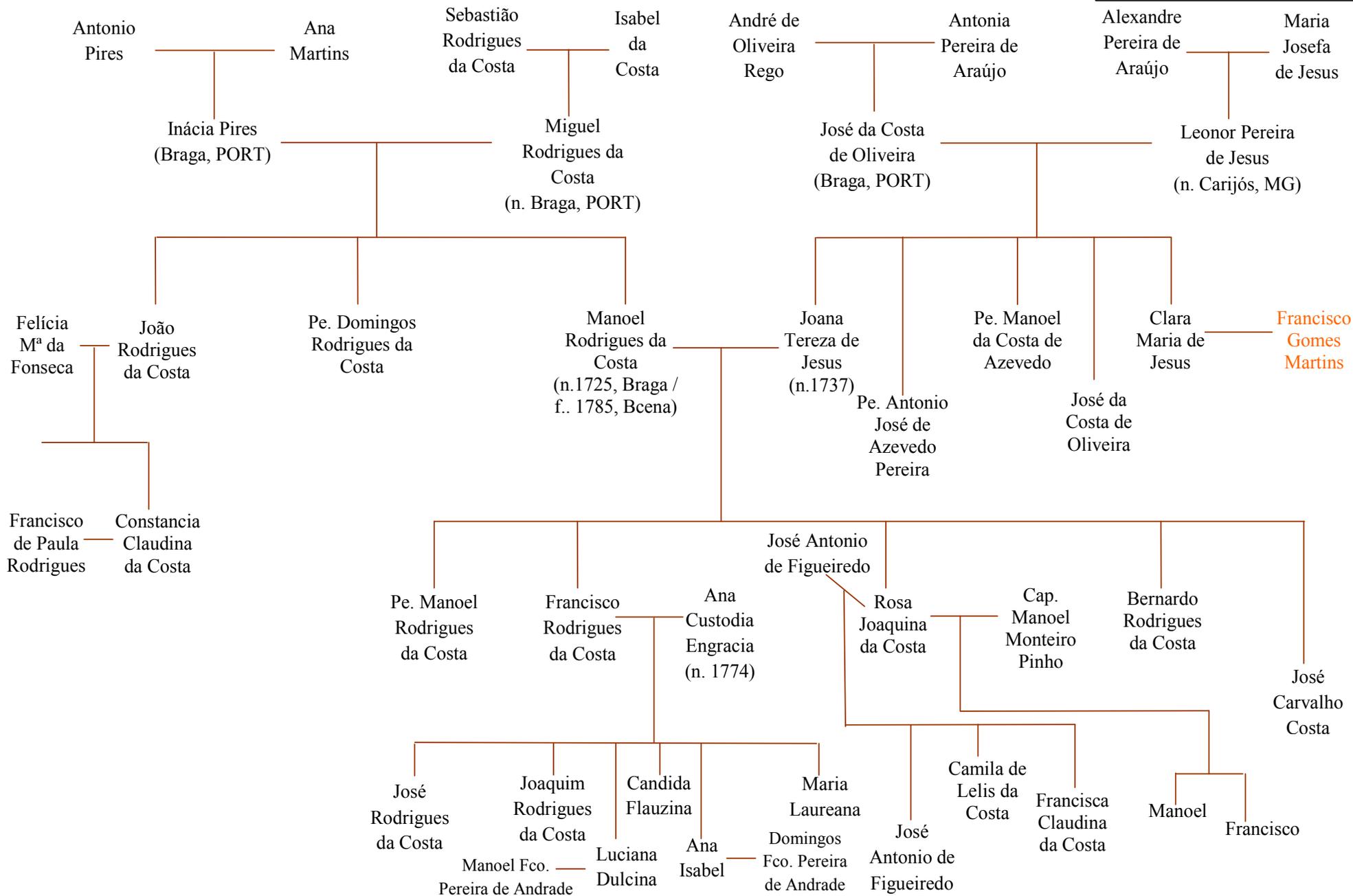


Diagrama 08

Família Vale Amado

- Família Vale Amado
- Família Rodrigues Horta

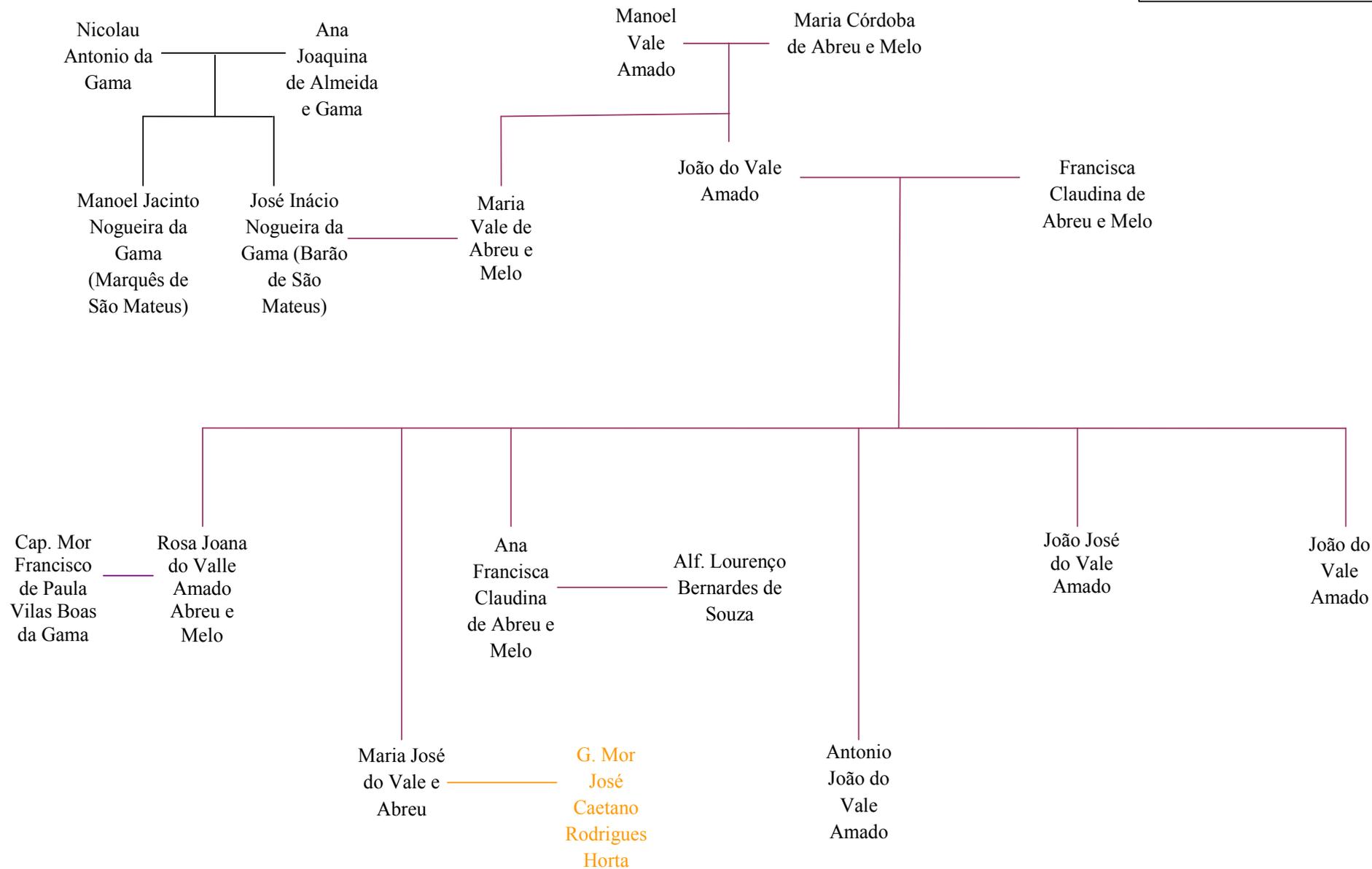


Diagrama 09

Família Maquieiro de Castro

- Família Maquieiro de Castro
- União entre primos

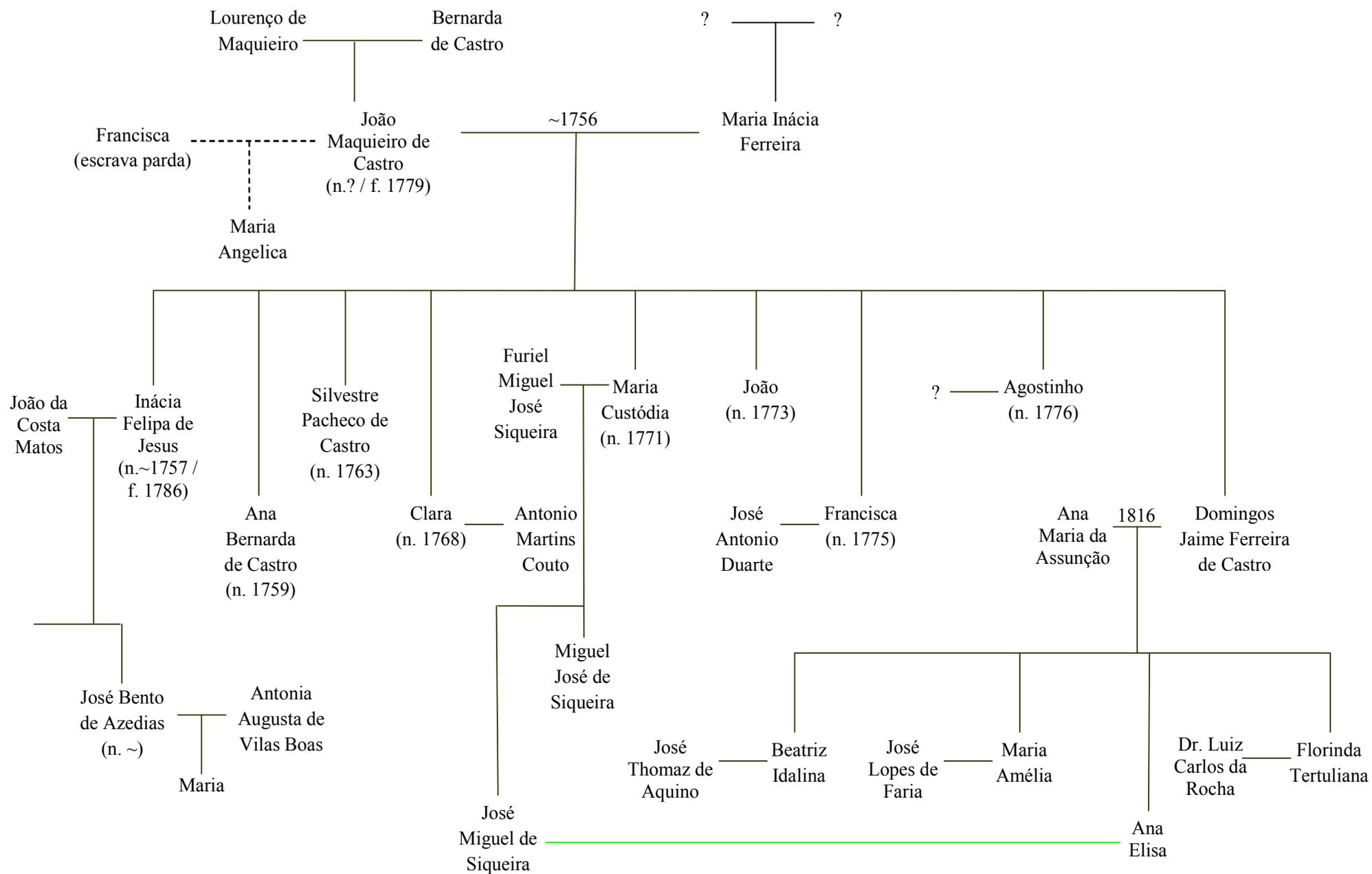
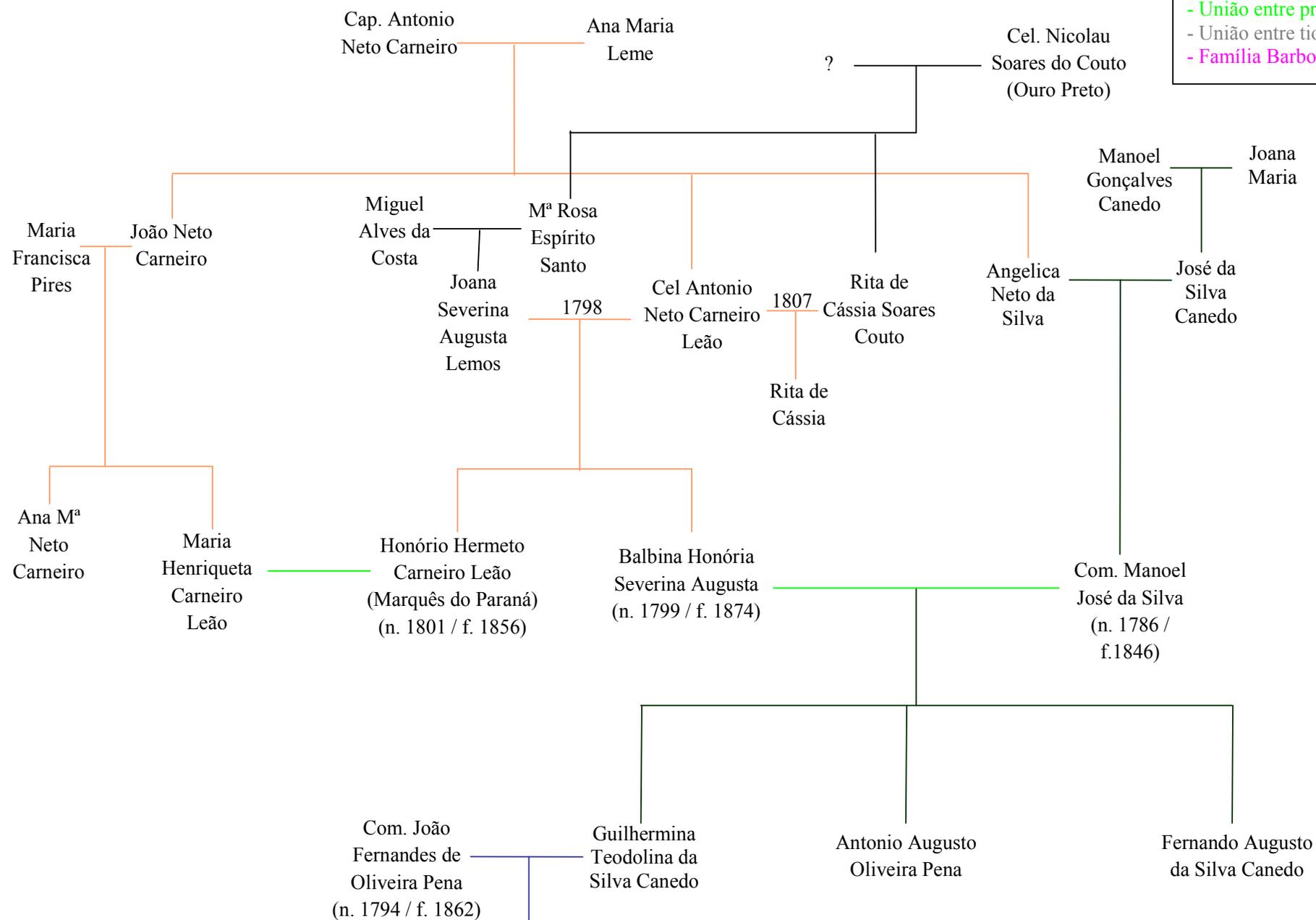


Diagrama 11

Família Carneiro Leão / Canedo / Oliveira Pena



- Família Carneiro Leão
- Família Canedo
- Família Oliveira Pena
- União entre primos
- União entre tio / sobrinha
- Família Barbosa Lage

Diagrama 11
(continuação)

Família Carneiro Leão / Canedo / Oliveira Pena

- Família Carneiro Leão
- Família Canedo
- Família Oliveira Pena
- União entre primos
- União entre tio / sobrinha
- Família Barbosa Lage

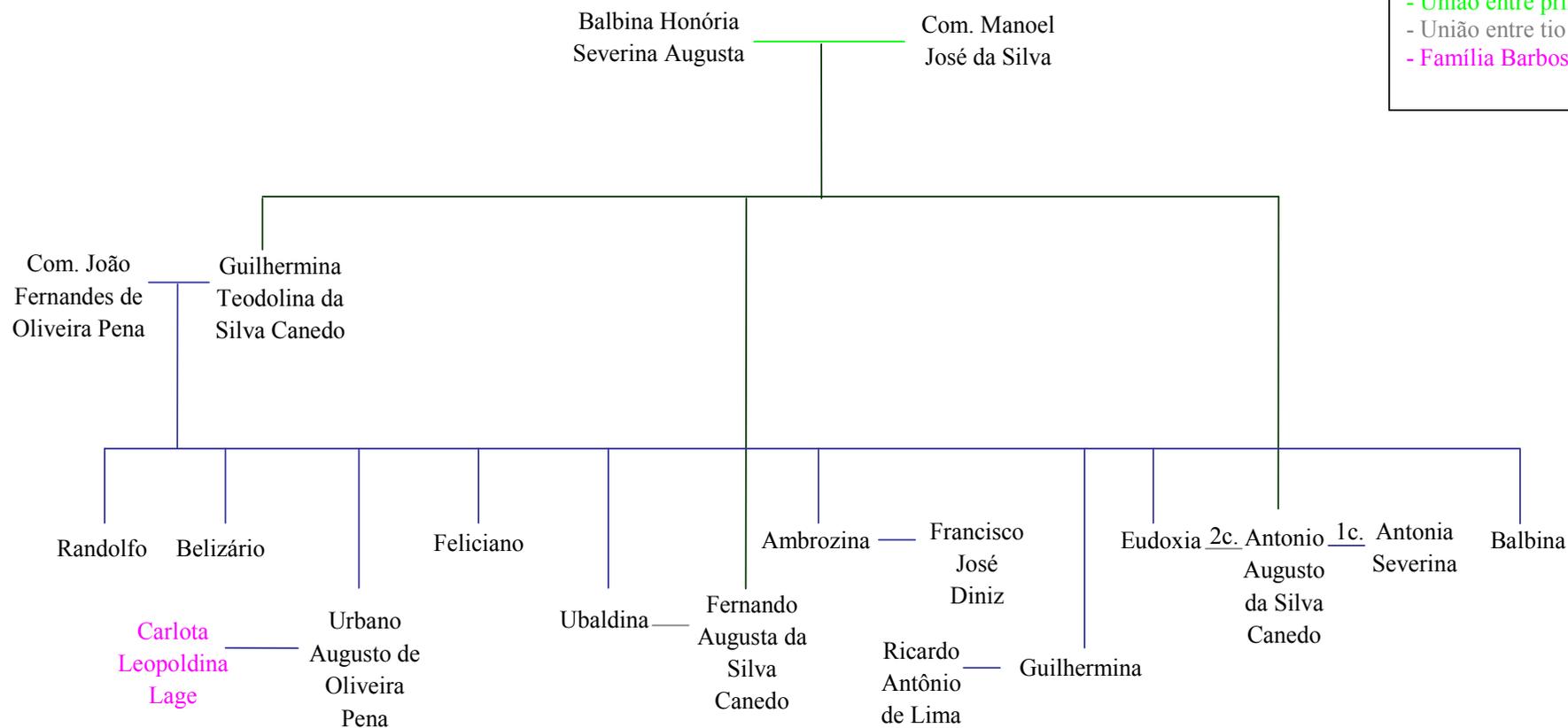


Diagrama 12

Família Ferreira da Fonseca

- Família Ferreira da Fonseca
- Família Ribeiro Nunes
- Família Ferreira Armonde
- União entre primos

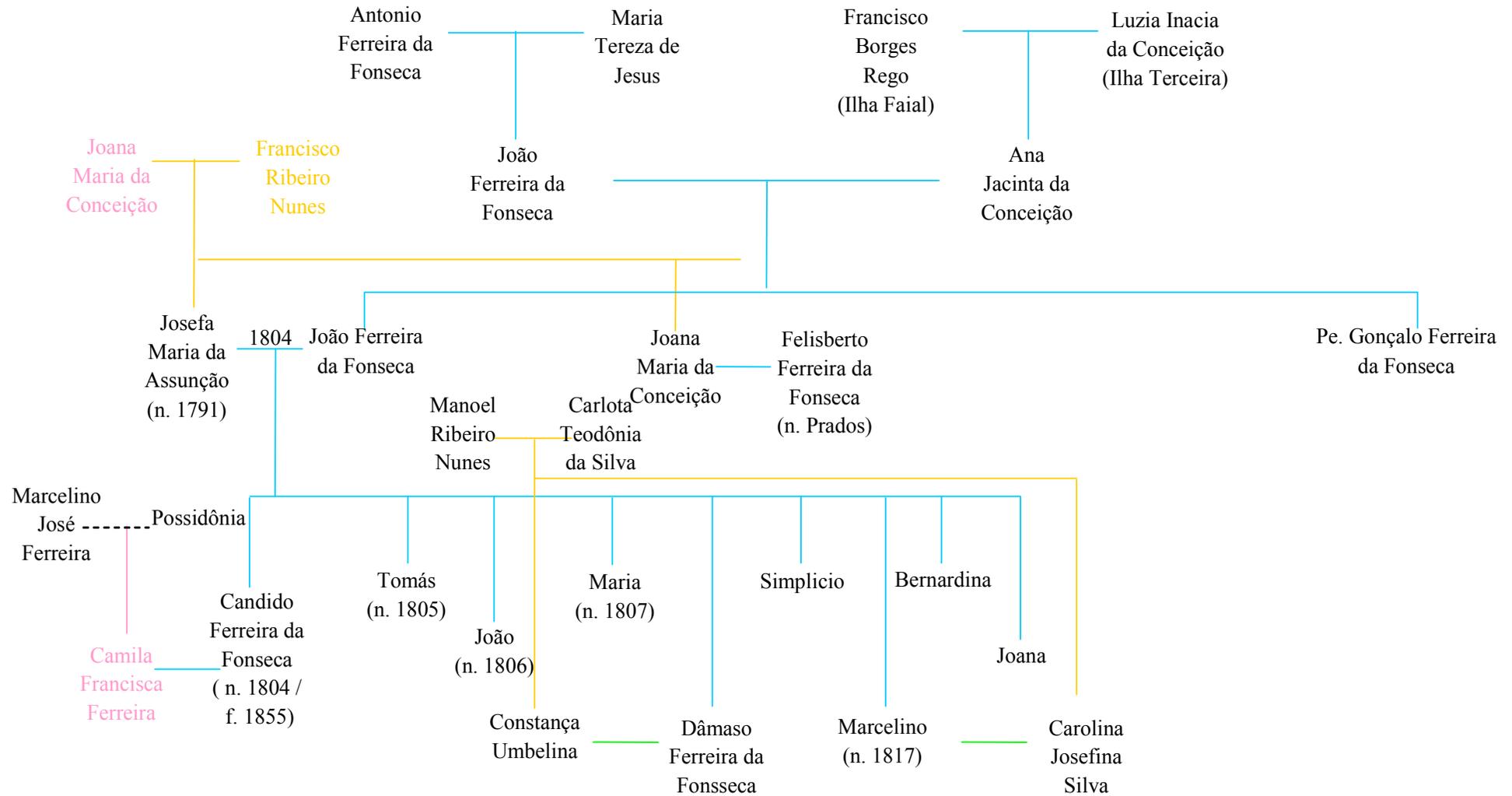
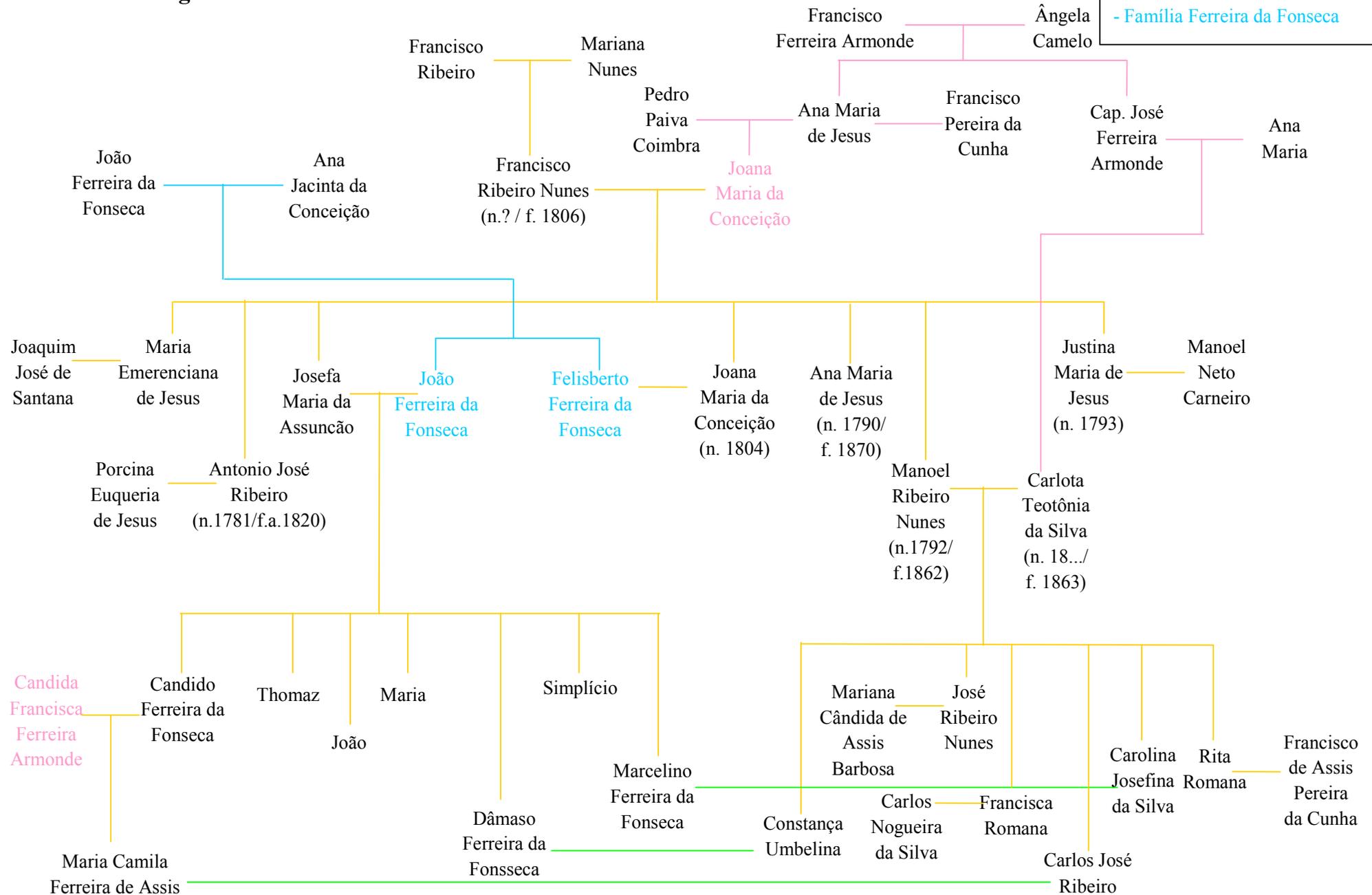


Diagrama 13

Família Ribeiro Nunes

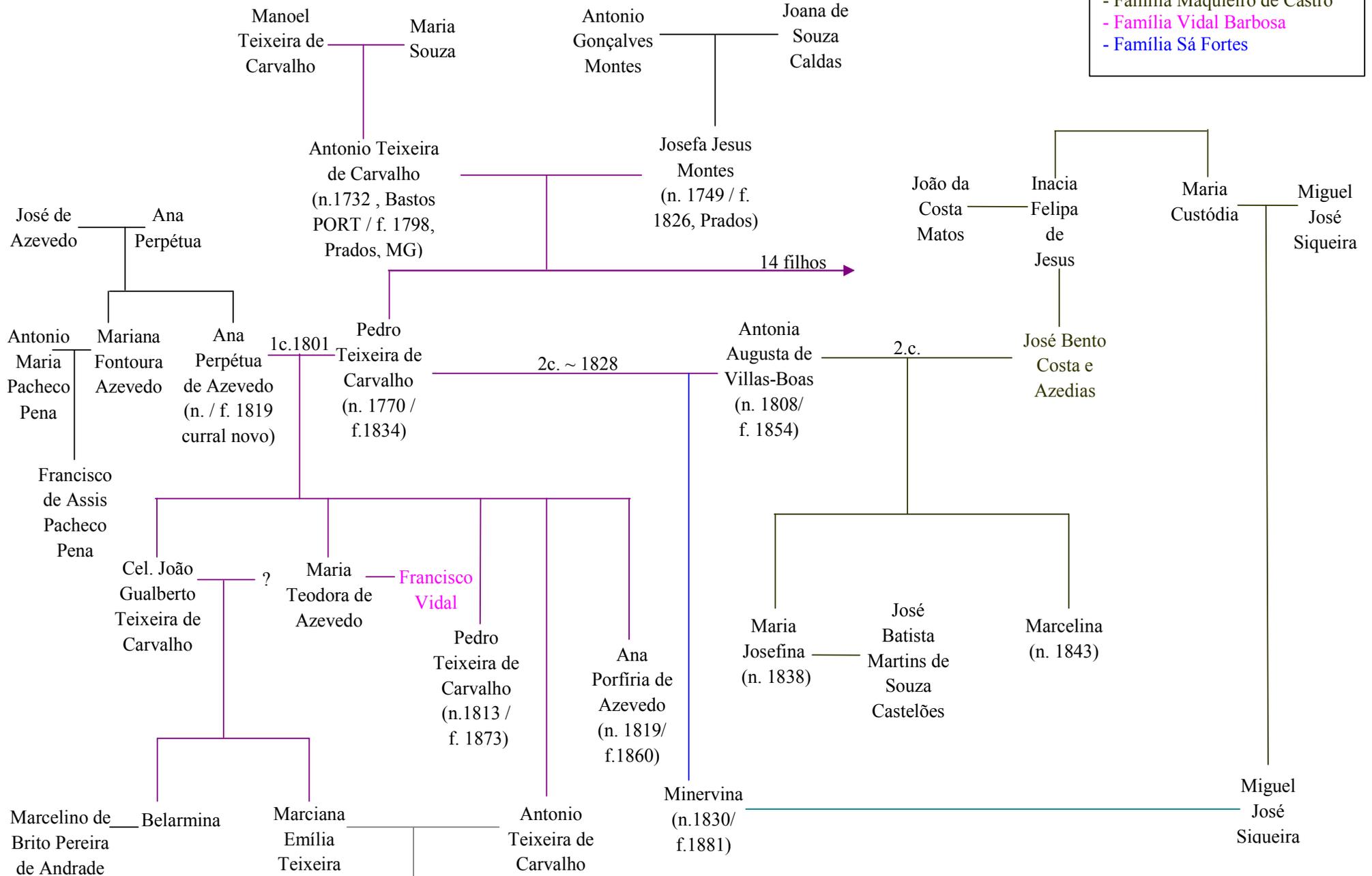
- Família Ribeiro Nunes
- Família Ferreira Armonde
- Família Ferreira da Fonseca



Família Teixeira de Carvalho

Diagrama 14

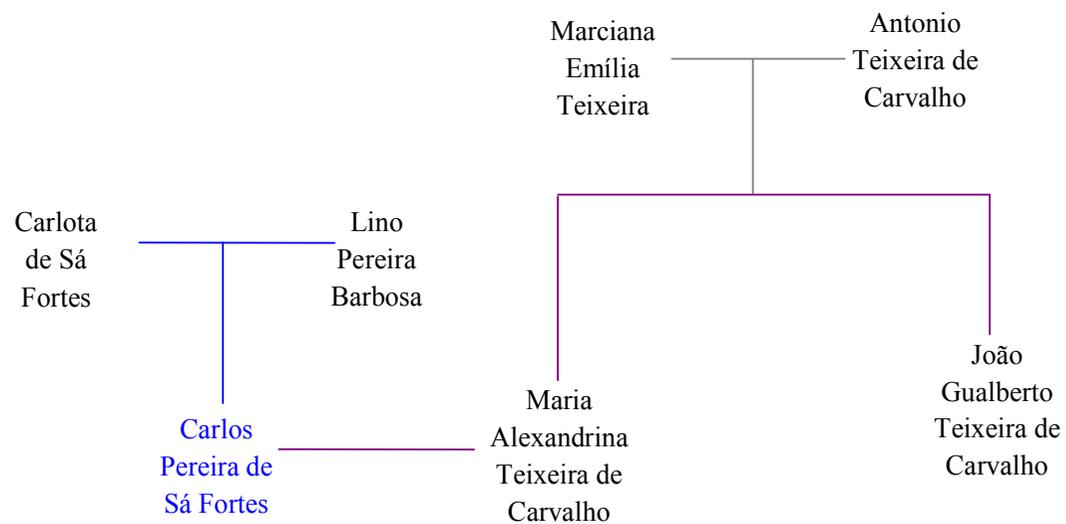
- Família Teixeira de Carvalho
- União entre tio / sobrinha
- Família Maquieiro de Castro
- Família Vidal Barbosa
- Família Sá Fortes



Fonte: ver fontes da tabela II

Diagrama 14
(continuação)

Família Teixeira de Carvalho



- Família Teixeira de Carvalho
- União entre tio / sobrinha
- Família Maquieiro de Castro
- Família Vidal Barbosa
- Família Sá Fortes

Diagrama 15

Família Sá Fortes

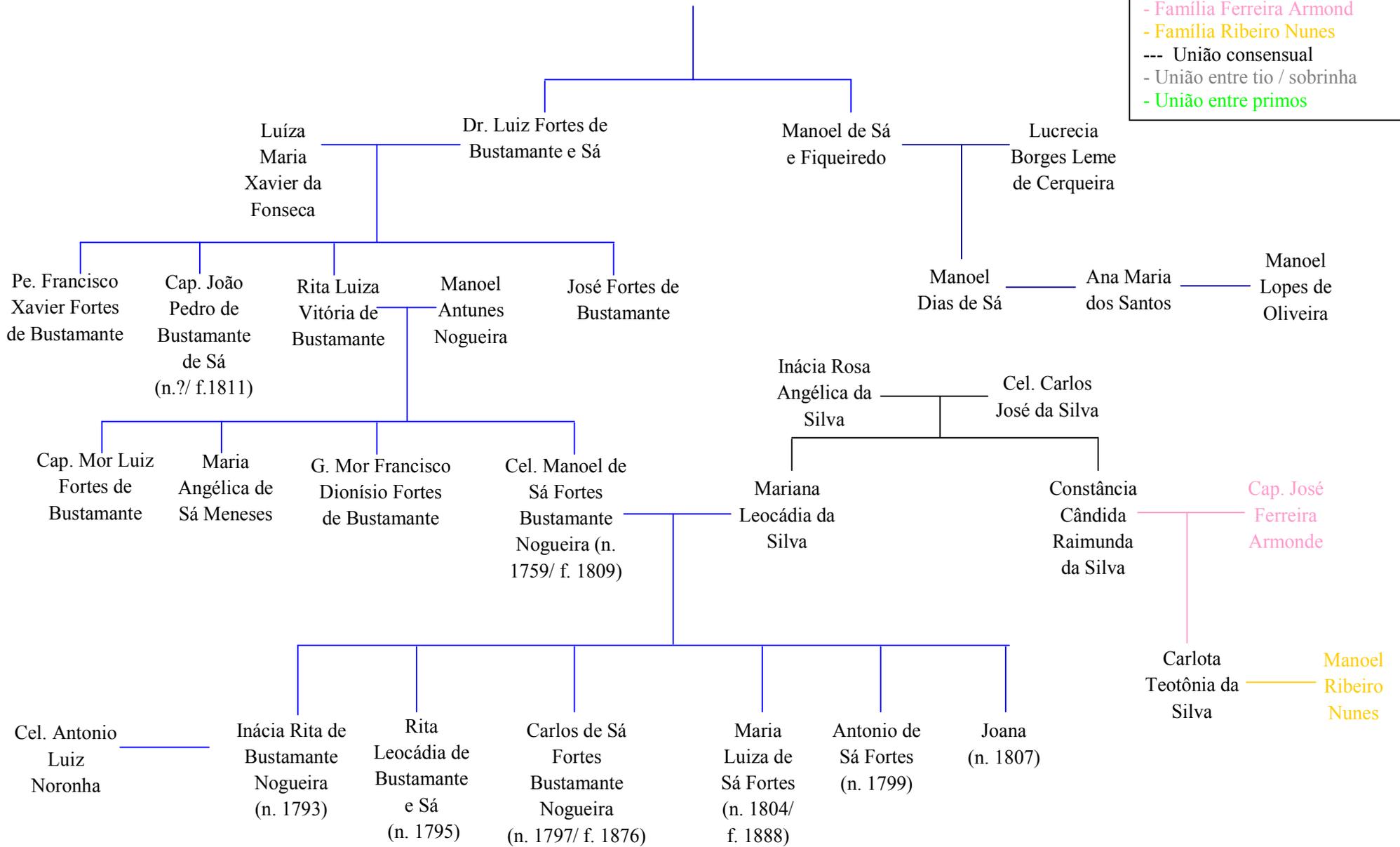


Diagrama 15
(continuação)

Família Sá Fortes

- Família Sá Fortes
- Família Dias de Sá
- Família Ferreira Armond
- Família Ribeiro Nunes
- União consensual
- União entre tio / sobrinha
- União entre primos

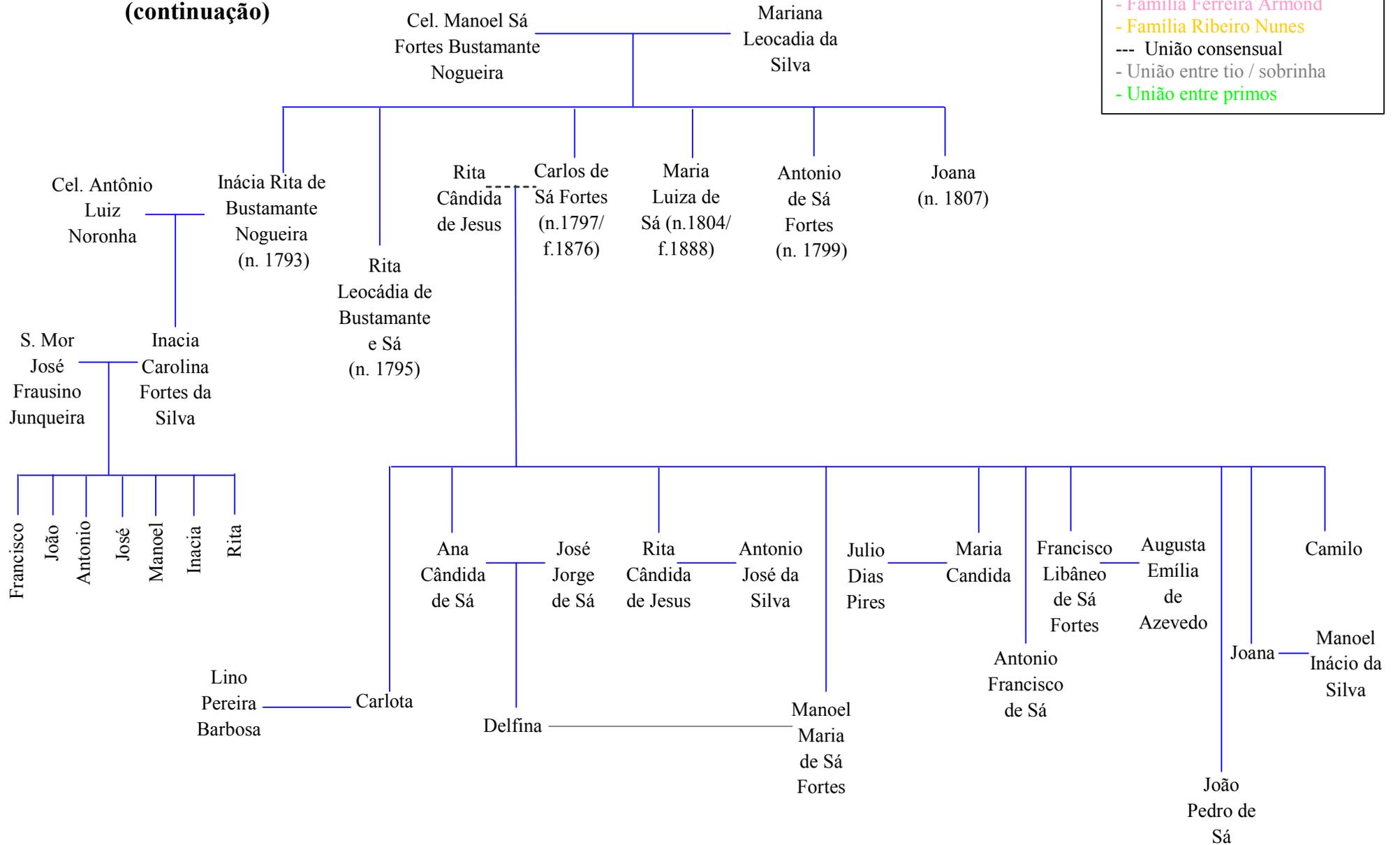
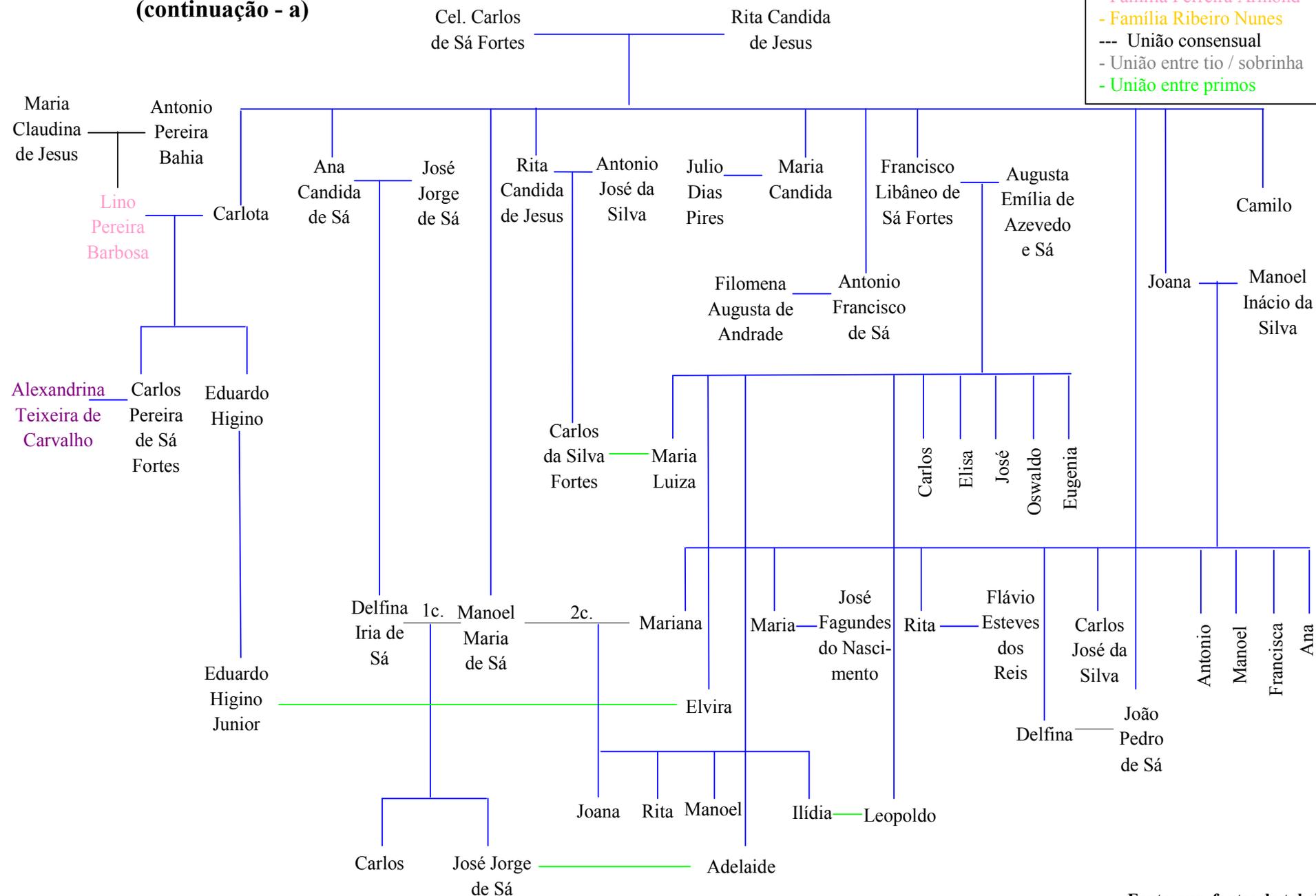


Diagrama 15
(continuação - a)

Família Sá Fortes



PARTE II

ECOS
DO
LIBERALISMO

1. ESPAÇOS DE ATUAÇÃO POLÍTICA

Em meados de abril de 1831, os habitantes da vila de Barbacena tomaram conhecimento da Abdicação do imperador Pedro I. Certamente, as notícias dos conflitos de rua envolvendo portugueses e brasileiros no Rio de Janeiro ecoaram rapidamente pelo Caminho Novo. A elite política de Barbacena, em permanente contato com a Corte, estava atenta aos acontecimentos. Estava bem informada sobre a crescente oposição ao Imperador, que teve início com as discussões travadas na Assembléia Geral Legislativa e na imprensa. Às disputas de poder entre o Legislativo e o imperador somaram-se o desgaste de D. Pedro na questão sucessória portuguesa, na perda da Cisplatina e no agravamento da crise econômica no Brasil. O antilusitanismo contribuiu para a efervescência da situação. As notícias das Jornadas Parisienses de 1830 promoveram imediata associação entre Carlos X e Pedro I. Ambos tidos como tiranos e absolutistas. Preocupado em garantir a ordem e manter a monarquia, Pedro I, orientado por Benjamin Constant, renunciou ao trono brasileiro em favor de seu filho Pedro de Alcântara, apostando em uma Regência “sábua e moderada em defesa da ordem, da monarquia e da dinastia”⁵²⁵.

Os sucessos que levaram à Abdicação evidenciam a construção de espaços públicos associados à modernidade política, à noção de cidadania e de soberania popular. Desde os primeiros anos do Brasil independente vivia-se um “interno processo de politização da sociedade”⁵²⁶, caracterizado pelo amálgama entre a herança ibérica e o ideário liberal. Os novos valores políticos marcaram a geração de atores que se forjava

⁵²⁵ MOREL, Marco. *O período regencial*. p. 19.

⁵²⁶ SLEMIAN, Andréa. Os canais de representação política nos primórdios do Império: apontamentos para um estudo da relação entre Estado e sociedade no Brasil (c. 1822 – 1834) *LOCUS: revista de história*. Juiz de Fora: Programa de Pós-graduação em História/Departamento de História, v. 13, n. 01, p. 34-51, 2007.

naquele momento. Teófilo Otoni recordou-se do ano de 1821 como um “tempo das emoções patrióticas”, em que “ecoou pelo Brasil o grito da liberdade”, (...) “enraíza [ndo] no [seu] espírito as idéias liberais”⁵²⁷. Nesses espaços públicos em (trans) formação, os novos atores ocupavam-se da questão da liberdade⁵²⁸, e inseriam-se em novas sociabilidades. A expressão “espaço público” é polissêmica, indicando:

Cena ou esfera pública, onde interagem diferentes atores, e que não se confundem com o Estado; a esfera literária e cultural, que não é isolada do restante da sociedade e resulta na expressão letrada ou oral de agentes históricos diversificados; e os espaços físicos ou locais onde se configuram cenas e esferas⁵²⁹.

Na nação que começava a se forjar, a linguagem política invadia e se confundia com o espaço público, perpassando as redes “administrativas, de transporte, de mercadorias, mas também da produção e circulação de impressos portadores de idéias, interesses, palavras de ordem e propostas de organização e mobilização”⁵³⁰.

O estabelecimento da liberdade de imprensa, em 1821, e a liberação de circulação de impressos abrem caminho para a passagem de formas tradicionais de comunicação usadas no Antigo Regime, para a utilização de folhetos e periódicos enquanto *locus* do debate político. A imprensa, mais que registrar ou divulgar os acontecimentos, atuava como protagonista, instituindo o debate e referenciando a ação política.

Em Minas Gerais, a partir de meados do Primeiro Reinado, houve uma vigorosa e intensa produção e circulação de periódicos⁵³¹. A região Metalúrgica/Mantiqueira concentrou os mais numerosos e significativos jornais da província. Boa parte deles era de inspiração liberal moderada, embora também circulassem periódicos restauradores. O Universal, publicado em Ouro Preto entre 1825 e 1842, e o Astro de Minas, jornal são-joanense que circulou entre 1827 e 1839, destacaram-se como “representantes do pensamento liberal-moderado mineiro, marcando o panorama cultural da Província”⁵³².

⁵²⁷ OTTONI, Teófilo B. *Circular dedicada aos Srs. Eleitores pela Província de Minas Gerais*. São Paulo: Irmãos Ferraz, 1930. p. 11.

⁵²⁸ A questão da liberdade e do “estabelecimento de um governo livre” percorrerá o debate político a partir de então, mesmo que o significado da liberdade fosse múltiplo.

⁵²⁹ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. p. 18.

⁵³⁰ MOREL, Marco. *Idem*. p. 151-152.

⁵³¹ Xavier da Veiga apresenta panorama da imprensa em Minas, listando os inúmeros periódicos produzidos. VEIGA, J. P. Xavier da. A imprensa em Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, v. 3, 1987, p. 169-239.

⁵³² SILVA, Wlamir. *Liberals e povo*. p. 126.

O Universal, entre 1825 e 1836 seguia a orientação política de Bernardo Pereira de Vasconcelos. Após 1836-1837, desvincula-se de Vasconcelos, passando a ser redigido por seu proprietário José Pedro Dias de Carvalho. O Astro e O Universal foram publicações regulares, que se estenderam por anos. A maioria dos periódicos, contudo, teve duração efêmera. Esses jornais caracterizavam-se por apresentarem

um exíguo número de páginas (em geral quatro); muitas vezes um só artigo ocupando todo o jornal; títulos e epígrafes curiosos; a mesma pessoa (anônima, em não poucos casos) como proprietário e redator; periodicidade irregular (era comum não passarem do primeiro número) e, aspecto mais importante, uma linguagem quase sempre veemente, insultuosa, virulenta, habituada a tratar as personalidades políticas por apelidos chistosos ou ofensivos, não obstante sem sentido predominantemente libertário⁵³³.

Os jornais que se pretendiam mais regulares informavam a periodicidade, o preço e a forma de serem adquiridos e subscritos. As epígrafes constituíam-se freqüentemente de citações em francês ou latim. Os títulos nem sempre permitem associação imediata com o conteúdo temático do jornal. Em outros casos, porém, os títulos “são explicitamente cartas de intenções de seus produtores”⁵³⁴. As publicações longevas passaram por diversas modificações, alterando epígrafes, tipo de impressão e substituindo editores. Mantinham, no entanto, a temática predominantemente política.

Os periódicos ocupavam-se em publicar extratos das sessões legislativas, decretos ministeriais, resultados de eleições, notícias da Corte e de outras províncias e países, além de reproduzir partes de textos de outros jornais. Em artigos com características de editoriais, os redatores ora posicionavam-se em relação às situações políticas, ora publicavam traduções de obras doutrinárias do liberalismo e do constitucionalismo. Dessa forma, nos jornais liberais “repisavam-se conceitos do liberalismo, fazia-se uma contextualização histórica, nacional e mundial e se expunha a posição política conjuntural do periódico”, afirmando-se sua identidade política⁵³⁵.

Os jornais, comumente, não explicitavam o nome do redator. No entanto, isso não significa que os responsáveis pela publicação não pudessem ser ou não fossem

⁵³³ CUNHA, Waldir da. Coleção de jornais manuscritos: pasquins e boletins (1781-1930). Anais da Biblioteca Nacional. Apud. SEABRA, Elizabeth Aparecida Duque. *A escrita e a fala: idéias de monarquia e república nos folhetos e periódicos políticos (1821-1825)*. 1999. 199 f. Dissertação (Mestrado em História) – Fafich, UFMG, Belo Horizonte, 1999. p. 52.

⁵³⁴ SEABRA, Elizabeth Aparecida Duque. *A escrita e a fala*. p. 50.

⁵³⁵ SILVA, Wlamir. *Liberais e povo*. p. 129. Os periódicos traziam anúncios de venda de imóveis, folhinhas e animais, além de avisos referentes, por exemplo, à fuga de escravos.

conhecidos. Mesmo não tendo o nome mencionado, os contemporâneos conheciam a identidade do redator. Por outro lado, os folhetos e periódicos políticos são marcados por um gênero discursivo próximo da linguagem da propaganda, dispensando a associação com o nome do autor. Além disso, tais textos são discursos políticos coletivos, “fomentadores de polêmicas e geradores de outros textos em um diálogo escrito, daí a interlocução não se fazer entre os autores dos textos, mas com o que eles defendem”. Nesse embate de ideários distintos, “editor, redator e leitor por vezes se confundem e trocam de papéis”⁵³⁶.

Os periódicos publicavam correspondências e representações de cidadãos e sociedades patrióticas. Ao dar voz aos leitores, “a diferença entre redator e leitor se desfaz quando leitores se tornam autores graças à publicação de suas cartas”⁵³⁷. A produção coletiva dos discursos políticos ocorre também com a publicação de extratos de outros periódicos. Essa troca de correspondências e extratos permite a circulação de impressos e a formação de uma rede de debates que compartilhava idéias, expunha identificações e antagonismos, criava uma rede de influências e interações que interligava diversas regiões da Província e a Corte⁵³⁸. Estabelecia-se uma “via de mão dupla, ou mais precisamente, com diversas saídas e entradas” entre a Corte e as províncias. Os “impressos provinciais circulavam na cidade imperial, da mesma forma que os papéis impressos nela se espalhavam pelo País”⁵³⁹. Esse entrecruzamento tornava o Rio de Janeiro “o lugar privilegiado de formação de uma opinião pública nacional e regional ao mesmo tempo”. Esse processo torna mais complexa a relação entre elites provinciais e elites nacionais:

Se havia um movimento de expansão do centro sobre as periferias nacionais, punha-se o movimento na direção contrária, de ocupação dos espaços públicos do centro do Império por agentes oriundos das províncias. Podiam atuar como intermediários, trazendo algumas demandas de seus locais de origem, mas também funcionando como elos da centralização homogeneizadora nacional. Eram elites locais que se tornavam nacionais, isso é, que passavam a se posicionar como agentes da centralização nacional, mas que também, em alguns casos, poderiam estar buscando alterar o jogo de forças no âmago do

⁵³⁶ SEABRA, Elizabeth Aparecida Duque. *A escrita e a fala*. p. 59, 57.

⁵³⁷ SEABRA, Elizabeth Aparecida Duque. *A escrita e a fala*. p. 61.

⁵³⁸ Segundo Wlamir Silva, “os periódicos eram distribuídos entre as vilas, cidades e arraiais, em geral pagos em subscrições em casas e lojas de seus representantes. Muitas vezes outros periódicos liberais os distribuíam; assim, o Estrela Marianense podia ser encontrado nas tipografias do Astro e do Echo do Serro. Eventualmente, os principais periódicos mineiros penetravam em outras províncias e certamente eram conhecidos na Corte”. SILVA, Wlamir. *Liberais e povo*. p. 130.

⁵³⁹ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. p. 173.

Império, atuando na capital como representantes de interesses diversificados⁵⁴⁰.

A criação dessa complexa rede de leitores e de periódicos possibilitava, ao “imprimir a palavra nas mentes dos leitores”⁵⁴¹, produzir e difundir a opinião pública. Trata-se de um processo ligado à constituição dos espaços públicos e ao desenvolvimento de uma consciência política no seio da esfera pública. A opinião pública pode ser vista como “recurso para a legitimação de práticas políticas, como operação simbólica de transformar opiniões individuais ou setoriais em opinião geral”⁵⁴².

Aos redatores, “difusor(es) de idéias e pelejador(es) de embates”⁵⁴³, competiam uma “missão pedagógica, esclarecedora, civilizadora”, com o objetivo de alcançar o consenso. Nesse sentido, a construção da opinião pública requer levar em consideração o público leitor, a interação redatores-leitores. Esta relação, segundo Morel, é “marcada por um jogo de imagens: espelho e miragem. Espelho onde se constroem e se consolidam posições e identidades a partir das próprias referências. Miragem, onde se busca, às vezes em vão, um público e uma opinião que só existem nas aspirações de quem lê ou escreve”⁵⁴⁴.

Alguns periódicos procuravam dialogar com um “público ilustrado”, com “homens instruídos de todas as classes”, tentando aproximar a elite cultural das elites dirigentes. Almeja-se um público de cidadãos e leitores ativos que espelhe uma identidade cultural, social e política⁵⁴⁵. Estes “leitores ativos”, compostos pela elite proprietária e letrada, podiam intervir no debate político, referenciando sua intervenção

⁵⁴⁰ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. p. 174.

⁵⁴¹ SEABRA, Elizabeth Aparecida Duque. *A escrita e a fala*. p. 45.

⁵⁴² MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. p. 200. Segundo Morel, com a explosão da palavra pública, entre os anos de 1831-1833, tornou-se hegemônica a concepção de opinião pública como Tribunal, como “vontade da maioria dos membros de uma sociedade”. Essa noção, identificada à soberania popular, era vista como “instrumento para intervenção direta na vida pública, nas instituições, funcionando de maneira normativa ou pedagógica junto às autoridades” (p. 210). Morel identifica, ainda, duas outras concepções: “a idéia de uma opinião produzida de forma mais ou menos espontânea pelo senso comum dos indivíduos” e a “concepção de opinião pública vista como o reinado da sabedoria, da prudência e da razão e (...) antagônica à exaltação política, à revolução” (p. 208, 209). Sobre a opinião pública ver também: BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. p. 185-211.

⁵⁴³ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. p. 167.

⁵⁴⁴ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. p.212.

⁵⁴⁵ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. p. 211-216.

nas leituras dos inúmeros livros que podiam comprar nas livrarias do Rio de Janeiro⁵⁴⁶. Mesmo que a prática da leitura e a propriedade de livros estivessem restritas a poucos⁵⁴⁷, há referências a existência de livros nos inventários de alguns integrantes da camada senhorial. Em 1838, pode-se encontrar Marcelino Ferreira Armonde quitando uma fatura no valor de 40\$000 (quarenta mil réis) pela compra dos seguintes livros:

1. Um Dicionário Francês e Português de Fonseca – 2 volumes;
2. Um Telemaque;
3. Uma gramática Francesa de L’Homond;
4. Uma dita de Hamonier;
5. Um Dicionário Geográfico;
6. Um Novo Atlas Moderno;
7. Uma Ética de Job;
8. Um Baily – 8 volumes;
9. Um Horas Marianas⁵⁴⁸.

Os redatores procuravam também, em sua missão pedagógica atingir um público com outro perfil. Por não espelhar a identidade dos redatores, este “público passivo” apresenta-se como uma miragem. Tratava-se da população pobre, iletrada e sem instrução. Vista como turbulenta e ameaçadora, precisava ser incorporada à sociedade através da educação e da cultura⁵⁴⁹. Em uma sociedade predominantemente analfabeta, a oralidade não pode ser ignorada. Nesse caso há um “imbricamento entre o oral e o escrito”⁵⁵⁰. Assim, os periódicos e folhetos escritos, podiam ser divulgados através de leituras públicas, seguidas de debates e discussões. Foi o que ocorreu após a Abdicação, em Ouro Preto, quando a Sociedade Promotora da Instrução Pública avisava:

⁵⁴⁶ Marco Morel aborda o “comércio político da cultura” e a chegada de novas idéias a partir da análise do catálogo da livraria do livreiro-editor francês Pierre Plancher. Os livros disponíveis, predominantemente, ocupavam-se do tema da Revolução Francesa, mediado pelo filtro da Restauração. Além dos Doutrinários franceses, os leitores podiam adquirir autores ingleses e norte-americanos. As leituras sobre a revolução certamente, foram orientadas pela busca da legitimidade constitucional e mediadas pela preocupação com a ordem. MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. p. 23-60.

⁵⁴⁷ VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Cia das Letras, 1997. O autor destaca o desinteresse pelo saber e as limitações do acesso à escola na sociedade colonial. A falta de instrução será, no século XIX, um argumento bastante recorrente para justificar, por exemplo, a indicação dos mesmos cidadãos para o exercício dos “negócios públicos”. APM. Correspondências

⁵⁴⁸ Fatura de venda de dez livro a Marcelino José Ferreira. Rio de Janeiro. 18/07/1838. Transcrito em ALBUQUERQUE, Antônio L. P. e. *Formação e apogeu da aristocracia rural em Minas Gerais*. p. 117.

⁵⁴⁹ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. p. 216-217.

⁵⁵⁰ SEABRA, Elizabeth A. D. *A escrita e a fala*. p. 39.

Se o correio chegar a tempo, haverá leitura dos Periódicos da Sociedade Promotora d'Instrução Pública em uma das salas do Palácio do governo [...] e são convidados todos os cidadãos que ali quiserem concorrer para a leitura⁵⁵¹.

Essas leituras e discussões certamente ganhavam os espaços da rua, da praça pública, onde o “ouvir dizer” alcançava validade comprobatória. É na rua que “vivas” à Constituição ou ao Imperador demonstravam a força da palavra oral. Na rua os boatos se espalhavam, disseminando os medos da “anarquia” e da “revolução”⁵⁵². A rua era vista como o “espaço da desordem” pelas autoridades. No entanto, são nas manifestações e aglomerações da população que são ouvidas as palavras, os gritos e as vozes⁵⁵³, “capazes de transformar parcelas significativas de ‘iletrados’ em sujeitos da fala”⁵⁵⁴.

A rua era o espaço das festas. No período colonial, faziam parte do cotidiano da população as festas religiosas e as grandes solenidades dinásticas. Procissões, missas, te déum, desfiles de autoridades, cortejos, aclamações, celebrações dinásticas configuravam “espetáculos de visibilidade do poder monárquico”⁵⁵⁵. A partir do movimento da independência, as festas públicas passaram a refletir “a nova relação entre o poder e a sociedade”⁵⁵⁶. As festas e manifestações públicas incorporaram conotação cívica, passaram a ser feitas em nome da soberania popular. Essas mudanças podem ser percebidas na realização de festas “patrióticas”, de conteúdo político, e na substituição da memória monárquica, alusiva “ao direito divino e a uma ordem imutável”, por temáticas relacionadas à liberdade, à constituição e aos símbolos nacionais⁵⁵⁷. As festas, ao ajuntarem pessoas, permitiam a difusão política, possibilitando o convencimento através dos sentidos:

compunha-se um quadro de enfeites, casas caiadas, canos, arcos triunfais, tapetes floridos, fogos, girândolas, sinos, música, missas, iluminação e aromas. Ao impacto da ornamentação somava-se o elemento (...) mais significativo: as representações alegóricas e os

⁵⁵¹ O Universal, Ouro Preto, n. 583, 18/04/1831. Apud: SILVA, Wlamir. *Liberais e povo*. p. 134.

⁵⁵² SEABRA, Elizabeth A. D. *A escrita e a fala*. p. 41-42.

⁵⁵³ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. p. 157.

⁵⁵⁴ SEABRA, Elizabeth. *A escrita e a fala*. p. 41.

⁵⁵⁵ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. p.156.

⁵⁵⁶ SILVA, Wlamir. *Liberais e povo*. p. 144.

⁵⁵⁷ SILVA, Wlamir. *Liberais e povo*. p. 147-154.

hinos e os versos. Dísticos, emblemas e quadros completavam-se com hinos e declamação poética, possuindo eficácia pedagógica⁵⁵⁸.

Pode-se acrescentar também a realização de discursos, brados e vivas. As festas eram excelente ocasião para a divulgação de conceitos e vocabulários apreendidos e reapropriados pelos atores políticos. Assim, termos como leis, constituição, eleições, andavam na boca do povo.

Nesse novo contexto da modernidade política, a rua transforma-se em lugar da política e o súdito passa a ser cidadão⁵⁵⁹. As encenações teatrais ganharam a praça pública e envolveram a população⁵⁶⁰. O teatro também foi espaço de construção da nova perspectiva política, deixando de atuar em favor da afirmação do poder absoluto para apresentar-se como “escola dos bons costumes e civilização dos povos”⁵⁶¹. Para executar esse papel, peças passaram a tratar de temas relacionados à Constituição, ao despotismo e ao patriotismo⁵⁶².

Nesse processo de transformação das sociabilidades e dos espaços públicos é importante considerar que mesmo atividades características do Antigo Regime como as festas religiosas, as procissões, o te déum poderiam incorporar novas manifestações cívicas. Nas comemorações de eventos políticos celebrava-se te déum. No dia das eleições, antes de ter início a votação, votantes e eleitores participavam da missa do Espírito Santo, onde o celebrante não se eximia de tentar influenciar os eleitores. Os sermões, sem dúvida, constituíam estratégia importante de difusão de idéias em uma sociedade marcada pela oralidade. Em 1839, o jornal *O Parahybuna* apontava a interferência dos sacerdotes no processo eleitoral:

Tomamos a liberdade de lembrar aos Senhores Bispos, Príncipes da Igreja, zeladores do culto, e aos que regem o rebanho em seu nome, que não deleguem aos simples Sacerdotes a faculdade de pregar senão em objetos meramente religiosos, ou discursos sobre eleições em que se deve apenas tocar em geral sobre os predicados, que devem ter os elegendos⁵⁶³.

⁵⁵⁸ SILVA, Wlamir. *Liberais e povo*. p. 147.

⁵⁵⁹ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. p. 160-161.

⁵⁶⁰ RICCI, Magda. *Assombrações de um padre regente: Diogo Antônio Feijó (1784-1843)*. Campinas : Editora da Unicamp, Cecult/IFHCL, 2001. p. 304-305.

⁵⁶¹ SILVA, Wlamir. *Liberais e povo*. p. 158.

⁵⁶² O papel pedagógico e político do teatro será desenvolvido mais adiante.

⁵⁶³ *O Parahybuna*. Barbacena. n. 183. 13/08/1839. p. 4.

As eleições traduziam a modernidade política que se instaurava, expressando o simbolismo dos valores liberais. Votar dava “conotação política ao exercício da cidadania”, tornando efetiva a noção de soberania popular e suas formas de representatividade⁵⁶⁴, manifestando a opinião pública.

O ineditismo e a novidade da experiência eleitoral provocaram entusiasmo e euforia na população. A partir de 1821, as eleições tornaram-se rotineiras para os habitantes dos distritos. Nos domingos de votação, todas as atenções se voltavam para a igreja da paróquia⁵⁶⁵. A igreja paroquial era palco dos procedimentos e rituais que marcavam o processo eleitoral. Este processo iniciava-se com a escolha dos eleitores de paróquia. Conforme previa a Constituição de 1824, as eleições seriam indiretas, devendo ocorrer em dois níveis. O primeiro procedimento para a escolha dos representantes consistia na instalação da junta de qualificação de votantes. O juiz de fora, ou o juiz de paz depois de 1834, presidia os trabalhos. Um mês antes da data marcada para a instalação da junta, o presidente convocava, através de editais fixados nos lugares públicos, de notificações e pela imprensa, os eleitores e os suplentes mais votados no pleito anterior.

No terceiro domingo do mês de janeiro, às nove horas da manhã, estando reunidos eleitores e suplentes na igreja matriz, o presidente, acompanhado pelo escrivão de paz, fazia a leitura das instruções legais e procedia à formação da junta. Após a elaboração de uma lista com os nomes e a declaração de votos obtidos pelos presentes, escolhia-se dois eleitores e dois suplentes para integrar a mesa⁵⁶⁶. Feita a ata da formação da Junta, passava-se à organização da lista geral dos votantes. Todos os cidadãos brasileiros, homens, maiores de 25 anos, e com renda líquida anual de 100\$000 (cem mil réis) proveniente de “bens de raiz, indústria, comércio ou emprego”, podiam ser qualificados como votantes. Excluía-se as mulheres, os escravos, os filhos família, os criados de servir e os religiosos regulares. Para conhecimento dos homens moradores em cada paróquia ou distrito tomava-se por base o rol de confessados ou as

⁵⁶⁴ NEVES, Lúcia M. B. P. das. Liberalismo político no Brasil: idéias representações e práticas (1820-1823). In: *O liberalismo no Brasil imperial*. p. 90-91.

⁵⁶⁵ Em Barbacena, somente a missa ocorria na Igreja matriz. Os demais procedimentos eram feitos na Casa da Câmara.

⁵⁶⁶ Elaboravam-se duas listas de eleitores: uma com os mais votados, e uma segunda com os menos votados. Um dos eleitores escolhido era o menos votado da primeira lista e o outro era o primeiro mais votado da segunda lista. Adotava-se o mesmo procedimento para a seleção dos dois suplentes. Embora a legislação procurasse estabelecer critérios isentos de seleção dos membros da Junta, é provável que os eleitores e suplentes não comparecessem em massa, possibilitando àqueles cidadãos mais interessados ou disponíveis o controle do processo de qualificação. Ver Capítulo I da Lei nº. 387, de 19/08/1946. Coleção das Leis do Império do Brasil. Ver ainda Decreto de 23/03/1824.

listas elaboradas pelos juizes de paz. Embora o direito de votar estivesse condicionado à renda, o valor mínimo exigido para ser votante era baixo, possibilitando o acesso ao voto a parcela significativa da população livre masculina⁵⁶⁷. Também não havia um critério racial que impedisse descendentes de africanos de serem votantes.

De qualquer forma, o juiz de paz, o pároco, que depois de 1834 atuava como informante e testemunha, e os demais membros da junta tinham enorme poder para decidir quem teria direito de votar. Os documentos comprobatórios de renda e ocupação não eram especificados em lei, podendo assentar-se em testemunhas juramentadas. Assim, a inclusão ou retirada de um nome da lista poderia atender aos interesses dos grupos ou pessoas de maior influência, a quem estava ligado o juiz de paz. Afixada a lista na Matriz, a Junta deveria acolher e decidir acerca de queixas e denúncias de irregularidades. Também cabiam recursos perante o Conselho Municipal de recursos.

Definidos os votantes, produzida a Lista de Qualificação, poderia se constituir a Assembléia paroquial, para escolher os eleitores que votariam nos deputados e senadores para a Assembléia geral e nos integrantes da Assembléia Legislativa provincial. O número de eleitores era proporcional ao número de fogos do distrito. As eleições primárias seguiam um ritual ainda mais elaborado e envolvia boa parte da população. Tratava-se de um evento público, obrigatoriamente realizado à luz do dia e testemunhado não apenas pelos votantes e eleitores bem como pelos moradores dos distritos. Editais de convocação fixados nos locais públicos anunciavam o pleito. A lista de votantes qualificados também era dada a conhecer ao público, sendo exposta no interior da igreja matriz.

Às nove horas da manhã, todo o “Povo” concentrava-se na Matriz para participar da missa do Espírito Santo. Certamente, suplicavam a Deus para que iluminasse os votos dos presentes. Ao pároco ou outro sacerdote, cabia fazer uma oração relativa à eleição e ler as instruções legais. No entanto, difícil é não imaginar que os padres extrapolassem essa função, tecendo comentários que pudessem conduzir o voto dos participantes, especialmente nas eleições para deputados e senadores. Em 1828, na vila de Barbacena, em casas da Câmara, os eleitores das paróquias do termo, com o presidente do Colégio Eleitoral, o Reverendo Manoel Rodrigues da Costa, deram início

⁵⁶⁷ Segundo Richard Graham, “para todo o Brasil, 50,6% de todos os homens adultos livres, de 21 anos ou mais, independente de raça ou instrução, constavam dos róis de votantes qualificados”. GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. p. 147.

ao Colégio Eleitoral desta Vila, a portas abertas diante de todos os Eleitores depois de observados pela Mesa (...) as Instruções (...) e logo se dirigiu o Colégio Eleitoral à Igreja Matriz desta Vila (...) onde assistiram à Missa Solene do Espírito Santo, que contou o Reverendo Pároco o Cônego Antonio Marques de Sam Paio, e ao discurso análogo do Objeto recitado pelo orador Reverendo Manoel Rodrigues da Costa (...)⁵⁶⁸.

Encerrada a cerimônia religiosa, passava-se ao cumprimento das Instruções, caso a mesa não tivesse sido formada antes da celebração, o presidente propunha “à assembléia eleitoral dois cidadãos para Secretários e dois para Escrutadores, que [eram] pessoas de confiança pública”. Após serem aclamados pelo povo, tomavam lugar à mesa, juntamente com o pároco⁵⁶⁹.

Competia ao presidente perguntar aos presentes sobre denúncias de suborno e conluio. Não era incomum a existência de fraudes e violências no processo eleitoral. Nas eleições dos vereadores, juizes de paz e suplentes, em São João del-Rei, ocorridas aos 19 de fevereiro de 1829, a mesa eleitoral recebeu um requerimento denunciando a omissão das solenidades legais e a nomeação, pelo presidente, de Baptista Caetano de Almeida para secretário da mesa. O ocorrido também foi informado ao presidente da província. Diz o requerimento:

Os abaixo assinados por si, e em nome de todos os cidadãos Probos, e Homens bons desta Vila, cheios do maior espanto, e penetrados do mais justo ressentimento por ver injuriada, e afrontada tão despejadamente a opinião pública, julgam de seu rigoroso dever denunciar a esta Mesa Eleitoral alguns fatos que tornam irrita, nula, e de nenhum efeito a presente Eleição de Juiz de Paz, e seu suplente, a que acaba de proceder-se, e lhe requerem haja de sobre estar na mesma Eleição, entretanto, que os denunciantes levam ao conhecimento do governo desta Província os escandalosos procedimentos que a respeito dela tem havido, para este delibere por si, ou consultando a S.M.I., o que for do seu (...) Agrado sobre esta matéria, aliás da maior importância para o sossego, e tranqüilidade Pública desta mesma Vila, huma das mais notáveis da Província sem por ora fazer menção de algumas solenidades essenciais recomendadas na Lei, e Instruções, que se omitiram na presente Eleição como fosse a nomeação, do Secretario Baptista Caetano de Almeida, feita pelo Presidente, sem acordo do Reverendo Pároco, que não foi por ele consultado para tal nomeação, e por cujo fato se torna suspeito, e outras muitas, que em tempo competente serão declaradas mais circunstanciadamente. Denunciam os Suplicantes a esta Mesa

⁵⁶⁸ APM, PP¹11, Cx. 91, Pacotilha 01. Ata de Eleição para deputados. 18/11/1828. Estavam presentes 25 eleitores mais cinco integrantes da Mesa. Justificaram a ausência dois eleitores.

⁵⁶⁹ Decreto de 23/03/1824. Após a Lei de 19/08/1846, os eleitores que compunham a mesa eram escolhidos a partir da votação de seus pares.

Eleitoral com particular especialidade o escandaloso suborno, que Baptista Caetano de Almeida acaba de realizar por meio de seus Agentes, cujos nomes serão especialmente declarados em ocasião oportuna, e quando tiver lugar o Sumario, que os denunciante vão requerer a S.M.I., e ao governo sobre este objeto tão transcendente. A imensidade de listas escritas pela mesma letra, em que se observam os nomes de Baptista Caetano de Almeida para Juiz e para suplente o Capitão Mor João Pereira Pimentel, e Augusto Leite de Faria, faz mesmo claro, que a luz do dia o denunciado suborno, chegado a tal excesso, e descaradamente de se apresentarem na Mesa subscritos de listas de Homens, que nem direito tinham de votar impressos na Tipografia do mesmo Baptista Caetano de Almeida, sendo muitas das mesmas listas escritas por seu Editor, como se conhecerá por exame delas. (...) ⁵⁷⁰.

O requerimento foi assinado por dezesseis cidadãos, encabeçado pelo capitão de ordenanças Francisco José Alves de Sam Tiago. Um segundo requerimento foi encaminhado à mesa eleitoral, assinado por “cidadãos Probos e mui legitimamente constitucionais”. Os 52 cidadãos que assinaram o documento saíram em defesa de Baptista Caetano, alegando que os 16 signatários do primeiro requerimento eram

inimigos capitais daquele cidadão [Baptista Caetano], não por motivos justos, que para isso tenham, mas somente por ser ele Brasileiro, em que o Povo tanto confia, que para todos os Empregos Eleitorais o tem escolhido, e para Juiz de Paz, apesar das intrigas, que se fizeram ⁵⁷¹.

Os partidários de Baptista Caetano, entre eles Francisco de Paula Almeida Magalhães, alegaram não ter sido apresentada prova do suborno. Argumentaram também que os adversários só fizeram a denúncia depois de se apurar o resultado da eleição. De fato, Baptista Caetano obteve 221 votos contra 115 do segundo colocado.

Com base apenas nos requerimentos não se pode avaliar quem tinha razão. Percebe-se, contudo, que as fraudes e manipulações eram possíveis. Observa-se ainda que havia grupos em disputa, que lançavam mão de intrigas e boatos para denegrir o adversário e alcançar a vitória eleitoral. O grupo em desvantagem podia também utilizar a violência para vencer. O clima de disputa e de confronto podia transformar as festas, as passeatas e as manifestações de rua em espetáculos violentos.

⁵⁷⁰ APM. Eleição de Vereadores e Juiz de Paz. PP¹11 Cx. 71. Pacotilha 07, 19/02/1829.

⁵⁷¹ APM. Eleição de Vereadores e Juiz de Paz. PP¹11 Cx. 71. Pacotilha 07, 19/02/1829.

As fraudes e violências eram utilizadas quando a tentativa de convencimento não havia sido eficiente. Quais critérios ou motivações fundamentavam a escolha dos votantes na Assembléia paroquial e dos eleitores no colégio eleitoral? Não se pode ignorar as influências exercidas pelas lideranças locais. Como se viu acima, Baptista Caetano conquistou grande apoio da população votante de São João del-Rei. O controle de extensa rede de devedores pode tê-los transformado em clientes. Também os letrados, detentores do saber e da civilização, podiam se postar como os mais capazes de conduzir os negócios públicos. No entanto, enxergar as eleições apenas como um “teatro”, como um mecanismo para “consolidar a ordem social estratificada”, é simplificar um fenômeno complexo⁵⁷². Se ao final do século XIX e início do século XX, pode-se observar as práticas clientelistas dando o tom nas relações representantes/representados, é fundamental entender a construção desse processo no decorrer da segunda metade do século XIX. Não se pode entendê-lo como algo dado, naturalizado. A predominância das práticas coronelistas em fins dos Oitocentos provavelmente relaciona-se à forma como foi construído o processo de centralização política e às formas de controle do poder local estabelecida nesse processo.

De qualquer forma, durante o período regencial as relações entre Estado e sociedade estavam em aberto. Nesse momento, as formas de atuação política estavam sendo experimentadas e construídas. De fato, subornos, fraudes e intrigas eram estratégias utilizadas. Da mesma forma, apelava-se para as redes de influência e parentesco. No entanto, tais práticas não resolviam a situação. Um candidato a deputado ou a senador, para ser eleito, precisava ter aceitação em várias regiões da província. O eleitor depositava na urna uma cédula com tantos nomes quanto o número de vagas de deputados que compunham a Assembléia. Como não havia candidatura aberta, todos os elegíveis podiam receber votos. Dessa forma, para alcançar a vitória, não bastava a um elegível ter influência local. Ele precisava conquistar a província. Esse mecanismo garantia a formação de uma elite provincial relativamente livre das pressões e disputas das facções locais.

A necessidade de conquistar apoios para além da esfera local fazia com que a imprensa tivesse papel importante no processo eleitoral. Através da rede de circulação de idéias buscava-se influenciar a opinião pública. Em 1839, o jornal *O Parahybuna*,

⁵⁷² Tal perspectiva é adotada por Richard Graham. Para este autor o que prevalece durante todo o reinado de Pedro II são as relações clientelistas. GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. p. 139.

ocupava-se em promover a candidatura de Araújo Viana ao Senado, que disputava a vaga com Limpo de Abreu. No comunicado intitulado Eleição de um Senador, o redator pergunta:

Em breve se procederá a eleição de um Senador por Minas, qual será o espírito predominante da Província? Sobre quem recairá a escolha dos Eleitores Mineiros?⁵⁷³

Em seguida tece considerações sobre as dificuldades na “prática das eleições populares (...), na atualidade”, em razão das “numerosas ambições”, do “capricho” e de “uma desenfreada vaidade”. Segundo o redator:

As eleições populares tornam-se uma luta veemente, uma verdadeira colisão política, cujas conseqüências são tanto mais incalculáveis, quanto são oscilantes as opiniões, e, por conseguinte dificilmente congregáveis: ora como no modo presente o suborno esta na ordem do dia, cumpre nos avisar os Eleitores Mineiros a fim de não se deixarem iludir pelos intrigantes e votem com a maior circunspeção⁵⁷⁴.

Após traçar as características de um senador, o artigo reforça a atuação da imprensa nas eleições:

Os Jornais nunca prestam tantos serviços, nunca preenchem tão bem o seu verdadeiro fim, como quando esclarecem as massas nos momentos de eleições populares, as discussões motivadas pelas dissidências dos princípios, estão mesmo longe de partilhar os mesmos inconvenientes do suborno, e das tácitas insinuações, que tem mais afinidade com a intriga do que com a lícita e franca persuasão: ao Jornalismo, pois compete a propalação dos princípios, que devem triunfar no meio da fermentação Eleitoral, fixar a opinião dos Eleitores sobre o estado da política, fazê-los conhecer o mérito daqueles que se acham nas circunstâncias de serem votados e tornar malogrados os planos da cabala etc. As contendas relativas aos princípios políticos de cada indivíduo, e ao seu mérito pessoal, não podem por maneira alguma desmoralizar o povo; pelo contrário as maquinações surdas, fundadas muitas vezes sobre considerações pessoais muito estranhas ao bem do país são quase sempre a causa de serem elevados aos bancos parlamentares os maiores colossos de nulidade⁵⁷⁵.

Como se observa, a imprensa, ao discutir princípios, contribuiria para superar intrigas, deslocando o debate da esfera do local, do particular e pessoal para o espaço

⁵⁷³ O Parahybuna, Barbacena, n. 181. 02/08/1839.

⁵⁷⁴ Ibidem.

⁵⁷⁵ O Parahybuna, Barbacena, n. 181. 02/08/1839.

público, produzindo uma rede de debates políticos. A discussão política está presente em todos os espaços públicos. Está nas ruas, nas festas, no teatro, na imprensa, nas associações políticas⁵⁷⁶. Estão em pauta, na arena pública, discussões sobre soberania, representatividade, cidadania, liberdade, alternativas de configuração do poder. Eram tempos de debates e embates.

⁵⁷⁶ Sobre as diferentes associações (patrióticas, políticas, corporativas e maçônicas) ver MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. p. 240-296.

2. DEBATES E EMBATES

As notícias do Sete de Abril repercutiram por toda parte, produzindo reações entusiasmadas diante das expectativas e incertezas que se descortinavam. Em Barbacena, bem como por toda a província de Minas Gerais, a população saiu às ruas para festejar os acontecimentos. As casas foram iluminadas, bandas de música e repiques de sino conclamavam o povo, que cantava hinos patrióticos e bradava “vivas à liberdade, à revolução de 7 de abril”⁵⁷⁷.

Marcados pelas heranças da Revolução Francesa, apropriadas a partir de diversas leituras e interpretações, os liberais brasileiros contemporâneos qualificaram a Abdicação como uma revolução que “reuniu só todas as vontades”⁵⁷⁸. O termo revolução, no entanto, é polissêmico, adquirindo significados diferentes nos discursos de atores e grupos políticos que vivenciaram os sucessos da Abdicação.

Os Exaltados, nas falas em que mencionavam a “Revolução, entend[iam]-na como regeneração, como “movimento para restaurar antigos direitos usurpados”, ou ainda, como atitude legítima de resistência diante de um governo opressor e despótico. Para os Exaltados, tratava-se de um processo em curso, inacabado⁵⁷⁹. Já para os liberais Moderados, defensores de mudanças dentro da ordem, a Revolução do Sete de Abril, embora inesperada, estava completa e encerrada. Para frear o processo revolucionário, forjaram uma memória do Sete de Abril como ruptura revolucionária. Assim, ao celebrarem uma revolução ocorrida no passado, os Moderados legitimavam “a construção de uma nação nos feitiços de seus interesses”, encobrindo os conflitos sociais⁵⁸⁰. O termo Revolução não se associava à abdicação para os Caramurus. Aqui, Revolução era entendida como Restauração, ou seja, “recuperação ou reparação de

⁵⁷⁷ OTTONI, Theophilo Benedito. *Circular dedicada aos senhores eleitores pela Província de Minas Gerais*. p. 19; SILVA, Wlamir. *Liberais e povo*. p. 149-150.

⁵⁷⁸ O Echo da Razão, Barbacena, n. 16, 19/12/1840. Nos jornais da época há inúmeras referências à Abdicação enquanto revolução. Ver MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. p. 99-127.

⁵⁷⁹ MOREL, Marco. *Idem*. p. 109-117.

⁵⁸⁰ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. p. 127.

alguma coisa”, ou ainda como regeneração, como negação da Independência brasileira em 1822⁵⁸¹.

A despeito das diferentes interpretações do Sete de Abril e passados os festejos e comemorações, a Abdicação reabriu o debate sobre a configuração da ordem política e sobre o arranjo institucional do Estado. A elite política, de origem provincial, tinha a possibilidade de “ter o poder nas mãos” e construir um Estado em novas bases, embora tivesse que estar atenta às pretensões absolutistas e despóticas dos grupos restauradores e temesse as camadas menos favorecidas da sociedade e os escravos, identificados à anarquia. Em 1831, os atores políticos reconheciam que experimentavam uma situação nova, capaz de congregar os cidadãos na “retomada do processo de libertação e de conformação da nacionalidade e do Estado interrompido em 1823⁵⁸².

A Independência brasileira inaugurou o complexo processo de construção do Estado e da Nação. Em 1822, abriu-se o debate sobre a configuração do poder e sobre a natureza do ordenamento institucional que seria construído. O novo poder se concentraria em uma única autoridade ou seria escolhido um modelo representativo de governo? Seria adotado um governo federativo, com autonomia das províncias? Quem controlaria o poder local? A quem competia fazer as leis? Embora a opção monárquica constitucional tenha sido a vencedora, no momento da independência e da definição dos rumos da nação, havia diversas alternativas em jogo. A monarquia não era, portanto, escolha inevitável.

As disputas em torno da ordem social a ser construída pautavam-se em formulações monárquicas e republicanas⁵⁸³, amalgamando a herança ibérica absolutista, o reformismo ilustrado, os novos valores e idéias do liberalismo. Ambas as formulações compartilhavam a crença no constitucionalismo e o temor da anarquia. Republicanos e monarquistas defendiam que o melhor governo era aquele limitado pelas leis, vistas como ordenadoras das relações sociais e políticas. Os movimentos que contrariavam a ordem estabelecida seriam expressão da anarquia, estivessem eles relacionados ao despotismo ou à democracia⁵⁸⁴.

A convergência dos discursos republicanos e monárquicos em torno do constitucionalismo rompia-se com a definição acerca de quem competia fazer as leis,

⁵⁸¹ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. p.130-131.

⁵⁸² OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *Tramas políticas, redes de negócios*. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijui; FAPESP, 2003. p. 395.

⁵⁸³ SEABRA, Elizabeth A. D. *A escrita e a fala*. aborda o embate dos ideários monárquico e republicano na constituição política do Estado do Brasil, entre 1821-1825.

⁵⁸⁴ Idem. p. 67-68.

deslocando a discussão para a questão da soberania. Este debate acirrou-se na Assembléia Constituinte e Legislativa, reunida em 1823. De um lado, propunha-se uma soberania do rei, partilhada com a nação. Tratava-se de limitar pela lei um poder pré-existente, transformando o poder monárquico, até então “absolutista”, em monarquia constitucional, legitimando-a em novas bases, conciliando-a com os valores do liberalismo.

Na chave republicana, a soberania reside na nação⁵⁸⁵. O governo constitucional é resultante de um pacto firmado entre a nação (poder constituinte) e a autoridade (poder constituído). As leis, assim, são “instrumentos para confirmar e legalizar o que foi firmado pelo compromisso mútuo dos membros de uma comunidade visando a criação do corpo político”⁵⁸⁶.

É em torno dessa disputa de soberanias que transcorreram discussões a respeito da definição de atribuições do poder Executivo e Legislativo e da regulamentação do governo das províncias. Os deputados que se consideravam depositários da representação das províncias, ligados à sua comunidade política, defendiam maior autonomia provincial. Na relação entre o governo central e os governos provinciais fazia-se necessário respeitar a autonomia das províncias. Um poder centralizado na figura do imperador seria associado ao despotismo e ao absolutismo.

Com o fechamento da Constituinte, o debate foi suspenso. A Constituição outorgada pelo Imperador, em 1824, estabelecia o governo monárquico, constitucional e hereditário. A centralização do poder dava-se por meio de um Executivo forte e pelo Poder Moderador. Embora a Constituição tenha dividido em províncias a administração do Império, o Imperador mantinha o controle político delas ao ter a prerrogativa de nomear seus presidentes. O Imperador contava ainda com um Conselho de Estado e com um Senado vitalício, compostos de membros nomeados por ele. A distribuição de poder entre o centro (a Corte no Rio de Janeiro) e as províncias não havia sido resolvida. A dissolução da Assembléia Constituinte foi tida com tirania, usurpação da soberania popular, atitude de governo despótico e absolutista. Essa insatisfação, associada ao mal-estar causado pelo fechamento da Constituinte, produzirá reações como a Confederação do Equador e um imenso debate na imprensa.

⁵⁸⁵ Já em 1820, os protagonistas da independência reconheciam a existência de uma “nação tangível”, como “corpo político no qual residia o poder soberano”. OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *Tramas política, redes de negócio*. p. 392.

⁵⁸⁶ SEABRA, Elizabeth A. D. *A escrita e a fala*. p. 87.

Este clima de descontentamento desaguou na composição da Câmara de 1826, cujos deputados eram representantes das elites provinciais, preocupados com a questão da autonomia, com as “condições que deveriam pautar o relacionamento dos parlamentares para com o poder executivo e especialmente o Imperador bem como os vínculos das províncias para com o governo central”⁵⁸⁷.

A Câmara e a imprensa, preocupadas em lutar contra o absolutismo e a opressão, colocaram-se em oposição ao Imperador que demonstrava “perene incompatibilidade com o regime representativo”⁵⁸⁸. A pretensão de se construir nova ordem política, legitimada pelo consenso, norteou a atuação da Câmara e agravou a situação de D. Pedro I. Para além dos ressentimentos nativistas, foi o afastamento das questões liberais que corroeu a legitimidade do Imperador. Ou seja: “O irredutível era o liberalismo, e o que voltou contra D. Pedro uma oposição cada vez mais aguerrida não foram tanto as supostas preferências do Imperador, foram principalmente as suas ojerizas”⁵⁸⁹.

A oposição da Câmara ao Imperador explicitou-se, por exemplo, na lei de criação dos juízes de paz, em 1827, e na lei das Câmaras Municipais, em 1828. Estas reformas tinham caráter descentralizador e representaram uma estratégia para reduzir o poder do imperador. A criação dos juizados de paz atenderia às urgentes necessidades de reforma do judiciário e seria uma forma de erodir a autoridade central. Além disso, seria um “porta-estandarte” da autonomia e da descentralização⁵⁹⁰.

Os juízes de paz tinham como atribuições promover conciliações de partes em litígio, manter a ordem social e atuar como reformador social, cuidando de bêbados, prostitutas e desocupados⁵⁹¹. Os juízes de paz assumiram os poderes do juiz ordinário, do juiz de vintena e do almotacel, instituições portuguesas que tinham jurisdição nos municípios. Além de ser identificado ao poder colonial, esse arcabouço jurídico demandava mudanças. O sistema judicial português era caro, lento, corrupto, carente de pessoal qualificado e ainda convivía com regras processuais não escritas que

⁵⁸⁷ OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *Tramas políticos, redes de negócios*. p. 393.

⁵⁸⁸ CUNHA, Pedro Otávio Carneiro da. A fundação de um império liberal: Primeiro Reinado, reação e revolução. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira* (Dir.) Tomo II: O Brasil Monárquico. 6ª edição. v. 1. São Paulo: Difel, 1985. p. 391.

⁵⁸⁹ Idem. p. 397.

⁵⁹⁰ FLORY, Thomas. *El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial, 1808-1871: control social y estabilidad política em el nuevo Estado*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

⁵⁹¹ Com o Código do Processo Criminal, aprovado em 1834, os poderes policiais do Juiz de Paz ampliaram-se, ao ser encarregado de formar a culpa nos processos penais.

dificultavam a prática da justiça. O estabelecimento do juizado de paz poderia agilizar esse processo⁵⁹².

Havia, também, motivações políticas. O juiz de paz por ser eleito pela comunidade local, era independente do imperador. Como seu poder advinha de um eleitorado independente, o juiz de paz era uma instituição que desafiava as pretensões absolutistas do imperador. De acordo com Thomas Flory:

À medida que crescia a oposição ao imperador, seus adversários na legislatura viram no anônimo magistrado da paróquia um meio de sabotar o poder judicial tradicional e como um contrapeso a uma tirania antecipada⁵⁹³.

Os juízes de paz seriam ainda peça fundamental de apoio político nas localidades. Os liberais esperavam que a eleição popular recrutasse homens que partilhassem os interesses da região.

A lei das Câmaras Municipais, aprovada em 1828, fortaleceu os juízes de paz, ao retirar das câmaras suas funções jurídicas, transferidas para os juízes. A lei de 1828 reduziu os poderes das câmaras, subordinando-as aos conselhos provinciais. Os limites à autonomia municipal eram fundamentais para o sucesso da configuração do Estado defendida pelos liberais. O projeto liberal defendia uma descentralização baseada na autonomia provincial. Havia uma preocupação em manter a unidade do território e a ordem escravista. O temor da desintegração e os perigos da “anarquia” requeriam organização de poder menos pulverizada. Dessa forma, a garantia da unidade passava pelo controle do poder local.

As municipalidades, desde o período colonial, tinham grande autonomia, subordinando-se diretamente à Coroa. Era, pois, necessário, eliminar esse vínculo direto com o poder central. O êxito da proposta liberal de um Estado Nacional federalista dependia de sua capacidade de congregar as “pátrias” locais, evitando o localismo e neutralizando o poder das câmaras. A aglutinação das localidades em torno das províncias era uma maneira de impedir um governo tirano, que poderia subjugar as câmaras ao poder central.

Mesmo tendo suas atribuições reduzidas às práticas administrativas, as Câmaras não deixaram de participar das questões políticas. Exemplos dessa alteração política podem

⁵⁹² FLORY, Thomas. *El juiz de paz y El jurado en El Brasil imperial, 1808-1871: control social y estabilidad política en El nuevo Estado*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

⁵⁹³ Idem p. 84.

ser encontrados nas correspondências das Câmaras enviadas à Presidência da Província. Tais correspondências não se limitavam ao envio de balancetes, ata de eleições, resposta às solicitações do governo provincial, enfim, ao cumprimento de ações meramente administrativas e burocráticas. Diante das “agitações” políticas da província, as Câmaras não se omitiram.

Em 1833, ao tomar conhecimento dos “desastrosos acontecimentos que tiveram lugar na capital da província, por um boato espalhado nesta mesma Vila no dia de ontem pelas 6 horas da tarde”, a câmara de Barbacena reuniu-se em sessão extraordinária e permanente, “inteligenciando-se com o juiz de paz desta Paróquia a fim de se vir no conhecimento da realidade da notícia”⁵⁹⁴.

O juiz de paz José Joaquim Ferreira Armonde informou ser verdadeiro o boato sobre a demissão do presidente da província e da aclamação de Manoel Soares do Couto para o posto. Acrescentou ainda que a notícia “fora transmitida ao Reverendo Padre Manoel Rodrigues [da Costa], e que este na madrugada de hoje o fizera saber ao Reverendíssimo Vigário” Antônio Marques de Sam Paio⁵⁹⁵.

Confirmada a deposição de Manoel Inácio de Melo e Souza, a câmara de Barbacena, “tratando dos meios de precaução, tomou algumas providências”. Primeiro, enviou ofícios às câmaras de São João, São José, Queluz e Pomba para

a fim de estar de comum acordo com esta [Câmara de Barbacena] protestarem, não reconhecerem outro governo senão o legalmente estabelecido”. A Câmara orienta os juízes de paz do município para de inteligência com os Comandantes das Companhias Nacionais terem as mesmas prontas as suas Ordem, e ao primeiro chamado, ofertando toda a munição de viveres e dinheiro preciso⁵⁹⁶.

Em 04 de abril de 1833, a câmara de Barbacena, a exemplo das câmaras de São João del-Rei e de Queluz, convidou o vice-presidente Bernardo Pereira de Vasconcelos para exercer na vila de Barbacena a “legítima Autoridade, que por Lei lhe compete, enquanto a Regência em Nome do Imperador não determinar o contrário”⁵⁹⁷. Em 11 de abril, os vereadores de Barbacena reiteraram o apoio a Manoel Inácio, já hipotecado em 26 de março:

⁵⁹⁴ *Correspondência da Câmara de Barbacena à Presidência da Província*. APM. SP PP133, Cx. 28, PAC. 03, 26/03/1833.

⁵⁹⁵ *Idem*.

⁵⁹⁶ *Idem*.

⁵⁹⁷ *Idem*. Cx. 28. Pacotilha 06. 04/04/1833.

O Nome de Vossa Excelência não só He respeitado nesta Província, mas ate pertence à história dela. Da coragem de V. Ex^a (...), da sua honra, do seu acrisolado amor ao Brasil, e a liberdade constitucional, Minas conserva indelévels monumentos, e a gratidão dos mineiros honrados não he transitória.

Os serviços de V. Ex^a em 1819, em 1821, e 1822 ainda existem em viva lembrança. A Divina Providência, porém, que vela sobre os nossos destinos quer (...) que a V. Ex^a pertença a glória de vir lavar a nódoa, com que hum punhado de facciosos, ou estúpidos, ou ambiciosos pretendem manchar a reputação de huma Província pacífica, e industriosa, mas magnânima, e fiel a Sua Religião, idólatra da Liberdade Legal, caracterizada pela sua marcha serena na senda das Leis. Seja, pois este mais hum troféu glorioso, e que V. Ex^a uma aos já ganhos em prol do Brasil, da Nossa Constituição, e do Nosso Imperador o Senhor D. Pedro 2º (Segundo)⁵⁹⁸.

Mesmo protestando apoio ao presidente Manoel Inácio, a Câmara não deixou de se opor às ações do presidente da província, criticando a criação de uma companhia de guardas municipais permanente com 400 (quatrocentos) homens e as nomeações e reintegrações dos membros da mesma, tidas como pouco favoráveis a segurança e tranqüilidade pública. Ela assim se justifica:

(...) em verdade assombram quatrocentos homens armados em uma Capital de tão diminuta população nem se pode atinar com a razão, que ditasse tal passo. Para segurança da Capital 150 homens sobram, e para conter a Província, e sujeita-la aos arbítrios da Capital nem 30 mil homens chegam; para que são, pois quatrocentos homens armados com tão grande despesa da Fazenda Pública. (...)

Perdoe V. Ex^a aos nossos vãos receios; mas (...) se em qualquer lugar o crime ousar outra vez erguer o colo as mesmas espadas, que debelaram os rebeldes de 22 de Março, o irão suplantar, confie V. Ex^a com o seu Conselho nas Guardas Nacionais de Minas, elas não tem outro empenho; que não seja o de guardar a Constituição e as Leis⁵⁹⁹.

De fato, não se podia ignorar o papel e a atuação das Câmaras. As estratégias descentralizadoras propostas pela Assembléia Geral e a oposição ao Imperador, representante de um poder centralizador, fizeram crescer as adesões ao federalismo e à perspectiva da autonomia regional. A Abdicação repercutiu, inicialmente, como uma “vitória liberal contra as práticas de governo autoritárias do ex-Imperador”⁶⁰⁰. Os grupos políticos unidos na oposição a D. Pedro I estavam conscientes do turbilhão que

⁵⁹⁸ Idem. Cx. 28. Pacotilha 09. 11/04/1833. Integravam a câmara de Barbacena nesse ano: José Gomes Pereira Alvim, Mariano José Ferreira, Manoel José da Silva Canedo, Feliciano Coelho Duarte e João Gualberto Teixeira de Carvalho.

⁵⁹⁹ Idem. Cx. 28. Pacotilha 15. 21/06/1833.

⁶⁰⁰ GUIMARÃES, Lúcia M. P. Liberalismo moderado: postulados ideológicos e práticas política no período regencial (1831-1837). In: _____ (Org.). *O liberalismo no Brasil imperial*. p. 109.

se punha em movimento. Havia consenso entre eles quanto à necessidade de preservar a ordem social e coibir a agitação do povo “repelindo o despotismo das turbas”⁶⁰¹.

Para alcançar esse objetivo, os liberais não romperam com as instituições monárquicas. Como se recordou Teófilo Ottoni, ele e outros liberais preferiram “acostar-se ao princípio monárquico, contanto que a monarquia fizesse por meio das reformas legais na Constituição largas concessões ao princípio democrático”⁶⁰².

Em nome da manutenção da unidade e da monarquia, a elite política uniu-se para dar sustentação à Regência. A fundação da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional é exemplo do estabelecimento de “uma espécie de pacto, firmado entre as lideranças de diferentes facções” com o objetivo de “colaborar com o governo da Regência na preservação da ordem pública e combater quaisquer tentativas de restauração”⁶⁰³.

Outro consenso estabelecido imediatamente após a Abdicação referia-se, como se depreende da fala de Teófilo Ottoni, à necessidade de reformas na Constituição, desde que feitas dentro da lei. Toda a discussão a respeito da organização do poder, suspensa em 1823 com o fechamento da Constituinte, viria à tona. O clima político de harmonia viabilizou a aprovação, em 13 de outubro de 1823, pela Assembléia Geral, de um projeto de reforma da Constituição, que ficou conhecido como Projeto Miranda Ribeiro.

O projeto em artigo único propunha que os eleitores emitissem procuração aos deputados da próxima legislatura autorizando a reforma de alguns artigos da Constituição. Os pontos a serem modificados, caso aprovados, produziram profunda mudança no arcabouço político do Império. Além de prever a transformação do “governo do Império do Brasil” em “Monarquia Federativa”, o projeto estabelecia ainda a extinção do Poder Moderador e do Conselho de Estado; a transformação dos Conselhos gerais em poderosas Assembléias Provinciais; a divisão de rendas entre o governo central e provincial; a instalação de executivos municipais; o fim da vitaliciedade dos mandatos dos senadores, que seriam eleitos; eleições parlamentares bienais; limitação do poder de veto do Executivo; eleição de regente uno pelas Assembléias Provinciais⁶⁰⁴.

Este projeto, bastante radical, congregava interesses de Exaltados e Moderados. Os Moderados transigiram com os Exaltados, acreditando evitar o desmembramento do

⁶⁰¹ Teófilo Ottoni B. *Circular...* p. 20.

⁶⁰² Idem. p. 20.

⁶⁰³ GUIMARÃES, Lúcia M. P. *Liberalismo moderado*. p. 108.

⁶⁰⁴ DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial*. p. 93; SILVA, Wlamir. *Liberais e povo*. p. 222-223.

Império com a concessão de algumas franquias provinciais. Por outro lado, suas proposições quanto ao fim da vitaliciedade do Senado, a extinção do Poder Moderador e do Conselho de Estado, além da instauração de uma Monarquia federativa, eram temas polêmicos e, obviamente, não seriam aprovadas no Senado.

Diante disso, lideranças moderadas como Evaristo da Veiga e o padre Diogo Antônio Feijó, e os padres mineiros José Custódio Dias e José Bento Ferreira de Melo, articularam um golpe de Estado parlamentar, em julho de 1832, que ficou conhecido como Golpe da Chácara da Floresta. Reunidos na residência do padre José Custódio, a Chácara da Floresta, os “três padres” planejaram a exoneração coletiva do Ministério e, em seguida, da Regência. Ao mesmo tempo, articularam a Guarda Nacional, que daria suporte militar à ação. A Câmara dos Deputados, dando crédito à crise e à justificativa de perigo de restauração caramuru, declarou-se em sessão permanente. Uma comissão especial sugeriu a conversão da Câmara em Assembléia Constituinte, que aprovaria por aclamação uma nova Constituição⁶⁰⁵.

A carta a ser aclamada, cognominada Constituição de Pouso Alegre, havia sido elaborada pelos articuladores do golpe e impressa em Pouso Alegre, na tipografia do jornal Pregoeiro Constitucional, de propriedade do deputado padre José Bento. A Constituição de Pouso Alegre diferenciava-se do Projeto Miranda Ribeiro ao abandonar a proposta da Monarquia federativa, mas mantinha a extinção da vitaliciedade do Senado e do Poder Moderador e a criação das Assembléias Provinciais⁶⁰⁶.

O parecer da comissão especial foi questionado em sua legalidade por Honório Hermeto Carneiro Leão, esvaziando a tentativa de golpe. Os Regentes, então, foram reconduzidos ao poder. Com o malogro do golpe, a câmara e o senado, depois de modificarem as emendas polêmicas, prepararam um texto final que seria aprovado na legislatura de 1834. O Ato Adicional de 1834 não seria mais que pálida sombra do projeto Miranda Ribeiro. A monarquia federativa não foi adotada, não foram definidas as atribuições da Assembléia geral nem se limitou o poder de veto do Executivo. Manteve-se o Poder Moderador e o Senado vitalício⁶⁰⁷. Os cargos de intendente

⁶⁰⁵ SILVA, Wlamir. *Liberais e povo*. GUIMARÃES, Lúcia. *Liberalismo moderado*. SOUZA, Paulo Pereira de. *A experiência republicana*.

⁶⁰⁶ SILVA, Wlamir. *Liberais e povo*. p. 232-234. Ao posicionar-se desta maneira “o golpe moderado inscrevia-se no imediato fortalecimento da Regência e na preeminência do Parlamento moderado, tendo em vista a aprovação das reformas, que fortaleceriam ainda mais a Câmara, e o poder Executivo. (p. 232-233).

⁶⁰⁷ A vitaliciedade do Senado venceu por apenas um voto e voltaria a ser questionada pelos liberais, por exemplo, no Movimento Liberal de 1842. OTTONI, Theophilo B. *Circular dedicada aos Srs. Eleitores*. p. 33.

municipal não foram criados. Para compensar as expectativas de autonomia, o Conselho de Estado foi extinto e foram criadas as Assembléias Provinciais, contemplando os interesses dos grupos provinciais. O presidente de província, contudo, continuava indicado pelo poder central⁶⁰⁸.

O Ato Adicional de 1834 representou uma vitória dos liberais Moderados, com o fortalecimento do governo regencial e sem os excessos do federalismo. Como vimos, a Abdicação abriu caminho para as reformas constitucionais. A sociedade não se furtou em manifestar seus interesses e exercitar sua soberania. Através de novas formas de sociabilidade e dos “novos canais de representação”⁶⁰⁹ instituiu-se um intenso debate na arena pública. No contexto desta “nova relação entre a sociedade e o Estado”⁶¹⁰, a questão do federalismo retornou à pauta de discussão.

A questão da distribuição de poder entre a Corte do Rio de Janeiro e as províncias esteve presente desde o processo de independência. Manifestando-se com toda a força nas províncias do Norte, também foi levada em consideração pelos liberais mineiros da Junta de Ouro Preto⁶¹¹. Com a Abdicação, a idéia de reforma da Constituição propagou-se por toda a sociedade. Os Moderados mineiros, embora reticentes quanto a idéia de federalismo, renderam-se às discussões da reforma. Mesmo preocupados em “estabelecer uma diferenciação entre suas propostas de reforma e mesmo, de federação”, da proposta dos republicanos, e de não se afastar da monarquia constitucional, os Moderados mineiros não poderiam ignorar as especificidades da província⁶¹². A sociedade mineira provincial desenvolveu-se em torno da economia escravista e mercantil de abastecimento, construindo sólidos laços com o mercado da Corte do Rio de Janeiro⁶¹³. Essa identidade da elite mineira transparece na discussão política quando os deputados mineiros foram chamados de “toucinheiros”⁶¹⁴, ou ainda, quando foram acusados pelo jornal *O Parahybuna* de fomentarem uma “República do feijão com toucinho”⁶¹⁵.

Conhecedores dessas peculiaridades, os Moderados estabeleceram suas prioridades em relação às reformas da Constituição. Conscientes da necessidade de definir as autonomias provinciais para se garantir a unidade do Império, os liberais

⁶⁰⁸ SILVA, Wlamir. Idem; DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto federativo*.

⁶⁰⁹ SLEMIAN, Andréa. *Os canais de representação política nos primórdios do Império*. p. 37.

⁶¹⁰ SILVA, Wlamir. *Liberals e povo*. p. 204.

⁶¹¹ Idem.

⁶¹² Idem. p. 206-207.

⁶¹³ Ver Parte I desta tese.

⁶¹⁴ SILVA, Wlamir. *Liberals e povo*. p. 207.

⁶¹⁵ *O Parahybuna*. Barbacena, n. 147, 17/04/1838.

moderados mineiros propuseram maior espaço de atuação para as províncias, com a modificação do Art. 83 da Constituição que impedia os Conselhos Provinciais de deliberar sobre os interesses gerais da Nação. Eles queriam a

ampliação das atribuições dos Conselhos gerais, dando-lhes poderes de propor resoluções (sem a restrição dos ‘interesses gerais da nação’), suspender o presidente, o comandante de armas, o bispo e os juizes de Direito; fixar o número de representantes da Província na Assembléia geral e deliberar sobre impostos, com informações prévias das Câmaras Municipais⁶¹⁶.

Apostando na ampliação e na consolidação do sistema representativo, os Moderados mineiros reivindicavam eleição dos presidentes de província pelos colégios eleitorais das províncias, para integrarem uma lista tríplice. A escolha de comandantes militares, juizes de direito e bispos deveria seguir o mesmo critério. As listas deveriam ser enviadas aos Conselhos, que também nomeariam os empregados públicos⁶¹⁷.

Tais propostas, sem dúvida, traziam o foco das decisões para o âmbito das províncias e valorizavam a prática da representação ao alçarem os Conselhos Provinciais, eleitos pelos cidadãos, a protagonistas das decisões políticas. Esta configuração evitaria também a intromissão de “presidentes forasteiros”, sem identidade com os interesses e negócios provinciais⁶¹⁸.

Os liberais mineiros, contudo, não eram radicais. Não pretendiam reformas tão profundas. A integração da província ao Centro-Sul, por um lado, e a designação de presidentes para a Província pouco estranhos aos interesses mineiros, por outro, levaram a posicionamento prudente. A postura moderada também se manifestou na crença de que a concessão de franquias provinciais evitaria a revolta das províncias e, desta forma, consolidaria a Monarquia. Além disso, as reformas deveriam ocorrer dentro da legalidade, para se evitar o despotismo e a anarquia⁶¹⁹.

Com tais preocupações evitaram a utilização do termo federativo, quando abordavam a questão das reformas constitucionais. Tratava-se de um termo estigmatizado, “prejudicial por ser um potencial foco de discórdia, uma vez que causava

⁶¹⁶ SILVA, Wlamir. *Liberais e povo*. p. 208.

⁶¹⁷ SILVA, Wlamir. *Liberais e povo*. p. 208. A lista referente aos bispos deveria ser remetida ao Imperador.

⁶¹⁸ Não é demais lembrar que a nomeação de presidentes de província rejeitados pelas elites regionais provocou reações e até revoltas.

⁶¹⁹ SILVA, Wlamir. *Idem*.

ojeriza aos defensores da monarquia constitucional e dava falsas esperanças aos republicanos”⁶²⁰.

A adoção do federalismo e a criação de Assembléias Provinciais autônomas significariam, segundo o Visconde de Cairu,

destruir a soberania nacional para estabelecer soberanias provinciais [...] A primeira coisa de que se trata é de uma metamorfose, é de mudar as coisas para uma forma inteiramente nova, o que é contrário ao que diz o art. 1º da Constituição, de que o império do Brasil é a associação política dos cidadãos brasileiros, e não a associação das províncias⁶²¹.

A idéia federalista, no entanto, ia além da autonomia das províncias. O esmero dos Moderados no emprego do termo pode ser explicado por sua identificação com o liberalismo exaltado e com o republicanismo. Na verdade, aos aspectos doutrinários sobrepunha-se a “dimensão ideológica e simbólica” do federalismo, que adquiria diversos significados:

o federalismo era identificado ao mais violento antilusitanismo, às tensões raciais e subalternas de negros, pardos e mulatos, à República, e, no limite à ruptura da unidade nacional em construção⁶²².

A associação do federalismo à república promovia a desqualificação do mesmo perante os Moderados mineiros, que fizeram opção incontestemente pela monarquia constitucional, rejeitaram a idéia de república⁶²³. Para os Moderados, a República trazia a ameaça da anarquia, pois implicava em se entregar o poder à multidão, ao povo. E o povo não estava preparado para usufruí-lo. De acordo com Teófilo Otoni, “a educação que tivemos [não] nos habilitou para estarmos hoje no nível dos americanos do norte. Faltam-nos a instrução e moralidade política (...)”. Isso por que:

Um povo educado sob o despotismo, sem idéias algumas sobre a organização do corpo social, de mais imbuído pelos seus tiranos em princípios errôneos, fautores do despotismo, precisa de ótimos guias para se não desvairar e perder nas ignoradas veredas que devam conduzi-lo ao templo da divina liberdade. Maus guias podem levá-lo

⁶²⁰ DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto federativo*. p. 97.

⁶²¹ Apud DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto federativo*. p. 95.

⁶²² SILVA, Wlamir. *Liberais e povo*. p. 222.

⁶²³ Segundo Wlamir Silva, “O liberalismo moderado afirmou diuturnamente sua opção monárquica. Com exceção das mal explicadas e supostas tendências republicanas do governo provisional de Ouro Preto e do republicanismo ottoniano da Vila do Príncipe conciliado (...) com a Monarquia ainda no início da Regência, a idéia de República não encontrou eco no conjunto das hostes liberais”. (p. 200).

aos horrores da anarquia, ou entregá-lo de novo às garras do poder absoluto⁶²⁴.

O federalismo, ao ser visto como bandeira dos liberais exaltados, agregava diversas facetas que os caracterizava ou com as quais eram identificados. Os liberais exaltados marcaram sua atuação política por suas tentativas de impor limites ao poder do monarca e por enxergar o Parlamento como depositário da soberania popular e nacional.

No Brasil, exaltação era identificada a “anarquia, demagogia, revolução e mesmo democracia”⁶²⁵. A anarquia era “ausência de lei e de autoridade”, redundando em desordem civil, em despotismo ou no perigo das revoluções. Os partidários da soberania popular eram acusados de demagogia por pretenderem entregar o poder à multidão e por se proclamarem “defensores do povo em benefício próprio”. Quanto à democracia, os Exaltados, mesmo considerando-a incompatível com a sociedade brasileira, aceitavam que “o governo Democrático é o verdadeiro, legítimo governo dos homens constituídos em sociedades; ele, contudo, puramente Democrático, não é de fato o melhor, muito principalmente no Brasil”. Mesmo não podendo ser identificados socialmente ao “Povo”, os Exaltados, por se aproximarem das camadas pobres da população, eram acusados de tentarem promover uma Revolução, no sentido de mudança política causada pela opressão dos governos despóticos⁶²⁶.

Tais características marcavam a identidade política dos liberais exaltados. Exaltados eram aqueles que elevavam os “sentidos patrióticos a uma altura considerada excessiva”. Tal excesso era negativo por levar à perda da razão, por fugir às “idéias e atitudes razoáveis, deixando-se guiar pelos sentimentos, paixões, em prejuízo da racionalidade da coisa pública”⁶²⁷.

Embora o qualificativo “exaltado” designe uma tendência política específica, a palavra foi, freqüentemente, usada para acusar injuriosamente os adversários. Os Moderados, por exemplo, contrapunham-se aos Exaltados, ao afastarem-se das paixões, colocarem limites aos excessos. A Moderação pauta-se na razão, no equilíbrio, em saber distinguir o sábio e civilizado. Algumas palavras traduzem o comportamento moderado:

⁶²⁴ OTTONI, Theophilo B. *Circular...* p. 22, p. 21.

⁶²⁵ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. p. 102.

⁶²⁶ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. p. 99-117.

⁶²⁷ Idem. p. 101.

razão, *juste milieu* [justo equilíbrio], liberdade limitada, monarquia constitucional, soberania nacional, além da recusa do absolutismo e do despotismo e ambigüidade diante da idéia de revolução⁶²⁸.

Para os liberais moderados, a razão era o caminho para contrapor-se às paixões e evitar os excessos. Razão significava “direção política, equilíbrio, delimitação das liberdades e bom comportamento”⁶²⁹. Ao admitir a soberania da razão, em detrimento da soberania popular, os Moderados optavam pela representatividade política restrita aos cidadãos capazes, por serem detentores do saber e do poder. O justo equilíbrio encontrava-se, portanto, nas leis e no regime constitucional, não na vontade da maioria. Somente o respeito à lei e à Constituição poderiam evitar conflitos e garantir a ordem⁶³⁰.

Na construção das identidades políticas, no período regencial, os Moderados consideravam-se o ponto de equilíbrio entre Exaltos e Restauradores, ao mesmo tempo em que se contrapunham a ambos. Os Restauradores ou Caramurus identificavam-se aos grupos ou agentes históricos que defendiam a soberania monárquica, empenhando-se em tentativas restauradoras. Obviamente, não houve restauração do governo português após 1822, nem D. Pedro I reassumiu o trono depois da Abdicação. No entanto, a idéia de restauração, enquanto “retorno à determinada situação ou condição”, estava presente e norteava a atuação de grupos políticos⁶³¹.

Embora incorporasse parcialmente o vocabulário liberal, o “restauracionismo” sofreu a mediação ibérica constituindo-se numa permanência do Antigo Regime. Para Morel, o restauracionismo

indicava demandas de fortalecimento de um Estado Centralizador nos moldes da modernidade absolutista. Ou, então, apontava para o reforço do poder de antigos corpos sociais, como senhores locais, oligarquias, clero e suas clientelas⁶³².

Após 1831, no Brasil, os restauradores defendiam a recuperação da monarquia, enfraquecida durante o período regencial. Em um primeiro momento, os caramurus⁶³³, levantaram a bandeira do retorno de Pedro I ao trono. Extinguida esta possibilidade,

⁶²⁸ Idem p. 120.

⁶²⁹ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. p. 126.

⁶³⁰ Idem.

⁶³¹ Idem. p. 127-129.

⁶³² MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. p. 129.

⁶³³ Nome dado aos Restauradores em associação ao português Diogo Álvares, denotando a imposição do colono português ao nativo. MOREL, Marco. Idem. p. 131.

mantiveram a luta em defesa do fortalecimento do poder monárquico, em torno da figura do jovem imperador Pedro II⁶³⁴.

Essa tendência política, não obstante pugnassem pelo reforço do poder monárquico, assumiu postura constitucionalista. Aceitava uma constituição liberal, desde que outorgada pela soberania monárquica, expressando o pacto entre o monarca e o povo⁶³⁵.

Os Restauradores organizaram-se na Sociedade Conservadora da Constituição Política Jurada do Império do Brasil e manifestavam-se pela imprensa. Dessa forma, extrapolaram sua opinião para além da Corte e dos círculos palacianos. Alcançando diversas províncias e as camadas pobres da população, fomentaram rebeliões e conspiraram a favor de projetos separatistas⁶³⁶. Tais propostas e restaurações não se concretizaram e o partido Caramuru acabou debelado pelo governo regencial. Sua bandeira, em defesa de uma monarquia centralizadora, e a questão das “antigas liberdades dos senhores locais e da população rural a eles vinculada” precisavam, contudo, ser incorporadas na arquitetura do Estado nacional que se forjava⁶³⁷.

O ano de 1834 culminou na hegemonia liberal moderada. Os debates e disputas travados na cena pública a partir de 1826 e intensificados com a Abdicação redundaram na aprovação de uma legislação inspirada em postulados liberais. As leis de fins da década de 1820, o Código Penal (1830), o Código do Processo Criminal (1832) e o Ato Adicional (1834) materializaram o projeto de construção do Estado formulado pelos liberais. As permanências do Antigo Regime, contudo, também se fizeram presentes nesse experimento.

Neste “laboratório de experiências”⁶³⁸ forjou-se o Estado nacional. Ao mesmo tempo, forjou-se uma elite política⁶³⁹. No decorrer do processo, e como resultado do mesmo, as forças políticas começaram a estabilizar-se, provocando novas alianças e

⁶³⁴ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. p. 138.

⁶³⁵ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. p. 134.

⁶³⁶ Marco Morel menciona a proposta apresentada por Holanda Cavalcanti de criação de um Império do Amazonas ou do Equador, que reuniria as províncias do Norte sob o governo de uma princesa da dinastia de Bragança. MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. p. 138-141.

⁶³⁷ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. p. 147.

⁶³⁸ Segundo Morel, “o período regencial pode ser visto como ensaio ou laboratório de experiências não apenas ou necessariamente republicanas, mas de amplo espectro político e social, fossem messiânicas, absolutistas, militaristas, separatistas, federalistas, liberais e em parte democráticas (no sentido do aprimoramento de uma esfera pública marcada pela modernidade política e também por tentativas de combater algumas desigualdades sociais) e que aparecem com mais vigor na sociedade do que na organização do Estado. MOREL, Marco. *Idem*. p. 135.

⁶³⁹ FLORY, Thomas. *El juiz de paz y el jurado em el Brasil imperial*. p. 26 aponta o “recrutamento de uma elite nova”, que se se forma a partir do processo de independência.

realinhamentos de forças entre os grupos que disputavam o poder. Em 1835, as eleições para a escolha do regente não deixaram transparecer esse reordenamento. Feijó saiu vencedor, mas a expressiva votação recebida por Holanda Cavalcanti indicava o fracionamento da elite. Nesta disputa esboçou-se a demarcação dos campos regressista e progressista, que prevalecerá no debate político a partir de 1837.

A cisão dos Moderados e a ruptura de sua hegemonia anunciavam-se também na apresentação, em 1836, da proposta de Interpretação do Ato Adicional, que seria efetivamente debatida a partir de 1837. Além da oposição do Parlamento, comandada pela ala mais conservadora dos Moderados, Feijó ficou ainda mais enfraquecido com a instabilidade que se instaurou a partir da eclosão de revoltas por todo o Império. O risco de fragmentação deu força ao grupo conhecido como Regressista. A necessidade de reformar a constituição, para garantir um poder central forte e um Império unitário, impunha-se cada vez mais, atraindo para o campo dos Regressistas as facções restauradoras.

Isolado, sem conseguir encontrar solução para as disputas e rebeliões em curso, o Regente Feijó renunciou, em 1837, abrindo caminho para a ascensão dos Regressistas. A posse de Araújo Lima na Regência marcou o esforço do grupo do Regresso em viabilizar o restabelecimento da centralização política do Império nos moldes da Constituição de 1824, restaurando, dessa forma, a autoridade monárquica.

O período conhecido como Regresso (1836-1840) caracterizou-se por intensa resistência à centralização, tanto que foi chamado por Justiniano José da Rocha de “período de luta da reação”⁶⁴⁰. As rebeliões e agitações nas províncias continuaram crescendo. As reformas propostas, restringindo as autonomias provinciais e instituindo o controle do poder central sobre as autoridades locais, sofreram forte oposição do grupo político ligado a Feijó. O debate em torno das reformas, a partir de 1836, aglutinou os parlamentares, delimitando novas identidades partidárias. Mais uma vez, os debates e embates não se restringiram ao Parlamento, ganharam a praça pública, a imprensa e o teatro.

A vila de Barbacena integrou esta rede de debates e disputas que interligava a província de Minas Gerais e a Corte do Rio de Janeiro. Ligada à Corte pelo Caminho Novo, equidistante da vila de São João del-Rei e da capital Ouro Preto, Barbacena funcionou como base de difusão do discurso do grupo regressista, liderado por Bernardo

⁶⁴⁰ ROCHA, Justiniano José da. Ação; Reação; Transação: duas palavras acerca da atualidade política do Brasil. In: MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Três panfletários do Segundo Reinado*. p. 189.

Pereira de Vasconcelos. Certamente, os partidários do Regresso apostavam na localização estratégica de Barbacena para editar e colocar em circulação um jornal que divulgasse suas propostas e combatesse seus oponentes. Tal estratagem requeria definir as identidades políticas dos adversários, ao mesmo tempo em que tratavam de desqualificá-los para enfraquecê-los.

Para se compreender essa rede de debates e embates, constituída na vila de Barbacena, no período do Regresso, torna-se fundamental seguir o curso do *O Parahybuna*. Antes, porém, é necessário identificar a elite política integrante dessa rede e entender como ela foi qualificada pelo discurso regressista.

2.1 - Clube dos Anarquistas

Em 1838, reuniram-se em Ouro Preto, na Assembléia Provincial de Minas Gerais, os integrantes do “Clube dos Anarquistas”. Sob a presidência de Mané Pança encontravam-se o secretário Matraca e mais nove sócios: Narigão, Macaco, Rebolo, Tiple, Fanhoso, Mopadinho, Jóia, Chicrapires, Mentira. Frequentava, também, as reuniões do Clube o Imparcial. Os encontros do grupo tinham por objetivo planejar uma revolução e fundar uma repilha (república) na província de Minas Gerais. Na última reunião do Clube os integrantes discutiam estratégias para “anarquizar a Província” e decidir qual deles seria o “Presidente ou Ditador” do novo Estado.

O encontro descrito acima se refere, na verdade, a uma das sete cenas da Comédia *Clube dos Anarquistas*, de autoria do padre Justiniano da Cunha Pereira⁶⁴¹, peça escrita em ato único. A comédia foi primeiramente publicada pela tipografia do jornal *O Parahybuna*, de Barbacena, no formato de um livreto. Houve, também em 1838, uma edição publicada pela tipografia do periódico *O Correio de Minas*, de Ouro Preto⁶⁴².

⁶⁴¹ A comédia Club dos Anarchistas, composta pelo padre Justiniano da Cunha Pereira, em 1838, encontra-se na seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, Uma publicação *fac-simile* pode ser acessada no site: <http://www.geocities.com/clubanar>, disponibilizada por Jorge da Cunha Pereira, genealogista que escreveu uma biografia de Justiniano, publicada no mesmo site.

⁶⁴² PEREIRA, Jorge da Cunha. *Justiniano da Cunha Pereira: dados biográficos*. Disponível em <http://www.geocities.com/clubanar/justport.htm>. Consultado em 24/04/2007.

O padre Justiniano da Cunha Pereira era redator do jornal O Parahybuna, publicado em Barbacena. Justiniano foi um dos inúmeros padres que, além de atuar nos púlpitos, se envolveu nos debates políticos inaugurados com o processo de independência, e marcaram presença nas escolas e na imprensa⁶⁴³. Justiniano era natural da vila do Príncipe. Filho de pais incógnitos, foi exposto, em 1798, em casa de D. Mariana Luciana Pereira⁶⁴⁴. É possível que Justiniano fosse filho de Simão da Cunha Pereira da Silveira, escrivão da câmara da vila do Príncipe e filho de Mariana. Assim, ele teria sido exposto em casa de sua avó paterna⁶⁴⁵. Ordenou-se sacerdote em Mariana no ano de 1824. Apresentou como dote uma chácara, “sita no lugar denominado Pedra de Amolar nos subúrbios desta Vila [do Príncipe] com casas de vivenda cobertas de telha, árvores de espinho, bananais, mandiocas, e Engenho de Mandioca, Moinho com seus campos de criar”. A chácara foi doada “sem embaraço algum” a Justiniano, para seu dote, por José Ferreira Franco e Joaquim Pinto Ferreira⁶⁴⁶. Os beneméritos de Justiniano provavelmente eram parentes de sua madrinha de batismo, D. Ana Margarida Ferreira Franco. Em 1824, ingressou na Arquiconfraria de São Francisco, da vila do Príncipe, que preferencialmente acolhia pardos. Como nada se conhece sobre a mãe de Justiniano, talvez ele fosse pardo⁶⁴⁷.

Não foi possível saber quando Justiniano fixou-se em Barbacena. O irmão de sua madrinha, o Capitão José Pinto Ferreira Franco, tinha negócios em Barbacena na década de 1830 (1837)⁶⁴⁸. Justiniano passou a residir no distrito da Borda do Campo entre 1832 e 1834, pois seu nome não aparece no censo de 1831. Em 1834, contudo, Justiniano atuou como secretário do colégio eleitoral da vila de Barbacena, que se reuniu para a eleição de deputados provinciais de Minas⁶⁴⁹. Em fins de 1836, começou a redigir O

⁶⁴³ Os padres, graças à sua formação intelectual, eram figuras prestigiadas na comunidade. O ministério sacerdotal franqueava-lhe o acesso à população. Prestígio e reconhecimento tornavam-nos figuras influentes. Muitos potencializavam esta influência ao atuarem na imprensa como os padres José Antônio Marinho, Antônio José Ribeiro Bhering e José Ferreira de Melo. Exemplo de sacerdote com longa atuação política em Barbacena foi o padre Manoel Rodrigues da Costa. Depois de retornar do exílio, a que foi penalizado pela participação na Inconfidência Mineira, foi eleito para a Assembléia Constituinte. Depois, mesmo idoso, participava da vida política de Barbacena.

⁶⁴⁴ AEAM. *Processo de habilitação de vital et moribus* de Justiniano da Cunha Pereira. 1822. A.15 P. 1095.

⁶⁴⁵ Esta hipótese é aventada pelo genealogista da família Jorge da Cunha Pereira. Ver: PEREIRA, Jorge da Cunha. *Justiniano da Cunha Pereira: dados biográficos*. p. 1-2.

⁶⁴⁶ AEAM. *Processo de habilitação de vitae et moribus de Justiniano da Cunha Pereira*.

⁶⁴⁷ PEREIRA, Jorge da Cunha. *Justiniano da Cunha Pereira: dados biográficos*. p. 3.

⁶⁴⁸ Idem.

⁶⁴⁹ APM. Ata de Eleição de deputados provinciais. PP¹11 Cx. 77, Pacotilha 11. 17/11/1834. Em 1837, Justiniano foi relacionado como juiz de paz do distrito da Borda do Campo, juntamente com Manoel Ferreira Pinto, João Aires Gomes e Feliciano Coelho Duarte. APM. *Relação nominal dos juizes de paz que tomaram posse para servirem na presente legislatura*. APM. PP¹33 cx. 29, Pacotilha 30, 28/02/1837.

Parahybuna⁶⁵⁰, exercendo esta função até meados de 1839, quando faleceu precocemente⁶⁵¹.

Quando se iniciou o ano de 1838, o grupo regressista de Bernardo Pereira de Vasconcelos havia ascendido ao poder central. Com a renúncia de Feijó, em setembro de 1837, Pedro de Araújo Lima ocupava interinamente a Regência do Império. O deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos era a principal figura do gabinete criado em 19 de setembro de 1837, acumulando as pastas do Império e da Fazenda. Na província de Minas Gerais, a segunda legislatura da Assembléia Provincial (1838-1839) era composta de 37 deputados, cuja maioria estava ligada aos Liberais Moderados que gravitavam em torno de Feijó, Limpo de Abreu, Manoel Inácio de Mello e Souza, Cônego Marinho, Teófilo Otoni, Batista Caetano, para ficar em alguns nomes⁶⁵². Por outro lado, com a ascensão dos Regressistas, Bernardo Jacinto da Veiga foi nomeado presidente da província, após uma seqüência de presidentes favoráveis aos Moderados mineiros.

Apesar do prestígio do todo poderoso Bernardo Pereira de Vasconcelos, também eleito para a 4ª legislatura da Assembléia Geral (1838-1841), o ano de 1838 seria crucial para a afirmação das forças do Regresso. Afinal, em 22 de abril, Pedro de Araújo Lima disputaria sua confirmação na Regência. Em outubro, seriam eleitos os representantes na Assembléia Provincial para a 3ª Legislatura, que tomaria posse em 1840. Os Liberais Moderados mineiros, entrincheirados na Assembléia provincial, deviam estar dando sinais de resistência às propostas regressistas de mudança na organização do Estado, bem como não viam com simpatia o novo presidente da província.

⁶⁵⁰ O periódico O Parahybuna será analisado adiante.

⁶⁵¹ Em nove de julho de 1839, o novo redator do periódico observa: “O Parahybuna, que havia interrompido sua carreira pela morte prematura de seu Redator, desse corajoso Mineiro, decidido amigo das Instituições do país, reaparece agora para sustentar as mesmas doutrinas, isto é, os sagrados objetos do Trono e da Constituição”. *O Parahybuna*. Barbacena, n. 174. 09/11/1839.

⁶⁵² Deputados da Assembléia Provincial de Minas Gerais da 2ª legislatura (1838-1839): Dr. Antônio da Costa Pinto, Antônio Ribeiro de Andrade, Dr. Bernardino José de Queiroga, Bernardino Jacintho da Veiga, Desembargador Manoel Ignácio de Mello e Souza (depois Barão de Pontal), Conselheiro Bernardo Pereira de Vasconcellos, Carlos Pereira Freire de Moura, Dr. Domiciano Leite Ribeiro, Domingos Teodoro de Azevedo Paiva, Coronel Francisco Theodoro da Silva, João Antônio de Lemos (depois Barão do Rio Verde), Dr. Joaquim Antão Fernandes Leão, José Abreu e Silva, Dr. José Agostinho Vieira de Mattos, Dr. Francisco de Paula Cerqueira Leite, José Alcibíades Carneiro, Cônego José Antônio Marinho, Joaquim Dias Bicalho, Coronel José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, José Ferreira Carneiro, João Fernandes de Oliveira Penna, Dr. José Joaquim Fernandes Tôres, Dr. José Jorge da Silva, José Pedro Dias de Carvalho, Major Luiz Maria da Silva Pinto, Manoel José Pires da Silva Pontes, Mariano José Ferreira Armonde, Cônego Manoel Júlio de Miranda, Dr. Manoel Machado Nunes, Dr. Pedro de Alcântara Cerqueira Leite, Quintiliano da Rocha Franco, Dr. Tristão Antônio de Alvarenga, Theophilo Benedito Ottoni, João Teixeira da Fonseca Vasconcellos, Bento de Araújo Abreu, João Antunes Corrêa e José Justiniano Carneiro.

Nesse contexto, tornava-se fundamental fomentar o debate, (des)qualificar os atores políticos e formar a opinião pública para alcançar um consenso. Para “esclarecer” o público e cumprir sua missão pedagógica, o padre Justiniano compôs a peça teatral “Club dos Anarquistas”. Sua escolha não foi fortuita.

Os espetáculos teatrais faziam parte do cotidiano da população mineira desde o início do século XVIII. Não se pode esquecer que as inúmeras festividades religiosas eram rituais teatralizados. Além disso, o teatro era uma forma de divulgar a fé cristã e os valores morais. No século XIX, cada vez mais o teatro é visto como agente moralizador, feito “escola viva de costumes”⁶⁵³.

Por outro lado, o teatro é o lugar do debate e da manifestação política. A partir do processo de independência, os espetáculos teatrais disseminaram-se e ganharam a praça pública⁶⁵⁴. Após a Abdicação, as representações teatrais assumiram temática cívica e nacionalista. Em 1830, ao tecer comentários sobre a representação da peça teatral “Anel de Ferro”, em São João del-Rei, o periódico *O Mentor das Brasileiras* dizia que

(...) esta peça foi muito aplaudida pelo público não só pelo bom desempenho, como por ser constitucional; o teatro (quando nele se representam atos dessa natureza) é a melhor escola dos bons costumes e civilização dos povos; ali se exalta a virtude, e se abatem os vícios, e o povo aprende a conhecer as intrigas das Cortes para se por vigilante contra elas⁶⁵⁵.

Por alcançar a praça pública, o teatro configurou-se em espaço de sociabilidade capaz de formar o povo. O teatro, ao mesclar palavra escrita e falada, apresentava eficácia maior do que os debates na imprensa e no Parlamento. Ao ser encenada, a peça teatral ultrapassava o texto escrito, pois os gestos e emoções tocavam os sentidos do público.

Outra estratégia de Justiniano para atingir o público foi compor uma comédia. A sátira e o humor permitiriam ridicularizar seus personagens. Ao provocar o riso, buscava-se criar um juízo de valor, induzindo a julgamento depreciativo da personalidade.

⁶⁵³ DUARTE, Regina Horta. *Noites circenses: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX*. Campinas, São Paulo : Editora da Unicamp, 1995.

⁶⁵⁴ Poucas vilas contavam com espaços destinados às encenações, embora, no século XIX, tenha havido um incentivo à construção de teatros públicos. DUARTE, Regina Horta. *Noite circenses*. p. 109-110.

⁶⁵⁵ *O Mentor das Brasileiras*, 1830. Apud. SILVA, Wlamir. *Liberals e povo*. p. 158.

Mas afinal, quem eram os personagens satirizados por Justiniano? Quem eram os protagonistas da peça? Os onze personagens, integrantes do Clube da Anarquia, foram apresentados por nomes jocosos, ou por trocadilhos, que tinham por objetivo realçar as características, defeitos ou vícios de cada um. As onze personagens podem ser identificadas com alguns dos deputados que compunha a 2ª legislatura da Assembléia Provincial mineira. Esses deputados eram freqüentemente mencionados nas páginas do periódico *O Parahybuna*. Muitas vezes eram referenciados pelos apelidos, dados pelo redator do Jornal. Dessa forma, cruzando a relação dos deputados com as informações da peça e do jornal, foi possível estabelecer a seguinte correlação entre personagem e deputado provincial:

QUADRO I

| CLUBE DOS ANARQUISTAS | |
|-----------------------|-----------------------------------|
| PERSONAGENS | DEPUTADOS DA 2ª LEGISLATURA |
| Mané Pança | Manoel Inácio de Mello e Souza |
| Matraca | Bento de Araújo Abreu |
| Narigão | Joaquim Antão Fernandes Leão |
| Macaco | José Antonio Marinho |
| Rebolo | José Alcebíades Carneiro |
| Tiple | Theophilo Benedito Ottoni |
| Fanhoso | Bernardino José Queiroga |
| Mopadinho | José Pedro Dias de Carvalho |
| Jóia | José Domiciano Leite Ribeiro |
| Chicrapires | Manoel José Pires da Silva Pontos |
| Mentira | José Joaquim Fernandes Torres |

Fonte: *O Parahybuna*, Barbacena, 1838.

Os deputados satirizados por Justiniano da Cunha Pereira eram algumas das mais representativas lideranças liberais mineiras. Esta elite política mineira forjou-se nas experiências políticas da sociedade de abastecimento, alcançando projeção política à medida que rompia os limites da região e da província e atingia concomitantemente o mercado e a arena política da Corte. Organicamente ligada aos proprietários escravistas, a elite política provincial mineira não se confundia com o conjunto dos proprietários, adquirindo autonomia em relação aos mesmos. O amálgama de suas experiências sociais com o ideário liberal produziu uma elite política capaz de interagir com a camada proprietária e formular um projeto político liberal-moderado, pautado no

sistema representativo e adequado aos interesses dos proprietários escravistas⁶⁵⁶. Assim, as ligações com a propriedade escravista unificou a elite mineira em torno de uma adesão e difusão do liberalismo moderado⁶⁵⁷.

A hegemonia do projeto liberal moderado foi construída a partir da atuação de uma elite heterogênea quanto à origem social e formação. Tratava-se de magistrados, padres, fazendeiros, negociantes, burocratas e professores, todos direta ou indiretamente ligados aos proprietários escravistas mineiros⁶⁵⁸. Os deputados associados às personagens que constituíam o “Club dos Anarquistas” permitem conhecer alguns integrantes da elite política moderada mineira.

Manoel Inácio de Mello e Souza (1781-1859) era o presidente do Clube dos Anarquistas. Nascido em Portugal e formado em Coimbra, o magistrado Mello e Souza era rico proprietário em Mariana. Já em 1821, integrou o governo provisional, tido por anárquico e republicano⁶⁵⁹. Assumiu a presidência da província mineira entre 1831 e 1833. Foi deputado à Assembléia Geral na primeira e terceira legislaturas (1826-1829 e 1836-1836) e à Assembléia Provincial na primeira, na segunda e quarta legislaturas (1835-1837, 1838-1839 e 1842-1843). Chegou a Senador em 1836 e recebeu o título de Barão do Pontal em 1841⁶⁶⁰.

O desembargador Manoel Inácio foi cognominado na peça por “Mané Pança”. No jornal *O Parahybuna*, os cognomes que nomeiam as personagens do Clube dos Anarquistas foram utilizados no artigo intitulado “Oh! Que logração famosa!” Nesse artigo, Justiniano denuncia planos da “Camarilha de anarquistas” para “encaixar” Manoel José da Silva Pontes na presidência da província, em substituição a José Cesário Miranda Ribeiro. Tal articulação, segundo o redator, no entanto, foi frustrada com a nomeação de Bernardo Jacinto da Veiga. Diz o artigo:

Muito satisfeitos da sua vida estavam os anarquistas da Assembléa com a notícia de que o Exm. Sr. José Cezário tinha pedido a sua

⁶⁵⁶ SILVA, Wlamir. *Liberals e povo*. p. 97-99; 115-121. Segundo Wlamir Silva “a elite política da Província tinha uma relação orgânica com a propriedade, porém mediatizada por suas relações com o conjunto desta sociedade e pela influência do pensamento liberal”. (p. 98).

⁶⁵⁷ A afirmação do liberalismo moderado em Minas Gerais implicou na difusão de seu projeto político, buscando o consenso através de uma pedagogia política. Implicou, também, em reafirmar sua identidade política, contrapondo-se aos “elementos que lhes fossem potencialmente perigosos ou que se lhes opunham”: escravos, pardos e caramurus e as referências ao liberalismo exaltado (que não existiu de forma organizada em Minas). SILVA, Wlamir. *Liberals e povo*.

⁶⁵⁸ SILVA, Wlamir. *Liberals e povo*. p. 100-112 constrói um painel de algumas lideranças liberais na Regência.

⁶⁵⁹ Idem. p. 102-103.

⁶⁶⁰ VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras*. p. 506-507.

demissão. Eles contavam de certo que a Presidência havia de recair em algum dos da pandilha; pois desde o ano, a requerimento de ‘Antão Leão’, haviam escolhido seis Vice-Presidentes à molde; e exultavam contentes, porque agora se lhes proporcionava a ocasião de garimparem a seu gosto, e com toda a segurança possível.

O primeiro Vice-Presidente, o Mané Pansa, ia para o Senado; o segundo, que o Fernandes Torres Mentira, ia para a Assembléia; logo a Vice-presidência devia recair por força no Chicrapires Pontes, que é o terceiro (...). Encaixado por tanto o “Chicrapires” na vice-presidência, ficavam os “garimpeiros” tão satisfeitos e repimpados, como sapos na lagoa; porque infalivelmente o tal nulo “Chicrapires” havia de reger-se segundo ordens dessa infame marilha de anarquistas (...)

Oh! Que logração famosa! Eis se não quando o maldito Ministro do Império lembra-se de nomear Presidente ao Exm. Sr. Bernardo Jacinto da Veiga! Dissipam-se as esperança dos “garimpeiros” (...) Oh! Que logração famosa!⁶⁶¹

Na quarta cena da peça, encontra-se reunido o Clube dos Anarquistas. O grupo discute sobre qual deles deve recair a presidência da Repilha. O “Jóia” sugere atribuir o comando ao “benemérito Pança”:

Senhores, o nome dos Panças ainda hoje com admiração se repete na ilha Baratária, aonde se immortalizou o grande Sancho, como se lê nas crônicas de D. Quixote; e vós bem sabeis que desse tronco ilustre descende o nosso estimável Mané Pança; isto não é queimar-lhe um podre incenso, mas sim demonstrar-vos a conveniência de que o Exmo. Senhor Presidente Pança continue a presidir a nossa Repilha⁶⁶².

Ao associar Manoel Inácio a Sancho Pança, Justiniano pretendia desqualificá-lo, construindo para ele uma imagem de bobo, ingênuo, pouco inteligente. Por dispor de tais “qualidades”, Mané Pança aventurava-se a construir uma República, empreendimento fantasioso e quixotesco, fadado ao fracasso, até mesmo porque seria comandado por um ilustre descendente de Sancho Pança.

Os encontros do Clube dos Anarquistas eram secretariados pelo Matraca, o deputado Padre Bento de Araújo Abreu. Sua atuação no Clube limita-se à condução dos

⁶⁶¹ O Parahybuna. Barbacena. n. 144. 03/04/1838. O artigo faz referências também a Mopadinho José Pedro e ao Matraca. No n. 146, de 10/04/1838, Manoel Inácio é chamado de “bobo do gualaxo” e acusado de servilismo em artigo intitulado “O servilismo do Mané-Pansa”.

⁶⁶² CUNHA, Justiniano Pereira da. *Club dos Anarchistas*. p. 4. Ver site: <http://www.geocities.com/clubanar>, disponibilizado por Jorge da Cunha Pereira, genealogista que escreveu uma biografia de Justiniano, publicada no mesmo site.

trabalhos e a fazer seus companheiros observarem os regulamentos⁶⁶³. Não apresenta um comportamento loquaz. Passa quase despercebido. Bento de Araújo Abreu, ironicamente chamado Matraca, foi deputado a Assembléia Provincial de Minas Gerais na primeira, segunda e terceira legislaturas (1835-37 1838-39 e 1840-41). O “silencioso” Matraca é apontado como servil e bajulador por Justiniano:

(...) a vice-presidência devia recair por força no Chicrapires Pontes, que é o terceiro, não pela ordem das votações, mas pelas manobras do Costa Pinto e Manoel Ignácio, que injustamente despojara o “Matraca” da vice-presidência em terceiro lugar, escrevendo para a detestável Camarilha de Feijó que pusessem (sic) o “Matraca” no ultimo lugar da rabeira. E ainda o “Matraca” acompanha o farrancho destes traidores! Ainda serve e bajula um partido que assim o vilipendiou! Que baixeza! Que servilismo⁶⁶⁴!

O apelido Chicrapires é um trocadilho com o nome do deputado Manoel José Pires da Silva Pontes (Xícara/Pires). O jornal O Parahybuna, como se vê acima, refere-se a “Chicrapires Pontes”. Além disso, na quarta cena da peça, Chicrapires menciona ter governado a capitania do Espírito Santo. De fato, ele tomou posse na presidência da província do Espírito Santo em 21 de abril de 1833. Em 1838-1839, ocupava uma vaga na Assembléia Provincial mineira.

Bernardino José Queiroga, o Fanhoso, proprietário na vila do Príncipe, foi deputado à Assembléia Provincial de Minas na segunda legislatura (1838-1839), vice-presidente e presidente de Minas em 1848. O Fanhoso não tem participação de destaque na peça, sendo flagrado cochilando na reunião do Clube dos Anarquistas. No Parahybuna, foi contemplado com um artigo intitulado “Inconvenientes da surdez”. Padre Justiniano “revela ao público que o Queiroga era surdo”, relatando um suposto diálogo em que Queiroga, mesmo tendo tirado os algodões dos ouvidos, responde de modo descontraído às interpelações de seu interlocutor. Sua surdez levou-o a respostas em que ele mesmo reconhece que “cabalou” as eleições, ou seja, que manipulou as eleições.

Outro freqüentador assíduo das páginas do O Parahybuna é “Antão Leão Narigão”. Narigão era o cognome de Joaquim Antão Fernandes Leão (1809-1887), advogado de Ouro Preto. Além de deputado provincial (1835-37, 1838-39 e 1842-

⁶⁶³ Matraca é instrumento de percussão para “chamar a gente aos officios divinos”. Nesse sentido, o Matraca era responsável pelo “cerimonial”.

⁶⁶⁴ O Parahybuna. Barbacena. n. 144. 03/04/1838.

1843), integrou a Assembléia Geral em 1842 (dissolvida) e nas sexta, sétima e oitava legislaturas (1845-1847, 1848 e 1869-1872). Foi nomeado senador em 1870. Ocupou diretoria no Tesouro Nacional e as presidências das províncias do Rio Grande do Sul e da Bahia, além do Ministério da Marinha e da Agricultura⁶⁶⁵. Na percepção de Justiniano,

o senhor Antão é um enfatuado: ele se julga o mais eloqüente dos oradores, e pensa que os seus brados serão ouvidos com admiração nos quatro ângulos da Província (...). Apenas acabava de orar, sentava-se, olhava para todas as pontes, aprovando de cabeça alguns restos de aplauso das galartas, dizendo La consigo mesmo – ‘Brilhei! Brilhei muito’⁶⁶⁶!

A vaidade de Joaquim Antão transparece nas atitudes do Narigão. Orgulhoso de “seu título de Doutor, acredita ser um nome prestigioso” para assumir o comando da Repilha. Segundo Narigão:

Não pode ser durável um Estado em cuja frente se não veja um nome prestigioso, como o meu: pois pretendo encaixar no cabeçalho dos decretos este magnífico título: D. Antão Leão Narigão, Doutorão formado em leis, Bacharelão de Capelo, Estudante na Academia de Ciências Sociais, Presidente da Repilha, etc. etc⁶⁶⁷.

Justiniano não deixou de frisar o sobrenome Leão. D. Antão Leão Narigão, afinal, acreditava que “um governo monossílabo é muito mais perfeito”⁶⁶⁸. O Leão significava “perigo feroz”, ameaça à soberania popular⁶⁶⁹.

Disputam com Narigão o cargo de presidente outros dois sócios: o Macaco e o Tiple⁶⁷⁰. O Macaco, seguramente, é a figura mais citada no periódico do Parahybuna. Não há dúvidas quanto a sua identidade. Trata-se do padre José Antônio Marinho, à época, redator do periódico O Astro de Minas, de São João del-Rei.

José Antonio Marinho (1803-1853) nasceu em Brejo Salgado, no norte de Minas. Mulato, filho de lavradores pobres, contou com a ajuda de um rico fazendeiro, que patrocinou seus estudos no Seminário de Olinda. Depois de participar da

⁶⁶⁵ VEIGA, J. P. Xavier da. *Efemérides Mineiras*. p. 377-378.

⁶⁶⁶ O Parahybuna. Barbacena. n. 146, 10/04/1838.

⁶⁶⁷ PEREIRA, Justiniano da Cunha. *O Club dos Anarchistas*. p. 2.

⁶⁶⁸ PEREIRA, Justiniano da Cunha. *O Club dos Anarchistas*. p. 2.

⁶⁶⁹ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. p. 86.

⁶⁷⁰ Diante da disputa, Teófilo Ottoni, ou melhor, o Tiple propôs que “em vez de um Regente ou Ditador se nomeie um Triunvirato. Esta moderna denominação há de fazer fracasso; e segundo diz Jefferson, o número três apaga a idéia de um Monarca absoluto”. *Club dos Anarchistas*. p. 3.

Confederação do Equador (1824), teve de deixar o Seminário e regressar a Minas. Durante viagem de volta, permaneceu algum tempo na Bahia. Ingressou no Seminário do Caraça, onde passou a lecionar Filosofia. Ordenou-se em 1829, na cidade de Mariana. Além do sacerdócio, atuou como professor de Filosofia em Congonhas, Ouro Preto e São João del-Rei. Era, ainda, advogado provisionado e redator do periódico *Astro de Minas*. Em São João del-Rei, atuou como vereador e juiz de paz. Foi deputado provincial, entre 1835 a 1839, e deputado à Assembléia Geral na quarta, sexta e sétima legislaturas (1839, 1845-47 e 1848), tendo seu mandato interrompido com as dissoluções das Câmaras em 1842 e 1848.

Além de redigir o *Astro de Minas*, o padre José Antônio Marinho colaborou em periódicos de Ouro Preto e do Rio de Janeiro. Em 1842, participou do Movimento Liberal, tendo, depois, registrado suas memórias e explicações sobre a revolta armada. Abandonou a política com a ascensão conservadora. Fundou um colégio no Rio de Janeiro, onde também atuava como pregador da Capela Imperial e como camareiro de Pio IX. Apesar de alcançar prestígio, não enriqueceu⁶⁷¹. O cônego Marinho era freqüentemente chamado de Macaco pelo redator do *Parahybuna* nas correspondências recebidas pelo jornal, como nessa assinada pelo “inimigo dos velhacos”:

Não é de balde e sem fundamento, que Vossa Mercê no seu estimável e denotado ‘Parahybuna’ tem dito que o ‘Macaco’ é um bicho venal, e que se compra, e está comprado para fazer caretas a certas e determinadas pessoas, e assim que se lhe acena ou se mostra uma bolsinha, digo, uma banana, eis o maldito bicharouco ‘macaco’ a fazer meiguices, e se pudesse falar, dizia, ao som das palmas que bate – mame, mame – e outras coisas galantes que só agrada à gente que gosta deste bicho imundo e velhaco. No tempo em que o ‘macaco’ escrevia um papelucho pequeno, e tão imundo como ele mesmo, era o seu Padre Nosso de cada dia, entre outros um célebre figurão de vapor de nove mil cruzados (Manoel Ignácio) que, aborrecido de tanta macaquice, e querendo pazes com o tal bichinho, lhe mandou acenar com duzentos mil réis, que o ‘macaco’ aceitou, saltou de contente, e calou-se, e talvez houvesse grogue nesse dia, porque entre os macacos também há alguns que gostam de sua pinga. Então, Sr. Redator, que me diz, o ‘macaco’ é ou não um velhaco, e dos de calibre 48: irra!⁶⁷²

Além de ser associado ao macaco, que pode ser adestrado para repetir gestos de outrem, que tem o dom da imitação, freqüentemente, Marinho era denominado “Macaco Negro” e “Maringo”, referências à sua condição de mestiço. O macaco é também visto

⁶⁷¹ SILVA, Wlamir. *Liberais e povo*. IGLÉSIAS, Francisco. O cônego Marinho e 1842. In: MARINHO, José Antonio. *História do Movimento Político de 1842*. São Paulo : Itatiaia, 1977.

⁶⁷² O *Parahybuna*. Barbacena. n. 149. 23/04/1838.

como criatura híbrida, mistura de animais e homem. As metáforas zoológicas foram comuns no debate político da primeira metade do século XIX. “O uso de metáforas e diferentes imagens que utilizam animais, monstruosidades e deformações corporais humanas” expressa “uma lógica baseada na supremacia da razão, vista como atributo humano essencial”. Aqueles que eram associados a animais afastavam-se da racionalidade. A animalização, a selvageria opunha-se ao bom comportamento político⁶⁷³.

Além de animalizar as personagens e ressaltar suas deformações corporais (narigão, fanhoso), Justiniano procurava lançar dúvidas sobre o caráter de seus adversários. Assim, o cônego Marinho é qualificado de “lacaio” e “padre alugado”, portanto, corrupto⁶⁷⁴. Na peça, a personagem ‘Macaco’ quer assumir a presidência da Repilha porque não havia sido eleito para a Assembléia Geral.

Outro deputado constantemente achincalhado por Justiniano é Teófilo Ottoni, chamado de “pelintra”, “Saint-just de Minas”, “burro” e “Tiple da Assembléia”. A firmeza de caráter de Teófilo Ottoni foi questionada em um artigo d’ O Parahybuna intitulado “O que he ter caráter firme?”. Escreve o Redator:

(...) Ninguém se jacta mais de ter caráter firme do que o “Tiple” da Assembléia, o imortal “Theophilo”, e com tudo presentemente vai desmentindo todos os cálculos a seu respeito.

Quando em 1835 se procedeu à eleição do Regente, e se propôs para esse emprego o Sr. Holanda Cavalcanti; Céus! Que infâmia não vomitou contra ele o “Saint Just” de Minas! Que virulentos dictérios não vibrou o esfaimado Theophilo! (...)

Não desenganado de que ninguém simpatiza (sic) com desordeiros e anarquistas, trabalha agora mui afincadamente na Eleição do Sr. Holanda Cavalcanti para Regente do Império: já o Holanda não é mais o “Aristocrata enfatuado, o doido furioso, o jogador perdido” (...) O “Tiple” tem para si que este Senhor será mais grato do que Feijó, que lhe dará “papata” a fartar, e promete a todos os Eleitores que o Brasil de certo vai medrar muito com a Regência do “Pão e Carne”.

O que acabamos de dizer demonstra evidentemente qual é a firmeza de caráter do grande Theophilo, que aprova hoje o que condenava ontem⁶⁷⁵.

Teófilo Otoni, embora não possa ser considerado um liberal exaltado⁶⁷⁶, talvez tenha sido um dos mais combativos liberais de Minas. Tropeiro e comerciante da Vila do Príncipe, Otoni viveu intensamente os sucessos políticos a partir da

⁶⁷³ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. p. 83-85.

⁶⁷⁴ O Parahybuna. Barbacena, n. 144, 03/05/1838.

⁶⁷⁵ O Parahybuna. Barbacena, n. 145, 06/04/1838.

⁶⁷⁶ SILVA, Wlamir. *Liberals e povo*.

Independência⁶⁷⁷. Deputado provincial entre 1835-39, e representante mineiro na Assembléia Geral na quarta, sexta, sétima e décima primeira legislatura, foi nomeado Senador em 1864. Colaborador do *Astréia*, do *Astro de Minas* e do *Eco do Serro*, fundou o *Sentinela do Serro*.

Inspirado em um liberalismo jeffersoniano, atuou ativamente na Assembléia e na imprensa. Ao vigor de sua atuação provavelmente deve-se o cognome “Tiple da Assembléia”, atribuído por Justiniano. Sua voz destacava-se entre seus pares. Por outro lado, Justiniano tentava vinculá-lo ao jacobinismo e aos liberais exaltados, chamando-o de Saint-Just.

A desqualificação dos integrantes do Clube dos Anarquistas também atingiu José Pedro Dias de Carvalho, José Joaquim Fernandes Torres, José Domiciano Leite Ribeiro e José Alcebiades Carneiro. José Pedro Dias de Carvalho (1805-1881), representado na peça pela personagem “Mopadinho”, era advogado provisionado em Ouro Preto. Foi vereador em Ouro Preto e deputado provincial (1ª, 2ª, 4ª legislaturas) e à Assembléia Nacional (3ª, 4ª, 6ª, e 9ª legislaturas). Construiu carreira na burocracia, ocupando cargos na área financeira e pastas ministeriais. Em 1876, foi nomeado para o Conselho de Estado, chegando a senador em 1881. Atuou ainda na imprensa, colaborando no Parlamento e redigindo o periódico O Universal, do qual se tornou proprietário em 1838⁶⁷⁸.

José Joaquim Fernandes Torres (1797-1869) foi desacreditado por Justiniano ao ser associado à personagem “Mentira”. Fernandes Torres bacharelou-se em leis em Coimbra, atuando na docência e na magistratura. Natural de Mariana foi eleito para a Assembléia provincial em três legislaturas (1835-1837 1838-1839 e 1842-1843). Foi deputado à Assembléia Geral em 1838-1841, 1842 (dissolvida) e entre 1845-1847, sendo nomeado senador em 1847. Ocupou, ainda, a presidência da província de São Paulo (1857-60) e atuou como vice-presidente em Minas, além de assumir os Ministérios da Justiça (1846-1847) e do Império (1866-1868)⁶⁷⁹.

O futuro Visconde do Araxá, Domiciano Leite Ribeiro (1812-1881), também não escapou à pena mordaz de Justiniano. Embora tenha pequena participação na peça, Domiciano, ou o Jóia, é bastante citado no jornal O Parahybuna. Ao chamá-lo “Jóia”, Justiniano provavelmente não estava qualificando-o como “pessoa de grande valor, ou

⁶⁷⁷ OTTONI, Teóphilo. *Circular dedicada aos senhores eleitores de Minas Gerais*.

⁶⁷⁸ SILVA, Wlamir. *Liberais e povo*.

⁶⁷⁹ VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras*. v. 3-4, p. 1084.

muito boa ou de aspecto agradável”. Deveria, sim, estar referindo-a ao sentido lusitano da palavra, que significa propina, ou quantia que se paga para um ingressante integrar o quadro de sócios de um clube.

Domiciano integrava as hostes liberais mineiras. Nascido em São João del-Rei, formou-se bacharel em Direito em São Paulo, no ano de 1833, atuando como promotor público, juiz municipal e delegado do círculo literário. Foi deputado provincial na primeira e segunda legislatura (1835-1837 e 1838-1839). Eleito para a Assembléia Geral em 1842, não tomou posse em razão da dissolução da mesma, sendo reeleito em 1863. Foi presidente da província de São Paulo (1848) e do Rio de Janeiro (1865), além de ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1864), chegando ao Conselho de Estado em 1886⁶⁸⁰.

O deputado José Alcebiades Carneiro foi encarnado na peça pela personagem “Rebolo”. José Alcebiades, também muito citado por Justiniano no *O Parahybuna*, foi deputado à Assembléia Provincial mineira na primeira e segunda legislatura (1835-37 e 1838-39). Elegeu-se deputado à Assembléia Geral na terceira legislatura (1834-1837). O “Rebolo”, dentre os integrantes do Clube dos Anarquistas, manifestou maior avidez em aproveitar-se dos cargos públicos. Em suas intervenções, preocupa-se em aumentar o próprio subsídio:

Senhor Presidente, (...) eu considero muito mesquinho o subsídio de 4\$000 réis (quatro mil réis) diários para os Deputados Provinciais. Os Deputados gerais ganham 20\$000 réis (vinte mil réis) e eles pouco mais fazem do que nós. Portanto, indico que o nosso subsídio seja levado à quantia de 8\$000 réis (oito mil réis), que ainda assim mesmo não é muito. Srs., o bom jornal é que faz apetite ao trabalho. Venham portanto os 8\$000 réis (oito mil réis) por dia, e veremos a casa cheia, sem ter mais necessidade de chamarmos os suplentes⁶⁸¹.

Entre as personagens que compõe o elenco, há a figura do Imparcial. Curiosamente, Justiniano não menciona esta personagem na relação do elenco. O Imparcial não é ridicularizado e suas falas contrapõem-se aos posicionamentos e propostas dos “anarquistas”. Ao contrário, ele afirma que “nunca aprend[eu] a enganar”. Além disso, seu papel é apontar as incoerências das propostas e atitudes das demais personagens. Por isso acaba expulso do Clube. Representaria o Imparcial o próprio

⁶⁸⁰ Idem, p. 509.

⁶⁸¹ PEREIRA, Justiniano da Cunha. *O club dos Anarchistas*. p. 7.

autor? Ou sua figura remete a Bernardo Pereira de Vasconcelos, ministro do gabinete Regressista?

Os políticos liberais contemplados na sátira de Justiniano não abarcam a totalidade das lideranças liberais. Obviamente, não podem ser esquecidos Batista Caetano de Almeida, proprietário do *Astro de Minas*, o padre José Bento Leite Ferreira de Melo, os padres José Custódio Dias e Antônio José Ribeiro Bhering, cujas atuações foram significativas no processo de construção e difusão da hegemonia liberal moderada em Minas Gerais⁶⁸².

Esta hegemonia, contudo, estava sendo posta à prova, desde, pelo menos, fins de 1837. Agora era o grupo regressista, ligado a Bernardo Pereira de Vasconcelos e a Honório Hermeto Carneiro Leão, que buscava o consenso da população e o estabelecimento de uma direção política. Para alcançar tais objetivos, atores e grupos políticos apropriavam-se novamente do vocabulário político para renovar seu significado. E dessa forma, reconstruir identidades que seriam definidas partir da demarcação do lugar do outro e de suas bandeiras de luta.

Para se compreender as disputas políticas dos grupos, em um determinado momento, precisamos recuperar o vocabulário utilizado. Como esse vocabulário assume diferentes significados e pode ser apropriado de modos diversos pelos vários grupos, ele “não pode ser estudado descolado do contexto [histórico], das práticas e dos atores sociais”⁶⁸³.

À luz desse pressuposto pode-se perceber o jogo de perspectivas que marca a comédia *Club dos Anarchistas*. Vista pela ótica do autor, a peça mostra o projeto de organização do Estado defendida pelo grupo oponente a Bernardo Pereira de Vasconcelos, no contexto do Regresso. Para o padre Justiniano, o projeto dos liberais mineiros de autonomia provincial contraria a proposta centralizadora dos Regressistas. Baseando-se nessa dissensão, o padre Justiniano apropria-se do vocabulário político usado para demarcar a identidade dos Exaltados e aplica-o aos Moderados mineiros. No início do período regencial, talvez essa apropriação e utilização não fossem possíveis. Mas em tempos de Regresso, projetos divergentes poderiam ser (des) qualificados.

Por outro lado, por mais que o autor utilize a ironia e a ridiculização para desqualificar seus adversários e tentar construir um juízo de valor, é fundamental que sua composição seja verossímil. Para ser convincente, a história e as personagens não

⁶⁸² Sobre esses líderes liberais, ver: SILVA, Wlamir. *Liberais e povo*.

⁶⁸³ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. p. 61-63.

podiam ser totalmente descoladas da realidade. Caso contrário, soaria como mentira grosseira e não produziria convencimento nem consenso.

O “Clube dos Anarquistas” conspirava para instaurar uma Repilha em Minas Gerais, a exemplo de Sabino, na Bahia (1837-1838). Justiniano transmutou as expectativas dos liberais mineiros em relação à autonomia política e às franquias provinciais em projeto de emancipação política. Ao caracterizar o projeto dos liberais mineiros como “Repilha”, Justiniano imprime dupla desqualificação à proposta. Primeiro, ao defini-lo como República. Naquele momento histórico, República era uma forma de governo anárquica e caótica. As vizinhas repúblicas da América espanhola demonstravam exemplarmente tal situação. Por outro lado, para Justiniano, a república pretendida pelos mineiros era uma “Repilha”. Aqui, Justiniano aglutina à palavra república o sufixo “-pilha” para marcar um significado. Repilha, assim, pode estar associada a farroupilha, mas também, e mais provavelmente, explicita a idéia de uma república da pilhagem, uma república dos larápios.

As personagens, em suas falas, freqüentemente demonstram sua imensa preocupação com o tesouro, com o recolhimento dos impostos e com o aumento dos próprios salários. Na primeira cena, Narigão, pensando consigo mesmo, confessa:

Não perco as esperanças. A empresa é difícil, é embaraçosa; bem o sei; (...). Serei eu menos feliz em Minas do que Sabino na Bahia? Terá ele mais capacidade? Não sou eu Doutor formado? Mas o êxito de uma revolução é duvidoso... Seja embora. Entretanto ficam os cofres a minha disposição; posso enriquecer-me, e se as águas correrem turvas, não custa muito montar a cavalo, voar a Itaverava, e de lá...⁶⁸⁴

Justiniano, através da fala da personagem Imparcial, questiona a ausência de interesse dos anarquistas pela coisa pública, o que seria incoerente com o próprio sentido da *res publica*. Propõe o Imparcial:

(...) Não é agora, senhores, que deveríeis propor medidas de utilidade pública? Por que não tratarmos da abertura de novas estradas e canais, da construção de pontes, da navegação interior de nossos caudalosos rios, que tanto concorre para aumento do comércio e indústria? Porque não daremos um impulso vital a todos os ramos da administração pública? Vós, pelo contrário, desperdiçais o tempo na baixa e vil intriga; só tendes patriotismo quando se trata de atacar o governo, só tendes energia para caluniar este ou aquele Ministro que vos

⁶⁸⁴ PEREIRA, Justiniano da Cunha. *O club dos anarchistas*. p. 1.

desagrada. Foi para isso que a Província vos elegeu. Foi para isso que ela esgota seus cofres...⁶⁸⁵

O Imparcial sugere, em sua fala, uma mudança de foco na atuação dos “Representantes” da nação. Eles deveriam preocupar-se com questões administrativas ao invés de ocuparem-se do debate político. A idéia do deslocamento do “exercício da política” para o espaço neutro e racional da prática administrativa é coerente com a configuração de Estado proposta pelos regressistas⁶⁸⁶.

Na perspectiva de Justiniano, os deputados da Assembléia provincial, integrantes do Clube dos Anarquistas, não passavam de “garimpeiros”⁶⁸⁷. Ou seja, os deputados andavam à cata de dinheiro, eram exploradores dos cargos públicos. Por isso ao planejarem a instauração da Repilha, preocupavam-se prioritariamente em decidir sobre quem recairia o comando do governo, sobre a nomeação e demissão de empregados públicos e ministros, sobre as condições em que se encontravam o tesouro e a arrecadação. Mopadinho, com atitude prática, chama a atenção do grupo:

Não posso levar a paciência que estejamos consumindo o tempo em ventilar medidas que devem ser posteriores ao ato de nossa emancipação política. Que, senhores! Falais em triunviratos quando nós ainda gememos debaixo da canga do maldito governo de 19 de setembro!!! E não será isto andar o carro adiante dos bois? Senhores! Nós devemos primeiramente quebrar o jugo que nos sopeia, para depois cuidarmos em Ditadura ou Triunvirato⁶⁸⁸.

Mopadinho expunha aos companheiros as dificuldades para a instalação da Repilha:

Nós lutamos com elementos heterogêneos; não temos ainda um povo suficientemente instruído para saborear os doces frutos da nossa Repilha. O povo que nos obedece é a estupidez personalizada; nada entende de política; reina entre eles a mais profunda ignorância e indiferença para tudo que é da Pátria; se francamente lhe dissermos – vamos proclamar a Repilha – o povo nos abandona, malogra-se o nosso projeto⁶⁸⁹.

Diante das dificuldades, Mopadinho propõe como plano de ação “anarquiz[ar] a Província, praguej[ar] o atual governo, barulh[ar], confund[ir] tudo”, para que o

⁶⁸⁵ PEREIRA, Justiniano da Cunha. *O club dos anarchistas*. p. 12.

⁶⁸⁶ RESENDE, Edna Maria. *Entre a solidariedade e a violência*. p. 76.

⁶⁸⁷ No jornal O Parahybuna faz inúmeras referências aos deputados da Assembléia Provincial mineira como garimpeiros.

⁶⁸⁸ PEREIRA, Justiniano da Cunha. *Club dos Anarchistas*. p. 4.

⁶⁸⁹ Idem.

governo perca a força moral e a confiança pública. Outra estratégia para “anarquizar” a Província e “derrubar o governo” é “lançar-lhe logo e mais fogo, anarquia e mais anarquia, progresso e mais progresso”, é, segundo o Mentira, “rejeitar todas as medidas de bem público ou de interesse geral”⁶⁹⁰.

Dispostos a lançar mão da “mentira, a calúnia e a falsidade” para levar adiante seus planos, os “anarquistas” contabilizam os apoios que julgavam obter na Província. A personagem “Mentira” assegura que “O Serro Frio está todo voltado a nosso favor (...). Na Corte temos o Limpo de Brio [de Abreu] para nos coadjuvar; escrevem-me de Pouso Alegre que lá está tudo pronto para o primeiro sinal”⁶⁹¹.

Não obstante os apoios recebidos, os conspiradores insistem em ataques e “calúnias” para enfraquecer o governo. A personagem Tiple, sempre citando Jefferson, aponta arbítrios e tiranias do “Governo infernal”. Segundo ele, o “Governo perverso violou correspondências, e demitiu patriotas honrados da Guarda Permanente”. O Macaco acusou o governo de não cuidar da arrecadação dos dinheiros públicos e de dilapidar o tesouro.

Além das queixas contra o governo da Província, os “Anarquistas” protestaram contra a ingerência da Assembléia geral, que anulou a lei aprovada pela Assembléia Provincial abolindo a estabilidade e vitaliciedade dos párocos. Os deputados “anarquistas”, na voz do Macaco, saíram em defesa da autonomia das Assembléias provinciais, indignando-se com o fato da lei ter sido insultada, pulverizada, anulada e calcada aos pés”⁶⁹². Tiple também se posiciona a favor das atribuições da Assembléia provincial e do respeito ao Ato Adicional:

Este ato insidioso da Assembléia geral, eu o considero atentatório das garantias que a lei de 12 de Agosto... Quero dizer, que o Ato Adicional conferiu às Províncias. Senhores, falemos claro; eu sou republicano em carne e osso; o espírito democrático ferve em meu coração, corre em catadupas pelas minhas veias; não posso, portanto sofrer o ultraje que nos irroga a Assembléia geral. Não somos nós Deputados? A nossa Assembléia não é porventura Legislativa? Como, pois se nos vem anular uma lei, emanada de uma Autoridade legítima? Resistamos Senhores (apoiados). Nada de cobardia. Se for preciso empunhemos as armas para vindicar a nossa honra ultrajada, a nossa lei calcada aos pés pelos Aristocratas, essa raça heterogênea do Brasil, são os que nos querem impor de novo o jugo colonial (apoiados gerais)⁶⁹³.

⁶⁹⁰ Idem. p. 4.

⁶⁹¹ Idem. p. 3.

⁶⁹² Idem. p. 10.

⁶⁹³ Idem. p. 10.

Outra proposta aventada na reunião pelo Macaco dizia respeito à valorização do Ato Adicional. Macaco sugere que “não se diga mais a lei de 12 de Agosto, mas sim que se lhe dê o nome próprio de - Ato Adicional -”⁶⁹⁴. Chicrapires vai ainda mais longe. Segundo ele,

Convém mesmo que o povo saiba tanto de cor o Ato Adicional como o Padre Nosso. Portanto indico que esta Assembléia autorize aos Juizes de Paz de toda a Província para explicarem ao povo o Ato Adicional nos Domingos e Dias Santos de Guarda (apoiados)⁶⁹⁵.

No transcorrer do encontro, a personagem Imparcial procura contestar as afirmações e propostas dos “anarquistas”. Através de suas intervenções, Justiniano expõe a incoerência e a “versatilidade” dos deputados. Por isso, o Imparcial acaba sendo expulso da reunião. Sem a presença dele, sem o guia da Razão e da Neutralidade, a reunião do grupo de “anarchistas” encontra seu desfecho. A sala é invadida por oficiais da Guarda Permanente para recolher os “anarchistas” à “Casa dos Doidos e Mentecaptos”.

Justiniano encerra a peça imputando aos personagens a pior desqualificação possível. Havia, desde o título, associado o projeto de seus adversários à república, ao caos, à anarquia e à desordem. No entanto, os deputados, enquanto “Representantes de uma Nação livre”, argumentaram em defesa de suas garantias e inviolabilidades. Justiniano, para escapar dessa armadilha, atribuiu aos anarquistas a pecha de doidos. Assim, por estarem “perturbando o sossego público; por apresentarem conduta intolerável; e semelhantes doidos é necessário afastar da Sociedade”⁶⁹⁶.

Dessa forma, Justiniano contava poder convencer a sociedade e os eleitores da inviabilidade das propostas políticas dos opositores do Regresso, qualificando-as como insanas e desordeiras, portanto, prejudiciais à sociedade. Resta saber se sua estratégia de convencimento deu resultado. Não se sabe se a peça chegou a ser encenada. É certo, porém, que o texto circulou em Ouro Preto e no Rio de Janeiro⁶⁹⁷. O próprio Justiniano publicou um poema sobre a suposta reação dos deputados satirizados na Comédia:

⁶⁹⁴ Idem. p. 9.

⁶⁹⁵ Idem. p. 9.

⁶⁹⁶ Idem. p. 13.

⁶⁹⁷ PEREIRA, Jorge da Cunha. *Justiniano Pereira da Cunha: dados biográficos*.

Lá vai verso.

“Mané Pança está zangado/ Está zangado o Mentira,/O Rebôllo jura e
freme, / O Marinho até delira!

O Antão chocou-se tanto/De se ver na tal comédia,/Que pelo Naso
protesta/Que há-de haver uma tragédia!

Ora veja se isto He graça! De ver os touros na praça!

De raiva ficou mais surdo/O Fanhoso nullo e mouco,/O Triple
desentouu,/Criou pigarro, está rouco!

O Chicra-Pires e Jóia,/O Matraca e Mo-Padinho,/Irados também
protestão./Que há de haver gran borborinho!

Ora veja se isto He graça! / De ver os touros na praça!”

(S. de Abril)⁶⁹⁸

A divulgação da comédia deve ter causado reboliço entre a população que integrava a rede de debates alinhavada pelos periódicos. Os deputados atacados na peça concorreram a uma vaga na Assembléia Provincial para a legislatura seguinte. Em Barbacena, os nomes mais votados na eleição de 1838 para deputado provincial são totalmente diferentes daqueles de eleições anteriores. Os deputados “anarquistas”, campeões de votos em 1834, quando citados na lista, receberam poucos votos. Já São João del-Rei apresentou resultado distinto. Sete dos onze deputados criticados por Justiniano estavam entre os vinte nomes mais bem votados. Embora Justiniano não tenha conseguido influenciar a opinião dos eleitores de São João del-Rei, parece ter tido mais sucesso em outras regiões. Os deputados “anarquistas” não se reelegeram para a Assembléia Provincial⁶⁹⁹.

Os “progressistas” de Minas Gerais, contudo, não haviam sido vencidos. Os embates continuavam sendo travados no Parlamento, na imprensa, na praça pública. O padre Justiniano, fiel escudeiro de Bernardo Pereira de Vasconcelos e dos Regressistas,

⁶⁹⁸ O Parahybuna. Barbacena. n. 157. 1838.

⁶⁹⁹ APM. *Atas de Eleição de Deputados à Assembléia Provincial*. PP¹¹, Cx. 77. Pacotilha 14, 17/11/1834; PP¹¹, Cx. 79, Pacotilha 07, 07/10/1838.

continuava brandindo sua pena na luta contra os “liberalões feijoistas”. Nessa batalha Justiniano fez suas idéias seguirem o curso do O Parahybuna.

2.2. No curso do Parahybuna

O jornal *O Parahybuna* foi o primeiro periódico publicado em Barbacena, vindo à luz em 1836⁷⁰⁰. Infelizmente, não é conhecido nenhum número desse ano. Estão acessíveis, com algumas lacunas, os exemplares referentes aos anos de 1837, 1838 e 1839. *O Parahybuna* foi publicado até 1840, pois o jornal *O Popular*, publicado em São José del-Rei, em 1840, faz referências a números do *Parahybuna* deste ano⁷⁰¹.

Os exemplares existentes do *Parahybuna*, portanto, cobrem exatamente o chamado período regressista, desaparecendo, possivelmente, no ano da Maioridade. O periódico, publicado pela Typographia do Parahybuna, as quartas e aos sábados, entre março de 1837 e dezembro de 1839, sob a responsabilidade do padre Justiniano da Cunha Pereira, assumiu um posicionamento contrário ao governo de Feijó. Na verdade, não há nenhuma referência explícita que identifique o redator⁷⁰². Sabe-se, no entanto, que, em 1839, o primeiro redator faleceu, conforme foi noticiado no número 174, de 09 de julho de 1839. Também não há indicações, no jornal, sobre a identidade do segundo redator, que edita o jornal até 1840. Em algum momento, entre os números 134 e 144, o jornal passa a ser publicado as terças e sextas-feiras. Não podemos precisar as datas porque esses números, infelizmente, não estão disponíveis. Como pode observar-se, o período de existência deste jornal compreende o período do Regresso, período de definição de posicionamentos políticos de Liberais e de Restauradores em torno dos grupos Regressista e Progressista, que, no Segundo Reinado, constituir-se-ão no Partido Conservador e no Partido Liberal.

Para além da ferrenha oposição desencadeada pelo *Parahybuna* a Feijó e aos feijoístas, a ligação entre o jornal e os regressistas fica muito clara a partir das inúmeras referências a Bernardo Pereira de Vasconcelos. O primeiro indício da filiação do jornal ao grupo de Vasconcelos encontra-se explicitado na própria epígrafe do jornal, constituída de um excerto de um discurso de Vasconcelos:

⁷⁰⁰ VEIGA, José Pedro Xavier da. *A imprensa em Minas Gerais*.

⁷⁰¹ AMARAL, Alex Lombello. *O Astro de Minas contra a correnteza*. 2003. Monografia (Pós-graduação lato-sensu em História de Minas Gerais no século XIX) – UFSJ, São João Del-Rei, 2003.

⁷⁰² Como foi visto, em 1838, o padre Justiniano da Cunha Pereira publicou a comédia intitulada “Club dos anarquistas”. Esta publicação menciona que o padre Justiniano era o redator do *O Parahybuna*. Na capa da peça está explicitado que a mesma foi impressa na Tipografia do jornal, o que pode ser comprovado pela semelhança da composição tipográfica entre o jornal e a peça. A comédia está disponível em: www.geocities.com/clubanar/capaorig.htm. Consultado em 24/04/2007. Ver capa em anexo.

Os homens passam, passam as circunstâncias; mas os princípios subsistem, Deus louvado, a despeito das intrigas, a despeito das paixões, em todas as lutas saem triunfantes, e sabem vingar-se dos ultrajes que lhes rogam a má fé, a ambição, ou a ignorância⁷⁰³.

Coincidentemente, *O Parahybuna* passa a ser editado no mesmo ano em que Bernardo Pereira de Vasconcelos deixa a redação do Universal, de Ouro Preto. Provavelmente, Vasconcelos empenhou-se em criar outro jornal, através do qual pudesse divulgar suas idéias, defender seus projetos e influenciar seus eleitores. A opção pela vila de Barbacena é estratégica. Certamente, Vasconcelos queria demarcar uma base de atuação e de influência, contrapondo-se aos liberais da região, especialmente, Baptista Caetano e o Cônego Marinho, respectivamente, criador e redator do *Astro de Minas*, publicado em São João del-Rei. Naquele momento, *O Astro de Minas* havia rompido com Vasconcelos, assumindo uma posição contrária ao grupo político regressista⁷⁰⁴.

Por outro lado, é preciso levar em consideração que Bernardo Pereira de Vasconcelos encontrou apoio na vila de Barbacena. Isso significa que, ao contrário da propalada memória liberal da cidade, havia espaço para posicionamentos em torno do projeto conservador. As subscrições para *O Parahybuna*, filiado a Vasconcelos, podiam ser feitas nas residências de Azedias e de João Gualberto Teixeira de Carvalho. Além disso, a tipografia do Parahybuna localizava-se na casa de Azedias⁷⁰⁵. Ambos eram comerciantes de fazendas secas⁷⁰⁶. Em 1837, estavam ligados ao grupo de Bernardo Pereira Vasconcelos. Em 1842, contudo, João Gualberto participou da Revolta Liberal, juntamente com seus irmãos. José Bento Azedias parece ter tido sempre postura mais conservadora, assumindo a vereança logo após a suspensão da Câmara rebelde.

Outra pista dos vínculos de Bernardo Pereira de Vasconcelos com *O Parahybuna* nos é dada pelo próprio jornal, ao negar a acusação do *Monarchista* de que o jornal era escrito por Vasconcelos:

O Sete de Abril, o Chronista, O Correio de Minas, O Parahybuna “são jornais redigidos pelos Ministros de Estados”. Bravo! Bravíssimo! Gentes! Oução isto: o meu Parahybuna não sou eu quem redijo, he redigido por Ministros de Estados!! Ora muito obrigado: não me podias fazer maior honra, maior elogio, tome lá uma pitada

⁷⁰³ *O Parahybuna*, Barbacena, n. 77, 4 mar. 1837

⁷⁰⁴ AMARAL, Alex L. *O Astro de Minas contra a correnteza*.

⁷⁰⁵ MASSENA, Nestor. Barbacena: a terra e o homem.

⁷⁰⁶ Ver a primeira parte desta tese.

de rapé. Quer chá? Gosta de chocolate? Tudo alcançará de mim pelo elogio que me teceu.

Povos de Minas Gerais! Cidadãos do Império do Brasil! Vinde, comprei o meu Parahybuna: não he ai qualquer coisa; he um Periódico estibabilissimo, interessantíssimo, redigido por hábeis Políticos, por gênios raros; enfim, redigido pelo Cícero Brasileiro o Exm. Sr. Calmon, e pelo Demosthenes americano o Exm. Sr. Vasconcelos. Não é jatancia minha; são verdades proferidas pelo “verídico Monarchista”. Não duvido que errasse em quanto ao Sete de Abril, ao Chronista, e ao Correio de Minas; mas em quanto ao Parahybuna, o meu illustre Panegerista acertou, disse a pura verdade.

Ao responder, com ironia, à provocação do *Monarchista*, *O Parahybuna* acaba denunciando, no artigo intitulado “Novo almocreve de Petas: continuação do catalogo de mentiras do Monarchista n. 2”, as filiações de vários jornais da época:

Quão superior não he o meu Parahybuna aos outros Periódicos da Província! Que distancia empinada os não separa da minha alta categoria! O *Universal* he redigido pelo estonteado Antão; o *Guarda Nacional* nasceu nos antros dos anarquistas; o *Astro* he a muito tempo rabiscado pelo macaco Marinho; o *Monarchista* he o desconsolado fructo de um Estudantinho de São Paulo, o *Parahybuna* porém he redigido por dous Ministros de Estados! Povos do Universo! Comprai o meu Parahybuna.

Ora como poderei eu mostrar o meu profundo agradecimento a tão inesperado elogio! Só esta fama vai me adquirir mais dous mil assinantes pelo menos. Quem não quererá ler um Periódico escrito pelos homens mais eloqüentes de todo o Brasil? Povos do Universo! Comprai o meu Parahybuna⁷⁰⁷

O Parahybuna, além dessa referência explícita a Vasconcelos, é incansável nos elogios dirigidos a ele. Vários números do jornal fazem comentários enaltecendo Vasconcelos. O jornal qualifica Bernardo Pereira de Vasconcelos de “varão de uma nomeada sem par, de conhecimentos singulares, enfim um dos primeiros ramalhetes da Câmara temporária”⁷⁰⁸. O tom elogioso repete-se no artigo em que critica duramente os liberais. *O Parahybuna* acusa-os de se oporem a Vasconcelos e desejarem sua demissão do Ministério, porque

não querem um Ministro enérgico, hum Ministro que eles sabem não terá a menor dúvida de lhes descarregar profundos golpes. (...) Ainda mesmo quando o Sr. Vasconcelos não fosse reeleito com tanto gloria

⁷⁰⁷ O Parahybuna, Barbacena, n. 147, 17 abr. 1838.

⁷⁰⁸ O Parahybuna, Barbacena, n. 144, 03 abr. 1838.

sua, e honra dos mineiros, julgamos que o Regente interino o não demitiria; porque sabe que Minas Gerais e o Brasil inteiro considera ao Sr. Vasconcelos como verdadeiro amigo da União e da Liberdade, e capaz de arrostar os maiores perigos para manter o culto desses dois sagrados objetos. Se os anarquistas duvidam, que saiam a campo, experimentem por favor, dêem esse gostinho ao *Parahybuna*(...)⁷⁰⁹.

Parecem claros, portanto, os vínculos entre *O Parahybuna* e Bernardo Pereira de Vasconcelos e o movimento do Regresso. Essa ligação com o Regresso fica ainda mais visível se prestarmos atenção ao nome dado ao periódico barbacenense. Pode-se associar o nome do jornal ao rio Parahybuna, que corta a região sob a influência de Barbacena à época, ou a estrada do Paraibuna. A escolha desse nome, contudo, extrapola as motivações geográficas e assume um sentido metafórico:

O Parahybuna, que tinha o nome de um rio que corta a região de Barbacena, Juiz de Fora e várias outras cidades próximas, começou a brotar quando o *Astro de Minas* já começava a descer no céu, meados de 1836. Assim como não se pode desprezar o fato de que tantos jornais Liberais tenham tido nomes que lembram estrelas ou quaisquer outros emissores de luz, também não se deve minimizar o fato de que os Regressistas tenham escolhido para seu periódico barbacenense o nome de um rio. A ruptura com o iluminismo é clara. Um rio, embora não seja de maneira nenhuma imutável, é ótima referência conservadora, pois é água para apagar o fogo iluminista, é força que brota de dentro da terra, tão cara à classe proprietária, e para o tempo de uma vida humana parece imutável. Um rio tem suas nascentes, como raízes na terra, e raízes são óbvia referência conservadoras, uma planta bem enraizada é uma planta bem conservada⁷¹⁰.

A utilização de metáforas era comum entre os redatores da época. O próprio *Parahybuna* lança mão da metáfora do rio para caracterizar o fortalecimento da imprensa regressista. Em um artigo intitulado “Publicações Novas”, o jornal afirma:

Não se poderá com razão dizer, que os Patriotas, cujas [___] doutrinas espalham luzes á todas as classes, (...) de seu saber, conservam-se mudos nas circunstâncias atuais de nossa Pátria. Novos Athletas aparecem na arena do Jornalismo: A Oposição Constitucional, e o Semanário do Cincinato: o primeiro se publica na Província do Ceará o segundo na do Rio de Janeiro: o primeiro de uma direção pura, elegante, e correta, he um límpido regato, que fertiliza os prados, por onde se desliza: o segundo de um estilo nervoso, e forte, cheio de vistas profundas, he um caudaloso rio, que tudo arrebatava na sua marcha majestosa: o primeiro abrasado em amor da Pátria revela os crimes, as

⁷⁰⁹ O *Parahybuna*, Barbacena, n. 146, 10 abr. 1838.

⁷¹⁰ AMARAL, Alex L. O *Astro de Minas* contra a correnteza. p. 121-122.

opressões, e atrocidades do régulo do Ceará: o segundo não menos poderoso que a maça de Hercules, esmaga os Cacos, destronca as Hydras que devoram as entranhas da Pátria; ambos concorrem ao mesmo fim, enveredar o Governo, e felicitar o País. Oh!, pudessem as suas doutrinas serem divulgadas por toda a parte! Ao menos, que os nossos Governantes a estudem, para melhor dirigirem o Leme do Estado⁷¹¹.

Como pode se observar na citação acima, os jornais eram vistos como meios de divulgação de idéias e doutrinas e como formadores da opinião pública. Os artigos desses jornais podem levar-nos a uma melhor compreensão da época em que foram produzidos. Ao analisar os textos, é fundamental estabelecer um diálogo entre texto e contexto, pois “quando tentamos situar um texto em seu contexto adequado, não nos limitamos a fornecer um ‘quadro’ histórico para a nossa interpretação: ingressamos já no próprio ato de interpretar”⁷¹². Interpretar significa, assim, ir além da conjuntura que referencia o texto, extraindo dele o conjunto de valores que o perpassam, estabelecendo o “lugar ocupado por esses textos em tradições e quadros mais amplos de pensamento”⁷¹³. Este diálogo entre texto e contexto requer o estudo do vocabulário político da época, dos conceitos discutidos, dos autores envolvidos e seu comportamento político, além das “relações entre a teoria e a prática políticas”⁷¹⁴.

Dentro dessa abordagem, a imprensa constitui uma fonte de pesquisa privilegiada para o estudo do debate político de uma época, pois trata-se de um “agente da história que ela também registra e comenta”⁷¹⁵. O jornal, contudo, não pode ser visto apenas como um veículo de divulgação de idéias. Na verdade, a imprensa assume um papel de protagonista político, tornando-se um espaço de criação de idéias.

Essa perspectiva em relação à imprensa enquanto local de enunciação de idéias é amplamente demonstrada por Bailyn. Este autor, lançando mão de uma abordagem “contextualista” da História, consegue identificar as bases ideológicas da Revolução Americana a partir da análise dos panfletos publicados nas décadas que precederam a

⁷¹¹ O Parahybuna, Barbacena, n. 77, 04 mar. 1837.

⁷¹² SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 13. Sobre o diálogo entre texto e contexto para a análise dos periódicos ver também: POCOCK, G. *The machiavellian moment*. Princeton: Princeton University Press, 1975.

⁷¹³ SKINNER, Quentin. *Liberdade antes do liberalismo*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999. p. 83.

⁷¹⁴ Idem. p. 12.

⁷¹⁵ CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista, 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 12.

Independência. Os panfletos, embora sejam constituídos das mais diversas formas de escrito e utilizem as mais variadas figuras de linguagem, tem um caráter explicativo:

Revelam não meramente posições tomadas mas as razões pelas quais as posições foram tomadas; revelam motivo e entendimento: as suposições, crenças e idéias – a visão de mundo articulada – que estavam por trás dos eventos manifestos da época⁷¹⁶.

Os jornais do século XIX tinham como característica instituir o debate político, deslocando as discussões para o mundo público. As discussões e embates políticos em torno dos ideários e ações que marcaram o processo de construção do estado encontram-se estampadas nas páginas dos periódicos. A intensificação dos problemas políticos impulsionava o desenvolvimento da imprensa, com a multiplicação de inúmeros jornais, na Corte e nas províncias. Grande parte desses periódicos tinha duração efêmera, compunha-se de um só artigo, que, invariavelmente, era precedido por uma epígrafe. Comumente escrito por uma única pessoa, utilizava uma linguagem virulenta. Conhecidos como pasquins, esses jornais nem sempre tinham periodicidade regular e muitos não ultrapassavam os primeiros números. Em geral ocupavam-se em discutir os problemas em voga, especialmente os políticos, não havendo espaço para os noticiários⁷¹⁷.

A proliferação dos pasquins não decorre apenas das condições de desenvolvimento técnico da imprensa, mas, sobretudo, insere-se no contexto da época. A imprensa “não fez mais que sujeitar-se e adaptar-se a tais imposições, servindo nos desencontrados impulsos, expandindo pensamentos escondidos e represados, explodindo os ímpetos e recalques que sufocavam os manifestantes. As causas do aparecimento do pasquim, pois, não estiveram condicionadas a fatores meramente ligados à expansão da imprensa em si mesma, mas a outras, ligadas ao meio, ao tempo, à gente, à cultura. (...) A realidade é que o gerou”⁷¹⁸.

Os jornais participaram intensamente dos principais elementos do quadro político, envolvendo-se em um intenso debate, encarregando-se de trazer “para a rua

⁷¹⁶ BAILYN, Bernard. *As origens ideológicas da Revolução Americana*. Bauru, SP: EDUSC, 2003. p. 15-16.

⁷¹⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p. 189. Os jornais estudados enquadram-se neste perfil, embora tenham apresentado regularidade e tido um período de duração maior do que o apontado por Sodré.

⁷¹⁸ Idem. p. 192-193.

uma política habitualmente preparada em gabinetes, introduzia o elemento popular naquilo de que ele havia sido propositadamente excluído”⁷¹⁹.

Estreitamente relacionados com a vida política do período, os jornais e, sobretudo, os pasquins retratavam as paixões políticas. Através dos artigos publicados é possível identificar as reações aos processos políticos em curso. À semelhança do que ocorria na Corte, nas províncias repetia-se a disputa entre as diferentes facções em torno do projeto de construção do Estado. Diante disso, o estudo dos jornais locais mostrará a repercussão dos acontecimentos políticos, além de possibilitar a percepção das linguagens e conceitos expressos e sua relação com os ideários políticos em pauta.

Outra característica da imprensa é produzir uma opinião pública. A produção e o debate de idéias passam a ocorrer fora do mundo privado. A partir da atuação da imprensa define-se um espaço público, passa a existir uma opinião pública. A publicação de impressos produz uma rede de debate políticos, possibilitando a troca de idéias e a explicitação de posicionamentos políticos.

Diante do fato de ser evidente a capacidade dos impressos e periódicos de promoverem um espaço público de discussão política, torna-se fundamental indagarmos pelos integrantes dessa rede de debates. Afinal, quem eram os leitores numa sociedade predominantemente analfabeta? Como eram divulgadas as idéias enunciadas pelos jornais?

Naturalmente, o público capaz de ler, comprar livros e freqüentar bibliotecas era bastante restrito, mesmo na Corte. Essa limitação, no entanto, não inviabilizava a recepção do debate político presente nos jornais. As discussões políticas, em geral sobre as questões do país, acabavam por romper o restrito círculo da palavra escrita através da oralidade. As tipografias, as boticas, as bibliotecas e gabinetes de leitura transformaram-se em espaços de sociabilidade. Neles, as pessoas reuniam-se, “tomava[m] conhecimento das novidades ouvindo as leituras e participando das conversas e discussões sobre os acontecimentos políticos que ocorriam nos lugares públicos”⁷²⁰.

Essa rede de debates políticos está estampada nas páginas do *Paraybuna*, assim como aparece nas páginas de outros jornais da época. O jornal *O Parahybuna* travou um intenso debate com outros periódicos do período, como *O Universal*, *O Sete de Abril*, *O Monarchista*, *O Popular* e *O Astro de Minas*, só para citar os que aparecem mais

⁷¹⁹ Idem. p. 180.

⁷²⁰ NEVES, Lúcia M. B. Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan; Faperj, 2003. p. 103.

freqüentemente. Na verdade, o grande diálogo do *Parahybuna* foi estabelecido com *O Astro de Minas*. Em todos os números do *Parahybuna* até 1838, quando *O Astro* ainda existia, há referências ou ataques ao *Astro* ou a seu redator, o cônego Marinho. Em 1839, o diálogo dá-se com *O Popular*, que ocupa o espaço deixado pelo *Astro*.

Diante disso, esquadrihar de forma completa as idéias e o debate político realizado pelo *Parahybuna* só é possível com o cotejamento desses vários jornais, especialmente *O Astro de Minas*⁷²¹, editado em São João del-Rei, entre 1827 e 1839. Este periódico foi fundado por Baptista Caetano de Almeida, comerciante em São João del-Rei e deputado geral e provincial na 2ª, 3ª e 4ª legislaturas. Além de ser editado na tipografia especialmente comprada por Baptista Caetano para esse fim, sua redação esteve, por um bom tempo, sob a responsabilidade do padre Marinho. O *Astro de Minas* era, dessa forma, claramente ligado aos Liberais Moderados.

A inspiração iluminista do jornal era explicitada em seu cabeçalho, que exibia “um sol sorridente e de nariz chato” e apregoava, em sua epígrafe, a necessidade de “espalhar idéias para todos” e difundir a instrução⁷²².

O *Astro* vivenciou as lutas políticas de seu tempo. Inicialmente, defendeu a liberdade de imprensa e o constitucionalismo, em um momento de luta entre Liberais e Portugueses. Essa luta alimentou as discussões do *Astro* até 1835, momento em que os Restauradores perdem a razão de existir.

O *Astro de Minas* debatia as questões provinciais e nacionais, o que demonstra a ressonância do debate político na esfera local. Após a Abdicação, os Moderados passaram a defender a Constituição contra os inimigos da “ordem”, embora desejassem reformá-la dentro da lei. Esta foi outra bandeira de luta do *Astro*.

No período do Regresso, o *Astro de Minas* ganhou um novo oponente: o jornal *O Parahybuna*, de Barbacena. Com o esvaziamento das questões debatidas anteriormente, o *Astro* passou a polemizar com o *Parahybuna*, representante dos Regressistas. É bom lembrar que *O Parahybuna* identificava os representantes do *Astro de Minas* bem como a todos os “Feijoístas” como “Liberalões”.

Com o fim dos Liberais Moderados, e coincidindo com a morte de Baptista Caetano, o *Astro* encerrou suas atividades em 1839. Diante do acirrado debate e embate

⁷²¹ O jornal *O Astro de Minas* foi publicado em São João del-Rei, entre 1827 e 1839, constituindo um acervo riquíssimo.

⁷²² AMARAL, Alex L. *O Astro de Minas contra a correnteza*.

entre o *Astro de Minas* e *O Parahybuna*, a compreensão da trajetória e do ideário difundido pelo *Astro de Minas* torna-se fundamental, inclusive para entendermos melhor a posição ocupada pelo *O Parahybuna* no contexto regional.

O Astro de Minas defendia as posições constitucionalistas dos Liberais Moderados, e *O Parahybuna*, com seu posicionamento regressista, contrapunha-se às idéias desse grupo liberal, identificado por ele como anarquistas e jacobinos. Para demarcar sua posição, *O Parahybuna* utilizou como estratégia os ataques pessoais contra os Liberais. A utilização da tática de ataques pessoais não significa a ausência de debate ideológico. Na verdade, não podemos nos esquecer que, nesse momento, não havia uma clara definição dos quadros partidários. Assim, para combater as idéias, atacavam-se os defensores das mesmas. O cônego Marinho, José Pedro, Batista Caetano, Manoel Gomes da Fonseca, Queiroga, Bernardo Jacinto da Veiga, Manoel Inácio, Alcebiades, o “Jóia” Domiciano Leite Ribeiro, Feijó, Limpo de Abreu, Teófilo Otoni, o Padre Alencar, O Marquês de Barbacena, entre outros, foram duramente criticados pelo *Parahybuna*.

Utilizando técnicas jornalísticas modernas para a época, como colunas fixas, dando títulos aos artigos, deixando de lado os textos de estilo filosófico e enciclopedista e lançando mão de sátiras e poesias (de gosto duvidoso), *O Parahybuna* preocupa-se em alcançar a sociedade e fazer-se ouvir. É importante destacar que o jornal postava-se como um condutor das pessoas para o verdadeiro caminho da ordem, afastando-as das perigosas mudanças, ou seja, da suposta implantação de uma república, na província de Minas Gerais, a exemplo da Bahia e do Rio Grande do Sul. Em um artigo intitulado “Revelações importantes”, *O Parahybuna* alerta os mineiros contra o “louco progressismo” dos liberais “garimpeiros”, que querem “lançar por terra o Trono do Sr. D. Pedro II e a Constituição do Império e, em seu lugar, plantar uma infame República para esmagar o Povo em nome da Liberdade”. Acrescenta, ainda, que “Minas de coração detesta perigosas mudanças! Andais errados. Mas *O Parahybuna*, como sentinela avançada, vai revelar ao Público tudo quanto sabe de vossos planos, para prevenir qualquer surpresa entre incautos”⁷²³.

O Parahybuna utilizava, de modo recorrente, apelidos e metáforas para caracterizar seus adversários. O alvo preferencial dos ataques do *Parahybuna* foi o padre Marinho. Como redator do *Astro de Minas*, o padre Marinho era acusado de

⁷²³ *O Parahybuna*, Barbacena, n. 147, 17 abr.1838.

“trazer o Povo enganado”⁷²⁴. Além de enganador, o padre Marinho também era chamado de “Padre Mamado”, “lacaio”, “bobo da comédia”⁷²⁵, “Maringo”, “Padre alugado”, “macaco negro da Assembléia Provincial”⁷²⁶. Mamado, neste contexto, pode significar enganado, ludibriado e equivocado. Por outro lado, ao qualificá-lo de “alugado”, o jornal está atacando sua lisura e honestidade, afirmando que é subornado e corrupto. Já os termos “Maringo” e “Macaco negro” claramente referem-se ao fato de Marinho ser mulato⁷²⁷. “Maringo” provavelmente é a junção de Marinho e maringá. E maringá significa o “bovídeo ou caprino de pêlo claro salpicado de negro”. Ao utilizar esse termo, *O Parahybuna* estava associando o padre Marinho ao mestiço, desqualificando-o perante a elite branca e afastando-se da população “de cor”, que deveria apenas ser dirigida e governada pelos regressistas.

O Parahybuna, no artigo “Caráter do Maringo”, procura desqualificar o padre Marinho lançando dúvidas sobre sua integridade e incorruptibilidade. Como lhe é habitual, escreve com ironia:

O caráter é um sinal por onde se conhece o homem, ou por meio de suas palavras, ou de seu comportamento. O homem de costumes severos, e que se conduz bem em todas as circunstâncias da vida, se diz – homem de bom caráter: – mas aquele que a cada passo toma novas formas, segundo as impulsões, que recebe, se diz – homem sem caráter. – Ora o nosso Marinho a respeito de caráter brilha, como em tudo mais.

Na sessão de 15 de Março disse o Sr. Marinho – “Que ele como Deputado não tinha contemplação, nem com Jesus Cristo!!” – Ora isto dito por um Sacerdote fez arrepiar a muitos, que se achavam nas galerias, e que tinham tido a franqueza de duvidar da “integridade”, e “incorruptibilidade” do Sr. Marinho.

Consta que a esta expressão sorria-se o Diretor da Companhia do Gongo Soco, que se achava presente, e que tratava de obter da Assembléa uma Representação em favor da diminuição de direitos que paga aquela Lavra, para cujo fim praticou certas generosidades com Marinho!...

E que gargalhadas não dará também quando ler esta baforada Marinhhal, o Cidadão que veio o ano passado tratar da Vila do Turvo!! Sem dúvida dirá – Quem não o conhecer que o compre, que eu já o conheço, Sr. Lobisomem⁷²⁸.

⁷²⁴ *O Parahybuna*, Barbacena, n. 76, 01 mar. 1837.

⁷²⁵ *O Parahybuna*, Barbacena, n. 90, 22 abr. 1837.

⁷²⁶ *O Parahybuna*, Barbacena, n. 144, 03 maio 1838.

⁷²⁷ IGLÉSIAS, Francisco. O cônego Marinho e 1842. In: MARINHO, José Antônio. História do movimento político de 1842.

⁷²⁸ *O Parahybuna*, Barbacena, n. 90, 22 abr. 1837.

Os Liberais também estiveram constantemente na mira dos ataques do *Parahybuna*. Eram designados “Liberalões”, “pelintras”, “garimpeiros”, “anarquistas” e “jacobinos”. É interessante refletirmos sobre essa estratégia do *Parahybuna* em associar os Liberais Moderados mineiros aos jacobinos e ao republicanismo. *O Parahybuna* comentou no artigo “Segredo da Camarilha revelado pelo Padre mamado”, o sermão feito pelo padre Marinho na Assembléia provincial. Segundo *O Parahybuna*, o padre Marinho chama a vila de Barbacena de a “La Vendée de Minas”. Depois de expor longamente o significado dessa expressão, recorrendo à história da Revolução Francesa, o jornal conclui o seguinte:

Ora, Marinho chamando Barbacena “La Vendée” de Minas, ou do Brasil, supõe, (e supõe com razão, e justiça) que Barbacena ameaça os tenebrosos planos da malvada Camarilha, que jurou abolir o Altar, e o Trono, a nossa Religião, e a Monarquia, e enforcar, como diz o energúmeno Theofilo, enforcar o último Rei com as tripas do ultimo Sacerdote.

Neste sentido Barbacena é “La Vendée”: seus habitantes de são costumes, amigos sinceros da Monarquia Constitucional, e aferrados à Religião de seus Pais, não consentirão jamais que os “Marinhos”, e todos os “Jacobinos” do Brasil, que arremedão os “Convencionais” da França, derrubem o Trono, assassinem o Monarca e proclamem a República. (...)

Se Barbacena é “La Vendée” de Minas, os nossos Deputados da Assembléia Provincial são, por analogia, os Jacobinos da Convenção Francesa. E com efeito quanta semelhança entre uns e outros!! (...)⁷²⁹

Como pode se observar nesse excerto, *O Parahybuna* procurava difundir a idéia de que os Liberais, imbuídos das “perigosas idéias francesas”, estavam prontos para instaurar uma “infame República para esmagar o Povo em nome da Liberdade”⁷³⁰, extinguindo a Monarquia e a aristocracia. O jornal acusava os Liberais de conspirarem para instalar uma “República de Feijão com toucinho”⁷³¹. Na “Revelação importante” que faz a seus leitores, *O Parahybuna* denuncia a existência de uma sociedade secreta,

⁷²⁹ *O Parahybuna*, Barbacena, n. 90, 22 abr. 1837.

⁷³⁰ *O Parahybuna*, Barbacena, n.147, 17 abr. 1838.

⁷³¹ A denominação de “República de Feijão com toucinho” é, certamente, uma referência às atividades econômicas dos liberais moderados mineiros, comprovadamente envolvidos com a produção e comercialização de gêneros de abastecimento.

em São João del-Rei, chamada “A Gruta”, que articula a independência da província de Minas Gerais:

Sim, Mineiros! Acha-se instalada em São João del-Rei uma Sociedade Secreta denominada a – Gruta – cujo fim principal é fazer a Independência da Província. Esta Sociedade (dizem os bigorrilhas para fazê-la mais prestigiosa) traz a sua origem do - Tiradentes -; é modelada segundo os seus planos, e adaptada ‘as atuais circunstâncias do Brasil. Os seus fundadores são, Marinho combinado com Manoel Ignacio, e Limpo de Abreu; pretendem primeiramente disseminá-la na Província, adquirir adeptos, e quando se julgarem fortes proclamar a Independência.

A esta Sociedade, ou Conciliabulo, se atribue a espantosa cabala que houve para excluir da reeleição o Exm. Ministro da Justiça, cujo Nome os aterra, e em seu lugar collocarem o candidato pataquinha; cabala esta que se achou o campo livre e que tanto se desenvolveu pela imprevista interrupção do *Parahybuna*, azorrague nato dos inimigos da Pátria. (...)

A Gruta é uma associação infame. Para seu descrédito basta que nela figura o macaco negro da Assembléa provincial. Que homem de bem quererá militar debaixo de tão desprezíveis bandeiras? *O Parahybuna* os denuncia à Província para que o contágio desta nova demência não faça os estragos que feito no Rio Grande e na Bahia⁷³².

É muito evidente, no artigo acima, a intenção do *Parahybuna* em apresentar os liberais moderados como conspiradores republicanos e jacobinos. Cabe-nos especular os motivos de tal associação e, também, em que medida pode-se acreditar nela? Claramente, o jornal tenta relacionar os Progressistas mineiros aos rebeldes do Rio Grande do Sul e da Bahia, que tinham tomado armas para defender suas propostas republicanas. Ao atribuir semelhanças entre os progressistas e os rebeldes, o Jornal demarcava seu posicionamento, em defesa da ordem, e definia sua identidade, conservadora, monárquica, centralizadora. No entanto, esse jogo de imagens não esclarece toda a questão. Em parte, é plausível estabelecer correspondências entre os liberais moderados mineiros e o republicanismo. Progressistas como o padre Marinho e Teófilo Otoni, possivelmente, sofreram influências da Revolução Americana. Teófilo Otoni estudou na Academia da Marinha, reduto tradicional de liberais e republicanos, foi aluno de Evaristo da Veiga, circulando em torno do *Aurora Fluminense*, e freqüentou Sociedades Secretas, como o Clube dos Amigos Unidos, onde toma conhecimento da obra de Thomas Jefferson e do ideário da Revolução Americana⁷³³. O

⁷³² O *Parahybuna*, Barbacena, n.147, 17 abr. 1838.

⁷³³ STARLING, Heloísa M. M. Visionários: a imaginação republicana em Minas Gerais. Disciplina do Doutorado em História, UFMG, 1º semestre de 2004. Informação verbal.

padre Marinho estudou no Seminário de Olinda⁷³⁴, também um reduto de idéias republicanas. Não se pode esquecer a participação dos clérigos do seminário de Olinda na Revolução Pernambucana de 1817, em que Marinho tomou parte, e na Confederação do Equador, com nítida inspiração do republicanismo norte-americano⁷³⁵.

Outro vínculo com o republicanismo é apontado pelo próprio jornal, ao associar os Progressistas a Tiradentes. Como é sabido, Tiradentes andava com exemplares das constituições dos Estados norte-americanos a procurar quem as traduzisse⁷³⁶. Ao que parece, o ideário republicano continuava mais vivo do que nunca em Minas Gerais, no século XIX.

Diante dessas considerações, torna-se fundamental indagar pelo conceito de república partilhado pelos Progressistas. Os liberais, certamente, partilhavam da concepção dos revolucionários norte-americanos acerca da organização e localização do poder do estado⁷³⁷. Os ideólogos da Revolução Americana, afastando-se da noção de soberania dominante no pensamento político do século XVIII, propuseram que a soberania era divisível e que o poder não se restringia ao “centro”, à Coroa. Acreditavam em uma ordem política em que “os poderes do governo são separados e distinguidos e em que esses poderes são distribuídos entre os governos, cada governo tendo sua cota de autoridade e cada uma sua esfera distinta de atividade”⁷³⁸.

Na concepção republicana, o povo era o governo, constituía o poder. Essa percepção de que o poder reside no povo aponta para uma concepção de pacto social característica da tradição republicana. Nessa tradição, a lei e a constituição são traços chave e garantem a “existência de uma esfera de bens comuns a um certo conjunto de homens”. Um regime republicano constitucional é, fundamentalmente, um “regime constitucional”, marcado pelo “império da lei”⁷³⁹. A lei alcança essa centralidade

⁷³⁴ IGLÉSIAS, Francisco. O cônego Marinho e 1842.

⁷³⁵ LEITE, Renato Lopes. *Republicanos e libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro, 1822*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

⁷³⁶ MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

⁷³⁷ O conceito de república dos liberais mineiros e paulistas será analisado no próximo capítulo, bem como a influência do ideário republicano norte-americano no debate político travado pelos jornais liberais *O Echo da Rasão* e *O Tebyreçá*.

⁷³⁸ BAILYN, Bernard. As origens ideológicas da Revolução Americana. p. 196-197.

⁷³⁹ CARDOSO, Sérgio. Por que República? Notas sobre o ideário democrático e republicano. In: _____ (org.). *Retorno ao republicanismo*. Belo Horizonte; Ed. da UFMG, 2004. p. 45.

porque é a expressão do pacto, da fundação política⁷⁴⁰, onde o povo é o autor das leis. A lei corporifica o bem público e a constituição do povo, expressando a vontade geral.

A partir da identificação dessa tradição republicana, fundada no respeito à lei e à Constituição, com os posicionamentos e idéias defendidos pelos liberais, pode-se chamá-los de republicanos. Contudo, não é admissível a acusação dos Regressistas de que os Progressistas, os “devoristas garimpeiros da nossa Província querem levar o seu louco progressismo até lançar por terra o Trono do Sr. D. Pedro II e a Constituição do Império”. A análise das idéias veiculadas pelo *Astro de Minas*, representativas dos Progressistas⁷⁴¹, e do *Echo da Rasão*⁷⁴² não deixa dúvidas sobre a fidelidade dos Progressistas ao monarca e à Monarquia. Para eles, não era relevante a forma de governo assumida pelo executivo. O fundamental era o estabelecimento de um governo legítimo, não absolutista, baseado no “império da lei” e representativo da vontade geral.

Na verdade, a grande influência do ideário republicano no projeto político defendido pelos Progressistas está na perspectiva de construção de um estado federativo no Império. Inspirados nos norte-americanos que, ao reformularem a concepção de distribuição do poder prevaiente até meados do século XVIII, tornaram “o federalismo um sistema lógico como também prático de governo”⁷⁴³, os Liberais moderados progressistas procuram implementar essa nova concepção na reforma da Constituição de 1824. O Ato Adicional de 1834 incorporou essa inovação da Revolução Americana na medida em que vinculava o sistema político ao legislativo, criava as Assembléias Legislativas provinciais e garantia maior autonomia para as províncias.

A importância da reforma da Constituição e da Assembléia Legislativa dentro do projeto político progressista não escapou ao jornal *O Parahybuna*. Essa percepção por parte do jornal traduziu-se nos inúmeros ataques que promoveu contra a Assembléia Legislativa provincial, dos quais falaremos adiante, e contra o Ato Adicional, cuja proposta federalista o jornal faz questão de desqualificar. O artigo “Ensaio de Repilha” procura associar os progressistas mineiros à república farroupilha⁷⁴⁴. O sentido de “repilha” é esclarecido pelo *Parahybuna* no n. 159 (01 jul. 1838), quando acusa os

⁷⁴⁰ Nos regimes constitucionais, “as leis e regulações ordinárias, bem como as disposições do governo, derivam dos princípios que conferem sua forma à sociedade e em que tais estabelecimentos, postos acima de todos, a protegem de todo interesse particular ou transitório, de toda vontade caprichosa ou arbitraria” CARDOSO, Sérgio. Idem.

⁷⁴¹ Amaral, Alex L. O Astro contra a correnteza.

⁷⁴² As idéias políticas discutidas pelo jornal *O Echo da Rasão* serão analisadas no próximo capítulo.

⁷⁴³ BAILYN, Bernard. As origens ideológicas da Revolução Americana. p. 212.

⁷⁴⁴ O Parahybuna, Barbacena, n. 146, 10 abr. 1838.

progressistas de tentarem “(...) sabinar e repilhar, digo, republicar a nossa amável Província”. *O Parahybuna* posiciona-se contrariamente ao Ato Adicional. Considera-o uma lei incompatível com a realidade das províncias, tidas como pouco ilustradas e incivilizadas. Além disso, enxerga o Ato Adicional como um elemento desintegrador, uma ameaça à unidade do Império, enfim, é uma lei de anarquistas, jacobinos e republicanos:

A reforma da Constituição não tem produzido aqueles bens que se esperavam, talvez pela má direção que se lhe tem dado, debaixo da influência de um louco “progressismo”.

O nosso povo ainda não estava preparado para tanto, não havendo na parte das Províncias a ilustração e civilização conveniente. Daqui provém os embaraços que não poucas vezes tem encontrado o Governo Geral, a confusão e complicação de leis, não se podendo mais reduzi-las a um sistema regular.

O Ato Adicional, tão preconizado pelos anarquistas, ameaça a união e integridade do Império; e é talvez por isso que os Republicanos encapotados são tão entusiasmados do Ato Adicional. Eles já não querem que seja citada a lei de 12 de agosto de 1834; mas que se lhe dê o título de Ato Adicional, título imitado dos Jacobinos e republicanos da França, fazendo se grande algazarra sobre esta risível questão de nome que “Marinho” julgou tão interessante⁷⁴⁵.

O Parahybuna também critica a proposta federalista do Ato Adicional, citando um discurso de Antônio Carlos, na Assembléia Provincial de São Paulo:

Artigos vagos, equívocos e elásticos, tendo introduzido o elemento federal, e quase manietado o Poder Executivo Central, deixaram um campo vasto ás usurpações das Assembléias provinciais, e uma força irresistível ao elemento Republicano para construir em Estado separado as Províncias...⁷⁴⁶

O jornal conclui o artigo reafirmando sua posição centralizadora e monárquica:

(...) nossos anarquistas só tendem a separar a Província, e mostram uma força irresistível ao elemento Republicano.

Não vemos nós a sanha com que eles resistiram à Assembléia Geral, e ao Supremo Governo do Estado, não querendo estar pela anulação da lei n. 48? Que quer isto dizer senão que os nossos “garimpeiros” querem constituir a Província em Estado separado? Mineiros! Olho vivo com tais “garimpeiros”. Não queirais aceitar a taça venenosa que eles vos oferecem. O Brasil não poderá jamais ser venturoso, ficando dividido em pequenas Repúblicas, fracas e inconsistentes. Vede a sorte das Repúblicas de Piratinin e da Bahia, vede os estragos e assolações da guarda civil; e firmes na sustentação do Trono

⁷⁴⁵ *O Parahybuna*, n. 146, 10 abr. 1838.

⁷⁴⁶ *O Parahybuna*, Barbacena, n 146, 10 abr. 1838.

Constitucional do Sr. Pedro II, considerais com horror os ensaios que fizeram os “garimpeiros” na resistência ao Governo Geral⁷⁴⁷.

A ligação entre os progressistas e a tradição republicana parece-nos correta. No entanto, *O Parahybuna* também associava os liberais progressistas aos jacobinos, portanto, a uma tradição francesa, radical. No entanto, o liberalismo exaltado não encontrou expressão em Minas Gerais. Na província mineira, predominou e foi vitorioso o liberalismo moderado⁷⁴⁸. Ora, se os exaltados não tiveram espaço de atuação em Minas Gerais, por que *O Parahybuna* insistia em associar os Progressistas aos radicais franceses? Talvez o jornal tenha carregado nas tintas, apelando para uma memória da Revolução Francesa, enquanto acontecimento caótico e desestruturante, procurando atemorizar seus leitores e, dessa forma, garantir a adesão dos mesmos ao projeto centralizador/monárquico.

Essa preocupação em difundir o projeto centralizador dos Regressistas também pode ser observada na insistência com que o jornal desferia ataques contra a Assembléia Legislativa provincial. A Assembléia, na prática, dava visibilidade ao projeto federalista defendido pelos Progressistas. Assim, a tática do *Parahybuna* era mostrar os problemas da principal instituição do federalismo para, dessa forma, expor as fragilidades do projeto descentralizador.

Alguns artigos trazem críticas ao trabalho da Assembléia provincial, destacando os nomes de Manoel Gomes da Fonseca, Marinho e Alcebiades⁷⁴⁹. No número 77, no artigo “Assemblea Legislativa Provincial”, *O Parahybuna* denuncia a ausência de projetos apresentados pelos deputados:

Pouco há que dizer sobre os trabalhos da Assembléa Mineira: poucos Projetos tem sido apresentados neste ano. O Marinho, O Alcebiades, et reliqua, não estão lá tão fecundos, como na passada Sessão; parece que o genio produtivo foi arranchar-se na caxola do grande Manoel Gomes da Fonseca. Este filho da Fortuna, que até o presente tinha, por sua estupidez, o primeiro assento no Club da Camarilha, e que por espaço de onze anos, que serve de Deputado, ganhando 66 mil cruzados, fora as ajudas.... de custo, ainda não ofereceu na Camarilha um só Projeto seu, a mais simples idéia sua; hoje em dia está abarrotando tudo com o seu saber sem fundo. (...)

⁷⁴⁷ Idem.

⁷⁴⁸ SILVA, Wlamir. Liberais e povo.

⁷⁴⁹ O *Parahybuna*, Barbacena, n. 76, 01 mar. 1837; n. 77, 04 mar. 1837.

O Parahybuna também critica os projetos debatidos na Assembléia provincial, voltando suas baterias, como lhe era habitual, contra os Progressistas. No artigo intitulado “A música da Assembléia Provincial”, o redator comenta:

Na Sessão de 8 do corrente [abril de 1837] discutindo-se o Parecer da Comissão da Fazenda provincial sobre a indicação do Sr. Cerqueira Leite, relativa a substituir-se o Dizimo pelo tributo de importação nos Registros, disse o Sr. Alcebiades, convidando o Vasconcelos a tomar parte na questão: ‘- Não é justo que esteja batendo a musica, quando o grosso do Exército está em descanso’.

Ora tendo falado na questão o Sr. Marinho, Otoni, e o mesmo Sr. Alcebiades, claro fica que estes Srs. Eram os músicos, a quem se referia o Sr. Alcebiades.

Com efeito este Sr. Deputado não podia fazer sátira mais picante a seus dignos Colegas, que viriam todos o nariz; e mostrando a maior zanga, e raiva, lhe lançaram olhos de “sapo galado”.

Contudo julgamos que o Sr. Alcebiades disse uma verdade, pois que tais fulanos são “músicos”, e bem desentoados! O Sr. Marinho é um verdadeiro “músico”, que sempre na Assembléia faz papel de “lacaio”; pois não fala sem causar riso ás galerias, que ele procura excitar, pelo seu dizer pouco sério, e impróprio de lugar tão respeitável. (...)

Que o Sr. “Alcebiades é músico”, e lacaio, isso todos o conhecem; tanto que há poucos dias, no Teatro de Ouro Preto, consentiu, que lhe borrassem a cara para fazer um papel de lacaio!!... Até onde chega o caráter deste Representante da Nação!! Desde então é tratado no Ouro Preto pelo “Deputado de cara borrada”.

O Sr. Otoni no seu falcete não há Tiple que lhe dispute a palma: além de desentoadinho, às vezes canta fora do compasso, e outras vezes de orelha, como fez na questão do Juiz Municipal de Tamanduá, em que este Sr. Falava com apontador, (o Sr. Torres;) que em voz baixa lhe ministrava as “Maximas jurídicas”, para ele brilhar.

(...)

Que cambada de marrecos!

Pega neles pra capar⁷⁵⁰.

O jornal lança, ainda, suspeita acerca da lisura e probidade da Assembléia e do decoro dos deputados. No número 92, de 29 de abril de 1837, *O Parahybuna* comenta a decisão da Assembléia a favor da pretensão da Companhia do Gongo Soco em reduzir seu imposto a 10%. Para o jornal, tal atitude levou a “grande descrédito (...) nossa Assembléia Provincial, por ter deferido tão rápida, e benignamente a essa pretensão [da mineradora]”, abandonando e deixando de lado projetos e deliberações de importância para a Província. Sobre o assunto o jornal assim se pronuncia:

⁷⁵⁰ *O Parahybuna*, Barbacena, n. 90, 22 abr. 1837.

Sentimos no funda d'alma que nossa Assembléia Provincial dominada pelos Otonis, José Felicianos, Marinhos, et reliqua eaterva, não procure penhorar nossos corações com atos de sabedoria, e patriotismo; que em uma palavra quando adota uma Lei para a construção de uma Estrada regular entre o Parahybuna , e o Ouro Preto, apresente a par desta medida a resolução do Gongo, a decisão sobre a Representação da Câmara de Barbacena, e semelhantes. Queira a providência inspirar aos nossos futuros Legisladores, e aos Eleitores de Minas a fim de que se não reproduzam atos semelhantes que ainda quando nascem de boas intenções, e não são produto da corrupção, todavia diminuem o conceito, e reputação da Assembléia.

A credibilidade da Assembléia provincial também é colocada em dúvida em um artigo sem título do dia 10 de maio de 1837 (n. 95), no qual *O Parahybuna* critica a proposta de criação da Mesa de Rendas Provinciais, apontando os prejuízos decorrentes da adoção de tal medida, devido ao apadrinhamento de correligionários:

O Torres, e Otoni, sem mais nem mais assentaram lá com os seus botões, que eram grandes inteligências em matéria de tributos, e de Administração de Fazenda: portanto ofereceram-se em 1836 para a Comissão de Fazenda Provincial, e pelo resultado de seus trabalhos convenceram a todos de que para nada prestam.

Sabido é que um dos Dogmas da Camarilha é aumentar empregos, a fim de acomodar maior número de Afilhados: coerentes pois com este princípio, os pretensos financeiros propuseram uma Mesa de Rendas provinciais, em que de certo se haviam dispender bons doze Contos de réis, e talvez mais.

O Sr. Vasconcelos combateu essa nova criação; e bem que se reconhecesse a inutilidade da instituição, e o prejuízo, que dela resultaria, não quiseram os homens da Camarilha rejeitar o seu Projeto; convindo apenas em que se modificasse, de maneira que com ele se aumentou a despesa de 4:000\$000 réis, distribuídos em inúteis gratificações; como já o Parahybuna fez ver na sua “Rasoura econômica”. (...)

Que crédito podem merecer Marinho, e mais Camarilhas, quando procuram desacreditar, e difamar os seus adversários, se eles mesmos reconhecem depois a justiça com que estes rejeitam seus disparates? Muito custa ao homem de bem sentar-se em uma Assembléia de malignos Otonis, e outros Feijoístas exaltados! (...)⁷⁵¹

Nesse mesmo número, *O Parahybuna* denuncia a nomeação do Ddputado da Assembléia Legislativa provincial, Domiciano Leite Ribeiro, apelidado “o Jóia”, para o cargo de Juiz Substituto do Cível da Vila de São João del-Rei. Com a clara intenção de desacredenciá-lo e também à Assembléia, que o nomeou, o jornal enumera e condena suas ações no exercício do mandato. Domicinano é acusado, por fidelidade à “Camarilha”, de ter-se retirado da votação do projeto da Força Policial, de julgar legal

⁷⁵¹ *O Parahybuna*, Barbacena, n. 95, 10 maio 1837.

uma prisão feita de forma ilegal e, ainda, de condenar a Câmara de Barbacena como resistente, pelo fato da mesma ter suspenso o cumprimento de uma ordem do presidente da província. Vejamos o “Decreto” publicado pelo *Parahybuna*:

Atendendo Nós a que o Bacharel Domiciano Leite Ribeiro, vulgo o jóia, tem sempre sido aderente a Nossa Camarilha, por mais fortes considerações que lhe ocorressem para a detestar; que lhe tem prestado freqüentes, e importantes serviços; como o de se ter retirado da Assembléia para não votar contra o Projeto da Força Policial, (obra do nosso amado servo, o galante José Feliciano;) e outrossim que depois de “dois meses de aturado estudo; julgou legal uma prisão, que fora feita sem ordem por escrito da competente Autoridade; declarando nulo o Mandado de Habeas Corpus, concedido pelo Juiz Municipal de Tamanduá em favor do preso e muito principalmente também porque depois de “dous meses de aturado estudo”, nos quais resolveu, e folheou os Arquivos das Secretarias dos Governos Civis, Eclesiásticos, e muitas Leis, e sabios, e profundos Escritores, condenou a Câmara de Barbacena, como resistente; por suspender o cumprimento de uma ordem do Presidente da Província, e se esmerou desveladamente em “sovar”, ou “surrar” a mesma Câmara; tendo grande providencia de ocultar os Documentos, que consultara; belezas estas, que excedem a todo o encarecimento: (...)

Dado e passado no Conventículo da Sacra Camarilha, aos 18 de Abril de 1837⁷⁵².

A tentativa de denegrir a imagem da Assembléia Provincial Mineira também está presente no artigo “Minas Gerais e o Rio de Janeiro”, onde *O Parahybuna* esforça-se em comparar a Assembléia de Minas à fluminense, obviamente tecendo elogios à última e depreciando a primeira. Além disso, propõe o que entende ser o papel das Assembléias Legislativas, ou seja, propõe que as mesmas não devem fazer apenas discussões políticas e fomentar rebeliões, mas preocupar-se com o progresso do país:

As Assembléias destas duas Províncias têm captado a atenção do publico, mas por bem diversos modos. Enquanto que os Deputados Mineiros esquecem os mais caros interesses de seus constituintes, entregando-se de todo às discussões políticas, sem importarem se com os melhoramentos reclamados pelo país, a Assembléia Fluminense suficientemente compenetrada de sua verdadeira missão, (...) de favorecer os progressos da indústria, facilitando os meios de comunicação. A Assembléia Mineira contém em seu seio alguns Deputados que professam defensores da legalidade enquanto que a Assembléia Fluminense, restrita à órbita de suas atribuições, pelos seus atos, como pelos discursos de seus oradores, vai patenteando ao país o respeito que consagra às nossas mais sagradas instituições; aquela arremeda o Poder Legislativo do Império, reproduzindo idéias que na Câmara dos Deputados foram expendidas e sustentadas e que nenhuma aplicação tem aos interesses de uma Província, enquanto que esta, mais

⁷⁵² *O Parahybuna*, Barbacena, n. 95, 10 maio 1837.

cordata e prudente sabe conhecer as exigências de sua situação e não intrometer-se no que lhe não diz respeito. Na Assembléia Mineira exasperam-se os ânimos no debate das personalidades; as recriminações, os ódios e o despeito pessoal transpiram de todas as deliberações, ostentam-se todos os atos; nada se denota na Assembléia Fluminense que revele tão perniciosas dissensões. Os Deputados mineiros brindam –se mutuamente com os aéreos epítetos de “regressista” e “progressista”, enquanto que os Deputados Fluminenses ignoram talvez a significação genuína que os partidos dão a essas denominações. A Assembléia Mineira supõe-se o santuário derradeiro da liberdade brasileira, não concebe patriotismo senão em seu seio, nem boas intenções senão nos seus asseclas; mais prudente, menos presumida, a Assembléia Fluminense não dando azos à que duvidem de seu amor às instituições do Império, também não possui tanta falácia que se presuma única ilustrada e amante da liberdade; aquela derrama a sizania nos empregados públicos, procura tomar contas as Presidente de todos os seus atos, constitui uma verdadeira oligarquia; esta gira somente dentro de sua órbita legal, confia nas luzes e probidade de seu ilustrado e probo Presidente, não cria inimizade, nem grandes ódios. A Assembléia mineira, oitenta léguas distantes da Capital do império, supõe-se entregue ao mais feroz despotismo, sem Imprensa livre, nem garantias individuais, a Assembléia Fluminense porém em frente da Côrte, expectadora de todos os seus atos, não supõe a liberdade em perigo, nem faz ecoar pelo país brados assustadores que vão despertar as facções, acoroçoar os rebeldes do Rio Grande e Bahia para que continuem a empunhar as armas contra a integridade do Império (...)⁷⁵³.

Além dos constantes ataques à Assembléia Legislativa, também o Regente Feijó era alvo constante das críticas do *Parahybuna*. Naturalmente não se tratava de ataques estritamente pessoais. Ao mirar Feijó, o jornal procurava atingir o projeto descentralizador dos Liberais Moderados. Os números editados pelo jornal *O Parahybuna*, durante o ano de 1837, fazem ferrenhas críticas ao governo de Feijó, acusando-o de depreciar a moeda, de mergulhar o país na bancarrota, de “desacreditar a lei”, de promover a corrupção das eleições e a guerra civil nas províncias, não realizando nenhum esforço para a “felicidade do Brasil”. O artigo conclui que até mesmo os partidários de Feijó concordam ser este “o pior governo que o Brasil tem tido, mas por amor da paz publica e por ódio a anarquia o vai tolerando e até apoiando”⁷⁵⁴.

O jornal acusa os Liberais de atribuírem ao Regente um caráter sagrado e inviolável ⁷⁵⁵. Naturalmente, o jornal trata de rechaçar essa idéia, transcrevendo um excerto do Jornal do Comércio:

⁷⁵³ *O Parahybuna*, Barbacena, n. 143, 30 mar. 1838.

⁷⁵⁴ *O Parahybuna*, Barbacena, n. 77, 4 mar. 1837. p. 2

⁷⁵⁵ *O Parahybuna*, Barbacena, n. 76 – 01 mar. 1837 e n. 89, 19 abr. 1837.

O Regente, Senhores, não é inviolável, nem sagrado. É verdade que o Ministro da Justiça na portaria de 18 de Janeiro deste ano, querendo dar garrote à Imprensa, coloca em uma só linha as pessoas do Imperador, e do Regente. Mas perdoe-se ao Governo essa epiquéia jurídica: é filha de alguma falta de memória dos artigos da Constituição; pois se o Ministro andasse com ela nas mãos, teria visto que a Pessoa, e só a Pessoa do Imperador, é “inviolável” e “sagrada”; não por fanatismo religioso, ou político; mas por ser isso muito expresso na Constituição do Estado⁷⁵⁶.

O “governo monstro” de Feijó constitui-se no ingrediente principal de uma receita de “Bolinhos de Mãe Benta”, extraída do *Sete de Abril*:

Jesus! Jesus! Jesus! Seja Comigo!...
Olha, que tanta bulha, e choradeira?!
O Brasil caiu doente, e está morrendo...
Coitado! Já tem Padre à cabeceira,
Escrivão encerrando testamento,
E lajes prontas para o momento⁷⁵⁷.

O Parahybuna levanta desconfianças sobre a pretensão de Feijó tentar impedir a posse dos deputados eleitos:

-Dizem que o Regente pretende adiar a Abertura da Assembléia Geral. Os Periódicos da Côrte vacilam na certeza desta notícia. Nos próximos Correios saberemos a verdade⁷⁵⁸.

Nesse contexto de incerteza, o jornal lança a idéia de proclamar-se a maioria do Imperador:

- Também se rosnava em que o Governo pretende mandar viajar o NOSSO JOVEM IMPERADOR, para instruir-se. Contudo a População do Rio de Janeiro, e de muitas Províncias do império, se tem pronunciado em favor da idéia de elevar-se já o NOSSO IMPERADOR sobre o Trono, dispensando-lhe a minoridade⁷⁵⁹.

Essa idéia pode estar presente também na “Profecia” que *O Parahybuna* transcreve do jornal *O Sete de Abril*:

A Independência e a Constituição hão de se perpetuar. O Senhor D. Pedro Segundo há de governar. A Integridade do Império há de ser conservar. Os inimigos da Pátria hão de se acabar⁷⁶⁰.

⁷⁵⁶ *O Parahybuna*, Barbacena, n. 89, 19 abr. 1837.

⁷⁵⁷ *O Parahybuna*, Barbacena, n. 90, 29 abr. 1837.

⁷⁵⁸ *O Parahybuna*, Barbacena, n. 95, 10 maio 1837.

⁷⁵⁹ *O Parahybuna*, Barbacena, n. 95, 10 maio 1837.

⁷⁶⁰ *O Parahybuna*, Barbacena, n. 133, 14 out. 1837.

No número 133 (14 out. 1837), *O Parahybuna* noticia, com a publicação de uma circular aos presidentes de província, a renúncia de Feijó e a posse Pedro de Araújo Lima na Regência do Império. A partir desse momento, o jornal, ao fazer a contraposição entre as duas Regências, amplia seus argumentos na crítica ao governo Feijó. Dessa forma, empenha seu apoio ao novo Regente, apostando na sua capacidade de manter a ordem e alcançar a liberdade, concretizando, assim a “vontade de todos”. A nova administração pretende:

Guardar e fazer guardar a Constituição, o Ato Adicional e as Leis sendo a condição devida de qualquer Administração Brasileira, ocioso se torna dizer que será a do atual governo. Todavia, para que as nossas Instituições liberais produzam os esperados frutos, resulte a Liberdade e a Ordem, é de mister que o Governo tenha a necessária força: porque é só assim que ele pode fazer e prevenir o mal. Esta força pensa o Governo encontrá-la na sua própria organização, sujeitando os seus membros a uma recíproca responsabilidade por seus atos governativos, desvelando-se em manter perfeita harmonia entre si, de maneira que a expressão da vontade de um seja a expressão da vontade de todos.

Segundo *O Parahybuna*, Feijó foi conivente com os rebeldes do Rio Grande do Sul. Sua atitude colocava em risco a ordem e a integridade do Império. A cumplicidade do governo regencial com os rebeldes é denunciada no artigo em que é noticiada a “Fuga de Bento Gonçalves”:

O Coronel Bento Gonçalves tinha a Fortaleza por homenagem, onde se lhe permitia toda a liberdade, foi visitado amiudadamente; e que havia de fazer?!... Aproveitar-se como se aproveitou de toda esta franqueza, da estada do Comandante da Fortaleza em terra, da “bonhomia” do Comandante do Destacamento, da licença que do mesmo teve para se “banhar no mar”!⁷⁶¹.

O jornal também acusava Feijó de não ter se empenhado na repressão dos rebeldes gaúchos, pois “perto de dois anos durou a Administração Feijó, e a 20 de setembro de 1835 teve lugar a expulsão do Presidente Braga; pois durante todo esse tempo, (...) nunca pôde o Governo mandar forças para rebater os ‘republicanos’ de Piratinim!”⁷⁶². Em contraponto, *O Parahybuna* hipoteca sua confiança no novo governo, que tem a missão de combater os rebeldes para preservar a integridade e a união do Império:

⁷⁶¹ *O Parahybuna*, Barbacena, n.133, 14 out. 1837.

⁷⁶² *O Parahybuna*, Barbacena, n. 133, 14 out. 1837.

(...) uma facção do Rio Grande do Sul atropelou as leis, destruiu o sossego, depôs a legítima Autoridade, menoscabou todas as ordens do Governo Imperial, e por fim arrojou-se a proclamar um Governo Republicano! A ninguém se esconde que debelar e escarmentar a Rebelião é um dever de todos os Brasileiros, é o interesse vital da verdadeira Liberdade, essencialmente ligada à União e Integridade do Brasil. O Governo não perderá instantes, não poupará esforços para restaurar ali o império da Lei. Possam as calamidades que o Crime despejou naquela Província fazer cair a venda aos fanáticos de idéias avessas ao nosso Regime!⁷⁶³

O crédito e a esperança depositados em Araújo Lima são tamanhos que, nos números 143 a 149, *O Parahybuna* não economiza páginas para divulgar os desdobramentos do combate aos rebeldes do Rio Grande do Sul e os sucessos da Sabinada, na Bahia. Os comentários sobre a Farroupilha eram sempre otimistas, enfatizando os esforços do governo regencial em combater os rebeldes. Quanto aos rebeldes baianos, o jornal não esconde a satisfação ao anunciar a “restauração na Bahia” (n. 146), assunto que se estende nos números seguintes:

Bahianos! Valentes Pernambucanos, honrados Sergipanos, distinto corpo d’Armada, que com as vossas vidas, e à custa de vosso sangue esmagastes a hidra da anarquia: vossos feitos são outras tantas colunas em que acabais de firmar o Trono Augusto do nosso jovem Monarca, e com ele a existência e prosperidade de vossas Províncias. Vós acabais de testemunhar o incêndio, o roubo, e horrores de toda a casta de que foi vítima esta Cidade [Salvador], certificai-vos por aí quanto perigaram nossas vidas, e nossas fortunas, com o Belo ideal dessas Repúblicas que nos inculcam os inimigos de toda a ordem⁷⁶⁴.

A vitória do governo regencial oferece munição para *O Parahybuna* desencadear uma intensa campanha a favor da eleição de Araújo Lima para a Regência, depreciando a imagem de Holanda Cavalcanti, apresentando-o como desequilibrado, mentiroso e incapaz. Na “Carta Holandesa dirigida aos Eleitores”, o Redator de *O Parahybuna* vem à carga:

Para se provar a indignidade do Sr. Holanda Cavalcanti que tanto suspira pelo cargo de Regente, basta ler-se a Carta, a humilde carta que ele dirigiu aos Eleitores de todo o Império. (...) O verdadeiro merecimento não se inculca; espera que o procurem. Mas o nosso “Hollandez” não esteve com meias medidas, foi logo com as do cabo; e abatido aos pés dos Eleitores pede votos com tanta lamúria, como os mendigos pedem esmolas. Faltou a decência, e a própria dignidade, fingendo-se “Patrício” de todo mundo, e mentindo que havia uma intriga contra ele, e que esta intriga consiste em dizer-se que ele tinha

⁷⁶³ *O Parahybuna*, Barbacena, n. 133, 14 out. 1837.

⁷⁶⁴ *O Parahybuna*, Barbacena, n. 148, 20 abr. 1838.

renunciado ao cargo de Regente!! Que petorio tão mal alinhavado! Que renúncia se pode fazer de um cargo, ao qual se não tem direito algum! Por ventura julga-se o Hollanda com direito nato de governar os Brasileiros? Que impáfia! (...)

Desengana-te, meu Extravagante, digo, Cavalcanti: pela nossa parte não hás de pescar nem meio voto: O Redator do Parahybuna também é Eleitor e protesta não manchar a sua lista com o nome de um jogador, afidalgado e doido para quem já se exigiu uma Junta Médica, para examinar o seu estado cerebral. (...)

Mineiros! Meus amados Concidadãos! Não sejais indiferentes à pintura da Pátria. O negócio é de suma importância. Pesai bem as qualidades do Candidato que ides escolher para Regente. Desprezai indignas sugestões dos inimigos do Brasil. Não queirais fazer novas experiências. Conservai o atual Regente, que por tantos fatos se tem feito credor da estimação pública. Não negueis os vossos votos ao Sr. Pedro de Araújo Lima, o restaurador da paz e da liberdade no Brasil, terror dos anarquistas, e benfeitor do comércio, agricultura e indústria⁷⁶⁵.

A utilização do jornal como um instrumento de convencimento dos eleitores é recorrente em vários números do *Parahybuna*. E, obviamente, o jornal posiciona-se favoravelmente a Bernardo Pereira de Vasconcelos. Na eleição para a Assembléia Geral, *O Parahybuna* polemiza com os Progressistas, denunciando suas articulações, noticiando as “cabalas” tramadas por “Marinho e outros”, em alguns colégios eleitorais, na tentativa de impedir a vitória de Vasconcelos⁷⁶⁶. No entanto, segundo o jornal, mesmo à vista de “tantas cabalas dos inimigos de Vasconcelos; à vista de tão desatinado furor contra um Cidadão tão benemérito, admira que ele assim mesmo triunfasse e obtivesse a maioria de votos, o que se deve não só ao seu raro merecimento e bem fundada reputação, como a inabalável firmeza dos Eleitores de Minas, que pela maior parte não se vergão a indignas sugestões”⁷⁶⁷. Para *O Parahybuna*, diante de um adversário tão inexpressivo e desqualificado, facilmente realizou-se a “Profecia”:

Certo sujeito, disse a quem o quis ouvir a seguinte judiciosa profecia: - Vasconcelos há de sair reeleito Deputado, porque os “garimpeiros” escolheram para seu rival um pateta, surdo e mudo! [Queiroga] Assim aconteceu⁷⁶⁸.

No número 146, *O Parahybuna* regozija-se com a vitória de Vasconcelos, rasgando-se em elogios ao então ministro da Justiça:

⁷⁶⁵ *O Parahybuna*, Barbacena, n.145, 06 abr. 1838.

⁷⁶⁶ *O Parahybuna*, Barbacena, n. 144, 03 abr. 1838.

⁷⁶⁷ *O Parahybuna*, Barbacena, n. 144, 03 abr. 1838.

⁷⁶⁸ *O Parahybuna*, Barbacena, n. 144, 03 abr. 1838.

Mineiros! Triunfou a virtude, o saber, o merecimento; e caiu de chofre nos abismos a hedionda cabala. Está finalmente reeleito Deputado à Assembléia Geral o Exm. Ministro da Justiça, o Sr. Bernardo Pereira de Vasconcelos.

Do que serviram pois os esforços do partido anarquista? Que é feito do nulo Candidato da opposição? Este tornou a entrar na nulidade donde saiu por um momento; (...) Reconheceram finalmente os pelintras que não tem a seu favor a maioria da Província, como eles se jactavam; (...).

Ora diga-nos, Sr. Manoel Ignacio, em que se fundava V. S. para excluir da votação o grande Vasconcelos? Que defeitos podia encontrar neste Ministro sábio e inteligente, neste Mineiro honrado, de cujas luzes V. S. tantas vezes se tem aproveitado? Que motivos o arrastavam a querer privar a Câmara dos Deputados e ao Brasil inteiro dos vastos conhecimentos de um dos seus mais eloquentes Oradores, e um dos mais profundos políticos? Não se envergonha o Sr. Manoel Ignacio de fazer causa comum com Marinhos, Antões, Alcebiades, e mais “pelintras” para estorvar a reeleição do imortal Vasconcelos? Desengana-te pois meu bobo do Gualaxo, que nem todas as calúnias, mentiras, intrigas e cabalas dos anarquistas poderão jamais prejudicar a Vasconcelos: tanta é a solidez dos seus merecimentos! (...) ⁷⁶⁹.

Embora os números do *Parahybuna*, posteriores às eleições vencidas pelos Regressistas, não escondam a satisfação pela vitória, o jornal não se cansa de lembrar o governo de Feijó e desferir-lhe críticas. O jornal desafia que se “aponte um só bem que ele fizesse em todo o tempo de sua Regência; pelo contrário a Nação ainda se ressentida dos profundos males que ele e seus Ministros acarretarão sobre o malfadado Brasil”⁷⁷⁰. A identidade do *Parahybuna* define-se pela contraposição aos feijoístas, aos progressistas. É partir dessa contraposição que *O Parahybuna* afirma-se enquanto um instrumento do Regresso Conservador. Dentro dessa perspectiva podemos entender porque o jornal relacionava o progresso e as reformas a uma “epidemia”, afirmando que as reformas não faziam o Brasil andar para o frente:

Mas não sei que sentimento de viva dor me aperta o peito, quando me recorre a idéia de Brasil reformado, reformante, e reformista, e depois de tudo isto nada, e nada de andar para diante⁷⁷¹.

Essa postura conservadora talvez tenha inspiração no pensamento de Edmund Burke, que reformulou os princípios liberais em fins do século XVIII. Os conservadores afirmam a impossibilidade de uma solução política de alcance global que assegure o

⁷⁶⁹ *O Parahybuna*, Barbacena, n. 146, 10 abr. 1838.

⁷⁷⁰ *O Parahybuna*, Barbacena, n. 147, 17 abr. 1838.

⁷⁷¹ *O Parahybuna*, Barbacena, n. 78, 08 mar. 1837.

bem-estar do indivíduo e da sociedade como um todo. Além disso, o pensamento conservador caracteriza-se pelo horror à transformação pela revolução, pela rejeição da idéia de progresso e pela aceitação da desigualdade como fator natural e inevitável⁷⁷².

O Parahybuna, na verdade, apresenta um forte caráter conservador e moralista. No artigo “Segredo da Camarilha revelado pelo Padre mamado”, o jornal louva o caráter conservador e religioso dos habitantes de Barbacena, afirmando ser um “pomposo elogio” para a vila de Barbacena ser chamada pelo padre Marinho de “La Vendée” de Minas. Segundo o redator do *Parahybuna*, o apego de Barbacena ao “Altar, ao Trono, a nossa Religião, e a Monarquia”, dá a ela o título honroso de “La Vendée”:

Neste sentido Barbacena é “La Vendée”: seus habitantes de são costumes, amigos sinceros da Monarquia Constitucional, e aferrados à Religião de seus Pais, não consentirão jamais que os “Marinhos”, e todos os “Jacobinos” do Brasil, que arremedam os “Convencionais” da França, derrubem o Trono, assassinem o Monarca e proclamem a República⁷⁷³.

A preocupação com a religião também é explicitada em um pedido, com tom de conselho, que o jornal dirige ao ministro dos Negócios Estrangeiros, para que o mesmo “tomasse muito em consideração os negócios com a Santa Sé”. *O Parahybuna* lamenta que suas súplicas não tenham sido levadas em consideração pelo Ministro anterior, acusado de apenas “agradar ao ex-Regente”. Assim, reitera suas recomendações a Maciel Monteiro:

(...) conquanto a Côrte de Roma esteja mais longe, as negociações com ela não são de menor importância. Não é só a Religião que padece: somos Cristãos Católico Romano; mas nem todos estão obrigados a sê-lo, e o Governo não pode proteger uma Religião com dano de consciência: vemos porém a Moral abalada, e a Moral é o fundamento de toda a Sociedade⁷⁷⁴.

O tom moralizador do *Parahybuna* está estampado em um artigo dedicado a criticar o padre Alencar. A partir de informações extraídas do *Diário de Pernambuco*, o redator do *Parahybuna* acusa o padre Alencar de proteger, por interesses eleitorais, aos criminosos de Quixeramobim, chegando a exercer “funções do Poder Moderador”. Outra acusação desferida contra o padre Alencar refere-se ao batizado de seu filho, celebrado na “sala do dossel antes do cortejo”, no dia 2 de dezembro, data do

⁷⁷² PEIXOTO, Antônio Carlos. Liberais ou conservadores? In: GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal, PRADO, Maria Emília (orgs.). *O Liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e práticas*.

⁷⁷³ *O Parahybuna*, Barbacena, n. 90, 22 abr. 1837.

⁷⁷⁴ *O Parahybuna*, Barbacena, n.133, 14 out. 1837.

aniversário natalício do Imperador. O jornal afirma não estar preocupado com a “infração das leis disciplinares da Igreja”, mas com o fato do “Padre Alencar não achar dia mais próprio para o batizamento de seu filho senão 2 de Dezembro, quando segundo tem-se dito já estava o palácio cheio das pessoas que concorriam ao cortejo!” Tal atitude pareceu ao jornal, “uma espécie de profanação do Trono, e falta de respeito ao Chefe da Nação, e um exemplo de imoralidade”⁷⁷⁵. O *Parahybuna* conclui o artigo reiterando sua posição de defensor da moral e dos bons costumes:

Escusamos reflexões sobre esses dois fatos: nós, liberais que outrora censuramos com as expressões as mais violentas, imoralidades, cujo exemplo nos dava o Imperador, tendo publicamente uma amásia e reconhecendo por sua filha a filha dessa amásia, o que diremos de um Sacerdote que em vez de encobrir a sua fragilidade faz dela garbo, e assim insulta o seu caráter de homem público, e seu caráter de ministro da Religião?

Se são verdadeiros esses dois fatos que na fé do Diário de Pernambuco publicamos, dos quais para dignidade do Estado Eclesiástico, para bem da moralidade Brasileira, ao menos um, quiséramos ver negado, como abonará seu comportamento o orgulhoso Presidente do Ceará. E nem se nos diga que ele pertence à vida privada, que nisso não nos devemos intrometer. Não: o vício que se oculta “inter-parietes”, o vício alardeia e põe patente sua desformidade, desde que ele aparece ao público trajando insultadora gala, devemos-lo açoitar, que o vício corrompe, que é exemplar seu castigo, que assim preservamos do contágio a moral do Povo.

A dissolução de costume já é freqüente entre nós, convém que se lhe ponha limites. (Do Chronista)⁷⁷⁶.

Ao criticar o padre Alencar, o redator do *Parahybuna* identifica a si mesmo e a seu grupo como liberais. Mas afinal qual liberalismo era professado pelos Regressistas? Em primeiro lugar, é importante destacar as aproximações entre liberais moderados e conservadores. É inegável o seu afastamento das questões propostas pelos liberais radicais. Os artigos publicados ignoram completamente os temas recorrentes do liberalismo radical, não mencionando a questão escravista e dedicando pouca atenção à questão da participação popular.

Na verdade, a aproximação entre liberais e conservadores manifesta-se através da forma semelhante com que ambos enxergavam a sociedade e a política imperiais. Ademais, viam-se como pertencentes à “boa sociedade”, portadores de liberdade e de

⁷⁷⁵ O *Parahybuna*, Barbacena, n. 92, 29 abr. 1837.

⁷⁷⁶ O *Parahybuna*, Barbacena, n. 92, 29 abr. 1837.

propriedade, constituintes da sociedade política, empenhados na organização do novo Estado soberano. Viam-se, ainda, como garantidores da manutenção da estrutura da sociedade. Estes grupos, integrantes do “mundo do governo”, tinham por objetivo eliminar a desordem através da consolidação da monarquia e da conservação das hierarquias sociais⁷⁷⁷. Os liberais marcaram seu lugar de vencidos no embate político e aderiram à direção política ditada pelos conservadores, caracterizada pelo princípio da ordem e da Monarquia.

A opção por uma alternativa conservadora não significou, no entanto, um abandono do ideário liberal. Na verdade, o projeto de construção do Estado não pode ser dissociado do liberalismo. Evidentemente, não é possível encontrar aqui um liberalismo puro, ademais inexistente até mesmo na Europa. O importante é procurar compreender a especificidade do liberalismo brasileiro, entendendo-o não como uma ideologia importada, sem vínculos com a nossa realidade, mas como um modelo teórico utilizado como referência pelos brasileiros.

Dessa forma, cumpre-nos abordar o liberalismo como um ideário vivenciado concretamente pelos atores sociais, procurando apreender suas especificidades, seus limites e contradições, na tentativa de traduzir os significados que os conceitos liberais adquiriram para os homens inseridos no contexto histórico do final da Regência e início do Segundo Reinado.

Um dos traços do ideário liberal que aparece de forma recorrente nos artigos do *Parahybuna* é a questão da liberdade. Para que a ação humana possa se desenvolver é preciso que exista a liberdade, pressuposto básico do liberalismo⁷⁷⁸. Obviamente, para *O Parahybuna*, o exercício da liberdade dá-se dentro da lei e da ordem. Assim, o jornal reconhece como direito o exercício da liberdade de consciência:

Onde estamos nós? Então do que serve a liberdade de consciência? Para que a Constituição? Para que as Leis?... Senhores! O Exm. Regente é Cidadão Brasileiro, e como tal tem o direito que lhe dá a Constituição

⁷⁷⁷ MATTOS, Ilmar R. de. O tempo saquarema.

⁷⁷⁸ Peixoto, Antônio Carlos. Liberais ou conservadores mapeia os elementos essenciais que caracterizam o ideário liberal. O autor recupera a trajetória de formulação dos pressupostos do liberalismo, a partir de Maquiavel, Hobbes, Locke, Rousseau e Adam Smith, e apresenta os pontos centrais do pensamento liberal, que foram ganhando corpo a partir da obra desses pensadores. De acordo com Peixoto, a ordem liberal está centrada na ação humana. A ação individual é a determinante na construção da ordem social. Outra questão central é a liberdade. Para que a ação humana possa se desenvolver é preciso que exista a liberdade. Por outro lado, a ação individual é baseada no cálculo. O indivíduo deve ser capaz de definir seus interesses, efetuando o cálculo para que seus interesses sejam atingidos. E se ele sozinho não é capaz de atingi-lo, ele é apto para estabelecer a cooperação com outros indivíduos com os quais irá definir esses objetivos comuns.

do Estado, e que ninguém lhe pode tirar, a liberdade de consciência.
(...)⁷⁷⁹

A liberdade de expressão também era muito prezada pelo *Parahybuna*. Em vários artigos, o jornal aborda a questão. No número 78 (08 mar. 1837), denuncia a “perseguição da Imprensa livre” e afirma que “os Escritores públicos” encontram-se amordaçados. No número 89 (19 abr. 1837), acusa o Regente de querer “dar garrote à Imprensa”, e de o governo não querer oposição. Em um artigo intitulado “O Governo e a Oposição Periódica”, afirma:

Em todos os países em que há Governos representativos é consagrado o princípio de Oposição aos atos (...) dos Administradores de Estado; mas tem-se observado que há sempre queixas destes para com aquela. Os Governantes encaram com [_____] para os que ousam combatê-los; queriam correr desenfreadamente pelo campo do arbítrio; e, como vejam diante uma barreira que lhe serve de forte embaraço eles armados do poder de que se acham revestidos, lhe dirigem veementes ataques (...)⁷⁸⁰.

Outro traço a ser destacado nas discussões realizadas pelo *Parahybuna* é seu estrito apego e respeito às leis e à Constituição. Pode-se observar essas referências em vários dos excertos aqui transcritos. Para o jornal, a liberdade, que deve existir dentro da ordem, somente será alcançada se o governo:

Guardar e fazer guardar a Constituição. O Ato Adicional e as Leis sendo a condição devida de qualquer Administração Brasileira (...). Todavia, para que as nossas Instituições liberais produzam os esperados frutos, resulte a Liberdade e a Ordem, é mister que o Governo tenha a necessária força: porque é só assim que ele pode fazer o bem e prevenir o mal. (...)

O governo saberá respeitar todas as idéias, todos os sentimentos, todos os partidos; mas também os saberá combater com energia e punir com toda a severidade das leis, se ousarem recorrer a meios reprovados⁷⁸¹.

O respeito às leis, à Constituição e a preservação da Monarquia eram condições fundamentais para a conquista da liberdade sem, contudo, colocar em risco, a ordem, eliminando-se a anarquia. A Abdicação significou, na percepção do *Parahybuna*, um sério risco de o Brasil submergir na anarquia. Por isso, o jornal caracteriza o Sete de Abril como uma data que desperta “dolorosas recordações”, pois

⁷⁷⁹ O *Parahybuna*, Barbacena, n.89, 19 abr. 1837.

⁷⁸⁰ O *Parahybuna*, Barbacena, n. 95, 10 maio 1837.

⁷⁸¹ O *Parahybuna*, Barbacena, n. 133, 14 out. 1837.

uma revolução iníqua esteve nesse Dia a ponto de submergir no abismo da Anarquia o Povo mais dócil e o mais digno de ser feliz: os seus promotores, manchando-se com a denegrada nódoa da ingratidão para com o Autor da Independência, com o Doador da Constituição, com o Primeiro Chefe da Dinastia Brasileira, com o Poder Inviolável e Sagrado, tentaram sorver no vulcão demagógico-democrático o Trono e as instituições salutareis que nos regiam, e que o Mundo admirado contemplava florescentes e frutuosas!... Já eles tinham rompido todos os diques da Moral, da Subordinação e do Respeito; (...) já tinham anatemizado a Monarquia⁷⁸².

Por outro lado, nesse mesmo artigo, o jornal afirma que o dia Sete de Abril alimenta esperanças e glórias, em virtude de uma dádiva da Providência Divina. A salvação estava em D. Pedro II, legítimo herdeiro da Monarquia, único capaz de salvar “o Brasil, o Trono, a Dinastia e a Constituição!”⁷⁸³.

Outro recurso, proposto pelo *O Parahybuna*, para garantir a ordem e a liberdade do país é o estabelecimento da vitaliciedade do Senado. Posicionando-se contrariamente a Feijó, o jornal transcreve parte de uma carta de Bernardo Pereira de Vasconcelos, propondo argumentos que justificam a necessidade do Senado vitalício. Na carta, Vasconcelos faz considerações sobre o governo dos Estados Unidos para concluir acerca da importância do Senado. Segundo ele, até mesmo o governo dos Estados Unidos, tido como “o mais livre de todos os governos” ciente do “perigo da Liberdade” e procurando equilibrar o “elemento democrático”, preveniu-se constituindo um “Senado diferente da Câmara dos Representantes”. Ainda assim, “a Liberdade tem por vezes vacilado entre a Anarquia e a Tirania”. Para evitar esses males torna-se fundamental, de acordo com Vasconcelos, a existência de uma “forma moderadora”, que assegure a Liberdade, a segurança, o bem estar e a prosperidade”. O Senado vitalício é essa âncora, inibidora dos “desvarios e excessos”, capaz de resistir às “tempestades populares”⁷⁸⁴.

A despeito da referência aos Estados Unidos, Vasconcelos não considerava o regime democrático adotado naquele país como um modelo a ser seguido. Para ele, a democracia é um regime fraco, incapaz de garantir a liberdade e segurança, propiciador da anarquia:

(...) um governo, em que seja exclusivo, ou prepondere o elemento Democrático: qualquer que seja a sua forma ele será sempre imprevidente, pouco ilustrado, inconseqüente,

⁷⁸² *O Parahybuna*, Barbacena, n. 89, 19 abr. 1837.

⁷⁸³ *O Parahybuna*, Barbacena, n. 89, 19 abr. 1837.

⁷⁸⁴ *O Parahybuna*, Barbacena, n. 77, 4 mar. 1837.

precipitado, nos revezes abatido, na prosperidade exaltado, acessível à simpatia, às paixões; atrasado pela eloquência, e por conseguinte desconhecendo todos os limites da sua Autoridade⁷⁸⁵.

Esse distanciamento entre o liberalismo e democracia pode ser explicado pela trajetória das idéias liberais no Brasil. Desde fins do século XVIII pode-se detectar a presença dessas idéias, embora, nesse momento, tenha se manifestado de forma imprecisa, contendo fórmulas abstratas e universalizantes como a luta pela soberania, a liberdade de manifestação, a igualdade jurídica, a exigência de um governo representativo⁷⁸⁶.

Com a Independência emerge o problema da organização do novo Estado, levando ao embate entre os diversos grupos que desejam construir as bases institucionais do país de acordo com seus interesses. Definem-se, assim, os significados e os limites do liberalismo, ocorrendo uma dissociação entre os princípios liberais e os princípios democráticos. A partir desse momento, as lutas pela liberdade informam a luta pela igualdade. A liberdade adquiriu significados próprios para a elite proprietária, identificando-se com o progresso, com a modernização, com a ordem e civilização. A democracia passou a ser sinônimo de anarquia, de caos. O afastamento das aspirações democratizantes, por um lado, e a conciliação da liberdade com a ordem, por outro, relacionava-se com a necessidade de se manter a estrutura escravista de produção⁷⁸⁷. Em virtude desse distanciamento entre liberalismo e democracia, o debate político girou em torno das reivindicações federalistas, da vitaliciedade do Senado e da existência do Poder Moderador, da predominância do Executivo ou do Legislativo.

O processo de construção das bases político-sociais do Estado Nacional, ao longo do século XIX, foi marcado pela presença de inúmeras contradições. A estrutura política do Império, caracterizada pela Monarquia constitucional hereditária, pela submissão da Igreja ao Estado, pelo voto censitário e pelo poder moderador, contrariava a possibilidade da existência de uma democracia liberal. No entanto, liberalismo e democracia são fenômenos distintos e a presença de um não implica necessariamente na

⁷⁸⁵ *O Parahybuna*, Barbacena, n. 77, 4 mar. 1837.

⁷⁸⁶ Ademais, também nos Estados Unidos, a questão democrática e a questão da igualdade não estiveram em pauta de discussão nos debates da Revolução Americana (BAILY, 2003). Essa questão é pensada a partir de Rousseau, quando o pensamento liberal contratualista se dissocia e começa a produzir o embrião de uma ordem que não é só liberal, mas também democrática e igualitária. Essa discussão, contudo, só ganhará vulto posteriormente.

⁷⁸⁷ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. p. 127-128.

existência do outro. Assim, pode-se afirmar com segurança que a tarefa de construção do Estado foi ancorada por um liberalismo conservador, não havendo nesse momento, “um dilema liberal e sim um dilema democrático”⁷⁸⁸.

O liberalismo professado pelo *Parahybuna* era excludente e restritivo, endossando um projeto construção do Estado, alicerçado em bases centralizadoras e conservadoras. Não obstante a evidente intenção do jornal em obter o consenso da população em torno da proposta regressista, este intento não foi totalmente alcançado. Na verdade, o embate entre propostas distintas para a construção do Estado imperial continuava existindo. Tanto que, em 1840, entra em circulação, em Barbacena, o jornal *O Echo da Rasão*, pautando-se por um liberalismo “influenciado” pela Revolução Americana. Dois anos depois, em 1842, os liberais mineiros pegam em armas para defenderem suas idéias, dando início à batalha final, a qual, definitivamente, marcará as posições de vencidos e vencedores na disputa pelas definições do caminho a ser trilhado pela sociedade brasileira.

⁷⁸⁸ ADORNO, Sérgio. Os aprendizes do poder. p. 25.

3. EM DEFESA DA “VONTADE NACIONAL”

Com a Independência emerge o problema da organização do novo Estado, levando ao embate entre os diversos grupos que desejavam construir as bases institucionais do país de acordo com seus interesses. A partir desse momento, a luta pela independência traduz-se em uma luta pela liberdade, que adquire significados próprios para a elite proprietária. Para os protagonistas do projeto vencedor, a liberdade identificava-se com o progresso, com a modernização, com a ordem e com a civilização. A democracia passou a ser sinônimo de anarquia, de caos. O afastamento das aspirações democratizantes, por um lado, e a conciliação da liberdade com a ordem, por outro, relacionava-se com a necessidade de se manter a estrutura escravista de produção⁷⁸⁹.

No entanto, esta não foi a única alternativa em pauta. Os anos que se seguiram à Independência, em especial o período da Regência, foram marcados por grandes disputas políticas e pelo acirramento das paixões em torno de projetos distintos de sociedade. O debate político da época, estampado e formulado nas páginas dos jornais, girou em torno de questões cruciais para a definição do projeto político de construção do Estado. Estavam em pauta de discussão as reivindicações federalistas, a predominância do Executivo ou do Legislativo, a vitaliciedade do Senado, a existência do poder Moderador, o papel desempenhado pelo Imperador, a questão da soberania, da importância da Constituição e da Lei, da representação e da participação popular.

Com a Abdicação, os brasileiros tiveram, efetivamente, a possibilidade de tomar o poder nas mãos. Os liberais moderados, grupo representativo de proprietários e comerciantes ligados ao setor de abastecimento, inspirados nos ideais de autonomia local e autogoverno, reformaram a Constituição, com a aprovação do Ato Adicional de 1834, e aprovaram o Código do Processo Criminal, em 1832. Tais medidas tinham um forte caráter descentralizador, pois ampliavam os poderes dos juizes de paz, eleitos localmente, criavam as assembléias legislativas provinciais, extinguíam o Conselho de

⁷⁸⁹ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. p. 127-128.

Estado e estabeleciam uma Regência Una, eleita pelo voto censitário, embora mantivessem a monarquia constitucional.

O espírito centralizador, contudo, não havia se extinguido. A eclosão de inúmeras revoltas, a ameaça de fragmentação do território, a necessidade de manutenção da ordem escravista fizeram com que parte dos liberais moderados aderisse ao movimento conhecido como Regresso, visando restabelecer o poder centralizado e desmontar a legislação liberal. Em 1840, a Interpretação do Ato Adicional de 1834 põe fim à descentralização do poder e à autonomia das províncias. Em 1841, seguindo a tendência centralizadora, é modificado o Código do Processo Criminal.

Essas medidas levaram à subordinação das províncias e dos municípios ao governo central e jogaram por terra o projeto de construção do Estado que viabilizasse a federação e contemplasse os interesses das elites regionais. Diante dessa situação de vitória do projeto centralizador, agravada pelo fechamento prévio da Câmara dos Deputados, de maioria liberal, em 1842, os liberais mineiros e paulistas pegaram em armas para defender suas propostas. Outra forma de combate foi a divulgação de seu ideário através da imprensa. E é exatamente às páginas dos periódicos que recorreremos para tentarmos vislumbrar o diálogo entre o projeto liberal, derrotado em 1842, e o ideário republicano, inspirado na Revolução Americana⁷⁹⁰. Será analisado o debate político travado nos e pelos jornais *O Echo da Rasão* e *O Tebyreçá*.

O jornal *O Echo da Rasão* era publicado uma vez por semana, pela tipografia da Sociedade Typographica e era editado por Camilo Maria Ferreira Armond, participante do Movimento Liberal de 1842⁷⁹¹. O jornal circulou entre 1840 e 1842, mas, infelizmente, restam apenas cinco números desse periódico⁷⁹².

⁷⁹⁰ A ascendência da Revolução Americana sobre os rebeldes de 1842 pode ser identificada tanto na temática discutida, nos argumentos de inspiração claramente republicana, quanto na ligação de alguns de seus participantes com o ideário republicano. Teófilo Otoni sofreu forte influência da Revolução Americana, a partir da leitura de Thomas Jefferson. O cônego Marinho estudou no Seminário de Olinda, participando da Confederação do Equador, em 1824. O jornal “O Tebyreçá”, ao discutir sobre a Monarquia representativa, cita claramente, em seu n. 19 (21 abr. 1842), a República de Platão e a “Oceania” de Harrington.

Acreditamos, ainda, que a percepção do diálogo entre texto e contexto, dos conceitos e práticas que marcaram a atuação de liberais e conservados, no período imperial, possa lançar luz sobre o debate acerca das semelhanças e diferenças entre os partidos políticos do Império.

⁷⁹¹ O jornal não explicita o nome do editor. Mas, de acordo com memorialistas locais, o editor do “O Echo da Rasão” era Camilo Maria Ferreira, futuro conde de Prados, baluarte do Partido Liberal em Barbacena. SAVASSI, Altair. Barbacena: 200 anos. p. 66; MASSENA, Nestor. Barbacena: a terra e homem, p. 63.

⁷⁹² Serão analisados os números 15 e 16, de 1840, e os números 66, 79 e 80, de 1842, existentes na Biblioteca Nacional.

O jornal *O Tebyreçá* circulou em datas indeterminadas, durante os anos de 1841 e 1842. Era publicado pela Typographia Imparcial de Silva Sobral, sob a responsabilidade de Rafael Tobias d'Aguiar e de seus colaboradores, o deputado à Assembléia Provincial Joaquim Antônio Pinto Júnior e o advogado Gabriel Rodrigues dos Santos⁷⁹³.

Ao discutir os acontecimentos e debates políticos travados no cenário do império, no ano de 1840, o jornal *O Echo da Rasão* procura explicar o momento político vivenciado a partir da compreensão das circunstâncias que marcaram a Abdicação e seus desdobramentos. Para *O Echo da Rasão*, o Sete de Abril significou uma revolução que “reuniu só todas as vontades”, mas após ter alcançado seu objetivo surgiram as diferenças e desapareceram os “restícios de unidade que mantinham o equilíbrio entre os partidos”, levando ao rompimento dos “elos já enfraquecidos que ainda prendiam umas às outras as diferentes Províncias”. Diante das divergências entre os grupos e os partidos, o governo sem contar com “o prestígio da Coroa, impotente contra os inimigos parlamentares”, não obteve sucesso na tentativa de coibir as dissensões. No entanto, alerta *O Echo da Rasão*, o governo, em sua luta, não poderia demonstrar fraqueza e para não comprometer a causa da união, deveria “invidar todos os esforços, a fim de manter a rebeldia em seus limites, quando não pudesse ser repulsada”⁷⁹⁴. A supressão das dissensões, do “espírito desordeiro das províncias, ocorreria com a “maioridade do Monarca”, o que justifica a antecipação da mesma, defendida pelo *O Echo da Rasão*.

Em dezembro de 1840, o jornal faz um comentário sobre o momento delicado vivido pelo Gabinete Liberal após o Golpe da Maioridade. O artigo de 12 de dezembro de 1840 (n. 15) atribui as dificuldades do Ministério em se manter no poder à conduta das oposições. Para o jornal, os homens do Regresso, visando recuperar a posição perdida, lançavam mão da intriga e da discórdia para “desconceituar o governo”, acusando, por exemplo, o Gabinete de Julho de apoiar os rebeldes do Rio Grande do Sul, ao anistiá-los. Em sua análise da situação política do momento, o jornal argumenta que somente o recurso aos artifícios da intriga poderia causar desarmonia no Gabinete, pois

⁷⁹³ Serão analisados os exemplares da segunda série do Jornal (números 13 a 16 e 19 a 21), em reprodução fac-similar dos originais conservados no Gabinete de Leitura Sorocabano, contida em BONADIO, Geraldo. A agonia do projeto liberal.

⁷⁹⁴ *O Echo da Rasão*, Barbacena, n. 16, 19 dez. 1840, p. 2.

O Gabinete de Julho se achará rodeado, e apoiado no parlamento por huma imensa maioria: portanto, de hum lado cessarão as dificuldades no meio do prestígio; de outro os recursos e a força de certo não faltarão ao gabinete e se ao menos que huma desinteligência inesperada não venha acidentalmente trazer a sua queda, não vemos porque meios constitucionaes possa a actual opposição desconceituá-lo de tal sorte que tornem a sua existência já não dizemos impossível, mas se quer em extremo precária”⁷⁹⁵

Assim, se por um lado, não havia meios constitucionais que possibilitassem à opposição desestabilizar o governo, por outro, não seria racionalmente aceitável que “um governo cujos destinos se acham dependentes da manifestação da vontade geral depois dos acontecimentos de Julho, sucumba sob antigas e decaídas influências”. O jornal acrescenta, ainda, que a queda do Ministério de Julho

seria um passo fútil e perigoso (...), tornaria oscilante a vontade nacional; e contrariaria abertamente sua última e próxima manifestação. (...) Seria o sinal de novas e sucessivas concessões, e pouco a pouco essas mesmas leis dos governos representativos que subpõem ou antes subordinão a organização dos Ministérios à organização dos parlamentos, seriam falseados pela base⁷⁹⁶.

A supremacia da “vontade nacional” seria garantida pelo estabelecimento da Monarquia Constitucional, capaz de colocar-se acima dos interesses e das paixões partidárias. Daí as críticas a uma atividade política marcada pelas intrigas, pelas traições e pelas paixões:

Um estado onde a traição está na ordem do dia; onde ela forma parte dos costumes públicos ou privados, não pode gozar de paz duradoura: e muito menos prosperar. Nos governos representativos, sobretudo, onde o princípio da confiança é um elemento de vida; onde a combinação das vontades he uma necessidade de cada momento; onde as opiniões e os princípios reciprocamente se subordinam, o espírito de traição e a deslealdade são freqüentemente a causa dos maiores conflitos”⁷⁹⁷.

O espírito de partido e de intriga provoca a “divisão das vontades”, debilitando o governo ao “cimentar-se por entre as massas; por entre as Províncias; por entre as raças,

⁷⁹⁵ O Echo da Rasão, Barbacena, n. 15, 12 dez. 1840, p. 2.

⁷⁹⁶ O Echo da Rasão, Barbacena, n.15, 12 dez. 1840, p. 2-3.

⁷⁹⁷ O Echo da Rasão, n. 15, 12 dez. 1840, p.3.

os elementos da discórdia”⁷⁹⁸. Um governo representativo não poderá sustentar-se em uma sociedade marcada pelo espírito da discórdia e da intriga, pois, como afirma a epígrafe do jornal *O Echo da Rasão*, “Todo o reino dividido contra si, será desolado”.

Uma forma de garantir a representação nacional seria a eliminação do “espírito de partido”, devendo a atividade política pautar-se pelos princípios e não pelas “eventualidades pessoais. Em política se deve olhar para os princípios e para as circunstâncias exteriores que caracterizam a época em que os homens obram. Princípios e circunstâncias taes são os dous elementos em guerra na cena política. Os princípios separam os homens; e as circunstâncias as épocas e suas necessidades. (...) A esses princípios, pois, he que convem que façaes guerra; quer os combates em sua essência, quer em sua aplicação”⁷⁹⁹.

Os Liberais postavam-se como legítimos representantes da vontade nacional, da Monarquia Constitucional e da liberdade. Já os Conservadores, que assumem o Ministério em março de 1841, são vistos pelos Liberais como uma “pequena facção cobarde”⁸⁰⁰, um governo faccioso e inimigo do Brasil, são desregrados e arbitrários. Ao denominar os conservadores de facção, os liberais estavam associando-os a usurpadores, a um grupo “que se arroga um poder, que não tem”, cujos interesses contrariavam “o interesse e a vontade geral em seu próprio benefício”⁸⁰¹.

Em fevereiro de 1842, esse sentimento de usurpação, de ultraje, de desrespeito à “vontade geral” está aflorado, e os jornais traduzem esse clima acalorado. Os artigos do *O Echo da Rasão* e de *O Tebyreçá* deixam transparecer a intranquilidade do momento, diante da recusa dos liberais mineiros e paulistas em aceitarem as leis da reforma regressista. Mesmo antes da dissolução da Câmara, que ocorreu em 1º de maio de 1842, os jornais acenavam para a possibilidade de um movimento armado. *O Echo da Rasão* abre o seu número, de 18 de fevereiro de 1842, com artigo intitulado “Iminência da guerra civil”, em que, após descrever as arbitrariedades praticadas pelo Ministério de Março⁸⁰², afirma o seguinte:

Elle [o Gabinete de Março] une-se, e combina esforços para comprimir a opinião publica; assoalha planos imaginários, para ter ocasião de ouprimir; responde às manifestações pacíficas da opinião com as

⁷⁹⁸ *O Echo da Rasão*, n. 15, 12 dez. 1840, p.2.

⁷⁹⁹ *O Echo da Rasão*, n.16, 19 dez. 1840, p.1

⁸⁰⁰ *O Teberyçá*, n. 13, 9 fev. 1842, p. 1.

⁸⁰¹ NEVES, Lúcia M. B. Pereira das. *Corcundas e constitucionais*. p. 196.

⁸⁰² Ministério conservador que tomou posse em 23 de março de 1841.

ameaças, com o aparato da força. Se tendes a maioria do paiz, chamai-a também a vosso socorro; movei-a em vossa defeza... mas não; queres muito de propósito instigar os ânimos com os vossos burlescos aparatos bélicos. Vós nos dais o exemplo; estais nos dizendo: _ homens da oposição, o governo para vencer vos só confia na força; armai vos também para que se decida o grande pleito no theatro ensangüentado da guerra⁸⁰³.

O jornal *O Tebyreçá*, de forma exaltada, desafia o Ministério Conservador, bradando:

(...) Os Ministros estão persuadidos que com 600 homens fazem succumbir a briosa Província de São Paulo; eia pois acabe-se a guerra de penas, venhão os 600 homens, e vejamos se os Paulistas se cobrem de lama, consentindo que esses escravos do absolutismo pizem impunemente na terra dos Tebyreçás. Venhão os 600, venhão dois ou três mil homens, que todos eles serão poucos para plantar nos campos de Piratininga o pendão do absolutismo!⁸⁰⁴

Como o jornal *O Echo da Rasão* deixa claro, o ano de 1841 foi marcado por uma forte mobilização da opinião pública, tendo em vista as medidas tomadas pelo governo centralizador. As reações dos cidadãos à essas medidas podem ser identificadas pelas representações de inúmeras câmaras municipais ao Imperador, protestando contra as leis regressistas. Essas atitudes influenciaram e foram influenciadas pelos debates travados nos jornais. As discussões certamente foram intensas e acirradas. Infelizmente, porém, não restou nenhum número dos jornais analisados, referente ao ano de 1841.

A dissolução da Câmara, em maio de 1842, foi o estopim para a eclosão do movimento armado. Embora estivessem contando com a possibilidade da guerra, os Liberais, conforme sugerem os acontecimentos, não se prepararam adequadamente para ela. Não elaboraram um plano tático objetivo e eficiente, escolheram líderes indecisos e, talvez, pouco comprometidos, que acabaram abandonando o campo de batalhas em pleno combate⁸⁰⁵. Diante disso, o movimento armado foi um verdadeiro fracasso e a derrota foi fragorosa.

No entanto, o período que antecedeu o movimento armado caracterizou-se por uma verdadeira guerra: uma “guerra de penas”. E é a partir dessa “guerra de penas” que podemos compreender o significado do ideário político que mobilizou esses homens na defesa de um projeto federativo para o Estado brasileiro.

⁸⁰³ O Echo da Rasão, n. 66, 18 fev. 1842, p. 2.

⁸⁰⁴ *O Tebyreçá* n. 14, 22 fev. 1842, p. 4.

⁸⁰⁵ Tanto José Feliciano Pinto Coelho, escolhido Presidente da Província de Minas Gerais, quanto o líder paulista, Rafael Tobias de Aguiar, desertaram durante os combates.

Cabe então perguntar pelos elementos que embasaram esse projeto político. Afinal, com que estado os liberais mineiros e paulistas sonhavam? Contra quais princípios e a favor de quais ideais os liberais estavam em guerra?

Na verdade, o grande debate presente nos jornais ancorava-se na rejeição, por parte dos liberais, das reformas implementadas pelos homens do Regresso: a Lei de Interpretação do Ato Adicional de 1834 (maio de 1840), a Reforma do Código do Processo Criminal (dezembro de 1841) e as leis de criação do Conselho de Estado (novembro de 1841) e a que fixava a nomeação do vice-presidente das províncias também pelo governo central (setembro de 1840). Essas leis retiravam das províncias a autonomia legislativa que passaram a gozar a partir do Ato Adicional⁸⁰⁶.

Portanto, é contra essa avalanche centralizadora, provocada pelas leis reformistas, destruidora do princípio republicano da descentralização do poder, que os liberais saem para o combate. O jornal *O Tebyreçá*, em resposta ao jornal *Sentinela da Monarquia*⁸⁰⁷, defende os paulistas e mineiros da acusação de conspiradores, critica as reformas regressistas e defende a monarquia constitucional e a liberdade:

(...) Vós é que sois os conspiradores, vós que puzestes em pedaços a Constituição do Estado com essa ‘alrunhaú’ lei de reformas judiciárias, com esse Conselho de Estado; parto da ambição de vossos amos!!! Sim miseráveis, uma e mil vezes o repetimos, os paulistas preferem a morte e a escravidão: preferem antes o maior dos martírios, do que ficarem debaixo do jugo do burlesco condestável, do couro de anta, e de toda essa súcia de infames regressistas; nós vol-o dizemos com toda a franqueza, porque estamos escudados com a Constituição e com o Monarcha; vossos dias de vida vão ser de pouca duração;vossa ruína está [ilegível] e para vossa queda não é preciso que sejamos conspiradores, nós somos a maioria da Nação e ella nunca conspirou contra as minorias⁸⁰⁸

O jornal *O Echo da Rasão*, também em fevereiro de 1842, reitera os motivos de suas críticas e reclamações:

⁸⁰⁶ O Ato Adicional à Constituição de 1824 foi votado na tentativa de corrigir-se a centralização excessiva e o unitarismo decorrente da Constituição. Neste sentido, a reforma da Constituição fez algumas concessões às Províncias, atendendo a uma reivindicação de caráter federalista, “tirando o poder excessivo do centro em favor de certo poder à periferia, do governo central às províncias, com autoridades eleitas, (...) fim do Conselho de Estado e da vitaliciedade do Senado, vistos como instrumentos do Poder Moderador” (IGLÉSIAS, 1993, p.149). Além disso, foram criadas as Assembléias Legislativas Provinciais. O Código do Processo Criminal, de 1832, conferia amplos poderes aos juizes de paz, eleitos pelo voto popular, resultando no fortalecimento dos municipios e dos chefes locais.

⁸⁰⁷ O jornal “Sentinela da Monarquia” era editado no Rio de Janeiro e partidário do Barão de Monte Alegre, então presidente da Província de São Paulo. O Barão de Monte Alegre substituiu Rafael Tobias de Aguiar por ocasião da ascensão do Gabinete Conservador e, portanto, sofria uma pesada oposição dos paulistas.

⁸⁰⁸ O Tebyreçá, n. 13, 9 fev. 1842, p.1.

Eis-nos chegados aos últimos apuros da paciência publica, eis-nos enfim nesse despenhadeiro horrível para onde nos chamão desde muito os actos desregrados, a espantosa devassidão e immoralidade da facção dominante. (...) O plano horrível de exterminar pelo bacamarte, e pelo punhal o grande partido da maioria; a criação de hum conselho de estado, que nada menos implica do que o estabelecimento de huma verdadeira oligarchia; as reformas do código, que destroem hua por hua todas as garantias do Cidadão livre, e colocão, nas mãos de huma facção rancorosa e corrupta a honra, a vida, e a fortuna dos Brasileiros, despertarão enfim o espirito publico; as vozes da opinião se dirigem pacificas ao trono imperial por via das Câmaras Municipais, e os ministros pela vez primeira, desde vinte anos, tolhem insolentemente a estas corporações, emmediatas representantes dos Municípios, o direito de petição, que he, pelo menos, para elas hum direiro consuetudinário⁸⁰⁹.

Nesses excertos podem ser identificados alguns traços do ideário republicano que estavam pautando a conduta de mineiros e paulistas. Os artigos dos jornais, as proclamações que fizeram no decurso do Movimento Armado de 1842⁸¹⁰, as representações das câmaras municipais enfatizam, exaustivamente, o posicionamento dos liberais em defesa da liberdade. *O Tebyreçá* assegura que “o nosso combate é só por causa dessas denominadas leis que acabão com nossa liberdade”⁸¹¹. Diante dessa ênfase, importa refletirmos acerca do significado da liberdade tão ardorosamente defendida por eles.

A liberdade, em uma concepção republicana, é definida enquanto “ausência de dominação”, entendendo-se dominação como submissão á “vontade e à interferência de alguém”. Na chave republicana, o conceito de liberdade não se restringe ao indivíduo, ao contrário, está associado à idéia de liberdade civil, ou seja, à ação dos cidadãos na esfera pública⁸¹². Dessa forma, a liberdade só pode ser alcançada a partir da atuação de todos os membros da sociedade e seus limites são estabelecidos pelas leis sancionadas por todos, não dependendo da vontade ou desejo dos homens no poder. A liberdade seria, então, “um poder de agir de acordo com as leis que são elaboradas e sancionadas pelo consenso do povo e de nenhum modo em oposição aos direitos naturais de uma única pessoa, ou ao bem da sociedade”⁸¹³.

⁸⁰⁹ Echo da Razão, n. 66, 18 fev. 1842, p.1-2.

⁸¹⁰ Essas proclamações foram publicadas pelo Cônego Marinho, em seu relato apaixonado do Movimento de 1842, além de constarem, algumas delas, no jornal *O Echo da Razão*.

⁸¹¹ O Tebyreçá, n. 14, suplemento, 22 fev.1842.

⁸¹² BIGNOTTO, Newton. Problemas atuais da teoria republicana. In: CARDOSO, Sérgio. Retorno ao republicanismo; SKINNER, Quentin. Liberdade antes do liberalismo.

⁸¹³ BAYLIN, Bernard. As origens ideológicas da Revolução Americana. p. 87.

Essa concepção possibilita-nos entender por que os liberais intitulavam-se “amigos da liberdade”, além de podermos compreender seus apelos em favor da mesma. Para eles, as leis regressistas desrespeitavam a “maioria da Nação”, pois expressavam a vontade dos que estavam no poder, ou seja, de uma “facção rancorosa e corrupta”, uma “oligarquia prostituída”. A criação do Conselho de Estado também significava um atentado à liberdade, pois “transforma[va] em pura oligarquia a Monarquia Constitucional Representativa”⁸¹⁴. É esse o sentido do Manifesto aos Mineiros, feito por José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, quando presidente interino da província, em 1842:

(...) e porque não bastasse a escravidão do povo, o aniquilamento das garantias constitucionais, para que mais se fortificasse a oligarquia que hoje domina o País, essa facção atentou contra a Coroa, escravizando-a por meio de um Conselho que se denominou de Estado, e que reduziu o Monarca a ouvir só, e unicamente, os membros dessa mesma facção, que a todo custo quer conservar o seu domínio exclusivo⁸¹⁵.

Pode-se perceber que a palavra escravidão é constantemente referenciada nos protestos, proclamações e representações dos liberais. Na verdade, o conceito de liberdade contrapõe-se ao de escravidão⁸¹⁶. Escravidão refere-se à privação da liberdade, ou seja, à situação em que um estado ou nação esteja “sujeito ou propenso a ter suas ações determinadas pela vontade de alguém que não os representantes do corpo político como um todo”, quando “sua capacidade de ação for, de alguma maneira, dependente da vontade de alguém que não o corpo de seus próprios cidadãos”⁸¹⁷. Assim, para os liberais, as leis regressistas lançavam o país na escravidão, por resultarem da vontade de um grupo, de uma facção. A “vontade geral”, criadora do Ato Adicional de 1834, estava sendo desrespeitada, lançando o país à tirania.

Na percepção do cônego Marinho, as leis do Regresso, ao promoverem a centralização e ao retirarem as regalias das províncias, rompiam com o princípio da divisão dos poderes e comprometia a soberania da nação. A Lei da Reforma Judiciária, ao promover a subordinação de todos os cargos ao Executivo, “destruiu a garantia dos direitos dos cidadãos, que é a independência dos poderes”⁸¹⁸.

⁸¹⁴ O Tebyreçá, n. 14, 22 fev. 1842, p. 2.

⁸¹⁵ MARINHO, José Antônio. História do Movimento Político de 1842. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997, p. 95.

⁸¹⁶ SKINNER, Quentin. Liberdade antes do liberalismo. p. 42.

⁸¹⁷ Idem. p. 49.

⁸¹⁸ MARINHO, José Antônio. História do movimento político de 1842. p. 69.

Os liberais certamente partilhavam da concepção dos revolucionários norte-americanos acerca da organização e localização da noção do poder do estado. Os ideólogos da Revolução Americana, afastando-se da noção de soberania dominante no pensamento político do século XVIII, propuseram que a soberania era divisível e que o poder não se restringia ao “centro”, à Coroa. Acreditavam em uma ordem política em que “os poderes do governo são separados e distinguidos e em que esses poderes são distribuídos entre os governos, cada governo tendo sua cota de autoridade e cada uma sua esfera distinta de atividade”⁸¹⁹.

Os norte-americanos, pautando-se por essa nova concepção de distribuição do poder, contribuíram para “tornar o federalismo um sistema lógico como também prático de governo”⁸²⁰. O Ato Adicional de 1834 incorporou essa inovação da Revolução Americana na medida em que vinculava o sistema político ao legislativo, criava as Assembléias Legislativas provinciais e garantia maior autonomia para as províncias.

O projeto centralizador, contrariando a emenda à Constituição, fortalecendo o executivo, ia de encontro à noção de soberania e de constituição que norteavam a proposta liberal. Na concepção republicana, o povo era o governo, constituía o poder:

Onde o governo era um espelho tão acurado do povo, sensivelmente refletindo seus desejos e sentimentos, o consentimento era um processo contínuo, cotidiano. Na verdade, o povo estava presente por meio de seus representantes, e estava ele próprio, passo a passo e ponto a ponto, atuando na conduta dos assuntos públicos. Não mais apenas uma restrição final ao governo, o povo era, em algum sentido, o governo. O governo não tinha existência separada do povo; (...) recebia sua autoridade do contínuo consentimento do povo⁸²¹.

Essa percepção de que o poder reside no povo aponta para uma concepção de pacto social característica da tradição republicana. Nessa tradição, a lei e a constituição são traços chave e garantem a “existência de uma esfera de bens comuns a um certo conjunto de homens”. Um regime republicano constitucional é, fundamentalmente, um “regime constitucional”, marcado pelo “império da lei”⁸²²(CARDOSO, 2004, p. 45). A lei alcança essa centralidade porque é a expressão do pacto, da fundação política⁸²³,

⁸¹⁹ BAYLIN, Bernard. As origens ideológicas da Revolução Americana. p. 196-197.

⁸²⁰ Idem. p. 212.

⁸²¹ Idem. p. 168.

⁸²² CARDOSO, Sérgio. Por que República? p. 54.

⁸²³ Nos regimes constitucionais, “as leis e regulações ordinárias, bem como as disposições do governo, derivam dos princípios que conferem sua forma à sociedade e em que tais estabelecimentos, postos acima

onde o povo é o autor das leis. A lei corporifica o bem público e a constituição do povo, expressando a vontade geral. A vontade geral

Designa uma ‘união de vontades’ ou uma mesma vontade expressa no pacto, pelo contratante, no sentido de renunciar a seus interesses particulares e de assumir como seu próprio o interesse coletivo. É, pois, a vontade de cada um, assim identificada às demais, generalizada por seu direcionamento para o bem comum (em função da cláusula única do pacto), a vontade que dá ‘existência e vida’ à pessoa pública, conferindo-lhe o ‘eu comum’ que representa o corpo político”.

Assim, prevalece a idéia de um “governo de leis”, onde todos os que mandam também obedecem. Um governo oligárquico, portanto, excluiria a maioria e desrespeitaria o pacto, representativo da vontade geral. A partir desses pressupostos podemos compreender as motivações dos liberais paulistas e mineiros ao saírem em defesa da constituição e ao rejeitarem as reformas regressistas. O jornal *O Tebyreçá* denuncia explicitamente a violação do pacto pelas medidas conservadoras do Regresso. No debate da Assembléia Provincial de São Paulo, publicado pelo jornal, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada declara:

(...) essas denominadas leis de reformas judiciárias, a do Conselho de Estado, e a que se discutia, não merecem semelhante nome, e nem respeito algum, por serem a mais flagrante violação do pacto fundamental do império. (...)

Paulistas, vós estais trahidos, a Constituição do Império foi rasgada e calcada aos pés; a religião do juramento foi um nome vão para o governo trahidor e sua maioria; a Monarquia Constitucional foi transformada em uma oligarquia de scelerados⁸²⁴.

A defesa da constituição perpassa todo o discurso dos liberais, expresso nos jornais, e é o argumento fundamental utilizado por eles para justificar suas atitudes e sua rebeldia. Todos os números do jornal *O Tebyreçá* iniciavam-se com o seguinte anátema:

Maldição aos traidores que comprometem o Monarcha! Maldição aos que se não levantarem para defender a Liberdade em perigo, e que não tomarem por divisa CONSTITUIÇÃO OU MORTE!!!

O jornal *O Echo da Razão* do dia 15 de junho de 1842 também é enfático na defesa da constituição e dos direitos dos rebeldes:

de todos, a protegem de todo interesse particular ou transitório, de toda vontade caprichosa ou arbitrária” (CARDOSO, 2004, p. 45).

⁸²⁴ O Tebyreçá, n. 14, 22 fev. 1842, p.3.

(...) a nossa província levanta-se também como hum gigante para esmagar os covardes! Na leal Barbacena retumbou já o echo da Liberdade! O ilustre nosso Patrício José Feliciano Pinto coelho da Cunha rodeado de hua porção de bravos, empunhou as armas para a defesa do Monarcha, e de nossos direitos! Unamo-nos a tão digno Chefe, e unidos brademos Constituição ou morte! A causa he justa, e Santa, e por consequência o seu triunfo he infalível. Sim he justa e Santa porque tem por fim salvar o Nosso Adorado Monarcha da coação em que o tem posto Ministros traidores, que zombam da sua inocência, e restabelecer em seu inteiro vigor a Constituição que todos juramos. Gritemos por isso Constituição ou morte⁸²⁵.

Os liberais mineiros e paulistas, como pode se observar em seus discursos, defendiam o monarca e a instituição da Monarquia. Esse posicionamento, contudo, não invalida a influência da tradição republicana em seu projeto de construção de um estado federativo. Para eles, era fundamental a um governo estar calcado no “império da lei”, não sendo relevante à forma de governo assumida pelo executivo⁸²⁶. Importava, sobretudo, aos liberais um governo legítimo, representativo da vontade geral, livre da oligarquia, da tirania e do absolutismo⁸²⁷.

Enfim, essa tradição republicana, em grande parte herdada dos fundadores da república dos Estados Unidos, inspirou a mineiros e paulistas a, inclusive, pegarem em armas em defesa de um projeto de Estado federativo para o Brasil. Não obstante o projeto de 1842 ter sido vencido, suas propostas e inspirações são importantes para esclarecer que o projeto centralizador saquarema, capitaneado pelos conservadores do Rio de Janeiro, não foi a única alternativa possível de construção do Estado brasileiro.

As disputas, embates e consensos que marcaram o processo de construção do Estado imperial foram vivenciados intensamente nas praças públicas, no parlamento, na imprensa, difundindo-se pelas redes de debates que interligavam a Corte, as províncias, os municípios. Nessas vivências, marcadas por apropriações do ideário liberal, os atores políticos construíram-se enquanto sujeitos e forjaram suas identidades e escolhas.

⁸²⁵ O Echo da Rasão, Barbacena, n. 79, 15 junho 1842, p. 2.

⁸²⁶ Essa percepção fundamenta-se em Rousseau: “Chamo, assim, república todo Estado regulado por leis, sob qualquer forma de administração [de governo] em que isto ocorra; pois só então o interesse público governa, e a coisa pública é alguma coisa. Todo governo legítimo é republicano””. Apud CARDOSO, Por que República?, p. 50.

⁸²⁷ Esta concepção republicana de governo já estava presente nos republicanos brasileiros da independência e nos integrantes da Confederação do Equador, em 1824. LEITE, Renato Lopes. Republicanos e libertários.

PALAVRAS FINAIS

Os anos que se seguiram à Independência, e em especial o período das Regências, foram marcados por intensas disputas políticas. A Abdicação provocou expectativas e incertezas. Pela primeira vez, homens que se fizeram nas andanças pelos caminhos provinciais, que vivenciaram empiricamente o valor da liberdade, tiveram o poder nas mãos.

Sabedores do valor da liberdade, esses homens moldados nas lides cotidianas das fazendas, das tropas e do comércio de abastecimento, perceberam-se como responsáveis pela construção do seu mundo. Assim, precisavam escolher a ordem social que desejavam construir. Eles conheciam o modelo monárquico, centralizador, herdado do Antigo Regime português. Por outro lado, no mesmo tempo que tangiam tropas e mercadorias, carreamos idéias. E as novas idéias, herdeiras da Revolução Francesa e do liberalismo norte-americano, seduziam suas mentes e apontavam múltiplas possibilidades para o Estado e a nação que se forjavam.

Temiam, é verdade, a anarquia e a fragmentação do território. Eles precisavam solucionar a questão do controle do poder local dos proprietários de terras, qualquer que fosse a configuração do estado escolhida, federalista ou centralizadora. Mas seus temores não impediram que esses “homens de uma espécie nova” se apropriassem das novidades de seu tempo, que fossem para a praça pública, para o teatro e para as livrarias debater as questões políticas que circulavam entre a Corte, as províncias, as vilas e arraiais. Não deixaram também de ler, comentar e interagir com os periódicos que circulavam por toda parte, interligando uma extensa rede de debate político e formando a opinião pública.

Os votantes e os eleitores, com a assistência de toda a população, freqüentemente compareciam à igreja matriz ou à Câmara para escolher seus representantes. Dessa forma, os debates e embates travados nas vilas e nas províncias prosseguiriam no Parlamento.

Ao vivenciarem cotidianamente essas experiências, ao apropriarem-se de maneiras diversas dos ideários liberais, atores e grupos políticos reordenaram-se em torno de diferentes projetos de construção do Estado e da Nação. Ao atuarem na arena pública, forjaram-se enquanto elites políticas.

O período regencial, enquanto “laboratório de formulações e de práticas políticas e sociais”, foi palco de debates e embates. Por isso torna-se extremamente atraente para o historiador, preocupado em captar a historicidade e a construção dos processos históricos. Por outro lado, torna-se instigante investigar os desdobramentos desses processos em disputa, entender como os vencidos acomodaram-se (ou não) após a consolidação do projeto vencedor.

Assim, a investigação sobre as vivências e atuações das elites políticas regionais, durante as Regências, não colocou um ponto final na questão. Ao contrário, a pesquisa ampliou as possibilidades de investigação sobre o tema. As questões da representação, das eleições, das identidades partidárias e do clientelismo podem ser redimensionadas. O Movimento Liberal de 1842 também precisa ser abordado a partir da perspectiva de reconhecimento da importância da atuação das elites regionais nas disputas políticas que marcaram a construção do Estado imperial.

Dimensionar o processo de construção do Estado e a atuação das elites regionais durante o processo de construção do Estado e a atuação das elites regionais durante a chamada Conciliação também pode ser um caminho profícuo. Resta ao historiador arregaçar as mangas e cumprir o seu papel de reescrever continuamente a História.

FONTES

1. FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Histórico Professor Altair Savassi (Barbacena) - AHMPAS

Inventários post-mortem do termo de Barbacena, 1SVC e 2SVC, 1830-1888 (1.113 inventários utilizados quantitativamente).

Inventários, testamentos, contas de testamentaria, ações cíveis do Termo de Barbacena (utilizados qualitativamente):

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana – AEAM

Processo de Habilitação à Ordem Sacra “*De genere et Moribus*” de Manoel Rodrigues da Costa, 1977, Armário 01. f. 09.

Processo *de genere et moribus* de José Joaquim Ferreira Armonde, 1805, A 14 P 0980.

Processo de habilitação *de vitae et moribus* de Justiniano da Cunha Pereira. 1822. A.15 P. 1095.

Processo matrimonial. Cx. 03, Pasta 251, Reg. 2508.

Casa dos Contos – Ouro Preto

Décimas dos anos de 1821 a 1825. Casa dos Contos, Microfilmes: Rolo 84 – Volume 1471. Fotogramas 679 – 691 (ano – 1821); Rolo 84 – Volume 1476. Fotogramas 751 – 763 (ano – 1822); Rolo 84 – Volume 1474. Fotogramas 720 – 732 (ano – 1823); Rolo 84 – Volume 1472. Fotogramas 692 – 705 (ano – 1825).

Arquivo da Família Armonde – Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis (reprodução fac-simile em ALBUQUERQUE, Antonio Luis Porto e. *Formação e apogeu da aristocracia agrária em Minas Gerais*).

Correspondência de Tristão Ramos da Silva a Marcelino José Ferreira. 11 de novembro de 1823.

Correspondência de Tristão Ramos da Silva a Marcelino José Ferreira. 01/05/1823.

Correspondência de Francisco Machado Coelho a Marcelino José Ferreira. 21/04/1823.

Correspondência de Manoel Machado Coelho a Marcelino José Ferreira. 10/06/1823.

Escritura de venda de duas sesmarias a Marcelino José Ferreira por Francisco da Costa Lage.

Carta comercial de José de Souza Carvalho a Marcelino Ferreira Armonde. 30/01/1846.

Fatura de venda de dez livros a Marcelino José Ferreira. Rio de Janeiro. 18/07/1838.

Procuração do Visconde de Prados a Hipólito Dorneles de Albuquerque Mello. Icaraí, 10 de julho de 1875.

Arquivo Público Mineiro - APM

SG, Cx. 79. Doc. 43.

Lista Nominativa de Habitantes do termo de Barbacena, 1831-1832, consultada a partir da base de dados elaborada pela professora Clotilde Paiva, do CEDEPLAR/UFMG.

SP-570, 1855. *Mapa Estatístico da População do Município de Barbacena*.

SP PP 1/11, Cx. 64-87, 91-107,143-156.

SP PP 1/33, Cx. 28-31.

2. FONTES IMPRESSAS

Biblioteca Nacional

- Comédia Club dos Anarchistas, composta pelo padre Justiniano da Cunha Pereira, em 1838 encontra-se na seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Foi utilizada a publicação *fac-símile* que pode ser acessada no site: <http://www.geocities.com/clubanar>

- Periódicos (cópia digital em CD-Rom):

- O Echo da Rasão, Barbacena, 1840-1842: n. 76-78, 89-90, 92-95, 133, 143-149, 151-159, 164-166, 174, 181-207, 210-211.
- O Parahybuna, Barbacena, 1837-1839: n. 76-78, 89-90, 92, 95, 133, 143-149, 151-159, 164-166, 174, 181-207,210-211.
- O Tebyreçá, n. 13-16, 19-21 – 1842 (cópia fac-símile, publicada em BONADIO, G. *A agonia liberal*).

Viajantes e publicistas:

- Viajantes:

BUNBURY, Charles James Fox. *Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 274-300.

MATOSO, Caetano Costa. *Diário da jornada que fez o ouvidor Caetano da Costa Mattoso para as Minas Gerais*. In: FIGUEIREDO, Luciano R. de A.; CAMPOS, Maria Verônica. (Coord.). *Códice Costa Mattoso: relação das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Mattoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, e vários papéis*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999.

MAWE, John. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. USP, 1978.

POLH, Johann E. *Viagem no interior do Brasil (1817-1821)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

WALSH, Robert. *Notícias do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1985. p. 114.

- Publicistas, Memorialistas e obras de referência:

BLUTEAU, D. Raphael. *Vocabulário portuguez latino*. Coimbra: Colégio das Artes Companhia de Jesus, 1712. Dicionário on-line, disponibilizado pelo ieb, USP.

BRASIL. Conselho Federal de Cultura. *As câmaras municipais e a independência*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1973. v. 1

OTTONI, Teófilo B. *Circular dedicada aos Srs. Eleitores pela Província de Minas Gerais*. São Paulo: Irmãos Ferraz, 1930.

MARINHO, José Antônio. *História do Movimento Político de 1842*. Belo Horizonte : Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1977.

VELLOSO, Herculano. *Ligeiras memórias sobre a Vila de São José nos tempos coloniais*. 2ª ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1955.

- Revista do Arquivo Público Mineiro - RAPM

Autos de criação da Villa de Barbacena na Comarca do Rio das Mortes. RAPM. Ouro Preto, v. 1, n. 1 jan./mar. 1896. p. 119 – 120.

RAPM (catálogo de sesmarias). Belo Horizonte, APM, n. 37, v. 1 e 2. 1988.

- Coleção das Leis do Império

Decreto de 26/03/1824. Manda proceder à eleição de Deputados e Senadores da Assembléia Geral Legislativa e dos Membros os Conselhos Gerais das Províncias. Disponível no site da Câmara dos Deputados.

Lei N. 387, de 19/08/1846. Lei regulamentar das eleições do Brasil. Disponível no site da Câmara dos Deputados.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALBUQUERQUE, Antônio Luiz Porto e. *Formação e apogeu da aristocracia rural em Minas Gerais, 1808-1888*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1988.

ALMEIDA, Carla. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial (1750 – 1822)*. 2001. 302 f. Tese (Doutorado em História) – ICHF, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

AMADO, Janaína. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos A. (org.). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

AMARAL, Alex Lombello. *O Astro de Minas contra a correnteza*. 2003. Monografia (Pós-Graduação lato sensu em História de Minas Gerais no século XIX) – UFSJ, São João del-Rei, 2003.

AMATO, Marta. Título Ferreira Armonde. In: _____. *Povoadores dos Caminhos do Ouro, genealogia das Minas Gerais*. V. 3. p. 175-187. Disponível em CD-ROM.

ANASTASIA, Carla. Salteadores, bandoleiros e desbravadores nas matas gerais da Mantiqueira (1783-1786). In: PRIORE, Mary del. (Org.) *Revisão do Paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de história*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

ANASTASIA, Carla; LEMOS, Carmen. Vila Rica: ocupação improvisada. *Oficina do Inconfidência*, Ouro Preto, v. 1, n. 0, p. 26 – 41. dez 1999.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Família, fortuna e poder no Império do Brasil, Minas Gerais, Campanha da Princesa (1799-1850)*. 2005. 356 f. Tese (Doutorado em História) – ICHF, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*, 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. USP, 1982. p. 167.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma Vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.

BAILYN, Bernard. *As origens ideológicas da Revolução Americana*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

BASTOS, Wilson de Lima. *A fazenda da Borda do Campo e o inconfidente José Aires Gomes*. Juiz de Fora: Ed. Paraibuna, 1992.

BASTOS, Wilson de Lima. *Mariano Procópio Ferreira Lage: sua vida, sua obra, sua descendência, genealogia*. 2. ed., Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1991.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda B, GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial português (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

- BIGNOTTO, Newton. Problemas atuais da teoria republicana. In: CARDOSO, Sérgio (Org.). *Retorno ao republicanismo*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.
- BOBBIO, Norberto et. al. *Dicionário de política*. 5. ed. Brasília: Editora UNB, 1993. v.1.
- BONADIO, Geraldo. *A Agonia do projeto liberal: o jornal O Tebyreçá e a Revolução de 1842*. Sorocaba: FUA, 1992.
- BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- _____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Julieta (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- BUENO, Beatriz Piccoloto Siqueira. Tecido urbano e mercado imobiliário em São Paulo: metodologia de estudo com base na Décima Urbana de 1809. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 13, n. 1, p. 59 – 97 jan. - jun., 2005.
- BURKE, Peter. (Org.). *A Escrita da História*. São Paulo: Unesp. 1992.
- CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista, 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CARDOSO, Sérgio. Por que República? Notas sobre o ideário democrático e republicano. In: _____ (Org.). *Retorno ao republicanismo*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.
- CARRARA, Ângelo Alves. Espaços urbanos de uma sociedade rural: Minas Gerais, 1808 – 1835. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 25, jul. 2001.
- CARVALHO, José Murilo de. Federalismo e centralização no Império brasileiro: história e argumento. In: _____. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- CARVALHO, José Murilo de. Barbacena: a família, a política e uma hipótese. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 20, jan. 1960.
- _____. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.
- _____. *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.
- CARVALHO, Sheldon Augusto Soares. *A Abolição da escravatura em Barbacena, 1771-1888*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 2008
- CASTRO, Paulo P. A experiência republicana, 1831-1840. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1964, v. 2, t. 2.
- CHAVES, Cláudia. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. Liberalismo brasileiro: uma ideologia de muitas caras. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 fev. 1985. Folhetim.

CUNHA, Pedro Otávio Carneiro da. A fundação de um império liberal: Primeiro Reinado, reação e revolução. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira* (Dir.) Tomo II: O Brasil Monárquico. 6ª edição. v. 1. São Paulo: Difel, 1985.

CUNHA, Rui Vieira da. Armond, por quê? *Revista ASPRAP*, n.6, 1999. p. 223-228.

_____. *O Parlamento e a nobreza brasileira*. Brasília: Senado Federal, 1979

_____. *Figuras e fatos da nobreza brasileira*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975.

DAVIS, Natalie Zemon. *O Retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DIAS, Maria Odila da Silva. A interiorização da metrópole, 1808- 1853. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822: Dimensões*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1986.

DUARTE, Regina Horta. *Noites circenses: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX*. Campinas, São Paulo : Editora da Unicamp, 1995.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v. 1.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro F., VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 61-89.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento: família e fortuna no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERREIRA, Gabriela Nunes. *Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e o Visconde de Uruguai*. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo; Ed. 34, 1999.

FERREIRA, José Cipriano Soares. Notas históricas: Barbacena em 1811/1812. *O Sericicultor*. Barbacena, n. 293, 23 abr. 1922.

FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

FIGUEIREDO, Luciano R. de A.; CAMPOS, Maria Verônica. (Coord.). *Código Costa Mattoso: relação das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Mattoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, e vários papéis*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999.

FRAGOSO, João, MARTINS, Maria Fernanda. *Grandes negociantes e elite política nas últimas décadas da escravidão, 1850-1880*. In: FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda (Orgs.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo nacional, 1992.

FRAGOSO, João. *Potentados coloniais e circuitos imperiais: notas sobre uma nobreza da terra, supracapitanias nos Setecentos*. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo F.; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da. (orgs.). *Optima Pars: elites ibero-americanas no Antigo Regime*. Lisboa: ICS Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

FRAGOSO, João; PITZER, Renato R. Barões, homens livres pobres e escravos: notas sobre uma fonte múltipla —inventários *post-mortem*. *Arrabaldes*, Rio de Janeiro, n. 2, v. 1, p. 29-52, set./dez. 1988.

FLORY, Thomas. *El juez de paz y el jurado en el Brasil Imperial, 1808-1871: control social e estabilidad política en el nuevo Estado*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 10. Ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

FURTADO, João Pinto. *O manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

FURTADO, Júnia Ferreira. Homens de negócios: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 151, 149-196.

FURTADO, Wilton Xavier. *Ensaio genealógico da família Marques da Silva*. Mimeo.

GALVÃO, Miguel Arcanjo. *Relação dos cidadãos que tomaram parte no governo do Brasil no período de março de 1808 a 15 de novembro de 1889*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1969.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In: _____. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *Negociantes mineiros depois da travessia dos tempos coloniais*. *Tempo*. Rio de Janeiro, n. 15, p. 93-110, 2003.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *Jogando caxangá: notas sobre as divisões jurídico-administrativas na Comarca do Rio das Mortes durante o século XIX*. *Vertentes*, São João del-Rei, n. 7, p. 29-37, jan./jun. 1996.

_____. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João Del-Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

GRAHAM, Richard. *Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado*. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/v0105-mesa1.html>. Consultado em: 18/01/2007.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

_____. *Mecanismos de integración en el Brasil del siglo XX*. In: ANNINO, Antonio, LEIVA, Luis Castro, GUERRA, François-Xavier (Dir.). *De los imperios a las naciones: Iberoamerica*. Zaragoza: Ibercaja, 1994.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750). *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, UFMG, n. 2, 1986 p. 7-37.

GUIMARÃES, Geraldo. O caminho novo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei*. v. 4. p. 27-43, 1986.

GUIMARÃES, Geraldo. Povoamento das Minas Gerais. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei*. V. V; p. 39-48, 1987.

GUIMARÃES, LÚCIA Maria Paschoal. Liberalismo moderado: postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831-1837). In: GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal, PRADO, Maria Emília. (orgs.). *O Liberalismo no Brasil imperial: origens, conceito e práticas*. Rio de Janeiro: Revan, UERJ, 2001.

HAMEISTER, Martha Daisson. *O continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c.1727 - c.1763)*. 2002. 267 f. Dissertação. (Mestrado em História Social) – IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

HORTA, Cid Rebelo. Famílias governamentais de Minas. *II Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte, UFMG, 1956.

IGLÉSIAS, Francisco. O cônego Marinho e 1842. In: MARINHO, José Antonio. *História do Movimento Político de 1842*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977.

IGLÉSIAS, Francisco. *Política econômica do governo provincial mineiro (1835-1889)*. Rio de Janeiro: MRC/INL, 1958.

_____. *Trajatória política do Brasil, 1500-1964*. 2. ed. São Paulo : Companhia das Letras, 1993.

JULLIARD, Jacques. A Política. In: LE GOFF, Jacques. & NORA, Pierre. *Nova História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *A evolução patrimonial da família Ferreira Armonde através de três gerações (Comarca do Rio das Mortes – Minas Gerais, 1751-1850)*. In: _____ GUIMARÃES, Elione; MOTTA, Márcia Maria Menendes (Orgs.). *Campos em disputa: história agrária e companhia*. São Paulo: Annablume; Núcleo de Referência Agrária, 2007

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4. ed. Campinas: Editora UNICAMP, 1996.

_____. *São Luís*. São Paulo: Record, 1999.

LEITE, Renato Lopes. *Republicanos e libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro, 1822*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVI*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 46-47.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Julieta (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O nome e o sangue: uma parábola familiar no Pernambuco colonial*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.
- NOGUEIRA, Octaviano; FIRMO, João Sereno. *Parlamentares do Império*. Brasília, DF: Senado Federal, 1973.
- MAIA, Ricardo Arreguy. “*Jogo de compadres*”: a política partidária na Província de Minas Gerais. 1991. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – UFMG, Belo Horizonte, 1991.
- MARINHO, José Antônio. *História do Movimento Político de 1842*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1977.
- MARTINS, Maria do Carmo Salazar. Revisitando a província: comarcas, Termos, distritos e população de Minas Gerais em 1833-1835. In: *V Seminário da economia mineira*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1990.
- MARTINS, Roberto B. *A economia escravista mineira no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1983.
- MASSENA, Nestor. *Barbacena: a terra e o homem*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985.
- MATTOS, Ilmar R. de. *O tempo saquarema*. São Paulo: HUCITEC, Brasília: INL, 1987.
- _____. La experiencia del Imperio en Brasil. In: ANNINO, Antonio, LEIVA, Luis Castro, GUERRA, François-Xavier (Dir.). *De los imperios a las naciones: Iberoamerica*. Zaragoza: Ibercaja, 1994.
- _____. Vidas exemplares, arquivos notáveis. In: ALBUQUERQUE, Antônio Luiz Porto e. *Formação e apogeu da aristocracia rural em Minas Gerais, 1808-1888*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1988.
- MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- NEVES, Lúcia M. B. Pereira. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- _____. Liberalismo político no Brasil: idéias, representações e práticas (1820-1823). In: GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal, PRADO, Maria Emília. (orgs.). *O Liberalismo no Brasil imperial: origens, conceito e práticas*. Rio de Janeiro: Revan, UERJ, 2001.
- OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Tramas políticas, redes de negócios. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; FAPESP, 2003.
- OLIVEIRA, Leda Maria de. *O movimento político de 1842: o protesto armado da elite liberal mineira*. 1983. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 1983.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira, 1780-1870*. 1999. Tese (Doutorado em História) – UFF, Niterói, 1999.

PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. 1996. Tese (Doutorado em história Social) – USP, São Paulo, 1996.

PEIXOTO, Antônio Carlos. Liberais ou conservadores? In: GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal, PRADO, Maria Emília. (orgs.). *O Liberalismo no Brasil imperial: origens, conceito e práticas*. Rio de Janeiro: Revan, UERJ, 2001. p. 11-29. PRADO, Maria Emília. Ordem liberal, escravidão e patriarcalismo: as ambigüidades do Império do Brasil. In: GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal, PRADO, Maria Emília. (orgs.). *O Liberalismo no Brasil imperial: origens, conceito e práticas*. Rio de Janeiro: Revan, UERJ, 2001.

PEREIRA, Jorge da Cunha. *Justiniano da Cunha Pereira: dados biográficos*. Disponível em <http://www.geocities.com/clubanar/justport.htm>. Consultado em 24/04/2007.

PINHEIRO, Fábio W. *O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata c. 1809- c. 1830*. Dissertação (Mestrado em História) – IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

POCOCK, G. *The machiavellian moment*. Princenton: Princenton University Press, 1975.

RÉMOND, René. (org.) *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

_____. O Retorno do Político. In: CHAUVEAU, Agnès. et al. *Questões para História do Presente*. São Paulo: EDUSC, 1999.

RESENDE, Edna Maria. *Entre a solidariedade e a violência: valores, comportamentos e a lei em São João Del-Rei, 1840-1860*. 1999. 153 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

RESENDE, Edna Maria. *Entre a solidariedade e a violência: valores, comportamentos e a lei em São João del-Rei, 1840-1860*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG; Fapemig; Barbacena: UNIPAC, 2008. (Coleção Olhares).

RIBEIRO, Alexandre Muzzi de Paula. *Avantes, Liberais: o imaginário da Revolução de 1930 em Barbacena*. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – UFRJ, Rio de Janeiro, 1996.

RICCI, Magda. *Assombrações de um padre regente: Diogo Antônio Feijó (1784-1843)*. Campinas: Editora da Unicamp, Cecult/IFHCl, 2001.

ROCHA, Justiniano José da. Ação; reação; transação. Duas palavras acerca da atualidade política do Brasil. In: MAGALHÃES JR., Raimundo (org.). *Três panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo: Nacional, 1956.

RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo*. 2002. 318 f. Dissertação (Mestrado em História) – FFLCH, USP, São Paulo, 2002.

ROMEIRO, Adriana. *Um Visionário na Corte de D. João V: revolta e milenarismo nas Minas Gerais*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2001.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n.30, p. 9-22, 1995.

RUSSEL WOOD, A. J. R. O governo local na América Portuguesa: um estudo de divergência cultural. *Revista de História*, São Paulo, v. 55, n. 109, p. 25-79, jan.-mar 1977

SAINT-HILLAIRE, August. *Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1975.

SAVASSI, Altair. *Barbacena: 200 anos*. 2. ed. Belo Horizonte: Lemi, 1991. V. 1.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHOOR, Eduardo. *Os senhores dos caminhos: a elite na transição para o século XIX*. In: PRIORE, Mary del. (Org.) *Revisão do paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SEABRA, Elizabeth Aparecida Duque. *A escrita e a fala: idéias de monarquia e república nos folhetos e periódicos políticos (1821-1825)*. 1999. 199 f. Dissertação (Mestrado em História) – Fafich, UFMG, Belo Horizonte, 1999.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SKINNER, Quentin. *Liberdade antes do liberalismo*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

SILVA, Vera Lúcia Cardoso. *Monarquia e Primeira República: a natureza do pacto de dominação segundo interpretações correntes na historiografia*. *Cadernos do DCP/Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, n. 8, p. 132-150, 1990.

SILVA, Wlamir. *“Liberais e Povo”*: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). 2002. 387 f. Tese (Doutorado em História) – IFCH/UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

_____. *Desafiando Leviatã: sociedade e elites políticas em interpretações do Estado imperial brasileiro*. *Vertentes*, São João del-Rei, n. 11, p. 15-22, jan./jun. 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SLEMIAN, Andréa. *Os canais de representação política nos primórdios do Império: apontamentos para um estudo da relação entre Estado e sociedade no Brasil (c. 1822 – 1834)*. *LOCUS: revista de história*. Juiz de Fora: Programa de Pós-graduação em História/Departamento de História, v. 13, n. 01, p. 34-51, 2007.

SLENES, Robert. *Os Múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Campinas: Unicamp, 1985.

TEIXEIRA, Adriano Braga. *População, sistema econômico e poder na transição do século XVIII para o século XIX em Minas colonial -1791-1822*. 2007. 189 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

THOMPSON, Edward P. *Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial*. In: _____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TORRES HOMEM, Francisco Sales. *O libelo do povo*. In: MAGALHÃES JR., Raimundo (org.). *Três panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo: Nacional, 1956.

TRINDADE, Raimundo (Cônego). *Velhos troncos mineiros*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1955. 3 v.

VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetivo, 2002.

VALE, Dario Cardoso. *Memória histórica de Prados*. 2. ed. rev. e aumentada. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 2000.

VEIGA, José Xavier da. *Efemérides mineiras*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais. Fundação João Pinheiro, 1998. 4 v. em 2.

VEIGA, J. P. Xavier da. A imprensa em Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, v. 3, 1987, p. 169-239.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Caminho Novo: a longa duração. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 21, p. 181-189, jul. 1999.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Comércio e fronteira em Minas Gerais colonial. In: FURTADO, Júnia F. (Org.) *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

ZICO, José Tobias. *Caraça: ex-alunos e visitantes*. Belo Horizonte, s.i., 1979.

ANEXOS

QUADRO II

| RELAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS DO TERMO DE BARBACENA COM FORTUNA SUPERIOR A 50:000\$000 DE RÉIS, 1830-1888 | | | | | | |
|---|------|--|--|------|----------|------------|
| Cx. | Ord. | Inventariado | Inventariante | Data | Escravos | Monte- mor |
| 87 | 3 | JOAQUIM GOMES LEAL | ANTONIO GOMES LEAL | 1833 | 33 | 51621670 |
| 151 | 3 | CARLOS JOSE PEREIRA | CARLOS JOSE PEREIRA | 1880 | 13 | 50409115 |
| 38 | 26 | MANOEL JACINTO DE FARIA E OUTROS | JUIZO MUNICIPAL DA CIDADE DE BARBACENA | 1868 | 34 | 52057200 |
| 131 | 16 | MARIA CLAUDIANA DE SAO JOSE | ELIAS GONCALVES CAMPOS | 1858 | 20 | 52297080 |
| 98 | 12 | PRUDENCIANA SENHORINHA MEIRELES | ANTONIO CARLOS LADEIRA (TENENTE) | 1875 | 10 | 52491440 |
| 6 | 8 | MARIA IGNACIA DA ASSUMPCAO | JOAO DE DEOS DUQUE | 1846 | 24 | 52822100 |
| 37 | 10 | MARTINHO JOSE PINTO E OUTROS | - | 1871 | 35 | 52889740 |
| 98 | 3 | MARIA ANTONIA GUILHERMINA | JOSE MAXIMINIANO VELHO | 1874 | 14 | 53063410 |
| 186 | 2 | ISABEL MARIA DA CONCEICAO DE SOUZA LACERDA | FRANCISCO CORREIA PEREIRA DE LACERDA | 1870 | 23 | 53436050 |
| 169 | 1 | MARIA NARCISA DE JESUS | MANOEL JACINTO DE OLIVEIRA | 1879 | 15 | 54531850 |
| 89 | 20 | MARIA DO CARMO DE JESUS E OUTRO | MARIA DO CARMO DE JESUS E OUTRO | 1875 | 20 | 54915460 |
| 149 | 1 | FRANCISCA DE PAULA VILAS BOAS AMADO | ANTONIO JOSE DO VALE AMADO | 1849 | 78 | 55104150 |
| 80 | 5 | RITA LUCINDA DE PAIVA | CARLOS NOGUEIRA DA SILVA (TENENTE) | 1881 | 15 | 55403000 |
| 97 | 16 | LUIZ ANTONIO DA SILVA (CAPITAO) | ANA MARCELINA QUITERIA DO ESPIRITO SANTO | 1845 | 47 | 56177355 |
| 99 | 17 | MANOEL MARIA DE SA FORTES | DELFINA IRIA DE SA | 1868 | 13 | 57997320 |
| 23 | 3 | LUIZ RODRIGUES PINTO PEREIRA | MARIANA ANTONIA DE JESUS | 1866 | 39 | 60687426 |
| 92 | 16 | CLARA MARIA DE JESUS | LUIZ GONZAGA DE MATTOS LIMA | 1871 | 32 | 63053707 |

| | | | | | | |
|-----|----|--|--|------|-----|----------|
| 40 | 7 | FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA CUNHA | RITTA CANDIDA RAIMUNDA | 1861 | 29 | 63202400 |
| 142 | 12 | LUCINDA MARIA DA CUNHA | MANOEL DA CUNHA RODRIGUES | 1866 | 36 | 63464400 |
| 62 | 7 | JOAQUIM RODRIGUES COSTA (FILHO) | JOAQUIM RODRIGUES COSTA (PAI) | 1886 | 15 | 63859726 |
| 97 | 9 | MARIANA ANTONIA DE JESUS | LOURENCO PEREIRA DA CUNHA | 1846 | 58 | 64252230 |
| 129 | 19 | MANOEL INACIO DA SILVA | JOANA CANDIDA INACIA | 1869 | 38 | 66682170 |
| 6 | 11 | ANTONIA JOAQUINA RIBEIRA | JOSE FRANCISCO DE MOURA | 1846 | 65 | 67509412 |
| 93 | 8 | JOAO MANOEL DE OLIVEIRA BRAZL E OUTROS | LUIZA THEREZA DE OLIVEIRA MARQUES | 1886 | 0 | 68872800 |
| 54 | 8 | MARIA DA LUZ | MANOEL PEREIRA LOPES | 1864 | 7 | 70264200 |
| 54 | 6 | ANTONIO MIGUEL DE SOUSA (?) | ANTONIO JOSE DE ABRANCHES (SARGENTO-MOR) | 1833 | 80 | 72270680 |
| 159 | 20 | JOAQUIM RODRIGUES DA COSTA | IGNACIA MARIA DE JESUS | 1883 | 23 | 72347309 |
| 156 | 16 | FREDERICO JOSE CARDOSO DE ABRANCHES | PEDRO JOSE DE ABRANCHES | 1833 | 157 | 72771680 |
| 131 | 1 | FRANCISCO GOMES TEIXEIRA | MARIA CANDIDA DE JESUS HONORIA | 1884 | 15 | 72927245 |
| 50 | 7 | MARIA DO ROSARIO DE JESUS | FRANCISCO BENTO NOGUEIRA (CAPITAO) | 1871 | 15 | 73862186 |
| 146 | 21 | MANOEL PEREIRA ASSIS ALVIM E OUTROS | JOSE PEREIRA DE ALVIM (CAPITAO) E OUTRO | 1842 | 64 | 74370478 |
| 22 | 25 | CARLOS NOGUEIRA DA SILVA | FRANCISCA ROMANA NOGUEIRA | 1868 | 24 | 76417500 |
| 177 | 35 | JACINTO RODRIGUES DA CUNHA | ANA OLINA OLOIA DE SAO JOSE | 1870 | 35 | 78424700 |
| 25 | 12 | JOSE CAETANO RODRIGUES HORTA | MARIA JOSE ABREO | 1843 | 97 | 78772900 |
| 294 | 5 | JOSE ANTONIO HENRIQUES | FEICIA ROSA DE JESUS | 1847 | 63 | 82203340 |
| 24 | 22 | MARIA DO CARMO DE JESUS | SEVERINO JOSE AFONSO | 1868 | 40 | 83180710 |

| | | | | | | |
|-----|----|---------------------------------------|--|------|----|-----------|
| 131 | 17 | MARIA CANDIDA DA COSTA | MANOEL INACIO DE ALMEIDA | 1858 | 43 | 83539260 |
| 116 | 3 | VENANCIA MARIA CANDIDA DELGADO MOTTA | FORTUNATO MENDES FERREIRA (MAJOR) | 1858 | 52 | 84764000 |
| 101 | 3 | SENHORINHA CAMILLA DE CAMPOS ASSIS | FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA CUNHA | 1870 | 28 | 87603125 |
| 31 | 29 | TITO ANTONIO DE JESUS | MARIA SENHORINHA DE JESUS | 1847 | 80 | 87742000 |
| 27 | 6 | SENHORINHA HENRIQUETA DE ARAUJO | JOAQUIM MANOEL ALVES DE ARAUJO (MAJOR) | 1867 | 41 | 88403500 |
| 29 | 7 | FRANCISCO RABELLO DA FONSECA | MARIA EMERENCIANA DA FONSECA | 1885 | 22 | 88644900 |
| 58 | 20 | ANNA BENEDITA DE AVILA E OUTROS | SIMAO FERREIRA DA SILVA | 1847 | 49 | 89147895 |
| 99 | 9 | JOAQUIM RODRIGUES DA FONSECA | FRANCISCA DE PAULA DA FONSECA | 1868 | 33 | 89450480 |
| 90 | 2 | ANA CANDIDA DE SA | JOSE JORGE DE AS | 1875 | 40 | 89501525 |
| 67 | 13 | BALBINA AUGUSTA DE OLIVEIRA | JOAQUIM AUGUSTA DE OLIVEIRA | 1878 | 4 | 95094405 |
| 4 | 12 | LINO JOSE FERREIRA ARMOND (CORONEL) | ANA QUITERIA UMBELINA DE BARBOSA | 1865 | 39 | 97018294 |
| 74 | 10 | MARIA BARBARA DE AZEVEDO | JOSE RODRIGUES COSTA (MAJOR) | 1876 | 48 | 97019500 |
| 106 | 8 | JOSE BENTO COSTA AZEDIAS (COMENDADOR) | ANTONIA AUGUSTA DE VILLAS BOAS | 1854 | 23 | 101404303 |
| 99 | 15 | LUIZA THEREZA DE OLIVEIRA | ANTONIO MARQUES DA SILVA PEREIRA (MAJOR) | 1868 | 8 | 101468294 |
| 14 | 8 | ANNA ROSA UMBELINA DE BARBOSA | JOSE FANCISCO DE MIRANDA (SARGUENTO-MOR) | 1841 | 99 | 103041400 |
| 95 | 15 | ANTONIO DA CUNHA SOUZA | LOURENCO BERNARDES DE SOUZA (ALFERES) | 1844 | 92 | 106336080 |
| 66 | 24 | JOANNA RITTA DE OLIVEIRA E OUTROS | FULGENCIO CARVALHO DE OLIVEIRA | 1880 | 44 | 106703080 |
| 46 | 4 | JOSE RIBEIRO NUNES | CARLOTA THEOTONIA DA SILVA | 1868 | 26 | 107632586 |
| 64 | 1 | DOMINGOS ANTONIO DIAS | ANNA CUSTODIA PIRES | 1861 | 30 | 112979938 |

| | | | | | | |
|-----|----|-------------------------------------|--|------|-----|-----------|
| 6 | 18 | HIPOLITA MARIA ROZA | FELISBERTO FRANCISCO DE PAIVA | 1839 | 51 | 115530000 |
| 129 | 5 | CARLOS DE AS FORTES (CORONEL) | RITA LEOCADIA DE SA | 1869 | 109 | 117229450 |
| 73 | 1 | SILVANIA ROZA DE JESUS | ANTONIO FRANCISCO COELHO | 1876 | 36 | 118384931 |
| 291 | 9 | | DOMINGOS JAIME FERREIRA DE CASTRO | 1865 | 40 | 122071358 |
| 14 | 9 | ANNA BERNARDA DE SAM JOSE | JOAO GONCALVES DE GOUVEIA | 1850 | 99 | 125991720 |
| 76 | 3 | MARIA FRANCISCA DE ASSIS ARAUJO | ANTONIO BENEDITO DE ARAUJO (CAPITAO) | 1875 | 56 | 129927830 |
| 79 | 8 | MANOEL MARIA DE SA FORTES | MARIA LUIZA DE SAS | 1888 | 0 | 130546196 |
| 148 | 19 | CARLOTA LEOPOLDINA LAGE | URBANO AUGUSTO DE OLIVEIRA PENNA | 1880 | 3 | 131510900 |
| 118 | 5 | LINO JOSE FERREIRA ARMOND (CORONEL) | FLAVIO JOSE FERREIRA ARMOND (CAPITAO) | 1864 | 19 | 134203163 |
| 155 | 1 | GUILHERMINA AUGUSTA DE LIMA | RICARDO ANTONIO DE LIMA (DOUTOR) | 1872 | 41 | 136613027 |
| 21 | 25 | JOAQUINA FELISBINA DE JESUS | JOAO ALMEIDA RAMOS (CAPITAO) | 1875 | 70 | 137306554 |
| 56 | 27 | BARAO DE CARANDAHY | FRANCISCA CANDIDA DE ASSIS LAGE | 1875 | 3 | 142347238 |
| 99 | 3 | FRANCISCO URBANO ALVIM | JOAQUIM URBANO FERREIRA DA SILVA (MAJOR) | 1879 | 32 | 144998130 |
| 136 | 13 | FRANCISCA DE PAULA FONCECA | JOSE JOAQUIM RODRIGUES DA FONCECA | 1864 | 49 | 148818000 |
| 292 | 54 | MARIA JOSE DE SANTANA | MARIANO JOSE FERREIRA ARMOND (CAPITAO) | 1837 | 44 | 150328127 |
| 69 | 4 | MARIA EMERENCIANA DA FONSECA | JOSE IDELFONSO RABELLO (CAPITAO) | 1882 | 42 | 161746920 |
| 74 | 2 | CAMILLA MARIA FERREIRA | ANTONIO JOSE FERREIRA ARMOND | 1852 | 30 | 172725751 |
| 50 | 8 | MARIA ROZA ALEXANDRINA | FRANCISCO HERMENEGILDO RODRIGUES VALLE (CAPITAO) | 1872 | 10 | 174806319 |
| 25 | 18 | HENRIQUE AUGUSTO DE OLIVEIRA DINIZ | FRANCISCO JOSE DINIZ | 1887 | 10 | 180820229 |

| | | | | | | |
|-----|----|--|--|------|------|-------------|
| 69 | 20 | FRANCISCO JOSE DINIZ (CAPITAO) | AMBROSINA AUGUSTA DINIZ | 1876 | 16 | 182153660 |
| 2 | 6 | CARLOTA THETONIA DA SILVA | MANUEL RIBEIRO NUNES (CAPITAO) | 1862 | 68 | 182634360 |
| 139 | 11 | FRANCISCO LEITE RIBEIRO DE OLIVEIRA | PETRONILHA OLYMPIA VIDAL | 1876 | 8 | 187161150 |
| 74 | 12 | JOAQUIM URBANO FERREIRA ALVIM (MAJOR) | RITA DE CASSIA ALVIM | 1876 | 62 | 200055180 |
| 69 | 6 | JOAQUINA POLICENA DE PAULA CAMPOS | VITAL ANTONIO DE CAMPOS (CAPITAO) | 1888 | 0 | 228985417 |
| 32 | 19 | ANTONIO TEXEIRA DE CARVALHO, SUA MULHER E OUTROS | JOAO GUALBERTO TEIXEIRA DE CARVALHO | 1860 | 78 | 275125397 |
| 40 | 24 | JOSE RIBEIRO NUNES | MARIANA CANDIDA DE ASSIS BARBOSA | 1881 | 32 | 291627747 |
| 100 | 14 | FERNANDO AUGUSTO DA SILVA CANEDO (TENENTE CORONEL) | GUILHERMINA THEODOLINA AUGUSTA CANEDO | 1868 | 12 | 300274470 |
| 96 | 20 | ANA QUITERIA UMBELINA BARBOSA | FRANCISCO FERREIRA ARMOND E OUTRA | 1845 | 132 | 321751000 |
| 281 | 1 | MANOEL MARIA DE SA FORTES | CARLOS DE SA FORTES (TENENTE-CORONEL) | 1876 | 129 | 477090743 |
| 2 | 10 | GUILHERMINA THEODOLINA AUGUSTA CANEDO | JOAO FERNANDES D'OLIVEIRA PENNA (COMENDADOR) | 1862 | 35 | 537659340 |
| 166 | 13 | MARIANO PROCOPIO FERREIRA LAGE (COMENDADOR) | LINO JOSE FERREIRA ARMOND (CORONEL) | 1871 | 16 | 630698109 |
| 61 | 17 | JOSEPHINA CAMILLA GOMES DE SOUZA (CONDESSA DE PRADOS) | CAMILLO MARIA FERREIRA ARMOND (CONDE DE PRADOS) | 1885 | 0 | 720673828 |
| 122 | 23 | - | MARIANO PROCOPIO FERREIRA LAGE (COMENDADOR) | 1872 | 14 | 899609000 |
| | | | | | 3473 | 12223513948 |

Fonte: AHMPAS, 1SVC e 2SVC, 1830-1888.

QUADRO III

| OCUPAÇÃO DOS HABITANTES DO TERMO DE BARBACENA POR SEXO E CONDIÇÃO, 1831 | | | | | | | | | |
|---|--------|-----|----------|----|----------|----|------------|-----|-------|
| OCUPAÇÃO | LIVRES | | ESCRAVOS | | LIBERTOS | | NÃO CONSTA | | TOTAL |
| | H | M | H | M | H | M | H | M | |
| Administrador (assalariado) | 2 | | | | | | | | 2 |
| Administrador de Regimento | 1 | | | | | | | | 1 |
| Advogado | 3 | | | | | | 1 | | 4 |
| Afilador | 1 | | | | | | | | 1 |
| Agência | 3 | | | 6 | | | | | 9 |
| Agricultor | 115 | 1 | 212 | 2 | 12 | 1 | 92 | | 435 |
| Alfaiate | 8 | | 12 | | 2 | | 0 | | 40 |
| Arrendatário | 1 | | | | | | 5 | 1 | 7 |
| Arreiro | 1 | | 4 | | | | 1 | | 6 |
| Barbeiro | | | 4 | | | | 1 | | 5 |
| Barqueiro | | | 2 | | | | 3 | | 5 |
| Boiadeiro | 34 | | | | 7 | | | | 34 |
| Bordadeira | | 7 | | | | | | | 7 |
| Caçador | 2 | | | | | | 1 | | 3 |
| Caixeiro | 12 | | 5 | | | | | | 17 |
| Caldeireiro | 1 | | | | | | | | 1 |
| Camarada de tropa | | | | | 2 | | 2 | | 4 |
| Campeiro | 1 | | 4 | | | | | | 5 |
| Carcereiro | | | | | | | 1 | | 1 |
| Carpinteiro | 30 | | 58 | | 8 | | 30 | | 126 |
| Carreiro | 8 | | 13 | | 0 | | 3 | | 24 |
| Cultiva chácara | | | | | | | | 1 | 1 |
| Chapeleiro | 1 | | | | | | 4 | | 5 |
| Faz chicote | | | | | | | 1 | | 1 |
| Cirurgião | 2 | | | | | | 1 | 3 | |
| Clérigo | 4 | | | | | | 1 | | 5 |
| Com. De Regimento | 1 | | | | | | | | 1 |
| Costureira | | 248 | | 29 | | 29 | | 127 | 483 |
| Cozinheira | 1 | 3 | 10 | 89 | | 1 | | 3 | 107 |
| Criador de gado | 7 | 3 | | | | | | | 10 |
| Curandeiro | 1 | | | | | | | | 1 |
| Vive de curtir couros | 1 | | | | | | | | 1 |
| Derrubador | 3 | | 4 | | | | | | 7 |
| Doceira | | 4 | | | | | | 8 | 12 |
| Médico | 2 | | | | | | | | 2 |
| Engenho | 3 | | | | | | | | 3 |
| Escrivão | 5 | | | | | | 1 | | 6 |
| Estudante | 1 | | | | | | | | 1 |
| Fábrica de fumo | 3 | | | | | | | | 3 |
| Fábrica de pólvora | 1 | | | | | | | | 1 |
| Boticário | 2 | | | | | | | | 2 |
| Fazendeiro | 39 | 2 | | | | | | | 41 |
| Feitor | 13 | | 2 | | | | 2 | | 17 |
| Ferreiro | 27 | | 31 | | 4 | | 25 | | 87 |

| | | | | | | | | | |
|--------------------------|---|---|---|--|--|--|---|---|---|
| Administrador de correio | | | 1 | | | | | | 1 |
| Tabelião | 1 | | | | | | 1 | | 2 |
| Aprendiz de seleiro | 1 | | | | | | | | 1 |
| Peareiro | 2 | | | | | | | | 2 |
| Lavrador e padre | 4 | | | | | | | | 4 |
| Lavrador e curtume | 2 | | | | | | | | 2 |
| Costureira e cozinheira | | | | | | | 1 | | 1 |
| Agric. Fábrica fumo | 1 | 1 | | | | | | | 2 |
| Lapidário | 1 | | | | | | | | 1 |
| Agricultor e ourives | | | | | | | 1 | | 1 |
| Contador (Juízo) | 1 | | | | | | | | 1 |
| Agricultor negociante | 1 | | | | | | | | 1 |
| Agric. Fábrica cal | 1 | | | | | | | | 1 |
| Lavoura fábrica café | 1 | | | | | | | | 1 |
| Falquejador | | | 1 | | | | | | 1 |
| 706 | | | | | | | 1 | 3 | 4 |
| 729 | | | 1 | | | | | | 1 |
| 735 | 1 | | | | | | 1 | | 2 |
| 738 | | | | | | | 1 | | 1 |

Fonte: APM, Lista nominativa de Habitantes do Termo de Barbacena, 1831-32.

QUADRO IV
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DO AHMPAS- BARBACENA

| 1SVC | | | | | |
|-------|-------|-------------------------|--|---|------|
| Caixa | Ordem | Tipodoc | Inventariante | Inventariado | Data |
| 2 | 6 | INVENTARIO | CARLOTA THETONIA DA SILVA | MANUEL RIBEIRO NUNES (CAPITAO) | 1862 |
| 2 | 10 | INVENTARIO | GUILHERMINA THEODOLINA AUGUSTA CANEDO | JOAO FERNANDES DE OLIVEIRA PENNA (COMENDADOR) | 1862 |
| 9 | 14 | INVENTARIO | RITA THEREZA DE JESUS (VIUVA) | JOSE VIDAL DE BARBOSA (BRIGADEIRO) | 1823 |
| 12 | 1 | CONTAS DE TESTAMENTARIA | JOSÉ ANTONIO DE FIGUEIREDO E TEREZA MARIA DE JESUS | MANOEL RODRIGUES DA COSTA | 1846 |
| 16 | 20 | INVENTARIO | ANNA MARIA PERPETUA DE OLIVEIRA | JOSE GOMES DE AZEVEDO | 1798 |
| 16 | 18 | INVENTARIO | JOSE RIBEIRO DE MIRANDA | MARIA PERPETUA SILVA | 1798 |
| 18 | 14 | INVENTARIO | ANNA MICAELA DE JESUS | MANOEL RODRIGUES DA COSTA | 1816 |
| 18 | 18 | INVENTARIO | JOSE FRANCISCO DO VALLE | EUFRASIA MARIA GONCALVES | 1836 |
| 18 | 13 | INVENTARIO | RITA THEREZA DE JESUS | JOSE VIDAL BARBOSA | 1822 |
| 19 | 14 | CONTAS DE TESTAMENTARIA | ANNA QUITERIA UMBELINA DE BARBOZA | O PROMOTOR DO JUIZO | 1845 |
| 20 | 3 | INVENTARIO | IZABEL MARIA SOUZA | MANOEL DE AZEVEDO DUARTE | 1789 |
| 21 | 13 | INVENTARIO | MARIA SILVERIA DO SACRAMENTO | MANOEL TEIXEIRA DE CARVALHO | 1826 |
| 22 | 9 | PARTILHA AMIGAVEL | MARIANNA LEOCADIA DA SILVA R SEUS FILHOS MAIORES | - | 1835 |
| 28 | 10 | INVENTARIO | ANTONIO JOSE FERREIRA ARMOND | HONORIO JOSE FERREIRA ARMOND (CORONEL) | 1845 |
| 31 | 30 | INVENTARIO | MANOEL PEIXOTO BARBOSA | LUIZA MARIA BUSTAMENTE DE SA | 1828 |
| 32 | 19 | PARTILHA AMIGAVEL | ANTONIO TEXEIRA DE CARVALHO, SUA MULHER E OUTROS | - | 1860 |
| 32 | 20 | PARTILHA AMIGAVEL | JOAO BIBIANO PEREIRA DE CASTRO (MAJOR) E OUTROS | - | 1861 |
| 36 | 5 | INVENTARIO | JACINTA THEODORA DE JEZUS | JOSE RODRIGUES DA COSTA (ALFERES) | 1813 |

| | | | | | |
|----|----|-------------------------|--|--------------------------------------|------|
| 36 | 22 | INVENTARIO | MARIA DAS DORES | DOMINGOS RIBEIRO VALLE | 1837 |
| 43 | 23 | INVENTARIO | CARLOS DE SA FORTES | RITA CANDIDA DE JESUS | 1848 |
| 43 | 5 | INVENTARIO | PEDRO TEXEIRA DE CARVALHO E OUTROS | ANNA PORFIRIA TEXEIRA | 1861 |
| 43 | 28 | INVENTARIO | RITA JOAQUINA DA SILVA | JOAO NETO CARNEIRO | 1855 |
| 44 | 21 | INVENTARIO | ANTONIO DA CUNHA NETTO | ANTONIO NETTO | 1865 |
| 46 | 5 | CONTAS DE TESTAMENTARIA | CAMILLO MARIA FERREIRA | ANTONIO JOSE FERREIRA ARMONDE | 1852 |
| 46 | 4 | INVENTARIO | JOSE RIBEIRO NUNES | CARLOTA THEOTONIA DA SILVA | 1868 |
| 46 | 11 | INVENTARIO | MANOEL RODRIGUES COSTA | CARLOTA MARIA DE OLIVEIRA | 1839 |
| 47 | 23 | INVENTARIO | ANTONIA AUGUSTA DE VILLAS BOAS | PEDRO TEIXEIRA DE CARVALHO (CAPITAO) | 1834 |
| 47 | 11 | INVENTARIO | FRANCISCO RIBEIRO DE VILLAS BOAS | MARIA IGNACIA DO ROZARIO | 1837 |
| 48 | 19 | INVENTARIO | PEDRO TEIXEIRA DE CARVALHO (CAPITAO) | MARIA LUCINDA DA APRESENTACAO | 1838 |
| 54 | 2 | INVENTARIO | MATIA ANTONIA DE OLIVEIRA | JOZE RODRIGUES LIMA (CAPITAO) | 1833 |
| 56 | 27 | INVENTARIO | BARAO DE CARANDAHY | FRANCISCA CANDIDA DE ASSIS LAGE | 1875 |
| 57 | 9 | CONTAS DE TESTAMENTARIA | ANTONIO DA CUNHA NETTO | ANTONIO NETO CARNEIRO | 1876 |
| 57 | 18 | DIVISAO DE TERRAS | CARLOS DE SA FORTES (CORONEL) E OUTROS | - | 1854 |
| 57 | 5 | CONTAS DE TESTAMENTARIA | FERNANDO AUGUSTO DA SILVA CANEDO (TENENTE CORONEL) | BALBINA HONORIA SEVERINA AUGUSTA | 1875 |
| 58 | 5 | CONTAS DE TESTAMENTARIA | VISCONDE DE PRADOS | POSSIDONIA LEODORA DA SILVA | 1877 |
| 59 | 1 | PARTILHA AMIGAVEL | ANTONIO NETTO CARNEIRO (CAPITAO) E SUA MULHER E OUTROS | - | 1857 |
| 59 | 11 | PARTILHA AMIGAVEL | MARIANNA LEOCADIA DA SILVA | - | 1843 |
| 60 | 4 | DIVISAO DE TERRAS | CARLOS DE SA FORTES | - | 1854 |

| | | | | | |
|-----|----|--------------------------------|---|--|------|
| 60 | 24 | TESTAMENTO | JOSE BAPTISTA JOSE DE SOUZA CASTELLOES JUNIOR | JOSE BENTO DA COSTA DE AZEDIAS | 1884 |
| 61 | 17 | INVENTARIO E PARTILHA AMIGAVEL | JOSEPHINA CAMILLA GOMES DE SOUZA (CONDESSA DE PRADOS) | CAMILLO MARIA FERREIRA ARMOND (CONDE DE PRADOS) | 1885 |
| 61 | 1 | PARTILHA DE BENS | MANOEL RODRIGUES DA COSTA E OUTROS | - | 1849 |
| 63 | 17 | EXECUCAO DE SENTENCA | DOMINGOS ANTONIO DE AZEVEDO (CAPITAO) | JOAO DA COSTA MATOS E SEU FIADOR MANOEL JOSE AVILLA (GUARDA-MOR) | 1802 |
| 64 | 6 | INVENTARIO | ANTONIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADA (DOUTOR) | CANDIDO PLUCIANO DE ARAUJO | 1890 |
| 66 | 5 | CONTAS DE TESTAMENTARIA | JOAO MANOEL GOMES DE ARAUJO (CAPITAO) | VICENCIA PODEROZA DE AZEVEDO | 1879 |
| 68 | 4 | CONTAS DE TESTAMENTARIA | JOSE RIBEIRO NUNES | CONSTANCA CANDIDA RAYMUNDA DA SILVA | 1884 |
| 70 | 2 | CONTAS DE TESTAMENTARIA | MARIANO PROCOPIO FERREIRA LAGE E OUTRO | LINO JOSE FERREIRA ARMOND | 1884 |
| 74 | 2 | INVENTARIO | CAMILO MARIA FERREIRA | ANTONIO JOSE FERREIRA ARMOND | 1860 |
| 74 | 14 | INVENTARIO | FRANCISCA CLAUDIANA DE ABREU MELLO | JOAM DO VALLE AMADO (CAPITAO) | 1801 |
| 77 | 6 | INVENTARIO | JUSTINA MARIA DE JESUS | MANOEL NETTO CARNEIRO | 1859 |
| 79 | 08 | INVENTARIO | MANOEL MARIA DE SA FORTES | MARIA LUIZA DE SA | 1888 |
| 80 | 2 | CONTAS DE TESTAMENTARIA | CARLOTA LEOPOLDINA LAGE PENA | URBANO AUGUSTO DE OLIVEIRA PENNA | 1886 |
| 98 | 3 | INVENTARIO | MARIA ANTONIA GUILHERMINA | JOSE MAXIMINIANO VELHO | 1874 |
| 99 | 15 | INVENTARIO | LUIZA THEREZA DE OLIVEIRA | ANTONIO MARQUES DA SILVA PEREIRA (MAJOR) | 1868 |
| 104 | 1 | INVENTARIO | MARIA JOANNA DE JESUS | PONCIANO LEITE DE CERQUEIRA | 1868 |
| 106 | 8 | INVENTARIO | JOSE BENTO COSTA AZEDIAS (COMENDADOR) | ANTONIA AUGUSTA DE VILLAS BOAS | 1854 |
| 122 | 23 | TRASLADO DE INVENTARIO | - | MARIANO PROCOPIO FERREIRA LAGE (COMENDADOR) | 1872 |
| 122 | 20 | INVENTARIO | AURELIANO PEREIRA DA COSTA | CONSTANCA CONSTANTINA ARMOND | 1874 |
| 122 | 15 | INVENTARIO | MARIA FLAUSINA DO CARMO | CANDIDO PLUCIANNIO D'ARAUJO | 1890 |

| | | | | | |
|-----|----|----------------------------------|--|---|------|
| 129 | 12 | INVENTARIO | ANNA CANDIDA | JOAQUIM VIDAL LAGE | 1837 |
| 129 | 17 | INVENTARIO E PARTILHA AMIGAVEL | FRANCISCO DE PAULA LIMA | MARIA CANDIDA | 1837 |
| 136 | 13 | INVENTARIO | FRANCISCA DE PAULA FONCECA | JOSE JOAQUIM RODRIGUES DA FONCECA | 1864 |
| 130 | 11 | INVENTARIO | MARIANA LEOCADIA DA SILVA FORTES | MANOEL MARIA DE SA FORTES | 1901 |
| 136 | 2 | INVENTARIO | FRANCISCO LEITE RIBEIRO | RITA THEREZA DE JESUS | 1839 |
| 145 | 7 | LIBELO CIVIL | ANTONIO JOSE FERREIRA DE FARIA E OUTROS | PEDRO TEIXEIRA DE CARVALHO (COLETOR MUNICIPAL) E QUINTILINIANO MACIEL FERREIRA GUIMARAENS | 1849 |
| 146 | 7 | CONTAS DE TESTAMENTARIA | MIGUEL JOSE DE SIQUEIRA (CAPITAO) | MINERVINA AUGUSTA TEIXEIRA | 1891 |
| 147 | 2 | INVENTARIO | AUGUSTA EMILIA DE AZEVEDO E SA | FRANCISCO LIBANIO DE SA FORTES | 1909 |
| 148 | 19 | INVENTARIO | CARLOTA LEOPOLDINA LAGE | URBANO AUGUSTO DE OLIVEIRA PENNA | 1880 |
| 151 | 6 | INVENTARIO | JOAO MANOEL GOMES DE ARAUJO E OUTROS | VICENCIA PODEROZA DE AZEVEDO | 1879 |
| 151 | 13 | INVENTARIO | MIGUEL JOSE SIQUEIRA (CAPITAO) | MINERVINA AUGUSTA TEIXEIRA | 1883 |
| 152 | 14 | INVENTARIO | ANNA THEODOLINA D'ARAUJO | FAUSTINO CANDIDO D'ARAUJO (CIRURGIAO MOR) | 1877 |
| 154 | 14 | CONTAS DE TESTAMENTARIA | JOZE ANTONIO DA SILVA PINTO (COMENDADOR) | LOURENCO GONCALVES LAGE | 1848 |
| 159 | 27 | CONTAS DE TESTAMENTARIA | CAMILO MARIA FERREIRA (CONDE DE PRADOS) | PROMOTOR DOS RESIDUOS | 1853 |
| 163 | 11 | CONTAS DE TESTAMENTARIA | CONSTANCA EMYGDIA DUARTE LIMA | FELICIANO COELHO DUARTE (COMENDADOR) | 1874 |
| 163 | 26 | CONTAS DE TESTAMENTARIA | JACINTHO JOSE FURTADO | PONCIANO LEITE FURTADO | 1868 |
| 163 | 21 | CONTAS DE TESTAMENTARIA | JOSE RIBEIRO NUNES | ANNA MARIA RIBEIRO | 1871 |
| 281 | 1 | INVENTARIO | MANOEL MARIA DE SA FORTES | CARLOS DE SA FORTES (TENENTE-CORONEL) | 1876 |
| 282 | 3 | TESTAMENTO | FRANCISCO VIDAL DE BARBOSA | | 1833 |
| 286 | 01 | REGISTRO DE CARTA DE LEGITIMAÇÃO | MARCELINO JOSE FERREIRA | | 1847 |

| | | | | | |
|-------------|----|-------------------|---|---|------|
| 292 | 55 | INVENTARIO | MARIA JOSE DE SANTANA | MARIANO JOSE FERREIRA | 1837 |
| 2SVC | | | | | |
| 1 | 18 | INVENTARIO | JOAO GONCALVES PIRES (CAPITAO) | JOAO PEDRO DE BUSTAMANTE E AS | 1812 |
| 3 | 10 | INVENTARIO | ANICETA TEREZA DE JESUS | MANOEL PEREIRA DO VALE | 1795 |
| 4 | 20 | INVENTARIO | JOSE RODRIGUES DE OLIVEIRA (ALFERES) | ANA JOAQUINA DE SAO JOSE | 1815 |
| 4 | 2 | INVENTARIO | LINO JOSE FERREIRA ARMOND | ANA QUITERIA UMBELINA DE BARBOSA | 1865 |
| 8 | 11 | INVENTARIO | ANTONIO JOSE FERREIRA ARMONDE | JOSE JOAQUIM FERREIRA ARMONDE (PADRE) | 1849 |
| 11 | 6 | INVENTARIO | ANTONIO BENEDITO DE ARAUJO | LUIZA EUFRASIA DE JESUS | 1842 |
| 14 | 12 | DESPEJO | ANA MARIA DA FONSECA | DOMINGOS TEIXEIRA DE CARVALHO E OUTRO | 1846 |
| 19 | 23 | INVENTARIO | FRANCISCO DE PAULA VILAS BOAS DA GAMA | FRANCISCA CLAUDINA DE ABREU MELO | 1823 |
| 20 | 18 | INVENTARIO | FELIZARDA MARIA FRANCISCA DE ASSIS | FRANCISCO FERREIRA ARMONDE (ALFERES) | 1814 |
| 22 | 25 | INVENTARIO | CARLOS NOGUEIRA DA SILVA | FRANCISCA ROMANA NOGUEIRA | 1868 |
| 22 | 1 | INVENTARIO | DOMINGOS ANTONIO DIAS | ANA CUSTODIA PIRES | 1860 |
| 26 | 1 | INVENTARIO | JOAQUIM GARCIA DE MATOS | JOSE GARCIA DE MATOS | 1807 |
| 28 | 23 | INVENTARIO | FRANCISCO ANTONIO FERREIRA ARMOND (PADRE) | ANA QUITERIA UMBELINA DE BARBOSA | 1863 |
| 40 | 6 | SESMARIA | MARIA INACIA DE OLIVEIRA | FRANCISCO BERNARDES RODRIGUES DA COSTA E OUTROS | 1856 |
| 40 | 20 | JUSTIFICAÇÃO | CAMILO MARIA FERREIRA (DOUTOR) | | 1850 |
| 40 | 24 | INVENTARIO | JOSE RIBEIRO NUNES | MARIANA CANDIDA DE ASSIS BARBOSA | 1881 |
| 41 | 3 | PARTILHA AMIGAVEL | FRANCISCO JOAQUIM DE MIRANDA E OUTROS | ANA ROSA UMBELINA DE BARBOSA | 1850 |
| 42 | 13 | DIVISAO DE TERRAS | JOAQUIM VIDAL DE OLIVEIRA E OUTROS | JUIZO MUNICIPAL | 1885 |

| | | | | | |
|----|----|----------------------------|---|---|------|
| 45 | 11 | INVENTARIO | MARIANA LEOCADIA DA SILVA | MANOEL DE SA FORTES DE BUSTAMANTE | 1809 |
| 46 | 7 | JUSTIFICACAO DE CAPACIDADE | JOAO AIRES GOMES (CAPITAO) | JOSE RODRIGUES LIMA | 1800 |
| 46 | 8 | JUSTIFICACAO DE DIVIDA | PEDRO TEIXEIRA DE CARVALHO (CORONEL) E OUTROS | LEOCADIA MARIA DE JESUS | 1819 |
| 48 | 5 | JUSTIFICACAO DE DIVIDA | MARCELINO JOSE FERREIRA | MANOEL VIDAL LAGE E OUTROS | 1823 |
| 49 | 14 | NOTIFICACAO | JUIZO DE ORFAOS | JOSE FERREIRA ARMOND (CAPITAO) | 1809 |
| 55 | 2 | INVENTARIO | ANA VICENCIA DE JESUS | ANTONIO TEIXEIRA DE CARVALHO | 1860 |
| 55 | 18 | INVENTARIO | ANTONIO PEREIRA DA CUNHA (CAPITAO) | TEREZA MARIA DUARTE | 1812 |
| 56 | 5 | JUSTIFICACAO DE DIVIDA | MARCELINO JOSE FERREIRA E OUTROS | JOAO BATISTA DOS REIS (ALFERES) | 1812 |
| 62 | 17 | INVENTARIO | MARIA CARLOTA DE LIMA | MANOEL VIDAL LAGE (CAPITAO) | 1836 |
| 62 | 24 | INVENTARIO | JOANA MARTINS DE JESUS | MARCELINO GONCALVES DA COSTA (ALFERES) E OUTROS | 1831 |
| 65 | 5 | ACAO DE FORCA | JOSE GARCIA DA SILVEIRA E OUTROS | ESTEVAO DOS REIS MOTA E DIOGO GUEDES | 1772 |
| 65 | 15 | JUSTIFICACAO DE POSSE | JOSE FERREIRA ARMOND | JUIZO MUNICIPAL | 1874 |
| 66 | 29 | INVENTARIO | FRANCISCA DE PAULA RABELO | JOAO AIRES GOMES (CAPITAO) | 1806 |
| 67 | 6 | INVENTARIO | JOANA MARIA DA CONCEICAO | FRANCISCO RIBEIRO NUNES | 1806 |
| 68 | 12 | INVENTARIO | ROSA MARIA PERPETUA DA CONCEICAO | INACIA BARBOSA DE MATOS COUTINHO | 1807 |
| 69 | 20 | INVENTARIO | FRANCISCO JOSE DINIZ | AMBROSINA AUGUSTA DINIZ | 1876 |
| 74 | 10 | INVENTARIO | MARIA BARBARA DE AZEVEDO | JOSE RODRIGUES COSTA (MAJOR) | 1876 |
| 75 | 20 | LIBELO CIVEL | BRAS CARNEIRO LEAO (CAPITAO) | ANA MARIA PERPETUA DE OLIVEIRA | 1798 |
| 76 | 1 | INVENTARIO | MARCELINO JOSE FERREIRA (PADRE) | POSSIDONIA ELEODORA DA SILVA | 1876 |
| 78 | 25 | JUSTIFICACAO DE HERDEIROS | JOSE BRAS DE ALMEIDA (CAPITAO) E OUTROS | JOAO GUALBERTO TEIXEIRA DE CARVALHO (TENENTE CORONEL) | 1839 |

| | | | | | |
|-----|----|------------------------|---|--|------|
| 79 | 28 | ESCRITURA | MANOEL RODRIGUES DA COSTA E OUTRO | VICENTE MENDES FERREIRA | 1860 |
| 82 | 22 | INVENTARIO | JOAO NETO CARNEIRO | ANA MATILDES | 1834 |
| 83 | 22 | CONTAS DE CURATELA | FRANCISCO LEITE RIBEIRO DE OLIVEIRA | PETRONILHA OLIMPIA VIDAL LEITE | 1876 |
| 90 | 02 | INVENTARIO | ANA CANDIDA DE SA | JOSE FORGE DE SA | 1875 |
| 92 | 15 | INVENTARIO | JOSE GARCIA DE MATOS | JOANA MARIA DE JESUS | 1803 |
| 96 | 20 | INVENTARIO | ANA QUITERIA UMBELINA BARBOSA | FRANCISCO FERREIRA ARMOND E OUTRA | 1845 |
| 96 | 2 | INVENTARIO | ANTONIO JOAO DO VALE AMADO | JOAO JOSE DO VALE AMADO | 1830 |
| 97 | 9 | INVENTARIO | MARIANA ANTONIA DE JESUS | LOURENCO PEREIRA DA CUNHA | 1846 |
| 97 | 16 | INVENTARIO | | ANA MARCELINA QUITERIA DO ESPIRITO SANTO | 1845 |
| 100 | 14 | INVENTARIO | FERNANDO AUGUSTO DA SILVA CANEDO (TENENTE CORONL) | GUILHRMINA TEODOLINA AUGUSTA CANEDO | 1864 |
| 115 | 1 | INVENTARIO | FRANCISCA DE PAULA RABELO | SILVESTRE DIAS DE SA (PADRE) E OUTROS | 1826 |
| 116 | 08 | INVENTARIO | ANA CAROLINA DE LIMA | JOAQUIM RODRIGUES DE ARAUJO OLIVEIRA | 1864 |
| 117 | 17 | INVENTARIO | MANOEL RODRIGUES DE CARVALHO E OUTRO | JOSE RIBEIRO DE MIRANDA (CAPITAO) | 1823 |
| 117 | 6 | SESMARIA | FRANCISCO DE PAULA LIMA (TENENTE) E OUTRO | JUIZO MUNICIPAL | 1840 |
| 117 | 10 | PARTILHA AMIGAVEL | JOAO NETO CARNEIRO E OUTROS | JUIZO MUNICIPAL | 1847 |
| 118 | 7 | PARTILHA AMIGAVEL | ANTONIO MACEDO CRUZ E OUTROS | JUIZO MUNICIPAL | 1846 |
| 118 | 16 | INVENTARIO | SILVESTRE PACHECO DE CASTRO | MARIA INACIA FERREIRA | 1796 |
| 118 | 5 | INVENTARIO | LINO JOSE FERREIRA ARMONDE | FLAVIO JOSE FERREIRA ARMONDE | 1864 |
| 121 | 21 | JUSTIFICACAO DE DIVIDA | JOSE GOMES MARTINS (TENENTE) | HERDEIROS DE CLARA MARIA DE JESUS | 1793 |
| 127 | 15 | SESMARIA | FRANCISCO FERREIRA ARMONDE (ALFERES) | JOSE FERREIRA ARMONDE | 1798 |

| | | | | | |
|-----|----|--|---|--|------|
| 129 | 16 | DIVISAO DE TERRAS | HERDEIROS DE MANOEL RIBEIRO NUNES (CAPITAO) | JUIZO DE ORFAOS | 1863 |
| 130 | 4 | INVENTARIO | RITA JOAQUINA DA SILVA | JOAO NETO CARNEIRO E OUTRO | 1854 |
| 130 | 8 | INVENTARIO | CONSTANCA CONTANTINA DO SACRAMENTO | MANOEL INACIO FERREIRA ARMONDE (ALFERES) | 1854 |
| 132 | 1 | PETICAO PARA RECOLHIMENTO DE DINHEIRO AO COFRE ORF | CAMILO MARIA FERREIRA ARMONDE | ANTONIO JOSE FERREIRA ARMONDE | 1859 |
| 138 | 6 | ACAO DE DEZ DIAS | BARAO DE PITANGUI | FRANCISCO DE ASSIS CAMARGOS | 1865 |
| 145 | 5 | PARTILHA AMIGAVEL | HERDEIROS | PEDRO TEIXEIRA DE CARVALHO (CAPITAO) E OUTRO | 1840 |
| 147 | 2 | INVENTARIO | MANOEL RIBEIRO NUNES (CAPITAO) | TOMASIA ANTONIA DE JESUS | 1841 |
| 153 | 14 | INVENTARIO | PONCIANO LEITE DE CERQUEIRA | MARIA PERPETUA DE JESUS | 1853 |
| 154 | 3 | SESMARIA | FRANCISCO FERREIRA ARMOND (ALFERES) | JOSE JOAQUIM FERREIRA ARMOND E OUTRO | 1837 |
| 155 | 15 | INVENTARIO | FRANCISCO RODRIGUES DA COSTA | ANA CUSTODIA ENGRACIA DE SAO FRANCISCO | 1858 |
| 158 | 23 | INVENTARIO | JOSEFA MARIA DA ASSUNCAO | JOAO FERREIRA DA FONSECA | 1820 |
| 165 | 6 | INVENTARIO | MANOEL ANTONIO FERREIRA | FURTUOSO NETO CARNEIRO (ALFERES) | 1833 |
| 166 | 13 | INVENTARIO | MARIANO PROCOPIO FERREIRA LAGE | LINO JOSE FERREIRA ARMOND | 1871 |
| 168 | 4 | INVENTARIO | FRANCISCO FERREIRA ARMOND | RITA MARIA DA CONCEICAO | 1775 |
| 170 | 23 | JUSTIFICACAO DE EMANCIPACAO | ANTONIO NETO CARNEIRO E OUTRO | FRUTUOSO NETO CARNEIRO (ALFERES) | 1820 |
| 170 | 28 | INVENTARIO | MANOEL RIBEIRO NUNES | JOANA MARIA DA CONCEICAO | 1820 |
| 170 | 31 | JUSTIFICACAO DE DIVIDA | SIMPLICIO JOSE FERREIRA (CAPITAO) | TEREZA MARIA DUARTE E OUTROS | 1821 |
| 171 | 6 | INVENTARIO | PEDRO TEIXEIRA DE CARVALHO (CAPITAO) | ANA ROSA PROFIRIA DE AZEVEDO | 1820 |
| 174 | 9 | JUSTIFICACAO DE DIVIDA | SIMPLICIO JOSE FERREIRA ARMOND E OUTROS | JOANA MARIA DA CONCEICAO | 1817 |
| 176 | 2 | INVENTARIO | MAXIMIANO RODRIGUES DE ARAUJO | MANOEL RODRIGUES DE ARAUJO | 1784 |

| | | | | | |
|-----|----|---------------------|--|--|------|
| 180 | 28 | SESMARIA | RITA LEOCADIA DA SILVA | JOAO PEDRO DE BUSTAMANTE DE SA | 1801 |
| 180 | 23 | SESMARIA | JOAO PEDRO BUSTAMANTE DE SA | MARIA JOSE BERNARDINA DA SILVA | 1801 |
| 185 | 13 | TESTAMENTO | MANOEL MONTEIRO PINHO (CAPITAO) | MANOEL RODRIGUES DA COSTA (CORONEL) | 1783 |
| 186 | 1 | INVENTARIO | JOSE RIBEIRO NUNES | ANA MARIA RIBEIRO | 1870 |
| 186 | 24 | INVENTARIO | SIMPLICIO JOSE FERREIRA ARMOND (CAPITAO) | JOSE FERREIRA ARMOND | 1813 |
| 187 | 12 | INVENTARIO | JOSE JOAQUIM BARBOSA | FRANCISCA RODRIGUES DO VALE | 1828 |
| 187 | 25 | INVENTARIO | RITA TEREZA DE JESUS | JOSE VIDAL DE BARBOSA (CAPITAO) | 1823 |
| 190 | 32 | INVENTARIO | ANTONIO TEIXEIRA DE CARVALHO (TENENTE CORONEL) | PEDRO TEIXEIRA DE CARVALHO E AZEVEDO (MAJOR) | 1874 |
| 211 | 23 | ARROLAMENTO DE BENS | CANDIDA MARIA DE JESUS | MANOEL DIAS TOSTES | 1908 |
| 213 | 1 | INVENTARIO | JOAO GUALBERTO TEIXEIRA DE CARVALHO | ANTONIETA TEIXEIRA DE CARVALHO | 1905 |

CLUB DOS ANARCHISTAS.

COMEDIA

Composta

Pelo P. Justiniano da Cunha Pereira,

Redactor do

PARAHYBUNA.



*Ridentem dicere verum
Quis vetat?*

Horat.



VILLA DE BARBACENA.

NA TYPOGRAPHIA DO PARAHYBUNA.

1 838